UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**Construtores do Império, defensores da província: São Paulo
e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes
locais, 1823-1834**

Carlos Eduardo França de Oliveira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a.Cecilia Helena L. de Salles Oliveira

Versão corrigida

São Paulo
2014

Nome: OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de.

Título: Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834.

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título
de Doutor em História.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof(a). Dr (a).: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr (a).: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr (a).: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr (a).: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr (a).: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr (a).: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico este trabalho a

Elia e Messias, meus pais

Heidi, minha esposa

Pedro e João, meus filhos

Agradecimentos

À Profa. Cecilia Helena L. de Salles Oliveira, a quem praticamente devo minha formação como historiador. Sou imensamente grato por todos esses anos de orientação, convívio e amizade.

Aos meus pais, pelo apoio irrestrito.

À querida Heidi, por ter suportado um doutorando. Por tudo.

Aos pequenos Pedro e João, por existirem.

Aos amigos de ontem e hoje, pela ajuda involuntária.

À banca examinadora do meu exame de qualificação, composta pelos professores Wlamir Silva e Maria de Lourdes Mônaco Janotti, pela importante contribuição ao trabalho.

À Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo, que tornou possível a realização desta pesquisa.

Resumo

A presente tese tem como objetivo analisar a ascensão de políticos mineiros e paulistas no âmbito da construção do Estado nacional brasileiro entre 1823 e 1834, atentando para dois movimentos simultâneos e interligados. O primeiro diz respeito à criação de esferas de poder em nível provincial em São Paulo e Minas Gerais, em que será privilegiada a atuação dos conselhos provinciais – o Conselho da Presidência e o Conselho Geral –, sua relação com o Legislativo e Executivo, e seu engajamento na viabilização de um Império sediado Rio de Janeiro. Trata-se de examinar de que maneira a composição dos poderes provinciais inscreveu-se no processo de afirmação de uma monarquia constitucional representativa em meio a outras propostas vigentes de organização do Estado à época. O segundo movimento refere-se à projeção de paulistas e mineiros no cenário político da Corte, seja no Legislativo, a partir de 1826, seja no Executivo, mormente após a Abdicação.

Pretende-se, assim, discutir possíveis matizes do chamado projeto “liberal moderado”, o qual obteve grande respaldo em São Paulo, Minas Gerais e na Corte no período estudado, partindo-se da hipótese de que a atuação de políticos paulistas e mineiros, notadamente no encaminhamento da reforma constitucional que se consubstanciou no Ato Adicional, em 1834, foi permeada por interesses de grupos locais e influenciada pelo debate político ocorrido em nível provincial.

Palavras-chave: conselhos provinciais; Minas Gerais; São Paulo; Império do Brasil; reforma constitucional.

Abstract

The aim of this thesis is to analyze the rise of Minas Gerais and São Paulo politicians in the development of the Brazilian State between 1823 and 1834, considering two simultaneous and interrelated motions. The first concerns the field of power creation at the provincial level in São Paulo and Minas Gerais, in which will be prioritize the performance of provincial councils - the *Conselho da Presidência* and the *Conselho Geral* -, their relation to the legislative and executive branches, and their alliance in achieving a Empire entrenched at Rio de Janeiro. The goal is to examine how the organization of provincial powers managed to build the acceptance of constitutional monarchy amid other current proposals for the State organization at the time. The second movement refers to the projection of São Paulo and Minas Gerais in the political background of the Court, both in legislature issues, from 1826, and executives, especially after the *Abdicação* in 1831.

It is intended, therefore, to discuss some peculiarities about the so-called "*Liberal Moderado*", which got great sheltering in São Paulo, Minas Gerais and in the Court during the studied period, starting from the hypothesis that the role of São Paulo and Minas Gerais politicians, mainly during the constitutional reform which led to the Additional Act, in 1834, was permeated by concerns of local groups and influenced by political debate occurred at the provincial level.

Keywords: provincial councils; Minas Gerais; São Paulo; Empire of Brazil; constitutional reform.

Lista de Siglas

ACD	Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Deputados do Império
ACE	Atas do Conselho de Estado
ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
APESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo
APM	Arquivo Público Mineiro
ASI	Anais do Senado do Império do Brasil
ACP	Atas do Conselho da Presidência
ACG	Atas do Conselho Geral
CEDI-CD	Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados
FCGP	Fundo Conselho Geral de Província, ALESP

Sumário

Introdução 09

1. Política e economia no centro-sul do Império no início do século XIX 23

1.1. Entre caminhos e vilas: aspectos socioeconômicos de São Paulo e Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX 27

1.1.1. São Paulo 27

1.1.2. Minas Gerais 38

1.2. Mineiros e paulistas na Independência: a projeção da província como espaço e poder 52

2. Os conselhos provinciais e a formação de espaços de representação política em São Paulo e Minas Gerais 71

2.1. O Conselho da Presidência em São Paulo e Minas Gerais, 1824-1834 85

2.2. Os Conselhos Gerais de província 114

2.3. Os Conselhos Gerais de província: São Paulo e Minas Gerais, 1828-1834 120

2.4. Os Conselhos Gerais e as Câmaras Municipais 147

2.5. Conselhos provinciais e finanças 158

3. Da província para a Corte: mineiros e paulistas no Parlamento 172

3.1. Deputados e senadores: a composição das bancadas de Minas Gerais e São Paulo (1826-1834) 178

3.1.1. A Câmara dos Deputados 178

3.1.2. Deputados paulistas e mineiros nas três primeiras legislaturas 195

3.1.3. O Senado 218

3.2. Homens da província ou políticos da nação? Demandas provinciais na Assembleia Geral 229

4. Luta política, reforma constitucional e a redefinição do papel das províncias no Império 256

4.1. Abdicação e luta política 259

4.2. As províncias no centro do debate político: a reforma constitucional 281

4.3. São Paulo e Minas Gerais às vésperas da reforma constitucional 290

4.4. A reforma constitucional no Parlamento: da província para a Corte, da Corte para a província 301

4.5. O Ato Adicional 354

Considerações finais 383

Fontes e bibliografia 392

Introdução

O processo de formação do Estado nacional brasileiro¹ inscreve-se num movimento de ampla complexidade desencadeado por sucessivas transformações precipitadas na América portuguesa desde meados do século XVIII, quando a política levada adiante por Lisboa, com vistas a reestruturar as bases do Império luso, pretendeu remodelar a relação entre metrópole e colônias. De um lado buscou-se modernizar o aparelho estatal administrativo e tributário, fomentar as manufaturas em Portugal e reforçar o monopólio comercial. De outro, contraditoriamente, setores proprietários da América portuguesa passaram a ter maior acesso à administração colonial, valendo-se dessa condição para amealharem fortunas, muitas vezes à revelia da metrópole. Isso tudo faz mais sentido quando lembramos que tanto a separação entre Portugal e Brasil quanto as iniciativas referentes à criação de um Estado autônomo e sob o governo de d. Pedro só obtiveram sucesso devido ao amplo apoio franqueado por grupos que vinham ascendendo economicamente desde o

¹ A bibliografia sobre a formação do Estado nacional brasileiro é vasta e diversificada. Sobre o tema consultar: BARMAN, Roderick. *Brazil. The forging of a nation (1798-1852)*. Stanford: Stanford University Press, 1988; BASILE, Marcello. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2004; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; *Pontos e Bordados: Escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999; DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias. Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Faperj, 2008; GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, 3v.; HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). *História Geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965, v.1, t. II, p.09-39; LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994; MARSON, Izabel Andrade. *Movimento Praieiro, 1842-1849: imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo: Editora Moderna, 1980; *O Império do progresso: A revolução Praieira em Pernambuco*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987; MATTOS, Ilmar Rohlf de. *O tempo saquarema. A formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004; MONTEIRO, Tobias. *História do Império: o Primeiro Reinado*. São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1982, 2 vol; OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. *A astúcia liberal. Relações de Mercado e Projetos Políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. São Paulo, Editora Ícone e Edusf, 1999; *A independência e a construção do Império*. São Paulo: Atual, 1995; JANCÓS, István (org). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/ Unijui/ FAPESP, 2003; *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005.

final do Setecentos, especialmente no centro-sul da América portuguesa,² em virtude da dinamização das atividades econômicas do Rio de Janeiro, capital do Vice-Reino do Brasil desde 1763 e um dos centros comerciais de maior significância dentro dos domínios lusos.³

Esse processo expressava, com peculiaridades e contradições, um movimento de expansão do capital similar ao que se dava na Europa, qual seja, o de mercantilização da terra e da força de trabalho, além do surgimento de práticas de mercado ausentes de restrições e regulamentações. Por esse viés é possível entender as modificações ocorridas na América portuguesa entre fins do século XVIII e o início do XIX como “manifestações particulares da conformação de relações de mercado liberais”, o que provoca o reconhecimento da complexidade da sociedade colonial.⁴ A própria concretude de um novo Estado em moldes liberais se dava por meio do cruzamento dessas dimensões:

“(…) ao mesmo tempo que se reconhece que, nas primeiras décadas do século XIX, o território do império encontrava-se em processo de definição, seja no tocante às fronteiras externas, seja em termos dos limites provinciais, observa-se também que, desde fins do século XVIII, foram feitos investimentos significativos, por parte das autoridades e de empreendedores coloniais, tendo em vista o mapeamento e exploração sobre os recursos naturais disponíveis para a geração de riquezas. Essas experiências sustentaram a expansão de fronteiras agrícolas, a criação e o alargamento de vias de comunicação, a diversidade de atividades econômicas, as diferenciações regionais e uma rede de negócios que articulava a multiplicidade de segmentos sociais enraizados em vários pontos da América portuguesa, expressando o dinamismo do mercado e sua inserção no tráfico atlântico. Por essa via, a tangibilidade da nação revelava-se não só na projeção de potencialidades futuras, mas principalmente no entrelaçamento entre natureza, território, mercado e engendramento da acumulação”.⁵

² Outras localidades da América portuguesa se beneficiaram com o deslocamento da sede do Vice-Reino do Brasil para o Rio de Janeiro e com a posterior transferência da família real. O Rio Grande do Sul, por exemplo, consolidou-se como peça-chave das pretensões portuguesas na bacia do Prata, seja pelo fornecimento de mão de obra escrava para a América espanhola, seja para adquirir metais preciosos daquela região, além de constituir importante área produtora de alimentos, carnes e couros para o mercado da Corte, cf. MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o Império: a crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província do Rio Grande do Sul (1808-1831)*. São Paulo: Hucitec, 2010. Ver, também, OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n.39, v.20, p.115-134, 2000.

³ BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império: Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.1.; GORENSTEIN, Riva; MARTINHO, Lenira Menezes. (orgs.). *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, 1993.

⁴ OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *A astúcia liberal. Relações de Mercado e Projetos Políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. São Paulo, Editora Ícone e Edusf, 1999, p.62. Um dos principais referenciais teóricos da autora é, para este trabalho, a filósofa Maria Sylvia de Carvalho Franco, para quem a sociedade colonial, a despeito da sua especificidade, teve no lucro o seu esteio primordial. Da autora ver FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1968; As ideias estão no lugar. *Cadernos de Debate*, (1), São Paulo: Brasiliense, 1976, p.61-64; All the world was America. *Revista USP*, n.17, março/maio, 1993, p.30-53.

⁵ OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Repercussões da revolução: delineamento do império do Brasil, 1808/1831. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.), *op. cit.*, v.1, p.42. Da mesma autora, ver também *A astúcia liberal, op. cit.*, especialmente capítulo 2, e Tramas políticas, redes de negócios. In: JANCÓS (org.), *op. cit.*, 2003, p.389-406.

Se levarmos em conta que algumas das mutações ocorridas na sociedade colonial – notadamente o aumento da produção, a racionalização da estrutura jurídico-administrativa e o processo de valorização fundiária – antecederam a chegada da Corte portuguesa, em 1808, esta pode ser entendida como um rearranjo de forças já existentes e, simultaneamente, como uma abertura de possibilidades para aqueles setores até então distantes do poder político. O componente nacional não só tardou a surgir na América portuguesa como também foi gerado a partir de um jogo de interesses que, pelo menos entre meados do século XVIII e as primeiras décadas do XIX, arregimentou portugueses reinóis e americanos. Assim, durante esse período estabeleceu-se um campo de pretensões comuns entre os grupos dirigentes metropolitanos e americanos, que por sua vez tiveram no projeto do Reino Unido a Portugal e Algarves (1815) uma de suas principais proposições para o problema do estatuto político entre Portugal e Brasil.⁶

O que particularmente interessa aqui é o fato de que esse enraizamento de interesses em terras americanas foi um dos vetores centrais não apenas no encaminhamento das relações entre portugueses da Europa e América – e, posteriormente, na instalação das bases do futuro Império brasileiro –, mas particularmente na dinâmica da esfera pública do eixo centro-sul da América portuguesa. A incerteza dos primeiros anos do século XIX fez com que atividades como o tráfico negreiro, o contrabando, o comércio de abastecimento e os contratos de arrematação passassem a congregar grupos diversos que, de acordo com a conjuntura vigente, aproximavam-se ou entravam em conflito para manter sua influência. Todos eles – comerciantes de *grosso trato* do Rio de Janeiro, negociantes portugueses vinculados à importação, produtores associados ao comércio de cabotagem, setores representantes do ramo de abastecimento, agricultores, entre outros – divisaram na acomodação da Coroa no Rio de Janeiro a possibilidade de se instalarem tanto nos circuitos de mercado como no aparelho administrativo da monarquia portuguesa em reformulação.⁷ Há que se lembrar a crescente demanda por gêneros agrícolas nas regiões industrializadas do Atlântico norte, o alargamento dos centros urbanos industriais e a paz inaugurada em Viena ajudaram a alavancar a produção agrícola na América na primeira metade do século XIX.⁸ Assim, longe de constituir uma associação coagida de forças, tal movimento contou com participação efetiva dos portugueses da América na execução de redefinição da monarquia lusa.⁹

⁶ LYRA, *op. cit.*

⁷ FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. Ver, também, FRAGOSO, João. Mercadores e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do Império português (século XVII e XIX). *História: Questões e Debates*, nº 36. Curitiba: Editora da UFPR, 2002, p.99-127.

⁸ BERBEL, Márcia Regina; MARQUESE, Rafael B.; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010, p.183. Ver, também, TOMICH, Dale. *Pelo prisma da escravidão*. Trabalho, capital e economia mundial. 1ª ed. 2004. Trad. port. de Antonio de Padua Danesi. São Paulo: Edusp, 2011.

⁹ GOUVÊA, Maria de Fátima. As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império luso-brasileiro. In: JANCSÓ, István (org), *op. cit.*, 2003, p.707-752. Para a

Peças dessa complexa engrenagem política e econômica, São Paulo e Minas Gerais vivenciaram uma paulatina redefinição de posições dentro do centro-sul e, mais especificamente, na relação que estabeleciam com o Rio de Janeiro.¹⁰ Um dos aspectos que mais chama atenção desse cenário é o de que, entre fins do século XVIII e início do XIX, tendo em vista a praça comercial do Rio de Janeiro, famílias paulistas e mineiras, muitas delas oriundas das atividades mineradoras, concentraram seus esforços na produção e circulação de gêneros de exportação e primeira necessidade e no tráfico de escravos, empreitada que envolvia o sul de Minas (especialmente a Comarca do Rio das Mortes), áreas do vale do Paraíba, além da própria capital. Por meio de aquisição de sesmarias, processo que se intensifica com a chegada da Corte, passam a ocupar extensas faixas de terras e a participar da fundação de vilas e freguesias, da abertura de caminhos, e da expulsão de povos indígenas residentes nas áreas destinadas à lavoura, na região configurada a oeste pelo Rio Preto e a norte e sul pelos “caminhos do ouro”, envolvendo parte do vale do Paraíba Paulista e o fluminense.¹¹

Foi justamente nesse período que ganharam projeção famílias como os Pereira de Faro, Carneiro Leão, Velho da Silva e Pereira da Silva, todos comerciantes de *grosso trato* estabelecidos na Corte e que viram ampliar seus negócios após 1808, estreitando laços familiares com grupos mineiros (os Nogueira) e paulistas (os Leme) envolvidos com agricultura e pecuária. Protagonistas de um acelerado movimento de acumulação de recursos, a controlar boa parte de negócios rentáveis como a arrematação de contratos da Coroa, companhias de seguro, abastecimento via comércio de cabotagem e tráfico de escravos.¹² A inserção cada vez maior desses grupos na economia da Corte ocasionou o que Alcir Lenharo chamou de “integração do centro-sul”, isto é, um processo de articulação comercial estabelecido entre as áreas produtoras e o mercado consumidor, posto em

autora, “o surgimento do Império luso-brasileiro significou o estabelecimento de uma grande empresa governativa, administrada a partir da cidade do Rio de Janeiro. A velha sede do Estado do Brasil foi rapidamente transformada na nova Corte do Império português, processo instaurado a partir do estabelecimento, em seu interior, de uma *alta administração*. A governabilidade da cidade, da capitania e do Estado do Brasil passava assim a se confundir com a do Império”, p.751-752. Sobre o tema, ver também LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996; MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles, *op. cit.*, 1999, cap.2, SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical*. Império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro. Trad. brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo, Hucitec, 2006.

¹⁰ BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 2ª edição. São Paulo: Alameda Editorial, 2007. Cabe notar, também, que durante os governos dos vice-reis Marquês de Lavradio (1769-1779) e Luís de Vasconcelos e Souza (1779-1789) ampliaram-se consideravelmente as lavouras e atividades pastoris nas capitanias de Minas Gerais e São Paulo, cf. OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles, *op. cit.*, 1999, p.63.

¹¹ BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. *De Alteza Real a Imperador: o governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2007, p.136.

¹² FRAGOSO, *op. cit.*, 1992, p.360-365.

prática através de meios de comunicação, sobretudo pontes e estradas, organizados entre os dois polos.¹³

Integração essa, todavia, que não era apenas econômica. Paulistas e mineiros estavam próximos como nunca do centro decisório da política, e por isso viram-se diante da possibilidade de passar a gerir a coisa pública. Afinal, a instalação da Corte também significava uma nova estrutura de destinação de receitas fiscais, empregos, cargos a serem ocupados e outras questões de ordem prática. Ao ser aparelhada por instituições régias como os Ministérios do Reino, Marinha e Ultramar, da Guerra e Negócios Estrangeiros, o Erário Régio, a Mesa da Consciência e Ordens, o Desembargo do Paço e a Junta do Comércio, Agricultura e Navegação, a Corte centralizou o aparelho administrativo em torno do Rio de Janeiro assim como criou uma burocracia capaz de proporcionar um movimento mais amplo de articulação inter-regional, a fim de viabilizar a permanência da cabeça da monarquia no Centro-sul brasileiro. Mais do que cooptar as lideranças regionais para o fomento de uma infraestrutura (comercial, financeira e de transportes) que satisfizesse as demandas da Corte, processo esse exteriorizado pela criação de novos impostos, tratados de comércio e vias de comunicação, a burocracia implantada durante o período joanino instaurou uma estrutura política, ao mesmo tempo prática e teórica, que conferiu soberania ao Rio de Janeiro diante das demais partes da América portuguesa.¹⁴ Se assumirmos que, durante o período colonial, o relacionamento direto entre as capitanias e a metrópole foi prática comum – estabelecida, muitas vezes, à revelia de outras instâncias de poder situadas na colônia¹⁵ –, a instauração de um aparelho administrativo que garantisse a legitimidade do Rio de Janeiro como centro do governo esteve estreitamente atrelada à criação de um aparato burocrático com lastro nas demais regiões da América portuguesa. A aproximação com os setores da antiga colônia foi, portanto, um elemento chave no aparelhamento e na viabilização de um novo Estado, notadamente no estabelecimento de uma infraestrutura material que permitisse a acomodação dessa nova realidade:

“Na articulação desses projetos de infraestrutura de transportes é que se pode notar o modo como certos grupos familiares se aproximaram da Corte e, através da prestação de serviços

¹³ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. 1ª edição: 1978. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993.

¹⁴ SOUZA, Iara Lis Carvalho de. *A Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: Editora Unesp, 1999; ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento, 1993, principalmente capítulo 8.

¹⁵ RUSSEL-WOOD, A. J. R. O poder local na América Portuguesa. *Revista de História*, v.55, nº 109, São Paulo, 1977, p.25-79. Ver, também, os artigos sobre administração portuguesa contidos em BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (orgs.). *História da expansão portuguesa*. O Brasil na balança do Império (1697-1808). Lisboa: Círculo de Leitores, 1999, v.3, e FRAGOSO, João, Gouvêa, Maria de Fátima; e BICALHO, Maria Fernanda (org.). *Antigo Regime nos Trópicos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

ao Estado, conquistaram uma situação política e econômica favorável. Muitos ascenderam já com D. João VI, integrando parte da nobreza que apoiaria a gestão de D. Pedro I (...). Esse encontro de interesses revela um traço fundamental da formação do Estado nessa etapa de transição. Não sendo capaz de produzir o aparato político-burocrático necessário, viu-se na contingência de lançar mão das iniciativas de setores empresariais nativos, de modo a conceder-lhes amplos favores e troca da prestação de serviços necessários à edificação de suas bases materiais. Isto vale dizer que o Estado enraizado tendeu a abrigar um novo setor emergente e interno à classe dominante, setor esse que o próprio Estado favorecera em sua criação. A nobreza de D. Pedro era, em grande parte, nativa”.¹⁶

O quadro esboçado por Lenharo remete quase de pronto à figura de Manuel Jacinto Nogueira da Gama (1765-1847), Marquês de Baependi, que principiou sua carreira pública como funcionário da Coroa durante a administração joanina. Originários de São João-del-Rei, os Nogueira da Gama deram suporte ao governo de d. João VI e por isso foram agraciados com algumas das melhores terras virgens da Zona da Mata mineira e Vale do Paraíba fluminense, as mais promissoras fronteiras agrícolas de Minas e Rio de Janeiro. Estreitou seu laço com os Carneiro Leão casando-se com uma filha de Ana Francisca Rosa Maciel da Costa, futura baronesa de São Salvador de Campos de Goitacases. Magistrado por Coimbra e feito conselheiro de estado, ministro e senador por d. Pedro, Nogueira da Gama tinha como par um Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá¹⁷, também mineiro, burocrata da Corte joanina e colocado no Senado por d. Pedro. Algumas figuras não teriam tanta projeção na vida pública, mas ainda assim desempenhariam funções estratégicas, como no caso de Custódio Ferreira Leite, mineiro de São João del-Rei e futuro Barão de Aiuruoca. Antes de se tornar um dos principais cafeicultores da Zona da Mata mineira, Ferreira Leite envolveu-se na prestação de serviços de infraestrutura à Coroa, como a construção dos trechos derradeiros da estrada da Polícia, que ligava o Rio de Janeiro, o sul de Minas e o vale do Paraíba fluminense.¹⁸

¹⁶ LENHARO, *op. cit.*, p.54. Alan K. Manchester é ainda mais enfático sobre este ponto, assinalando que a burocracia nascida no período joanino foi um dos pilares que conferiu um mínimo de solidez política ao Primeiro Reinado: “A criação do mecanismo de um estado soberano no Brasil, paralelo e igual ao protótipo em Lisboa, produziu uma burocracia nacional centralizada que contava com o Rio de Janeiro como fonte de autoridade. Ao mesmo tempo, a burocracia das províncias expandiu-se no interior da estrutura da tradicional administração colonial absolutista, agora com seu foco no Rio de Janeiro. Esta burocracia, nacional e provincial, proporcionou uma estrutura administrativa já pronta, com pessoal treinado para um Brasil independente”, *Apud* SOUZA, *op. cit.*, p.51.

¹⁷ Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá (1767-1835) era natural de Caeté, Minas Gerais. Engenheiro, ganhou notoriedade pelos seus estudos mineralógicos sobre várias regiões do Brasil.¹⁷ O “intendente câmara” – alcunha que recebeu após desempenhar a função de intendente geral das minas e diamantes do Serro Frio – foi deputado durante a Constituinte (1823) e nomeado senador por d. Pedro, em 1826, pela bancada mineira, sendo então o pleiteante mais votado. Familiares seus de Caeté participaram da chamada Sedição de Ouro Preto, em 1833, cf. GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do estado nacional brasileiro*: Minas Gerais, 1831-1835. São Paulo: Hucitec, 2008, quadro 1, p.154.

¹⁸ LENHARO, *op. cit.*, p.67-68. Lenharo também cita o caso de João Rodrigues Pereira de Almeida, futuro barão de Ubá. Dono de terras na região de Vassouras, foi deputado da Junta Real do Comércio (1808) e presidente do Banco do Brasil (1809). Mais tarde, em 1821, representaria o Rio de Janeiro nas Cortes de Lisboa, p.67.

A situação torna-se mais complexa quando família e negócios se estendiam para outras províncias. De origem portuguesa, os Monteiro de Barros chegaram em solo mineiro no século XVIII, fixando-se em São João del-Rei e Congonhas do Campo.¹⁹ Ao longo dos anos formaram uma das famílias mais poderosas de Minas, inclusive contando com ramificações em São Paulo. Ainda durante o período joanino os Monteiro de Barros foram agraciados pela Coroa com cargos e terras, cujas mais significativas estavam situadas em Leopoldina, nas proximidades de Mar de Espanha, futura Zona da Mata.²⁰ Romualdo José Monteiro de Barros, um dos maiores traficantes de escravos das Minas Gerais nas décadas de 1820 e 1830, atuou tanto no Conselho da Presidência como do Conselho Geral daquela província.²¹ Comercializava escravos com seu irmão José Joaquim Monteiro de Barros, rico fazendeiro sediado em Congonhas do Campo e que tinha relações privilegiadas na praça fluminense com o comerciante de grosso trato José Francisco de Mesquita.²² Irmão de Romualdo e José Joaquim, o sacerdote Marcos Antônio Monteiro de Barros elegeu-se senador por Minas Gerais, em 1826, mesmo ano em que o também irmão Lucas Antonio Monteiro de Barros foi escolhido para a bancada senatorial paulista. O futuro visconde de Congonhas do Campo já havia ocupado postos de destaque no governo joanino antes de ser indicado por d. Pedro para a presidência da província de São Paulo, em 1824, cargo que abandonou após sua nomeação para o Senado.²³ Seu filho Antônio Augusto Monteiro de Barros foi membro dos Conselhos da

¹⁹ Sobre os Monteiro de Barros, ver BROTERO, Frederico de Barros. *A família Monteiro de Barros*. s/e, 1951.

²⁰ CARRARA, Ângelo A. *A Zona da Mata mineira: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1993, p. 35-36.

²¹ Romualdo José Monteiro de Barros (?-1855), futuro barão de Paraopeba, era natural de Congonhas do Campo e o quarto filho do guarda-mor Manuel José Monteiro de Barros e de Margarida Eufrásia da Cunha Matos. Em Minas Gerais foi membro do segundo governo provisório (1823) e eleito conselheiro (1825-1829) e suplente (1830-1833) na 1ª e 2ª Sessões do Conselho da Presidência de Minas Gerais. Foi eleito, também, para a 1ª (1828-1830) e 2ª Sessões (1830-1833) do Conselho Geral de Minas Gerais. Exerceu a Vice-presidência de Minas Gerais em 1850. Cavaleiro da Imperial Ordem de Cristo, foi agraciado com o título de barão de Paraopeba em 1854. Do seu casamento com Felizarda Constância Leocádia da Fonseca teve os seguintes filhos: Antônio José Monteiro de Barros, Francisco de Paula Monteiro de Barros (indicado por D. Pedro para a ouvidoria da comarca do Serro), Francisca Monteiro de Barros, Miguel Eugênio Monteiro de Barros e Margarida Eufrásia Monteiro de Barros e Maria José Monteiro de Barros, que se casou com José Cesário de Miranda Ribeiro (1752-1856), deputado por Minas Gerias na 1ª e 2ª legislaturas e suplente na 3ª.

²² Em conjunto com seu irmão Romualdo, Joaquim importou do Rio de Janeiro para a província de Minas Gerais, no período de 1808-1830, mais de 620 escravos em 24 remessas. Cf. MARTINS, Roberto Borges Martins. A transferência da corte portuguesa para o Brasil: impactos sobre Minas Gerais. In: *III Seminário sobre a Economia Mineira: Economia, História, Demografia e Políticas Públicas*. Diamantina, 2008, p.15 [online]. Acesso em janeiro de 2014.

²³ Lucas Antonio Monteiro de Barros (1767-1851), barão e depois visconde de Congonhas do Campo, era natural de Congonhas do Campo, Minas Gerais. Filho primogênito do Guarda-Mor Manuel José Monteiro de Barros e Margarida Eufrásia da Cunha Matos, seguiu jovem para Portugal onde estudou Direito da Universidade de Coimbra. Ao retornar para o Brasil, foi nomeado pelo governo joanino ouvidor da comarca de Vila Rica (1808); desembargador da Relação da Bahia (1808), continuando no exercício da Ouvidoria de Vila Rica; Intendente do Ouro da Corte (1812); Desembargador da Casa da Suplicação (1814), continuando no exercício da Intendência do Ouro; Superintendente-Geral dos Contrabandos (1819); e Juiz Conservador da Companhia de Vinhos do Alto Douro. Durante a Regência e o primeiro Reinado de D. Pedro, foi nomeado Chanceler da Relação de Pernambuco (1821); Desembargador do Paço (1821); Ouvidor da Comarca de Sabará (1825). Foi eleito deputado pela Província de Minas Gerais para as Cortes de Lisboa (1821-1822) e para a Assembleia Constituinte de 1823. Foi nomeado o primeiro Presidente da Província de São Paulo, cargo que ocupou entre 1º abril de 1824 e 5 de abril de 1827. Eleito senador pela Província de São Paulo em 22 de janeiro de 1826, tomou posse a 10 de maio de 1827. Recebeu o título de Barão em 12 de outubro de 1825 e de

Presidência e do Conselho Geral de Minas Gerais, deputado e mais tarde senador do Império. A temporada de Congonhas do Campo em São Paulo permitiu que os Monteiro de Barros aumentassem sua inserção na economia e sociedade paulistas, a exemplo de Rodrigo Antonio Monteiro de Barros,²⁴ filho do Visconde, que se casou com Maria Marcolina Prado, ao mesmo tempo meia-irmã e prima do influente Antonio da Silva Prado,²⁵ futuro Barão de Iguape, além de conseguir ser eleito deputado por São Paulo para a 2ª legislatura do Império. Homônimo do pai visconde, Lucas Antonio Monteiro de Barros casou-se com Cecilia Breves de Moraes, pertencente ao núcleo dos Souza Breves, uma das famílias mais ricas do vale do Paraíba fluminense.²⁶ Também membro da família, Manoel José Monteiro de Barros chegou a ser suplente do Conselho da Presidência e membro efetivo do Conselho Geral, ambos por Minas Gerais.

Os setores diretamente beneficiados com a chegada da família real – sobretudo membros da burguesia portuguesa e nobres emigrados para o Rio de Janeiro, bem como ricos negociantes e proprietários fluminenses – estavam originalmente associados ao projeto do Conde de Linhares, o qual buscava reformular o Império português a partir do reconhecimento do Reino do Brasil como peça chave na estrutura imperial lusa.²⁷ A ideia da formação de um Império português renovado com sede no Rio de Janeiro compactuava com o entendimento de que o imenso território colonial – dotado de regiões distintas economicamente, repleto de recursos naturais e com uma população livre em crescimento – guardava as condições necessárias para a produção de riquezas e para o delineamento de uma entidade política autônoma, cujo sucesso poderia equipará-lo às nações ditas civilizadas. Mais tarde, quando o movimento revolucionário do Porto já encontrava desdobramentos em terras brasileiras, esses homens, diante da impossibilidade de conciliar os interesses dos

Visconde no mesmo dia e mês do ano seguinte. Ainda recebeu o título de Visconde com grandeza em 2 de junho de 1841. Cf. EGAS, Eugenio *Galeria dos presidentes de São Paulo*. São Paulo: Seção de obras do "O Estado de S. Paulo", 1926, v.1 (Período Monárquico), p.25-26.

²⁴ Rodrigo Antonio Monteiro de Barros (?-1844) era natural de Minas Gerais. Filho de Lucas Antonio Monteiro de Barros, o Visconde de Congonhas do Campo, tornou-se bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1827, quando foi nomeado juiz de fora da cidade de São Paulo. Foi deputado por São Paulo na 2ª e 4ª legislaturas, ouvidor da comarca de São Paulo e desembargador da Relação de Pernambuco em 1842.

²⁵ Antonio da Silva Prado foi um dos principais arrematadores de contratos e comerciantes de reses e muarens da província de São Paulo nas primeiras décadas do século XIX. Não ocupou cargos políticos relevantes, talvez porque tivesse quem o representasse. Ao longo do ano de 1832, por exemplo, atuou como comandante do 1º batalhão de Guardas Nacionais da cidade de São Paulo cf. APESP, Acervo Digital – Ofícios Diversos, ofício de 29/08/1832, 30/08/1832, 08/10/1832, 01/12/1832. Sobre a figura do negociante Silva Prado, ver PETRONE, Maria Thereza Schörrer. *O Barão de Iguape*. Um empresário da época da Independência. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976.

²⁶ LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. *O Império dos Souza Breves nos Oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim de Souza Breves*. Dissertação de Mestrado. Niterói: ICHF-UFF, 2010, p.30-33. Outro filho de Lucas Antônio, o coronel Inácio Gabriel Monteiro de Barros, tornou-se próspero fazendeiro em Bananal.

²⁷ Refiro-me aqui ao conhecido texto produzido por d. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), datado de 1797 ou 1798 e intitulado *Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América*. Sobre o pensamento de d. Rodrigo e suas implicações na política metropolitana portuguesa, ver DINIZ-SILVA, André Mansuy (org.). *D. Rodrigo de Sousa Coutinho, textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811)*. Lisboa: Editora Banco de Portugal, 1993; SILVA, Ana Rosa Coclet da. *Inventando a nação*. Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822). São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2006.

portugueses dos dois lados do Atlântico, participaram diretamente na separação de Portugal, defendendo um Estado monárquico centralizado, unitário, de dimensões imperiais, em que a política local estaria subordinada ao governo central, reafirmando-se aí a proeminência do Rio de Janeiro como centro do Império, e em que a Coroa gozaria de um papel de destaque na condução da máquina pública, aspirações essas que ganharam concretude na Carta de 1824.²⁸

Essas figuras, todavia, não estavam a sós. Desde os primeiros decênios do século XIX assistiram ao advento de múltiplos interlocutores no campo da política, uma das consequências da luta pela conquista de mercados, terras, capital e poder dentro do panorama acima descrito. Dito isso, é de se lembrar que participação de negociantes, agricultores, militares e burocratas na base de sustentação do governo joanino e, posteriormente, do Primeiro Reinado, ainda que variada, não abrangeu todos os setores proprietários do centro-sul beneficiados com a instalação da Corte no Rio de Janeiro. A projeção política da maior parte da classe proprietária, sobretudo de pequenos e médios produtores, ainda se encontrava atada à esfera local, quadro que não se alterou substancialmente com a instauração do Império brasileiro.

Donos de engenhos de cana-de-açúcar e de lavras, produtores e comerciantes de gêneros de primeira necessidade, criadores e negociantes de tropas de burro, esses homens, especialmente oriundos do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, tiveram papel fundamental nos debates ocorridos nas Cortes de Lisboa, na viabilização do “Fico”, na composição das Juntas de Governo e no endosso (ainda que momentâneo) à Carta de 1824, mas não chegaram a ser recrutados por d. Pedro para o Ministério.²⁹ Acabaram organizando-se, alternativamente, nas esferas de poder as quais dependiam de processos eleitorais,³⁰ tais como as Câmaras Municipais, os Conselhos Provinciais e, em especial, a Câmara dos Deputados, divisando nas sucessivas convocações do Parlamento, a partir de 1826, um modo de abrir espaço político na Corte, ampliando sua rede de negócios e projeção política.³¹ Tais espaços, no entanto, também foram granjeados fora das esferas

²⁸ OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles, *op. cit.*, 2009, p.45-46; JANCSÓ, István. A construção dos Estados Nacionais na América Latina. Apontamentos para o estudo do Império como projeto. In: SZMERECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (org). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo, Hucitec/FAPESP, 1996, p. 3-26.

²⁹ OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles, *op. cit.*, 2009, p.45.

³⁰ Nas últimas décadas a bibliografia tem aceitado a ideia de que, na primeira metade do século XIX, o voto era um direito estendido à boa parte dos cidadãos brasileiros. Para integrar o corpo de votantes e participar das eleições primárias era necessário ter cidadania brasileira e possuir renda líquida anual de 100 mil réis, ao passo que para ser eleitor e integrar as eleições secundárias a renda apresentada deveria ser no mínimo o dobro. Já relativamente baixos quando da sua marcação pela Carta de 1824, os pré-requisitos exigidos, aliados à crescente inflação, ficavam menos restritivos a cada eleição e transformavam o voto em um direito em expansão, especialmente no que tange à base de votantes, fato esse que foi largamente percebido pelos contemporâneos, de modo que o tema perpassaria todo o século XIX, sendo questão presente nas ocasiões em que se discutiram as reformas eleitorais. Sobre o assunto ver GRAHAM, Richard. Formando un gobierno central: las elecciones y el orden monárquico en el Brasil del siglo XIX. In: ANNINO, Antonio (coord.). *História de las elecciones em Iberoamérica, siglo XIX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1995, p.347-380.

³¹ No plano da teoria política as eleições representavam, junto com a divisão de poderes e o constitucionalismo, a essência da ideia de regime representativo. No jurídico-administrativo, o instrumento legal que daria viabilidade à

oficiais de poder e dos negócios, como por exemplo, pela imprensa periódica. Não à toa que ao longo das primeiras legislaturas viriam a compor um dos principais grupos de oposição ao governo de d. Pedro.

Parte desses setores foi tema da já citada obra *As Tropas da Moderação*, de Alcir Lenharo, que analisou o abastecimento de gêneros de primeira necessidade da Corte feito por Minas Gerais durante o período de 1808 a 1842, pormenorizando questões como a estruturação dos meios de distribuição e o alcance das bases socioeconômicas da produção, sem perder de vista a fundamentação política do fenômeno estudado e, notadamente, a projeção de homens do sul mineiro ligados a esse ramo econômico, como José Bento Ferreira de Melo, que por sua vez tinham ligações com políticos de outras províncias, a exemplo de Evaristo da Veiga (Rio de Janeiro) e Antônio Francisco de Paula Sousa (São Paulo). A amplitude política dos proprietários interioranos aumentou com a Abdicação, quando vários representantes desse setor já se encontravam instalados na Corte. Com a retirada de cena do imperador, a luta política fez abrir espaços para que grupos regionais, como o do setor abastecedor, fossem coresponsáveis pela administração regencial.³²

Estudos recentes têm apontado a importância de se analisar o papel da dimensão local, sobretudo das *províncias*, na configuração e viabilização do estado monárquico-constitucional com sede no Rio de Janeiro. À contracorrente de interpretações mais difundidas que tendem a compreender o nascimento do Império como o resultado de um conjunto de acordos políticos de caráter clientelista,³³ manifestos no governo supostamente “centralizador” de d. Pedro durante o Primeiro Reinado, esses novos trabalhos vêm matizando o entendimento a respeito da estrutura política imperial a partir da ênfase no estudo da dimensão provincial, que, no limite, consistiu na principal esfera de poder local durante os primeiros anos do Império. Esse destaque conferido às instâncias políticas locais tem ampliado o conhecimento referente às diferentes províncias, possibilitando construir um painel mais completo de suas diferenças, semelhanças e peculiaridades, o que sugere olhar a construção da monarquia brasileira por um ângulo diferente: a consolidação do Estado imperial no decurso do século XIX não seria o produto de uma mera cooptação dos elementos provinciais pelo governo central enraizado no Rio de Janeiro, dominador e

participação política dentro de uma monarquia constitucional. E, no simbólico, o motor que a cada novo pleito conferiria legitimidade ao regime adotado, sedimentando a concepção de um Estado nacional não apenas de direito, mas também de fato. As eleições ocorriam quase o tempo todo, de forma que a mobilização de votantes e eleitores era praticamente contínua. Assim, o processo eleitoral provinha tanto de uma nova ideologia quanto de um desejo prático dos grupos locais em acalantar suas antigas pretensões de alcançar o poder por vias legais. Cf. GRAHAM, *op. cit.* Sobre o papel das eleições nos regimes representativos, ver MANIN, Bernard. *Los principios del gobierno representativo*. Trad. esp. Fernando Vallespín. Madrid: Alianza Editorial.

³² LENHARO, *op. cit.*

³³ Para uma análise crítica recente sobre a questão do clientelismo na historiografia brasileira, ver VELLASCO, Ivan de Andrade. Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil oitocentista: notas para um debate. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das (org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos. Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.71-100.

consensualmente estabelecido. Ela seria, antes, o resultado de um complexo jogo político em que os agentes provinciais pugnaram – no Parlamento, nas esferas de poder local, na imprensa e, não raro, mediante o uso de armas – no sentido de consolidarem sua participação no controle do novo Estado a ser construído.³⁴

Em outro sentido, trabalhos desenvolvidos nas últimas décadas dentro das universidades brasileiras vêm apontando para uma leitura renovada sobre a história política do Império, ao abordar questões como a formação da opinião pública, a constituição de projetos políticos, a atuação de estadistas e matizados segmentos sociais e os nexos da sociedade imperial com a escravidão. Tais estudos têm repensado a preeminência do “econômico” sobre a prática política e a cisão entre ideias e realizações sociais, rompendo assim com o paradigma explicativo da polarização entre dominantes e dominados e lançando luz, por conseguinte, ao caráter fundamental da cultura e da iniciativa dos homens na construção das sociedades modernas.³⁵

Embora ancoradas em matrizes teórico-metodológicas distintas, teses e dissertações têm posto em cheque uma das interpretações mais persistentes sobre a formação do Estado brasileiro: a de que sua gênese se deu em meio a uma contradição incontornável, expressa na incongruência entre os princípios liberais e a realidade brasileira, supostamente timbrada pelo legado colonial, pela escravidão e pela ausência de projetos que vislumbbrassem transformações sociais efetivas por parte daqueles que conduziram o processo de construção do novo Estado-nação. Em contrapartida, essas novas pesquisas vêm questionando a tese do atraso da sociedade brasileira oitocentista em relação à modernidade europeia e estadunidense, bem como a ideia do inacabamento da nação e da incapacidade de se erigir entre os brasileiros uma monarquia constitucional representativa que contemplasse os interesses, ainda que divergentes, dos agentes políticos em disputa.³⁶

³⁴ Sobre o assunto, e tendo em vista o centro-sul do Império, ver os trabalhos de CARVALHO, Marcio Eurélio Rio de. *Afirmção de uma esfera pública de poder em Minas Gerais (1821-1851)*. Tese de doutorado. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2003; DOLHNIKOFF, *op. cit.*, GOUVÊA, *op. cit.*, 2008; SILVA, Wlamir. *“Liberais e povo”*: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: Hucitec, 2009; SILVA, Ana Rosa Cloclet da. *De comunidades a Nação. Regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais (1821-1831)*. *almanack braziliense* (online). São Paulo, n.2, nov, 2005; SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2006.

³⁵ MARSON, Izabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Liberalismo, monarquia e negócios: laços de origem. In: _____ (orgs.). *Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil: 1780-1860*. São Paulo: Edusp, 2013, p.09-33.

³⁶ Ver, entre outras obras, BERBEL, Márcia Regina; MARQUESE, Rafael B.; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010; BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (Res)Sentimento: Indagações sobre uma Questão Sensível*, 2ª ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004; CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.), *op. cit.*; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; BITTENCOURT, Vera Lúcia N.; COSTA, Wilma Peres (orgs.). *Soberania e conflito: configurações do estado nacional no Brasil do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 2010; PEIXOTO, Antonio Carlos; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia (orgs.). *O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001; RIBEIRO, Gladys (org.). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política, 1822-1930*. São Paulo: Alameda, 2009.

Considerando os aspectos acima tratados, a presente tese tem como objetivo analisar a ascensão de políticos mineiros e paulistas no âmbito da formação do Estado nacional brasileiro entre 1823 e 1834, atentando para dois movimentos simultâneos e interligados. O primeiro diz respeito à criação de esferas de poder em nível provincial em São Paulo e Minas Gerais, em que será privilegiada a atuação dos conselhos provinciais – o Conselho da Presidência e o Conselho Geral –, sua relação com o Legislativo e Executivo e, conseqüentemente, seu engajamento na viabilização de uma monarquia constitucional sediada no Rio de Janeiro. Trata-se de examinar de que maneira a composição dos poderes provinciais inscreveu-se no processo de afirmação de um estado monárquico-constitucional representativo em meio a outras propostas vigentes de organização do Estado à época.

O segundo movimento refere-se à projeção de paulistas e mineiros no cenário político da Corte, seja no Legislativo, a partir de 1826, seja no Executivo, mormente após a Abdicação. O horizonte temático é o das relações/ mediações entre a construção simultânea dos poderes locais e central, problematizando-se a denominada oposição “centralização” *versus* “descentralização”, bem como os fundamentos políticos desse debate no período. Em suma, quais seriam as inspirações e experiências que modelaram tanto o projeto de configuração da monarquia representada pela legitimidade dinástica com os Bragança quanto as propostas ditas “moderadas” e “exaltadas”, que questionaram as bases do governo de d. Pedro I? Com isso pretende-se matizar o chamado projeto “liberal moderado”, o qual obteve grande respaldo em São Paulo, Minas Gerais e na Corte no período estudado, partindo-se da hipótese de que a atuação de políticos paulistas e mineiros, notadamente no encaminhamento da reforma constitucional que se consubstanciou no Ato Adicional, em 1834, foi permeada por interesses de grupos provinciais e influenciada pelo debate político ocorrido em nível provincial.

Do ponto de vista do tema e da periodização adotados, o debate e a ação política que se deram nas províncias e na Corte ensejam o contato entre duas dimensões inseparáveis, a crer nas orientações de Pierre Rosanvallon no que tange à formação dos Estados modernos.³⁷ De um lado, a da paulatina institucionalização do Estado imperial a partir do cumprimento da Carta de 1824 e da implementação das instituições por ela asseguradas. De outro, a da prática política desenvolvida nessas instituições que, no tocante aos órgãos provinciais, assumiu feições distintas de acordo com as demandas e os interesses de determinados grupos locais. Para tentar dar conta desse entrelaçamento utilizou-se de um repertório variado de fontes³⁸ que nos permitiu cotejar diferentes

³⁷ ROSANVALLON, Pierre. *La Démocratie Inachevée. Histoire de la Souveraineté Universal em France*. Paris: Gallimard, 1992; *The Demands of Liberty: Civil Society in France since the Revolution*. Harvard: Harvard University Press, 2007; Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: APUHH/ Ed. Contexto, nº30, 1995. Trad. de Paulo Henrique Martinez.

³⁸ Ver o tópico Fontes e Bibliografia.

esferas de prática política. Buscou-se, articuladamente, confrontar os discursos engendrados nesses espaços da política com o objetivo de deslindar suas relações, concordâncias e divergências com relação à inserção do poder provincial no quadro mais geral de definição das bases do Estado imperial.

Com intuito de obter um melhor entendimento dos grupos políticos paulistas e mineiros no período, a tese visa, também, analisar outra dimensão da luta política, qual seja, a do debate promovido pela imprensa nas províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo entre o início do Primeiro Reinado e a conclusão da reforma constitucional, em 1834. Diferentemente da pesquisa de Mestrado,³⁹ onde se procurou aprofundar a discussão sobre jornais específicos, aqui temos a intenção de analisar uma gama maior de periódicos a fim de mapear os nexos e conflitos entre redatores, propostas e projetos políticos veiculados pela imprensa nas três províncias abordadas. Cabe notar que, a despeito das diferentes matrizes interpretativas que compõem as pesquisas sobre a história do Império, a imprensa periódica tem figurado entre seus estudiosos como importante instrumento de discussão política, na medida em que, além de difundir concepções e propostas político-administrativas voltadas para a questão da instauração do Estado nacional, desempenhou também um papel fundamental enquanto órgão doutrinador do posicionamento político da época.⁴⁰

A escolha da cronologia – 1823-1834 – deu-se tendo em vista dois momentos fundamentais no estabelecimento dos poderes provinciais ao longo do Primeiro Reinado e dos primeiros anos da Regência. O ano de 1823 marca a convocação da Assembleia Constituinte e uma primeira definição, pela lei de 23 de outubro, da estrutura político-administrativa dos governos provinciais. Já o ano de 1834 se refere à aprovação do Ato Adicional e da lei que regulamentou o funcionamento do cargo de presidente de província, cujas implicações afetaram a organização dos grupos políticos do Império, dentre eles os “liberais moderados” – que se viram divididos e num momento de reordenação –, representando a supressão dos conselhos provinciais e o advento das Assembleias Provinciais.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos: no primeiro serão analisados os vínculos entre política e economia em Minas Gerais e São Paulo nos primeiros anos do Império, com ênfase

³⁹ OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Poder local e palavra impressa: São Paulo, 1824-1834*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2011.

⁴⁰ MARSON, Izabel Andrade. *Movimento Praieiro, 1842-1849: imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo: Editora Moderna, 1980; MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005; FERREIRA, Tania Maria Bessonde da C.; MOREL, Marco; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira. (orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A/ Faperj, 2006; MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008. Para obras de referência sobre a origem da imprensa na América portuguesa e no Brasil, ver RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil 1500-1822*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Imesp, 1988; SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Brasileira, 1966; VIANNA, Helio. *Contribuição à história da Imprensa no Brasil (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/ Imprensa Nacional, 1945.

para os grupos de poder de ambas as províncias e a sua inserção no processo de construção do Estado nacional. O capítulo seguinte terá como foco os chamados “conselhos provinciais” – o Conselhos da Presidência e o Conselho Geral – de São Paulo e Minas Gerais, atentando-se para a atuação política e participação na composição do poder de ambas as províncias. No terceiro capítulo será discutida de que forma paulistas e mineiros passaram a ocupar, a partir de 1826, o Legislativo do Império, bem como de que modo os representantes dessas localidades atuaram com relação ao encaminhamento das demandas específicas de suas províncias. O quarto e último capítulo versará os projetos de Império e a reforma da Carta de 1824, lançando luz para a participação de políticos paulistas e mineiros nesse processo, aprofundando-se o estudo sobre os nexos entre poderes/demandas locais e governo central. Espera-se, dessa forma, contribuir para o debate histórico e historiográfico acerca das lutas políticas, dos protagonistas e dos projetos que estão imbricados à configuração do Império do Brasil entre 1823 e 1834.

1.

Política e economia no centro-sul do Império no início do século XIX

Em princípios do século XIX, o adensamento do movimento de mercantilização da produção e da concentração fundiária no centro-sul, aliado às disputas pelo controle do mercado fluminense, do comércio de cabotagem e das atividades importadoras e exportadoras, impulsionou embates intensos entre negociantes radicados na Corte e no Reino de Portugal, mercadores ingleses, proprietários do sul de Minas, São Paulo e do norte fluminense (Recôncavo e Campos de Goitacases).⁴¹ Esses encontros ganham amplitude quando cotejados à bibliografia mais recente, a qual vem mostrando que tanto em Minas Gerais quanto em São Paulo delineava-se uma economia dinâmica, com possibilidades variadas de produção e mercado, e que por isso mesmo era atrativa para setores diversos da população, situação distante do perfil decadentista⁴² replicado pelos estudos tradicionais sobre ambas as províncias na primeira metade do século XIX.⁴³

⁴¹ OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *A astúcia liberal*. Relações de Mercado e Projetos Políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). São Paulo, Editora Ícone e Edusp, 1999, p.80.

⁴² Inconsistente em termos teórico-metodológicos, o conceito de “decadência” oferece não poucas dificuldades para a análise histórica. Em primeiro lugar porque carregam a ideia de que o desenvolvimento, entendido como algo eminentemente econômico, é algo natural e inevitável, uma vez que as sociedades estão supostamente em constante progresso e sempre na mesma direção – a economia de mercado. Em segundo, ambas trazem à tona a não menos problemática concepção de *ciclo* (“ciclo da mineração”, “ciclo da cana-de-açúcar”, “ciclo do café”), que tende a enrijecer os fenômenos históricos e interpretá-los a luz de um único paradigma explicativo, marcadamente etapista, ignorando assim que as sociedades constituem-se a partir de diversas camadas da vida humana, sejam elas atreladas à economia, à política e à cultura. Sobre o tema, ver LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 1ª edição 1977. Trad. port. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003 e VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. 1ª edição 1971. Trad. port. Brasília: UNB, 1982.

⁴³ Segundo parte da bibliografia consagrada, São Paulo passou por um sensível período de decadência entre o término do movimento bandeirista e meados do século XIX, momento em que houve um incremento econômico proporcionado pela lavoura cafeeira exportadora, cf. CANABRAVA, Alice. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765/1767. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: 26(4): 95-123, out./dez., 1972;

Os textos mais conhecidos sobre a história de São Paulo não se detiveram suficientemente nos processos inseridos entre dois supostos marcos – o bandeirismo e o advento do café – ora enfatizando a proeminência dos bandeirantes na ocupação do território e na descoberta das minas, ora afirmando que o dinamismo socioeconômico de São Paulo cristalizou-se a partir de 1850, com o desenvolvimento da lavoura cafeeira. A maneira grandiloquente como foram tratados esses dois temas, aliada a uma suposta escassez de fontes referentes ao desenvolvimento socioeconômico paulista no período anterior a 1872, ano do primeiro censo nacional, fez com que grande parte da bibliografia considerasse esse período “intermediário” como de pouca expressividade, portador de uma estagnação socioeconômica que só seria superada com a consolidação do “ouro verde”.⁴⁴

Trabalhos produzidos a partir da década de 1970 questionaram diretamente a insuficiência do paradigma da decadência paulistana e, em termos gerais, paulista.⁴⁵ Ao discutir o grande crescimento demográfico ocorrido em São Paulo entre 1690 e 1765, Maria Luiza Marcílio notou que nesse período houve um aumento nas atividades agrícolas da capitania, seja em decorrência do acréscimo populacional ocasionado pelo advento da exploração do ouro, seja pela transplantação da sede da América portuguesa de Salvador para o Rio de Janeiro. No clássico *A Lavoura Canavieira em São Paulo*, Maria Thereza Petrone demonstra que o sucesso das lavouras de café a partir de 1850 só foi possível devido à infraestrutura – comercial, financeira e de transportes – implementada pela cultura canavieira durante o último quartel do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Tal infraestrutura, contudo, só pode ser concretizada na medida em que a economia de São Paulo sofreu gradativamente uma alteração estrutural, ou seja, passou de uma configuração mais regional e voltada para o mercado interno para outra assentada na grande produção exportadora e escravista. Petrone nota que esses dois processos, ocorridos de forma simultânea e articulada, resultaram da ação dos políticos da capitania como idealizadores de políticas públicas voltadas para a viabilização dos mesmos.⁴⁶ Mais recentemente, Ana Paula Medici observou que o dinamismo

ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *A economia paulista no século XVIII: ciclo do luar, ciclo do açúcar*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1979; PRADO, Paulo. *Paulística etc.* São Paulo, Companhia das Letras, 2001; PRADO JR., Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999 [1942]; LYRA, Maria de Lourdes Viana. *Dízimos Reais na Capitania de São Paulo*. Contribuição à História Tributária do Brasil Colonial (1640-1750). Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1970.

⁴⁴ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 15-24. Sobre o mito do bandeirante, ver o estudo pioneiro de MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo/ Belo Horizonte: Edusp/ Itatiaia, 1980 [1929] e ABUD, Kátia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições*. A construção de um símbolo paulista: o Bandeirante. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1985.

⁴⁵ ABUD, Kátia Maria. *Autoridade e riqueza*. Contribuição para o estudo da sociedade paulistana na segunda metade do século XVIII. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1978; KUZNESOF, Elizabeth Anne. The role of merchants in the economic development of São Paulo: 1765-1850. *Hispanic American Historical Review*, v. 60, p. 571-592, nov. 1980. MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista. 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000; RABELLO, Elizabeth Darwiche. *As elites na sociedade paulista da segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Safady, 1980.

⁴⁶ PETRONE, Maria Thereza Schörer. *A Lavoura Canavieira em São Paulo*. Expansão e Declínio (1765-1851). São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968.

econômico de São Paulo ao longo do século XVIII – oriundo, sobretudo, da produção e do comércio de produtos agrícolas –, além de colocar em dúvida a noção de declínio, permite questionar o porquê da construção dessa ideia.⁴⁷ A autora assinala como o discurso da decadência produzido por autoridades públicas entre 1782 e 1822, apropriado posteriormente por parcela da bibliografia como indício da fragilidade da economia paulista, esteve intimamente associado aos interesses desses funcionários, preocupados em legitimar sua intervenção política diante de situações forjadas por sua própria retórica, procedimento esse também observado por Milena Maranhão já para o século XVII.⁴⁸ Cabe ressaltar, ainda, as pesquisas que vem desvendando os laços entre negócios e política na capitania e depois província de São Paulo, especialmente ao mostrar a participação dos comerciantes na economia paulista, bem como a inserção desses homens nas esferas oficiais de poder.⁴⁹

No caso das Gerais, autores vêm questionando o suposto refluxo econômico ocorrido nas Minas oitocentistas com base em estudos que comprovam a disseminação da propriedade escrava, de diferentes formas de acesso à terra e à produção – distintas do binômio *plantation*/braço escravo aplicado a outras regiões – e do desenvolvimento de um amplo leque de atividades econômicas.⁵⁰

⁴⁷ MEDICCI, Ana Paula. *Entre a 'decadência' e o 'florescimento': capitania de São Paulo na interpretação de memorialistas e autoridades públicas (1782/1822)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2005.

⁴⁸ MARANHÃO, Milena Fernandes. *A opulência relativizada: significados econômicos e sociais dos níveis de vida dos habitantes da região do Planalto de Piratininga (1648-1682)*. Bauru: Edusc, 2000. Cabe ressaltar aqui o trabalho de Ilana Blaj, que notou, já para o final do século XVII e início do XVIII, a inserção da economia paulista numa complexa rede comercial interna à sociedade colonial que envolvia outras regiões, sobretudo Minas Gerais e Rio de Janeiro. Nesse contexto, a vila de São Paulo já portaria o *status* de centro de trocas mercantis, cf. BLAJ, Ilana. *A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681/1721)*. São Paulo: Humanitas, 2002. Da mesma autora, ver o artigo Agricultores e comerciantes em São Paulo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.18, n.36, p.281-296, 1998. Ver, também, MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁴⁹ ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006; BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo: Alameda/ Fapesp, 2010; MATTOS, Renato de. *Política, administração e negócios: a capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2009; MEDICCI, Ana Paula. *Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2010; MONT SERRATH, Pablo Oller Mont. *Dilemas e Conflitos na São Paulo restaurada: formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2007; PUNTSCHART, William. *Negócios e negociantes paulistas (1808-1822)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1998.

⁵⁰ No que se refere às Minas Gerais, a ideia de um período de “inflexão” econômica está associada ao declínio da atividade mineradora. Para parte dos autores que corroboram dessa premissa, como Francisco Iglesias (Minas Gerais, in HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da civilização brasileira*, tomo II, v.2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1978, p.364-412; “periodização da história de Minas. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 9, julho de 1970) e Roberto Simonsen (*História Econômica do Brasil*, 1500-1820. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969), o decréscimo da atividade mineradora teria gerado uma economia de subsistência sem importância econômica, que só seria superada com o advento da República. Júnia Furtado acredita que a falta de estudos para Minas Gerais no século XIX seja decorrente, em parte, da difusão dessa concepção entre a literatura acadêmica. Cf. FURTADO, Junia Ferreira. *Historiografia mineira: tendências e contrastes. Vária História*. Belo Horizonte, nº 20, mar. 1999, p.46. Ver ainda FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1989. 1ª edição: 1959 e PRADO JR., *op. cit.*, 1999. Em artigo recente, Eduardo França Paiva assinalou que até por volta da década de 1980 perdurou um viés interpretativo sobre o século XIX mineiro fortemente influenciado pelo tema da riqueza das Gerais, isto é, ao “faustoso” século XVIII se contrapôs um Oitocentos pobre e decadente, a ser remediado

Muito além de um “perfil” provincial, historiadores têm ressaltado o caráter plural da sociedade mineira oitocentista, a qual era dotada de contrastes regionais, de uma população livre e escrava numerosa e ascendente e de uma economia diversificada.⁵¹ Roberto Borges Martins e Douglas Cole Libby trouxeram à tona aspectos reveladores sobre a economia mineira no século XIX. Ambas as pesquisas mostraram que a província teve não apenas o maior plantel escravo do Império durante a primeira metade do século, mas também esteve entre as principais importadoras de cativos.⁵² Para Martins, o alto número de escravos trazidos para as Gerais decorria da existência de um intenso mercado interno capaz de manter a demanda por novos cativos. Esse comércio era constituído em sua maioria por gêneros de primeira necessidade, produzidos em pequenas e médias unidades agrícolas que proliferaram em solo mineiro em fins do século XVIII e início do XIX, traço que indicaria não uma ruralização forçada, mas um redirecionamento de recursos e perfil econômico.⁵³ Douglas Libby mergulhou mais a fundo na questão e observou como a província de Minas conseguiu se estruturar em diferentes setores produtivos – como a indústria têxtil, siderúrgica, metalúrgica, a mineração subterrânea e a lavoura canavieira exportadora⁵⁴ – e conjugá-los a ponto

apenas com o surgimento da República. Do último quartel do século XX pra cá floresceu, entretanto, um esforço revisionista lastreado em extensa pesquisa documental, o qual tem proposto novas leituras a respeito das Minas Gerais sob o Império, cf. PAIVA, Eduardo França. Minas depois da mineração [ou o século XIX mineiro]. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. V.1 (1808-1831), p.271-308. Como notou Wlamir Silva, essa renovação historiográfica tem recuado inclusive para o período colonial. O autor cita, entre outros trabalhos, GUIMARÃES, Carlos M. & REIS, Liana M. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). *Revista do Departamento de História* (2), Belo Horizonte: CFMH, junho de 1986; CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Fafich/UFGM, 1995; SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997; MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000. Cf. SILVA, Wlamir. “*Liberais e povo*”: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: Hucitec, 2009, p.51.

⁵¹ Ver ANDRADE, Francisco Eduardo. *A enxada complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFGM, 1994; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Minas Gerais no pós-auge minerador: uma trajetória historiográfica. *Registro: Informativo do Centro Nacional de Referência Historiográfica*. Mariana, ano 2, nº 4, set.1995-fev.1996; CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF, 2007; REZENDE, Irene Nogueira de. *Negócios e participação política: fazendeiros da Zona da Mata de Minas Gerais (1821-1841)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2008; SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁵² MARTINS, Roberto Borges. *Growing in Silence: the Slave Economy of Nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. Tese de Doutorado. Nashville: Vanderbilt University, 1980; Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. In: SZMRECSÁNYI & LAPA, José Roberto (orgs.). *História econômica da Independência do Brasil e do Império*. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 1993; MARTINS FILHO, Almicar & MARTINS, Roberto B. Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited. *HAHR*, v.63, n.3, 1983; LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁵³ A tese de Martins não foi de todo aceita pelos estudiosos das Gerais. Robert Slenes chegou a afirmar que Martins conferira muita importância ao mercado interno, quando na realidade era o setor exportador aquele responsável pelo incremento da mão de obra escrava, cf. PAIVA, *op. cit.*, p.283. Ver SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.18, nº 3, 1988, p.449-495.

⁵⁴ Para a década de 1830, calcula-se que Minas Gerais possuía mais de 4 mil unidades produtivas com transformação da cana-de-açúcar, que empregavam, sazonalmente, aproximadamente 40% da força de trabalho escrava da província na fabricação de açúcar, rapadura e aguardente, cf. GODOY, Marcelo Magalhães. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócios*. Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o

de estabelecer uma economia dinâmica, voltada tanto para o mercado externo como interno. A constatação da diversidade de situações regionais, atividades produtivas e relações de trabalho têm gerado estudos microrregionais que, em conjunto, evidenciam a impossibilidade de tratarmos as Gerais oitocentistas de forma homogênea.⁵⁵

1.1. Entre caminhos e vilas: aspectos socioeconômicos de São Paulo e Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX

1.1.1. São Paulo

Na primeira metade do século XIX, a cidade de São Paulo constituía o ponto de referência para a província como um todo.⁵⁶ Centro político-administrativo e militar, sede do bispado local e o principal elo político com a Corte, sua localização estratégica lhe rendera muito cedo a condição de entroncamento viário para as principais regiões da província: para o norte, seguindo pelos sertões do Camanducaia e do Sapucaí, atingia-se Juqueri, Atibaia, Bragança e o sul de Minas; para norte/nordeste, passando por Jundiá, Campinas, Moji-Mirim e o sertão do Rio Pardo, chegava-se a Minas Gerais e Mato Grosso; para leste estendia-se o vale do Paraíba, que fazia fronteira como o Rio de Janeiro; para o noroeste o viajante encontrava Itu e Porto Feliz e, mais a oeste, trilharia por Sorocaba, Faxina, até chegar nos campos de Curitiba; por fim era possível seguir para o sul, rota que desembocava no litoral e no porto de Santos.⁵⁷ Por isso mesmo o centro administrativo paulista era local de passagem de viajantes e tropas que escoavam a produção do planalto, impondo-se como espaço privilegiado de negócios da província.⁵⁸

São Paulo não era, em si, um núcleo produtivo de grande importância.⁵⁹ Além do chá,⁶⁰ a principal cultura agrícola da cidade, esta produzia em pequena escala aguardente, arroz, farinha de

Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2004, p.525.

⁵⁵ Ver, especialmente, GODOY, Marcelo Magalhães. *Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1996; PAIVA, Clotilde Andrade de. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1996.

⁵⁶ MOURA, Denise A. Soares de. *Sociedade movediça: economia, cultura e relações sociais em São Paulo – 1808-1850*, São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

⁵⁷ PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1972. Inspirado em Capistrano de Abreu, particularmente em sua obra *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, Teodoro Sampaio chamaria esses caminhos de “artérias históricas”, dada sua importância no processo de ocupação do planalto paulista, cf. SAMPAIO, Teodoro. São Paulo no século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, 1902, v.06, p.163.

⁵⁸ PUNTSCHART, *op. cit.*

⁵⁹ Tal característica acabou sendo mal interpretada por estudiosos sobre a capital paulista. É sabido que desde o fim do século XIX, com a publicação de estudos como os de Afonso de Freitas e Teodoro Sampaio, ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, de Spencer Vampré e Almeida Nogueira, vinculados à Faculdade de Direito do Largo São Francisco, e de memorialistas ou jornalistas como Nuto Sant’Anna e Aluisio de Almeida, tornou-se prática comum atribuir à cidade de São Paulo do início dos Oitocentos um perfil de atraso econômico e cultural quando

mandioca, feijão, milho, amendoim, fumo e algodão, além de contar com criações de porcos e de algum gado cavalar, muar e vacum. Havia, também, a confecção de telhas e couros.⁶¹ As atividades urbanas eram o cerne da vida econômica paulistana, que contava com alfaiates, carpinteiros, sapateiros, ferreiros, caixeiros negociantes, pescadores, seleiros, pedreiros, costureiras, marceneiros, serradores, tanoeiros, oleiros, barbeiros, dentre outros profissionais.⁶² No campo da cultura São Paulo dava os primeiros passos para se aproximar de outras capitais do Império, sendo fundamentais neste quesito o advento do Gabinete Literário (1825) – primeira biblioteca pública da cidade –, do Curso Jurídico (1827), da primeira tipografia da província (1827), da Sociedade Filomática (1830) e da Sociedade Harmonia Paulistana (1832).⁶³

São Paulo, porque capital, era por excelência o palco da política paulista, seja por abrigar as mais altas esferas do poder institucionalizado seja por contar com um espaço extraoficial de debate mais dinâmico, que tinha como combustível a única tipografia em solo paulista até meados dos anos 1830. Fato curioso, todavia, é o de que durante o Primeiro Reinado e o início da Regência a cidade de São Paulo foi, por assim dizer, menos o reduto de nomes consagrados do que propriamente um centro de articulação política onde setores de diferentes partes da província se faziam presentes e lutavam pelo poder. É evidente que entre os paulistanos havia nomes de certa projeção, sobretudo no seio dos autointitulados liberais, e que as corridas eleitorais da época revelam um esforço no

comparada a outras localidades da América portuguesa e, depois, do Império, situação que em termos gerais espelharia a condição de outras vilas paulistas. Movidas por um tom memorialístico e carentes de pesquisa empírica e referências teóricas, essas obras forjaram uma falsa dicotomia, qual seja, a de uma São Paulo “antiga” – autárquica, isolada, pertencente ao passado – e outra “moderna”, urbana e desenvolvida, com raízes na segunda metade do século XIX. Cf. FREITAS, Affonso A. de. *Tradições e reminiscências paulistanas*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1985 [1921]; SAMPAIO op. cit.; VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. São Paulo: Saraiva, 1925, 2 v.; NOGUEIRA, J.L. de A. *A Academia de São Paulo. Tradições e reminiscências*. São Paulo: Saraiva, 1977, 3v.; SANT’ANNA, Nuto. *São Paulo histórico: aspectos, lendas e costumes*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1944, 6 v.; ALMEIDA, Aluisio de. *Vida e morte do tropeiro*. São Paulo: Martins/EDUSP, 1981. As pesquisas de Afonso Taunay, Ernani Silva Bruno e Richard Morse, publicadas em meados do século XX, conferiram maior profundidade interpretativa ao desenvolvimento histórico da capital paulista, notadamente por conta da variedade da documentação utilizada – atas de Câmara, relatos de viajantes, almanaques, jornais e documentos avulsos –, mais ainda assim não chegaram a alterar substancialmente a memória que se constituiu sobre São Paulo. Taunay tratou São Paulo das primeiras décadas do século XIX como “pacífica e modorrenta”, ao passo que Silva Bruno definiu-a como um “arraial de sertanistas” que só a partir da instalação do Curso Jurídico (1828) começaria a livrar-se do seu “longo período de decadência”, transformando-se assim num “burgo de estudantes” que, por volta de meados dos Oitocentos, ganharia importância econômica com a inserção da lavoura cafeeira em terras paulistas. Richard Morse, por sua vez, compreendeu a São Paulo desse período como uma cidade em transição, que deixava de ser uma “comunidade” estruturada na economia de subsistência e na introversão sociocultural para dar espaço à “metrópole” mercantil do café, o que se configuraria apenas depois da metade do século XIX. Cf. TAUNAY, Affonso de Escagnolle. *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos, 1953; *História colonial da cidade de São Paulo no século XIX*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1956; BRUNO, Ernani da Silva. *História e Tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953, 3 v.; MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. Para uma leitura crítica desses autores, ver SILVA, Rodrigo da. *Sobre taipas e textos: um estudo sobre as narrativas a respeito da cidade de São Paulo (1772 e 1953)*. São Paulo: Alameda, 2013.

⁶⁰ Um dos introdutores do chá na cidade de São Paulo, o marechal José Arouche de Toledo Rendon escreveu um opúsculo chamado *Memória sobre a plantação, cultura, e fabrico do chá*.

⁶¹ ARAÚJO, op. cit., p.42.

⁶² MOURA, op. cit., p.74-75.

⁶³ QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. *São Paulo*. Madrid: MAPFRE, 1992.

sentido de promover políticos de raízes locais, em sua maioria homens ligados às atividades da administração municipal, como vereadores, juízes de paz, oficiais de milícias e, posteriormente, das guardas nacionais. Mas o diferencial da política da cidade estava justamente na atuação de homens como o baiano José da Costa Carvalho, que se fixou em São Paulo ainda jovem e ali costurou laços de amizade, família e negócios, além de bancar a fundação do primeiro jornal impresso da província, o *Farol Paulistano*.⁶⁴ Por meio do matrimônio com Genebra de Barros Leite, viúva do abastado brigadeiro Luis Antônio, tornou-se proprietário de fazendas na área de Itu e São Carlos, de antiga propriedade do falecido. O casamento proporcionou-lhe contato com nomes influentes da política paulista, como Feijó, Paula Sousa e Vergueiro, com os quais se aliaria durante o Primeiro Reinado. Na capital da província Costa Carvalho foi ouvidor, juiz de fora e membro dos Conselhos Geral e da Presidência. Nas duas primeiras legislaturas do Império optou por tomar assento na Câmara dos Deputados por sua província natal, prática comum adotada pelos políticos da época para franquear espaço para aliados.

Dada sua importância administrativa, militar e religiosa, não é de estranhar que os principais nomes saídos da capital paulista fossem funcionários públicos, magistrados – alguns deles inclusive recém-formados pelo Curso Jurídico –, militares e eclesiásticos. Não é surpresa, também, que ali circulassem homens próximos a d. Pedro, em virtude dos cargos de nomeação exclusiva do Executivo do Rio de Janeiro, da teia administrativa que enredava províncias e centro do Império e da participação da capital paulista no projeto de monarquia constitucional sediada na Corte fluminense. Assim como outras capitais do Império, a exemplo de Ouro Preto, São Paulo acabou se mostrando o colégio eleitoral de maior inclinação governista dentro da província durante o Primeiro Reinado, o que de certa forma surtiu efeito, como será visto, ainda que não no nível desejado. Via

⁶⁴ José da Costa Carvalho (1796-1860), Barão, Visconde e depois Marquês de Monte Alegre, era natural da Freguesia da Nossa Senhora da Penha, situada nos arredores de Salvador. Filho de pai homônimo e de Ignez Maria Piedade Costa, estudou Leis na Universidade de Coimbra, onde se formou em 1819. De volta ao Brasil, iniciou sua carreira pública pela magistratura, ocupando os cargos de juiz de fora e ouvidor da cidade de São Paulo entre 1821 e 1822, período em que se casou com Genebra de Barros Leite, viúva do Brigadeiro Luis Antonio de Sousa Queiróz. Sua carreira política iniciou-se quando foi eleito ao cargo de deputado pela Bahia para a Assembleia Constituinte de 1823. Ao longo do Primeiro Reinado, foi deputado pela Bahia nas duas primeiras Legislaturas. Durante esse período, foi presidente da Câmara dos Deputados (de 5 de maio a 3 de julho de 1828; de 4 de maio a 3 de julho de 1830; de 3 de agosto de 1830 a 4 de maio de 1831); vice-presidente da Câmara dos Deputados (de 4 de maio de 1827 a 5 de maio de 1828); e Primeiro Suplente da Mesa Diretora (de 2 de agosto de 1828 a 4 de maio de 1829). Ainda durante o Primeiro Reinado, Costa Carvalho foi membro regular dos Conselhos da Presidência e Geral de São Paulo. Com a Abdicação, tornou-se membro da Regência Trina Permanente, em 17 de junho de 1831. Ainda foi deputado pela Província de São Paulo na 4ª Legislatura (1838-1841), com posse a 19 de maio de 1838; senador pela Província de Sergipe (1839-1860), com posse em 4 de maio de 1839; Presidente Província de São Paulo (de 20 de janeiro a 16 de agosto de 1842); Presidente da do Senado (1842-1843); Conselheiro de Estado (a partir de 1842); Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império (10º Gabinete do 2º Reinado, entre de 29 de setembro de 1848 e 11 de maio de 1852); e Presidente do Conselho de Ministros do 10º Gabinete a partir de 8 de outubro de 1849. Fora da política, foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; fundador da Sociedade de Estatística do Brasil e da Associação Central de Colonização do Rio de Janeiro; membro honorário da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, da Academia Imperial das Belas-Artes e de outras associações de letras e ciências. Foi elevado a Barão (1841), Visconde com grandeza (1843) e Marquês de Monte Alegre (1854).

de regra era na capital paulista que homens atrelados a d. Pedro e, após a saída deste, aos opositores à Regência, obtinham mais votos, a exemplo de Joaquim Floriano de Toledo. Paulistano de nascimento e amigo do monarca, foi secretário do governo de São Paulo entre 1824 e 1830, além de deputado pela mesma província na 2ª, 3ª e 4ª legislaturas do Império.⁶⁵ Era enxergado com certa desconfiança pelos liberais, que o consideravam inapto para o cargo de deputado por ser “muito dependente do Governo”.⁶⁶ Certa feita se indispôs com o *Farol Paulistano*, o qual por meio de uma correspondência insinuou que Joaquim Floriano estava subornando eleitores para chegar à Câmara dos Deputados.⁶⁷ Outra figura próxima ao governo do imperador era o bispo Joaquim Gonçalves de Andrade, três vezes vice-presidente da província de São Paulo, entre 1828 e 1831, e figura constante nos Conselhos Geral e da Presidência de São Paulo, sobretudo no segundo.⁶⁸

À medida que o Primeiro Reinado foi tomando forma, a presença de homens avessos ao governo de d. Pedro se fez cada vez mais presente na cidade de São Paulo. A cada ano novos cargos eletivos foram surgindo – conselheiro provincial, deputado, senador, sem contar a magistratura eletiva, com os juízes de paz e o júri –, o que ampliou sensivelmente o acesso à coisa pública. Passados o 7 de abril e a troca sistemática de presidentes de província operada pela Regência, São Paulo alargou o terreno para a ação dos então denominados liberais moderados. Há escassas referências, infelizmente, sobre o advogado Manoel Joaquim de Ornelas, uma das figuras de maior destaque na política paulistana durante o 1º Reinado, o que fica comprovado na sua participação no Governo Provisório de São Paulo (1823-1824), na eleição para deputado para a 1ª e 2ª legislaturas do Império e quando ocupou a vice-presidência da província entre fins de 1828 e início de 1829. Dono de votações expressivas, foi membro dos Conselhos Geral e da Presidência, com atuação destacada no segundo órgão.⁶⁹ Outro nome de prestígio entre os liberais paulistanos era o de Antonio Mariano de Azevedo Marques, um dos redatores do jornal *O Farol Paulistano*, lente de latim e retórica do Curso Jurídico e figura recorrente na política da capital, chegando a participar da 2ª e 3ª Reuniões dos Conselhos Geral e da Presidência.⁷⁰ Embora ainda não apresentasse a

⁶⁵ Joaquim Floriano de Toledo (1794-1875), filho do cirurgião Francisco de Paula Xavier de Toledo, iniciou ainda jovem sua carreira política. Foi seis vezes presidente interino da província de São Paulo, de 16 a 23 de maio de 1848, de 24 de outubro a 7 de novembro de 1864, de 18 de julho a 3 de agosto de 1865, de 3 de março a 8 de novembro de 1866, de 12 de outubro de 1866 a 24 de abril de 1867, e de 24 de abril a 29 de julho de 1868.

⁶⁶ *O Farol Paulistano*, nº 165, 19/11/1828.

⁶⁷ *O Farol Paulistano*, nº 169, 03/12/1828.

⁶⁸ Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade (17??-1847) era natural da Ilha da Madeira, Portugal. Era filho de Nicolau Gonçalves de Andrade e Maria de Andrade. Formou-se em Cânones pela Universidade de Coimbra, em 1796, ano em que também foi nomeado para um canonicato vago na Sé de São Paulo. Voltando para Portugal, só retornou a São Paulo em 1802, quando ocupou os lugares de arcediogo e vigário geral. Com a morte do bispo D. Mateus de Abreu Pereira, em 1824, foi nesse ano eleito vigário capitular e, em 1826, bispo.

⁶⁹ Antes da Independência, Ornelas fora um dos diretores da Caixa de Descontos da cidade e província de São Paulo, cf. C-0366,002, nº001, 1812-1820. Biblioteca Nacional. Seção de Manuscritos. Ornelas chegou a ser promotor em São Paulo, cf. ofício de 29/09/1829, publicado em *O Farol Paulistano*, nº 255, 08/10/1829. Faleceu em 1830.

⁷⁰ Antonio Mariano de Azevedo Marques (1797-1844) era natural de São Paulo. Filho de Manoel Eufrásio de Azevedo Marques, tornou-se conhecedor de latim já em sua juventude, fazendo com que ministrasse aulas para os integrantes do

importância que deteria na segunda metade do século XIX, o Curso Jurídico de São Paulo proporcionou, em seus anos iniciais, um fórum de discussão de ideias jurídicas, políticas e artísticas, contribuindo para isso o ingresso de alunos e professores de diferentes partes do Império.⁷¹ Dos bancos da faculdade despontariam naquela época novas caras para a política paulista, como José Antônio Pimenta Bueno⁷², futuro marques de São Vicente, e Manoel Dias de Toledo, deputado por São Paulo na 3ª legislatura e, posteriormente, duas vezes presidente da mesma província. Ambos iniciaram suas carreiras políticas no Conselho Geral de São Paulo.

Trajetórias semelhantes entre si, ao menos no início da carreira política, tiveram os paulistanos Vicente Pires da Mota⁷³ e Manoel Joaquim do Amaral Gurgel⁷⁴, ambos padres e colegas de turma do Curso Jurídico de São Paulo, onde mais tarde lecionariam. A longa e diversificada carreira política de Pires da Mota teve início nos Conselhos Geral e da Presidência, assim como Amaral Gurgel, que em 1828 encabeçou a lista de votos na capital paulista para o cargo de conselheiro geral, quando propôs a fundação de uma cadeira de medicina de São Paulo.⁷⁵ Próximo

coral da Catedral da Sé, quando recebeu o apelido de *Mestrinho*. Em 1822, foi nomeado professor da cadeira pública de Latim e Retórica da cidade de São Paulo. Em 1828, quando da fundação do Curso Jurídico de São Paulo, ocupou a cadeira de Latim e Retórica anexa ao Curso Jurídico, cargo que desempenhou até 1835. Entre as décadas de 1820 e 1830, ocupou os cargos de escrivão da irmandade de Santa Casa de Misericórdia (1823-1825), juiz de paz, vereador, vice-presidente (1837) e secretário da presidência (1839-1842), todos por São Paulo. No fim da vida, ainda ocupou o cargo de auxiliar de gabinete do Visconde de Macaé, no Rio de Janeiro.

⁷¹ A própria categoria “estudante”, atualmente associada à ideia de juventude, deve ser relativizada para esse período. Ao lado de um Joaquim Otavio Nebias, nascido em 1811, faziam parte do corpo discente homens como Ildefonso Xavier Ferreira (1795-18??) e José Antonio dos Reis (1798-1876), que por sua vez eram contemporâneos de Manoel Joaquim do Amaral Gurgel (1797-1864) e Antonio Mariano de Azevedo Marques, também alunos do Curso Jurídico, representantes da “moderação” paulista.

⁷² Jose Antônio Pimenta Bueno (1803-1878), o Marquês de São Vicente, era natural de Santos. Filho de José Antônio Pimenta Bueno e Mariana Benedita de Faria e Albuquerque, formou-se em Direito pelo Curso Jurídico de São Paulo. Na política, ocupou diversos cargos, tais como membro da 2ª e 3ª Reuniões do Conselho Geral de São Paulo, entre 1830 e 1834, presidente da província do Mato Grosso (entre 1836 e 1838), deputado geral (entre 1845 e 1847), presidente da província do Rio Grande do Sul (de março a novembro de 1850), senador do Império (de 1853 a 1878) e ministro de diversas pastas, todas elas no 2º Reinado. Sobre Pimenta Bueno, ver SÃO VICENTE, Marquês de. *Marquês de São Vicente*. [Coleção Formadores do Brasil]. Organização e introdução de Eduardo Kugelmas. São Paulo: Editora 34, 2002.

⁷³ Vicente Pires da Mota (1779-1882) era natural da cidade de São Paulo e, quando do seu ingresso no Curso Jurídico, em 1828, já era presbítero. Tornou-se bacharel em 1832 e, no ano seguinte, foi nomeado lente substituto interino, tal como ocorrera com outros colegas de curso e política, como Manoel Joaquim do Amaral Gurgel e Manoel Dias de Toledo. Em 1833, foi nomeado lente catedrático de direito civil. Como político, iniciou sua carreira como conselheiro da 2ª Sessão do Conselho Geral (1830-1833) e da 3ª Sessão do Conselho da Presidência (1834), ambos por São Paulo. Após o Ato Adicional (1834), foi deputado por São Paulo à Assembleia Provincial nos biênios de 1834-35, 1836-37, 1838-39 e 1840-41. Mais tarde, foi presidente da província de São Paulo de 16 de outubro de 1848 a 27 de agosto de 1851 e de 16 de outubro de 1862 a 3 de fevereiro de 1864. Foi presidente, ainda, nas províncias de Pernambuco (entre 26 de abril e 17 de junho de 1848), Ceará (entre 20 de fevereiro de 1854 a 11 de outubro de 1855), Minas Gerais (entre 13 de junho de 1860 a 2 de outubro de 1861) e Santa Catarina (entre 17 de novembro de 1861 a 24 de setembro de 1862). Em 1850 recebeu o título de conselheiro de Estado. Cf. AMARAL, Antonio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1980, p.321-322.

⁷⁴ Amaral Gurgel foi eleito para as três Reuniões do Conselho Geral de São Paulo, entre 1828 e 1834. Em 1833, foi secretário do órgão. No Conselho da Presidência, foi suplente na 2ª Sessão e membro efetivo na 3ª.

⁷⁵ Amaral Gurgel dividiu a dianteira do colégio eleitoral paulistano com José da costa Carvalho, ambos com 109 votos, cf. *O Farol Paulistano*, nº 176, 30/12/1828.

aos dois era o também padre Ildefonso Xavier Ferreira, figura atuante nos acontecimentos de 1822 e, posteriormente, membro da Sociedade Federal de São Paulo, de inclinação exaltada.

Saindo da capital em direção ao Atlântico encontra-se o extenso litoral paulista, que nas primeiras décadas do século XIX se dividia, *grosso modo*, em duas vertentes. A porção sul – compreendida entre Santos e o litoral catarinense – abrigava vilas e freguesias de ocupação remota, as quais aludiam às primeiras investidas portuguesas na então capitania de São Vicente, como Itanhaém, Peruíbe, Cananéia e Iguape. A pouca expressividade econômica da região foi parcialmente remediada, no início do século XIX, com a intensificação do cultivo de cereais que, notadamente nas áreas alagadiças, viu proliferar as lavouras de arroz. Se num primeiro momento a rizicultura foi desenvolvida como fonte de subsistência das sociedades da região, gradativamente ela foi tomando contornos de mercado, sendo inclusive produzida por proprietários de terra e escravos que redirecionaram o capital adquirido nos tempos mais lucrativos da mineração. No início do século XIX, o arroz se tornou o principal elemento da balança comercial de Iguape, Xiririca e Iporanga, que mais tarde viriam a formar a área hoje conhecida como vale do Ribeira.⁷⁶ Quando da instalação dos Conselhos Geral e da Presidência, estes receberam seguidas solicitações para a criação de um canal que ligasse a ribeira de Iguape com o mar.⁷⁷ A personalidade política mais conhecida da região durante o período foi João Crisóstomo de Oliveira Salgado Bueno, vigário da vila de Iguape, deputado por São Paulo na 1ª legislatura e segundo membro mais votado para compor a 1ª Sessão do Conselho Geral.⁷⁸ Já a porção norte do litoral paulista estendia-se de Santos até a divisa com a província do Rio de Janeiro e tinha como destaque os portos de São Sebastião e Ubatuba, que desde o século XVII travavam importante conexão com as vilas e freguesias do vale do Paraíba. Ao longo das rotas que ligavam tais portos com o planalto surgiram vilas como São Luis de Paraitinga – situada no meio do caminho entre Ubatuba e Taubaté – e Cunha, que se interpunha entre Guaratinguetá e Parati. Produzia-se ali açúcar, aguardente e gêneros alimentícios.⁷⁹

Santos abrigava o principal porto da província e constituía a melhor ligação entre o Atlântico e a capital paulista. Era o escoadouro da maior parte da produção oriunda do planalto – cujo produto de maior peso na pauta de exportações ainda era, nas primeiras décadas do século XIX, a cana-de-

⁷⁶ Sobre o Vale do Ribeira, ver VALENTIN, Agnaldo. *Uma civilização do arroz: agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2006. Ver, também, PETRONE, Pasquale. *Baixada do Ribeira: estudo de geografia humana*. São Paulo: FFLCH/USP, 1966 e QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Vale do Ribeira: pesquisas sociológicas*. São Paulo: FFCL/USP, 1969.

⁷⁷ ACP, v. 86, sessão de 3/11/1825, p.79-86.

⁷⁸ Na 2ª Sessão do Conselho Geral de São Paulo (1830-1833) foi eleito como suplente, cf. ALESP, FCGP-PO29.002, cx.22.

⁷⁹ Sobre a formação histórica do norte do litoral paulista, ver FERNÁNDEZ, Ramón Vicente Garcia. *Transformações Econômicas no Litoral Norte Paulista*. São Paulo, 1992; HOLME, Oscar. *Ubatuba: De uma agricultura de subsistência para uma agricultura comercial*. São Paulo, 1971; MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara: Terra e População. Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba*. São Paulo: Edusp, 2006 [1986].

açúcar –, embora ali também circulassem café, carnes, farinha de milho e mandioca, trigo e feijão.⁸⁰ Se durante os séculos XVII e XVIII a importância do porto chegou a diminuir diante do desenvolvimento de outras portas de saída localizadas na porção norte do litoral paulista – especialmente São Sebastião e Ubatuba –, entre fins dos Setecentos e início dos Oitocentos o “Caminho do Mar”⁸¹ passou por melhorias de infraestrutura que tornaram a ligação entre planalto e litoral mais rápida e segura, consolidando a proeminência de Santos na economia local.⁸²

Os principais expoentes políticos da sociedade santista da época foram, sem dúvida, os irmãos Andrada. José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos eram filhos de José Ribeiro de Andrada, rico negociante da vila de Santos que em meados do século XVIII acumulou algumas funções militares e administrativas de prestígio na capitania de São Paulo.⁸³ José Bonifácio foi vice-presidente da primeira Junta de Governo de São Paulo (1821-1822), ministro do Reino e dos Estrangeiros (1822-1823) e, depois de seu retorno do exílio, nomeado tutor de d. Pedro II. Martim Francisco, membro da primeira Junta de Governo de São Paulo (1821-1822), ministro da Fazenda (1822-1823), deputado pela Constituinte pela bancada paulista e, após a volta do exílio, deputado por Minas Gerais para a segunda legislatura. Partícipe da Revolução de 1817, em Pernambuco, Antonio Carlos foi deputado por São Paulo às Cortes (1821) e à Constituinte (1823).

Sobrinho do “patriarca da independência” e filho do coronel Francisco Xavier da Costa Aguiar, negociante com atuação na praça santista desde o período joanino,⁸⁴ José Ricardo da Costa Aguiar foi deputado por São Paulo nas Cortes de Lisboa (1821), na Assembleia Constituinte (1823) e na 1ª legislatura do Império.⁸⁵ Em virtude da influência dos Andrada, a vila de Santos contaria, ainda mais que São Paulo, com um eleitorado favorável ao governo de d. Pedro. Após a Abdicação, foi um dos principais polos de resistência ao governo regencial.

Ao leste da capital paulista, estendendo-se por mais de 300 km num estreito corredor de terras delineado pelas Serras do Mar e da Mantiqueira, espalhava-se o vale do Paraíba paulista, rota

⁸⁰ PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995; SANTOS, Francisco Martins dos. *História de Santos*. São Vicente: Caudex, 1986.

⁸¹ Nome utilizado desde o século XVI para designar o percurso entre a cidade de São Paulo e o litoral santista. Ver, entre outros, PETRONE, Pasquale. Povoamento e caminhos nos séculos XVI e XVII. In: *A Baixada Santista: aspectos geográficos*. São Paulo: Edusp, 1965, p.11-73, e TOLEDO, Benedito Lima de. *Caminho do Mar*. São Paulo: IEB, 1966.

⁸² Foram os casos da “Calçada do Lorena” – caminho calçado entre São Paulo e Cubatão, construído na última década do século XVIII – e do aterro de Cubatão, obra concluída em 1827 e que eliminou o percurso feito por barcas entre Cubatão e o porto santista. Ver ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Calçada do Lorena: o caminho para o mar*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1998 e PERALTA, Ines Garbui. *O Caminho do Mar: subsídios para a História de Cubatão*. Cubatão: Prefeitura Municipal de Cubatão, 1973.

⁸³ José Ribeiro de Andrada foi coronel do regimento dos Dragões Auxiliares da capitania de São Paulo, fiscal da Intendência das Minas de Paranapanema (1746), almoxarife da Fazenda Real (1759-64) e escrivão da Junta Real da Fazenda de São Paulo (1768-72). Cf. CAVALCANTE, Berenice. *José Bonifácio: razão e sensibilidade, uma história em três tempos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

⁸⁴ MEDICCI, *op. cit.*, 2010, p.219.

⁸⁵ José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada (1787-1846) era natural de Santos, e filho de Bárbara Ribeiro de Andrada, irmã de José Bonifácio de Andrada e Silva. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1810, dedicou-se principalmente à magistratura, chegando ao posto de ministro do Supremo Tribunal de Justiça, em 1828.

de ligação entre São Paulo e Rio de Janeiro. Cenário das primeiras experiências com a cultura cafeeira na província de São Paulo no início do século XIX, o vale do Paraíba paulista dos anos 1820 e 1830 não possuía ainda a pujança econômica das décadas seguintes, tampouco o café apresentava a essa altura a proeminência alcançada futuramente. Sua economia estava baseada, sobretudo, no cultivo de gêneros de subsistência e na criação de animais, embora já houvesse indícios de uma mudança no perfil produtivo da região, de modo que as lavouras de café então existentes agrupavam-se, majoritariamente, em Areias, Guaratinguetá e Lorena, compondo à época o principal eixo cafeeiro da província.⁸⁶ A própria fundação da vila de Bananal, desmembrada de Areias em 1832, esteve relacionada com o enriquecimento pelo café, cuja produção do vale do Paraíba, em 1836, já representava dois terços do total da província, a crer nos dados de Daniel Pedro Müller.⁸⁷ Mas o cenário não era igual em todo o Paraíba. Enquanto que vilas situadas na porção setentrional do vale, como Areias e Bananal, tinham uma relação mais estreita com o Rio de Janeiro do que propriamente com São Paulo, valendo-se para isso dos portos de São Sebastião e Ubatuba, localidades como Mogi das Cruzes, Jacareí ou São José eram mais próximas da capital e a ela se atrelavam.⁸⁸ Não é de causar estranheza, portanto, que nesse momento os vale-paraibanos não constituíssem uma força política em nível provincial ou nacional, embora alguns deles tenham alcançado um lugar no Conselho Geral de São Paulo, como Valério de Alvarenga Ferreira (Paraibuna), que também conseguiu se eleger deputado na 3ª legislatura, Vitoriano Moreira da Costa (Taubaté), Joaquim Silvério de Castro Sousa Medronho (Bananal), Antonio José Pinto (Areias) e Claudio José Machado (Jacareí), este último com participação destacada nas sessões de 1829 e 1830.⁸⁹

Conhecido originalmente como “Sertão do Rio Pardo”, o nordeste da província de São Paulo teve sua ocupação iniciada na segunda metade do século XVII, quando das expedições bandeiristas para a região de Batatais em busca de mão de obra indígena, a fim de comporem as lavouras de cereais desenvolvidas pelos paulistas no planalto. Com a expansão das áreas mineradoras na primeira metade do século XVIII e, sobretudo, com a implementação do *Caminho de Goiás* – que ligava a cidade de São Paulo às minas goianas –, o povoamento da região se intensificou. Tanto negociantes, tropeiros, como sertanistas passaram a circular pelo Caminho de Goiás com frequência

⁸⁶ LUNA; KLEIN, *op. cit.*, 2006, p.83-84.

⁸⁷ MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio D'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1978 [1837], p.124-129.

⁸⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de; MAIA, Tom. *Vale do Paraíba – Velhas Fazendas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, p.11-44.

⁸⁹ Todos eles, em diferentes períodos, pediram dispensa do Conselho Geral por motivos de saúde. Cf. APESP, FCGP-PO28.012, cx.22; FCGP-PO30.011, cx.33; FCGP-PO31.007, cx.33; FCGP-PO29.001, cx.22; FCGP-PO28.003. O padre Valério de Alvarenga Ferreira seria eleito deputado por São Paulo para a 4ª legislatura. Ver GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: história de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.107.

cada vez maior, contribuindo para que as áreas adjacentes à estrada fossem ocupadas, geralmente por roceiros, rancheiros e donos de estabelecimentos como estalagens e pousos. No final do século XVIII e início do XIX, Franca, Batatais e Casa Branca passaram a receber mineiros oriundos de São João-del-Rei, Jacuí, Baependi e Tamanduá, que para ali se dirigiram, pós-auge do ouro mineiro, em busca de novas terras para a agricultura de gêneros de primeira necessidade e a pecuária leiteira, num momento de redefinição e expansão da economia sul mineira.⁹⁰

São Paulo tinha entre suas figuras de maior destaque na política, entre as décadas de 1820 e 1830, homens que se atrelavam ao chamado “quadrilátero do açúcar”, designação utilizada para dar nome à principal região produtora de açúcar de São Paulo entre fins do século XVIII e primeira metade do século XIX, e que era delimitado pelas vilas de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Piracicaba e Jundiaí, mas também incluía vilas como Itu e São Carlos.⁹¹ Manoel Rodrigues Jordão, eleito membro para 1ª Reunião dos Conselhos da Presidência e Geral de São Paulo, foi um dos principais agricultores, arrematadores de contrato e negociantes paulistas do começo do século XIX, possuindo fazendas de cana-de-açúcar, café, algodão e gêneros de subsistência em Itu, Constituição (Piracicaba), Bananal, Pindamonhangaba, Caçapava, Paraibuna e Itapetininga, além de chácaras na capital paulista. Era casado com Gertrudes Galvão de Oliveira e Lacerda, irmã do marechal de campo Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda, suplente na 1ª Reunião do Conselho da Presidência, e detentor de engenhos e fazendas de criação de animais em Constituição e Araraquara, bem como de propriedades na região do Brás, na cidade de São Paulo.⁹² Antônia Joaquina Mendes da Silva, prima de Jordão, era esposa do coronel Joaquim José dos Santos, negociante de escravos e proprietário de terras em Jundiaí, e cujo filho, Joaquim José dos Santos Filho, exerceu o cargo de conselheiro da presidência em 1834. Já Ana Vicência Rodrigues Jordão, irmã do brigadeiro Jordão, casou-se com Antonio da Silva Prado, com quem teve um filho, homônimo do pai e futuro Barão de Iguape. Maria Marcolina Prado, prima do Barão de Iguape, contraiu matrimônio com um dos filhos de Lucas Antônio Monteiro de Barros, o magistrado Rodrigo Antonio Monteiro de Barros, dono de uma sociedade de comércio de bestas em Moji das Cruzes e que chegou a ser deputado pela bancada paulista na 1ª legislatura do Império.⁹³

⁹⁰ Sobre a formação histórica do nordeste paulista, ver BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucilia Reis. *Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas, 1999; BRIOSCHI, Lucia Reis. *Entrantes no Sertão do Rio Pardo: o povoamento da freguesia de Batatais – séculos XVIII e XIX*. São Paulo: CERU, 1991; *Criando história: paulistas e mineiros no nordeste de São Paulo (1725-1835)*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 1995; CHIACHIRI FILHO, José. *Do sertão do rio Pardo a Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto: Ribeira, 1986.

⁹¹ PETRONE, Maria Thereza Schörrer, *op. cit.*, 1968.

⁹² ARAÚJO, *op. cit.*, p.153-156.

⁹³ PETRONE, *op. cit.*, 1976; MARQUES, *op. cit.*; TAUNAY, *op. cit.*, 1956.

Outros importantes vínculos familiares e de negócios foram selados pela união dos ituanos Barros Leite com os Souza Queirós. O brigadeiro Luis Antônio de Sousa Queirós,⁹⁴ um dos homens mais ricos de São Paulo no início do século XIX, possuidor de diversos engenhos, de um grande plantel de escravos e de extensas faixas de terra na região de São Carlos, casou-se, em 1797, com Genebra de Barros Leite, filha de Antonio de Barros Penteado e irmã de Antônio Paes de Barros⁹⁵, deputado por São Paulo na 2ª legislatura do Império, membro do Conselho Geral paulista e esposo de uma irmã de Rafael Tobias de Aguiar. Após a morte do marido, a viúva Genebra de Barros Leite casou-se, em 1822, como já visto, com José da Costa Carvalho, na época ouvidor da capital paulista.⁹⁶

A origem modesta não impediu que o padre paulistano Diogo Antonio Feijó fosse proprietário de engenhos de açúcar naquela vila e, na capital paulista, um dos principais cultivadores de chá.⁹⁷ Foi duas vezes deputado por São Paulo (2ª e 3ª legislaturas), membro do Conselho da Presidência (1ª e 2ª Reuniões) e do Conselho Geral (1ª e 2ª Reuniões), apenas para citar os cargos desempenhados em sua província natal.⁹⁸ Feijó tinha aliados em Minas, sobretudo no sul mineiro, província que lhe prestou apoio quando ministro na Regência (1831-1832) e que mais contribuiu para sua eleição ao posto de regente único, em 1835.⁹⁹ Na Corte, a pena e as articulações de Evaristo da Veiga, redator da *Aurora Fluminense*, eram seu principal ponto de apoio, trunfos que foram decisivos na chegada do padre paulistano ao Senado, pelo Rio de Janeiro, em 1833.¹⁰⁰

O ituano Francisco de Paula Sousa e Melo, deputado pela 2ª e 3ª legislaturas do Império e conselheiro geral na 2ª e 3ª Reuniões, em ambos os casos por São Paulo, casou-se com Maria de Barros Leite, também irmã de Antonio Paes de Barros. Já o coronel de milícias Francisco Inácio de

⁹⁴ Luís Antônio de Sousa Queirós (1746-1819) era natural de Amarante. Militar, atingiu a patente de brigadeiro em 1818. Dono de propriedades agrícolas e negociante – inclusive com representação na praça do Rio de Janeiro –, possuía uma das maiores fortunas da província de São Paulo no século XIX, cf. LEONZO, Nanci. Um empresário nas milícias paulistas: o Brigadeiro Luís Antônio de Sousa. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.30, p.241-254, 1981. Ver, também, BITTENCOURT, *op. cit.*

⁹⁵ Antonio Paes de Barros (1791-1876), futuro Barão de Piracicaba, era natural de natural de Itu. Em 1819, casou-se com Gertrudes Eufrosina Aires de Aguiar, irmã do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, no mesmo ano em que seu irmão Bento Paes de Barros – futuro barão de Itu –, casou-se com Leonarda, irmã de Gertrudes. Antes de ser deputado pelo Império, havia sido eleito segundo suplente às Cortes de Lisboa, em 1821. Foi eleito suplente na 1ª e 2ª Legislaturas do Conselho do Governo da Presidência de São Paulo, e membro efetivo da 1ª, 2ª e 3ª Legislaturas do Conselho Geral da Província. Na Assembleia Provincial, foi eleito membro na 1ª, 4ª e 6ª Legislaturas.

⁹⁶ BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib; HÖRNER, Erik; MEDICCI, Ana Paulo. Do ponto à trama, rede de negócios e espaços políticos em São Paulo, 1765-1842. In: BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib; COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles Oliveira (orgs.). *Soberania e conflito: configurações do Estado Nacional no Brasil do século XIX*. São Paulo: Fapesp/Hucitec, 2010, 417-444.

⁹⁷ TAUNAY, *op. cit.*, 1956.

⁹⁸ Sobre o padre Feijó, ver FEIJÓ, Diogo Antônio. Introdução e organização de Jorge Caldeira. *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Editora 34, 1999; EGAS, Eugênio. *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Tipografia Levi, 1912; RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*. Campinas: Unicamp, 2001.

⁹⁹ ANDRADE, Marcos Ferreira de. Família e política nas Regências: possibilidades interpretativas das cartas pessoais de Evaristo da Veiga (1836-1837). In: RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (orgs.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda Editorial, 2010, p.266.

¹⁰⁰ Sobre a aliança entre Feijó e Evaristo, ver SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957, volume 6 (Evaristo da Veiga).

Sousa Queirós, filho da paulista Isabel Inácia da Conceição e do português Francisco Antonio de Souza, e membro dos Conselhos da Presidência (1ª Sessão) e Geral (2ª e 3ª Reuniões) de São Paulo, casou-se com sua prima Francisca Miquelina de Sousa Queirós, filha do brigadeiro Luis Antônio. Paralelamente à carreira militar, Francisco Inácio foi negociante de alimentos e escravos e dono de engenhos na região de São Carlos.¹⁰¹ A região contava ainda com outras figuras de projeção, como José Corrêa Pacheco e Silva, deputado por São Paulo na 1ª, 2ª e 3ª legislaturas e membro do Conselho Geral, e Francisco Álvares Machado de Vasconcelos, deputado por São Paulo na 3ª legislatura.¹⁰²

Embora integrante do “quadrilátero do açúcar”, a vila de Sorocaba notabilizava-se por outra atividade econômica – o negócio do gado, um importante dinamizador econômico e político da região centro-Sul, posto que o comércio de rezes e muares articulava os centros produtores (Rio Grande do Sul e os “Campos Gerais” de Curitiba) e vendedores (Sorocaba e a cidade de São Paulo) com os compradores (região planaltina paulista, Minas Gerais e, sobretudo, o Rio de Janeiro).¹⁰³ O principal nome da política foi o sorocabano Rafael Tobias de Aguiar, deputado na 2ª e 3ª legislaturas do Império, membro do Conselho da Presidência e do Conselho Geral na 1ª e 2ª Reuniões e presidente da província de São Paulo entre 1831 e 1834. Tobias de Aguiar era um próspero comerciante de reses e muares na região além de deter negócios no ramo da cobrança de impostos de animais e tavernas, chegando a receber o título de tesoureiro administrador de Sorocaba entre 1826 e 1829.¹⁰⁴ Ramo similar ao do curitibano Lourenço Pinto de Sá Ribas, duas vezes deputado (2ª e 3ª legislaturas), membro dos Conselhos da Presidência e Geral e integrante de uma das famílias mais poderosas da vila de Curitiba.¹⁰⁵ Procedente da região também era Anastácio

¹⁰¹ *Ibidem*.

¹⁰² José Corrêa Pacheco e Silva (1778-1836) era natural de Itu e formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Exerceu o cargo de juiz de fora e ouvidor geral da cidade de São Paulo de setembro de 1822 a março de 1825. Entre 10 de setembro de 1822 e 9 de janeiro de 1823, foi membro do Governo provisório de São Paulo criado pela carta régia de 25 de junho de 1822, acumulando a função de secretário. Em 1827, ocupou o cargo de ouvidor da Câmara de Castro. Deputado por São Paulo na 1ª, 2ª e 3ª legislaturas, ainda foi membro do Conselho Geral da Província de São Paulo em 1830. Morava em Itu, cf. FCGP-PO30.001, cx.23. Francisco Álvares Machado de Vasconcellos (1776-1846) era natural de Porto Feliz, São Paulo, era filho de filho de Teobaldo Machado e Vasconcelos e Maria Álvares da Silva Bueno. Cirurgião médico, um dos pioneiros da oftalmologia no Brasil, também percorreu carreira política. Foi deputado por São Paulo na 3ª, 4ª e 6ª Legislaturas. Em 1840, foi presidente da província do Rio Grande do Sul.

¹⁰³ PETRONE, *op. cit.*, 1976. Ver, também, BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno (Sorocaba, séculos XVIII e XIX)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1994; *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

¹⁰⁴ PETRONE, *op. cit.*, 1976, p.128. No que tange à cobrança de impostos sobre animais em Sorocaba, Tobias de Aguiar prosseguiu uma atividade que remontava a seu bisavô e, mais proximamente, ao seu pai, Antônio Francisco de Aguiar (p.144). Sobre a figura de Rafael Tobias de Aguiar, ver ALEIXO IRMÃO, José. *Rafael Tobias de Aguiar: o Homem, o Político*. Sorocaba: Fundação Ubaldino do Amaral, 1992, e ALMEIDA, Aluísio de. *Rafael Tobias de Aguiar, 1794-1857*. *Revista do Arquivo Público de São Paulo*, vol.86, ano 8, out./nov. 1942.

¹⁰⁵ NEGRÃO, Francisco. *Genealogia Paranaense*. Curitiba: Imprensa Oficial Estado do Paraná, 1927, vol.2. Na vila de Curitiba, Lourenço Pinto de Sá Ribas desempenhou diversos cargos públicos: vereador (1810-1815, 1826), almotacé (1811), juiz de medições (1818) e presidente da Câmara Municipal (1826-1830, 1831). Cf. BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. *Particularidades familiares*. A trajetória de Manuel Mendes Leitão no Paraná, século XIX. Dissertação de mestrado. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes-UFPR, 2009.

de Freitas Trancoso, coronel de ordenanças de Paranaguá e Curitiba e membro na 2ª Sessão do Conselho Geral de São Paulo. Trancoso possuía plantações de chá no sítio da Freguesia do Ó, na capital paulista, além de propriedades nas imediações das estradas para Campinas e Santos.

1.1.2. Minas Gerais

Cruzemos a fronteira para as Minas Gerais. Com uma economia baseada na mineração, no comércio, nos ofícios urbanos e na administração pública, a capital Ouro Preto sobressaía como o centro da política mineira.¹⁰⁶ Exceção feita a figuras como Bernardo Pereira de Vasconcelos¹⁰⁷, Ouro Preto não era a terra de origem dos principais políticos mineiros do período, quase todos eles oriundos de outras vilas. Parece que, de maneira similar à capital paulista, Ouro Preto funcionou no período muito mais como arena de disputa e articulação política do que propriamente um celeiro de homens públicos de projeção nacional durante os primeiros anos do Império.

Filho do advogado português Diogo Pereira de Vasconcelos¹⁰⁸, Bernardo Pereira de Vasconcelos nasceu em Vila Rica, em 1795, formando-se em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1819. De volta ao Brasil foi indicado para juiz de fora de Guaratinguetá, cargo que ocupou entre 1820 e 1822, não havendo registro de seu envolvimento na Independência. Em 1825, esteve por trás da fundação do periódico *O Universal*, a mais influente publicação liberal-moderada de Minas Gerais ao longo do Primeiro Reinado e início da Regência, e que lhe serviu de vitrine para sua atuação política.¹⁰⁹ Conhecido pelos contemporâneos por sua eloquência e combatividade, Vasconcelos, foi eleito sucessivamente para deputado à Assembleia Geral nas três primeiras legislaturas, sempre por Minas Gerais e contando com votações expressivas. Dentre o início do governo de d. Pedro até promulgação do Ato Adicional, ocupou um único posto no Executivo, o de Ministro da Fazenda, de julho de 1831 a maio do ano seguinte, durante a Regência Trina Permanente. Essa participação efetiva na política da Corte não afastou Vasconcelos dos negócios

¹⁰⁶ FORTES, Solange Sabino Palazzi. Atividades produtivas em Vila Rica – 1808-1825. *LPH – Revista de História*, Mariana, v.1, nº 1, 1990.

¹⁰⁷ Bernardo Pereira de Vasconcelos faleceu em 1850, no Rio de Janeiro. Após o Ato Adicional, Vasconcelos foi vice-presidente em exercício de Minas Gerais (abril de 1835) e ocupou as pastas da Justiça e Fazenda, esta última interinamente, na Regência Uma de Araújo Lima. Em 1838, foi nomeado senador e, dois anos depois, conselheiro de Estado. Fundou o jornal *Sete de Abril* e foi colaborador da *Sentinela da Monarquia*, ambas as folhas publicadas no Rio de Janeiro. Cf. SILVA, 2009, *op. cit.*, p.109. Sobre a figura política de Vasconcelos, ver CARVALHO, José Murilo de (org. e intr.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Educação. 34, 1999, p.09-34; SOUZA, Octávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, v.5; NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997; TORRES, *op. cit.*; VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras (1664-1897)*. Centro de Estudos Históricos Culturais/ Fundação João Pinheiro, 1998.

¹⁰⁸ Diogo Pereira de Vasconcelos foi procurador de fazenda em vila Rica, juiz criminal no Rio de Janeiro e suspeito de ter participado na Inconfidência Mineira. Proprietário de quatro fazendas de gado em Pitangui, Diogo foi representante comercial da fazendeira e senhora de escravos D. Joaquina do Pompeu. SILVA, 2009, *op. cit.*, p.108.

¹⁰⁹ Ver, por exemplo, *O Universal*, nº 97, 25/02/1828. Nesta edição foi publicado um discurso de Vasconcelos na Câmara dos Deputados.

provinciais, com os quais ele se envolveu assiduamente nos Conselhos Geral e da Presidência de Minas Gerais, entre 1825 e 1834. Se no Rio de Janeiro Vasconcelos encampou temas como o Código do Processo Criminal, as leis de orçamento e a reforma constitucional, nas Gerais ele se ocupou de questões como a fazenda provincial, a instrução pública municipal e a resolução de conflitos entre autoridades locais. Por ter sido o conselheiro da presidência mais votado no pleito de 1829, Vasconcelos foi eleito vice-presidente da província para o período de 1830-1833, cargo que exerceu por uma única vez, entre janeiro e fevereiro de 1833.

O corpo de políticos sediado em Ouro Preto era bastante heterogêneo, congregando uma gama variada de profissionais, nem todos originários da capital mineira. O tenente Antonio Ribeiro Fernandes Forbes, figura constante na Câmara Municipal de Ouro Preto nas décadas de 1820 e 1830, também foi suplente do Conselho Geral de Minas Gerais e vice-presidente da Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto.¹¹⁰ O professor de ensino mútuo Herculano Ferreira Pena foi vereador e juiz de paz em Ouro Preto, além de secretário do Conselho Geral de Minas, membro da supracitada Sociedade Promotora da Instrução Pública e diretor do jornal *O Novo Argos*, de orientação liberal.¹¹¹ Não obstante nascido em Mariana, José Pedro de Carvalho estabeleceu-se como advogado provisionado em Ouro Preto, onde também atuou como vereador e fiscal da Câmara da capital mineira. Foi conselheiro geral na 2ª Sessão e deputado na terceira legislatura, vindo a ocupar diversos cargos públicos no Segundo Reinado. Carvalho cooperou na redação do jornal *O Universal*, comprando-o após a guinada “regressista” de Vasconcelos.¹¹² Membro do Governo Provisório de Minas (1821) e figura constante no Conselho de Presidência de

¹¹⁰ Sobre a participação de Forbes na Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto, ver INÁCIO, Marilaine Soares. A trajetória da Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto (1831/1838). In: *Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: percursos e desafios da pesquisa e do ensino da História da Educação*. Uberlândia: 2006 [online]. Anos mais tarde, em 1854, Forbes seria um dos diretores do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro, figurando como um dos maiores acionistas do segundo banco do Brasil, cf. GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. *O banco da Ordem: política e finanças no império brasileiro (1853-66)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2010, p.175.

¹¹¹ Herculano Ferreira Pena (1800-1867) era natural do Serro, Minas Gerais. Entre 1830 e 1832 foi professor de ensino mútuo em Ouro Preto. Em 1831, ocupou o cargo de secretário da Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto. Entre 1831 e 1834 foi secretário do Conselho Geral de Minas Gerais. No Segundo Reinado foi deputado geral (1838 a 1844) e presidente de diversas províncias – Minas Gerais, Espírito Santo, Pará, Pernambuco, Maranhão, Bahia e Mato Grosso –, além de senador do Império. Cf. VIANA, Fabiana da Silva. *Relação entre Governo, escola e família no processo de institucionalização da instrução pública elementar em Minas Gerais (1830-1840)*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: FE-UFG, 2006, p.86. Jacinto Ferreira Pena, provavelmente seu parente, foi membro da Sociedade dos Amigos da Beneficência de Diamantina, cf. Arquivo da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação (CEDI-CD), 1833, lata 90, maço 31, pasta 01, ofício de 07/07/1833.

¹¹² Após a instalação das Assembleias Legislativas, em 1835, José Pedro de Carvalho (1805-1881) foi deputado provincial por Minas Gerais na 1ª (1835-37), 2ª (1838-1839) e 4ª (1842-1843) legislaturas. Na Câmara dos Deputados tomou assento por sua província natal na quarta, sexta, sétima, oitava e nona legislaturas. Ministro da Fazenda (1848, 1862, 1864 e 1865) e do Império (1848), fez parte do Conselho de Estado a partir de 1876. Foi nomeado senador em 1881. Participou da Revolta de 1842, ao lado dos rebeldes. Cf. SILVA, 2009, *op. cit.*, p.117.

Minas – sempre com votações expressivas em Ouro Preto – o bacharel Teotônio Álvares de Oliveira Maciel possuía parentela na administração da capital mineira.¹¹³

Personagem conhecida entre os ouro-pretanos era Manuel Soares do Couto, um dos maquinadores da Sedição de Ouro Preto, em 1833. Filho de Nicolau Soares do Couto, figuraria juntamente com ele, em 1838, como um dos maiores lojistas da cidade.¹¹⁴ Possuía familiares na política, sobretudo na Câmara Municipal de Ouro Preto, da qual fez parte entre 1829 e 1836.¹¹⁵ Foi membro efetivo do Conselho Geral (1830-1833), onde executou a função de secretário (1830), e suplente com exercício para a 2ª Sessão do Conselho da Presidência. Para a 3ª legislatura do Império conseguiu votos para deputado suplente, embora não tenha chegado a ser convocado para compor a bancada mineira. Casou-se com Henriqueta de Cássia Carneiro Leão, irmã de Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquês do Paraná, acusado de acobertar o cunhado na ocasião da Sedição.

Famílias mineiras de projeção política estavam instaladas nos arredores de Ouro Preto, como em Congonhas do Campo, distrito localizado a sudoeste da capital de Minas Gerais, onde se firmaram os já citados Monteiro de Barros. Ao leste de Ouro Preto, pouco distante desta, encontrava-se a vila de Mariana, sede do bispado de Minas Gerais, local onde fixou residência o português Manuel Inácio de Melo e Sousa, mais tarde Barão de Pontal. Manuel Inácio aportou no Brasil em 1806, após se formar em Leis em Coimbra, e permaneceu em Mariana depois de contrair matrimônio com Antonia Constancia da Rocha, tia de José Joaquim Fernandes Torres. Habilitado na Mesa de Desembargo do Paço de Lisboa, Melo e Sousa foi vereador em Mariana, juiz de fora em Campanha, intendente do ouro de Goiás, juiz de fora de Vila Boa e ouvidor na comarca do Rio das Mortes, cargos que ocupou durante o governo joanino.¹¹⁶ Em 1821 fez parte da 1ª Junta de Governo – acusada de “anárquica” e “republicana” pelo governo do Rio de Janeiro – e, em 1824, foi eleito membro da 1ª Reunião do Conselho da presidência de Minas Gerais. Fez parte, também, do Conselho Geral de província (1ª e 2ª Reuniões). Eleito deputado à Assembleia Geral pela 1ª e 3ª legislaturas, na última como suplente, foi presidente da província de Minas Gerais de abril de 1831

¹¹³ RODARTE, Claus Rommel. *Partidos políticos, poderes constitucionais e representação regional na 1ª legislatura da assembleia geral do império do Brasil: Minas Gerais (1826-1829)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2011. Teotônio foi, também, vereador em Mariana, cf. *Estrela Marianense*, nº 2, 13/05/1830.

¹¹⁴ ANDRADE, Leandro Braga de. Negociantes regionais e mercado interno: uma análise da praça comercial de Ouro Preto nas primeiras décadas da Independência. In: *Anais do III Simpósio IBL. Itinerários da pesquisa histórica: métodos, fontes e campos temáticos*. Ouro Preto, 2010, p.11. [online]. Acesso em janeiro/ 2014.

¹¹⁵ Alguns de seus familiares, dos quais não foi possível obter o grau de parentesco, participaram da câmara ouro-pretana, dentre eles José Soares do Couto (1824), Luís Augusto Soares do Couto (1826) e seu pai, Nicolau Soares do Couto (1828).

¹¹⁶ REZENDE, *op. cit.*, p.106-110.

a fevereiro de 1833, com alguns pequenos intervalos.¹¹⁷ Segundo o jornal *Astro de Minas*, Manuel Inácio foi um dos impulsionadores da carreira política de Bernardo Pereira de Vasconcelos, tirando-o da obscuridade dos primeiros tempos de magistratura.¹¹⁸ Proprietário “riquíssimo”, conforme adjetivação d’o *Universal*¹¹⁹, jornal que lhe franqueou apoiou durante sua presidência, Manuel Inácio possuía terras nas imediações do Ribeirão de Santo Antonio e da Estrada Nova de Goitacases, futura Zona da Mata mineira. Ali erigiu a fazenda do Pontal, uma das maiores da posterior vila de Ponte Nova, onde produzia açúcar, água ardente, tecidos e gêneros de primeira necessidade. Detinha, ainda, propriedades na região de Juiz de Fora, uma chácara próxima ao Rio de Janeiro e empreendimentos mineradores em Furquim, distrito de Mariana.¹²⁰ Com um plantel declarado, em 1832, de mais de 130 escravos, Manuel Inácio tinha seus negócios administrados pelo compadre José Joaquim Gonçalves Pereira.¹²¹

Ligações com a vila de Mariana tinha José Custódio Dias (1767-1838), mineiro natural de Nazaré, povoado de São João del-Rei. Ordenado pelo Seminário de Mariana, Custódio Dias foi vigário em Sabará e Campanha – onde provavelmente conheceu o padre José Bento Ferreira de Melo, seu amigo e aliado político –, bem como vigário-geral do bispado de Mariana. Foi eleito deputado nas três primeiras legislaturas do Império, sempre entre os mais sufragados, chegando ao Senado em 1835. Sua contundência no Parlamento transformou-o num dos deputados mineiros mais atuantes entre Primeiro Reinado e o Ato Adicional. No âmbito provincial, foi membro do Conselho da Presidência (1ª Reunião) e do Conselho Geral (2ª Reunião), entretanto sem muita presença, talvez por privilegiar a política da Corte. Seu irmão, Custódio José Dias, foi membro do segundo Governo Provisório (1822) e deputado-geral nas duas primeiras legislaturas, na primeira como suplente. Era rico proprietário, criador de gado na região de Alfenas com vistas ao mercado consumidor do Rio de Janeiro.¹²²

Em Mariana também viveu o padre ouro-pretano Antônio José Ribeiro Bhering, professor de retórica e chantre da Sé daquela vila. Em Ouro Preto fundou o *Novo Argos* (1829-1834),¹²³ foi secretário do governo, suplente com exercício da 2ª Reunião Conselho Geral de Minas Gerais e

¹¹⁷ Manuel Inácio de Melo e Sousa (1781-1859) era natural de Valdevez, província do Minho, Portugal. Após 1834, foi novamente presidente de Minas Gerais (1835) e nomeado senador pela mesma província, em 1836. Foi agraciado com o título de barão de Pontal em 1866.

¹¹⁸ *Astro de Minas*, 28/07/1835.

¹¹⁹ SILVA, 2009, *op. cit.*, p.110.

¹²⁰ REZENDE, *op. cit.*, p.141.

¹²¹ Em 1832, José Joaquim Gonçalves Pereira ocupou o posto de Alferes na Guarda Nacional do distrito de Furquim, em Minas Gerais. Cf. SALDANHA, Flávio Henrique Dias. *Os oficiais do povo. A Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2006, p.158. Em seu testamento, Melo de Sousa destinou um terço de sua herança a Gonçalves Pereira. Cf. REZENDE, *op. cit.*, p.116.

¹²² PASCOAL, Isaías. *Economia agrária e poder político no sul de Minas: a formação de uma identidade política conservadora na primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH- Unicamp, 2000.

¹²³ Bhering deixou a direção do jornal em abril de 1830, entrando em seu lugar Herculano Ferreira Pena, cf. *An. Bibl. Nac.*, Rio de Janeiro, 117: 79-213.

deputado à Assembleia Geral na 3ª legislatura.¹²⁴ Em sua casa mantinha um gabinete de leitura, no qual se achavam franqueados gratuitamente jornais de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.¹²⁵

No centro de Minas Gerais estava a comarca do Rio das Velhas, onde se destacavam as vilas de Sabará e Caeté, ambas nascidas como núcleos mineradores em fins do século XVII. Nas primeiras décadas do século XIX Caeté contava com diversos políticos associados à prospecção de metais preciosos. José Feliciano Pinto Coelho da Cunha¹²⁶, segundo mais votado para a 2ª Reunião do Conselho Geral (1830-1833), era natural de Caeté, onde sua família possuía terras na área das minas de Cocais, conhecida por seu alto potencial aurífero. Quando membro do Conselho propôs a regulação de companhias de mineração com capital nacional e estrangeiro e, em 1833, ajudou a fundar a Companhia de Mineração Brasileira da Serra de Cocais, sociedade que contou com a participação da empresa inglesa National Mining Company.¹²⁷ Mais tarde seria um dos líderes mineiros da Revolução de 1842.¹²⁸ Seu pai, o brigadeiro Antônio Caetano Pinto Coelho da Cunha, participou como suplente da 1ª e 2ª Reuniões do Conselho Geral mineiro e ocupou o posto de Comandante das Armas de Minas Gerais no início da Regência, com apoio dos moderados mineiros. A oeste de Caeté, bem próxima a esta, encontrava-se Sabará, uma das primeiras vilas a serem erigidas em Minas Gerais, juntamente com Ouro Preto e Mariana, em 1711. Ali residia Pedro Gomes Nogueira, redator do periódico moderado *O Vigilante* (1832-1835)¹²⁹, e que também foi coronel de cavalaria, ouvidor e um dos fundadores da Sociedade Pacificadora de Sabará,

¹²⁴ Após 1834, foi deputado provincial por Minas Gerais entre 1835-1837 e 1846-1853. Bhering faleceu em Mariana, em 1856. Cf. SILVA, 2009, *op. cit.*, p.117-118.

¹²⁵ Cf. BARATA, Alexandre Mansur. Do secreto ao público: espaços de sociabilidade na província de Minas Gerais (1822-1840). In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.60.

¹²⁶ José Feliciano Pinto Coelho da Cunha (1792-1869), primeiro e único barão de Cocais, era filho do brigadeiro Antônio Caetano Pinto Coelho da Cunha e de Ana Casimira Furtado de Mendonça, quando jovem foi para o Rio de Janeiro, onde ingressou no Exército, atingindo a patente de tenente-coronel. Em 1835, foi nomeado presidente da província de Minas Gerais por Diogo Feijó. Recebeu o título de barão de Cocais em 1845. Era primo de Felício Pinto Coelho de Mendonça, o primeiro marido de Domitila de Castro, a marquesa de Santos. Cf. SILVA, Fábio Carlos da. *Barões do ouro e aventureiros britânicos no Brasil: a Companhia inglesa de Macaúbas e Cocais (1828-1912)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1997.

¹²⁷ APM, ACG-MG, sessão de 28/01/1831, p.161. A participação dos ingleses na exploração mineral nas Gerais foi permanente no século XIX. Em 1824, instalou-se em Minas Gerais a *Imperial Brazilian Mining Association*, empresa que iniciou a exploração da mina do Gongo Soco, na região central da província, umas das mais importantes da época. Em 1830 foi a vez da *St. John d'El Rey Mining Company* fixar-se nas Gerais e coordenar os trabalhos na mina de Morro Velho, na região de Sabará. Outras empresas inglesas se radicaram nas Gerais ao longo do século XIX, cf. LIBBY, Douglas Cole & GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A economia do Império brasileiro*. São Paulo: Atual, 2004, p.22.

¹²⁸ HÖRNER, Erik. *Em defesa da constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2010.

¹²⁹ O nome completo do jornal era *Vigilante: Jornal da Sociedade Pacificadora*. Depois de 1835 Pedro Gomes Nogueira adquiriu a tipografia da Sociedade Pacificadora, conduzindo-a para sua residência e colocando-lhe o nome de Tipografia de Nogueira.

provavelmente a principal agremiação política pró-Regência Trina Permanente daquela vila. Fora, em 1822, um dos articuladores do “Fico” em Minas Gerais.¹³⁰

Instituída em 1774, a Comarca do Rio das Mortes tinha como sede São João del-Rei, vila situada no sul mineiro que gozava de localização privilegiada, visto que era ponto de passagem dos principais caminhos que ligavam Minas Gerais ao Rio de Janeiro – estradas do Comércio, da Polícia e o Caminho Novo –, além de contar com uma variante que dava em Barbacena. Não à toa que São João fosse um dos principais polos atacadistas do mercado de gêneros de subsistência de Minas, funcionando como entreposto comercial. Seus negociantes tinham acesso à produção das vilas mais próximas bem como ao gado de Paracatu, no norte da província, além de mercadorias de Goiás e Mato Grosso. Os maiores lucros auferidos pelos comerciantes sajoanenses provinham, contudo, do abastecimento da capital do Império, negócio que alavancou a projeção política do setor, especialmente após a Abdicação.¹³¹

Uma das figuras que melhor representa esse cenário é Batista Caetano de Almeida¹³², mineiro natural de Camanducaia que logo cedo enraizou-se em São João del-Rei, onde recebeu ajuda de um tio para estudar e se iniciar no ramo dos negócios.¹³³ Entre 1819 e 1828 manteve uma sociedade de molhados e efeitos da terra com seu primo, Francisco de Paula de Almeida Magalhães, que chegou a ser vereador em São João del-Rei. Com Martiniano Severo de Barros¹³⁴ e João Martins de Carvalho fundou a *Severo e Companhia*, ao passo que, em 1832, com Manuel Inácio Soares Lisboa, primeiro tesoureiro da Casa Imperial, abriu a *Lisboa & Almeida*, casa comissionaria

¹³⁰ Apontamentos de Estevão Ribeiro de Rezende, Marquês de Valença: motivos e sucessos da viagem de d. Pedro à província de Minas Gerais, 1822. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.1, 2ª parte, p.469-479, 1922.

¹³¹ LENHARO, *op. cit.*, p.89-91. Sobre a participação de São João del-Rei no abastecimento da Corte, ver também GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João del-Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

¹³² Batista Caetano de Almeida nasceu em 1797 e faleceu em 1839. Sobre sua trajetória de vida, ver Apontamentos sobre a biografia de Baptista Caetano d’Almeida. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, jan/jul, 1905. Para sua ação filantrópica, ver MOTTA, Rosemary Tofani. *Baptista Caetano de Almeida: um mecenas do projeto civilizatório em São João-del-Rei no início do século XIX – a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

¹³³ É digno de nota, também, o caso de Domingos Custódio Guimarães (1802-1868), barão e visconde do Rio Preto, natural de São João del Rei e filho de Pedro Custódio Guimarães e Teresa Maria de Jesus. Comerciante, fundou com José Francisco de Mesquita, também parceiro comercial da família Monteiro de Barros, a *Mesquita & Guimarães*, sociedade especializada no abastecimento de carne da Corte e na venda de escravos. Na década de 1830, a companhia foi uma das maiores do gênero, controlando matadouros, paragens e currais. Na década de 1840, investiu na lavoura cafeeira no vale do Rio Preto, na região de Valença, amealhando grande riqueza, cf. CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Nos caminhos da acumulação: negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro, 1808-25*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF/ICHF/PPGHIS, 2007, p.62-63. Ver, também, CASTRO, M. Vianna de. *A aristocracia rural fluminense*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1961; GUIMARÃES, A. C. D’Araújo. *A corte no Brasil: figuras e aspectos*. Porto Alegre: Globo, 1936. De acordo com Alcir Lenharo, o futuro visconde do Rio Preto tinha como aliado José Cândido Guimarães, que era seu agente de gado e proprietário na região do Rio Preto. Cf. LENHARO, *op. cit.*, p.76.

¹³⁴ Vereador, coletor de impostos, noviço da Ordem do Carmo e coronel da Guarda Nacional à época da “Revolta da Fumaça”, cf. MAGALHÃES, Adriano Aparecido. Juiz de Paz: suas práticas na sociabilidade do liberalismo moderado no Termo de São João del-Rei (1827-1842) - Comarca do Rio das Mortes. *Anais do Seminário Internacional Justiça, Administração e Luta Social*. Ouro Preto, 2010, p.13 [online]. Acesso em janeiro de 2014.

de produtos do interior localizada no Rio de Janeiro. Caetano de Almeida foi vereador, juiz de paz, membro da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia, suplente do Conselho da Presidência de Minas Gerais (2ª Sessão), membro efetivo do Conselho Geral de Minas Gerais (2ª Sessão) e deputado geral na 2ª e 3ª legislaturas. Em 1827, levou a público o primeiro periódico de São João del-Rei – *O Astro de Minas* –, de orientação moderada. Ficou conhecido, entre outras ações filantrópicas, pela fundação de uma Livraria Pública, da qual Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho foi frequentador durante o período em ocupou a posição de ouvidor em São João.¹³⁵ A atuação de Caetano de Almeida na imprensa rendeu-lhe inimizades, algumas públicas, como aquela com o vigário colado da matriz de Nossa Senhora do Pilar, Luís José Dias Custódio.¹³⁶ Redator d’*o Amigo da Verdade* (1829), periódico editado em São João del-Rei que apoiava o governo de d. Pedro, o vigário foi acusado por Caetano de Almeida por fraudar a lista de eleitores do pleito de 1829. Entre os moderados Luiz José Dias Custódio seria rotulado de “caramuru” e perseguido pela imprensa.¹³⁷

Ao longo da primeira metade do século XIX Barbacena compôs, juntamente com São João del-Rei, o principal polo comercial da província de Minas Gerais, centralizando o fluxo de mercadorias de diversas regiões.¹³⁸ São João del-Rei escoava a maior parte das exportações de subsistência mineira, enquanto que Barbacena concentrava boa parte das exportações de algodão.¹³⁹ O crescimento econômico e demográfico, bem com a projeção política de setores ali radicados, fizeram com que, em 1833, o termo de Barbacena fosse desmembrado da comarca do Rio das Mortes, passando a formar, em conjunto com os termos de Baependi e Pomba, a comarca do Rio Paraibuna.

Originários da Ilha dos Açores, os Ferreira Armonde se fixaram em Minas Gerais no primeiro quartel do século XVIII, onde fizeram fortuna com a criação e venda de animais para os centros mineradores e, posteriormente, para o Rio de Janeiro. Nas primeiras décadas do século XIX constituíam uma das famílias mais poderosas de Barbacena, com sólidos vínculos comerciais com a praça fluminense.¹⁴⁰ Marcelino José Ferreira Armonde, futuro Barão de Pitangui, foi figura constante na política municipal, enquanto Lino Ferreira Armonde era negociante em Curral Novo,

¹³⁵ MORAIS, Christianni Cardoso. “*Para aumento da instrução da mocidade da nossa Pátria*”: estratégias de difusão do letramento na vila de São João del-Rei. Dissertação de Mestrado. FE-UFMG, 2002.

¹³⁶ *Astro de Minas*, n.ºs 207 (14/03/1829) e 523 (02/04/1831).

¹³⁷ *O Universal*, n.º 867, 18/02/1833.

¹³⁸ Sobre a formação histórica de Barbacena, ver MASSENA, Nestor. *Barbacena: a terra e o homem*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.

¹³⁹ LENHARO, *op. cit.*, p.89-92. Em verdade, Barbacena já funcionava como entreposto comercial desde a instalação do Caminho Novo para as Gerais, em fins do século XVII, quando se iniciou o processo de ocupação do alto da serra da Mantiqueira, região denominada genericamente como “Borda do Campo”. O Caminho Novo cruzava a fazenda da Borda do Campo, passando pelo Registro e pela fazenda da Caveira, onde mais tarde seria foi construído o arraial da Igreja Nova, futura vila de Barbacena. Cf. MASSENA, *op. cit.*, p.270-272.

¹⁴⁰ LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – a família Ferreira Armonde (1751-1850)*. Tese de Doutorado. Niterói: PPGH-UFF, 2010.

nos arredores de Barbacena.¹⁴¹ Honório José Ferreira Armonde era comerciante, minerador e vereador em Mariana, onde assinou, em março de 1833, um manifesto da câmara marianense contra a Sedição de Ouro Preto. Ao longo da década de 1830, os Ferreira Armonde expandiram seus empreendimentos para Santo Antônio do Paraibuna, atual Juiz de Fora, onde principiavam as lavouras de café.¹⁴² Parte da família dedicava-se ao comércio de escravos, ramo de Marcelino José Ferreira Armonde, situado entre os dez maiores traficantes de cativos para as Minas Gerais entre 1809 e 1830.¹⁴³ Embora não ocupassem cargos de destaque no período, os Ferreira Armonde apareciam com frequência nas listas de eleitores de Barbacena desde o início do Primeiro Reinado, alinhando-se aos moderados de Minas Gerais.¹⁴⁴ Em 1842, ficariam ao lado dos rebeldes mineiros.¹⁴⁵

De Barbacena também eram os Cerqueira Leite, família que ficou conhecida por sua atuação na magistratura e na política. Pedro de Alcântara Cerqueira Leite ocupou diversos cargos na magistratura até ingressar na carreira política, quando foi eleito deputado por Minas Gerais, em 1829.¹⁴⁶ Nos anos 1833-1834 foi membro da Sociedade Provincial de Barbacena, de tendência moderada. Se irmão, o magistrado Francisco de Paula Cerqueira Leite, foi um dos deputados mineiros mais votados pra a 3ª legislatura do Império.¹⁴⁷ Ambos se colocariam no campo dos rebeldes mineiros, em 1842.¹⁴⁸

¹⁴¹ Marcelino José Ferreira Armonde (1783-1850), primeiro barão de Pitangui, era natural de Barbacena e filho do português da Ilha da Madeira Francisco Armonde. Presidiu a Câmara Municipal de Barbacena de 1825 a 1826 e de 1845 a 1848. No mesmo município ocupou o posto de coronel da Guarda Nacional. Foi um dos líderes barbacenenses da “Revolução Liberal” de 1842. Foi condecorado barão de Pitangui em 1848.

¹⁴² CARRARA, Ângelo A. *A Zona da Mata mineira: diversidade econômica e continuísmo* (1839-1909). Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 1993, p. 35-36.

¹⁴³ PINHEIRO, Fábio W. A. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata (c.1809-c.1830)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2007.

¹⁴⁴ *A Abelha do Itacolomy*, nº 62, 02/06/1824; *Astro de Minas*, nº 825, 14/03/1833.

¹⁴⁵ HÖRNER, *op. cit.*, 2010, p.236.

¹⁴⁶ Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (1807-1883), barão de São João Nepomuceno, era natural de Barbacena. Filho do capitão José de Cerqueira Leite e de Ana Maria da Fonseca, formou-se em Direito (1833) e atuou como juiz municipal em Barbacena, juiz de direito em Sabará e desembargador das Relações em Pernambuco. Por Minas Gerais foi deputado na 3ª, 4ª e 6ª legislaturas. Foi presidente dessa província em 1864 e sócio do IHGB desde 1845. Foi presidente da província de Minas Gerais durante a Guerra do Paraguai e fundador da E.F. União Mineira em Santana do Deserto. Recebeu o título de barão de São João Nepomuceno em 1881. Cf. GUIMARÃES, Elione Silxa. *Família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora-MG, 1828-1928)*. São Paulo/ Juiz de Fora: Annablume/Funalfa Edições, 2006, p.126.

¹⁴⁷ Francisco de Paula Cerqueira Leite (?-1875) era natural de Minas Gerais e filho de José Cerqueira Leite. Formou-se em Leis na Universidade de Coimbra, na década de 1820. De regresso ao Brasil, foi nomeado juiz de fora da vila de Guaratinguetá, em decreto de 12 de outubro de 1826, e Provedor da Fazenda dos Defuntos e Ausentes, Resíduos e Capelas, da mesma vila, em alvará de 13 de novembro seguinte. Passou a exercer o mesmo lugar na vila da Campanha e cidade de Mariana, em decretos de 18 de outubro de 1829 e 13 de janeiro de 1832, respectivamente. Havendo sido extinto o aludido lugar, foi aproveitado no de Juiz de Direito da comarca do Rio Paraibuna, em decreto de 24 de julho de 1833, passando para a comarca de Barbacena, em decreto de 21 de outubro do mesmo ano. Em decreto de 2 de dezembro de 1839, foi nomeado Desembargador da Relação do Maranhão, passou depois para a de Pernambuco, e foi mandado ter exercício na do Rio de Janeiro, em decreto de 6 de agosto de 1847. Em 1º do referido mês de março, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Foi Deputado à Assembleia Geral Legislativa por Minas Gerais nas 3ª, 4ª e 7ª legislaturas. Foi agraciado por d. Pedro II com a comenda da Ordem de Cristo, em decreto de 2 de dezembro

No extremo sul da província de Minas Gerais situava-se a comarca de Sapucaí, região fronteira com São Paulo que abrigava localidades como Caldas, Cabo Verde, Alfenas, Pouso Alegre e Campanha. Criada em 1798, Campanha da Princesa¹⁴⁹ foi a primeira vila fundada no Sertão do Rio Verde, zona de litígio entre autoridades paulistas e mineiras no transcorrer dos séculos XVIII e XIX.¹⁵⁰ Na primeira metade do século XIX seu perfil econômico lastreava-se na agricultura de gêneros de subsistência e no comércio, além da cultura canavieira.¹⁵¹ Em 1836, Campanha ocuparia a sexta colocação dentre as localidades mineiras voltadas para a economia açucareira, com mais de 80 engenhos.¹⁵²

A família Veiga era uma das mais influentes na Campanha da primeira metade do século XIX. Dono de uma casa de comércio, Bernardo Jacinto da Veiga fundou o primeiro periódico da vila, o *Opinião Campanhense* (1832-1837), que até o Ato Adicional alinhou-se aos liberais moderados.¹⁵³ Foi membro da Sociedade Defensora de Campanha (1832-183?), agremiação da qual também fez parte seu irmão, o tenente-coronel Lourenço Xavier da Veiga. Embora nunca tenham ocupado cargos públicos de destaque ao longo do período aqui considerado – foram apenas vereadores da Câmara Municipal de Campanha¹⁵⁴ –, Bernardo e Lourenço exerceram papel fundamental na articulação política em prol de outro irmão, o livreiro Evaristo da Veiga. Este, que viria a pisar em solo mineiro somente no fim da vida, em 1836, conseguiu se eleger deputado por Minas Gerais na 2ª e 3ª legislaturas do Império, sendo que na primeira vez o peso dos votos obtivos em Campanha foi decisivo.¹⁵⁵ Evaristo retribuía o apoio, dentre outras formas, defendendo os setores abastecedores na imprensa e Câmara dos Deputados, o que o colocou na condição de principal ponto de apoio desses homens com a política do Rio de Janeiro.¹⁵⁶ Evaristo chegou a

de 1854, e o título do Conselho, em decreto de 26 de março de 1864. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1875, sendo sepultado no Cemitério de São Francisco Xavier.

¹⁴⁸ HÖRNER, *op. cit.*, 2010, p.330.

¹⁴⁹ Sobre a vila de Campanha, ver ARAUJO, Patrícia Vargas Lopes de. *Campanha da Princesa: urbanidade em Minas Gerais, 1789-1840*. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH-Unicamp, 2008.

¹⁵⁰ Em 1825, Francisco Antonio Diniz Junqueira, membro da poderosa família Junqueira, foi acusado de tramar o desmembramento de Franca e Batatais para a província de Minas Gerais, cf. RODRIGUES, Rejane Maria Freitas. *Representações políticas no Primeiro Império: a relação das Câmaras Municipais de Itu e Franca com o Governo Provincial*. Dissertação de mestrado. Franca: Fac. de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, 2005, p.106.

¹⁵¹ VALADÃO, Alfredo. *Campanha da Princesa*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1937. v.1.

¹⁵² PAIVA, Clotilde Andrade; KLEIN, Herbert S. Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha, 1831. *Estudos Econômicos*, São Paulo, 22 (1), jan./abr. 1992, p. 133-134.

¹⁵³ Bernardo Jacinto da Veiga (1802-1845) era natural do Rio de Janeiro, filho de Francisco Luís Saturnino da Veiga. Foi agente correio de Campanha, deputado provincial, delegado de instrução pública e duas vezes presidente da província de Minas Gerais, de 21 de março de 1838 a 22 de agosto e de 1840 e de outubro de 1842 a 23 de março de 1843. Quando presidente pela segunda vez, combateu os rebeldes da Revolução Liberal. Cf. VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach sul-mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sil-Mineiro, 1874, p.444-454.

¹⁵⁴ CEDI-CD, lata 81D, maço 46, pasta 02, ofício de 21/06/1832.

¹⁵⁵ RODARTE, *op., cit.*, tabela 2.24, p.336.

¹⁵⁶ LENHARO, *op. cit.*, p.105.

publicar textos elogiosos sobre o liberalismo campanhense como estratégia retórica para unificar a moderação mineira e fluminense.¹⁵⁷

Nascido em Campanha, José Bento Ferreira de Melo estudou na capital paulista, onde se ordenou (1809) e, mais tarde, recebeu o título de cônego honorário da Sé de São Paulo (1819).¹⁵⁸ É provável que seja dessa época que se estreitaram os laços de Ferreira de Melo com nomes importantes da política paulista, como a família Prado – da qual sua mãe tinha certo parentesco – e, sobretudo, Diogo Antonio Feijó, de quem era amigo pessoal e aliado político. De volta à terra natal Ferreira de Melo instalou-se em Mundu, freguesia subordinada à Campanha que ajudou a criar e onde fincou suas atividades econômicas e políticas. Após a elevação de Mundu à vila de Pouso Alegre, em 1831, Ferreira de Melo promoveu um conjunto de iniciativas para a melhoria da vila, como conserto de estradas e ampliação das cadeiras de primeiras letras. Era dono da fazenda do Engenho, situada na vila que ajudou a criar.

Como político, Ferreira de Melo foi vereador, membro da primeira Junta de Governo (1821), deputado pelas três primeiras legislaturas do Império e senador, representando o primeiro liberal moderado mineiro à alcançar a casa vitalícia, em 1834. A fim de manter suas bases eleitorais e ventilar suas concepções políticas, comprou uma tipografia e fundou dois periódicos em Pouso Alegre – o *Pregoeiro Constitucional* (1830-1831) e o *Recopilador Mineiro* (1833-1836), ambos de orientação liberal-moderada.¹⁵⁹ Em meio à luta política que culminou na Abdicação, ajudou a fundar a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional de Pouso Alegre, congênere da Sociedade carioca. Um de seus apadrinhados políticos foi o padre João Dias de Quadros Aranha, um dos redatores do *Pregoeiro*, que conseguiu se eleito deputado na terceira legislatura (1834-1837).¹⁶⁰

Entre as comarcas de Ouro Preto e Rio das Velhas, sentido norte para quem saía da capital mineira, encontrava-se a comarca do Serro. Na vila do Príncipe destacavam-se os Ottoni, família de origem italiana que se radicou nas Minas Gerais no início do século XIX. José Elói Ottoni foi eleitor da Junta Provisória, deputado às Cortes de Lisboa e, sob a Regência, membro do Conselho Geral de província. Seu irmão, Jorge Benedito Ottoni, foi arrecadador de dízimos, rábula e comerciante. Na política, ocupou os cargos de vereador e suplente do Conselho Geral mineiro na 2ª Sessão.¹⁶¹ Mas seria um dos filhos de Benedito que levaria o nome da família para o centro da

¹⁵⁷ *Autora Fluminense*, nº 565, 05/12/1831.

¹⁵⁸ José Bento Ferreira de Melo nasceu em 1785 e morreu assassinado em 1844, em Pouso Alegre. As causas de sua morte não são conhecidas; presume-se que foram de ordem política ou por disputa de terras. Cf. VALADÃO, Alfredo. *Vultos nacionais*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974, p.326. Ver, também, QUEIRÓS, Amadeu de. *O senador José Bento*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933.

¹⁵⁹ SILVA, 2009, *op. cit.*, p.112. Ao que parece, Ferreira de Melo possuía parentes na Câmara Municipal de Pouso Alegre. Cf. *Opinião Campanhense*, nº 39, 29/12/1832.

¹⁶⁰ PASCOAL, *op. cit.*, p.217.

¹⁶¹ SILVA, 2009, *op. cit.*, p.115.

política imperial: Teófilo Benedito Ottoni. Nascido na vila do Príncipe, em 1807, Teófilo cursou a Academia de Marinha do Rio de Janeiro, alcançando o posto de guarda-marinha. Naquela época complementava sua renda ministrando aulas de latim, matemática e geometria, inclusive a Evaristo da Veiga, cuja livraria o jovem Ottoni tornou-se frequentador assíduo e onde, provavelmente, entrou em contato com as doutrinas liberais anglo-americanas, a marca maior de seu pensamento político a partir dos anos 1830. Nos tempos de Academia ficou próximo de Rodrigues Torres e colaborou com periódicos moderados da Corte, como a *Astréa*. De volta a Minas Gerais, converteu-se comerciante e fundou o primeiro jornal da vila do Príncipe, a *Sentinela do Serro* (1827-1832), de tendência republicana e inspiração jeffersoniana. Embora só tenha ocupado cargos de destaque após o término da Regência Trina Permanente,¹⁶² Ottoni participou ativamente no debate político nos anos pré e pós-Abdicação. Escreveu para periódicos como *Astro de Minas* e *Eco do Serro*, apoiou a reforma constitucional e ajudou a fundar a Sociedade Promotora do Bem Público da Vila do Príncipe, onde fez ecoar seu projeto de “republicanizar” a monarquia constitucional, o qual será analisado mais adiante.¹⁶³

Minas Gerais contava com outras comarcas ainda mais distantes do eixo da zona metalúrgica-mantiqueira, como Paracatu, situada no noroeste mineiro, onde desde cedo pesavam os vínculos comerciais, políticos e de parentesco com as províncias setentrionais da Bahia e Pernambuco, mais do que com a capital de Minas Gerais.¹⁶⁴ O nordeste da província, região fronteira com o sul da Bahia, apresentava volumosa população indígena, não obstante a presença de intensa atividade mineradora, de lavouras de algodão e pecuária.¹⁶⁵

* * *

¹⁶² Na eleição para a terceira legislatura (1834-1837), Ottoni foi eleito suplente para a Câmara dos Deputados, mas não chegou a ser convocado para tomar assento.

¹⁶³ Teófilo Benedito Ottoni faleceu no Rio de Janeiro, em 1869. Sua carreira política deslanchou para além do período aqui contemplado, no final da década de 1830. Foi deputado à Assembleia Geral na quarta, sexta, sétima e décima primeira legislaturas. Nomeado senador em 1864, após seis recusas nas listas tríplices, refutou o convite para compor o Conselho. Publicou, em 1860, sua famosa *Circular*, um texto produzido tendo em vista as eleições daquele ano para a Câmara dos Deputados, mas que apresenta uma interpretação inovadora do processo de formação do Estado imperial brasileiro. Cf. OTTONI, Teófilo B. *Circular dedicada aos eleitores de senadores pela província de Minas Gerais... (1860)*. Prefácio de Basílio de Magalhães. 2ª edição. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXVIII, 2ª parte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916. Para uma análise geral da *Circular*, ver MARSON, Izabel Andrade. O Império da Revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo, USF/Contexto, 1998, p.73-102. Para uma biografia política de Ottoni, ver NETO, Maria Cristina Nunes Ferreira. *Memória, política e negócios: a trajetória de Teófilo Benedito Ottoni*. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2002.

¹⁶⁴ SILVA, Ana Rosa Clotet da. De Comunidades a Nação: Regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais (1821-1831). *almanack brasiliense*, nº 02, Nov./2005 [online], p.46-47. Acesso em janeiro de 2014. Sobre a formação da vila e Comarca de Paracatu, ver MELLO, Oliveira. *As Minas Reveladas (Paracatu no Tempo)*. Paracatu: Prefeitura Municipal, 2002; e VENÂNCIO, Renato Pinto. Paracatu: movimentos migratórios no século XVIII. *Lócus: Revista de História*. Juiz de Fora, v.4, n.1.

¹⁶⁵ PAIVA, *op. cit.*, 279.

Com as informações acima apresentadas não temos a presunção de expor uma relação rígida entre segmentos socioeconômicos e orientação/desempenho político. A atuação dos setores proprietários do centro-sul, porque tensionada pelo mundo dos negócios e da política, acabava implicando em pontos de contato entre homens de formação, posição social e projeção pública diferenciados. Veja-se, por exemplo, a figura de Estevão Ribeiro de Rezende Rezende,¹⁶⁶ futuro Marquês de Valença, mineiro da Comarca do Rio das Mortes que durante a regência e o reinado de d. João havia sido juiz de fora de São Paulo, fiscal dos diamantes no Serro Frio e ajudante do intendente geral da polícia no Rio de Janeiro. O deslanche político de Estevão Ribeiro, como veremos, só aconteceu de fato quando ele tornou-se homem de confiança de d. Pedro, ao desempenhar papel fundamental durante a viagem feita pelo príncipe regente a Minas Gerais entre março e abril de 1822, cujo objetivo fora reverter o quadro de não adesão à Regência pela Junta governativa mineira.

Em contrapartida, como integrante do Conselho dos Procuradores Gerais da província de Minas Gerais, em 1822, sua atuação esteve atrelada à tentativa de aplicação de medidas econômicas liberais cujo teor obtinha respaldo nas camadas de proprietários e comerciantes ainda afastadas da máquina pública, mas que após a Abdicação tornar-se-iam gestoras de grande parte dos postos administrativos do período regencial. Dentre suas intervenções mais significativas, defendeu uma reforma tributária que revisse os princípios da arrematação de contratos – um dos pilares da estrutura tributária colonial – com o intuito de promover a desobstrução na circulação de mercadorias e permitir uma maior acumulação de capital, fortalecendo assim tanto a economia de exportação quanto aquela associada ao mercado interno. Se tais medidas não foram estabelecidas de pronto, ao menos ajudaram a compor o debate que estabeleceria as políticas de liberalização de mercado do Primeiro Reinado.¹⁶⁷

Sócio e amigo de Nicolau de Campos Vergueiro, parente e conselheiro de José da Costa Carvalho – figuras centrais entre os liberais do final da década de 1820 e primeira metade da década de 1830 –, Estevão Ribeiro beneficiou-se de sua relação com tais homens, assim como esses se valeram do prestígio do político mineiro. Quando participante da intitulada “bernarda” de Francisco Inácio, em maio de 1822, Costa Carvalho utilizou-se da sua influência junto a Estevão Ribeiro, na

¹⁶⁶ Estevão Ribeiro de Rezende (1777-1856), o Marquês de Valença, nasceu no arraial dos Prados, Comarca do Rio das Mortes, em Minas Gerais. Formado em Leis em Coimbra (1804), ocupou em Portugal o cargo de juiz de fora, em Palmela. De volta ao Brasil, foi juiz de fora de São Paulo (1811), fiscal dos diamantes no Serro Frio (1816) e ajudante do intendente geral da polícia no Rio de Janeiro (1817). Na política, foi integrante do Conselho dos Procuradores Gerais da província de Minas Gerais (1822), ministro de estado interino (1822) e senador do Império (1826-1856). Cf. OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. Estevão Ribeiro de Rezende, o marquês de Valença: política, magistratura e construção do Estado nacional, *Embornal*, Revista Eletrônica da ANPUH-CE, v. 1, p. 1-18.

¹⁶⁷ BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. O lugar da política: a atuação de Estevão Ribeiro de Rezende, Marquês de Valença. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Ligia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes de Mônico (orgs.). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Editora Alameda, 2006, p.94.

época muito próximo a d. Pedro, para que sua punição em relação ao levante fosse atenuada, o que de fato ocorreu.¹⁶⁸ O político mineiro, por sua vez, foi um dos poucos ministros poupados das contundentes críticas feita pelo *Farol Paulistano* no ano de 1827, periódico paulista que tinha Costa Carvalho como diretor e um dos seus redatores.

Outro nome que demanda um olhar mais cuidadoso sobre o relacionamento entre diferentes grupos políticos por meio dos negócios e laços de família é o de Rafael Tobias de Aguiar. A íntima relação com a região de Sorocaba e Caminho do Sul não lhe obstou travar contato com o já citado João Rodrigues Pereira de Almeida, futuro Barão de Ubá, figura que se enriqueceu e projetou publicamente durante o governo joanino, chegando a dirigir o Banco do Brasil. Tobias de Aguiar, em verdade, herdou associação estabelecida por seu pai – Antônio Francisco de Aguiar – com Pereira de Almeida, responsável por adquirir e vender na praça do Rio de Janeiro animais oriundos das feiras de Sorocaba.¹⁶⁹

Quando saímos do Rio de Janeiro para as províncias, até mesmo a ideia dos “clãs” familiares que se consolidaram no período joanino e Primeiro Reinado ganha outros contornos. Muitas dessas redes familiares eram compostas por homens de posição, função e atuação política distintos que não podem ser resumidas unicamente a fidelidades de ordem de origem, de condição socioeconômica ou de inclinação político-ideológica. Em muitos casos há uma assimetria entre nível de riqueza e projeto político, constatação que remonta a um desafio permanente dentro dos estudos de história política, que é o da articulação entre o lugar socioeconômico e a manifestação política de determinado grupo.¹⁷⁰

Grupos familiares como os Monteiro de Barros sinalizam um quadro nuançado e mutante onde a dicotomia centro/província, geralmente identificada para o Primeiro Reinado como um desdobramento do embate entre governo e oposição, ou até mesmo entre centralização e descentralização, deve ser matizada. Se é verdadeiro afirmar que os Monteiro de Barros, por

¹⁶⁸ Após devassa feita entre os integrantes do levante, d. Pedro acabou privando-os de punições mais severas, provavelmente por conta da importância dos insurgentes nas malhas do poder da província de São Paulo, que ainda contava com Francisco Inácio de Souza Queiroz, Daniel Pedro Muller e José Carlos de Oyhausen. Cf. TAUNAY, Affonso de Escragnolle. *História da cidade de São Paulo sob o Império: 1822-1831*. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, vol.4, 1956. Sobre a “bernarda” de Francisco Inácio, ver especialmente os capítulos VI a XX.

¹⁶⁹ ALMEIDA, *op. cit.*, p.120; BITTENCOURT, *op. cit.*, 2006, p.310.

¹⁷⁰ Sobre este ponto, Lynn Hunt observou que “boa parte da dificuldade para analisar a relação entre política e sociedade nasce da nossa linguagem ordinária da análise social. Quando discutimos ‘o político’, de imediato nos ocorrem metáforas de estrutura e especialmente de uma hierarquia de relações no espaço: níveis, camadas, bases, alicerces. A política parece assentar-se naturalmente em uma base ou subestrutura social (...) Considera-se que redes, grupos, classes ou estruturas sociais dão à política seus padrões duradouros e também seu potencial para a mudança. Em consequência, a maioria dos debates (...) tem girado em torno da relação entre uma base social previamente existente e a organização política específica que se julga decorrente dessa base. O caráter da política é explicitado mediante referência à sociedade, e mudanças na organização política são atribuídas a mudanças prévias nas relações sociais. Quase toda análise parte da suposição de que as características essenciais da política só podem ser explicadas por sua relação com uma base social”. Cf. HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. Trad. de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.32-33.

exemplo, nunca estiveram entre as lideranças liberais – posicionamento que ganhou nitidez com o “Regresso” e, mais especificamente, em meio à Revolução Liberal de 1842 –,¹⁷¹ também é necessário considerar que a atuação desses homens foi pautada pelas diferentes circunstâncias em que exerceram o poder, ora na província ora no Rio de Janeiro. É evidente que uma vez alocados no Senado, nomes como Lucas Monteiro de Barros ou Estevão Ribeiro de Rezende – alguns dos poucos membros vitalícios cuja figura política foi preservada pelos moderados paulistas e mineiros durante o Primeiro Reinado e início da Regência – estivessem mais afinados com o governo pedrino e, posteriormente, com a resistência caramuru. Na Câmara dos Deputados, onde o elemento liberal preponderou de 1826 a 1837, a articulação com setores moderados se fazia necessária a depender da situação, tanto que um Rodrigo Antonio Monteiro de Barros não chegou a ser atacado pelos já então moderados por ter se aliado, nas eleições para a 3ª legislatura, ao grupo dos Andrada.¹⁷² De qualquer forma, seja na Câmara ou Senado, os laços econômicos, políticos e familiares que mantinham com a província implicavam numa série de mediações e negociações que iam desde a aprovação de resoluções dos Conselhos Gerais e dos orçamentos provinciais, do fomento de leis que ampliavam a autonomia das províncias até a emissão de vereditos sobre crimes políticos ocorridos por todo território nacional. Na esfera provincial, por sua vez, as relações se davam de forma mais pulverizada, atreladas que eram às disputas e demandas urgentes das localidades. Dentro do Conselhos Geral e da Presidência um rico proprietário com Romualdo José Monteiro de Barros teve de lidar com a aprovação de posturas e contas municipais, confrontar projetos voltados para as necessidades das freguesias e vilas, além de mediar a atuação de juízes de paz, ouvidores e outros funcionários públicos.

Essa diversidade de situações – seja no alicerce político de d. Pedro seja entre os que lhe faziam oposição e depois sustentariam a Regência – implica num questionamento, ao menos para Minas Gerais e São Paulo, da ideia das províncias nas primeiras décadas do século XIX como “forças centrífugas”, arredias, descrentes do comando do Rio de Janeiro. Os principais nomes dentre paulistas e mineiros que apoiavam o monarca estavam de fato na Corte, vivenciavam a política da capital e tinham nas pastas ministeriais, no Conselho de Estado, no Senado e em alguns postos altos da magistratura e do Banco do Brasil sua reserva de poder. Mas disto deduzir que eram homens exclusivamente do “centro”, distantes da realidade provincial por posição e virtude política ou formação intelectual é meia verdade. O fato de, em comparação aos opositores de d. Pedro

¹⁷¹ HÖRNER, *op. cit.*

¹⁷² Isso não impediu que houvesse conflitos entre os Monteiro de Barros e setores locais, como o que ocorreu com Francisco de Paula Monteiro de Barros, filho de Romualdo Monteiro de Barros. Ouvidor da comarca do Serro por indicação de d. Pedro, Francisco de Paula foi acusado pelos liberais moderados de abuso de poder e mau uso do cargo, cf. *O Universal*, nº 123, 25/04/1828. Neste ano o ouvidor entrou em conflito com o juiz de fora da vila do Príncipe, cf. APM, PP 2/1, cx.2, ofício de 18/08/1828.

(futuros moderados) terem dependido menos das eleições para gozarem o poder¹⁷³, tornando a manutenção das bases eleitorais provinciais um problema menor naquele momento, não deve ser interpretado como um afastamento da realidade provincial, mesmo que temas de maior envergadura política, logicamente tratadas no centro do Império, via de regra cativassem mais os homens que estavam no Rio de Janeiro. Todos os protagonistas queriam concretizar seus interesses, e para isso é necessário instrumentalizar e modificar o Estado, mesmo os aliados de d. Pedro.

A situação se torna mais complexa quando se recupera a bibliografia tradicional sobre a participação de São Paulo e Minas Gerais na Independência, que em grande medida vê a existência de um *adesismo* mais ou menos consensual em torno do projeto de poder encabeçado por d. Pedro. Tese que vem sendo contestada por estudos mais recentes, os quais vêm apontando para uma solução negociada entre setores provinciais e o círculo de d. Pedro, tendo como pano de fundo uma maior inserção nas redes de poder e negócios proporcionadas por um novo governo sediado no Rio de Janeiro. Nesse sentido, a aproximação com a ideia da construção de um Estado independente passava, necessariamente, pela afirmação de um poder provincial, ainda que os termos de seu funcionamento estivessem por construir.¹⁷⁴ Esse ponto é fundamental para entendermos como já na gênese do Estado nacional brasileiro houve uma divisão das forças políticas provinciais, que se viram mais ou menos contempladas pela nova máquina pública.

1.2. Mineiros e paulistas na Independência: a projeção da província como espaço de poder

Em agosto de 1820, emergiu na cidade do Porto um movimento revolucionário que logo ganharia todo o território português. Seus líderes propunham a convocação das cortes lusas com vistas a elaborar uma Constituição em moldes liberais, pondo em cheque as bases do Antigo Regime em Portugal.¹⁷⁵ O que animava a Revolução do Porto era a ambição por mudanças diante

¹⁷³ Exceção feita, obviamente, ao Senado e à Câmara dos Deputados, embora no que diz respeito ao primeiro o caráter vitalício dos senadores e a forma como D. Pedro moldou a bancada senatorial minimizaram a participação do eleitorado na escolha dos senadores, como será visto no capítulo 3. É verdade, por outro lado, que esses homens não conseguiam atingir a maioria na Câmara dos Deputados, entre 1826 e 1837, não por ação deliberada, mas pelas dificuldades impostas pela oposição “moderada” e “exaltada”.

¹⁷⁴ Para o caso de São Paulo, ver BITTENCOURT, *op. cit.*; DELATORRE, Aparecida Vanessa. *São Paulo à época da Independência: contribuição para o estudo do chamado movimento ‘bernardista’, 1821/1823*. Dissertação de mestrado. FFLCH-USP, 2003; DOLHNIKOFF, Miriam. São Paulo na Independência. In: JANCÓS, István (org.), *op. cit.*, 2005, p.557-575; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. São Paulo e a Independência. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009, p.275-318; OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. São Paulo e a Independência. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida (Org.). *São Paulo, uma longa história*. São Paulo: Centro de Integração Escola/Empresa, 2004, p. 39-58. Para Minas Gerais, ver BITTENCOURT, *op. cit.*; NASCIMENTO, Helvécio Pinto do. *Em defesa do “adequado” constitucionalismo: as articulações políticas dos camaristas e padres nas vilas mineiras no contexto separatista (1821-1824)*. Doutorado. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2010; SILVA, Ana Rosa Clotet da. Identidades Políticas e a emergência do novo Estado Nacional: o caso mineiro. In: JANCÓS, István (Org.), *op. cit.* p. 515-555; SILVA, Wlamir. *Op. cit.*

¹⁷⁵ CASTRO, Zília Osório de (dir.). *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Lisboa-Porto: Assembleia da Republica de Portugal/ Afrontamento, 2002.

do crescente descontentamento com a situação política e econômica de Portugal, desgastado com a ocupação das tropas inglesas, com a perda de seu protagonismo no Império luso e distante de seu soberano. Seu objetivo maior era retirar a antiga sede do Império português da situação em que se encontrava por meio de uma “regeneração” política que substituísse práticas do Antigo Regime pelas do liberalismo, transformando Portugal em uma monarquia constitucional e redefinindo as relações comerciais com o restante do Império luso-brasileiro, especialmente com o Brasil, onde setores do centro-sul se beneficiaram sobremaneira com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro.¹⁷⁶

A notícia da Revolução do Porto propagou-se com rapidez na América portuguesa. Manifestações de adesão ao movimento surgiram em pontos diversos do Reino do Brasil, sobretudo no norte, como no Grão-Pará e Bahia, localidades com laços mais estreitos com Portugal.¹⁷⁷ Em fevereiro de 1821, após intensa pressão das tropas portuguesas, de comerciantes e pequenos proprietários, d. João VI se viu forçado a jurar as futuras bases da Constituição, incorporando o Rio de Janeiro à revolução vintista. A cooperação com o movimento previa, também, a eleição de representantes do Reino do Brasil para as Cortes, a nomeação de um novo ministério e o regresso da família real para Portugal. A partir daí os dois lados do Atlântico converter-se-iam em um amplo fórum de discussão a respeito do constitucionalismo, gestando uma nova cultura política calcada nas concepções e práticas liberais.¹⁷⁸

As bases da Constituição de Portugal foram decretas em março, chegando à América em finais de maio. Antes disso, em abril de 1821, as Cortes de Lisboa expediram um decreto ao Rio de Janeiro reconhecendo as Juntas criadas nas capitanias do Reino do Brasil em virtude dos últimos acontecimentos.¹⁷⁹ O documento declarava legítimas não somente as Juntas já estabelecidas, bem como aquelas que viriam a ser formar nos Estados portugueses de ultramar em prol da regeneração de Portugal. Assim, Lisboa antecipava-se em validar o processo de formação desses governos locais, independentemente da aquiescência do Rio de Janeiro, tática que já visava esvaziar

¹⁷⁶ NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. Estado e política na Independência. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v.1, p.117-118.

¹⁷⁷ MACHADO, André Roberto de A. *A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-25)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010; SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de. *A guerra de Independência na Bahia: manifestações políticas e violência na formação do estado nacional* (Rio de Contas e Caetité). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2003.

¹⁷⁸ ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império*. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

¹⁷⁹ BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato*. Deputados do Brasil nas Cortes portuguesas (1821-1822). São Paulo Hucitec/Fapesp, 1999.

politicamente a Regência de d. Pedro, iniciada com a partida de d. João VI para a Europa, em fins de abril.¹⁸⁰

Como contragolpe, o príncipe buscava se articular às Juntas, sobretudo àquelas instaladas no centro-sul do Reino do Brasil, aproveitando-se da base sociopolítica da administração joanina. Entre os primeiros atos da Regência esteve o juramento das bases da Constituição portuguesa, no início de junho de 1821. O período da Regência de d. Pedro conheceria um acirrado enfrentamento político. A volta da Corte para Lisboa, o jogo de interesses divergentes dos deputados das Cortes e a dificuldade no estabelecimento de uma política sólida entre a Regência e as demais províncias resultaram em uma desorganização de vários setores da sociedade, inclusive o comércio interno. O debate em torno do constitucionalismo criou um amplo leque de possibilidades sobre o futuro político do Reino do Brasil, aguçando as disputas pelo poder nas esferas de poder que iam se constituindo. No Rio de Janeiro, as eleições para a escolha dos deputados tomaram rumos extremos a ponto de se transformarem em conflito armado, ocorrência que demonstra a diversidade das propostas políticas dos diferentes setores sociais.¹⁸¹

A formação da Junta de Governo de São Paulo ocorreu em meio às eleições dos deputados paulistas para as Cortes de Lisboa, em 23 de junho de 1821, portanto sob a Regência de d. Pedro. Àquela altura já haviam sido implantadas, revolucionariamente, as Juntas do Pará, Bahia e Pernambuco, sucedendo-se outras nas províncias no norte do Reino.¹⁸² Claramente direcionada para o Rio de Janeiro – a comunicação da sua instalação para as Cortes de Lisboa ocorreria somente meses depois –, a Junta paulista foi prontamente reconhecida por d. Pedro, sob a condição de que ela se subordinasse ao Rio de Janeiro. O interesse de d. Pedro em São Paulo, cabe lembrar, não era apenas de ordem política. Como vimos anteriormente, São Paulo era peça essencial para a defesa das fronteiras do sul e para o abastecimento do Rio de Janeiro com gêneros alimentícios e animais, ajudando a conectar diversas regiões do Reino do Brasil.¹⁸³

¹⁸⁰ BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: 1820-1822*. São Paulo/Recife: Hucitec/UFPE, 2006, capítulo 5. Ver, também, OMEGA, Nelson. As Juntas Governativas e a Independência. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n 319, abr./jun., 1978.

¹⁸¹ Sobre a Regência de d. Pedro, ver BITTENCOURT, *op. cit.*, 2007. Para uma abordagem tradicional da Regência de d. Pedro, ver SOUSA, Octávio Tarquínio de. *A vida de d. Pedro I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972, tomo I.

¹⁸² Como observou Marisa Saenz Leme, havia uma diferença entre as Juntas que foram sendo formadas no Reino do Brasil após a eclosão da Revolução do Porto: “Esquemáticamente, as Juntas constituíam-se a partir de dois direcionamentos básicos, que se pode considerar revolucionários – no sentido de Juntas formadas à revelia da Corte do Rio de Janeiro – ou oficiosos – no sentido de Juntas formadas já com o aval do que era a legalidade entre o estabelecido nos dois centros políticos que se opunham disputando, entre outros fatores, o controle das províncias do Reino do Brasil”, cf. LEME, Marisa Saenz. A construção do poder de governo na Província de São Paulo e o Estado em formação no Brasil independente: entre a Revolução do Porto e a outorga constitucional. In: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro. (Org.). *História do Estado de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp/ Imprensa Oficial/Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010, v.1., p.375.

¹⁸³ Sobre a importância militar de São Paulo no início da década de 1820, ver MELO, Ediberto de Oliveira. As milícias de São Paulo às vésperas de nossa emancipação política. In: *Raízes do militarismo paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1982, capítulo 4.

À semelhança do que ocorrera em outras províncias, a instauração da Junta paulista não se deu por eleição, como no caso dos deputados para as Cortes, mas por aclamação, revelando aí uma solução negociada entre grupos adversários, tendo por base “disputas econômicas que se expressavam também em diferentes matizações políticas”.¹⁸⁴ As divergências advinham do fato de que tais grupos partilhavam concepções diferentes no que tangia ao controle das arrematações e de fatias do mercado de abastecimento, além de deterem entendimentos conflitantes sobre as práticas mercantis e administrativas a serem empregadas, o que acabava por conduzir as discussões sobre possíveis relações com as Cortes em Lisboa ou com o governo no Rio de Janeiro.¹⁸⁵ Esse ponto fica claro na própria composição da Junta, que foi montada a partir de um acordo entre setores vinculados aos Andrada e ao porto de Santos, por grupos radicados na região da capital de São Paulo, sobretudo negociantes de origem portuguesa, como a família Sousa Queiroz, e por produtores agrícolas que vinham amealhando fortuna nas últimas décadas na região da Comarca de Itu, em sua maioria associadas à lavoura canavieira exportadora.¹⁸⁶

Uma vez que nesse momento ainda não havia uma regulamentação, nem por parte de Lisboa nem da Regência, sobre os procedimentos de formação das Juntas, os paulistas decidiram organizar um governo de quinze membros, sendo cinco de natureza executiva e dez “deputados e vogais”, a serem escolhido por José Bonifácio. O então governador João Carlos Augusto de Oyenhausen, no comando de São Paulo desde 1819, ficou com o posto de presidente, cabendo à vice-presidência à Bonifácio. Os outros postos executivos foram atribuídos à Martim Francisco de Andrada e Silva (secretário do Governo do Interior e Fazenda), Lázaro José Gonçalves (Negócios da Guerra) e Miguel de Oliveira Pinto (Marinha). Dentre os vogais – organizados em “classes” – podemos destacar Nicolau Vergueiro (Agricultura), Francisco Inácio de Sousa Queiroz e Manoel Rodrigues Jordão, ambos pelo “Comércio”. A presença maciça de militares – oito no total de quinze nomes – é um indicativo de como nesse momento São Paulo tinha nas armas uma das suas principais forças e moedas de negociação, especialmente no que se referia ao envio de tropas para os combates na fronteira sulina do Reino do Brasil.¹⁸⁷

O fato de São Paulo não ter enfrentado a autoridade do príncipe, como no caso da Bahia e do Pará, não significa que tenha havido uma adesão automática da Junta paulista a d. Pedro, tampouco uma subserviência com relação à Regência. Desde que entrou em funcionamento a Junta paulista se mostrou determinada a estabelecer um grau de autonomia para com a Regência, em especial no

¹⁸⁴ *Ibidem*, p.378.

¹⁸⁵ OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles, *op. cit.*, 2004.

¹⁸⁶ Sobre os grupos políticos paulistas no início da década de 1820, ver DELATORRE, *op. cit.*; TAUNAY, Affonso de Escragnolle. *História da cidade de São Paulo sob o Império: 1822-1831*. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, vol.4, 1956.

¹⁸⁷ OBERACKER Jr., Carlos. *O movimento autonomista no Brasil: a província de S. Paulo de 1819 até 1823*. O grito do Ipiranga. Lisboa: Cosmos, 1977.

âmbito financeiro, campo em que se buscou interferir nas ações da Junta da Fazenda, na circulação monetária e na remessa de recursos para o Rio de Janeiro. A própria divisão da Junta em cargos executivos e legislativos, ao simular a estruturação de um governo soberano, dava indícios de que sua atuação seria pautada pela ideia de um espaço de poder local com prerrogativas próprias, fruto de uma solução negociada que levaria em consideração as especificidades dos paulistas. Sobre este ponto observou Marisa Saenz Leme:

“A atuação do Governo provisório foi fruto da intersecção de dinâmicas de várias ordens, para as quais confluíram, mescladas às divergências internas às províncias, as relações com o Rio de Janeiro, as tensões político-militares decorrentes do enfrentamento com Lisboa e a autonomia provincial. Como uma problemática constante, subjacente aos diferentes níveis de tensão, havia ainda que afirmar não mais a legalidade, mas a legitimidade, não propriamente do novo governo, mas da nova esfera de poder em construção na província. Colocava-se assim a questão de se definir uma estrutura para a instância de poder representativo em formação, pois até então só existira o modelo das Câmaras Municipais, único para o exercício da autoridade colonial de base eletiva, e com efetivo poder de representação social”.¹⁸⁸

A instalação da Junta paulista não significou, também, a redução dos conflitos na província. Poucos dias após a instalação do governo provisório houve sublevação da tropa de linha de Santos, tendo que ser sufocada por soldados da capital. Menos de um mês antes o batalhão de caçadores de São Paulo havia se levantado alegando soldos atrasados e desvantagem em relação aos militares portugueses. A própria montagem da Junta se dera sob esse clima de tensão na capital paulista.¹⁸⁹

No início de agosto os paulistas elegeriam os deputados às Cortes, que foram incumbidos pela Junta provisória de apresentar em Lisboa um documento, provavelmente redigido por José Bonifácio e intitulado *Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da Província de São Paulo para os seus deputados*,¹⁹⁰ cujo objetivo era pautar a atuação dos representantes de São Paulo a partir de alguns eixos básicos: a busca pela manutenção da unidade entre os Reinos do Brasil e Portugal, porém exercida através de um poder executivo no Brasil; o debate em torno de qual seria o centro de poder na América portuguesa; e o livre-comércio.¹⁹¹ Em novembro de 1821, após receber os deputados paulistas eleitos e tomar conhecimento do documento, d. Pedro determinou

¹⁸⁸ *Ibidem*, p.383.

¹⁸⁹ WERNET, Augustin. O processo de Independência em São Paulo. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p.347.

¹⁹⁰ *Apud* NOGUEIRA, Octaviano. *Obra política de José Bonifácio*. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1973, 2 v., p.17-23. A elaboração do documento ficou a cargo de uma comissão formada por Bonifácio, Oyenhausen e Rodrigues Jordão, porém a bibliografia crê que o Andrada propôs sua linha mestra.

¹⁹¹ BORGES, Luiz Adriano. Aspectos econômicos da participação paulista no processo de independência. *Almanack*. (online). Guarulhos, n.06, p.61-80, 2013. Acesso em janeiro de 2014. Os deputados paulistas eleitos para as Cortes de Lisboa foram: Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada, Francisco de Paula Sousa e Mello (não viajou para Lisboa), José Feliciano Fernandes Pinheiro, Diogo Antônio Feijó.

sua publicação,¹⁹² já divisando na atuação da bancada de São Paulo uma estratégia para reafirmar sua autoridade no Reino do Brasil. A participação dos deputados paulistas em Lisboa, que ali tomariam assento em fevereiro de 1822, escancararia os desentendimentos entre deputados das províncias do Brasil e de Portugal, que se viam cada vez mais distantes da possibilidade de reconfigurar o Império português a partir da unidade dos dois lados do Atlântico. As notícias que aportavam no Rio de Janeiro indicavam para o fortalecimento do argumento “integracionista”, ou seja, o de que a nação portuguesa deveria ser formada por partes equivalentes, as províncias, que por seu turno formariam um todo atrelado ao pacto político que se elaborava em Lisboa, concepção essa que comprometia a validade do estatuto político do Reino do Brasil e do Rio de Janeiro.¹⁹³

Enquanto em São Paulo o governo provisório dava seus primeiros passos, em Minas Gerais as notícias sobre a criação de uma Junta de Governo foram recebidas com apreensão pelo então governador de Minas Gerais, Manuel Portugal de Castro, no posto desde 1814.¹⁹⁴ Em meados de 1821, negando a conveniência de ser instalado um novo governo, Portugal de Castro buscou apoio de autoridades já constituídas em Vila Rica para frear a crescente tendência constitucionalista e imputar à figura de d. Pedro uma autoridade independente das Cortes lisboetas.¹⁹⁵ Embora pudesse soar como favorável às pretensões de d. Pedro, a atitude de Portugal e Castro colidia com a estratégia adotada pelo príncipe. Este estava ciente de que o projeto de um novo governo com sede no Rio de Janeiro em torno de sua figura só lograria se passasse pela instalação de um arranjo constitucional.¹⁹⁶ Portugal e Castro, por sua vez, em meio à convocação dos eleitores paroquiais para a escolha da deputação mineira às Cortes, dava mostras de que pretendia preservar em suas mãos amplos poderes, ainda que estes fossem estipuladas pelo regente.¹⁹⁷

A relutância de Portugal e Castro fez d. Pedro ordenar, em agosto de 1821, que as autoridades mineiras procedessem à instalação de um governo provisório, com eleição marcada para outubro daquele ano. Aproveitando a circunstância de que desde agosto os eleitores já vinham se reunindo nas comarcas mineiras para efetuar eleições para as Cortes de Lisboa, o tenente-coronel José Maria Pinto Peixoto, recém-chegado do Rio de Janeiro e fazendo uso de tropas, comandou a instituição da Junta de Governo de Minas Gerais ainda no mês de setembro, manobra que acabou por frustrar as pretensões de d. Pedro em intervir com maior afinco naquele pleito.¹⁹⁸

¹⁹² *Apud* NOGUEIRA, *op. cit.*, p.17-23.

¹⁹³ ALEXANDRE, *op. cit.*, p.586.

¹⁹⁴ PORTUGAL, Henrique Furtado. Fragmentos sem fantasia de Dom Manuel de Portugal e Castro. *RIHGMG*, 1973, v.17, p.73-81.

¹⁹⁵ SILVA, Wlamir, *op. cit.*, 2009, p.79-80.

¹⁹⁶ VALADÃO, Alfredo. *Da aclamação à maioria: 1822-1840*. São Paulo: Editora Nacional, 1939.

¹⁹⁷ SILVA, Ana Rosa Cloclet, *op. cit.*, p.525.

¹⁹⁸ SANTOS, Estilache Ferreira dos. *A monarquia no Brasil – o pensamento político da Independência*. Vitória: Edefes/CEG, 1999, p.263-265.

Mesmo com a interferência de Pinto Peixoto, a Junta eleita não apresentou uma composição homogênea. Identificado ao regime anterior, Manoel de Portugal e Castro, em acordo com as novas lideranças que iam surgindo, foi eleito presidente.¹⁹⁹ A vice-presidência ficou a cargo de José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, rico proprietário em Sabará que se formara em Leis em Coimbra.²⁰⁰ Da Junta ainda participavam os irmãos José e Francisco Lopes Mendes Ribeiro, o tenente-coronel José Maria Pinto Peixoto, o capitão Antonio Tomaz de Figueiredo Neves, o sargento-mor José Bento Soares e o bacharel Teotônio Álvares de Oliveira Maciel, figuras com laços de parentesco, negócios e cargos públicos em Vila Rica. O padre José Bento Ferreira de Melo provinha de grupos produtores em ascensão do extremo sul de Minas, já o bacharel Manuel Inácio de Melo, proprietário abastado, gozava de grande influência em Mariana, sede do bispado de Minas Gerais. Pelo que pondera a bibliografia, o grupo de Pinto Peixoto agregava interesses em torno de Vila Rica, Mariana e de áreas que despontavam economicamente como a comarca do Sapucaí, de onde vinha Ferreira de Melo, ao passo que Teixeira Vasconcelos associava-se aos setores produtores da Comarca do Rio das Mortes, mais próximos das redes de negócios com o Rio de Janeiro. Isolado, com atitudes colidentes com o debate constitucional travado pelos liberais mineiros, Portugal e Castro desistiria do cargo em novembro daquele ano, seguindo para o Rio de Janeiro.²⁰¹

A 29 de setembro, as Cortes de Lisboa decretaram medidas que causariam uma reviravolta nas relações entre os Reinos do Brasil e Portugal. Os decretos que chegaram ao Rio de Janeiro no início de dezembro determinavam a extinção de tribunais, o desligamento dos governos provinciais do Rio de Janeiro, uma vez que a Regência estava a partir dali extinta, o retorno imediato de d. Pedro a Portugal e o modo de funcionamento das Juntas de Governo. Sobre esse último ponto as deliberações das Cortes eram inovadoras, pois previam a substituição dos governadores ou capitães-gerais – de nomeação régia – por um governo local sujeito a Lisboa e composto de cinco ou sete membros eleitos nas próprias províncias. As Juntas de Governo gozariam de “toda a autoridade e jurisdição na parte civil, econômica, administrativa e de polícia”, além de terem como subordinados magistrados e empregados civis locais, podendo suspendê-los em casos de abusos de autoridade.²⁰² O decreto também instituía a figura do governador de armas, autoridade militar máxima em nível local que respondia diretamente a Lisboa, e reiterava as Juntas da Fazenda como gestoras das contas provinciais. Nos dois casos as autoridades eram, ao menos em tese, independentes das Juntas de

¹⁹⁹ IGLÉSIAS, *op. cit.*, p.383.

²⁰⁰ José Teixeira da Fonseca Vasconcelos (1770-1838), o Visconde de Caeté, era natural de Santa Quitéria. Formado em Leis por Coimbra, Foi intendente do ouro, ouvidor e juiz de fora da comarca de Sabará deputado na Assembleia Constituinte de 1823. Era proprietário da fazenda Vereda, no arraial de Curral de Rei, termo de Sabará. Cf. MARCOVITCH, Jacques. *Pioneiros e empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil*, v.3. São Paulo: Edusp/Saraiva, 2007, p.96.

²⁰¹ BITTENCOURT, *op. cit.*, p.201.

²⁰² BERNARDES, *op. cit.*

Governo.²⁰³ O fundamental era que as Juntas preenchessem o caráter representativo e regenerador do programa vintista, enfatizando a escolha de representantes locais e esvaziando o poder da Regência de d. Pedro sobre as províncias.²⁰⁴ Sua implementação escancarou as especificidades locais diante do movimento do Porto e, sobretudo no caso das províncias do Norte, pôs-se à prova o protagonismo assumido pelo Rio de Janeiro.

As deliberações das Cortes geraram consequências imediatas no Reino brasileiro. Em São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pará os antagonismos entre as facções cresciam conforme os governos provisórios tomavam corpo. No Rio de Janeiro, d. Pedro e seus seguidores temiam que com a extinção da Regência seus projetos fossem destruídos. Além do grupo do príncipe, muitos militares e burocratas que anteriormente apoiavam as Cortes começaram a questioná-la, já que as decisões de Lisboa colocavam o Rio de Janeiro no mesmo patamar das outras províncias e tiravam da sociedade fluminense a condição de centro do Império português. A partir daí as articulações feitas para que o príncipe continuasse no Reino do Brasil significariam não só um contra-ataque às Cortes, mas também revelariam o caráter revolucionário das ações de homens como José da Silva Lisboa e de Jacinto Nogueira da Gama, para quem estava cada vez mais claro que a instauração de uma nova ordem pública no Brasil exigia o rompimento com os desígnios da revolução em Portugal. O mote a ser trabalhado era o de que evitando a consolidação dos decretos das Cortes, impedia-se a desarticulação das províncias e a ascensão de grupos como o de Gonçalves Ledo²⁰⁵ e o dos “republicanos”. O grupo de Nogueira da Gama utilizou-se de diversos artifícios para conseguir a maior adesão possível à Regência do príncipe. Tropas foram mobilizadas; a imprensa atuou ativamente no combate e na difusão de ideias; alianças foram efetuadas. Foi no âmbito dessa mobilização que se difundiu, através de jornais e folhetos, a ideia de que as Cortes pretendiam recolonizar²⁰⁶ o Brasil, e que por isso tinham desrespeitado o príncipe e retirado a autonomia de Reino.²⁰⁷

²⁰³ A separação entre os poderes civil e militar tinha como objetivo minar com a extensa autoridade dos antigos capitães-generais e, de quebra, firmar um meio de controle sobre as províncias brasileiras, posto que o poder militar ficara exclusivamente subordinado à metrópole, cf. BERNARDES, *op. cit.*, p.325. Sob esse aspecto, ver ALEXANDRE, *op. cit.*, p.579.

²⁰⁴ *Ibidem*, p.321.

²⁰⁵ Joaquim Gonçalves Ledo, assim como José Clemente Pereira, possuíam estreitas relações com os revolucionários de Portugal e ambicionavam um governo representativo que acabasse com o absolutismo monárquico e com os privilégios conferidos às famílias ricas e tradicionais da Colônia. Consideravam que as Cortes de Lisboa, através da elaboração de uma Constituição, eram as únicas que poderiam efetuar as mudanças necessárias naquele momento. Dessa forma, a Independência para esses homens não significava, em princípio, romper laços com Portugal, já que só a união entre os dois Reinos conseguiria derrubar a monarquia absolutista e promover a liberdade e igualdade dos cidadãos portugueses. Cf. OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles, *op. cit.*, 1999.

²⁰⁶ Sobre o uso retórico da ideia de recolonização, ver ALEXANDRE, *op. cit.*; BERBEL, Márcia Regina. A retórica da recolonização. In: JANCSÓ, István (org.), *op. cit.*, p.791-808; ROCHA, Antonio Penalves. *A recolonização do Brasil pelas Cortes: história de uma invenção historiográfica*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

²⁰⁷ OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. *A independência e a construção do Império*. São Paulo: Atual, 1995.

A situação exigia que d. Pedro e seus aliados passassem a investir em uma negociação mais ampla e cuidadosa com os grupos mineiros e paulistas radicados na província, manobra que exigia habilidade e audácia. Paulo Barbosa da Silva, possuidor de propriedades em Sabará e negócios na praça fluminense, foi enviado a sua terra natal para discutir os decretos de setembro, apresentando-os como o motivo das divergências entre as províncias e da provável perda de autonomia do Brasil.²⁰⁸ O argumento a sustentar era o de que, ao acatarem a autoridade do príncipe e se posicionarem contra os decretos das Cortes, os mineiros estariam pavimentando seu acesso ao novo governo que se delineava em torno de d. Pedro, bem como abrindo espaço para atuarem na praça comercial do Rio de Janeiro. Raciocínio que era uma faca de dois gumes, pois por um lado poderia ser interpretado como um afrontamento às Cortes, mas de outro como um passo atrás com relação à política liberal por elas imposta.

Em Minas, Paulo Barbosa percorreu um roteiro que meses mais tarde seria praticamente seguido à risca por d. Pedro, sugerindo que o sucesso da viagem do príncipe deve ser creditado, ao menos em parte, aos esforços prévios do emissário, que obteve acordos importantes em localidades como Barbacena, Queluz e Congonhas do Campo. Em Vila Rica, o principal interlocutor de Paulo Barbosa foi Teixeira Vasconcelos, que assumira a presidência da Junta após a saída de Portugal e Castro. O apoio conquistado entre proprietários das Comarcas de Rio das Velhas e Rio das Mortes forçou a Junta mineira a tomar alguma atitude rápida, que acabou sendo a de enviar Teixeira Vasconcelos ao Rio de Janeiro, em janeiro de 1822.²⁰⁹

Teixeira Vasconcelos partiu para o Rio de Janeiro com o objetivo de negociar o apoio à permanência do príncipe e a sua autoridade com relação às Juntas de Governo, argumentando que a figura de d. Pedro seria indispensável para assegurar a autonomia e unidade brasileiras e combater a “anarquia”.²¹⁰ Já na Corte fluminense, rodeado por mineiros que ali atuavam política e comercialmente, como Estevão Ribeiro de Rezende, Domingos Custódio Guimarães e Paulo Barbosa da Silva, Teixeira Vasconcelos passou a negociar a inserção de Minas Gerais no projeto de governo constitucional em torno de d. Pedro.²¹¹ Por trás dos acordos residia certo receio de que grupos enraizados no Rio de Janeiro conduzissem a questão de outra maneira, optando por formas de governo tachadas de “despóticas”, em que o monarca detivesse grande parcela de poder. Temia-se, também, que setores proprietários menos favorecidos tomassem as rédeas da situação, o que traria problemas para a viabilização de seus negócios e projetos de poder.

²⁰⁸ Paulo Barbosa da Silva (1790-1868) era natural de Sabará, Minas Gerais. Membro do Clube da Resistência, na época do “Fico” por José Joaquim da Rocha, era capitão de engenheiros na Corte. Fez carreira nas forças armadas durante o período joanino, cf. BITTENCOURT, *op. cit.*, p.191.

²⁰⁹ *Ibidem*, p.202-205.

²¹⁰ TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte/Brasília: Lemi/INL, 1980, p.763-764.

²¹¹ O Clube da Ajuda, dirigido por José Joaquim da Rocha, era um dos pontos de encontro dos mineiros sediados na Corte e que passaram a trabalhar a favor do projeto de d. Pedro, cf. SILVA, Ana Rosa Claclet da., *op. cit.*, p.529.

Teixeira Vasconcelos condenou os decretos de setembro, mas também acenou para a necessidade de uma articulação interprovincial para o sucesso do projeto pedrino, em que seria fundamental a preservação dos governos provisórios já estabelecidos, conciliando assim a ideia do príncipe como o centro da união do novo governo com as autoridades provinciais.²¹² À suposta fragilidade da união luso-brasileira, homens como Teixeira Vasconcelos contrapunham a imagem de uma coesão entre as províncias do Reino do Brasil, unidas por uma longa história de exploração colonial, mas também prejudicadas pela recente violação de direitos ocasionada pelos decretos das Cortes de Lisboa.²¹³ Pela mesma época, em repúdio aos decretos de setembro e à determinação para que d. Pedro retornasse a Portugal, José Bonifácio, ainda como porta-voz da Junta paulista, discursou no sentido de recomendar o príncipe a convocar um conselho de procuradores, composto por representantes das diversas províncias, para auxiliá-lo a governar. Em finais de janeiro o próprio Bonifácio, na condição de ministro da Regência, sugeriu a reunião e “sujeição” de todos os governos provisórios em torno do príncipe.²¹⁴

Não assinalar, porém, que na medida em que as iniciativas da Regência indicavam para uma valorização das províncias como partícipes do projeto de um governo com d. Pedro a sua frente, sem definir claramente como se dariam as relações entre elas e o novo centro de poder, lideranças locais reutilizaram o argumento da unidade das províncias para colocar no centro do debate qual seria o papel – em termos políticos e institucionais – dos governos provinciais dentro do novo pacto que se ambicionava instaurar. Esse ponto geraria grande polêmica no Rio de Janeiro, quando o grupo de Ledo e os “republicanos” lutaram assiduamente pela elaboração de uma Assembleia Geral das Províncias do Brasil, que seria composta por deputados escolhidos em eleições diretas e teria como missão adaptar a Constituição portuguesa às singularidades do Brasil, tendo como base a soberania do Legislativo. Essas propostas produziram discussões acaloradas, já que a ideia de uma Assembleia soberana limitava o poder do ministério e, principalmente, do próprio príncipe.²¹⁵

Em meio à decisão de d. Pedro permanecer no Brasil, Teixeira Vasconcelos e os deputados mineiros eleitos para as Cortes (estes suspendem sua partida a Lisboa) firmaram sua adesão à autoridade de d. Pedro, atitude logo repudiada pela Junta mineira, o que evidenciava as divergências entre as lideranças de Minas e confirmava o receio dos setores simpáticos ao projeto pedrino de que a partida de Teixeira Vasconcelos de Janeiro fortaleceria o grupo de Pinto Peixoto e do juiz de fora Cassiano Espiridião de Melo Matos, mais refratário quanto à aliança com o príncipe.²¹⁶ O fato é que a Junta mineira não estava apenas se opondo à Regência de d. Pedro, mas também desacatando as

²¹² BITTENCOURT, *op. cit.*, 2007, p.194.

²¹³ SILVA, Ana Rosa Cloquet da, *op. cit.*, p.551.

²¹⁴ BITTENCOURT, *op. cit.*, 2007, p.185.

²¹⁵ OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles, *op. cit.*, 1995.

²¹⁶ SILVA, Luana Melo e. *Os deputados mineiros eleitos às cortes constituintes de Lisboa*. Dissertação de Mestrado. Ouro Preto: Instituto de Ciências Humanas e Sociais-UFOP, 2010.

Cortes de Lisboa, negando-se, por exemplo, a aceitar um governador de armas e um poder fiscal a serem nomeados por Lisboa.²¹⁷ De um lado abria-se a perspectiva da perda dos direitos constitucionais adquiridos, atrelada à postura “recolonizadora” das Cortes, de outro a ameaça de uma guinada despótica por d. Pedro.²¹⁸ A ideia era se aproveitar das contradições geradas pela superposição de poderes, mantendo-se assim um governo provincial com significativa liberdade de ação.²¹⁹

A tendência autonomista da Junta descortinava-se a cada novo ato. Além de admitir, demitir e transferir magistrados, ela alterou o valor da moeda corrente, esboçou a criação de um corpo de infantaria, reteve o quinto real, restabeleceu o cargo de juiz de inconfidência, que havia sido suprimido pelas Cortes, e promoveu Pinto Peixoto a general. Documentos emitidos pelo governo de Ouro Preto atestavam que ordens provenientes das Cortes ou do príncipe seriam executadas apenas mediante o beneplácito da Junta.²²⁰ A postura desta ficou mais explícita quando da recusa em cumprir o decreto de 16 de fevereiro de 1822, que previa as eleições para o Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias, órgão com atribuições análogas a de um Conselho de Estado que fora criado para fortalecer as relações do Rio de Janeiro com as demais províncias brasileiras, sem a interferência de Lisboa. O argumento da Junta era o de que inexistia um “centro de união” em torno do projeto do príncipe, mesmo porque suas bases políticas ainda não estavam dadas, de modo que a Regência de d. Pedro vinha extrapolando seus poderes.²²¹ É importante frisar, todavia, que o governo provisional de Minas, ciente das articulações que vinham sendo feitas entre o governo do Rio de Janeiro e setores proprietários mineiros e paulistas, não pretendia desafiar a Regência de d. Pedro a todo custo, nem se opor à permanência deste no Brasil, mas sim expor seus descontentamentos quanto à maneira como estava sendo montada a estrutura de poder no Rio de Janeiro, seja pela centralização do poder em torno do monarca seja pela criação de “cortes legislativas” no Reino do Brasil em contraposição à autoridade das Cortes de Lisboa.

As demonstrações dadas pela Junta mineira levaram d. Pedro a tomar uma atitude mais incisiva. A famosa viagem de d. Pedro às Gerais, tida pela bibliografia tradicional como uma manobra de execução relativamente simples, amparada pela determinação do príncipe em conter a insubordinação da Junta, foi na realidade uma empreitada bem mais complexa. Tinha como intuito consolidar os laços tramados anteriormente por seus emissários, angariar novos apoios e imobilizar a Junta para conquistar seu apoio. Em termos mais amplos, pretendia concretizar o projeto político

²¹⁷ VASCONCELOS, Salomão. *O Fico: Minas e os mineiros na Independência*. São Paulo: Nacional, [s.d.], p.124-125.

²¹⁸ SILVA, Ana Rosa Cloquet da, *op. cit.*, p.528.

²¹⁹ *Ibidem*, p.195-200.

²²⁰ SILVA, Wlamir, *op. cit.*, 2009, p.89-90.

²²¹ BITTENCOURT, *op. cit.*, 2007, p.210-211.

em torno da figura do príncipe, firmando acordos com setores proprietários do centro-sul, a base sociopolítica do pretendido projeto de d. Pedro.²²²

D. Pedro partiu para Minas Gerais em 25 de março de 1822. Dentre os integrantes da comitiva estavam o desembargador Estevão Ribeiro de Rezende, seu primo José Rezende Costa e Teixeira Vasconcelos. A participação dos três foi essencial para o sucesso da viagem, por conta da influência e dos laços de parentesco e negócios que cultivavam com os proprietários das Comarcas do Rio das Mortes e Rio das Velhas. À sucessão de adesões costuradas em Barbacena, São João del-Rei, Sabará e outras localidades –²²³ inclusive com articulações expressas com a Junta de São Paulo – somava-se o apoio dos milicianos dessas localidades, garantindo assim o suporte material e estratégico para o sucesso de d. Pedro.

Há que se frisar que o apoio patrocinado pelas Câmaras Municipais à autoridade de d. Pedro correu em grande medida porque, mostrando-se cada vez mais inviável um acordo entre as Cortes de Lisboa e o Reino do Brasil, as localidades mineiras entenderam como compatíveis o estabelecimento de um novo governo e a preservação de práticas consagradas de exercício do poder local, o que entre outras coisas significava a possibilidade de manutenção da força e autonomia desses segmentos, barrando o advento de alguma instituição que ampliasse os sentidos de legitimidade e liberdade. No entanto, por trás de um movimento geral de adesão ao príncipe misturavam-se concepções distintas sobre os termos em que se estabelecia o novo pacto político, ora enfatizando a figura do príncipe como o sustentáculo do sistema constitucional ora focalizando a tradição dinástica, o que ensejava um quadro nuançado a respeito do que se entendia e esperava do projeto pedrino.²²⁴

O aumento da influência de d. Pedro deixou a posição da Junta cada vez mais insustentável, mesmo que essa ensaiasse um enfrentamento contra as tropas de d. Pedro. Após intensas negociações, Pinto Peixoto reviu a posição da Junta, que reconheceu formalmente a autoridade da Regência nos termos estipuladas por d. Pedro. Com o desmanche da Junta, novas eleições foram estipuladas, assim como determinadas as atribuições do governo provisional, a exemplo da tributação, cujos recursos deixaram de ser enviados ao Rio de Janeiro desde a instalação da Junta. A aceitação oficial da autoridade regencial foi seguida, também, de devassas contra supostos “anarquistas” e “demagogos”.

²²² *Ibidem*.

²²³ *As Câmaras Municipais e a Independência*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura/ Ministério da Justiça/ Arquivo Nacional, 1973, p.350-370.

²²⁴ SOUZA, Iara Liz Carvalho, *op. cit.*, p.146. Estudos específicos sobre a inserção das Câmaras Municipais na Independência vêm confirmando essa pluralidade de sentidos na adesão ao projeto político de d. Pedro. Ver, por exemplo, DELFIM, Maria Elisa Ribeiro. *Viva a Independência do Brasil!:* a atuação política da elite são-joanense no processo de independência. Dissertação de Mestrado. São João Del-Rei: UFSJ, 2011.

D. Pedro retornou ao Rio de Janeiro com sua autoridade respaldada pelas negociações com os mineiros, sinalizando um grande passo para que as resistências ao seu projeto de poder pudessem ser contidas ou revertidas a partir de novos acordos, como foi o caso de São Paulo. O cenário político daquela província vinha em ponto de ebulição desde a aclamação da Junta, que por sinal teve sua composição inicial alterada, além de ser contestada, sobretudo, por segmentos de Itu, Sorocaba, São Carlos e Porto Feliz, todas vilas pertencentes à Comarca de Itu. Vergueiro viajara a Portugal como deputado das Cortes de Lisboa, ao passo que José Bonifácio, ministro da Regência desde janeiro de 1822, Gama Lobo e Lázaro José Gonçalves estavam no Rio de Janeiro.

Os desentendimentos entre as lideranças paulistas culminaram em um movimento conhecido pela bibliografia como “bernarda de Francisco Inácio”.²²⁵ Da parte dos envolvidos, a justificativa para a subversão da ordem baseava-se na portaria expedida pela Regência, de 10 de maio de 1822, a qual decretava a partida do presidente Oeynhausens e do ouvidor interino José da Costa Carvalho para o Rio de Janeiro. Em 23 de maio, contrariados com a medida e liderados por Francisco Inácio de Sousa Queiroz, os “bernardistas” depuseram à força Martim Francisco e Manoel Rodrigues Jordão, mantendo Oeynhausens como presidente. Martim Francisco, por sua vez, rumou ao Rio de Janeiro, onde seria empossado ministro da fazenda em 4 de julho, ato que por si só já era um golpe contra os “bernardistas”.

As motivações do conflito, tema de controvérsia entre pesquisadores, parecem ter emanado de três questões centrais. Em primeiro lugar é possível que dentre os “bernardistas”, notadamente elementos portugueses ou a eles vinculados como Oeynhausens e Francisco Inácio, houvessem homens descontentes com os rumos tomados pela Regência de d. Pedro, cada vez mais refratária às Cortes de Lisboa.²²⁶ Em tese o rompimento definitivo com Portugal acarretaria grandes prejuízos para setores dependentes do comércio com os portugueses europeus, como os negociantes da capital paulista.²²⁷ A preponderância política de Martim Francisco, criticado por seu autoritarismo e cumplicidade com o irmão ministro, também vinha causando insatisfação. Por fim, outro ponto central parece ter decorrido da acirrada disputa sobre o abastecimento de carne verde em São Paulo,

²²⁵ Sobre o “movimento bernardista”, ver DELATORRE, *op. cit.*; DAMACENO, Daniel Tarifa. *Os ‘facciosos’ de São Paulo: considerações acerca da Bernarda de Francisco Inácio (23.5.1822/25.8.1822)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1993; PIZA, Antonio de Toledo. A bernarda de Francisco Inácio. *RIHGSP*, nº 7, 1902; TAUNAY, *op. cit.*

²²⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. São Paulo. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). *História Geral da civilização brasileira*, tomo II, O Brasil Monárquico. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964, vol.2, p.448.

²²⁷ Segundo Ana Paula Medicci, “as teses que defendem a vinculação entre o movimento bernardista e a tentativa de manutenção de redes de negócios estabelecidas entre paulistas e grupos estabelecidos no Reino de Portugal se fortalecem se considerarmos que a Junta de Governo Provisório de São Paulo também instruiu os deputados eleitos para as Cortes Constituintes a rechaçar medidas que pudessem provocar o rompimento definitivo entre os Reinos do Brasil e de Portugal (...) Se mantidas, as medidas das Cortes certamente prejudicariam interesses radicados nas províncias americanas, pois a influência sobre a estrutura militar e a arrecadação das rendas públicas era parte fundamental das estratégias de grandes negociantes estabelecidos na região desde meados do século XVIII”, cf. MEDICCI, *op. cit.*, 2010, p.224.

que de um lado opunham negociantes como Antonio Cardoso Nogueira e Francisco Inácio, e de outro Manoel Rodrigues Jordão e Antonio da Silva Prado, naquele momento solidários aos Andrada.

Tendo em vista a resolução desses conflitos, a Regência decretou, em 25 de junho de 1822, que fosse instalado uma nova Junta de Governo em São Paulo, agora mediante eleição. A manobra de d. Pedro, a despeito do apoio que vinha recebendo de parte dos paulistas, teve um quê de arriscada, posto que denotava uma intervenção direta do governo do Rio de Janeiro na província em um momento em que as atribuições do Executivo fluminense ainda não estavam definidas. No entanto, as ordens partidas do Rio de Janeiro não surtiram efeito, julgando-se necessária uma intromissão pessoal de d. Pedro, que seguiu para São Paulo em agosto de 1822. A determinação do regente não tinha como objetivo apenas resguardar o ministro José Bonifácio, cujo irmão havia sido deposto pelos “bernardistas”. A conservação de São Paulo no projeto pedrino possuía motivações sólidas, sobretudo comerciais e militares, como já mencionado. Em termos de defesa, aliás, a participação de São Paulo vinha crescendo na medida em que a situação do Rio de Janeiro ficava mais instável. No início de 1822, sob comando de Lázaro José Gonçalves, uma força de mais de mil homens – os “Leais Paulistanos” – marchou ao Rio de Janeiro após solicitação do regente para auxiliar no confronto contra as tropas de Avilez. Gonçalves e seus comandados permaneceriam no Rio de Janeiro até o mês de junho para cooperar na manutenção da ordem.

A ideia da viagem a São Paulo era parecida com aquela empregada meses antes em Minas Gerais, ou seja, d. Pedro buscava chegar à capital paulista com acordos já firmados com lideranças provinciais. Como ministro especial, d. Pedro nomeou Luiz de Saldanha Gama, servidor da Corte cuja família atuava no Rio Grande do Sul e tinha conexões com a rota de comércio que ligava o planalto paulista ao sul.²²⁸

Na primeira metade do percurso, que contou com São João Marcos, Bananal, Areias e Lorena, o regente angariou apoio de importantes potentados locais, a maioria deles grandes produtores e negociantes que vinha expandindo suas lavouras na região do vale do Paraíba paulista e fluminense, como Hilário Gomes Nogueira, primo de Manuel Jacinto Nogueira da Gama, Floriano de Rios e Sá, David Gomes Jardim e Joaquim José de Sousa Breves e Brás de Oliveira Arruda.²²⁹ Em finais de agosto, em meio à viagem do regente, chegavam à América medidas incisivas das Cortes de Lisboa, como imposição de um julgamento dos membros da Junta paulistana que haviam assinado a representação de 24 de dezembro de 1821 e o discurso de 26 de janeiro de 1822, além da anulação do decreto de 16 de fevereiro, o que acentuava ainda mais as diferenças de interesses entre

²²⁸ MORAES, A. J. De MELLO. *História do Brasil-Reino e Brasil-Império*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1982.

²²⁹ BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Itinerário da Independência*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972. PASIN, José Luiz. A participação do Vale do Paraíba no processo de Independência. *Revista de História*, n.92, 1972, p.501-506.

os dois Reinos. Assim, a os debates acerca da organização de uma nova Regência – formada por cinco regentes nomeados pelo Rei, sem a participação dos deputados brasileiros – aceleraria a tomada de medidas pelo Regente. Prosseguindo a viagem, d. Pedro firmou novos acordos em Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté e Jacareí. Em Mogi das Cruzes, d. Pedro mandou exonerar o marechal José Arouche de Toledo Rendon, que havia sido nomeado governador das armas no início de maio de 1822, mas que não conseguira conter o avanço dos setores contrários ao executivo da Junta paulista, colocando em seu lugar o também marechal Cândido Xavier de Almeida e Sousa, com experiência na campanha do sul e no comando da Praça de Santos. A chegada da comitiva de d. Pedro à cidade culminou no encerramento do movimento, que teve os envolvidos destituídos de seus cargos e punidos com penas relativamente brandas. Para o Rio de Janeiro foram enviados Francisco Inácio, Daniel Pedro Muller, Manuel de Oliveira Pinto, Oeyhausen e Costa Carvalho. Outros envolvidos seriam removidos para vilas espalhadas por toda a província. Apenas alguns “bernardistas”, como Francisco de Paula Macedo, seriam presos. Todos seriam anistiados em setembro de 1822, por ordem de d. Pedro.²³⁰

A 10 de setembro, em cumprimento ao decreto de 25 de junho, novo governo provisório foi instituído em São Paulo após a vitória sobre os “bernardistas”. O triunvirato, composto pelo bispo diocesano d. Mateus de Abreu Pereira, pelo ouvidor interino da comarca de São Paulo José Correa Pacheco e Silva e pelo marechal Cândido Xavier de Almeida e Sousa, foi escolhido pela Regência, sem processo eleitoral, a fim de que não ocorressem maiores problemas no momento. Por conta disso São Paulo contaria com uma Junta eleita nos moldes estipulados pelas instruções das Cortes de Lisboa somente a partir de 9 janeiro de 1823, quando tomaram posse Cândido Xavier de Almeida e Sousa (presidente), José Correa Pacheco e Silva (secretário), Manuel Joaquim de Ornelas, João Gonçalves Lima, Anastácio de Freitas Trancoso, João Batista da Silva Passos e Francisco Correa Moraes (deputados). O resultado das urnas expôs não apenas a fragorosa vitória dos “anti-bernardistas”, mas também uma cisão, naquele momento, entre grupos políticos do interior da província e outros sediados na capital, onde partícipes do 23 de maio – entre eles o próprio Francisco Inácio – receberiam significativa quantidade de votos. Além disso, é interessante notar como d. Pedro, não obstante o Brasil já estar formalmente apartado politicamente de Portugal, manteve uma determinação presente Cortes de Lisboa de 29 de setembro de 1821, qual seja, a nomeação do governador das armas das províncias pelo Executivo central. D. Pedro também entrevistou diretamente no resultado das eleições, ainda que pontualmente, ao banir do cargo de

²³⁰ BITTENCOURT, *op. cit.*, 2007.

secretário o coronel Luis Antônio das Neves Carvalho, pela alegação de não ter contribuído à “causa do Brasil”.²³¹

No plano político mais amplo, tanto a segunda Junta mineira quanto a primeira paulista eleita atuaram no sentido de conferir apoio ao governo de d. Pedro. Parte de seus esforços foi empregado, especialmente por São Paulo, na mobilização de tropas para combaterem as oposições ao governo de d. Pedro em outras partes do recém-fundado Império, nas chamadas “guerras da Independência”, sem contar a manutenção do envio de combatentes à Cisplatina. A cooperação com o governo permaneceria até pelos menos fins de 1823, quando a Assembleia Constituinte foi dissolvida por d. Pedro. Ambos os governos apoiariam oficialmente o ato do monarca, mas sem convicção, de modo que a relação com Rio de Janeiro já se encontrava desgastada no início do Primeiro Reinado, o que se evidenciaria ainda mais como a outorga da Carta de 1824 e com a convocação do Parlamento, em 1826.

É curioso observar que um dos principais pontos de apoio para o sucesso do projeto de um Estado autônomo com sede no Rio de Janeiro foram, ao menos para os casos de São Paulo e Minas Gerais, as Juntas Provisórias de Governo, embora estas representassem, originalmente, uma mudança político-administrativa no Reino do Brasil, sendo a mais imediata a valorização da província como espaço político e, conseqüentemente, a retirada de poder do príncipe d. Pedro, cuja Regência era considerada arbitrária pelos liberais vintistas, que aquela altura também desconfiavam das intenções constitucionais do herdeiro da coroa portuguesa.²³²

Vimos acima que a instalação das Juntas de São Paulo e Minas Gerais ocorreu de forma atribulada e violenta, fazendo eclodir tensões internas às províncias, bem como desajustes com o centro político que se pretendia constituir no Rio de Janeiro. A experiência acumulada em cada local foi diversa, evidenciado o fato de que a futura relação entre províncias e centro do Império, porque regulada por homens que transitavam dentro das duas esferas de poder, deveria contemplar demandas de segmentos locais, pauta que já se mostrava espinhosa em decorrência das intervenções de d. Pedro, ainda regente, em ambas as Juntas. Estas se guiaram, sobretudo a primeira Junta mineira, pela tentativa de preservar autonomias já adquiridas, procurando negociar sua inserção nos projetos políticos em jogo, o que revelava a importância em delimitar a autoridade dos novos poderes locais em meio à construção dos poderes constitucionais, especialmente o Executivo.²³³ Assim, essas “pequenas pátrias”²³⁴ serviram como o alicerce do Brasil constitucional em nível

²³¹ DEBES, Célio. Estrutura política e legal dos governos paulistas de 1821 a 1834. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v.65, 1968, p.300.

²³² As Juntas do Pará e da Bahia, vale lembrar, surgiram de movimentos locais à revelia do poder instituído, antes mesmo dos decretos que as criaram, constituindo um misto de pronunciamento militar com aclamação popular, cf. BERNARDES, *op. cit.*, p.317.

²³³ SILVA, Ana Rosa Cloquet da, *op. cit.*, p.532.

²³⁴ BARMAN, Roderick. *Brazil. The forging of a nation (1798-1852)*. Stanford, 1988, p.75.

provincial, tornando-se a base, posteriormente, para a criação dos Conselhos da Presidência, que substituiriam as Juntas a partir da sanção da lei de 20 de outubro de 1823, durante a Constituinte.

A participação de São Paulo e Minas Gerais na consecução do projeto de um Estado independente trouxe efeitos importantes para ambas as províncias. Como já era esperado pelos setores diretamente envolvidos nos acontecimentos dos anos de 1821-1823, as relações políticas e comerciais entre o eixo Rio-Minas-São Paulo foram estreitadas, ampliando espaço para a inserção de paulistas e mineiros na tessitura do novo Estado, ainda que isso representasse profundas disputas por terras, fatias no mercado e cargos na administração pública. Por esse viés é possível entender que o estabelecimento de alguns consensos entre as lideranças provinciais em torno do formato das Juntas buscava, além de preservar as autonomias conquistadas, restringir o acesso à coisa pública por aqueles setores considerados indesejáveis, opondo-se a qualquer tendência que acenasse com o descontrole e ou com a radicalização do processo político em curso.

No tocante a Minas Gerais, os grupos diretamente beneficiados foram, sobretudo, poderosos proprietários das Comarcas dos Rio das Mortes e Rio das Velhas atrelados ao ramo de abastecimento e conectados com a rede de negócios concentrada no Rio de Janeiro. Fiquemos em alguns poucos exemplos: em novembro de 1822, alguns meses após sua participação fundamental na viagem às Gerais, Estevão Ribeiro de Rezende sucedeu Gonçalves Ledo no cargo de primeiro secretário do Conselho e Procuradores Gerais das Províncias. Em 1824 seria indicado a desembargador honorário da Mesa do Paço, deputado da Mesa de Consciência e Ordens e ministro do Império. Nesse mesmo ano foi eleito deputado por Minas Gerais, contudo, sem tomar posse, já que seria escolhido para ocupar uma cadeira no Senado por Minas Gerais. Situação parecida se deu com José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, figura de prestígio local que catapultou sua ascensão política em meio às vicissitudes do “Fico”. Os serviços prestados à realização do projeto pedrino renderam-lhe o cargo de primeiro presidente da província de Minas (1824-1827) e uma cadeira no Senado pela mesma localidade.²³⁵ D. Pedro condecoraria Estevão Ribeiro como o título de Visconde de Valença, enquanto Vasconcelos receberia o de visconde de Caeté. Com apoio do governo de d. Pedro, José Rezende Costa conseguiria uma cadeira de deputado na primeira legislatura do Império, ajudando a compor a base de apoio ao Executivo. Paulo Barbosa foi recompensado com cargos e honrarias, chegando mais tarde ocupar o prestigioso posto de mordomo do Paço.

Em São Paulo os grandes beneficiados, ao menos em curto prazo, foram os Andrada, em especial José Bonifácio e Martim Francisco, que gozaram de grande poder até a demissão do Gabinete composto por eles, em julho de 1823. Oyenhausen, que recebeu de d. Pedro o título de

²³⁵ TORRES, *op. cit.*, p.760-764.

visconde de Aracati, seria escolhido senador para tomar assento pela primeira bancada do Ceará, em 1826, enquanto José Feliciano Fernandes Pinheiro, elevado a visconde de São Leopoldo, viraria senador por São Paulo. Próximo dos Andrada, o santista Fernandes Pinheiro possuía família e negócios no litoral paulista, além de ter sido juiz e ouvidor da Alfândega de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, cargos estratégicos para as pretensões de d. Pedro na fronteira sul do Império, incluindo aí os portos de Montevidéu e Buenos Aires.²³⁶ Deste modo, embora costume-se sublinhar que a burocracia e magistratura gestadas no período joanino foram um dos pilares da estrutura governista do Primeiro Reinado, o fato é que muitos homens que já eram funcionários públicos consolidaram seu ingresso na política da Corte em meio ao calor dos acontecimentos da Independência e criação de um Estado autônomo, circunstâncias em que o fator preponderante não foi tanto a herança do aparelho burocrático já em vigor, mas sim o poder de negociação desses homens e a iniciativa de d. Pedro e seu círculo mais próximo em constituir uma base que lhe assegurasse apoio e legitimidade política.

Retomando o que já foi dito anteriormente, nem todos aqueles que participaram das negociações referentes à inclusão de Minas Gerais e São Paulo no projeto de d. Pedro – ou pelo menos lhes emprestaram apoio – foram beneficiados diretamente. Alguns seriam convidados a participar do governo após a abertura do Parlamento, em 1826, como foi o caso de Lúcio Soares Teixeira de Gouvêa, mas foram exceções.²³⁷ Homens como Batista Caetano de Almeida, Manuel Inácio de Melo e Sousa, José Bento Ferreira de Melo, Vergueiro, Paula Sousa e Diogo Feijó, embora apoiadores da Independência por meio das Câmaras Municipais, da magistratura e das milícias locais, terminaram por não serem arregimentados para cargos decisórios no Rio de Janeiro, em grande medida porque ainda não detinham força política necessária para fazer frente aos grandes produtores e comerciantes arraigados em torno do Rio de Janeiro desde meados do século XVIII. Mal iniciado o Primeiro Reinado, todavia, esses personagens conquistariam cada vez mais espaço no cenário imperial, percorrendo um itinerário de duas mãos – da província para o centro do Império e vice-versa –, fazendo dessa articulação uma condição necessária para sua sobrevivência

²³⁶ Companheiro de estudos de Antonio Carlos em Coimbra, Fernandes Pinheiro foi deputado pelas Cortes de Lisboa e pela Constituinte de 1823, chegando a Senado em 1826, sempre por São Paulo, cf. PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. Memórias do visconde de São Leopoldo. *RIHRGS*, Porto Alegre, I trim., Ano II, 1922; PORTO, Aurélio. Prefácio. In: *Anais da Província de São Pedro*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

²³⁷ Lúcio Soares Teixeira de Gouvêa (1792-1838) era natural de Mariana, Minas Gerais. Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra (1808), foi nomeado juiz de fora de Vila Boa, capital de Goiás, quando da sua volta ao Brasil, em 1811. A partir de então ocupou cargos na magistratura, dentre eles o de ouvidor da comarca de Paracatu (1819-1821) e desembargador da Relação do Pernambuco (1821). Na política, foi vereador pela Câmara do Rio de Janeiro (1824), deputado por Minas Gerais na 1ª legislatura (1826-1829), ministro da Justiça (1827-1829) e senador (1837-1838). Cf. RODARTE, *op. cit.*, p.234-237 e DOMINGOS, Marcus Caetano. *D. Hermógenes e a eleição para as Cortes de Lisboa na comarca de Paracatu e na província de Minas Gerais: 1821-1822*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2005, p.07. Teixeira de Gouveia era presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro quando esta pediu, em 1824, que o monarca jurasse o projeto de constituição apresentado pelo mesmo imperador, cf. *Representação do Senado da Câmara do Rio de Janeiro a S.M.I. pedindo que fosse jurado como constituição o projeto apresentado pelo mesmo imperador*, 09/01/1824. Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, II-32, 10, 14, n.2.

política. Se de um lado o comprometimento dos setores regionais com Estado foi preponderante para a sustentação da monarquia brasileira, ajudando a assegurar a integridade nacional e sua base institucional, de outro ele permitiu aos mesmos grupos provinciais mecanismos para granjearam participação política na Corte.²³⁸

Os próximos capítulos tratarão justamente dessa movimentação contínua de paulistas e mineiros dentro dos espaços de poder e discussão política que se constituíram entre o início do Primeiro Reinado e o Ato Adicional, sempre atentando para qual o peso da província, ora como meio ora como fim da ação política, nos primórdios do Estado nacional brasileiro. O capítulo que segue observará, em Minas e São Paulo, a formação dos principais espaços de poder em nível provincial nos primeiros anos do Império, qual sejam, os chamados conselhos provinciais.

²³⁸ Sobre a participação dos grupos provinciais na formação do Estado nacional, ver DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias*. Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Faperj, 2008.

2.

Os conselhos provinciais e a formação de espaços de representação política em São Paulo e Minas Gerais

Logo no início das sessões da Assembleia Constituinte, em maio de 1823, surgiram três propostas para a regularização dos governos provinciais. A primeira delas, encabeçada pelo deputado por Alagoas José de Souza Mello, foi lida a 7 de maio, ao passo que dois dias depois foram expendidas as propostas de Antonio Carlos Ribeiro Machado de Andrada e Silva e Antonio Gonçalves Gomide, ambos deputados por Minas Gerais. Ainda que os três projetos apresentados compactuassem com a extinção das Juntas de Governo e com a nomeação de um presidente pelo imperador, havia algumas discordâncias substanciais entre os textos dos constituintes. Souza Mello sustentava a subordinação do comandante de armas à presidência da província e a criação de um juizado popular eleito nas paróquias. Antonio Carlos, em contrapartida, pleiteava a independência do comandante de armas ante o presidente da província, atrelando-o diretamente ao Imperador, e propunha a criação de um Conselho eletivo e temporário que pudesse, entre outras atribuições, suspender os magistrados. O projeto de Gomide, por sua vez, apostava na escolha do governador das armas pelo Imperador.²³⁹

Após discussões preliminares acerca dos três projetos, decidiu-se tomar o texto de Antonio Carlos como base para a elaboração da lei que regulamentaria os governos provinciais, o que possivelmente se explica pelo grau de detalhamento do documento apresentado e pela influência

²³⁹ SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2006, p.103-104.

política que os Andradas possuíam naquele momento.²⁴⁰ Prosseguindo à decisão tomada pela Casa, entabulou-se o debate, em junho de 1823, de todos os artigos contidos no projeto de Antonio Carlos. Apesar da maior parte dos artigos ter sido aprovada sem alteração alguma, muitos deles foram motivo de intensas discórdias entre os membros da Casa, tal como a dissolução das Juntas de Governo, a estipulação de um presidente executor, administrador, nomeado e demitido pelo imperador, a presença do conselho na execução dos negócios do presidente, e a eleição dos conselheiros.²⁴¹

Alguns artigos do projeto original, então, tiveram seu conteúdo alterado. O artigo 9º, que dissertava sobre a periodicidade de reunião do Conselho, sofreu uma mudança proposta pelo padre pernambucano Venâncio Henriques de Resende. Este, levando em consideração o caráter não permanente do conselho eletivo e a possibilidade de que o presidente pudesse decidir sem sua presença, propôs que quando os conselheiros não estivessem reunidos, o “delegado do imperador” deveria comunicá-los o mais rápido possível de suas decisões, com o intuito de que os excessos administrativos fossem coibidos. O artigo 16º, que indicava ser o governador das armas independente do presidente da província e indicado pelo imperador, foi refutado pela maioria dos deputados, recebendo críticas de Henrique Resende, Joaquim Manuel Carneiro da Cunha e José Mariano de Albuquerque Cavalcanti. Depois de acalorados debates, e em meio ao terceiro e último exame do artigo, os opositores à associação das forças armadas com o governo da Corte conseguiram reunir adeptos no plenário, e por fim aprovaram a obliteração da matéria. O artigo 17º, que previa a suspensão dos magistrados pelo presidente da província, foi também questionado pelos constituintes. Discutida a matéria, os opositoristas ao projeto conseguiram alterá-la, de modo a assegurar que o presidente só poderia suspender um magistrado em caso de revoltas e motins, e em conselho. Além dessas modificações no texto original, uma emenda importante foi sugerida por Henriques de Resende e aprovada em plenário: o conselho também seria responsável pelo exame das contas da província.²⁴²

As discordâncias em torno de alguns pontos do projeto de Antonio Carlos revelavam que não havia um consenso entre os membros da Constituinte acerca da organização dos governos provinciais e das relações com o governo central. Mesmo após a aprovação de suas respectivas matérias, artigos como o 3º – que garantia a escolha do presidente da província pelo imperador – foram recorrentemente aludidos e criticados, de modo que a aprovação final do texto se deu em meio a um clima não consensual.

²⁴⁰ A essa época, José Bonifácio ocupava o cargo de ministro do Império e dos Negócios Estrangeiros, ao passo que Martim Francisco detinha a pasta da Fazenda. Ambos eram, ainda, deputados na Assembléia Constituinte, que sofreu forte ingerência do Executivo.

²⁴¹ SLEMIAN, *op. cit.*, p.103-113.

²⁴² *Ibidem*.

Em 20 de outubro de 1823 foi promulgada a lei que dava forma “aos Governos das províncias, criando para cada uma delas um Presidente e Conselho”.²⁴³ É de se notar que ela se propunha a ser um instrumento normativo “provisório”, ou seja, seu conteúdo tinha como objetivo regular temporariamente os governos provinciais, que ainda careciam de um arcabouço legislativo mais pormenorizado que a futura Constituição deveria estabelecer. Isso explica, talvez, a vitória de quase todos os pontos do projeto de Antonio Carlos, na medida em que os constituintes tinham em mente que a estrutura dos governos provinciais seria rapidamente reformulada pela votação dos artigos da Constituição.²⁴⁴ É de se frisar que desde julho de 1823, após sua saída do ministério, os Andrada passaram a fazer oposição ao governo, de modo que a aprovação do projeto de Antonio Carlos deu-se num momento posterior a permanência dos irmãos no governo. As negociações, entretanto, já tinham ocorrido, além do que os Andrada eram contra os ministros, e não d. Pedro.

Ao abolir as Juntas Provisórias de Governo, a lei confiava o governo provincial a um presidente indicado pelo imperador que desempenharia as funções de “executor” e “administrador” da província, sendo responsável pela administração e arrecadação da Junta da Fazenda Pública, a qual também presidia. Haveria, também, um conselho composto por seis membros eleitos da mesma forma que os deputados da Assembleia Geral, e que teria sua direção igualmente atribuída ao presidente da província. Haveria ainda um secretário, também nomeado pelo imperador, que seria responsável tanto pela Secretaria do Governo como pela do Conselho, e um vice-presidente, cujo cargo recairia sobre o conselheiro que obtivesse maior número de votos entre os membros eleitos para o conselho. Em que pese a novidade da lei, tratou-se de reiterar parte do formato político aplicado às eleições para as Juntas Provisórias, entre 1821 e 1822, em meio à Revolução do Porto. A diferença substancial reside no fato de que, nas Juntas, o presidente também ser eleito, ponto que seria repisado pela oposição durante o Primeiro Reinado.

Tratado pelos coevos como “Conselho da Presidência”, “Conselho do Governo” ou “Conselho Administrativo”, o Conselho avalizado pela lei de 20 de outubro de 1823 não era de caráter permanente. As sessões ordinárias seriam convocadas uma vez ao ano, de acordo com as “circunstâncias” de cada província, e durariam dois meses, sendo passíveis de prorrogação por mais um mês. Haveria também sessões extraordinárias que poderiam ser convocadas pelo presidente ao longo do ano, a fim de tratar sobre matérias competentes tanto à presidência da província como ao Conselho. Nesse sentido, em vista da sua constância nos negócios provinciais, o Conselho ainda contava com um corpo de suplentes constituído por aqueles que obtiveram votos na eleição para a

²⁴³ Lei de 20 de Outubro de 1823 que dá forma aos Governos das Províncias, criando para cada uma delas um Presidente e Conselho. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1823*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, p.10-15. Algumas folhas da época publicaram a nova lei, como foi o caso da mineira *Abelha do Itacolomy*, nº 42, 08/04/1825.

²⁴⁴ Essa expectativa não procedeu na prática, uma vez que a Carta de 1824, ao abandonar o projeto da Constituinte, manteve a lei de 20 de outubro e a ampliou.

ocupação do órgão, e que teriam como função substituir os conselheiros em causa de ausência. Como não havia uma determinação legal a respeito do número de suplentes, a quantidade deles poderia variar de acordo com a assiduidade dos conselheiros. A lei de 20 de outubro não era aplicável à província do Rio de Janeiro que, por sediar a Corte, teve concentrada sua administração no Ministério do Império. Muito contestada até o Ato Adicional, sobretudo por deputados e vereadores das Câmaras Municipais fluminenses, a inexistência do presidente e seu conselho privativo acarretava, nas palavras do jornal *O Universal*, num aumento de trabalho do Executivo e num prejuízo por parte da província do Rio de Janeiro e seus municípios.²⁴⁵ Ademais, esse formato dava ao Executivo controle sobre o governo local, minando o espaço para a oposição.

O Conselho da Presidência não constituía, como sugere sua nomenclatura, um órgão meramente consultivo, mesmo porque, conforme o artigo 8, o presidente tinha a competência de despachar e decidir “por si só” apenas sobre os negócios os quais a lei de 1823 não prescrevesse a cooperação do Conselho. Nas matérias de sua competência, o Conselho dispunha de “voto deliberativo” em relação ao presidente – e este, o de “qualidade” –, de modo que o seu caráter consultivo só seria requisitado para aqueles assuntos cujo poder de decidir estava centralizado nas mãos do presidente. Segundo o artigo 24, os “objetos” que demandavam “exame e juízo administrativo” do Conselho eram os seguintes:

- “1º. Fomentar a agricultura, comércio, indústria, artes, salubridade, e comodidade geral.
- 2º. Promover a educação da mocidade.
- 3º. Vigiar sobre os estabelecimentos de caridade, prisões, e casas de correção e trabalho.
- 4º. Propor que se estabeleçam Câmaras, onde as deve haver.
- 5º. Propor obras novas, e consertos das antigas, e arbítrios para isto, cuidando particularmente na abertura de melhores estradas e conservação das existentes.
- 6º. Dar parte ao Governo dos abusos, que notar na arrecadação das rendas.
- 7º. Formar censo, e estatística da Província.
- 8º. Dar parte à Assembleia das infrações das Leis, e sucessos extraordinários, que tiverem lugar nas Províncias.
- 9º. Promover as missões, e catequese dos Índios, a colonização dos estrangeiros, a laboração das minas, e o estabelecimento de fabricas minerais nas Províncias metalíferas.
- 10º. Cuidar em promover o bom tratamento dos escravos, e propor arbítrios para facilitar a sua lenta emancipação.
- 11º. Examinar anualmente as contas de receita e despesa dos Conselhos, depois de fiscalizados pelo Corregedor da respectiva comarca, e bem assim as contas do Presidente da Província.

²⁴⁵ Para o redator do jornal, “(...) na província do Rio de Janeiro não há presidente nem Conselho de Governo, e as obrigações destes nas outras províncias estão naquela a cargo do Ministro do Império. Este encarregado da administração interior de todo o Estado como poderá olhar para as necessidades de uma província? É natural que seus interesses sejam desprezados, ao menos os que não forem de primeira urgência. O argumento de paridade quanto a nós deve valer também no caso em que estamos para se não acumularem a um chefe de corpo trabalhos que devem ser feitos por quem esteja isento dessa complicação”, cf. *O Universal*, nº 622, 20/07/1831. Vale ressaltar que esse texto foi publicado no período pós-Abdicação, no âmbito da reforma constitucional.

12º. Decidir temporariamente os conflitos de jurisdição entre as Autoridades. Mas se o conflito aparecer entre o Presidente e outra qualquer Autoridade, será decidido pela Relação do Distrito.

13º. Suspender Magistrados na conformidade do art. 34.

14º. Suspender o Comandante Militar do comando da Força Armada, quando inste a causa publica.

15º. Atender às queixas, que houve contra os funcionários públicos, mormente quanto à liberdade da imprensa, e segurança pessoal, e remetê-los ao Imperador, informadas com audiência das partes, presidindo o Vice-Presidente, no caso de serem as queixas contra o Presidente.

16º. Determinar por fim as despesas extraordinárias, não sendo porém estas determinações postas em execução sem prévia aprovação do Imperador. Quanto às outras determinações do Conselho, serão obrigatórias, enquanto não forem revogadas, e se não opuserem às Leis existentes”.²⁴⁶

Em termos qualitativos, pode-se afirmar que as atribuições do Conselho formavam, em linhas gerais, três grupos: o primeiro deles, composto pelos “objetos” 1º, 2º, 4º, 5º, 7º, 9º e 10º, referia-se a um conjunto de atribuições cujo objetivo central era dotar o colegiado da capacidade de propor e deliberar sobre questões infraestruturais da província, como fomentar a agricultura, a indústria, a exploração mineral, o comércio, a educação, a construção de estradas e a criação de senos provinciais; promover a catequese dos índios, a colonização por estrangeiros e o bom tratamento dos escravos – bem como discutir sua emancipação gradual; e estabelecer novas Câmaras Municipais. O segundo grupo, composto pelos “objetos” 3º, 6º, 8º, 11º, 15º e 16º, dizia respeito às atribuições que conferiam ao Conselho a natureza de um órgão fiscalizador dos negócios públicos, quer da esfera financeira (examinar as contas das Câmaras Municipais e da província; advertir o Governo sobre os abusos que notar na arrecadação das rendas; dar parte à Assembleia das infrações das leis que ocorrerem na província; determinar por fim às despesas extraordinárias) quer da esfera político-administrativa (vigiar estabelecimentos de caridade, prisões, casas de correção e trabalho; e acatar as queixas proferidas contra os funcionários públicos, especialmente em relação à liberdade da imprensa). O terceiro grupo, por sua vez, formado pelos “objetos” 13º e 14º, dizia respeito aos poderes do Conselho em suspender determinados funcionários públicos ligados ao Judiciário (suspender os magistrados, em conjunto com o presidente) e às forças armadas (suspender o comandante militar das armas).

Conquanto não possuísse poder deliberativo em relação a questões capitais como a criação de tributos e políticas fiscais, o Conselho da Presidência trazia em seu bojo um conjunto de atribuições que seriam essenciais na configuração do cenário político provincial do Primeiro

²⁴⁶ Lei de 20 de Outubro de 1823 que dá forma aos Governos das Províncias, criando para cada uma delas um Presidente e Conselho. In: *op. cit.*, p.12-13.

Reinado e início da Regência, notadamente no tocante ao estabelecimento de vínculos entre os poderes local e central, como sublinhou Marisa Saenz Leme:

“com segurança o que se afirma é que os poderes deliberativos do Conselho se davam em relação ao Presidente da Província; não tinha ele poderes de decisão legislativa quanto ao governo central; mas no escopo de atribuições do Conselho abriu-se sem dúvida espaço para a parcial resolução dos interesses provinciais, e, o que é bastante significativo para a época, constituindo-se ele num fórum de manifestação e pressão para que os interesses provinciais se fizessem ouvir no âmbito nacional, quer se tratasse do executivo ou da Câmara dos Deputados”.²⁴⁷

A relação entre os poderes provincial e central tinha no presidente de província seu pilar mais sólido.²⁴⁸ Motivo de controvérsia nos primeiros anos do Império, notadamente entre a convocação da Assembleia Constituinte e a Abdicação, a figura do presidente de província não poucas vezes foi tratada com reserva pelos coetâneos, em grande medida por causa da imposição feita pela Carta de 1824 de que os chefes do executivo provincial seriam indicados pessoalmente pelo imperador. A discussão da matéria gerou polêmica já na época da aprovação da lei de 20 de outubro, e deputados como o pernambucano Luis Inácio de Andrade Lima e os baianos José Joaquim Carneiro de Campos e Antonio Ferreira França retrataram-na como um instrumento de cerceamento do poder provincial pelo central.²⁴⁹ No transcorrer das três primeiras legislaturas foram aventados projetos de lei direcionados para a marcação de poderes dos presidentes de província, questão que perpassou tanto o debate sobre a reforma constitucional quanto a elaboração do Ato Adicional.

Parcialmente reproduzida pela historiografia, sobretudo por aqueles trabalhos que realçaram a participação do elemento liberal na construção do Estado nacional, a concepção de que os presidentes de província seriam meros “delegados” a serviço do monarca pelo fato de serem por ele escolhidos é, contudo, meia verdade, e os próprios Conselhos da Presidência ensinam essa relativização. Isso porque, atribuindo a esses órgãos uma ingerência considerável sobre os negócios provinciais, a lei de 20 de outubro de 1823 acabou imputando às províncias um poder compartilhado, onde a figura do presidente dividiu com os conselheiros alguns dos atos do executivo provincial. A garantia de serem os seis conselheiros eleitos da mesma forma que os deputados e senadores, e do cargo de vice-presidente ser ocupado pelo membro mais votado

²⁴⁷ LEME, Marisa Saenz. São Paulo no I Império: poderes locais e governo central. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Ligia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (orgs.). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006, p.65.

²⁴⁸ Sobre a figura do presidente de província, ver SLEMIAN, Andrea. “Delegados do chefe da nação”: a função dos presidentes de província na formação do Império do Brasil (1823-1834). *Almanack brasiliense*. [online]. nº 06, Nov/2007, p.20-38.

²⁴⁹ Ver sessões de 17/06/1823 e 11/10/1823 do *Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil: 1823*. Brasília, Centro do Senado Federal, 1973, v.1, p.229; e v.3, p.226. Disponível no site www.camara.gov.br

aumentava ainda mais o alcance político do Conselho; além do que, na ausência do presidente e do vice, o conselheiro que havia recebido o maior número de votos ocuparia a presidência da província²⁵⁰. E mais, enquanto o presidente de província poderia ser escolhido pelo imperador em qualquer localidade do Império – o que na prática ocorreu na maior parte das províncias²⁵¹ –, um conselheiro necessitava ter mais de 30 anos e residir, no mínimo, há seis anos na província a qual representava.²⁵² Isso significava, entre outras circunstâncias, o estabelecimento de um corpo representativo composto pelos setores das próprias províncias e, por conseguinte, a fixação dos interesses políticos locais à administração provincial.

A pergunta que se impõe é inequívoca: até que ponto este direito ganhou concretude, deixando de ser uma possibilidade *pro forma*? Se pensarmos que, de modo geral, os presidentes de província escolhidos pelo Executivo eram homens de projeção política que também ocupavam cargos no Legislativo, sobretudo na Câmara dos Deputados, a convocação dos vices acabou sendo constante, principalmente nos períodos de funcionamento da Assembleia Geral.

Em São Paulo, a atuação dos presidentes dividiu espaço com a dos vice-presidentes, que por sinal não foi pequena. Somados os períodos em que os vices ocuparam o posto máximo da província, chega-se a um total aproximado de três anos e meio, ou seja, por volta de um terço do tempo no qual obrou o Conselho da Presidência paulista, o controle do executivo provincial ficou nas mãos de homens escolhidos pelos colégios eleitorais espalhados por toda a província. Ao cabo de quase dez anos de funcionamento do Conselho da Presidência, por seis vezes um vice chegou a tomar assento na cadeira de presidente, sendo um deles por três ocasiões.²⁵³ O vigário capitular e depois bispo diocesano Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade acumulou um total de quase dois anos à frente da província de São Paulo no Primeiro Reinado. Em todos os casos os presidentes se ausentaram porque tiveram que viajar ao Rio de Janeiro para tomar assento na Câmara dos Deputados.²⁵⁴

²⁵⁰ Cf. arts. 9, 10 e 17 da Lei de 20 de Outubro de 1823, que dá forma aos Governos das Províncias, criando para cada uma delas um Presidente e Conselho. In: *op. cit.*

²⁵¹ TAPAJÓS, Vicente. *Organização política e administrativa do império*. [Coleção História administrativa do Brasil, v.9]. Brasília: FUNCEF, 1984.

²⁵² Cf. art. 11 da Lei de 20 de Outubro de 1823. In: *op. cit.*, p.11.

²⁵³ Foram eles: Luis Antonio Neves de Carvalho, de 22 de abril de 1826 até setembro do mesmo ano, e de 5 de abril até 18 de dezembro de 1827; Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, entre 18 de abril de 1828 e outubro do mesmo ano; entre 10 de março e 9 de outubro de 1829; e de 15 de abril de 1830 até 4 de janeiro de 1831; Manuel Joaquim de Ornelas, de 5 de outubro de 1828 até 12 de janeiro de 1829; e Vicente Pires da Mota, entre 28 de maio e 13 de setembro de 1834. Cf. MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apointamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954, tomo 1, p.190-191.

²⁵⁴ Thomaz Xavier Garcia de Almeida ocupou a presidência de 19 de dezembro de 1827 até 18 de abril de 1828, ausentando-se para tomar assento como deputado por Pernambuco; José Carlos Pereira de Almeida Torres, de 13 de janeiro a 9 de março de 1829, e de 10 de outubro desse ano até 14 de abril do seguinte, ausentando-se para tomar assento como deputado por Minas Gerais; Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, de 5 de janeiro de 1831 até 16 de abril do mesmo, quanto partiu para o Rio de Janeiro para tomar assento como deputado por Minas Gerais.

Dado curioso é o de que, embora tenha conseguido votação expressiva para as duas primeiras Reuniões do Conselho da Presidência, Gonçalves de Andrade nunca chegou a exercer a função de parlamentar na Assembleia Geral, perfil destoante dos demais conselheiros, que via de regra ocupavam, concomitantemente, cadeiras nos dois Conselhos (da Presidência e Geral) e no Parlamento, como deputados. É crível que Gonçalves de Andrade não tenha se candidatado ao cargo de deputado, quiçá por não corroborar com o posicionamento político daqueles que compunham a Câmara, o principal foco de oposição ao governo de d. Pedro. A partir daí, faria mais sentido a manutenção do bispo diocesano no comando da província por tanto tempo. Independente disso, há registros de que Gonçalves de Andrade, enquanto vice-presidente, entrou em atrito com porta-vozes do liberalismo moderado em São Paulo. Em agosto de 1830, Gonçalves de Andrade comunicou ao Marquês de Caravelas, então ministro do Império, que o jornalista italiano Líbero Badaró vinha sendo fautor de contínuos “ataques e chincalhagens” às autoridades. Pouco tempo antes, partindo de uma denúncia de Gonçalves de Andrade, o ministério havia proibido que na cidade de São Paulo fossem encenadas peças de teatro que atentassem contra a ordem pública e as autoridades, e que haviam sido anunciadas pelo jornal *O Observador Constitucional*.²⁵⁵ De outro lado, o bispo sofreu reprimendas por parte dos liberais moderados, inclusive de outras províncias. Bernardo Vasconcelos, que se dizia leitor d’*o Farol Paulistano*, afirmou que “se assustava” quando ouvia queixas sobre Gonçalves de Andrade noticiadas por aquele periódico.²⁵⁶

Em outra oportunidade, entretanto, a situação foi diferente. Manoel Joaquim de Ornelas, deputado eleito para a 1ª legislatura e figura conhecida entre os moderados paulistas, ocupou a vice-presidência da província de 29 de outubro de 1828 até 12 de janeiro de 1829. No pouco tempo em que ficou na dianteira da província, teve participação na organização da 1ª Reunião do Conselho Geral de São Paulo, em dezembro de 1828.²⁵⁷

Entre 1824 e 1834, década em que a província de Minas Gerais teve seis presidentes, a administração da província ficou nas mãos dos vices por volta de três anos, somando-se todos os períodos. Quando foi escolhido por d. Pedro para ocupar a bancada mineira no Senado, em 1826, José Teixeira da Fonseca Vasconcelos passou a presidência para o cônego Francisco Pereira Santa Apolônia, o conselheiro mais bem votado, que permaneceu no posto até o fim daquele ano. Apolônia ainda ocupou a presidência interinamente durante o período legislativo de 1828 e 1829, no lugar de João José Lopes Mendes Ribeiro, presidente desde dezembro de 1827 e que também fora eleito deputado por Minas Gerais para a 1ª legislatura.

²⁵⁵ GAETA, Caetano. *Líbero Badaró – O sacrifício de um paladino da liberdade*. São Paulo: Estabelecimento Gráfico E. Cupolo, 1944, p.75-76.

²⁵⁶ A fala de Vasconcelos foi pronunciada na Câmara dos Deputados durante a discussão de uma denúncia da Câmara Municipal de Santos ao vice-presidente de São Paulo. Cf. APB-CD, sessão de 24/07/1829, p.163.

²⁵⁷ *O Farol Paulistano*, nº 169, 03/12/1828.

O cônego, que havia sido presidente do governo provisório de Minas Gerais em 1822, era figura conhecida entre os moderados mineiros e opositor ao governo pedrino. Quando vice-presidente, em 1826, negou-se a cumprir ordem do ministro da Guerra – João Vieira de Carvalho, o conde de Lages – para recrutar 600 praças e incorporá-las ao corpo de cavalaria de 1ª linha de Minas Gerais, alegando que o pedido era ilegal, uma vez que uma manobra de tal monta necessitava de autorização especial da Assembleia Geral, o que não ocorrera.²⁵⁸ O jornal *O Universal* publicou um elogioso necrológico na ocasião de sua morte, em meados de 1831, ressaltando sua longa “energia em prol de Minas”.²⁵⁹

Essa alternância de presidentes e vices podia se desdobrar em problemas maiores. Já durante a Regência Trina Permanente, e tendo em vista não “arriscar” a “tranquilidade” em que se encontrava a província de São Paulo, o Conselho Geral solicitou à Assembleia Geral que essa mantivesse Rafael Tobias de Aguiar como chefe do executivo paulista mesmo durante o período de funcionamento da Assembleia Geral, uma vez que o político sorocabano ocupava, também, a cadeira de deputado pela 2ª legislatura do Império. De acordo com o idealizador da proposta, Francisco Álvares Machado e Vasconcelos, num momento em que a eclosão de uma “nova revolução” ainda era possível, nada mais coerente do que manter um governo “forte e de inteira confiança dos povos”, já que a indicação de Tobias Aguiar à presidência da província de São Paulo, feita no ano anterior, coincidira “perfeitamente com a escolha dos paulistas e com a escolha do povo”. Para isso, o Conselho Geral interpretou à sua maneira o artigo 34 da Carta de 1824²⁶⁰, o qual dava poderes à Assembleia Geral de liberar um deputado ou senador para ocupar outra “comissão” caso fosse necessário para manter a “segurança pública” ou o “bem do Estado”.²⁶¹

Tobias de Aguiar já havia sido eleito, até o momento de sua indicação para a presidência, em novembro de 1831, uma vez deputado (1830-1833), duas vezes conselheiro da presidência (1824-1829 e 1830-1833) e duas vezes conselheiro geral (1828-1829 e 1830-1833), em todas as ocasiões pela província de São Paulo. Nos quase cinco anos de funcionamento d’o *Farol Paulistano*, Tobias Aguiar foi o único conselheiro da presidência de São Paulo a ser saudado pela folha paulistana pelo simples fato de ter sido eleito ao cargo, caso esse ocorrido em 1827.²⁶² Seu desempenho junto ao

²⁵⁸ *O Universal*, nº 620, 15/07/1831.

²⁵⁹ *O Universal*, nº 619, 13/07/1831.

²⁶⁰ Afirmando o art. 34: “Se por algum caso imprevisto, de que dependa a segurança pública ou o bem do Estado, for indispensável que algum senador ou deputado saia para outra comissão, a respectiva câmara o poderá determinar”. Cf. Constituição Política do Império do Brasil. In: in BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto (orgs.), *op. cit.*

²⁶¹ ALESP, FCGP, RR32.005, caixa 30.

²⁶² Na ocasião, o *Farol Paulistano* publicou a seguinte nota: “Temos a satisfação de anunciar aos nossos concidadãos a chegada do ilustre Conselheiro o Sr. Rafael Tobias de Aguiar no dia 17, o qual vem tomar assento no Conselho da Presidência, aumentando assim as bem fundadas esperanças, que já tínhamos do profícuo resultado que terão os trabalhos da presente Sessão, pois é bem conhecida de todos a energia, com que este honrado patricio nosso, sempre estranho a considerações particulares, propugna pelos interesses da Província”. Cf. *O Farol Paulistano*, nº 56, 20/10/1827.

Conselho da Presidência foi constante e diversificado, buscando ajustar o andamento dos negócios provinciais à política aplicada pela Regência nos seus primeiros anos, corroborando assim, *grosso modo*, com a ala moderada que chegara ao poder com a retirada de cena do imperador.²⁶³

Além de coibir possíveis manobras dos exaltados, a intenção em manter no poder Tobias Aguiar, nome de proa da moderação de São Paulo, deveu-se também ao fato de que a vice-presidência recairia sobre o quarto conselheiro da presidência mais bem votado, o bispo Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, antigo desafeto dos moderados daquela província.²⁶⁴ O suplente Ildefonso Xavier Ferreira, aquela altura já mais próximo dos exaltados, criticou o teor da proposta de Machado e Vasconcelos por denegrir, segundo ele, a imagem da “exaltação” paulistana, retratada como desordeira e contrária à causa nacional.²⁶⁵

Ao que tudo indica, o pedido para a conservação de Rafael Tobias de Aguiar na presidência de São Paulo foi acatado pela Assembleia Geral, bem como pelo governo regencial, posto que nenhum vice-presidente assumiu interinamente o executivo provincial paulista durante o período de funcionamento da sessão do Parlamento de 1832. O mesmo se deu no ano seguinte, apesar de não terem sido encontrados registros de que haja ocorrido um pedido similar por parte do Conselho Geral de São Paulo. Somente em 1834, com a 3ª legislatura do Império já em andamento, Tobias de Aguiar deixou de presidir a província durante o período de trabalho do Parlamento, para onde fora reeleito deputado por São Paulo.²⁶⁶

A situação mais drástica proporcionada, ao menos em parte, pela dinâmica em torno do executivo provincial imposta pela lei de 20 de outubro ocorreu na Sedição de Ouro Preto de 1833, episódio que será analisado mais adiante. Por hora basta lembrar que o vice-presidente de Minas naquela ocasião era Bernardo Pereira de Vasconcelos, um dos principais alvos dos sediciosos, que se recusaram a aceitá-lo como tal na ausência de Manuel Inácio de Melo e Sousa, o presidente da província, que se encontrava em Mariana. Os revoltosos também se opunham a Manoel Inácio e por isso nomearam como novo presidente da província o negociante Manoel Soares do Couto, um dos

²⁶³ No campo da instrução pública, Tobias de Aguiar deu procedência aos exames para professores de 1ªs letras e à abertura de novas vagas; com relação à infraestrutura de transportes, enfatizou a realização de consertos em estradas, sobretudo nas Vilas de Itu, São Carlos, São Paulo, Sorocaba, Constituição e Santos; no que tange à ordem pública e à estrutura militar da Província, promoveu a organização de corpos das Guardas Municipais e da Guarda Nacional, e de Companhias de Infantaria; na esfera financeira, fez valer o sistema de fixação das despesas provinciais de acordo com as leis de orçamento do Império; na jurídica, articulou a implantação do Código do Processo Criminal, operou a divisão dos Termos e Comarcas em toda a Província e conferiu espaço à apuração das acusações sobre abusos de poder recebidas pelo Conselho da Presidência; propôs, ainda, nomeações de empregados públicos, a melhoria do serviço de correios entre a capital paulista e o Rio de Janeiro, e medidas relativas à modernização da alfândega da Vila de Santos.

²⁶⁴ Os imediatamente mais bem votados para ocupar a vice-presidência de São Paulo eram, respectivamente, Manoel Joaquim de Ornelas, Diogo Antônio Feijó, José da Costa Carvalho e Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade. O primeiro encontrava-se enfermo, vindo a morrer ainda em 1832. Feijó estava na Câmara dos Deputados, ao passo que Costa Carvalho ocupava o posto de regente.

²⁶⁵ Correspondência de 19/01/1832 publicada em *O Novo Farol Paulistano*, nº 49, 28/01/1832.

²⁶⁶ Entre 28 de maio e 13 de setembro de 1834, a presidência de São Paulo foi ocupada pelo vice-presidente Vicente Pires da Mota. Cf. MARQUES, *op. cit.*, 191.

líderes da sedição e participante do Conselho da Presidência como suplente. Soares do Couto ficou à testa do governo rebelde de março até o fim de maio de 1833, à revelia do poder legalmente constituído, que instalou uma sede provisória do governo oficial em São João del-Rei até o desenlace da revolta. No ano seguinte a presidência de Minas recaiu, num dado momento, sobre o terceiro conselheiro mais votado.²⁶⁷

Não é preciso recorrer a casos extremos, todavia, para perceber que a figura do presidente não detinha a força dos capitães-generais de outrora, por mais que houvesse ocorrências de abuso de poder por todo o Império, arbitrariedades e favorecimentos na concessão de cargos, e que a retórica dos liberais moderados e exaltados, enquanto oposicionistas, insinuasse uma continuidade institucional entre os dois cargos em termos de uma conduta antiliberal e despótica. Dentre todos aqueles que ocuparam a presidência de São Paulo e Minas Gerais durante o Primeiro Reinado, apenas Lucas Antonio Monteiro de Barros (SP) e José Teixeira da Fonseca Vasconcelos (MG) o fizeram por mais que um ano, com a ressalva de que ambos tinham forte enraizamento provincial antes mesmo da Independência. A essência da questão é menos o tempo curto dos mandatos e mais a flagrante impossibilidade desses homens respaldarem o monarca e, principalmente, de influenciarem decisivamente nos processos eleitorais, que de 1824 a 1831 assistiram, pelo contrário, a uma escalada dos políticos da oposição liberal. Por mais que uma vez presidentes tais políticos eventualmente conseguiram se eleger deputados pelas províncias que chefiaram, o alcance de sua autoridade não ia muito além em termos eleitorais, a julgar pelos casos de São Paulo e Minas Gerais.

As sucessivas trocas de presidente, quase sempre interpretadas pela historiografia como um indicativo das incompatibilidades entre os escolhidos pelo governo e os setores provinciais, também carecem de análise mais acurada. Junto aos fatos já mencionados não se deve descartar que tais homens pudessem agir conforme suas próprias convicções, tomar decisões de acordo com as circunstâncias e até mesmo se aproximar de grupos provinciais, relativizando assim sua suposta condição de “delegado” do Executivo. Esse tipo de conduta parece ter pesado, por exemplo, na remoção de José Manuel de Almeida da presidência de Minas, no ano de 1830.²⁶⁸ A análise também deve ser cautelosa para o período regencial, quando foram experimentados mandatos mais longos e compatíveis com os interesses provinciais. Manoel Inácio de Melo e Sousa e Rafael Tobias de Aguiar, por exemplo, eram apoiadores das Regências Trina e Permanente, mas ambos se tornaram presidentes justamente porque eram homens da província e não políticos de projeção dentro do território da Corte.

²⁶⁷ Na ocasião, tanto Antonio Limpo de Abreu (presidente) como Bernardo Pereira de Vasconcelos e Manuel Inácio de Melo e Sousa, respectivamente os conselheiros mais votados, estavam a caminho do Rio de Janeiro para ocuparem seus assentos na Câmara dos Deputados, cf. Ofício de 30/03/1834 publicado pelo *Astro de Minas*, nº 1001, 17/04/1834.

²⁶⁸ *O Universal*, nº 574, 23/03/1831.

As linhas acima ajudam a desnudar pormenores do funcionamento dos executivos provinciais, expondo consequências que não constituíram mero capricho da lei, mas um novo arranjo institucional que desencadeou alternativas de lidar com o poder. Esse grau de imponderabilidade em torno da presidência das províncias fez com que Nicolau Vergueiro e Antonio Pinto Chichorro da Gama, quando ministros do Império, respectivamente em 1833 e 1834, refutassem esse aspecto da lei de 20 de outubro de 1823:

“(…) Estabeleceu também a citada Lei que fosse vice-presidente o conselheiro mais votado. Esta disposição implica dois graves inconvenientes: o primeiro é fazer recair e muitas vezes a administração da Província em pessoa menos idônea; pois a sabedoria para bem aconselhar nem sempre será unida à energia para obrar; o segundo é chamar à Administração pessoa que talvez não goze de toda a confiança do Governo; condição esta tão essencial, e necessária, que a mesma Lei fez os próprios Presidentes discricionariamente amovíveis. É pois manifesto que a substituição do Presidente não se deve abandonar a uma tal eventualidade; mas competir ao Governo, embora em casos urgentes, e imprevistos, e quando ele não tenha ainda providenciado, se siga provisoriamente a regra estabelecida na Lei, ou a Vice-Presidência se transfira para o Conselheiro da Província mais votado, na hipótese da abolição dos Conselhos Presidenciais”.²⁶⁹

(…) Em igual oposição [aos princípios do Direito Administrativo] apresenta a parte da referida Lei, que faz recair a vice-presidência no Conselheiro mais votado. Incumbida a vigilância do Governo Central a boa administração, e segurança do império; e depositado, por este motivo, em suas mãos o poder de nomear, e *demitir ad nutum* os Presidentes, a ele deve sem dúvida pertencer também a nomeação, e remoção daqueles, que nos seus impedimentos, ou no caso de vacância, fazem suas vezes²⁷⁰.

Vindas de homens que àquela altura falavam de dentro do Executivo e acompanhavam a reforma constitucional no Parlamento, tais queixas eram mais do que compreensíveis. Em tese um político que fizesse oposição ao poder central poderia controlar a administração da província quando da ausência do presidente, desestabilizando a relação entre o Executivo e as províncias, que teoricamente tinha na presidência seu laço mais forte. Se por um lado é difícil precisar o que isso significou no expediente dos executivos de Minas e São Paulo – as fontes consultadas não nos permitiram distinguir claramente, por exemplo, a conduta de cada presidente perante os conselheiros, nem constatar se os vice-presidentes estabeleceram uma relação de outra ordem com os mesmos –, por outro fica claro que as engrenagens dos governos provinciais durante o Primeiro

²⁶⁹ Relatório apresentado à Câmara dos Senhores Deputados pelo Ministro do Império Nicolau Pereira de Campos Vergueiro na Sessão de 1833. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1833, p.02-03.

²⁷⁰ Relatório apresentado à Câmara dos Senhores Deputados pelo Ministro do Império Antônio Pinto Chichorro da Gama na Sessão de 1834, *op. cit.*, p.06-08.

Reinado e início da Regência é mais complexa do que parece, estando longe de se resumir a um território seguro do Executivo nas províncias.

Pesquisas específicas seriam necessárias para compor um quadro mais amplo, mas há sinais que em outras localidades do Império os “delegados” do imperador dividiram a presidência da província com membros escolhidos pelo eleitorado. Na Bahia, por exemplo, a atuação do vice-presidente João Gonçalves Cezimbra em meio à repercussão do episódio da “noite das garrafadas” causou sérias convulsões em Salvador que quase culminaram na deportação de dezenas de portugueses daquela província.²⁷¹ Quer nos parecer, ainda, que a falta de estudos sobre o funcionamento da política provincial acabou desembocando, mesmo que involuntariamente, numa superestimação daquele elemento mais conhecido da esfera provincial, qual seja, o presidente da província. A ideia, muito difundida pela historiografia tradicional, de um Primeiro Reinado “centralizador” e governado a mãos de ferro por d. Pedro e seus ministros, ajudou a enrijecer ainda mais a figura do presidente de província.

É certo que o Conselho da Presidência, independentemente de quem esteve a sua frente, serviu mais como um contrapeso ao poder do chefe do executivo provincial do que como um órgão exclusivamente subordinado às iniciativas presidenciais.²⁷² Tal característica ganhou maior destaque após a instalação, no final de 1828, dos Conselhos Gerais, órgãos que deslocaram para si não apenas algumas das atribuições do Conselho da Presidência, mas a própria discussão mais ampla em torno da criação de uma estrutura efetiva de representação política dotada de poder legislativo nas províncias.

O alcance do poder dos Conselhos da Presidência tornar-se-ia, inclusive, tema constante entre os contemporâneos. Em 1827, num artigo explicitamente contrário à amplitude de poderes que haviam sido conferidos aos Conselhos pela lei de 20 de outubro de 1823, o redator d’o *Farol Paulistano* comparou-os às extintas Juntas de Governo, bem como aos “governos policéfalos” tratados por Jeremy Bentham em seus *Traité de Legislation Civile escrita Penale*, que em uma de suas passagens esgrimia a inconveniência da divisão excessiva do poder:

Nesta lei [de 20 de outubro de 1823] procurou-se obviar à mor parte nos inconvenientes que se tinham experimentado nos Governos de muitos, mas como estava ainda muito fresco o horror que tinham os povos aos antigos Governos d’ um só, talvez a

²⁷¹ SILVA, Daniel Antônio. Na trilha das “garrafadas”: a abdicação de d. Pedro I e a afirmação da identidade nacional brasileira na Bahia. *Anál. Social* [online]. 2012, n.203, p.268-297. Sobre o executivo baiano, ver ainda CASTRO, Renato Berbert de. *Os vice-presidentes da província da Bahia*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978; WILDBERGER, Arnold. *Os presidentes da Província da Bahia: Efetivos e Interinos, 1824-1889*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949.

²⁷² Quando conselheiro, Bernardo Vasconcelos requereu a apresentação de todas as despesas feitas pelo presidente da província por meio da secretaria e Junta da Fazenda, numa clara tentativa de policiar a ação do chefe do executivo provincial, cf. ACP-MG, sessão de 27/01/1829, p.25.

política mandava que a nova forma de Governos não fosse muito aproximada a essa que se tinha em horror, e eis porque subsistirão parte dos vícios inerentes à forma dos que então se aboliam. Criou-se, é verdade, um Presidente, o qual com exceção de alguns casos, maneja ele só as rédeas do Governo. Há todavia esses casos, que vem enumerados no art. 24 da citada lei, para cuja decisão é necessária a cooperação do Conselho, o qual em todas essas matérias tem voto deliberativo, como se declara no art. 22 da mesma lei. Ora, se matérias que só podem ser discutidas em Conselho à pluralidade de votos, são as mais importantes: e se nelas é que se verifica o inconveniente da responsabilidade, segue-se que a dita lei pouco ou nada ocorreu aos vícios dos Governos, que aboliu.²⁷³

Para o redator d'*o Farol*, o poder de deliberar constituía o problema central do Conselho da Presidência. Este, pelo fato de ter a competência de decidir sobre as matérias “mais importantes”, e de ser composto por vários membros, fazia da “pluralidade de votos” sua essência política, o que caracterizava, segundo o autor, um governo politicamente pulverizado e sem responsáveis efetivos pelos atos do executivo provincial, tal como havia ocorrido na época das Juntas de Governo. Prosseguindo na argumentação, o redator ressaltava que o Conselho da Presidência poderia provocar um “estado no estado” que, de posse de altos poderes, se voltaria contra a opinião pública.

Por dentro dessa aparente retórica em torno da possibilidade de os Conselhos se tornarem órgãos contrários à causa pública subsistia, na realidade, uma preocupação de fundo. O redator d'*o Farol* temia que os governos provinciais, ao mesmo tempo centralizados nos Conselhos e diluídos entre seus conselheiros, ficassem à mercê dos interesses locais, colocando em risco a relação com o poder central. Afinal, dizia o redator, “se o Conselho d’Estado não tem voto deliberativo em caso algum, a mesma razão há para os Conselhos de Governo, quando são consultados pelo Presidente, que em cada província é como o Representante ou Delegado do Imperante”.²⁷⁴

Tal preocupação não consistia voz isolada, e o fato é que certa desconfiança pairou sobre os Conselhos da Presidência enquanto estes funcionaram. Num discurso proferido para a Câmara dos Deputados em 1833, no calor dos debates em torno da reforma constitucional, o então ministro do Império Nicolau Vergueiro porfiou a pertinência desses órgãos que, segundo ele, deveriam ter sido abolidos após a instauração dos Conselhos Gerais, posto que a lei de 20 de outubro de 1823 havia sido criada para suprir, apenas em caráter provisório, a ausência de uma estrutura político-administrativa provincial.²⁷⁵ O sucessor de Vergueiro na pasta do Império, Antônio Pinto Chichorro da Gama, também questionou os Conselhos da Presidência e descreveu-os como opostos aos “princípios de Direito Administrativo”. Em sua opinião, a discrepância numérica entre presidente e conselho poderia resultar em dois quadros críticos: de um lado o presidente, “mediocrementemente versado na arte de dirigir os homens”, teria como “anular esta vantagem” e governar o Executivo a

²⁷³ *O Farol Paulistano*, nº 14, 09/05/1827.

²⁷⁴ *Ibidem*.

²⁷⁵ *Relatório apresentado à Câmara dos Senhores Deputados pelo Ministro do Império Nicolau Pereira de Campos Vergueiro na Sessão de 1833, op. cit*, p.02-03.

seu gosto; de outro um presidente menos hábil poderia tornar-se refém político de um conselho que lhe fazia oposição.²⁷⁶ No Pará, por exemplo, houve embates entre o presidente daquela província e o Conselho, que se recusou a obedecer-lhe e a dar posse ao Comandante de Armas de São Luis.²⁷⁷ Reticências à parte, a lei de 20 de outubro de 1823 tornou-se o principal instrumento legal referente aos governos provinciais até pelo menos dezembro de 1828, quando os primeiros Conselhos Gerais de província foram instalados. Ainda que a Carta de 1824 já os previsse²⁷⁸, a implementação dos Conselhos Gerais não se deu prontamente, sobretudo por causa da demora no estabelecimento de um regimento específico para eles, aprovado pela Assembleia Geral apenas em agosto de 1828.²⁷⁹

2.1. O Conselho da Presidência em São Paulo e Minas Gerais, 1824-1834

A implementação dos Conselhos da Presidência, realizada depois da nomeação dos presidentes de província pelo imperador, já conforme a Carta de 1824, deu-se de acordo com a situação política de cada localidade. Em 20 de outubro de 1824, um ano depois da promulgação da lei que dava forma provisória aos governos provinciais, foi instaurado o Conselho da Presidência da província de São Paulo.²⁸⁰ Os conselheiros haviam sido escolhidos meses antes, juntamente com os deputados, após a tomada de posse do primeiro presidente daquela província, Lucas Antonio Monteiro de Barros, em 1º de abril de 1824.²⁸¹ Em Minas Gerais, a instauração do Conselho da Presidência ocorreu um pouco mais tarde, em junho de 1825²⁸², sob a presidência de José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, no cargo desde fevereiro de 1824.²⁸³

²⁷⁶ *Relatório apresentado à Câmara dos Senhores Deputados pelo Ministro do Império Antônio Pinto Chichorro da Gama na Sessão de 1834*, op. cit., p.06-08.

²⁷⁷ RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos (ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, 1º v., p.104-106.

²⁷⁸ Cf. Capítulo 5º do Título 4º (“Dos Conselhos Gerais de Província e suas Atribuições”) da Carta de 1824.

²⁷⁹ Lei de 27 de Agosto de 1828 que dá regimento para os Conselhos Gerais de Província. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1828*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, p.10-24.

²⁸⁰ *Atas do Conselho da Presidência da Província de São Paulo (anos de 1824-1829)* (ACP-SP). In: *Documentos Interessantes*. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado, 1961, v.86, 1ª Sessão preparatória do Conselho da Presidência de 20 de outubro de 1824, p.10.

²⁸¹ Figura assídua no Conselho, Monteiro de Barros foi responsável pela instalação do Seminário da Glória – destinado à instrução de meninas órfãs –, fundação de uma biblioteca pública para a cidade de São Paulo, e restauração do Jardim Público da cidade (chamado até então de Jardim Botânico, e que havia sido fundado em 1799 pelo capitão-general Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça), cf. ACP-SP, ver, respectivamente, sessões de 24/11/1825, 09/12/1825, 27/10/1825. Monteiro de Barros teve participação importante na abertura, em 1827, da estrada que ligava Santos a Cubatão, caminho que até então era feito por água. Em 1827, durante seu governo, finalizou-se em definitivo a estrada por terra que ligava Santos à Cubatão e que havia sido iniciada pelo antigo governador da Capitania de São Paulo Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, no final do século XVIII. Com cerca de 13 km de extensão, o caminho exigiu a implementação de quatro pontes, que se situavam em determinados locais onde o “entulhamento” não foi possível. Após a conclusão da obra, tornou-se possível a construção de ranchos e pousos ao longo do caminho entre Cubatão e Santos, iniciativa que se conjugava em grande medida com os interesses dos setores articulados com a produção e comercialização do açúcar do planalto. Cf. PERALTA, op. cit.

²⁸² *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: 1899, v.1, p.09; APM, PP3/3, cx.01, doc.02, ofício de 06/07/1825. O atraso na convocação do conselho mineiro ocorreu, ao que parece, em virtude de atrasos na reunião de alguns

Lista dos membros	Conselho da Presidência de São Paulo – 1ª Reunião (1824-1829)
	Período de participação/ Observações
CONSELHEIROS	
Luiz Antonio Neves de Carvalho	Também eleito vice-presidente, por ter sido o conselheiro mais votado. Ocupou assiduamente o cargo de conselheiro entre sua implementação, em 20/10/1824, e 1827.
Candido Xavier de Almeida e Souza	Sua participação foi breve, ocupando o cargo de conselheiro entre sua implementação até 02/12/1824, na 7ª Reunião. Foi substituído pelo Suplente Francisco Inácio de Sousa Queiroz em 07/02/1825, na 11ª Reunião.
Manoel Joaquim de Ornelas	Compôs assiduamente o conselho desde sua implementação até e 1827. A partir de 1828, ausentou-se por alguns períodos, principalmente durante as sessões extraordinárias, mas ainda assim sua participação no conselho foi constante até o término da 1ª Reunião.
Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade	Sua frequência foi assídua, contando apenas com um período de ausência entre outubro de 1829 e fevereiro de 1830. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade ocupou a vice-presidência da Província em três ocasiões: entre 18 de abril de 1828 e outubro do mesmo ano; entre 10 de março e 9 de outubro de 1829; e entre 15 de abril de 1830 até 4 de janeiro de 1831.
Manoel Rodrigues Jordão	Compôs assiduamente o Conselho desde sua implementação até 1827.
Rafael Tobias de Aguiar	Compôs assiduamente o Conselho desde sua implementação até dezembro de 1829. Suas ausências foram poucas, de modo que as mais significativas se deram entre julho e outubro de 1829, e entre fevereiro e junho de 1830. Em ambos os períodos ocorreram sessões extraordinárias do Conselho.
SUPLENTE	
Francisco Inácio de Souza Queiroz. Conselheiro Suplente	Passou a compor o Conselho a partir de 13/10/1825, na 19ª Reunião ordinária, embora já houvesse sido convocado como suplente em sessões extraordinárias desde 07/02/1825, na 11ª Reunião extraordinária. Deixa de compô-lo, provavelmente, entre 1827 e 1828.
Antônio José Vaz	Provavelmente passou a compor o Conselho em 1827 ou 1828. Sua última aparição no órgão deu-se em 16/10/1828, na 83ª Reunião ordinária. Faleceu no mesmo mês, sendo substituído por Antonio Bernardo Bueno da Veiga.
Antonio Bernardo Bueno da Veiga	A partir de 1828, passou a fazer parte do Conselho esporadicamente, nas sessões extraordinárias. Passou a compor o Conselho regularmente a partir de 29/10/1828 (87ª Reunião),

colégios eleitorais, cf. ofício da presidência da província de 05/03/1825, publicado pela *Abelha do Itacolomy*, nº 30, 11/03/1825.

²⁸³Enquanto dirigiu o Conselho, o futuro visconde de Caeté fomentou a discussão sobre o estabelecimento de uma companhia de extração de diamantes com capital inglês, mandou executar a criação de barracas para abrigarem os enfermos que iam se banhar nas águas de Caldas da Campanha da Princesa (hoje Poços de Caldas), levou ao conhecimento do imperador abusos na administração das finanças públicas, bem como pôs em debate temas como a navegação no Rio Doce, a expansão da cultura do chá e a civilização dos índios, cf. Ofícios diversos para a Secretaria de Estado dos Negócios de 1825 e 1826, publicados em *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: 1904, v.09, p.660-677.

	após a morte de Antonio José Vaz. Sua frequência ao Conselho foi assídua até o encerramento da 1ª Reunião.
Nicolau Pereira de Campos Vergueiro	Provavelmente passou a compor o Conselho em 1827 ou 1828. Sua última aparição no Conselho deu-se em 22/10/1828, na 85ª Reunião ordinária. Sua saída foi decorrente, certamente, da nomeação que recebeu para senador, em 1828.
Bernardo José Pinto Gavião Peixoto	Provavelmente passou a compor o Conselho em 1827 ou 1828. A partir de 1828, sua frequência ao Conselho foi assídua até o encerramento da 1ª Reunião.
José Arouche de Toledo Rendon	Provavelmente passou a compor o Conselho em 1827 ou 1828. A partir de 1828, sua frequência ao Conselho foi assídua até o encerramento da 1ª Reunião.
Lourenço Pinto de Sá Ribas	Passou a compor o Conselho a partir de 22/08/1828, na 85ª Reunião ordinária. Com frequência assídua, sua última aparição no Conselho se deu em 24/01/1828, na 97ª Reunião ordinária.
Diogo Antônio Feijó	Passou a compor o Conselho em 24/01/1829, na 97ª Reunião extraordinária. Participou pouco das sessões extraordinárias, tornando-se mais efetivo nas ordinárias, a partir de outubro. Sua ausência nas sessões extraordinárias deu-se, provavelmente, por conta dos trabalhos no Parlamento, no qual era deputado por São Paulo.
Manoel da Cunha de Azevedo C. S. Chicorro	Compôs o Conselho apenas em 09/03/1829, na 101ª Reunião extraordinária.
Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda	Passou a compor o Conselho em 17/06/1829, na 102ª Reunião extraordinária. Sua frequência ao Conselho foi assídua até o encerramento da 1ª Reunião.
José Joaquim Cesar de Serqueira Leme	Passou a compor o Conselho em 17/06/1829, na 102ª Reunião extraordinária. Sua frequência ao Conselho foi assídua até o encerramento da 1ª Reunião.
José Pedro Galvão de Moura e Lacerda	Passou a compor o Conselho em 17/08/1829, na 106ª Reunião extraordinária. Sua frequência ao Conselho foi assídua até o retorno de Diogo Feijó, em 21/10/1829, na 114ª Reunião ordinária.

Lista dos membros	Conselho da Presidência de Minas Gerais – 1ª Reunião (1825-1829)
	Período de participação/ Observações
CONSELHEIROS	
Francisco Pereira Santa Apolônia	Eleito vice-presidente por ter sido o conselheiro mais votado. Compôs assiduamente o Conselho desde seu início.
Teotônio Álvares de Oliveira Maciel	Compôs assiduamente o Conselho desde seu início.
Romualdo José Monteiro de Barros	Não compareceu às sessões de 1827 e 1828.
Manuel Inácio de Melo e Souza	Não compareceu à Reunião de 1828.
João Batista Ferreira de Sousa Coutinho	Não compareceu às sessões de 1827 e 1828.
Custódio José Dias	Pouco compareceu às sessões de 1827 e 1828.
SUPLENTE	
Bernardo Pereira de Vasconcelos	Compôs assiduamente o Conselho desde seu início.
José Bento Soares	

Joaquim José Lopes Mendes Ribeiro	
João Joaquim da Silva Guimarães	Convocado em 1826.
Joaquim José da Silva Brandão	Convocado em 1826.
Manoel José Pires da Silva Pontes	Convocado em 1829.
Fernando Luis Machado de Magalhães	Convocado em 1829.
Manoel José Monteiro de Barros	Convocado em 1829.
Antônio Caetano Pinto Coelho da Cunha	Convocado em 1829.
Antonio José Ferreira Bretas	Convocado em 1829.

Dos seis conselheiros eleitos para a província de São Paulo, um deles – Manoel Joaquim de Ornelas – também havia sido escolhido deputado pela mesma localidade, ao passo que dentre os doze suplentes convocados, três deles – José Arouche de Toledo Rendon, Diogo Antonio Feijó e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro – também passariam a ocupar cadeiras pela mesma província na Câmara a partir de 1826, de modo que durante a 1ª legislatura quatro dos nove deputados paulistas participaram do Conselho da Presidência. Eleitos conselheiros por Minas Gerais, Manuel Inácio de Melo e Souza e Custódio José Dias viriam a ocupar assento na bancada mineira de deputados na 1ª legislatura do Império, assim como os suplentes Bernardo Pereira de Vasconcelos, Joaquim José Lopes Mendes Ribeiro e João Joaquim da Silva Guimarães. Mesmo que a lei de 20 de outubro de 1823 não indicasse, à exceção do artigo 24,²⁸⁴ as relações entre o Conselho e a Câmara dos Deputados, a existência de membros comuns às duas instâncias de poder proporcionou aos políticos paulistas e mineiros uma maior amplitude de atuação na direção de caucionar os interesses, ainda que heterogêneos, de determinados grupos de ambas as províncias, como veremos adiante.

Digno de nota é o fato de que, ao tomarem posse em 1824-25, esses conselheiros permaneceram atuantes até 1829, para o caso de Minas Gerais, e 1830, para o de São Paulo, quando os novos membros saídos das eleições de 1829 apresentaram seus diplomas.²⁸⁵ Por conta do atraso na convocação da Assembleia Geral, e da dependência legal que as eleições para conselheiros da presidência tinham com aquelas para deputados e senadores, ocorreu um descompasso na 1ª legislatura entre o Parlamento e os Conselhos, que funcionaram dois anos a mais que a Câmara dos Deputados. Não obstante a presença dos suplentes ter sido ininterrupta, conselheiros como Rafael

²⁸⁴ Art. 24, objeto 8º. “Dar parte à Assembleia das infrações das Leis, e sucessos extraordinários, que tiverem lugar nas Províncias”.

²⁸⁵ Eleitos à semelhança dos deputados e senadores – conforme art. 10 da lei de 20 de outubro de 1823 –, os conselheiros e suplentes assistiram ao término da 1ª Sessão do Conselho da Presidência em 28/11/1829, embora as sessões extraordinárias tenham ocorrido até 01/05/1830, no caso de São Paulo. Em Minas Gerais, a encerramento deu-se em 08/04/1829, mas as sessões extraordinárias foram convocadas até julho de 1829.

Tobias de Aguiar, por São Paulo, e Teotônio Álvares de Oliveira Maciel, por Minas Gerais, compareceram assiduamente às sessões do Conselho até o término da 1ª legislatura.

Outro aspecto contido nos quadros acima merece ressalva, que é o da participação efetiva dos suplentes, chamados já no início do funcionamento dos conselhos.²⁸⁶ Na Câmara dos Deputados a convocação de suplentes ocorria, majoritariamente, quando um candidato eleito por mais de uma província deixava vago o assento preterido, ou em casos de impossibilidade por motivos de doença ou falecimento. Já nos Conselhos da Presidência a chamada de suplentes ocorreu cotidianamente, sobretudo nas sessões extraordinárias, período em que os conselheiros poderiam estar exercendo atividades em outras localidades fora da capital da província, mas também nas ordinárias. Bernardo Pereira de Vasconcelos, por exemplo, ocupou assento como suplente durante quase toda a 1ª Reunião do Conselho mineiro.²⁸⁷ O resultado desse fenômeno não deve ser desprezado, mormente porque ele proporcionou uma ampliação na participação dos grupos locais no executivo das províncias.

Iniciados seus trabalhos, os Conselhos da Presidência foram aos poucos definindo sua estratégia de funcionamento. Em São Paulo, convencionou-se que o período para ocorrerem as sessões ordinárias recaísse sobre os meses de outubro e novembro – e dezembro, no caso de prorrogação ou atraso na convocação do Conselho –, provavelmente por se tratar de uma época do ano em que a Assembleia Geral, quando aberta, já tivesse encerrado seus trabalhos, medida que não acarretaria a ausência de alguns conselheiros que também eram parlamentares. Anos mais tarde, em meio à regulamentação dos Conselhos Gerais, a questão do período de funcionamento do Conselho da Presidência emergiu outra vez. Tendo em vista que os Conselhos Gerais tinham por obrigação legal funcionar a partir do início de dezembro, e que era considerável a possibilidade de um representante ser membro de ambos os Conselhos, novamente optou-se pela convocação ordinária do Conselho da Presidência nos três últimos meses do ano, a fim de facilitar o expediente daqueles que ocupavam cadeiras nos dois órgãos. No princípio o órgão funcionava uma vez por semana, ao passo que a partir da 39ª. sessão o número de reuniões foi dobrado e seus dias estipulados para as segundas e quintas-feiras. Os sábados seriam utilizados apenas se a afluência dos negócios aumentasse consideravelmente.²⁸⁸ Em outubro de 1827, o Conselho deliberou que suas atas fossem impressas pela Tipografia do Farol Paulistano²⁸⁹, decisão que foi saudada por um dos leitores da

²⁸⁶ Cf. *Abelha do Itacolomy*, nº 69, 10/06/1825.

²⁸⁷ No ano de 1830, já iniciada a 2ª Reunião do Conselho da Presidência de São Paulo, os suplentes ocuparam as cadeiras dos conselheiros por quase o ano todo, até mesmo nas sessões ordinárias, ao passo que membros efetivos como Costa Carvalho, Vergueiro e Ornelas pouco figuraram nesse período.

²⁸⁸ ACP-SP, v. 86, Sessão de 23/10/1826, p.140.

²⁸⁹ Ofício da Secretaria do Governo da Presidência de 23 de outubro de 1827, publicado por *O Farol Paulistano*, nº 58, 27/10/1827.

folha de Costa Carvalho como uma “prova nada equívoca” da marcha do “Sistema Constitucional”, já que seus atos ganhariam publicidade.²⁹⁰

A publicação de documentos oficiais pelos periódicos era algo de praxe no Primeiro Reinado e início da Regência, mas nem sempre acolhida de bom grado por periodistas e tipógrafos, sobretudo por aqueles de tendência moderada ou exaltada, por vezes obrigados a emprestarem suas páginas para tal fim. Por ser exclusiva na cidade de São Paulo até 1831, a tipografia de Costa Carvalho teve que publicar, por exemplo, atos emitidos pela Secretaria do Governo. Em Minas Gerais o mesmo ocorria com as diversas tipografias espalhadas na província.²⁹¹ Tais documentos eram na maior parte das vezes publicados sem qualquer glosa dos redatores, o que demonstra certa reticência dos mesmos no que se refere à obrigatoriedade do serviço prestado, mais precisamente em relação aos atos do executivo do governo provincial.²⁹²

Nas Minas Gerais acordou-se que as sessões ocorreriam no início de cada ano, em janeiro, às segundas, terças, quintas e sextas, período que também não coincidiria com o do funcionamento da Assembleia Geral.²⁹³ Ao final da 1ª Reunião, entretanto, decidiu-se que a seguinte ocorreria no primeiro dia útil após o término dos trabalhos do Conselho Geral mineiro, provavelmente em fevereiro ou março.²⁹⁴ Diferentemente de São Paulo, que teve as atas do Conselho impressas apenas em periódicos, em Minas Gerais foi criada uma publicação, o *Diário do Conselho do Governo da província de Minas Gerais*, editado em Ouro Preto. Os jornais *Abelha do Itacolomy*, *O Universal*, *Astro de Minas*, *Pregoeiro Constitucional*, *Estrela Marianense* e *Novo Argos* também publicavam, esporadicamente, os trabalhos do Conselho. Havia ainda o jornal *O Amigo do Conselho* (1825), publicação direcionada para dar publicidade às atividades do órgão.

²⁹⁰ *Ibid.*, nº 58, 27/10/1827.

²⁹¹ Ver, por exemplo, *O Amigo da Verdade*, nº 36, 08/09/1829. Nesta edição o redator incluiu, após pedido do vice-presidente da província, um ofício do governo mineiro.

²⁹² Em mais de uma ocasião o *Farol* expôs seu “incômodo” na publicação desse tipo de documentação, chegando a sugerir, “ousadamente”, que se instalasse uma tipografia do governo direcionada para esse tipo de tarefa, cf. *O Farol Paulistano*, nºs 250, 26/09/1829, e 227, 08/07/1829. Segundo nota publicada em julho de 1830, além de tomar o espaço do jornal, parte desses documentos tinha pouco proveito, haja vista os recorrentes atrasos no envio dos mesmos à Tipografia do Farol Paulistano, delonga essa que, no caso de editais, acabava por torná-los inúteis à causa pública, cf. *Ibid.*, nº 366, 20/07/1830. Críticas semelhantes foram feitas pelo *O Observador Constitucional*, que assinalou a “antiquíssima data” dos documentos enviados pelo governo da província para a publicação, cf. *O Observador Constitucional*, nº 68, 16/07/1830. Nem todos os documentos publicados pelos periódicos eram lamentados pelos redatores, o que demonstra o interesse das folhas em outro tipo de documentação oficial que não aquela veiculada pelo Governo da província. No caso de *O Farol*, privilegiava-se, na esfera central, os trabalhos da Câmara dos Deputados – projetos de lei, discursos proferidos durante as sessões, pareceres emitidos pelas comissões especiais –, ao passo que na esfera local eram publicadas atas das sessões das Câmaras Municipais de São Paulo e Itu, localidade onde Costa Carvalho e seus correligionários possuíam fazendas de cana-de-açúcar e relações pessoais privilegiadas. Além disso, nem toda a documentação oficial publicada nos periódicos era de caráter obrigatório. Em fevereiro de 1830, o *Observador Constitucional* passou a publicar as atas da Câmara Municipal de Parnaíba após essa fazer uma solicitação à folha de Líbero Badaró para incluir seus trabalhos, cf. *O Observador Constitucional*, nº 31, 12/02/1830.

²⁹³ *O Universal*, nº 238, 21/07/1827.

²⁹⁴ APM, ACP-MG, 1829, Sessão de 18/03/1829, p.108

A partir de 1826, tanto em Minas Gerais como em São Paulo, o Conselho da Presidência teve sessões adiadas em decorrência da falta de *quorum*. Em São Paulo, a primeira Reunião ordinária desse ano só foi ocorrer no final do mês de outubro, à revelia do que havia sido decidido ao término dos trabalhos de 1825.²⁹⁵ Em Minas Gerais, as sessões de 1827, marcadas para 8 de janeiro, só foram iniciadas no dia 22 do mesmo mês por conta do não comparecimento dos conselheiros.²⁹⁶ As ausências, justificadas ou não, permearam os Conselhos da Presidência enquanto estes atuaram, mesmo após a Abdicação. As sessões extraordinárias, as quais não eram remuneradas e tinham que contar com a disponibilidade imediata dos membros, sofriam ainda mais com as faltas.²⁹⁷ Tais atrasos foram acompanhados por uma diminuição no envio de solicitações ao órgão, quadro que se estendeu até o final de 1828, quando da implementação definitiva do Conselho Geral. É provável que esse problema estivesse atrelado à abertura da Assembleia Geral, ocorrida em maio de 1826, que passou a canalizar parte das demandas anteriormente remetidas ao governo provincial.²⁹⁸ Mas a diminuição no envio das representações não deve ser vista como um processo de esvaziamento político, mesmo que após a abertura da Assembleia Geral a temática dos Conselhos Gerais de província tenha logo vindo à tona, tornando incerto o futuro dos Conselhos da Presidência em todo o Império.²⁹⁹ Ao fim e ao cabo, os Conselhos da Presidência continuaram atuantes na política provincial, como é possível depreender dos seus trabalhos, ao menos nos casos de São Paulo e Minas Gerais.

Com o andamento das sessões, os Conselhos paulista e mineiro adquiriram uma sistemática no encaminhamento de suas tarefas que, de maneira geral, se dividiam em dois grupos. O primeiro deles se referia à discussão e votação das propostas e projetos apresentados pelo presidente (ou pelo vice, no caso da ausência do primeiro) e pelos conselheiros. De acordo com o nível de complexidade da matéria apresentada, poderia haver a solicitação de um aprofundamento ou reformulação do projeto, o que acarretaria no adiamento de sua deliberação. Caso contrário, o Conselho decidia prontamente sobre a questão posta em votação. O segundo grupo se relacionava ao exame das indicações, representações, requerimentos e outros documentos encaminhados ao Conselho por toda sorte de setores do poder público e da sociedade, tais como representantes das Câmaras Municipais, ouvidores, juízes de paz, juízes de fora, juízes ordinários, clérigos, militares, tropeiros, comerciantes, agricultores, grupos de moradores e até mesmo escravos. Como a demanda desses documentos era grande e a especificidade das matérias apresentadas não permitia que o Conselho decidisse sumariamente sobre elas, tornou-se prática comum dividi-las entre os

²⁹⁵ Em dezembro de 1825, o Conselho da Presidência de São Paulo decidiu que as sessões ordinárias do ano seguinte começariam do dia 1º de outubro, o que não se confirmou. Cf. ACP-SP, v. 86, Sessão de 3/12/1825, p.130.

²⁹⁶ *O Universal*, nº 238, 22/02/1827.

²⁹⁷ *O Universal*, nº 678, 28/11/1831.

²⁹⁸ LEME, *op. cit.*, p. 59-80.

²⁹⁹ SLEMIAN, *op. cit.*, 2006, p.205-206.

conselheiros, que por sua vez ficavam encarregados de analisar e emitir um parecer sobre um número determinado de representações externas. Tais pareceres, que se propunham a tecer um arrazoado sobre a plausibilidade ou não dos objetos contidos nas representações, serviam como documento-base pelo qual o Conselho discutiria e, posteriormente, deliberaria sobre as matérias representadas.

Quanto aos projetos sugeridos durante as sessões, uma gama variada de matérias foi aventada pelos conselheiros de São Paulo e Minas. Eram elas, majoritariamente, relativas à infraestrutura de transportes e comunicação (propostas para abertura ou conserto de estradas, feitura de pontes e estabelecimento de correios públicos), à educação (criação de cadeiras de gramática latina, geometria, filosofia, dentre outras), ao fomento da agricultura e mineração (desenvolvimentos de culturas agrícolas; regulamentação de companhias e sociedades mineradoras), e à organização política e financeira da província (criação de novas vilas; prevenção contra abusos e extravios nas contas públicas).³⁰⁰

Para o caso paulista há indícios de que havia uma tendência, que não chegava a constituir regra geral, em encaminhar certas pautas para aqueles conselheiros ou suplentes que tinham alguma relação com a localidade ou região com a qual se relacionava a matéria em discussão. Caso significativo ocorreu nesse sentido com o curitibano Lourenço Pinto de Sá Ribas, empossado como suplente em agosto de 1828, e que na época trabalhava para Antonio da Silva Prado, futuro Barão de Iguape, na coleta dos dízimos, do imposto do Cubatão de Paranaguá e na arrecadação da vila do Príncipe, próxima à Curitiba.³⁰¹ Desde seu ingresso no Conselho, Sá Ribas emitiu uma série de indicações e pareceres sobre os melhoramentos a serem feitos nos caminhos da Comarca de

³⁰⁰ Para São Paulo foram aventadas propostas no seguinte sentido: infraestrutura de transportes e comunicação (proposta para abertura de estrada entre Sorocaba e o Rio Juquiá; para o conserto da estrada da Mata, que ligava São Paulo a São Pedro do Rio Grande do Sul; para a feitura de ponte sobre o rio Paraibuna; para o estabelecimento de correio público entre Itu, Sorocaba, Jundiá e São Paulo); educação (proposta para a difusão do método Lancaster entre as escolas de primeiras letras; para a criação de cadeiras de gramática latina em toda a província); fomento da agricultura e à mineração (proposta para o desenvolvimento da cultura das vinhas do Distrito de Curitiba; para que se fizesse observância da lei que assegurava aos administradores e feitores das fábricas de açúcar a isenção no recrutamento militar; para que se explorasse as minas de diamante do distrito de Curitiba; para que se explorasse o ouro descoberto em Sorocaba); e organização política e financeira da Província (proposta para a criação de novas vilas; proposta para prevenção de abusos e extravios nas contas públicas). Cf. ACP-SP, v.86, sessões de 27/10/1824, p. 13-15; 03/10/1824, p. 15-18; 17/11/1824, p.21-23; 24/11/1824, p.23-25; 09/12/1824, p.28-31; 31/10/1825, p.77-79. Em Minas Gerais foram sugeridas propostas para: infraestrutura de transportes e comunicação (proposta para levantar a planta da estrada que leva Ouro Preto ao Porto do Paraíba, Mar de Espanha); educação (proposta para a difusão do método Lancaster entre as escolas de primeiras letras; para a criação de cadeiras de gramática latina em toda a província); organização política e financeira da província (criação de novas vilas; para demarcação de terras; para impedir a entrada de cobre falso oriundo da província da Bahia); outras (estabelecimento de uma tipografia oficial em Ouro Preto,). Cf. sessões de 28/06/1824, publicadas pela *Abelha do Itacolomy*, 04/07/1825; Cf. ACP-MG, sessões de 26/01/1829, p. 22; 27/01/1829, p.24; 28/01/1828, p.16.

³⁰¹ PETRONE, Maria Thereza Schörer. *O Barão de Iguape*. Um empresário da época da Independência. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976, p.49.

Curitiba, sobretudo naqueles que serviam as vilas do Príncipe, Antonina, Castro e Curitiba.³⁰² Em meio a essas atividades, Sá Ribas também examinou as contas da Câmara da vila de Curitiba e propôs a criação de cadeiras de primeiras letras na freguesia de S. José dos Pinhas (Comarca de Curitiba).³⁰³

Era comum, aliás, que um membro do Conselho apresentasse projetos de melhoria de infraestrutura para sua localidade de origem e/ou de interesse econômico. Natural de Sorocaba, Rafael Tobias de Aguiar era, conforme visto no primeiro capítulo, um importante comerciante de reses e muares na região.³⁰⁴ Quando conselheiro, propôs a abertura de um correio na sua cidade natal e o estabelecimento de uma povoação na Estrada da Mata, um dos principais caminhos que ligava São Paulo às áreas sulinas criadoras de animais.³⁰⁵ O brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, por sua vez, proprietário de extensas plantações de cana-de-açúcar na região do chamado “quadrilátero do açúcar”, sugeriu no mesmo ano que fosse feita a reedificação de ranchos nas estradas que serviam Itu, São Carlos e Porto Feliz.³⁰⁶

Esses casos, se vistos em conjunto, acabam por elucidar uma questão fundamental a respeito da natureza política das províncias no Império, e que já ecoara num artigo d’o *Farol Paulistano* sobre as eleições para os futuros deputados, senadores e conselheiros de província. Conforme o artigo, os cargos de conselheiro geral e da presidência deveriam ser ocupados por “homens de saber”, ou ao menos com “bom senso”, “constitucionais”, e que preferencialmente fossem “conhecedores da Província” e interessados na sua “prosperidade”. Além do que, os Conselhos precisavam ser compostos, na ótica do redator d’o *Farol*, por representantes de diferentes regiões de São Paulo, pois só dessa forma as necessidades reais da província seriam avaliadas com conhecimento de causa, ajudando também na punição dos “abusos locais”.³⁰⁷ Ao discursar em favor de uma bancada de conselheiros que coligisse representantes de diversas regiões da província, divisando nessa pluralidade de vozes uma estratégia para viabilizar o “progresso” dos paulistas e, concomitantemente, para abrandar os abusos de poder nas pequenas esferas, o redator d’o *Farol* expôs a problemática do elemento “local” na política provincial, bem como dos conflitos entre os interesses ditos públicos com aqueles particulares.³⁰⁸

³⁰² Ver, por exemplo, ACP-SP, v.86, sessões de 25/10/1828, p.167-168; 09/10/1828, p.179-180; e 12/11/1828, p.183-184.

³⁰³ Ver, respectivamente, ACP-SP, v.86, sessões de 27/11/1828, p.208-209, e 12/11/1828, p.185.

³⁰⁴ PETRONE, *op. cit.*, 1976, p.128. Segundo a autora, e no que tange à cobrança de impostos sobre animais em Sorocaba, Tobias de Aguiar prosseguiu uma atividade que remontava a seu bisavô e, mais proximamente, ao seu pai, Antônio Francisco de Aguiar (p.144). Sobre a figura de Rafael Tobias de Aguiar, ver ALEIXO IRMÃO, José. *Rafael Tobias de Aguiar: o Homem, o Político*. Sorocaba: Fundação Ubaldino do Amaral, 1992.

³⁰⁵ Ver, respectivamente, ACP-SP, v.86, sessões de 27/10/1824, p.13, e 10/11/1824, p.19.

³⁰⁶ ACP-SP, v.86, Sessão de 15/12/1824.

³⁰⁷ *O Farol Paulistano*, nº 175, 24/12/1828.

³⁰⁸ Sobre esse aspecto, Miriam Dolhnikoff atentou para a não similaridade entre os termos “local” e “provincial”, observando o caráter mais restrito do primeiro – atrelado às ambições e disputas pessoais de pequena abrangência

É difícil mensurar, tendo-se como objeto de análise as atividades dos Conselhos da Presidência, em que medida os interesses provinciais se sobrepuseram aos locais e vice-versa.³⁰⁹ Ao que parece, houve uma intersecção entre ambas as esferas que se manifestou ora na atuação dos conselheiros ora na distribuição das atividades entre os membros do Conselho, tal como pode ter ocorrido em relação a Lourenço Pinto de Sá Ribas e Rafael Tobias Aguiar nas ocasiões mencionadas.

Em Minas Gerais, a relação entre o local de origem de um conselheiro e sua atuação não se mostrou tão clara nas fontes. Um dos motivos que pode explicar esse fenômeno está numa divisão mais explícita de atribuições entre os membros do conselho mineiro, limitando assim o campo de ação de cada um. Bernardo de Vasconcelos, por exemplo, foi escolhido como responsável pelas questões de instrução pública.³¹⁰ Ao que consta cabia a Teotônio Álvares de Oliveira Maciel cuidar da análise das contas municipais, enquanto que Santa Apolônia tratava de assuntos financeiros da província. Ainda assim, não estava excluída a possibilidade de um conselheiro apresentar projetos outros. Bernardo Vasconcelos sugeriu que se enviasse à província de Minas Gerais uma oficina tipográfica para serem impressas “ordens do governo e papéis da instrução pública”, assim como fosse instalado um Jardim de Plantas para o desenvolvimento da “agricultura e indústria” mineiras.³¹¹ É provável que tanto o mentor intelectual d’o *Universal* como aqueles que apoiavam sua folha vislumbassem no projeto da tipografia oficial certa estratégia editorial, isto é, uma forma de fixar um órgão exclusivamente voltado para a publicação de questões inerentes à esfera política oficial e, conseqüentemente, de desvincular as iniciativas tipográficas particulares dessa obrigação. É possível, ainda, que a tipografia oficial acabasse servindo de suporte para a defesa de interesses privados. As duas solicitações foram aprovadas pelo imperador, embora não haja registros que uma tipografia pública tenha sido instalada em Minas Gerais no transcorrer o Primeiro Reinado.

Havia outras maneiras, entretanto, dos conselheiros canalizarem seus interesses dentro do executivo provincial. Em 19 de dezembro de 1827, o Ministério da Fazenda fez circular um aviso entre os governos provinciais para que estes elaborassem um parecer sobre os impostos ou tributos

ocorridas nas freguesias e vilas – e o alcance mais amplo do segundo, que se reportava à inclusão da Província na composição de um Império em moldes liberais, bem como ao papel a ser por ela exercido na estrutura política imperial. Cf. DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005. Trata-se de um problema, evidentemente, de amplitude maior, que esteve presente em todo o processo de construção do Estado Nacional, como ressaltou Richard Graham em *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

³⁰⁹ Em julho de 1830, a Câmara dos Deputados recebeu uma acusação de nepotismo dentro do Conselho da Presidência do Ceará, cf. APB-CD, sessão de 15/07/1830, p.124. A questão dos interesses particulares permeava outras esferas de poder local do período, como as Câmaras Municipais. Em um parecer sobre a pertinência de efetuar ou não uma obra pretendida pelos moradores da Ponte do Rosário, o fiscal da Câmara de Ouro Preto, José Pedro de Carvalho, afirmou que era impossível discernir o que “era de interesse público ou meramente particular”. Cf. SILVA, Ana Rosa Clotet da. De Comunidade a Nação. Regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais (1821-1831). *Almanack brasiliense*. [online]. n.º 02, Nov/2005, p.54. Acesso em dezembro de 2013.

³¹⁰ ACP-MG, sessão de 07/02/1828, p.24.

³¹¹ *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, 1904, v.09, p.658.

que atrapassem o desenvolvimento da “indústria, povoação e riqueza natural” de sua respectiva província. Composto por homens ligados à produção agrícola e ao comércio, o Conselho da Presidência mineiro obrou no sentido de propor a remodelação de antigas práticas de tributação tal como os dízimos³¹² e os registros sobre mercadorias, disputas que já vinham recebendo atenção desde o período joanino. Ao longo dos debates sobre o tema, Oliveira Maciel ponderou sobre o “gravame” que resultava o dízimo cobrado dos frutos da terra. Vasconcelos declarou que em sua opinião os mais onerosos eram os registros da província, por serem “injustos, inconstitucionais, como de pouco rendimento”.³¹³ Para Santa Apolônia era necessário, entre outras ações, reformar os “registros dispendiosos” à província.³¹⁴ Uma das principais críticas era a de que o governo forçava para que os dízimos dos gêneros de exportação de Minas Gerais – como açúcar, café, fumo e algodão – fossem pagos ao Tesouro Nacional na Corte, e não nos registros mineiros, o que gerava uma diminuição na arrecadação dos cofres provinciais.³¹⁵ O tema ganharia relevo nos anos seguintes, sendo um dos pontos da discussão que desencadeou na lei de 4 de outubro de 1831, a qual redefiniu a estrutura do tesouro público do Império. Em 1834, o Conselho Geral mineiro sugeriria a extinção definitiva dos dízimos.³¹⁶

Amalgamando interesses particulares e gerais, o Conselho da Presidência representava um ponto de convergência das demandas das classes proprietárias que, no entender de Ana Rosa Coclet da Silva, articulava-se com a ideia da criação de uma nova situação política e econômica:

³¹² Sobre as alterações sofridas na cobrança dos dízimos durante o século XIX, Maria Isabel Basilisco Célia Danieli observa: “a partir do dezenove, respondendo a um novo quadro político e institucional, os Dízimos começam a passar por uma fase de reestruturação, consubstanciadas em uma série de normatizações. Inicia-se com o decreto geral de 16 de abril de 1821, que estipulava a arrecadação aos que estivessem a cargo da Administração na entrada das cidades, vilas, arraiais e povoações. No entanto, as dificuldades no cumprimento dessas determinações, seja pelas fraudes, falta de pessoal ou estrutura fez com que o governo alterasse sua forma de arrecadação, propondo, no mesmo ano, através do aviso régio n.56 de 6 de setembro, que se retornassem a arrecadação aos locais de produção [isto é, para particulares]. Posteriormente, através do decreto de 21 de maio de 1825 mandava cobrá-los sobre o preço corrente dos gêneros a ele sujeitos, designado em uma pauta, fazendo-se a cobrança na exportação para fora do Império. Para além das normatizações e do quadro administrativo, na verdade leia-se que não é falta de pessoal propriamente dita, mas sim a tentativa de se desvincular dos dizimeiros que eram os que mais lucravam com a arrecadação, pressionando o contribuinte e frequentemente lesando o Estado (...) A transformação do dízimo em um imposto sobre a exportação trazia assim uma mudança substancial, pois um imposto direto (cobrado sobre a produção), transformava-se em imposto indireto, recaindo apenas sobre a parcela da produção destinada à exportação. Por ocasião da separação das receitas, passou definitivamente a ser considerada renda pública, imposto estritamente civil, uma vez que os dízimos eclesiásticos foram abolidos em 1831. Cf. DANIELI, Maria Isabel Basilisco Célia. *Economia mercantil de abastecimento e rede tributária*: São Paulo, séculos XVIII e XIX. Tese de Doutorado. São Paulo: Instituto de Economia-UNICAMP, 2006, p.183-184.

³¹³ ACP-MG, sessão de 12/04/1828, p.73. Para o arrazoado completo de Vasconcelos, ver *O Universal*, nº 126, 02/05/1828. Ver, também, Representação do Conselho Geral de Minas Gerais, 31/01/1829, publicado no *Astro de Minas*, nº 196, 17/02/1829.

³¹⁴ *O Universal*, nº 129, 09/05/1828.

³¹⁵ *O Universal*, nº 622, 20/07/1831.

³¹⁶ Representação do Conselho Geral de Minas Gerais de 24/01/1834, publicado em *O Universal*, nº 996, 24/02/1834. Problemas com os dízimos foram comuns nas outras províncias do Império. Ver, por exemplo, a exposição do deputado Rebouças sobre a situação da Bahia, cf. APB-CD, sessão de 27/08/1832, p.204.

“(…) sobressaíam dentre os assuntos tratados as realizações materiais diretamente conectadas à prosperidade econômica e intelectual da província e aos propósitos de suas vilas e localidades específicas, apresentadas, desde então, como os ícones da *modernidade política*, da entrada da *civilização*, enfim, do definitivo rompimento com a situação colonial (...)”.³¹⁷

Lugar de destaque nesse processo de modernização e civilização da sociedade ocupava o tema da instrução pública, e nesse sentido é oportuno ressaltar a atuação dos conselheiros na criação de escolas de primeiras letras, incumbência que lhes foi atribuída pela lei de 15 de outubro de 1827 e que se tornou pauta constante nas sessões de 1828 e 1829.³¹⁸ Em Minas Gerais, como observado, Bernardo Pereira de Vasconcelos foi nomeado o conselheiro responsável pelos “negócios concernentes à instrução pública”, partindo dele iniciativas como a criação de escolas de primeiras letras, a supressão de cadeiras de latim e a regulamentação no processo de admissão de professores.³¹⁹ Os jornais *O Astro de Minas*, *O Universal*, *O Mentor das Brasileiras* e *O Novo Argos* conferiram espaço à questão da educação da mocidade, publicando artigos, exames de admissão e ofícios correlatos.³²⁰

No que tange às representações enviadas aos Conselhos da Presidência, pode-se afirmar que tanto seus emissários quanto os assuntos por eles versados eram múltiplos. Quando enviadas por particulares, as representações quase sempre eram queixas – contra o abuso cometido por magistrados, militares e outras autoridades – ou requerimentos para que o Conselho decidisse sobre assuntos específicos. Havia aqueles que preferiam encaminhar suas queixas aos periódicos em circulação, a fim de dar maior publicidade às suas demandas.³²¹ Em meio a representações tão distintas, onde casos isolados figuram apenas como exemplos, é possível observar um aspecto essencial que permeou as ações do Conselho da Presidência de São Paulo e Minas Gerais durante todo o seu funcionamento: o múltiplo encaminhamento de suas deliberações num momento em que

³¹⁷ SILVA, Ana Rosa Clocllet da. De Comunidade a Nação. Regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais (1821-1831). *Almanack brasiliense*. [online]. nº 02, nov/2005, p.53. Acesso em janeiro/2014.

³¹⁸ Sobre a atuação do Conselho da Presidência de Minas Gerais na área da instrução pública, ver SALES, Zeli Efigência S. de. *O Conselho Geral da Província e a política de Instrução Pública em Minas Gerais (1825-1835)*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2005; JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher*. Lições de política e moral no periódico mineiro O Mentor das Brasileiras (1829-1832). Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2008.

³¹⁹ ACP-MG, sessões de 20/03/1828, p.53; 27/03/1828, p.58; 26/01/1828, p.22. Problemas envolvendo as Câmaras Municipais e o governo da província quanto à admissão e ao pagamento de professores eram constantes. Cf. Ofícios diversos, IJ9 526. Série Interior – Negócios de Províncias e Estados. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

³²⁰ *O Astro de Minas*, nº 59, 03/04/1828; *O Universal*, nº 235, 12/01/1829; *O Mentor das Brasileiras*, nº 64, 25/02/1831; *O Novo Argos*, nº 19, 18/03/1830.

³²¹ Foi o que fez um morador de Minas Novas, que mandou publicar no *Universal* um apelo ao Conselho mineiro para que esse observasse as leis sobre a distribuição das carnes, que vinha sendo vítima do abuso de particulares, cf. *O Universal*, nº 94, 18/02/1828. O mesmo jornal publicaria uma carta anônima que clamava por nova ajuda do Conselho da Presidência. O correspondente solicitava que fosse retardado o início das aulas de filosofia ministradas pelo padre José Antonio Marinho, em Ouro Preto, posto que a divulgação não fora devidamente feita, fazendo com que alunos regiões distantes da capital mineira não chegassem a tempo. Cf. *O Universal*, nº554, 07/02/1831.

as instituições do novo Estado ainda estavam sendo criadas. Ao decidir sobre uma dada representação, ou mesmo sobre a execução de um projeto, dependendo do seu conteúdo, o Conselho enviava suas resoluções aos órgãos ou estabelecimentos competentes – governo central, Câmaras Municipais, Ouvidorias, Juizados, Santas Casas, Comando das Armas, Junta da Fazenda, entre outros – para que esses tomassem as devidas providências.

Esse processo de centralização de reivindicações e normatização do poder provincial pelo Conselho da Presidência deu-se, porém, paulatinamente, de modo que há registros de resoluções tomadas pelo órgão que foram reinterpretadas pelos executores finais ou até mesmo contestadas. Em meados de 1825, um grupo de moradores de Sorocaba encaminhou aos conselheiros paulistas um requerimento cujo conteúdo aludia à maneira “arbitrária” pela qual a Câmara Municipal daquela vila tinha posto em prática a deliberação do Conselho sobre a abertura de algumas ruas. A Câmara enviou um ofício justificando suas ações, o que compeliu o Conselho a estabelecer uma série de medidas que por fim envolveram representantes oficiais da municipalidade, moradores e o ouvidor da Comarca de Itu, prolongando o assunto por mais de um ano.³²² No início de 1826, o brigadeiro Joaquim José Pinto de Moraes Leme questionou por meio de um requerimento a posição tomada pelos conselheiros Manoel Joaquim de Ornelas e Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade a respeito de uma deliberação vinda da Câmara da cidade de São Paulo em fazer demolir e reedificar os muros do quintal de sua residência. A Câmara, que anteriormente havia sido interpelada pelo brigadeiro sobre a questão, enviou a documentação referente ao caso para o Conselho, que decidiu por deliberar a favor da municipalidade. Em seu requerimento ao Conselho, o brigadeiro deprecia a medida do órgão, sobretudo porque esse havia deliberado com apenas dois conselheiros e um suplente, número que ele julgava insuficiente. O Conselho acabou por escusar o requerimento do brigadeiro, exortando-o sobre os termos insultantes que o mesmo usara em seu documento.³²³ Antonio José Pinheiro, juiz das sesmarias do termo de Caeté, em Minas Gerais, contestou junto ao imperador a forma pretensamente “arbitrária” com que o Conselho da Presidência mineiro suspendera-o do exercício.³²⁴

As representações enviadas pelas Câmaras Municipais preenchiam boa parte das pautas discutidas pelos Conselhos de Minas e São Paulo. Eram geralmente documentos extensos e pormenorizados, que solicitavam deliberação sobre matérias variadas, desde sobre a abertura ou

³²² ACP-SP, v. 86, Sessão de 3/10/1825, p.50-52.

³²³ ACP-SP, v. 86, Sessão de 7/04/1826, p.135-136. Ver também Sessão de 30/03/1826, p.134.

³²⁴ ACP-MG, Sessão de 22/01/1829, p.07. Contestações referentes às medidas tomadas pelos Conselhos da Presidência ocorriam em todo o Império. Em julho de 1829, a Câmara Municipal da vila do Conde (Bahia) comunicou à Câmara dos Deputados seu descontentamento para com o Conselho baiano. Este havia indeferido um pedido dos vereadores da vila do Conde para que fosse instalado ali um colégio eleitoral. Cf. APB-CD, sessão de 04/07/1829, p.29. Na imprensa, os periódicos costumavam publicar supostas correspondências que criticavam determinadas ações dos Conselhos da Presidência. Ver, por exemplo, o jornal *Recopilador Sergipano*, nº 129, 27/07/1833.

conserto de estradas, criação de cadeiras de primeiras letras ou destinação de recursos financeiros. Muitas vezes as demandas municipais acabavam envolvendo outras instâncias de poder. Em outubro de 1826, o Conselho da Presidência de Minas Gerais recebeu uma representação da vila de Ouro Preto que solicitava ao governo provincial a tomada de medidas para suprir a “penúria de mantimentos” que sofria a capital mineira. Após adiar sua decisão para “refletir sobre o objeto”, o Conselho por fim deliberou sobre o assunto, indicando soluções para facilitar a importação, o armazenamento e venda de víveres em Ouro Preto. O presidente da província encaminhou a decisão para o Ministério do Império, que por seu turno consultou a Comissão de Comércio da Câmara dos Deputados. A pauta foi parar na mesa da Desembargadoria da Coroa, Soberania e Tesouro Nacional, no Rio de Janeiro, que endossou as soluções apontadas pelo Conselho, mas ponderou sobre os excessos cometidos por parte da Câmara Municipal de Ouro Preto. Por fim, o tema foi reputado como de ingerência do Legislativo.³²⁵ Era comum, também, que as presidências de província encaminhassem ofícios recebidos das Câmaras Municipais ao Executivo para que esse tomasse alguma decisão, especialmente em casos de dúvidas sobre a execução da lei de 1º de outubro de 1828, a responsável por regular o funcionamento das municipalidades.³²⁶ O Executivo, por seu turno, podia solicitar que um ofício que lhe havia sido encaminhado por uma Câmara Municipal fosse apreciado pelo presidente em Conselho.³²⁷

Outras atividades importantes eram desenvolvidas pelo Conselho da Presidência, dentre elas a fiscalização da situação financeira das instâncias municipais e provincial. O exame das finanças municipais dava-se a partir da análise dos registros contidos nos livros de “contas de receita e despesa” das vilas, que só eram enviados ao Conselho depois de serem fiscalizados pelo corregedor da respectiva Comarca, exigência essa que tornava a apreciação dos conselheiros dependente de uma análise prévia. De todo modo, a despeito dessa conferência preliminar, foram comuns as críticas partidas dos Conselhos paulista e mineiro aos abusos e à falta de critério na condução das finanças por parte das municipalidades.³²⁸ O fato é que não se tratava de trabalho simples, sem

³²⁵ Arquivo da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação (CEDI-CD), 1826-1828, maço 23, pasta 3, vários ofícios.

³²⁶ Ver Decisão n. 285 do Ministério do Império de 14 de setembro de 1831 – Sobre as providências pedidas pelas Câmaras Municipais de Sabará e Baependy na Província de Minas Gerais para a execução da Lei do 1º de outubro de 1828, na parte relativa aos fiscais. In: *Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1831*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, p.212.

³²⁷ Em maio de 1830, o ministro do Império solicitou que o presidente do Espírito Santo lesse em seu conselho privativo um pedido de uma freguesia daquela província para ser erigida à vila, cf. APB-CD, 25/05/1830, p.160.

³²⁸ Para o caso paulista, ver ACP-SP, v.86, sessões de 27/10/1825, p.73, e 27/11/1828, p.207-208. Para Minas Gerais ver ACP-MG, sessão de 10/04/1828, p.65-66, e *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v.3-4, 1904, p.678-79, ofício de 10/10/1825. Cerca de três anos antes, o conselheiro Manoel Joaquim de Ornelas já havia proposto que, em virtude da “falta da necessária clareza e método das contas da receita e despesa” enviadas pelas Câmaras Municipais, era fundamental que essas enviassem, conforme previsto por lei, seus respectivos livros de finanças, o que foi positivamente votado pelo Conselho. Cf. sessão do dia 27/10/1825, p.73.

contar que as municipalidades procuravam esquivar-se de reprimendas desse tipo, quase sempre justificando sua conduta fiscal.³²⁹

A apreciação das contas da província constituía um processo mais amplo, pois englobava as finanças da Junta da Fazenda, da Secretaria e Contadoria da Presidência, além de instituições diversas como os Seminários da Glória e de Santana, a Fábrica de Ferro de Ipanema e o Jardim Botânico, no caso de São Paulo, e a Administração Diamantina, a Direção Geral dos Índios, a Fábrica de Ferro do Morro do Pilar e o Jardim Botânico, no de Minas Gerais. Ademais, cumpre notar, a estrutura financeira interna das províncias não recebera maior atenção da Carta outorgada. Enquanto aguardava sua regulamentação a partir do artigo 170 da Carta de 1824, o sistema de arrecadação e despesas das províncias esteve durante todo o Primeiro Reinado subordinado às Juntas da Fazenda, órgãos que remontavam ao período colonial e cuja origem estava atrelada às iniciativas da Coroa lusitana com relação à reestruturação do Império português ultramarino ao longo da segunda metade do século XVIII. Criadas em 1769 em substituição às provedorias-mor, as Juntas da Fazenda promoveram uma alteração significativa nas relações administrativas entre as Capitanias e o governo central, posto que elas estavam subordinadas diretamente a Lisboa e não mais ao Rio de Janeiro, como ocorria à época das provedorias. Durante seu período de funcionamento, as Juntas sofreram inúmeras alterações, sobretudo após a transplantação da sede da monarquia portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808. Em meio aos processos de Independência e construção do Estado nacional brasileiro, as Juntas da Fazenda permaneceram com as incumbências básicas que desempenhavam antes do rompimento definitivo com Portugal, ou seja, organizar a arrecadação das rendas do Império, pagar as despesas e remeter o saldo ao Tesouro Público do Rio de Janeiro.³³⁰

O sistema de organização das Juntas da Fazenda foi pauta constante nos círculos políticos do Primeiro Reinado e no início do período regencial. Conflitos entre as Juntas e as administrações provinciais constituíram regra, não exceção.³³¹ Se em São Paulo os atritos não foram tão recorrentes, o mesmo não se pode dizer para Minas Gerais, onde os desentendimentos se davam em relação à cobrança de tributos, à prestação de contas, à utilização de recursos e à nomeação de

³²⁹ Ver, por exemplo, APESP, Acervo Digital – Ofícios Diversos, ofício de 14/02/1827. Neste ofício enviado ao presidente da província de São Paulo, a Câmara da capital paulista negou que as ilegalidades apontadas pelo corregedor fossem-lhes imputáveis.

³³⁰ Cf. DINIZ, Adalton Francisco. Centralização política e apropriação de riqueza: análise das finanças do Império brasileiro (1821-1889). Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2002, p.150-153. Para a estrutura formal das Juntas da Fazenda no período colonial, ver SALGADO, Graça. *Fiscais e Meirinhos: a administração do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

³³¹ Os membros da Câmara dos Deputados eram cotidianamente informados sobre problemas envolvendo as administrações provinciais e as Juntas da Fazenda. Ver APB-CD, sessões de 09/03/1830, p.89; 22/05/1830, p.196; 04/10/1830, p.590; e 14/10/1830, p.602.

cargos.³³² Para o jornal *O Farol Paulistano*, uma das necessidades de “maior urgência” em todo o Império era a mudança na “forma de administração” das Juntas da Fazenda. Em primeiro lugar, elas reuniam-se duas ou três vezes por semana, um número reduzido na opinião do redator. Em segundo, sua formação seria falha. Composta por um presidente (o mesmo da província), um ouvidor, um juiz de fora, um tesoureiro e um escrivão assessorado por uma contadoria, as Juntas da Fazenda congregariam, segundo o *Farol*, indivíduos compromissados com outras atividades que não as do tesouro provincial.³³³ Vale dizer que criticar as Juntas da Fazenda era uma forma mais ou menos velada de atingir os presidentes, já que essas eram os responsáveis por sua direção. Os ataques que os moderados fizeram ao presidente João José Lopes Mendes Ribeiro, nos idos de 1830-1831, tinham como um dos principais focos supostas irregularidades ocorridas na Junta da Fazenda mineira.³³⁴

Segundo o mesmo *Farol*, o exame das contas da Junta da Fazenda figurava como uma das principais atribuições do Conselho da Presidência, já que de acordo com artigo 25 da lei de 20 de outubro de 1823, o órgão teria a sua disposição para “despesas ordinárias” a oitava parte das “sobras das rendas da respectiva Província”, situação que o tornaria “sócio”, no entender do redator, da própria Junta.³³⁵ Para o redator d’o *Farol*, o que estava em jogo não era simplesmente a possibilidade de uso de recursos públicos por parte do Conselho, mas a legitimidade que o artigo 25 imputava-lhe para fiscalizar as contas da província e apontar possíveis abusos na sua administração, especialmente num período em que a situação da Fazenda de São Paulo sofria com os constantes déficits e carestia de meio circulante. O próprio Ministério dos Negócios do Império já havia feito circular uma portaria, em 15 de julho de 1825, ordenando que os presidentes de província, juntamente com seu Conselho privativo, dirigissem ao governo central dados sobre abusos na administração do tesouro provincial.³³⁶

³³² APB-CD, 05/08/1830, p.16. Ver, também, *O Universal*, n°s 88 (04/02/1828), 90 (08/02/1828), 106 (17/03/1828), 554 (07/02/1831), 556 (09/02/1831), 558 (16/02/1831), 564 (02/03/1831). Em 1828, Bernardo Pereira de Vasconcelos propôs em sessão do Conselho da Presidência uma indicação que exigia da Junta mineira informações pormenorizadas sobre a receita e despesa provinciais, cf. ACP-MG, sessão de 17/01/1828, p.11-12. O Conselho Geral mineiro também buscava interferir nos negócios da Junta da Fazenda, votando requerimentos que tinham como objetivo esclarecer alguns procedimentos levados adiante por aquele órgão, como a remessa de barras de ouro para o Tesouro Nacional, cf. APM, ACG-MG, 20/12/1830, p.55. No início de 1831, por iniciativa do próprio Vasconcelos, formalizou-se uma acusação a João Joaquim da Silva Guimarães, ele próprio membro do Conselho Geral e escrivão da Junta da Fazenda, por cometer irregularidades na cobrança de emolumentos que contrariavam medidas tomadas pelo Conselho do Governo, cf. APM, ACG-MG, 05/02/1831, p.181-182. O jornal *Astro de Minas* apoiou a denúncia do conselho e cobrou explicações de Silva Guimarães, cf. *Astro de Minas*, n° 518, 19/03/1831. O Conselho Geral chegou a aprovar uma resolução para extinguir a Junta da Fazenda de Minas Gerais. Quando chegou ao Senado, já estava em discussão a lei que remodelaria as finanças do Império, por isso os senadores não julgaram necessário discutir a matéria. Cf. ASI, sessão de 02/06/1831, p.84.

³³³ *O Farol Paulistano*, n° 309, 18/02/1830.

³³⁴ Ofício de 14/02/1831, publicado n°o *Universal*, n°s 566 (07/03/1831) e 567 (09/03/1831).

³³⁵ *O Farol Paulistano*, n° 253, 03/10/1829.

³³⁶ CALÓGERAS, Pandiá. *A política monetária do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. Ver, especialmente, os capítulos de 1 a 4.

A utilização da oitava parte das sobras das rendas provinciais pelos Conselhos da Presidência não foi um direito de execução simples, a começar pela falta de entendimento sobre quais seriam tais “despesas ordinárias” – se gastos associados à execução de obras públicas ou, simplesmente, ao cotidiano de trabalho, como materiais de escritório – e pela dúvida se essas poderiam ser feitas pelos presidentes sem autorização da Assembleia Geral. A discussão gerou enfrentamento no Primeiro Reinado entre setores da Câmara dos Deputados e o Ministério. Este acreditava que as províncias não deveriam despendar esse montante porque algumas o tinham e outras não, e por isso acabavam sendo supridas pelo Rio de Janeiro, ao passo que a Câmara inclinava-se para o lado oposto.³³⁷ A fim de evitar maiores problemas, o governo decidiu circular uma provisão, datada de 24 de novembro de 1830, que proibia os Conselhos da Presidência de repassarem os referidos recursos. Em meio a essa indefinição muitas Juntas de Fazenda negavam sua liberação, alegando que os cofres provinciais não contavam com o referido dinheiro, daí a impossibilidade de repassá-lo aos Conselhos da Presidência.³³⁸

Em Minas Gerais a questão suscitou controvérsia. Em 1830, de acordo com o presidente de Minas Gerais José Manuel de Almeida, o Conselho da Presidência havia naquele ano partilhado entre os municípios mineiros quase 16:000 rs provenientes da oitava parte das sobras das rendas da província. O dinheiro, segundo o chefe do executivo local, serviria para socorrer as municipalidades no reparo e construção das estradas, já que a receita das câmaras seria diminuta para essa atividade.³³⁹ Vasconcelos, à época também membro do Conselho Geral de Minas Gerais, propôs um requerimento exigindo da Junta da Fazenda uma relação contendo quais Câmaras Municipais haviam recebido o recurso, posto que o presidente da província suspendera a entrega de três contos

³³⁷ APB-CD, sessão de 22/07/1830, p.193-194. Em setembro do mesmo ano o presidente da província do Maranhão solicitou explicações à Câmara dos Deputados com relação ao cálculo da oitava parte das sobras das províncias, cf. APB-CD, sessão de 11/09/1830, p.486.

³³⁸ Veja-se o caso, por exemplo, da Bahia, cuja falta de sintonia entre a presidência da província e a Junta de Fazenda chegou ao Legislativo. Em 1827, o presidente desta província enviou um ofício ao Ministério da Fazenda solicitando que esse intervisse na remessa das “sobras” provinciais, uma vez que a Junta da Fazenda baiana se negava a fazê-lo, cf. SLEMIAN, *op. cit.*, p.193-194. Três anos mais tarde o tema voltou ao Parlamento, quando o deputado pela Bahia Lino Coutinho acusou a Junta da Fazenda daquela província de não repassar a 8ª parte das sobras das rendas. A Junta justificou a atitude afirmando que recebera um comunicado do Tesouro Nacional para não dispor de tais recursos sem autorização da Assembleia Geral (APB-CD, sessão de 22/05/1830, p.196). No mesmo ano o presidente baiano afirmou à Câmara dos Deputados que se achava “tolhido de desempenhar seus deveres por se não ter ainda posto à sua disposição a oitava parte das sobras dos rendimentos da província”, protesto que foi remetido à comissão de fazenda (APB-CD, sessão de 14/10/1830, p.602). Em Pernambuco também houve dificuldades na execução do artigo 25 da lei de 20 de outubro e conflitos entre o Conselho do Governo e a Junta da Fazenda, cf. *Atas do Conselho do Governo de Pernambuco (1821-1834)*. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1997, v.2, sessões de 09/03/1830, p.89, e 09/02/1832, p.148. Em 1830, a Câmara dos Deputados rejeitou uma proposta do Conselho Geral de Pernambuco que destinava às obras públicas metade das referidas “sobras”. Cf. APB-CD, sessão de 02/10/1830, p.581.

³³⁹ Relatório do presidente Marechal José Manuel de Almeida ao Conselho Geral de Minas Gerais em 5 de dezembro de 1830. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa oficial de Minas Gerais, v.17, 1912, p.100. No início de 1830, quando a presidência ainda era ocupada por João José Lopes Mendes Ribeiro, este e seu conselho privativo destinaram um conto de réis à Câmara Municipal de São João del-Rei para serem gastos no reparo de pontes, cf. ofício de 17/04/1830, publicado n' *o Astro de Minas*, nº 383, 04/05/1830.

de réis das sobras em virtude da provisão do Tesouro Nacional supracitada.³⁴⁰ Pouco tempo depois, em nova sessão do Conselho Geral, Vasconcelos criticou a provisão do Tesouro Nacional, afirmando que ela atacava os “interesses provinciais” e contradizia a lei de 20 de outubro de 1823. Sugeriu, então, que se representasse à Câmara dos Deputados para que essa barrasse a decisão do Tesouro Nacional, o que foi aprovado para entrar na ordem dos trabalhos do Conselho Geral.³⁴¹

Voltemos à atuação fiscalizadora do Conselho da Presidência, que aos poucos passou a exercer função de um órgão voltado para a inspeção dos negócios públicos da província. Fiscalizar era acima de tudo exigir o cumprimento da lei, que se constituiu no principal norte do policiamento da coisa pública por parte dos Conselhos paulista e mineiro. No início de 1828, após sugestão de Bernardo Pereira de Vasconcelos, o Conselho da Presidência de Minas Gerais decidiu que nos casos de queixas contra empregados públicos fosse adotado o expediente de “exigir as informações ou respostas oficialmente”.³⁴² Em outubro do mesmo ano, em São Paulo, Tobias de Aguiar expôs aos demais membros do Conselho que, embora as eleições para juízes de paz tivessem se procedido em todas as Freguesias da província, alguns dos juízes eleitos não haviam tomado posse do cargo, “ficando assim os Povos privados do benefício de uma semelhante instituição”. Nesse sentido, Tobias de Aguiar sugeriu que as Câmaras Municipais ficassem encarregadas de comunicar o governo da província quando esse incidente ocorresse, a fim de que se pudesse “ocorrer com as precisas providências para a exata observância da Lei”. O conselheiro ainda propôs que se estabelecessem “instruções” para a condução dos processos pelos juízes de paz, já que parte deles, segundo Tobias de Aguiar, desconhecia as formas de condução da instância processual, o que poderia acarretar em abuso de poder e deturpação da lei. Após algumas ponderações dos membros José Arouche de Toledo Rendon e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro – este último solicitou “circunspeção” para a elaboração das “instruções” –, a matéria foi aprovada pelo Conselho.³⁴³

Em alguns casos, a observância das leis pelo Conselho da Presidência acarretava a tomada de medidas mais drásticas. Na Reunião ordinária de 27 de outubro de 1827, o Conselho da Presidência de São Paulo mandou suspender Francisco Antonio Diniz Junqueira do exercício do posto de capitão-mór da vila de Franca, acusado por diversos setores daquela localidade – clérigos, soldados, pequenos comerciantes e funcionários públicos – de ter praticado “infração das Leis e da Constituição do Império”, tais como “inobediência às ordens do governo”, “violências” para com a população, e “invasão no Poder Judicial”. A despeito de o suplente Antonio José Vaz ter apontado para possíveis desordens que poderiam causar tal afastamento – argumento esse que serviu de

³⁴⁰ *Coleção dos Diários do Conselho Geral de Minas Gerais* (ACG-MG). Ouro Preto: Tipografia do Universal, 1831, Sessão de 14/12/1830, p.35.

³⁴¹ *Ibid.*, sessão de 26/01/1831, p.140-141.

³⁴² ACP-MG, sessão de 22/01/1828, p.13.

³⁴³ ACP-SP, v.86, sessão de 16/10/1828, p.157-158.

pretexto para o seu voto em favor do acusado –, a suspensão foi aprovada pelo restante dos membros.³⁴⁴ O caso se estenderia por mais tempo, adentrando o ano de 1828, e pelo que indicou o parecer emitido pelo conselheiro suplente Toledo Rendon, empecilhos de ordem burocrática contribuíram para a sua morosidade, de modo que o problema acabou sendo levado ao conhecimento do imperador, por decisão do Conselho da Presidência.³⁴⁵

O afastamento do capitão-mor da vila de Franca ancorava-se na lei de 20 de outubro de 1823, a qual também previa suspensão de magistrados em determinados casos.³⁴⁶ Em virtude da administração da Justiça ter sido separada do executivo provincial pela lei de 20 de outubro, a suspensão de magistrados pelo presidente e seu conselho, atribuição semelhante a que gozava o Poder Moderador, era um assunto delicado, principalmente quando envolvia a figura do juiz de paz, já que este era eleito e, em princípio, comporia uma magistratura independente da ingerência dos poderes ligados ao governo central.

Esse foi o argumento utilizado pelo deputado mineiro José Custódio Dias, em 1828, no ano seguinte à aprovação da lei que criara a figura do juiz de paz, quando na Câmara se estava esgrimindo, entre outros pontos, sua responsabilidade. Ao defender a autonomia da magistratura eleita, Custódio Dias lembrou que se devia tomar o cuidado para não confundi-la com os demais magistrados, pois esses não eram escolhidos por “nomeação popular”, de forma que a suspensão dos juízes de paz deveria ficar a cargo do corpo de jurados, também eleito e criado pela lei de 15 de outubro de 1827.³⁴⁷ Clemente Pereira, a essa altura deputado pelo Rio de Janeiro e ministro do Império, contestou a fala de Custódio Dias afirmando que o presidente em conselho era a autoridade mais indicada para a suspensão dos juízes de paz, e que os conselheiros consistiriam uma “espécie de jurados”, por serem igualmente homens de “eleição popular”. Venceu por fim a opinião de Clemente Pereira.³⁴⁸

³⁴⁴ *O Farol Paulistano*, nº63, 14/11/1827, sessão de 27/10/1827. Além desta, outras atas do Conselho da Presidência da de São Paulo de 1827 encontram-se publicadas no periódico paulista.

³⁴⁵ ACP-SP, v.86, sessão de 08/11/1828, p.181-182.

³⁴⁶ Segundo a lei de 20 de outubro de 1823, a administração da Justiça seria independente do presidente e do Conselho (art. 33). Ainda assim, em alguns casos previstos pelo artigo 34 da mesma lei, o presidente e seu conselho privativo poderiam suspender magistrados. Dizia o artigo 34: “Pode-se porém o Presidente em Conselho, e de acordo com o Chanceler, onde houver relação, suspender o Magistrado depois de ouvido, isto tão somente no caso em que, de continuar a servir o Magistrado, se possam seguir motins, e revoltas na Província, e se não possa esperar resolução do imperador. Feita a suspensão, dará imediatamente parte pela Secretaria da Justiça, e remeterá os autos comprobatórios da urgência e necessidade da suspensão ao Tribunal competente, para proceder-se como for de direito”.

³⁴⁷ Lei de 15 de outubro de 1827 – Cria em cada uma das freguesias e das capelas curadas um Juiz de Paz e suplente, cf. *Coleção das Leis do Império*, op. cit. Segundo a referida lei, previa-se que cada freguesia passaria a ter um juiz de paz eleito do mesmo modo que os vereadores. As atribuições conferidas aos juízes de paz eram variadas, dentre elas iniciar um processo criminal, julgar pequenos conflitos, fiscalizar as posturas policiais das Câmaras Municipais, fazer destruir quilombos e comandar as forças armadas em caso de ameaça à ordem estabelecida.

³⁴⁸ APB-CD, sessão de 05/08/1828, p.23-24.

A responsabilização dos juízes de paz era um tema espinhoso, permeado por interesses diversos, não se resumindo a um embate bipolar entre governo central e provincial ou local.³⁴⁹ Em 1829, a Câmara Municipal de Itu se queixou à Câmara dos Deputados da deliberação tomada pelo vice-presidente da província de São Paulo em suspender do seu exercício o juiz de paz da capela de Cabreúva.³⁵⁰ Em compensação muitas Câmaras queriam a responsabilização dos magistrados eleitos. A Câmara de Mariana representou ao Conselho Geral sobre a necessidade de se responsabilizarem os juízes de paz, “não só pelos erros que cometiam na administração da justiça, como pela falta de cumprimento às informações” exigidas pelo Conselho da Presidência.³⁵¹ A lei de 15 de outubro de 1827 era “imperfeitíssima” e carecia de regulamentações, publicou o *Farol Paulistano*.³⁵² O tema foi contemplado no Código Criminal e, posteriormente, no Código do Processo.³⁵³

A relação entre o executivo provincial e juízes de paz parece não ter sido das mais fáceis.³⁵⁴ Em 1829, o Conselho mineiro aprovou um conjunto de deferimentos tentando minorar os problemas na execução da lei de 15 de outubro de 1827 e os conflitos de jurisdição entre os juízes de paz e as outras autoridades provinciais.³⁵⁵ Anos mais tarde, já durante a Regência, o Ministério do Império reiterou o poder dos Conselhos da Presidência com relação à suspensão e responsabilização de magistrados que descumprissem a lei.³⁵⁶ Tais decisões parecem ter surtido efeito, já que, em 1834,

³⁴⁹ Sobre o juizado de paz no Império, ver Cf. FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1986.

³⁵⁰ A comissão de Constituição da Câmara dos Deputados decidiu encaminhar a representação ao governo, a quem competia fazer observar a lei de 15 de outubro de 1827, cf. APB-CD, sessão de 02/07/1829, p.15.

³⁵¹ APM, ACP-MG, sessão de 20/01/1831, p.116.

³⁵² *O Farol Paulistano*, nº 210, 02/05/1829. No ano seguinte o jornal cobrou novamente adequações na lei sobre os juízes de paz. Cf. *O Farol Paulistano*, nº 359, 03/07/1830.

³⁵³ FLORY, *op. cit.*

³⁵⁴ Em 1829, em sessão da Câmara dos Deputados, o deputado baiano Lino Coutinho criticou o cerceamento de poder dos juízes de paz pelo executivo provincial: “Eu vejo as autoridades das províncias fazendo hostilidades contra essa magistratura. Presidente houve que depôs juiz de paz; e como é que os presidentes podem tirar a um juiz de paz do seu exercício sem ao menos ouvir o conselho geral da província, mandando até que o juiz de paz de uma freguesia vá servir em outra como já se tem visto?”, cf. APB-CD, sessão de 02/06/1829, p.13.

³⁵⁵ ACP-MG, sessão de 14/03/1829, p.78; CEDI-CD, lata 54, maço 31, pasta, ofício de 07/03/1829. Em linhas gerais, os deferimentos do Conselho frisavam os limites legais da atuação dos juízes de paz, numa clara tentativa de coibir o abuso de poder por parte deles. Três anos depois o Conselho mineiro entrou em confronto com o juiz de paz da vila de S. José, acusado de desrespeitar as disposições do seu regimento, cf. *O Universal*, nº 793, 27/08/1832. Na mesma época o Conselho suspendeu Francisco José de Araújo, juiz de paz da paróquia de Lavras do Funil, cf. ofício de 26/03/1832, publicado pelo *Astro de Minas*, nº 680, 03/04/1832.

³⁵⁶ Decisão do Ministério da Justiça de 17 de julho de 1833 – o Presidente e o Conselho de Província são competentes para suspender os respectivos magistrados por falta de cumprimento de deveres. In: *Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1833, op. cit.*, p.267; Decisão do Ministério da Justiça de 17 de outubro de 1833 – aos presidentes de Província em Conselho, compete suspender e fazer responsabilizar os Magistrados que não cumprem a lei e as ordens dos mesmos Presidentes. In: *Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1833, op. cit.*, p.432.

três juízes de paz foram suspensos pelo Conselho da Presidência de São Paulo por descumprirem seus deveres.³⁵⁷

A 2ª Reunião dos Conselhos da Presidência de São Paulo e Minas Gerais teve início em outubro de 1830 e fevereiro de 1831, respectivamente. Dos seis membros eleitos, três já haviam ocupado o posto de conselheiro na Reunião passada – Ornelas, o bispo Andrade e Tobias Aguiar – e dois o cargo de suplente – Vergueiro e Feijó –, de modo que apenas Costa Carvalho não havia ainda tido participação direta do Conselho. Em Minas Gerais, três conselheiros já haviam sido eleitos para o mesmo cargo na 1ª Reunião – Apolônia, Manuel Inácio e Oliveira Maciel – e dois para o posto de suplente, Vasconcelos e Joaquim José Lopes Mendes Ribeiro.

Nome dos eleitos/ n° de votos	Conselho da Presidência de São Paulo – 2ª Reunião (1830-1833)
	Período de participação/ Observações
CONSELHEIROS	
Manuel Joaquim de Ornelas - 338	Foi substituído em 1832, após seu falecimento.
Diogo Antonio Feijó - 316	Compôs o Conselho em três momentos: entre 29/10/1830 (14ª Reunião ordinária) e 18/01/1831 (26ª Reunião extraordinária); entre 15/09/1832 (27ª Reunião extraordinária) e 27/02/1833 (5ª Reunião extraordinária); e entre 24/10/1833 (8ª Reunião ordinária) e 22/03/1834 (25ª Reunião extraordinária), já no final da 2ª Reunião.
José da Costa Carvalho - 240	Compôs o Conselho em apenas três sessões, entre 18/01/1831 (26ª Reunião extraordinária) e 26/03/1831 (28ª Reunião extraordinária).
Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade - 210	Compôs assiduamente o desde a implementação da 2ª Reunião, 30/06/1830, até 20/10/1831, quando optou por ocupar a cadeira de conselheiro no Conselho Geral.
Rafael Tobias de Aguiar - 168	Não compôs o Conselho enquanto conselheiro. Passa a ocupá-lo assiduamente após se tornar presidente da província de São Paulo, em 17 de novembro de 1831, até o final da 2ª Reunião.
Nicolau Pereira de Campos Vergueiro - 126	Senador desde 1828, optou por não compor o Conselho.
SUPLENTE	
Bernardo Jose Pinto Gavião Peixoto - 107	Passou a compor o Conselho em 30/06/1830, na 1ª Reunião extraordinária, em justificativa de que os conselheiros oficiais encontravam-se na Câmara dos Deputados como membros. Sua frequência foi assídua até seu afastamento, em 20/10/1831, na 7ª Reunião extraordinária, por ter escolhido tomar assento no Conselho Geral da Província de São Paulo.
Antonio Bernardo Bueno da Veiga - 88	Passou a compor o Conselho em 30/06/1830, na 1ª Reunião extraordinária, em justificativa de que os conselheiros oficiais encontravam-se na Câmara dos Deputados como membros. Sua frequência ao Conselho foi assídua até seu afastamento, em

³⁵⁷ Ver ACP-SP, v.16, sessões de 08/03/1834, p.292; 22/03/1834, p.298-301; e 14/10/1834, p.385. Em Minas, há registro de que José dos Santos Broxado, juiz municipal de Sabará, foi suspenso do exercício de suas funções em 1833, cf. ofício de 09/11/1833, publicado n°o *Vigilante*, n° 163, 30/11/1833.

	20/10/1831, na 7ª Reunião extraordinária, por ter escolhido tomar assento no Conselho Geral da Província de São Paulo.
Manoel Joaquim do Amaral Gurgel - 74	Passou a compor o Conselho em 30/06/1830, na 1ª Reunião extraordinária, em justificativa de que os conselheiros oficiais encontravam-se na Câmara dos Deputados como membros. Sua frequência ao Conselho foi assídua até seu afastamento, em 20/10/1831, na 7ª Reunião extraordinária, por ter escolhido tomar assento no Conselho Geral da Província de São Paulo.
Antonio Mariano de Azevedo Marques - 72	Passou a compor o Conselho em 30/06/1830, na 1ª Reunião extraordinária, em justificativa de que os conselheiros oficiais encontravam-se na Câmara dos Deputados como membros. Sua frequência ao Conselho foi assídua até seu afastamento, em 20/10/1831, na 7ª Reunião extraordinária, por ter escolhido tomar assento no Conselho Geral da Província de São Paulo.
José Arouche de Toledo Rendon	Passou a compor o Conselho em 30/06/1830, na 1ª Reunião extraordinária, em justificativa de que os conselheiros oficiais encontravam-se na Câmara dos Deputados como membros. Sua frequência ao Conselho foi assídua até seu afastamento, em 03/09/1830, na 4ª Reunião extraordinária, justificando idade avançada.
José Manoel de França	Passou a compor o Conselho em 10/10/1830, na 5ª Reunião ordinária. Sua frequência foi assídua até o encerramento da 2ª legislatura.
Joaquim José Moraes e Abreu	Passou a compor o Conselho em 08/10/1830, na 8ª Reunião ordinária. Sua frequência foi assídua até julho de 1831.
Francisco de Paula Oliveira	Convocado em 1831, pediu dispensa por “já possuir diversas outras funções”. ³⁵⁸
Francisco Alves Ferreira do Amaral	Passou a compor o Conselho em 12/12/1831, na 8ª Reunião ordinária, em substituição aos suplentes que optaram em tomar assento pelo Conselho Geral. Sua frequência foi assídua até o encerramento da 2ª Reunião.
Jose Pedro Galvão de Moura e Lacerda	Passou a compor o Conselho em 12/12/1831, na 8ª Reunião ordinária, em substituição aos suplentes que optaram em tomar assento pelo Conselho Geral. Sua frequência foi assídua até 18/10/1832, na 7ª Reunião ordinária, quando deixou de compô-lo.
Jose Matias Ferreira de Abreu	Passou a compor o Conselho em 12/12/1831, na 8ª Reunião ordinária, em substituição aos suplentes que optaram em tomar assento pelo Conselho Geral. Sua frequência ao Conselho foi assídua até abril de 1832, quando deixou de integrá-lo. Voltou a compô-lo em 07/10/1833, na 3ª Reunião ordinária, tendo frequência assídua até o encerramento da 2ª Reunião.
José de Almeida Leme	Passou a compor o Conselho em 22/12/1831, na 11ª Reunião ordinária, em substituição aos suplentes que optaram em tomar assento pelo Conselho Geral
Lourenço Justiniano Ferreira	Passou a compor o Conselho em 08/05/1832, na 22ª Reunião extraordinária. Participa de apenas algumas sessões.
José Gomes de Almeida	Passou a compor o Conselho em 08/05/1832, na 22ª Reunião extraordinária. Sua frequência ao Conselho foi assídua até o encerramento da 2ª Reunião.
Manoel Inocência de Vasconcelos	Passou a compor o Conselho em 18/08/1832, na 26ª Reunião extraordinária. Sua frequência ao Conselho foi assídua até o encerramento da 2ª Reunião.

³⁵⁸ APESP, Acervo Digital – Ofícios Diversos, ofício de 25/11/1831.

Nome dos eleitos/nº de votos	Conselho da Presidência de Minas Gerais – 2ª Reunião (1831- 1833)
	Período de participação/ Observações
CONSELHEIROS	
Bernardo Pereira de Vasconcelos - 675	Compôs o Conselho assiduamente desde sua implementação.
Francisco Pereira de Santa Apolônia - 486	Compôs o Conselho assiduamente até seu falecimento, em 1831.
Manoel Inácio de Melo e Sousa - 472	Deixou de compor o Conselho como conselheiro em abril de 1831, quando se tornou presidente da província de Minas Gerais.
Teotônio Alves de Oliveira Maciel - 414	Compôs o Conselho assiduamente o desde sua implementação.
Joaquim José Lopes Mendes Ribeiro - 150	
José Bento Ferreira de Melo - 126	Não compareceu em 1831 por motivo de saúde.
SUPLENTE	
Fernando Luiz Machado - 119	Convocado em 1831.
Arcipreste João Batista de Figueiredo - 118	Convocado em 1831.
Batista Caetano de Almeida - 117	
Romualdo José Monteiro de Barros - 100	
Luiz José Custodio Dias - 96	
Gomes Freire de Andrade - 92	Convocado em 1833
Manoel Soares do Couto	Convocado em 1833
Lourenço Antonio Monteiro	Convocado em 1833.
Antonio Augusto Monteiro de Barros	Convocado em 1833.

A permanência de vários políticos no âmbito dos Conselhos da Presidência paulista e mineiro não significou, no entanto, uma continuidade inexorável da estrutura de funcionamento dos mesmos. Entre fins da primeira e início da segunda Reunião, alterações substanciais ocorreram nos Conselhos da Presidência em todo Império, que em parte estavam condicionadas à gradual institucionalização política e jurídica da monarquia constitucional. Ao fortalecimento político da Câmara dos Deputados, que transferiu para aquela Casa determinadas demandas políticas locais, somaram-se a criação dos juizados de paz, em 1827, e a regulamentação do funcionamento dos Conselhos Gerais e das Câmaras Municipais, ambas ocorridas em 1828. Além disso, uma medida polêmica alterou fortemente a composição dos Conselhos da Presidência. Pelo decreto de 12 de agosto de 1831 ficaram proibidos os membros dos Conselhos da Presidência e das Câmaras Municipais serem também, simultaneamente, dos Conselhos Gerais.³⁵⁹

³⁵⁹ Decreto de 12 de agosto de 1831 – declara que os membros dos Conselhos das Províncias e os das Câmaras Municipais não o podem ser dos Conselhos Gerais. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1831*. Rio de Janeiro,

A resolução que previa a proibição no acúmulo de cargos em nível local surgiu na Câmara dos Deputados, em junho de 1831. O deputado mineiro José Bento Ferreira de Melo, naquela época membro dos dois Conselhos em Minas Gerais, taxou a resolução de “prejudicial” por “não haver melhorado tanto que se encontrassem bastante pessoas nas províncias capazes para os empregos públicos”. Para o padre do sul de Minas, os indivíduos que acumulassem os cargos “se achariam mais habilitados para ministrarem as informações a respeito de muitos negócios”, em virtude do diálogo estabelecido entre a agenda dos dois órgãos. O argumento ganhou coro nas falas de Rebouças, Soares da Rocha e Vasconcelos. Este postulou que a resolução era conflitante com a Carta de 1824 por tirar o direito por ela assegurado de acumular cargos, além do que, quer nos conselhos provinciais quer nas Câmaras Municipais, era “a maioria que decidia”, ou seja, um membro isolado que tivesse outros cargos não conseguiria ditar a política do órgão em questão. Aqueles favoráveis à resolução – como Carneiro da Cunha, Castro e Silva, Rego Barros e Montezuma – acreditavam que essa se mostrava oportuna porque seria difícil, em teoria, alguém desempenhar com competência dois cargos políticos de tal vulto, ainda mais quando houvesse coincidência no período de funcionamento dos órgãos. Além do mais, a ideia de que as províncias não contavam com elementos capacitados para ocuparem cargos públicos era meia verdade, pois se tratava de um ponto de vista unilateral. Segundo Rego Barros, essa resolução ajudaria a implantar a “federação” nas províncias, o que naquele contexto de reforma constitucional significava, *grosso modo*, ampliar a participação política dos setores provinciais.³⁶⁰

A resolução acabou vingando, ainda que sem conformidade.³⁶¹ Os jornais *O Universal* e *O Astro de Minas* reprovaram-na ao frisar que na prática sua aplicação privaria as províncias de contarem com a luz de cidadãos “conspícuos e patriotas”.³⁶² Batista Caetano de Almeida, então deputado, suplente do Conselho da Presidência e membro efetivo do Geral, sempre por Minas Gerais, condenou a resolução e taxou-a de “inexequível” e “anticonstitucional”, já que a Carta de 1824 não legara à Assembleia Geral a faculdade de alterar as bases dos poderes políticos dos cidadãos por meio de um simples decreto. Sugeriu, portanto, que o Conselho Geral de Minas Gerais representasse à Câmara dos Deputados para que se revisse a decisão.³⁶³ Depois de discutir a matéria, o Conselho Geral mineiro aprovou uma representação solicitando a revogação do

Tipografia Nacional, 1876, p.46. Esse decreto anulava outro anterior vindo do Ministério do Império, de 11 de junho de 1830, em que permitia que um membro do Conselho do Governo pudesse sê-lo, também, do Conselho Geral. Cf. Decisão do Ministério do Império de 11 de junho de 1830 – declara que um membro do Conselho do Governo pode sê-lo também do Conselho Geral. In: *Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1830*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, p.98-99.

³⁶⁰ APB-CD, sessão de 03/06/1831, p.123-126.

³⁶¹ No Senado, entretanto, a matéria passou sem discussão, cf. ASI, sessão 04/08/1831, p.187.

³⁶² *O Universal*, nºs 636 (22/08/1831) e 647 (16/09/1831); *O Astro de Minas*, nº 658, 11/02/1832.

³⁶³ APM, SPPP1/52, cx.02, doc. 61, ofício de 28/11/1831.

decreto.³⁶⁴ Recebida pela Câmara dos Deputados, a representação foi remetida para a comissão dos Conselhos Gerais, que provavelmente não chegou a emitir algum parecer positivo.³⁶⁵

O decreto de 12 de agosto de 1831 alterou sensivelmente a composição dos conselhos provinciais. Em São Paulo, a opção pelo Conselho Geral foi tão maciça que o presidente da província teve que suspender as atividades do Conselho da Presidência por quase dois meses, até legalizar a situação de novos suplentes.³⁶⁶ A reordenação dos cargos foi mais equilibrada em Minas Gerais, pendendo, curiosamente, para o executivo provincial.³⁶⁷

Além das mudanças acarretadas pelo decreto de 12 de agosto, a implementação dos Conselhos Gerais, ocorrida em São Paulo e Minas Gerais no ano de 1828, fez com que os Conselhos da Presidência alterassem parte da sua sistemática de trabalho. Posto que a principal atribuição dos Conselhos Gerais seria, segundo a Carta de 1824, “propor, discutir e deliberar sobre os negócios mais interessantes de suas províncias”³⁶⁸ – competências essas que decerto modo já haviam sido caucionadas ao Conselho da Presidência pela lei de 20 de outubro de 1823 –, este teve que readequar suas atividades, a fim de evitar uma superposição de ingerências.³⁶⁹

Na prática, os Conselhos da Presidência de São Paulo e Minas Gerais eximiram-se de algumas funções que até o momento tinham sido habituais na sua agenda de trabalhos. Se até 1828 o órgão ocupara boa parte de suas sessões com a discussão de projetos elaborados tanto pelo presidente como pelos conselheiros, a partir do final de 1829 houve um decréscimo significativo na apresentação de propostas, especialmente daquelas direcionadas para a melhoria da infraestrutura da província. As representações oriundas das Câmaras Municipais e de particulares que tinham como finalidade encaminhar alguma medida propositiva, como a criação de cadeiras de primeiras letras ou a construção de estradas, também se viram reduzidas em quantidade. Além disso, em virtude da

³⁶⁴ APM, ACG-MG, sessões de 14/01/1832, p.231-232, e 21/01/1832, p.283; APM, CGP03, p.180-181. A representação foi publicada integralmente em *O Universal*, n° 705, 21/01/1832.

³⁶⁵ APB-CD, sessões de 24/05/1832, p.56, e 30/05/1832, p.37.

³⁶⁶ ACP, v.15, sessões de 20/10/1831 e 12/12/1831. O conselheiro da presidência Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade e os suplentes Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, Antonio Bernardo Bueno da Veiga, Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, Antonio Mariano de Azevedo Marques, José Joaquim Leite Penteado, Idelfonso Xavier Ferreira e Joaquim José Moraes e Abreu optaram por tomarem assento no Conselho Geral. Ao que tudo indica, apenas Feijó e Ornelas, dentre os eleitos para ambos os órgãos, optaram pelo Conselho da Presidência. O suplente José Manoel da Luz, que poderia optar pelo cargo de vereador, também preferiu o Conselho da Presidência, cf. APESP, Acervo Digital – Ofícios Diversos, ofícios de 21/05/1830, 24/11/1831, 20/11/1831 e 10/12/1831.

³⁶⁷ Os conselheiros da presidência Teotônio Álvares de Oliveira Maciel, Bernardo Pereira de Vasconcelos e José Bento Ferreira de Melo, bem como os suplentes João Batista de Figueiredo, Joaquim José da Silva Brandão e Fernando Luiz Machado de Magalhães, optaram pelo Conselho da Presidência. João Batista Ferreira de Sousa Coutinho, Manoel José Pires da Silva Pontes, Manuel de Araújo da Cunha e Mariano José Ferreira optaram por serem vereadores. Já Batista Caetano de Almeida, Gomes Freire de Andrade e Antonio Monteiro de Barros, todos eles suplentes do Conselho da Presidência, optaram pelo Geral, cf. APM, ACG-MG, sessões de 14/12/1831, p.68, e 13/02/1831, p.417-418.

³⁶⁸ Cf. Artigo 81 da Constituição Política do Império do Brasil. In: BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto (orgs.). *Textos políticos da História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002, v.1 (Formação/Império), doc. 318.3. Disponível no site www.cebela.org.br.

³⁶⁹ Foi o que levou João José Lopes Mendes Ribeiro a convocar, extraordinariamente, o Conselho da Presidência de Minas Gerais a fim de discutir uma maneira de “conciliar os trabalhos” dos dois conselhos. Cf. ACP-MG, Sessão de 14/01/1829, p.05.

lei que regulamentou o funcionamento das Câmaras Municipais³⁷⁰ ter imputado aos Conselhos Gerais a competência de fiscalizar as contas da autoridade municipal, os Conselhos da Presidência de São Paulo e Minas também pararam de executar essa atividade.³⁷¹

Esses casos lançam luz sobre outra alteração ocorrida no perfil do Conselho da Presidência entre o fim da 1ª Reunião e o início da ulterior. Em verdade, trata-se menos de uma mudança do que da exacerbação de uma característica preexistente: a de arbitrar sobre os problemas relativos à administração pública provincial. Ao atenuar sua função de órgão proponente de medidas/projetos de maior alcance, o Conselho da Presidência dedicou-se ao encaminhamento dos conflitos e tensões engendrados no âmbito da esfera jurídico-administrativa provincial, bem como no intercurso desta com a sociedade, de forma que as representações sobre querelas envolvendo particulares e os chamados “conflitos de jurisdição” entre as autoridades tornaram-se objetos privilegiados de apreciação. Estes também eram, importa lembrar, temas centrais do Conselho de Estado, só que em esfera nacional.

Faz-se mister sublinhar, portanto, que não obstante a lei de 20 de outubro de 1823 prever que a atribuição de decidir os conflitos de jurisdição entre as autoridades fosse uma solução temporária para o problema em questão, o Conselho da Presidência acabou atuando determinantemente na condução dos desentendimentos entre diferentes esferas da administração pública. Mesmo com a criação do juizado de paz, em 1827, e com os amplos poderes conferidos aos respectivos juízes eleitos, a reordenação da magistratura no Império demorou a se consolidar, posto que o novo Código de Processo Criminal só seria finalizado anos mais tarde, no final de 1832. Assim, nesse ínterim de ausência de um aparelho judicial adequado, o Conselho da Presidência também operou como importante interlocutor e mediador das autoridades judiciárias. Ademais, o Conselho da Presidência criou uma jurisprudência frente à interpretação das leis e situações que não mais podiam ser analisadas pelas práticas passadas.

As atividades desenvolvidas pelos Conselhos revelam, portanto, que à função de órgão consultivo a serviço da presidência da província sobrepôs-se um espaço privilegiado de prática política em nível provincial nos moldes de um regime representativo, o que significou, em certos momentos, entrar em atrito com o governo central. É possível afirmar que não fez parte da agenda dos Conselhos da Presidência de São Paulo e Minas emitir juízos ou quaisquer tipos de representação sobre questões de maior amplitude da política nacional. Isso não significa, todavia,

³⁷⁰ Lei de 1º de outubro de 1828 – Dá nova forma as Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juízes de Paz. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1828*, op. cit., p.74-88.

³⁷¹ Em 1833, após receber uma representação da Câmara Municipal da Vila de Areias sobre a situação do saldo de suas rendas, o Conselho da Presidência pediu que a municipalidade recorresse ao Conselho Geral, “visto ser de sua atribuição tomar conta das rendas das respectivas Câmaras”, cf. *Atas do Conselho da Presidência da Província de São Paulo (1832-1834)* (ACP-SP). In: *Boletim*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1962, v.16, Sessão de 18/04/1833, p.145-146.

que ficassem alheios à defesa dos preceitos monárquico-constitucionais, tampouco que tenham questionado o Rio de Janeiro como centro do Império. Órgão privativo do presidente, o Conselho da Presidência fez da sua própria prática executiva uma ferramenta de adesão ao projeto liberal de estado monárquico com sede na Corte fluminense. Foi no dia a dia da prática política que o Conselho da Presidência mostrou seu posicionamento em favor do cumprimento da Carta de 1824. Tal inclinação ficaria mais evidente a partir do final de 1830, já que no transcorrer de seus primeiros anos os Conselhos paulista e mineiro centraram-se em questões eminentemente provinciais.

Em meio ao acirramento das tensões envolvendo os liberais paulistas, o Conselho da Presidência de São Paulo passou a lançar mão de uma função até então invocada apenas pontualmente, que era a de equacionar e amainar as turbulências de ordem política deflagradas na província, sobretudo na capital. Componentes de toda sorte, como o acirramento da oposição ao imperador, os avanços parlamentares para a implementação da magistratura eletiva e a dissolução dos “batalhões de estrangeiros” por d. Pedro haviam tornado instável o ambiente político dos principais centros do Império, fazendo com que os governos locais tomassem providências para a manutenção da ordem pública.³⁷² No caso de São Paulo, as mobilizações nas praças e ruas em torno da queda do rei Carlos X³⁷³, na França, tiveram implicações calamitosas, que resultaram na prisão de diversos manifestantes pelo ouvidor Cândido Ladislau Japi-Assu e na morte do médico italiano Libero Badaró, redator d’o *Observador Constitucional*, crime que fora cometido por soldados alemães licenciados dos já então extintos “batalhões de estrangeiros”, em 20 de novembro de 1830.³⁷⁴ A Câmara Municipal de São Paulo remeteu um ofício à presidência da província solicitando a exoneração do ouvidor.³⁷⁵

Diante de tantas ocorrências, o Conselho da Presidência tomou algumas resoluções. A 8 de outubro de 1830, convocou-se uma sessão extraordinária cujo intuito era discutir, nas palavras do suplente Antonio Mariano de Azevedo Marques, as “cenas desagradáveis” e até mesmo a possibilidade de “alguma revolução” que colocavam em risco a cidade de São Paulo. O mesmo suplente propôs algumas indicações para que o governo da província não ficasse “na ignorância de coisas de tamanho vulto”, dentre elas que se exigisse do ouvidor um diagnóstico circunstanciado da situação e que o Conselho declarasse sessão permanente até que ficasse inteirado da natureza dos

³⁷² CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. A fundação de um império liberal. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). *História Geral da civilização brasileira*, tomo II, “O Brasil Monárquico”. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965, vol.1, p.379-404.

³⁷³ Durante seu governo (1826-1830), Carlos X dissolveu a Câmara e alterou trechos da Constituição francesa, atitudes que foram duramente criticadas pela oposição e que motivaram a eclosão de uma “revolução liberal” – expressão utilizada pelos próprios coevos franceses –, que findou com a queda do monarca. Cf. HOBSBAWN, Eric J. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. Trad. Port. de Maria Tereza Lopes e Marcos Penchel De Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

³⁷⁴ SILVA, Nicolau Duarte. Libero Badaró (contribuição para a sua biografia). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v.28, 1932, p.462-577.

³⁷⁵ APESP, Acervo Digital – Ofícios Diversos, ofício de 08/10/1830.

fatos, o que foi unanimemente aprovado pelos demais membros.³⁷⁶ Na sessão seguinte, decidiu-se que a ata da sessão anterior e outros documentos nela expostos fossem remetidos ao imperador, e que se oficiasse ao Comandante interino das Armas de São Paulo, Carlos Maria de Oliva, para que esse informasse ao Conselho sobre a tropa de 1ª linha.³⁷⁷

Os procedimentos levados a cabo pelo Conselho da Presidência foram repreendidos pelo Executivo da Corte, que os classificou como “desregrados” e “ilegais”. Em ofício lido na Câmara dos Deputados em 23 de outubro, o ministro do Império, João Inácio da Cunha (Visconde de Alcântara), comunicou o desagrado do governo em relação à forma como a situação estava sendo conduzida pelo Conselho da Presidência de São Paulo e pela Câmara Municipal da capital paulista, que poderia acarretar num “motim” ou “revolta”. O ministro solicitou, ainda, que os deputados dispensassem o quanto antes Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho de seu cargo de deputado, para que esse ocupasse a presidência da província de São Paulo.³⁷⁸

Assim que chegou à Câmara dos Deputados o ofício foi remetido à Comissão de Constituição e Poderes.³⁷⁹ Dias depois, em meio à efetuação da dispensa de Oliveira Coutinho, a comissão discordou do ajuizamento feito pelo Ministério sobre a atuação do Conselho da Presidência e da Câmara Municipal de São Paulo. Segundo os deputados, a análise dos documentos encaminhados pelo ministro do Império sobre o ocorrido permitia deduzir que os dois órgãos haviam agido “legalmente”, e que o estopim dos desentendimentos teria sido a conduta “arbitrária” e “anticonstitucional” do ouvidor Cândido Ladislau Japi-Assu para com as manifestações louvando a queda do monarca francês. Tais mobilizações populares, no entender da Comissão, haviam sido legítimas e deveriam ser “imitadas” pelos “amantes da liberdade”.³⁸⁰

O posicionamento da Câmara dos Deputados foi endossado pelos dois periódicos paulistas em circulação na época, que cederam espaço para a publicação da representação da comissão de constituição e poderes. O redator d’o *Observador Constitucional* justificou a inserção do documento para que esse conquistasse a “maior publicidade possível”, ao passo que o *Farol Paulistano* observou que, caso os membros da comissão estivessem em São Paulo naquela ocasião, eles não teriam feito considerações diferentes sobre os fatos.³⁸¹ O principal periódico moderado da Corte, a *Aurora Fluminense*, também concordou com parecer da Comissão.³⁸²

³⁷⁶ ACP-SP, v.15, sessão de 08/10/1830, p.83-85.

³⁷⁷ ACP-SP, v.15, sessão de 11/10/1830, p.86-87.

³⁷⁸ Ofício publicado por *O Farol Paulistano*, nº 415, 13/11/1830.

³⁷⁹ APB-CD, 23/10/1830, p.620. A comissão era formada pelos deputados Honorato José de Barros Paim (Bahia), José Martiniano de Alencar (Ceará) e Ernesto Ferreira França (Pernambuco).

³⁸⁰ APB-CD, 27/10/1830, p.624. O parecer da comissão foi publicado por *O Farol Paulistano*, nº 415, 13/11/1830, e por *O Observador Constitucional*, nº 102, 19/11/1830.

³⁸¹ *Ibidem*.

³⁸² *Aurora Fluminense*, nº 404, 25/10/1830.

Após o assassinato de Badaró, as medidas tomadas pelo Conselho da Presidência de São Paulo tornaram-se mais contundentes. Em 22 de novembro de 1830, autorizou-se o pedido do comandante das armas Carlos Maria de Oliva para esse fazer municiar suas tropas, tendo em vista a “efervescência de uma parte do povo”. O comandante, que inclusive participou da sessão extraordinária a mando do Conselho, expôs os problemas envolvendo o ouvidor Japi-Assu, que fora acusado de ter mandado matar o médico italiano, e que estava sendo ameaçado por “alguns do povo”. O Conselho, alegando a necessidade de “acalmar os ânimos incandescidos” e garantir a “segurança” do referido ouvidor, deliberou que o comandante ficasse responsável por sua integridade.³⁸³ Tais medidas receberam o apoio d’o *Observador Constitucional*, que as qualificou como “favoráveis ao desejo e tranquilidade pública”.³⁸⁴

Mas ao que parece as manobras do governo provincial para manter o “sossego” da província não foram acolhidas unanimemente pelos paulistas. Em carta publicada pelo *O Farol Paulistano* em 30 de novembro de 1830, Antonio Mariano de Azevedo Marques se defendeu de acusações feitas a ele e ao Conselho da Presidência com relação a um suposto exagero no uso da força para manter a ordem pública em São Paulo.³⁸⁵ Mais do que uma defesa, a correspondência de Azevedo Marques era um sintoma de que a situação política da capital paulista se agravava, e que grupos antagônicos coabitavam a esfera pública da cidade. Articulados à luta política da Corte, onde a cada dia os exaltados ganhavam mais espaço por meio de jornais como *O Repúblico*, *O Tribuno do Povo* e *A Nova Luz Brasileira*, setores da sociedade paulista passaram a defender com mais veemência alguns dos preceitos apregoados pelos grupos mais radicais entre os liberais.³⁸⁶ O assassinato de Badaró, noticiado por todo o Império, tomou proporções inesperadas, e sua morte passou a ser associada pelos adversários ao governo de d. Pedro à luta pela liberdade política. O governo provincial paulista, todavia, manteve-se firme na retórica de apoio ao sistema monárquico-constitucional.³⁸⁷

* * *

Postas em perspectiva diacrônica, as sessões dos Conselhos da Presidência de São Paulo e Minas Gerais enfeixam um conjunto de posicionamentos e procedimentos levados a termo na esfera prática do executivo provincial que se conjugaram tanto com o processo de institucionalização das bases político-administrativas do Império quanto com as demandas específicas da realidade paulista e mineira das décadas de 1820 e 1830. Nas duas províncias garantiu-se o funcionamento regular

³⁸³ ACP, v.15, sessão de 22/10/1830, p.124-125.

³⁸⁴ *O Observador Constitucional*, nº 104, 26/11/1830.

³⁸⁵ *O Farol Paulistano*, nº 422, 30/11/1830.

³⁸⁶ WERNET, *op. cit.*

³⁸⁷ Discurso do Exmo. Vice-presidente da província lido na abertura do Conselho Geral, publicado em *O Farol Paulistano*, nº 428, 14/12/1830; *O Farol Paulistano*, nº 429, 16/12/1830.

desse órgão, bem como se deram contornos a um primeiro arranjo do executivo provincial a partir de 1824. Em virtude da demora na regulamentação e convocação dos Conselhos Gerais, o Conselho da Presidência compôs, juntamente com o presidente, o principal canal de discussão e prática política provinciais durante os anos iniciais do Primeiro Reinado.

2.2. Os Conselhos Gerais de província

Se a lei de 20 de outubro de 1823 foi de importância crucial para a organização dos governos provinciais durante os primeiros anos do Império, estabelecendo a figura do presidente de província e os Conselhos da Presidência, uma outra instituição foi criada no ano seguinte, pela Carta de 25 de março de 1824, a fim de compor a estrutura político-administrativa das províncias: os Conselhos Gerais. Dado que, além de provisória, a lei de 20 de outubro tinha como objetivo primordial contemplar a esfera executiva do poder provincial, lacunas ainda remanesciam, após a dissolução da Constituinte, no que se referia à consolidação de canais efetivos de representação nas províncias.

A Carta outorgada reconhecia e garantia a todos os cidadãos o direito de “intervir nos negócios de sua província” que fossem “imediatamente relativos a seus interesses particulares”.³⁸⁸ Tal direito seria avalizado pelas Câmaras Municipais e pelos Conselhos Gerais, estes últimos criados legalmente a partir daquele momento. Os Conselhos Gerais deveriam ser instaurados em todas as províncias, exceto naquela em que estivesse sediada a capital do Império. As mais populosas (Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul) contariam com vinte e um membros, ao passo que as demais teriam direito de eleger treze integrantes. Esses seriam sufragados na mesma ocasião e da mesma forma que os deputados e senadores, de modo que a permanência dos membros no Conselho estaria condicionada à duração de cada legislatura, à semelhança do que já ocorria com os Conselhos da Presidência. Os novos Conselhos contariam, ainda, com um presidente e um secretário, ambos escolhidos por aclamação pelos seus membros.

Assim como no caso do Conselho da Presidência, a inexistência de um Conselho Geral no Rio de Janeiro foi tema de debate até a conclusão da reforma constitucional, em 1834. Em 1830, o deputado pernambucano Ernesto Ferreira França apresentou um projeto para a criação de um congênere na capital do Império, que no seu entender não poderia ficar privado de um benefício concedido às demais províncias. O projeto foi barrado por ser anticonstitucional.³⁸⁹ Para o periódico

³⁸⁸ Cf. art.71, Capítulo V – “Dos Conselhos Gerais de Província e suas Atribuições”, da Constituição Política do Império do Brasil. In: BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto (orgs.), *op. cit.*, p.183.

³⁸⁹ APB-CD, sessão de 15/05/1830, p.145-14.

O Universal, a inexistência de um Conselho fluminense representava um erro da Constituição, pois sobrecarregava a Assembleia Geral e não garantia que os interesses da província do Rio de Janeiro, bem como das Câmaras Municipais fluminenses, fossem levados adiante.³⁹⁰

As sessões dos Conselhos Gerais dar-se-iam uma vez por ano, com a duração de dois meses, podendo ser prorrogadas por mais um, caso a maioria dos conselheiros deliberasse nesse sentido. No dia da instalação dos Conselhos, prevista por lei para o 1º de dezembro de cada ano, os presidentes de província fariam um discurso cujo objetivo era discorrer sobre o estado dos negócios públicos e instruir os conselheiros a respeito das providências necessárias a serem tomadas na administração provincial.

Os Conselhos Gerais teriam como principal atribuição “propor, discutir e deliberar sobre os negócios mais interessantes de suas províncias; formando projetos peculiares e acomodados às suas localidades e urgências”, podendo inclusive receber projetos elaborados pelas Câmaras Municipais. Não estariam incumbidos de deliberar a respeito de propostas que recaíssem sobre a esfera dos “interesses gerais da nação”, dos “ajustes de umas com outras províncias”, da “execução das leis” e sobre aquelas questões cuja iniciativa deveria partir exclusivamente da Câmara dos Deputados.

As resoluções dos Conselhos Gerais seriam remetidas “diretamente ao Poder Executivo, pelo intermédio do presidente da província”. No caso da Assembleia Geral achar-se reunida por essa época, as resoluções ser-lhes-iam enviadas e revertidas como “projetos de lei a obter a aprovação da assembleia por única discussão em cada câmara”. Entretanto, nos períodos de recesso do Parlamento, o imperador poderia mandar executá-las “provisoriamente” ou suspender seu juízo sobre elas. Tanto as resoluções provisoriamente executadas como aquelas temporariamente suspensas pelo imperador teriam como destino a Assembleia Geral após sua reabertura, a fim de serem debatidas e deliberadas.

Incontornável, essa dupla subordinação – à Assembleia Geral e ao Executivo – balizava o alcance político do novo órgão: aos Conselhos Gerais não caberia *legislar*, mas sim *propor* matérias que, revertidas em projetos de lei, teriam que necessariamente passar pelo poder decisório dos legisladores e do governo. Como será observado adiante, os Conselhos Gerais foram recebidos pelos próprios coetâneos como o prenúncio de um legislativo provincial. Por ora vale sublinhar que eles estavam inscritos, na própria estrutura da Carta de 1824, como braços do Legislativo, mesmo

³⁹⁰ Segundo o redator do jornal, “(...) por um defeito mui notável da nossa Constituição a Província do Rio de Janeiro não tem Conselho Geral; e os negócios que nas mais províncias se tratam nos Conselhos Gerais são ali ou devem ser tratados na Assembleia Geral: o que se resulta pois desta acumulação de trabalho que devia estar dividido, o que menos importante seja posto de parte; e assim veremos que talvez em três legislaturas não possam ser tomadas as contas de um ano das Câmaras Municipais da província do Rio de Janeiro, e quando se hão de discutir e aprovar em Assembleia Geral as respectivas posturas?”, cf. *O Universal*, nº 622, 20/07/1831. Tais considerações foram feitas, cabe notar, no início das discussões sobre a reforma constitucional.

porque o capítulo que versava sobre tais órgãos foi incluso no Título IV (“Do poder legislativo”) do texto constitucional.

Embora o artigo 89 indicasse que o método de funcionamento dos Conselhos Gerais fosse determinado, futuramente, por um “regimento” a ser elaborado pela Assembleia Geral, as críticas à matéria foram concomitantes à circulação do projeto de Constituição entre as Câmaras Municipais e à outorga da Carta constitucional, ambas ocorridas em 1824. Em 1º de fevereiro, a Câmara Municipal de Itu enviou ao imperador algumas “Reflexões” sobre o projeto de Constituição, que na realidade constituíam um conjunto de críticas e sugestões ao texto que seria outorgado pelo imperador no mês seguinte. Em relação aos Conselhos Gerais, os vereadores ituanos – dentre os quais Diogo Antonio Feijó – propuseram duas alterações que visavam a ampliar seus poderes. Em primeiro lugar, reivindicavam que os Conselhos Gerais também pudessem elaborar leis, a fim de auxiliarem no expediente da Assembleia Geral. Em segundo, sustentavam que os Conselhos Gerais possuísem o direito de exigir a execução das leis por parte dos presidentes de província.³⁹¹ O também ituano Paula Sousa diria, anos depois, que o poder dos Conselhos Gerais fazerem propostas ao Legislativo era uma “prerrogativa ilusória, porque sempre ou quase sempre estas propostas por falta de tempo não poderiam ser examinadas e aprovadas”.³⁹² Crítica das mais incisivas em relação à maneira como foram concebidos os Conselhos Gerais partiu de Frei Caneca, um dos principais opositores à Carta outorgada de 1824 e líder da Confederação do Equador. As censuras do clérigo recifense recaíram sobre os artigos 84 a 88 do capítulo 5º da Carta de 1824, especialmente no tocante à vinculação dos Conselhos Gerais com a Assembleia Geral e o imperador, que a seu ver era demasiada centralizadora e ineficaz para os governos provinciais. Ademais, reprovou o artigo 83 no que dizia respeito aos Conselhos Gerais não poderem deliberar sobre a execução das leis no âmbito provincial:

“Os Conselhos das províncias são uns meros fantasmas para iludir os povos; porque devendo levar suas decisões à assembleia geral e ao executivo conjuntamente, isto bem nenhum pode produzir à província; pois que o arranjo, atribuições e manejo da assembleia geral faz tudo em último resultado depender da vontade e arbítrio do Imperador, que ardeiramente avoca tudo a si e de tudo dispõe a seu contento, e pode oprimir a nação do modo mais prejudicial, debaixo das formas da lei. Depois, tira-se aos Conselhos o poder de projetar sobre a execução das leis, atribuição esta que parece de suma necessidade ao conselho, pois que este, mais que nenhum outro, deve estar ao fato das circunstâncias, do tempo, lugar, etc. de sua província, conhecimentos indispensáveis para a cômoda e frutosa aplicação das leis”.³⁹³

³⁹¹ Reflexões dirigidas ao imperador sobre o projeto da Constituição – ofício da Câmara de Itu de 1º de fevereiro de 1824. In: BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto (orgs.), *op. cit.*, documento 68.6

³⁹² APB-CD, sessão de 28/08/1830, p.449.

³⁹³ CANECA, Frei. Crítica à Constituição outorgada. In: CANECA, Frei. *Ensaio Político*. Rio de Janeiro: PUC, 1976, p.72.

Com a convocação do Parlamento, em 1826, a problemática do funcionamento dos governos provinciais logo veio à tona, de modo que algumas propostas sobre a matéria foram apresentadas já nas primeiras sessões da Câmara dos Deputados. Em 18 de maio de 1826, o deputado pelo Ceará Manoel José de Albuquerque propôs com urgência que os Conselhos Gerais tivessem seus trabalhos regulamentados conforme prescrevia à Constituição, o que foi aprovado.³⁹⁴ Concomitantemente à indicação do deputado cearense, o Senado também discutia a questão. Em 11 de julho de 1826, leu-se na Câmara dos Deputados o projeto sobre os Conselhos Gerais elaborado pela câmara vitalícia, que já continha emendas sugeridas por uma comissão. O documento expunha desde a sistemática ordinária do Conselho até a forma de organizar suas sessões, discussões, propostas, comissões, votações e admissão de empregados.³⁹⁵

A leitura do texto pelos deputados gerou conflitos. Alguns membros da Câmara foram contrários à concepção de que os conselheiros deveriam ser responsáveis pelos seus atos no Conselho, isto é, de que poderiam ser julgados pelo exercício de suas funções. O sistema de votação dos Conselhos, por sua vez, também suscitou polêmica. Paula Sousa e Costa Aguiar – ambos deputados por São Paulo – defenderam que a votação dos conselheiros deveria ser “aberta”, e não “fechada” como sugerira o projeto original dos senadores.³⁹⁶

No dia em que o texto do Senado chegou ao plenário da Câmara, o também deputado por São Paulo Diogo Antonio Feijó apresentou um amplo projeto sobre “administração e economia das províncias” que tratava, entre outras questões, da autoridade dos presidentes de província e da organização dos Conselhos Gerais. Estes, na ótica de Feijó, deveriam ser investidos de maiores poderes a fim de contrabalançar o do executivo provincial. O projeto do padre paulista foi expedido à comissão de leis regulamentares, mas sua discussão foi temporariamente suspensa, em 1827.³⁹⁷

A divergência de opiniões quanto ao funcionamento e estrutura dos Conselhos Gerais tornou o encaminhamento da matéria moroso e indefinido. Em vista disso o deputado mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos já propusera, em 1826, que os membros da Câmara retirassem suas emendas ao projeto elaborado pelo Senado e aprovassem o texto original, enquanto um substituto não fosse apresentado.³⁹⁸ Havia aqueles, entretanto, como o representante baiano Antonio Ferreira França, que não concordavam com a retirada das emendas dos deputados. Diante de posicionamentos tão

³⁹⁴ APB-CD, sessão de 18/05/1826, p.81-82.

³⁹⁵ *Ibid.*, sessão de 11/07/1826, p.112-126.

³⁹⁶ SLEMIAN, *op. cit.*, p.147.

³⁹⁷ *Ibid.*, p.148.

³⁹⁸ *Ibid.*, p.150.

ambivalentes, evocou-se o recurso da reunião das duas Casas para deliberar sobre assunto, conforme determinava a Constituição nos casos em que a discordância não fosse resolvida.³⁹⁹

Passaram-se dois anos sem que a reunião das duas Casas fosse convocada ou que alguma providência sobre a matéria se concretizasse. Em maio de 1828, o deputado por Pernambuco Manoel Caetano de Almeida Albuquerque recomendou uma resolução com o mesmo teor daquela apresentada dois anos antes por Vasconcelos,⁴⁰⁰ argumentando que apenas as “províncias do sul” estavam “gozando dos benefícios da Constituição”, sendo necessário, pois, estabelecer “sem demora” os Conselhos Gerais.⁴⁰¹ As províncias do centro-sul também reclamavam, ao que consta, a formalização dos Conselhos Gerais. Quando vice-presidente de Minas Gerais, em 1826, Francisco de Santa Apolônia clamou ao imperador para que esse tomasse “urgente providência” para acelerar a aprovação do regimento para os Conselhos Gerais, cuja ausência empacava os negócios provinciais.⁴⁰²

Mas o problema não era de simples resolução. Para o padre mineiro Custódio Dias, sujeitar-se ao regimento tal como havia sido recebido pela Câmara poria em sério risco os novos órgãos, já que estes, segundo o texto provindo do Senado, seriam responsabilizados por seus atos em sessão dos Conselhos Gerais, não gozando de qualquer imunidade. Lino Coutinho também rejeitou a resolução de Almeida Albuquerque, em grande medida porque aceitá-la seria uma forma de vergar-se ao poder senatorial, que tinha como prática postergar sua posição em temas que não lhe convinham. Noutro passo saíram em defesa de Almeida Albuquerque os deputados Ferreira França e Souza França, para quem a resolução seria bem vinda dado que as províncias, sem os Conselhos Gerais, estariam fora do pacto político pelo texto constitucional. Vasconcelos, distanciando-se de Custódio Dias, seu companheiro de bancada, também apoiou a resolução, ressaltando sua constitucionalidade.⁴⁰³

³⁹⁹ *Ibid.*, p.151.

⁴⁰⁰ Em 1827, todavia, o próprio Vasconcelos sugeriu que a pauta fosse por hora deixada de lado, porque matérias prementes como a criação dos juizados de paz e do novo regimento para as Câmaras Municipais ainda não tinham recebido a devida atenção dos representantes da nação.

⁴⁰¹ APB-CD, sessão de 10/05/1828, p.39. A ideia de que a instalação dos Conselhos Gerais abrandaria de algum modo a tensão envolvendo as “províncias do norte” ganhou coro entre os círculos políticos da época. Há indícios de que os Conselhos Gerais, do ponto de vista dos políticos do período, auxiliariam em escala provincial o processo de normatização do novo Estado. Numa nota referente à reabertura dos trabalhos do Parlamento, em maio de 1828, o redator de *O Farol Paulistano* observou a importância da implantação dos Conselhos Gerais para as províncias nortistas: “A organização das Câmaras Municipais entrou logo na Ordem dos trabalhos, bem como os Conselhos Gerais de Província. A respeito d’estes foi, parece, cortado o nó górdio, e agora não terá o Senado mais motivo de retardar esta instituição, que se não der algum alívio às Províncias do Norte, que gemem debaixo do mais pesado jogo, então muito triste futuro lhe antolhamos”. Cf. *O Farol Paulistano*, nº 117, 1828.

⁴⁰² Ofício para a Secretaria dos Negócios do Império de 20/06/1826. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: 1904, v.09, p.681-682.

⁴⁰³ APB-CD, sessão de 10/05/1828, p.39-41.

A resolução de Almeida Albuquerque acabou vencendo, em clima de pressão.⁴⁰⁴ Aprovou-se o regimento para os Conselhos Gerais tal como havia sido concebido originalmente pelo Senado, com apenas uma emenda feita pelo deputado baiano Luis Paulo de Araújo Bastos, a qual assegurava à Câmara dos Deputados a iniciativa de elaborar um projeto alternativo referente à matéria.⁴⁰⁵ Nesse sentido, é difícil indicar uma “vitória” do Senado na queda de braço com Câmara, já que esta buscava aprovar, mais tarde, aspectos importantes referentes ao alcance político dos Conselhos Gerais, como se verá adiante.

O regimento para os Conselhos Gerais formalizou seu funcionamento ordinário e ainda acrescentou algumas atribuições que apenas haviam sido esboçadas pela Carta constitucional. Um dos principais aspectos contemplados pelo regimento foi o da forma como seriam trabalhadas as propostas elaboradas pelos membros dos Conselhos Gerais, bem como das representações emitidas pelas Câmaras Municipais ou por qualquer cidadão. Toda proposta deveria passar, obrigatoriamente, por três leituras, que discutiriam suas “vantagens” ou “inconvenientes”, a pertinência de seus artigos, e a necessidade de eventuais alterações no projeto original. As representações enviadas pelas Câmaras Municipais seriam despachadas a uma comissão permanente encarregada de analisá-las e transformá-las em propostas.

* * *

Instalados com maior ou menor dificuldade de acordo com a conjuntura política de cada província, os Conselhos Gerais permaneceram como pauta constante nas discussões feitas pela Câmara dos Deputados, que havia ficado de elaborar um projeto a respeito da matéria. Em verdade, não obstante a gradual institucionalização dos Conselhos Gerais, estes ainda careciam de um arcabouço legal que lhes garantisse a eficácia de suas deliberações, principalmente porque essas dependiam da intermediação do poder decisório da Assembleia Geral e do Executivo.⁴⁰⁶

A Câmara dos Deputados utilizou como projeto alternativo para os Conselhos Gerais parte daquele apresentado por Diogo Antonio Feijó em 1826, de modo que parcela significativa de suas

⁴⁰⁴ As cobranças com relação à aprovação do regimento para os Conselhos Gerais acentuaram-se conforme o tempo se sucedia. Representações eram enviadas aos deputados cobrando alguma posição efetiva, tal como fez a Câmara Municipal de Campanha, a qual solicitou que se “ultimassem” os regimentos para as municipalidades e Conselhos Gerais, cf. APB-CD, sessão de 09/07/1828, p.73.

⁴⁰⁵ Lei de 27 de Agosto de 1828 que dá regimento para os Conselhos Gerais de província. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1828, op. cit.*, p.10-24.

⁴⁰⁶ Para se ter ideia, a lei de 27 de agosto possuía lacunas com relação à própria padronização no envio das propostas pelos Conselhos Gerais. Apenas em agosto de 1831, quase na metade da 2ª Reunião dos Conselhos Gerais, decretou-se o modelo de como deveriam ser encaminhadas as decisões desses órgãos ao governo. Cf. Decisão do Ministério do Império de 9 de agosto de 1831 – declara a maneira por que devem ser remetidas ao Governo as propostas dos Conselhos Gerais de Província, bem como as representações dos mesmos Conselhos, e as dos particulares. In: *Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1831*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, p.182.

deliberações foi no sentido de ampliar a autonomia desses órgãos e de concebê-los como um contraponto político à autoridade dos executivos provinciais. Ao longo de 1828, medidas importantes foram aprovadas sobre a matéria antes que o texto fosse remetido à apreciação do Senado: a) os presidentes de província teriam como obrigação prestar aos Conselhos Gerais os devidos esclarecimentos sobre suas deliberações; b) os conselheiros não seriam responsáveis pelo exercício de sua função, embora a Assembleia Geral pudesse, futuramente, marcar sua responsabilidade; c) os conselheiros cujo soldo ou ordenado fosse considerado baixo passariam a receber um subsídio pela sua participação no Conselho; d) os Conselhos Gerais ficariam incumbidos, assim como já o eram o presidente de província e o Conselho da presidência desde a lei de 20 de outubro de 1823, de fiscalizar a receita e despesa provinciais e de enviar à Assembleia Geral um parecer sobre a questão.⁴⁰⁷ Mesmo com a aprovação dessas emendas e do envio do projeto à segunda Casa, a Câmara dos Deputados manteve-se empenhada no debate em torno dos Conselhos Gerais, visto que alguns pontos basilares da estrutura política desses órgãos não haviam sido esmiuçados, como veremos adiante.

2.3. Os Conselhos Gerais em São Paulo e Minas Gerais (1828-1834)

A instalação dos Conselhos Gerais não se processou de maneira uniforme pelas diversas províncias do Império. Em fala do ministro do Império Clemente Pereira de 1º de junho de 1829, até aquele momento apenas São Paulo, Minas Gerais, Bahia e São Pedro do Rio Grande do Sul haviam assistido à instalação dos seus respectivos Conselhos.⁴⁰⁸ Em sessão da Câmara, o deputado Holanda Cavalcante acusou o presidente da província de Pernambuco, Thomaz Xavier Garcia de Almeida, de ter protelado a instalação do Conselho Geral pernambucano.⁴⁰⁹ No caso da Bahia, foi necessária a intervenção do Ministério do Império, em dezembro de 1829, para que se realizasse a reunião do Conselho Geral baiano.⁴¹⁰ Situação análoga ocorreu em princípios de 1830 no

⁴⁰⁷ SLEMIAN, *op. cit.*, p.154-156. Com relação à emenda proposta pelo deputado Paula Sousa sobre os Conselhos Gerais terem como atribuição fiscalizar a receita e despesa das províncias, alguns representantes da Casa votaram contra por acreditarem que ela extrapolava as características que a Carta de 1824 havia conferido a esses órgãos. Segundo o deputado cearense Manoel do Nascimento Castro, competia aos Conselhos Gerais apenas “propor, discutir e deliberar e não administrar”, ato que pela lei de 20 de outubro de 1823 havia sido conferido ao Conselho da Presidência.

⁴⁰⁸ APB-CD, sessão de 01/06/1829, p.10.

⁴⁰⁹ APB-CD, sessão de 06/04/1829, p.16.

⁴¹⁰ Em abril de 1829, o Conselho Geral da Bahia pediu providências à Assembleia Geral para fazer com que os conselheiros tomassem assento, cf. APB-CD, sessão de 06/05/1829. Embora os conselheiros baianos atribuísssem à falta de membros exigidos por lei o motivo para a não abertura do Conselho, o ministério ordenou sua imediata convocação para uma sessão preparatória, e que assim continuasse até completar o número de conselheiros determinados pela Carta de 1824, cf. Decisão do ministério do Império de 29 de dezembro de 1829 – sobre a reunião do Conselho Geral da Província da Bahia. In: Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1829. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, p.232-233. Apesar da investida ministerial, foi somente a partir de 28 de fevereiro de 1830 que o Conselho Geral da Bahia passou a funcionar regularmente. Para o funcionamento do Conselho Geral na Bahia, ver

Maranhão, que teve as atividades do seu Conselho Geral interrompidas temporariamente pelo não comparecimento de boa parte dos conselheiros.⁴¹¹

Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Santa Catarina e Sergipe também tiveram como problema constante o não comparecimento dos membros eleitos,⁴¹² o que pode ser explicado por motivos diversos. Além da distância entre o local de residência de parte dos conselheiros e as capitais, e da ausência de gratificação (diferentemente do que ocorria com aqueles que compunham os Conselhos da Presidência), houve inicialmente um relativo descrédito para com a natureza política dos Conselhos Gerais, que era eminentemente propositiva, e não legislativa. Havia, ainda, a exigência formal do reconhecimento dos diplomas dos membros do Conselho, que por vezes era morosa e acarretava no atraso do ingresso de alguns integrantes.

O Conselho Geral de Minas Gerais foi instalado em dezembro de 1828.⁴¹³ Durante seu primeiro ano de funcionamento, sofreu com as ausências constantes de seus membros, o que virou motivo de censura para o *Universal*. Este alertou aos “eleitores mineiros” sobre suas escolhas futuras:

“O nosso Conselho Geral de Província está a terminar as suas sessões; e até agora não se tem reunido mais do que 15 membros, devendo ele compor-se de 21. Este exemplo servirá de advertir aos Srs. Eleitores Mineiros a necessidade de escolherem nas seguintes Legislaturas para o Conselho da Província e para o do Governo, cidadãos que tenham sua residência o mais próximo possível à Capital, pois é muito difícil que aqueles que residem a 50, 70, e mais léguas deixem suas casas para virem aqui estar dois meses”.⁴¹⁴

O argumento da escolha de representantes residentes “o mais próximo possível à capital” poderia ocultar, quem sabe, uma predileção do redator por aqueles setores vinculados a Ouro Preto e adjacências, mesmo porque a proximidade com o centro administrativo da província não garantiria, por si só, o comparecimento de um conselheiro. O que se viu foram ausências sucessivas

CASTRO, Renato Berbert de. *História do Conselho Geral da Província da Bahia, 1824-1834*. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 1984.

⁴¹¹ As ausências continuaram. Em junho de 1830, a Câmara dos Deputados recebeu um ofício do Conselho Geral do Maranhão sobre o não comparecimento de dois desembargadores, ambos membros do Conselho Geral, Cf. APB, sessão do dia 14/06/1830, p.404. Folhas liberais como *O Farol Maranhense*, *A Aurora Fluminense* e *O Farol Paulistano* lamentaram a não instalação do Conselho Geral do Maranhão, cf. *O Farol Paulistano*, nº 331, 17/04/1830.

⁴¹² APB-CD, sessão de 18/05/1830, p.167; CEDI-CD, 1832, lata 73, maço 01, pasta 02, ofício de 17/03/1832. Para o caso de Sergipe, ver ANTONIO, Edna Maria Matos. *A “independência do solo que habitamos”: poder, autonomia e cultura política na construção do Império brasileiro. Sergipe (1750-1831)*. Doutorado em História. Franca: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/ Universidade Estadual Paulista, 2011. Para o caso de Santa Catarina, ver SILVA, Sandra Oenning da. *Estado monárquico (des)centralizado: a dinâmica política em torno da formação dos conselhos provinciais de Santa Catarina (1824/1834)*. Dissertação de Mestrado. Santa Catarina: UFSCR, 2013.

⁴¹³ Assim como o Conselho da Presidência, os Conselhos Gerais tinham seu período de duração atrelado às legislaturas do Império. Pelo fato de terem sido implementados a partir em 1828, isto é, com no mínimo dois anos de atraso em relação à 1ª legislatura (1826-1829), a duração da 1ª Reunião dos Conselhos Gerais foi reduzida.

⁴¹⁴ *O Universal*, nº 242, 28/01/1829. O *Pregoeiro Constitucional* também mostrou preocupação com a influência dos conselheiros “omissos” no bom andamento das atividades do órgão, cf. nº 31, 29/12/1830.

até a extinção do órgão, em 1834.⁴¹⁵ Às vésperas de sua reabertura, em novembro de 1830, o Conselho Geral de Minas Gerais solicitou ao presidente da província que esse mandasse convocar os suplentes presentes na capital, já que dentre os conselheiros efetivos havia aqueles que ainda estavam no Rio de Janeiro por conta da Assembleia Geral, ou em locais distantes da província. Havia, também, casos de doença e falecimento, sendo impossível, portanto, principiar as sessões daquele ano conforme marcado pela Carta de 1824, no dia 1º de dezembro.⁴¹⁶

O comparecimento ou ausência dos conselheiros foi mais do que uma questão institucional, convertendo-se numa arma política usada para interferir no processo eleitoral. O *Universal* se valeu desse recurso para enaltecer nomes como os de Manoel Inácio de Melo e Sousa e Santa Apolônia, figuras de prestígio dentro dos liberais mineiros, e repreender homens como o deputado, suplente do Conselho da Presidência e conselheiro geral, João Joaquim da Silva Guimarães:

(...) E que diremos finalmente do Sr. João Joaquim da Silva Guimarães que tanto ambicionava a honra, ou para dizer melhor, o lucro de ser deputado? Que não perde Sessão do Conselho do Governo só para ganhar as 10 patacas, como ele mesmo confessou a muitos por sua própria boca, e que agora se digna de vir assistir às sessões do Conselho da Província?

Refleti bem, Srs. Eleitores, na Conduta destes Cidadãos, a quem conferistes votos para advogarem os vossos interesses, e julgai se eles devem merecer-vos a mais leve contemplação para um só cargo eletivo; eles desprezam as vossas honras, e só querem o proveito a elas inerente, enquanto ganham dinheiro, estão prontos para servir, logo que se trata de servir de graça, já não podem, já sofrem mil incômodos; e se não houvesse tanta força de patriotismo em muitos dos que os nomeastes; nem uma só, ou mui poucas sessões haveriam no Conselho da Província. Meditai bem, Srs. Eleitores, e conservai na lembrança estes fatos para julgardes por eles aos vossos Eleitos (...).⁴¹⁷

Faca de dois gumes, o argumento também foi utilizado pelos adversários dos moderados mineiros. O redator do periódico *O Telégrafo* ironizou o não comparecimento de José Bento Ferreira de Melo, levantando a suspeita de que eles e outros “liberalões” faltavam às sessões do Conselho Geral de Minas por não serem remuneradas:

“Depois de um recrutamento de Conselheiros, e de se chamarem os Suplente de Suplentes, custando-se que assim mesmo tem deserddado o Conselho Geral, e que não há sessões. Admira que os grandes liberalões sejam, os que mais fogem e se escoam pela razão mui forte, pare eles, de que nada vencem. Daqui vê-se, que se os Deputados fossem obrigados a irem de graça, não ia lá nenhum. Os Conselheiros do Serro, Campanha, Mandu, e Tamandua

⁴¹⁵ Em 1832, por quatro vezes as sessões do Conselho Geral de Minas não ocorreram por falta de membros, cf. APM, ACG-MG, sessões de 07/01/1832 (p.135), 18/02/1832 (p.448-449), 24/12/1832 (p.07) e 29/12/1832 (p.07).

⁴¹⁶ APM, PP1/52, cx.01, ofício de 30/11/1830.

⁴¹⁷ *O Universal*, nº 242, 28/01/1829. O periódico *Astro de Minas* também condenou as constantes faltas do conselheiro João Joaquim da Silva Guimarães, cf. *Astro de Minas*, nº 184, 20/01/1829. Vale notar, entretanto, que algumas folhas moderadas não deixavam de reprovar as ausências de políticos de certo prestígio entre os moderados mineiros, como Batista Caetano de Almeida e José Bento Ferreira de Melo, cf. *Estrela Marianense*, nº 75, 09/11/1931.

nem a laço cá os pilham; e todos são liberais, porém muito doentes; os senhores José Bento, Lemos, João Antunes são destes”.⁴¹⁸

O Conselho Geral de São Paulo, instalado em 1º de dezembro de 1828, também conviveu com o problema da baixa frequência dos seus conselheiros, sobretudo na 1ª Reunião, embora em apenas uma ocasião a falta de *quorum* impossibilitou a realização de uma sessão.⁴¹⁹ O número de membros presentes variou, nos dois primeiros anos de duração do Conselho, entre 12 e 16 – dos vinte e um previstos por lei –, mas a tendência geral foi um aumento da presença dos conselheiros e suplentes ao longo da 2ª e 3ª Reuniões.⁴²⁰

Dentre os conselheiros e suplentes eleitos para a 1ª Reunião do Conselho Geral de São Paulo, nove deles já haviam ocupado ou ocupavam assento no Conselho da Presidência da mesma província – sendo cinco como conselheiros e quatro como suplentes. Ou seja, muitos desses homens foram, concomitantemente, conselheiros e/ou suplentes em ambos os Conselhos, situação que parece ter ocorrido em outras províncias do Império, a notar por uma decisão ministerial de junho de 1830, na qual se consentiu a ocupação dos dois cargos simultaneamente.⁴²¹ Essa situação só viria a ser alterada em 1831, quando se proibiu tal acúmulo de funções, conforme já observado. José da Costa Carvalho, embora eleito apenas suplente, foi juntamente com Manoel Joaquim do Amaral Gurgel o mais votado para o cargo de conselheiro geral na capital paulista, cidade onde ampliara seu prestígio político após a fundação d’o *Farol Paulistano*.⁴²²

A presença de conselheiros da presidência entre os membros eleitos para o Conselho Geral também ocorreu em Minas Gerais. Todos os seis conselheiros eleitos para a 1ª Reunião do Conselho da Presidência (1825-1829) também o foram para a 1ª Reunião do Conselho Geral mineiro como

⁴¹⁸ *O Telégrafo*, nº 171, 28/12/1830. Em 1830, José Bento Leite Ferreira de Melo justificou sua ausência nas sessões do Conselho Geral daquele ano por conta do prolongamento das atividades da Câmara dos Deputados e do seu estado de saúde, cf. APM, CGP1/3, cx.01, ofício de 21/11/1830.

⁴¹⁹ A rigor, a 1ª Reunião do Conselho Geral de São Paulo deu-se entre 01/12/1828 e 09/02/1830, em virtude da prorrogação da última sessão. A sessão de 13 de janeiro de 1829 deixou de ocorrer porque apenas 10 conselheiros compareceram, não atingindo o mínimo exigido – a metade do número dos membros – pela Carta de 1824 (art.78). Ver *O Farol Paulistano*, nº 307, sessão de 14/01/1829.

⁴²⁰ A primeira sessão do Conselho Geral contou com a presença de 14 conselheiros e do então vice-presidente da Província Manoel Joaquim de Ornelas. Deliberou-se, nesse dia, que o posto de presidente do Conselho seria ocupado pelo bispo Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade e o de secretário por Diogo Antonio Feijó. Para presidir a comissão permanente encarregada de analisar as representações das Câmaras Municipais foi escolhido o conselheiro Antonio Paes de Barros, ao passo que para a comissão de polícia foi eleito o membro José Manoel da Luz. Cf. *O Farol Paulistano*, nº 169, 03/12/1828.

⁴²¹ Ver nota 121.

⁴²² No colégio eleitoral da capital paulista, aqueles que receberam mais votos para o cargo de conselheiro geral foram: José da Costa Carvalho (109), Manoel Joaquim do Amaral Gurgel (109), Diogo Antonio Feijó (108), Rafael Tobias de Aguiar (106), Joaquim José de Moraes (105), Manoel Joaquim de Ornelas (99), Bernardo Jose Pinto Gavião (99), Jose Antonio dos Reis (87), Jose Manoel da Luz (78), Francisco de Paula Souza (76), Candido Gonçalves Geraldo (74), Antonio Paes de Barros (73), Valério de Alvarenga Ferreira (71), Antonio Mariano de Azevedo Marques (70), Francisco de Paula Simões (64), Jose Correa Pacheco (58), João da Silva Machado (55), Antonio Bernardes Bueno (53), Idelfonso Xavier Ferreira (?), Francisco de Paula Oliveira (45), Manuel Dias de Toledo (45). Cf. *O Farol Paulistano*, nº 176, 30/12/1828.

conselheiros efetivos. Seis suplentes do conselho privativo do presidente também conseguiram tomar assento do Conselho Geral.⁴²³

Lista dos membros eleitos	Conselho Geral da província de São Paulo – 1ª Reunião (1828- 1830) ⁴²⁴
	Observações
CONSELHEIROS	
Rafael Tobias de Aguiar	Na época, era conselheiro da 1ª Reunião do Conselho da Presidência da Província de São Paulo
Diogo Antonio Feijó	Na época, era deputado pela 1ª legislatura e suplente da 1ª Reunião do Conselho da Presidência, ambos pela Província de São Paulo
Manuel Joaquim do Amaral Gurgel	
Manoel Rodrigues Jordão	Não chegou a tomar posse. Faleceu em 1827.
Francisco Inácio de Souza Queirós	
João Crisóstomo de Oliveira Salgado Bueno	Na época, era deputado por São Paulo na 1ª legislatura. Em 1828, pediu dispensa por motivo de saúde. ⁴²⁵
Luís Antonio Neves de Carvalho	Em 1828, Pediu dispensa por motivos de saúde. ⁴²⁶
João Gonçalves Lima	Em 1828, pediu dispensa por motivos de saúde e idade avançada. ⁴²⁷
Manuel Joaquim de Ornelas	Na época, era deputado da 1ª legislatura e conselheiro da 1ª Reunião do Conselho da Presidência, ambos pela Província de São Paulo.
Bernardo José Pinto Gavião Peixoto	Na época, era suplente da 1ª Reunião do Conselho da Presidência da Província de São Paulo.
Lourenço Pinto de Sá Ribas	Na época, era suplente da 1ª Reunião do Conselho da Presidência da Província de São Paulo.
Cláudio Jose Machado	Em 1829 e 1830, pediu dispensa por motivos de saúde. ⁴²⁸
Manuel José da Costa	
Joaquim José Pinto de Moraes Leme	
Valério de Alvarenga Ferreira	
Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade	Na época, era deputado pela 1ª legislatura e conselheiro da 1ª Reunião do Conselho da Presidência, ambos pela Província de São Paulo.
Antonio Paes de Barros	
Antonio José de Macedo Sampaio	Não tomou assento em 1828. ⁴²⁹
Eleutério da Silva Prado	

⁴²³ Foram eles: Bernardo Pereira de Vasconcelos, José Bento Soares, João Joaquim da Silva Guimarães, Manoel José Pires da Silva Pontes, Manoel José Monteiro de Barros e Antônio Caetano Pinto Coelho da Cunha.

⁴²⁴ *Registro Geral da Câmara da cidade de São Paulo de 1824-1826*. São Paulo: Publicação oficial do Arquivo Municipal de São Paulo, 1922, vol.XVIII, p.493-494; Cf. MARQUES, *op. cit.*, p.194-195.

⁴²⁵ ALESP, FCGP-PO29.002, cx.22.

⁴²⁶ ALESP, FCGP-PO28.010, cx.22

⁴²⁷ ALESP, FCGP-PO28.004, cx.22

⁴²⁸ ALESP, FCGP-PO28.003, cx.22.

⁴²⁹ ALESP, FCGP-PO28.007, cx.22.

Anastácio de Freitas Trancoso	Em 1828, pediu dispensa por motivos de saúde. ⁴³⁰
SUPLENTE	
Ignácio Marcondes de Oliveira Cabral	
Vitoriano Moreira da Costa	Em 1828, pediu dispensa por motivos de saúde. ⁴³¹
Antonio José Pinto	Em 1828, pediu dispensa por motivos de saúde. ⁴³²
Joaquim José de Moraes e Abreu	
José da Costa Carvalho	
José Manuel da Luz	
Cândido Gonçalves Gomide	
Francisco Álvares Machado de Vasconcelos	
Joaquim Mariano Galvão de Moura e Lacerda	Na época, era suplente do Conselho da Presidência de São Paulo.
Lista dos membros eleitos/ nº de votos recebidos⁴³³	Conselho Geral da província de Minas Gerais – 1ª Reunião (1828- 1830)
	Observações
CONSELHEIROS	
João Batista Ferreira de Souza Coutinho – 339	
Romualdo José Monteiro de Barros – 337	
Custódio José Dias - 290	
Francisco Pereira Santa Apolônia – 239	
Antonio Thomaz de Figueiredo Neves – 225	
Teotônio Álvares de Oliveira Maciel – 209	
Bernardo Pereira de Vasconcelos – 202	
João José Lopes Mendes Ribeiro – 174	
José de Araujo de Cunha Alvarenga – 173	
José Bento Soares – 171	
Inocência Vieira da Silva – 175	
Manoel Inácio de Melo e Sousa – 156	
José da Costa Moreira – 150	

⁴³⁰ ALESP, FCGP-PO28.011, cx.22.

⁴³¹ ALESP, FCGP-PO28.012, cx.22.

⁴³² ALESP, FCGP-PO29.001, cx.22.

⁴³³ *Ata da ultima apuração das Eleições Políticas da Província de Minas Gerais para os Membros do Conselho Geral da mesma Província feita no ano de 1824*. Ouro Preto: Oficina Patrícia de Barboza, 1828. APM, CGP3/2, cx.02, doc.03.

Antonio Januario Carneiro – 147	
Jose Bento Ferreira de Melo – 146	
Manoel Vieira Couto – 139	
Marcos Antonio Monteiro de Barros-139	
José Fernandes de Oliveira Pena – 139	
Antonio Augusto Monteiro de Barros – 136	
João Joaquim da Silva Guimarães – 134	
José Feliciano Pinto Coelho da Cunha – 130	
SUPLENTES	
Manoel José Pires da Silva Pontes – 128	
Cândido José de Araújo Viana – 127	
Manuel de Araújo da Cunha – 127	
Manoel José Monteiro de Barros – 125	
Antonio Caetano Pinto Coelho da Cunha – 119	
Manoel Ribeiro Vianna – 118	
Antonio da Rocha Franco – 116	
José Abreu da Silva – 115	
Manoel da Costa Maia – 115	

Na ocasião de sua instalação, o Conselho Geral de São Paulo reportou-se diretamente ao imperador para comunicar o episódio, enfatizando menos as atribuições práticas do novo órgão do que seu papel institucional associado ao cumprimento da Carta de 1824 – o “Código Sagrado” – e do regimento interno de 27 de agosto de 1828. Só a partir da execução desses dois aparatos legais é que se concretizaria a função política dos Conselhos Gerais, que era a de conceder aos cidadãos o “direito de intervir nos negócios de suas respectivas províncias”.⁴³⁴ A Câmara dos Deputados foi igualmente comunicada da convocação do Conselho Geral de São Paulo, só que por meio de outro ofício, de conteúdo diferente, o que demonstra a preocupação do órgão paulista no modo de se relacionar com cada instância de poder. Além de enaltecer o novo órgão enquanto parte do processo institucionalização do Estado nacional, o texto fez questão de ratificar o estatuto representativo dos Conselhos Gerais que lhes afiançava, entre outras atribuições, a possibilidade de desenvolver “Projectos de Lei” e denunciar “qualquer falta de Justiça”; ou seja, características que legalmente estavam amarradas à ingerência da Assembleia Geral. Forjando para os paulistas uma identidade

⁴³⁴ APESP, Representação enviada para D. Pedro sobre a instalação do Conselho Geral de São Paulo. In: *Registro de propostas, ofícios e representações, que subiram à Presença de S.M.I. e da Assembleia Geral Legislativa* (RPR), p.02-03.

liberal unívoca, o ofício ressaltou, ainda, a diligência dos representantes da nação na aprovação do regimento interno para os Conselhos Gerais, que funcionariam na qualidade de “Guarda da Constituição”.⁴³⁵ O Senado, por sua vez, recebeu apenas uma cópia do ofício encaminhado à Câmara dos Deputados. Fato curioso, até porque foi o regimento elaborado pelos senadores que a Assembleia Geral por fim adotara para os Conselhos Gerais. Mas num contexto em que a relação entre as duas casas acirrava-se cada vez mais, a presença de quatro deputados na 1ª Reunião do Conselho Geral de São Paulo – Diogo Antonio Feijó, Manuel Joaquim de Ornelas, João Crisóstomo de Oliveira e José da Costa Carvalho – parece ter influenciado na decisão.

A Câmara Municipal da cidade de São Paulo se manifestou a favor da convocação do Conselho Geral de São Paulo. Em ofício remetido ao órgão recém-instaurado, os vereadores da capital paulista imputaram aos Conselhos Gerais a condição de “mais importante de todas as instituições” outorgadas baluartes da Carta de 1824.⁴³⁶ Felicitações de outras Câmaras da província também chegaram ao conhecimento do Conselho Geral de São Paulo, ocorrência que se tornou comum, também em Minas Gerais, nos períodos de abertura e fechamento do órgão.⁴³⁷ Mais do que uma formalidade política, as Câmaras necessitavam estreitar seus laços com o Conselho Geral que, como veremos adiante, tinha como uma das suas principais faculdades dirigir parte da administração municipal.

O *Farol Paulistano* passou a publicar os resumos das atividades do Conselho Geral de São Paulo a partir do ano seguinte.⁴³⁸ Era uma prática comum,⁴³⁹ posto que o próprio Ministério do Império, em decisão tomada a 13 de março de 1830, fez circular que fossem impressas as atas desses órgãos, ainda que reconhecesse a ausência de uma legislação ordinária que a tornasse obrigatória.⁴⁴⁰ Em Minas Gerais, à semelhança do que já vinha ocorrendo com o Conselho da Presidência, os trabalhos do novo órgão receberam uma publicação própria, o *Diário do Conselho Geral da Província de Minas Gerais*, editada em Ouro Preto na tipografia do *Universal*, sob

⁴³⁵ APESP, RPR, “Representação enviada para a Câmara dos Deputados sobre a instalação do Conselho Geral de São Paulo”, p.02.

⁴³⁶ “Registro de um ofício da Câmara ao Conselho Geral desta Província”. In: *Registro Geral da Câmara da cidade de São Paulo de 1824-1826*, op. cit., p.519-520.

⁴³⁷ Ver, por exemplo, a felicitação oferecida ao Conselho Geral de São Paulo pela Câmara Municipal de Taubaté, em janeiro de 1829, e pela de Guaratinguetá, em dezembro de 1830. Cf. *O Farol Paulistano*, nºs 183, sessão de 12/01/1829, e 427, sessão de 06/12/1830. Para o caso mineiro, ver felicitação oferecida pela Câmara Municipal de Queluz, cf. *O Universal*, nº703, 27/01/1832, e pela Câmara Municipal da Vila do Príncipe, cf. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de MG, 1903, v.8, nº1-2, documento nº 07, p.394-395.

⁴³⁸ Com o término d’o *Farol Paulistano*, em meados de 1831, o jornal *O Novo Farol Paulistano* encarregou-se de publicar os trabalhos do órgão. Em dezembro de 1831, o periódico *Correio Paulistano* veio à luz tendo como um dos objetivos dar publicidade às atividades do Conselho Geral, cf. *O Novo Farol Paulistano*, nº 36, 07/12/1831.

⁴³⁹ A publicação das atas do Conselho Geral foi uma das principais pautas editoriais de *A Matutina Meyapontense*, folha goiana de orientação liberal que circulou entre 1830 e 1834. Ver, a título de exemplo, os nºs 01-10, de 1830.

⁴⁴⁰ Decisão do Ministério do Império de 13 de março de 1830 – manda que as atas das sessões dos Conselhos Gerais sejam impressas, embora haja lei que não o ordene. In: *Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1830*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, p.56.

responsabilidade do suplente José Pedro de Carvalho.⁴⁴¹ Ainda sim, muitos periódicos mineiros publicavam, esporadicamente, as atividades do Conselho.⁴⁴²

O periodismo de orientação liberal não se limitou a reproduzir os trabalhos dos Conselhos Gerais, mas também lhes conferiu franco apoio político. Com maior ou menor frequência, mais ou menos intensidade, quase todas as folhas ditas moderadas de Minas e São Paulo se colocaram ao lado dos Conselhos Gerais durante o período em que funcionaram. Adesão essa que era de quatro ordens: à função deles como principal espaço de poder representativo em nível provincial; aos membros, tidos como legítimos representantes da província; aos trabalhos ali efetuados, concebidos como importantes para as demandas locais; e, por fim, ao posicionamento político-ideológico dos Conselhos, entendido como afinado com os preceitos liberais.⁴⁴³ Discordâncias pontuais afloravam sobre uma ou outra proposta ventilada pelos conselheiros,⁴⁴⁴ mas no geral o respaldo era constante e, o mais importante, fundamentado num princípio político-ideológico que tinha como norte a ideia da representação política aliada à prática legislativa, à semelhança do que se projetava para a Câmara dos Deputados, só que em nível local. Enquanto havia certa reticência ao Conselho da Presidência, cujo amparo a ele conferido se dava muito mais em virtude das pessoas que o ocupavam – em grande medida, os próprios setores proprietários locais – do que propriamente por seu papel político e institucional, repetidas vezes questionado, a instituição Conselho Geral desfrutava de admiração pela maioria dos liberais. Nem tanto por seu alcance prático, visto que suas limitações se mostraram cada vez mais evidentes, mas por carregar com ele um conceito seminal: o de ser, *latu sensu*, quase um legislativo provincial, espécie de ponto de partida para uma cultura legislativa em nível local e menos dependente do Executivo.

Não era à toa, portanto, que o padre Antonio Bhering alcunhasse o Conselho Geral de Minas de “congresso mineiro”.⁴⁴⁵ Cerca de dois meses após a aprovação do regimento de 1828, o *Farol Paulistano* publicou um excerto retirado da *Aurora Fluminense* assegurando concordar “em tudo” com o redator do periódico fluminense, a essa época o deputado por Minas Gerais Evaristo da Veiga:

“(…) Um Império, cujos limites se estendem por tantos centos de léguas, e onde o centro não pode de um jacto levar a vitalidade e a administração em todos os pontos, necessariamente devia definhir, sem essas Assembleias locais, que acudissem as primeiras

⁴⁴¹ APM, ACG-MG, sessão de 1830, p.39; APM, SPP1/52, cx.02, ofício de 12/01/1831.

⁴⁴² Vale destaque o caso da *Estrela Marianense*, que publicou as atividades do Conselho concernentes à vila de Mariana, cf. *Estrela Marianense*, nº 38, 28/01/1831.

⁴⁴³ Ver, a título de exemplo, *O Novo Argos*, nºs 1 (10/11/1829) e 3 (24/11/1829); *Estrela Marianense*, nº 41, 19/02/1831; *Astro de Minas*, nº 189, 31/01/1829; *O Vigilante*, nº 168, 18/12/1833; *O Farol Paulistano*, nº 302, 30/01/1830.

⁴⁴⁴ *Astro de Minas*, nº 652, 28/01/1832; *O Universal*, nº 726, 21/03/1832.

⁴⁴⁵ *O Novo Argos*, nº 3, 24/11/1829.

precisões das Províncias, e ilustrassem o Corpo Legislativo sobre suas circunstâncias, males e específicos para estes males. É justamente o que nós temos visto acontecer no Brasil, cujos membros dispersos pareciam regidos por diferentes normas de existência política (...) Não dizemos que os Conselhos Gerais de Província produzam desde já todos os bens que enunciamos; muitas causas coincidem para que os seus resultados práticos se neutralizem não poucas vezes. Mas o habito de intervir nos negócios da comunidade, a publicidade das discussões, de onde saltam centelhas, que se comunicam a toda a cadeia social, prometem quanto antes incalculável benefício, afastando da nossa pátria esse ferrenho egoísmo, que tudo pulveriza e aniquila (...).⁴⁴⁶

Endossadas pelo *Farol Paulistano*, as reflexões elaboradas pela *Aurora Fluminense* inclinavam-se para a ideia de que os Conselhos Gerais serviriam como normatizadores da esfera política provincial, bem como ajudariam a garantir a uniformidade político-administrativa do Império, que ainda não se cimentara em virtude da sua vastidão territorial e das “diferentes normas de existência política” que regiam as províncias. Os Conselhos Gerais não potencializariam as diferenças regionais; ao contrário, porque similares institucionalmente, desempenhariam o papel de “Assembleias locais” que ilustrariam a Assembleia Geral sobre as “circunstâncias” e os “males” de cada província. Algumas de suas resoluções poderiam ser neutralizadas, mas o “habito de intervir nos negócios da comunidade” já auxiliaria no processo gradual de uniformização política das províncias. Em outros termos, o artigo dizia respeito ao espaço de representação local e sua interlocução com o Rio de Janeiro por outro meio que não o Executivo.

O expediente ordinário dos Conselhos iniciou-se logo após a implementação do novo órgão. Sua agenda era composta de três grandes atividades: conceber projetos relativos ao melhoramento dos negócios da província, bem como analisar propostas semelhantes encaminhadas ao Conselho por terceiros; apurar denúncias providas de particulares, magistrados e políticos sobre abusos de poder, negligência e descumprimento da Constituição; e examinar as representações, indicações, posturas e contas remetidas pelas Câmaras Municipais.

A despeito de seu curto período de duração, a 1ª Reunião do Conselho Geral foi palco de um grande número de propostas por parte de seus membros. Em ambos os Conselhos as propostas, quase sempre atreladas à dinâmica infraestrutural, tinham como principais objetivos sugerir a *criação* ou *melhoramento* de determinado objeto, de maneira que foram rotineiras propostas relativas à criação de vilas, freguesias e cadeiras de ensino, à melhoria de estradas e ao incremento do universo material da província.

Políticos que se sobressaíam na Câmara dos Deputados também atuavam nos Conselhos de suas províncias de origem, quando aquela entrava em recesso. Diogo Antonio Feijó, primeiro secretário do Conselho paulista e um dos membros mais proativos nos primeiros anos de

⁴⁴⁶ *O Farol Paulistano*, nº 159, 23/10/1828, excerto retirado da *Aurora Fluminense*.

funcionamento do órgão, propôs a criação de um regulamento para as escolas de primeiras letras, um projeto de Estudos Elementares, o estabelecimento de cadeiras de filosofia pela província, a igualdade de custas jurídicas em todas as vilas e freguesia de São Paulo, dentre outras iniciativas.⁴⁴⁷ José da Costa Carvalho, por sua vez, propôs quatro projetos atinentes à escravidão, mais especificamente sobre o tratamento dos escravos por seus senhores, a polícia a respeito dos cativos, a prevenção contra crimes por esses cometidos, e um código penal exclusivo para a escravaria.⁴⁴⁸ Em Minas Gerais, Bernardo Vasconcelos provocou descontentamento entre aqueles setores que discordavam de uma atuação mais ampla dos Conselhos Gerais. O jornal *O Telégrafo* criticou-o duramente por exigir que governo provincial prestasse esclarecimentos sobre suas atividades com o comandante das Armas, além de propor a redução na tropa da 1ª linha.⁴⁴⁹

As resoluções dos Conselhos Gerais não ficavam restritas à veiculação de propostas, mas também de representações.⁴⁵⁰ Mas enquanto aquelas se apresentavam, majoritariamente, como projetos de infraestrutura de longo prazo, as representações se caracterizavam, em grande medida, por serem instrumentos de intervenção política imediata, atrelados às necessidades pontuais da administração pública provincial ou geral. Nesse sentido, a prática política dos Conselhos Gerais se aproximava com aquela desenvolvida pelos Conselhos da Presidência.⁴⁵¹

Se membros dos Conselhos Provinciais paulistas e mineiros também atuavam na Câmara dos Deputados, não é de admirar que o comportamento político dos Conselhos Provinciais estivesse atrelado à discussão no parlamento. Nesse sentido, o desempenho dos Conselhos, especialmente do Conselho Geral, não ficou somente atrelado ao cumprimento da Carta de 1824, característica que foi captada pela imprensa periódica. Em janeiro de 1830, o conselheiro Cláudio José Machado sugeriu que o Conselho Geral de São Paulo agradecesse o imperador por este ter desmobilizado uma suposta “trama” organizada pelos “absolutistas”. Em que pese o caráter vago do documento, é muito provável que ele remetesse à mudança ministerial ocorrida em 4 de dezembro de 1829, que

⁴⁴⁷ Ver, respectivamente, *O Farol Paulistano*, nº 171, sessão de 03/12/1828; nº 172, sessão de 10/12/1828; nº 183, sessão de 05/01/1829; e nº 185, sessão de 17/01/1829.

⁴⁴⁸ Ver *O Farol Paulistano*, nº 185, sessão de 22/01/1829. Embora não tenha recebido aprovação, o projeto referente ao tratamento dos escravos por seus senhores foi elogiado na imprensa mineira moderada. Ver *O Pregoeiro Constitucional*, nº 40, 05/02/1831; *Estrela Marianense*, nº 42, 03/03/1831.

⁴⁴⁹ *O Telégrafo*, nº 171, 28/12/1830.

⁴⁵⁰ APESP, RPR, p.02-24.

⁴⁵¹ Uma representação sobre a necessidade de medidas com relação à nomeação de juízes ordinários, de órfãos e seus suplentes é exemplar nesse sentido. Alegando ter como objetivo evitar possíveis “dificuldades e embaraços” na execução das futuras eleições para juízes ordinários, de órfãos e seus suplentes, uma vez que havia a “falta de providências legislativas” que regulassem tais eleições, o Conselho Geral de São Paulo solicitou tanto ao Executivo como à Assembleia Geral medidas que esclarecessem a questão. Como a lei de 1º de outubro de 1828 havia alterado as disposições referentes às eleições para tais cargos, o cumprimento das antigas regras eleitorais acarretaria problemas de ordem político-jurídica em toda a província, elemento esse que reforçaria a plausibilidade, no entender do Conselho, de sua representação. Não obstante as argumentações do Conselho Geral, o imperador suspendeu seu juízo sobre a matéria, remetendo-a para a Assembleia Geral, a qual também não deliberou sobre a mesma, cf. *O Farol Paulistano*, nº 290, sessão de 22/12/1829.

na ocasião refreou, ao menos em parte, a série de insinuações sobre o círculo de relações de d. Pedro, acusado de intransigência política e de estar vinculado à questão sucessória do trono português.⁴⁵²

O novo Ministério – composto pelos Marqueses de Caravelas (Império), Barbacena (Fazenda) e Paranaguá (Marinha), pelo Visconde de Alcântara (Justiça), pelo Conde do Rio Pardo (Guerra) e por Miguel Calmon (Negócios Estrangeiros) – punha um desfecho, ainda que provisório, na política ministerial levada adiante por Clemente Pereira nos últimos dezoito meses, que fora marcada por críticas e denúncias feitas pela oposição liberal, como conservar o alto índice de estrangeiros na tropa brasileira, nomear portugueses a empregos públicos de forma ilícita, estabelecer uma estreita relação com o chamado “Gabinete Secreto” de Francisco Gomes da Silva e permitir, tacitamente, abusos de poder e violações da Carta de 1824. Chegou-se a aventar boatos de que Clemente Pereira, ao temer a ascensão do Parlamento, estaria tramando um golpe absolutista juntamente com setores do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.⁴⁵³ Dentre as medidas de impacto do novo Ministério, pode-se destacar a portaria baixada pelo Visconde de Alcântara, em 12 de dezembro de 1829, que procedeu contra a Sociedade da Coluna e do Trono de Pernambuco⁴⁵⁴, uma organização secreta criada por grupos pernambucanos e acusada pelos liberais de compactuar com o absolutismo. O ministério da Guerra também tomou providências com visibilidade pública, como o afastamento de oficiais acusados de “corcundismo” em algumas províncias do Império.⁴⁵⁵ Sobre o hipotético malogro de um golpe contra a ordem estabelecida, o *Observador Constitucional* publicou um artigo entronizando o fracasso de “projetos tão horríveis” almejados pela “hydra do absolutismo”, e defendeu a manutenção do trono constitucional como promotor da “união” e da felicidade dos cidadãos.⁴⁵⁶

O Conselho Geral de São Paulo, na ocasião, apresentando-se como “órgão fiel de seus habitantes”, conclamou uma pretensa homogeneidade política da província de São Paulo e sentenciou que “correr às armas seria um movimento unânime” entre os paulistas, caso a “facção dos absolutistas” coagisse o imperador a dissolver o regime monárquico-constitucional.⁴⁵⁷

⁴⁵² MONTEIRO, Tobias. *História do Império: o Primeiro Reinado*. São Paulo: Itatiaia/UDUSP, 1982, v.2., p.170-173; PORTO, Costa. *O Marquês de Olinda e o seu tempo*. São Paulo/ Belo Horizonte: Edusp/ Itatiaia, 1985, p.64-65.

⁴⁵³ A atuação do ministério fica explícita na forma como foram conduzidos alguns incidentes ocorridos nas províncias do Império. Enquanto que os motins liberais de Ipujoca e Afogados, ocorridos em Pernambuco em 1829, foram rigorosamente julgados por uma comissão militar, o coronel Pinto Madeira foi conservado no comando militar do Ceará após ter feito um pronunciamento em favor do absolutismo. Cf. MONTEIRO, *op. cit.*, p.173.

⁴⁵⁴ A Sociedade Secreta da Coluna do Trono foi criada em 1829, no Recife. Dela participariam alguns dos redatores dos periódicos “caramurus” *O Cruzeiro* e *O Amigo do Povo*, como os padres Francisco Ferreira Barreto e Jose Marinho Falcão Padilha. Cf. FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. Federação e república na Sociedade Federal de Pernambuco (1831-1834). *Saeculum – Revista de História*. João Pessoa, n.14, jan./jun. de 2006, p.57-73. Disponível no site: <http://www.cchla.ufpb.br/saeculum>. Acesso em julho de 2011.

⁴⁵⁵ SOUSA, *op. cit.*, p.20-24.

⁴⁵⁶ *O Observador Constitucional*, nº ?, 18/12/1829.

⁴⁵⁷ RPR, “Ofício agradecendo a S.M.I. ter desfeito a trama dos absolutistas”, p.12-13.

Encaminhado para o monarca no início de fevereiro de 1830, o ofício foi respondido no mesmo mês por intermédio do ministro do Império, o qual certificou que d. Pedro ouviu com agrado os votos de agradecimento oferecidos-lhes pelo Conselho Geral.⁴⁵⁸ O *Observador Constitucional* notificou a recepção das felicitações oferecidas pelo monarca, reiterando que a ação de d. Pedro fora decisiva para a desmobilização dos “Colunistas Clementinos”.⁴⁵⁹

Cerca de dois anos após a instalação dos Conselhos Gerais em São Paulo e Minas Gerais, deu-se início à 2ª Reunião (1830-1833) de ambos os órgãos, em dezembro de 1830.⁴⁶⁰ Em São Paulo, nove dos conselheiros eleitos já havia ocupado o mesmo cargo na reunião passada e seis como suplentes, de modo que mais de 70% dos conselheiros escolhidos para comporem a 2ª Reunião já tinham participado da antecedente. Os números tornam-se ainda mais contundentes se notarmos que, dentre os sete suplentes mais votados, dois deles – Lourenço Pinto de Sá Ribas e Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade – tinham ocupado a cadeira de conselheiro na 1ª Reunião. Outros quatro suplentes haviam participado da 1ª Reunião do órgão paulista.⁴⁶¹ Partindo de dados como esses não é de se espantar que, além de reiterarem a base da 1ª Reunião do Conselho Geral, os mesmos políticos também estivessem inseridos no Conselho da Presidência de São Paulo. Cinco dos seis conselheiros eleitos para a 2ª Reunião do Conselho da Presidência de São Paulo também o foram para a reunião de mesmo número do Conselho Geral.⁴⁶²

A permanência maciça de integrantes da 1ª Reunião não ofuscou, todavia, o surgimento de homens que, se por essa época, não detinham ainda a proeminência política conquistada anos depois, fizeram do Conselho Geral de São Paulo um espaço de prática e projeção política. Alguns eram ou haviam sido alunos do Curso Jurídico de São Paulo – como Vicente Pires da Mota e José Antônio Pimenta Bueno –, personagens que se distinguiriam após 1834 e, sobretudo, no 2º Reinado. Digna de nota, também, é a aparição de Paula Sousa, “fortuna” que foi celebrada pelo redator d’o *Novo Farol Paulistano*.⁴⁶³

Em Minas Gerais a situação não foi muito diferente, embora a renovação no corpo de conselheiros pareça ter sido um pouco maior, especialmente por conta do número elevado de suplentes. Nove conselheiros da 1ª Reunião conseguiram se reeleger para o mesmo cargo, ao passo que outros cinco alcançaram a condição de suplente para a 2ª Reunião. Alguns dos suplentes mais

⁴⁵⁸ Ver *O Farol Paulistano*, nº 425, sessão de 02/02/1830.

⁴⁵⁹ *O Observador Constitucional*, nº 38, 12/03/1830.

⁴⁶⁰ Tanto em São Paulo como em Minas, o Conselho Geral encerrou seus trabalhos em janeiro de 1833. Cf. APM, SPPP1/52, cx.04, doc.10, ofício de 30/01/1833.

⁴⁶¹ Foram eles: Francisco Inácio de Souza Queirós, João Crisóstomo de Oliveira Salgado Bueno, Cláudio José Machado e Manuel José da Costa.

⁴⁶² O único conselheiro da Presidência que não chegou a ser eleito para o Conselho Geral foi Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Este, ocupando o lugar de senador desde 1829, também não tomou assento do Conselho da Presidência de São Paulo.

⁴⁶³ *O Novo Farol Paulistano*, nº 35, 03/12/1831.

sufragados para a reunião anterior – tais como Manoel José Pires da Silva Pontes e Manoel José Monteiro de Barros – lograram se reeleger como conselheiros efetivos, obtendo votações expressivas. Assim, mais da metade dos membros eleitos para a 2ª Reunião já havia feito parte do Conselho Geral mineiro anteriormente. Além disso, dentre os seis membros eleitos para a 2ª Reunião do Conselho da Presidência, apenas Joaquim José Lopes Mendes Ribeiro (que aparentemente não concorreu ao cargo) não o foi também para o Conselho Geral. Novas figuras, entretanto, despontaram no âmbito da política provincial. Batista Caetano de Almeida, também eleito deputado para a 2ª legislatura, Francisco Lopes de Abreu e Gomes Freire de Andrade, escolhido para presidir o conselho Geral mineiro em novembro de 1832⁴⁶⁴, conseguiram situar-se entre os dez conselheiros mais bem votados. Digna de nota é a aparição de Manoel Soares do Couto, o 19º colocado em votos, que desempenharia por dois anos a função de secretário do Conselho Geral e que, futuramente, seria um dos líderes da Sedição de Ouro Preto (1833).

Lista dos membros eleitos ⁴⁶⁵	Conselho Geral da província de São Paulo – 2ª Reunião (1831- 1833)
	Observações
CONSELHEIROS	
Rafael Tobias de Aguiar – 355	Desligou-se do Conselho Geral a partir de novembro de 1831, quando se tornou presidente da província de São Paulo.
Diogo Antonio Feijó – 345	
José da Costa Carvalho – 333	Desligou-se do Conselho Geral a partir de junho de 1831, quando se tornou membro da Regência Trina Permanente.
Manuel Joaquim de Ornelas – 282	Faleceu em 1832.
Antonio Mariano de Azevedo Marques – 280	
Francisco de Paula Souza e Melo – 267	Não compareceu às sessões em 1833.
Manuel Joaquim do Amaral Gurgel – 237	Foi secretário do órgão em 1831-1833.
José Antonio dos Reis – 234	Foi presidente do órgão em 1831-1832.
José Manuel da Luz – 219	
Bernardo José Pinto Gavião Peixoto – 217	
Antonio Paes de Barros – 212	Não compareceu às sessões em 1833.
Joaquim José de Moraes Abreu – 210	
Valério de Alvarenga Ferreira – 209	Pediu dispensa em 1832. ⁴⁶⁶
Cândido Gonçalves Gomide – 205	Quando da sua eleição ao cargo, Gomide desempenhava a função de vereador pela cidade de São Paulo. ⁴⁶⁷

⁴⁶⁴ APM, ACG-MG, sessão preparatória de 30/11/1832, p.02.

⁴⁶⁵ MARQUES, *op. cit.*, vol.1, p.194-195.

⁴⁶⁶ ALESP, FCGP-PO32.002, cx.23.

João da Silva Machado – 191	
José Correa Pacheco e Silva – 175	Não compareceu no ano de 1830. ⁴⁶⁸
Inácio Marcondes de Oliveira Cabral – 170	
José Inocêncio Alves Alvim – 168	Em 1832, pediu dispensa por motivos de saúde. ⁴⁶⁹
Vicente Pires da Mota – 167	
Antonio Bernardo Bueno da Veiga – 164	Não compareceu às sessões em 1833.
Francisco Álvares Machado de Vasconcelos – 151	
SUPLENTE	
Lourenço Pinto de Sá Ribas – 150	Em 1832, pediu dispensa por motivos de saúde. ⁴⁷⁰
Joaquim Silvério de Castro Sousa Medronho – 146	Em 1830 e 1831 pediu dispensa por conta da saúde. ⁴⁷¹ Em 1833, Joaquim Silvério de Castro Sousa Medronho aparece na Câmara Municipal de Bananal. ⁴⁷²
Francisco de Paula Simões – 143	Não compareceu às sessões em 1833.
Antônio da Silva Prado – 140	
Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade – 123	Foi presidente do órgão em 1833.
Joaquim Pereira Barros – 112	
Antonio Rodrigues de Campos Leite – 108	
Francisco Inácio de Souza Queirós – ?	
João Crisóstomo de Oliveira Salgado Bueno – ?	
Cláudio José Machado – ?	
Manuel José da Costa – ?	
José Antonio Pimenta Bueno – ?	
Manuel Dias de Toledo – ?	
Antonio Martins dos Santos – ?	
Ildefonso Xavier Ferreira - ?	Foi secretário suplente em 1831-1832.

Lista dos membros eleitos/ nº de voto recebidos⁴⁷³	Conselho Geral da província de Minas Gerais – 2ª Reunião (1831- 1833)
	Observações
CONSELHEIROS	
Bernardo Pereira e Vasconcelos – 599	Em 1831, participou da comissão de representações. Desligou-se do Conselho Geral após a resolução de 14 de agosto de 1831,

⁴⁶⁷ APESP, Acervo Digital – Ofícios Diversos, ofício de 21/05/1830.

⁴⁶⁸ ALESP, FCGP-PO30.001, cx.23.

⁴⁶⁹ ALESP, FCGP-PO32.001, cx.23.

⁴⁷⁰ ALESP, FCGP-PO32.002, cx.23

⁴⁷¹ ALESP, FCGP-PO30.011, cx.33; FCGP-PO31.007, cx.33

⁴⁷² *O Novo Farol Paulistano*, nº 205, 17/09/1833.

⁴⁷³ *O Universal*, ver nºs de 1829.

	optando pelo Conselho da Presidência.
José Feliciano Pinto Coelho da Cunha – 452	Em 1831, participou da comissão de representações.
Teotônio Álvares de Oliveira – 450	Desligou-se do Conselho Geral após a resolução de 14 de agosto de 1831, optando pelo Conselho da Presidência.
Francisco Pereira de Santa Apolônia – 438	Faleceu em 1831.
Manoel Inácio de Melo e Sousa – 379	Em 1831, participou da comissão de representações. Desligou-se do Conselho Geral a partir de abril de 1831, quando se tornou presidente da província de Minas Gerais.
Batista Caetano de Almeida – 377	Não compôs o Conselho em 1830. No ano seguinte, passou a fazer parte do Conselho em 20 de dezembro de 1831. Participou, em 1831, da comissão de posturas.
Romualdo José Monteiro de Barros – 340	Em 1831, participou da comissão de posturas das Câmaras Municipais.
Francisco Lopes de Abreu – 335	Em, 1831 pediu dispensa por motivo de saúde.
Manoel José Pires da Silva Pontes – 323	Escolhido para vice-presidente do Conselho em dezembro de 1830. ⁴⁷⁴ Neste mesmo ano participou da comissão de contas. Desligou-se do Conselho Geral após a resolução de 14 de agosto de 1831, optando pelo cargo de vereador.
Gomes Freire de Andrade – 318	Comparece a partir de novembro de 1831. Ainda nesse ano é escolhido presidente do Conselho Geral. ⁴⁷⁵ Escolhido presidente do Conselho em novembro de 1832. ⁴⁷⁶
Acipreste João Batista Figueiredo – 313	
João Batista F. de Souza Coutinho – 278	Escolhido para presidente do Conselho em dezembro de 1830. ⁴⁷⁷ Desligou-se do Conselho Geral após a resolução de 14 de agosto de 1831, optando pelo cargo de vereador.
Manoel Vieira Couto – 261	Em, 1831 pediu dispensa por motivo de saúde.
José Bento Leite Ferreira de Melo – 245	Em, 1831 pediu dispensa por motivo de saúde. Após a resolução de 14 de agosto de 1831, optou por tomar assento no Conselho da Presidência.
João Antonio de Lemos – 226	
Francisco de Assis de Azeredo Coutinho – 210	Em 1830, participou da comissão de contas. No ano seguinte, participou das comissões de representações e contas.
Manoel Rodrigues Jardim – 197	Escolhido presidente do Conselho Geral em novembro de 1831. ⁴⁷⁸ Neste mesmo ano participou da comissão de representações.
Joaquim José da Silva Brandão – 192	Desligou-se do Conselho Geral após a resolução de 14 de agosto de 1831, optando pelo Conselho da Presidência.
Manoel Soares do Couto – 190	Escolhido para secretário do Conselho em dezembro de 1830. ⁴⁷⁹ O cargo foi-lhe atribuído novamente em novembro de 1832. ⁴⁸⁰
Manoel José Monteiro de Barros – 189	Em 1830 e 1831, participou da comissão de contas.
João Antunes Correia – 182	

⁴⁷⁴ APM, PP1/52, cx.01, doc.36, ofício de 05/12/1830.

⁴⁷⁵ *O Universal*, nº 681, 05/12/1831.

⁴⁷⁶ APM, SPPP1/52, cx.03, doc.52, ofício de 30/11/1832.

⁴⁷⁷ APM, PP1/52, cx.01, doc.36, ofício de 05/12/1830.

⁴⁷⁸ *O Universal*, nº 681, 05/12/1831.

⁴⁷⁹ APM, PP1/52, cx.01, doc.36, ofício de 05/12/1830.

⁴⁸⁰ APM, SPPP1/52, cx.03, doc.52, ofício de 30/11/1832.

SUPLENTE	
Custódio José Dias	Não compôs o Conselho em 1830. Em 1831, pediu dispensa por motivo de saúde.
Manoel de Araújo da Cunha – 181	Desligou-se do Conselho Geral após a resolução de 14 de agosto de 1831, optando pelo cargo de vereador.
Quintiliano Rodrigues da Rocha Franco – 179	Em 1831 pediu dispensa por motivo de saúde.
Antonio José Ribeiro – 169	
João Joaquim da Silva Guimarães – 161	Em 1831, participou da comissão de poderes.
Inocêncio Vieira da Silva – 159	
Manoel Rodrigues da Costa – 158	Não compareceu em 1830. Em, 1831 pediu dispensa por motivo de saúde.
José Fernandes de Oliveira Pena – 148	Convocado em novembro de 1831. No mesmo ano participou da comissão de posturas das Câmaras Municipais.
Antônio Pinto Chichorro da Gama – 146	
Sebastião José de Carvalho Pena – 145	Convocado em novembro de 1831.
José Bento Soares – 142	Em 1831 pediu dispensa por motivo de saúde.
João Dias de Quadros Aranha – 138	Em 1831 pediu dispensa por motivo de saúde.
Fernando Luiz Machado de Magalhães – 135	Desligou-se do Conselho Geral após a resolução de 14 de agosto de 1831, optando pelo Conselho da Presidência.
Lourenço Antonio Monteiro – 130	Em 1832, participou da comissão de posturas.
Antônio Gomes de Abreu – 126	
Mariano José Ferreira – 124	Desligou-se do Conselho Geral após a resolução de 14 de agosto de 1831, optando pelo cargo de vereador.
Joaquim Pereira de Queirós – 119	Não compareceu em 1830. Em 1831 pediu dispensa por motivo de saúde.
Antonio José Ferreira Bretas – 118	
Antônio José Monteiro de Barros – 114	Escolhido presidente do Conselho em novembro de 1831. ⁴⁸¹ Escolhido vice-presidente do Conselho em novembro de 1832. ⁴⁸² Neste mesmo ano participou da comissão de queixas.
Bernardo Antonio Monteiro – 114	Em 1831, participou da comissão de estatística e instrução pública.
Inácio Antonio César – 113	
Inácio Joaquim da Cunha – 112	
Gabriel Francisco Junqueira – ?	Convocado no início da 2ª Reunião, em dezembro de 1830.
Antonio José Ribeiro Bhering - ?	Convocado no início da 2ª Reunião, em dezembro de 1830.
Antonio José Ferreira Bretas – ?	Convocado no início da 2ª Reunião, em dezembro de 1830.
Antônio Caetano Pinto Coelho da Cunha – ?	Convocado no início da 2ª Reunião, em dezembro de 1830.
José Pedro de Carvalho – ?	Diplomado suplente em janeiro de 1831. Neste ano fez parte das comissões de poderes e representações. Em 1833, ocupou o posto de vice-presidente do Conselho. ⁴⁸³

⁴⁸¹ *O Universal*, nº 681, 05/12/1831.

⁴⁸² APM, SPPP1/52, cx.03, doc.52, ofício de 30/11/1832.

⁴⁸³ APM, SPPP1/52, cx.04, doc.20, 30/11/1833.

Jorge Benedito Otoni – ?	Convocado em novembro de 1831.
José Inácio do Couto Moreno – ?	Convocado em novembro de 1831. Neste mesmo ano participou da comissão de contas.
Antonio Ribeiro Fernandes Forbes – ?	Convocado em novembro de 1831. Participou, em 1831-1831, da comissão de posturas.
José Alcibíades Carneiro – ?	Convocado em novembro de 1832. ⁴⁸⁴ Neste mesmo ano participou da comissão de queixas.
Anacleto Antônio do Carmo – ?	Convocado em novembro de 1832. ⁴⁸⁵
Joaquim José Fernandes de Oliveira Cata Preta – ?	Em 1832, participou da comissão de poderes.
José de Sousa Lima – ?	Presidente do Conselho em novembro de 1833. ⁴⁸⁶
Antonio Ribeiro de Andrade – ?	Secretário do Conselho em novembro de 1833. ⁴⁸⁷

Um dos aspectos marcantes da 2ª Reunião dos Conselhos Gerais de São Paulo e Minas foi a atuação dos suplentes, quer em termos quantitativos quer qualitativos. Se por um lado é difícil precisar o número exato de suplentes convocados, por outro é possível chegar a um cálculo aproximado e revelador: São Paulo contou com no mínimo catorze suplentes; Minas, com mais de trinta. A convocação de membros substitutos acabou tornando-se uma atividade quase cotidiana dos Conselhos Gerais, mesmo porque os próprios suplentes solicitavam, muitas vezes, dispensa do cargo.⁴⁸⁸ Essa abertura política alçou à esfera do poder provincial algumas figuras que até então detinham expressão apenas local, como Antonio Ribeiro Fernandes Forbes, vereador da Câmara Municipal de Ouro Preto nas décadas de 1820 e 1830 e vice-presidente da Sociedade Promotora da Instrução Pública da capital mineira, e José Alcibíades Carneiro, professor de gramática latina e redator do periódico são-joanense *O Mentor das Brasileiras*.⁴⁸⁹ Coube a José Inácio do Couto Moreno, agricultor de Paracatu que mais tarde ficaria ao lado dos sediciosos de 1833, a apresentação do projeto para que os juízes de paz tomassem providências contra os “vadios”, o qual foi aprovado pelos parlamentares e sancionado pela Regência, em 1832.⁴⁹⁰

⁴⁸⁴ APM, ACG-MG, sessão preparatória de 30/11/1832, p.02.

⁴⁸⁵ *Ibidem*.

⁴⁸⁶ APM, SPPP1/52, cx.04, doc.20, 30/11/1833.

⁴⁸⁷ APM, SPPP1/52, cx.04, doc.20, 30/11/1833.

⁴⁸⁸ Veja-se, por exemplo, o caso de Bento Paes de Barros, irmão do conselheiro geral e deputado por São Paulo Antonio Paes de Barros. Bento optou, em 1830, pelo cargo de juiz de órfãos em Itu ao de suplente do Conselho Geral de São Paulo. No ano seguinte, pediu dispensa novamente. Cf ALESP, FCGP-PO30.011, cx.23 e FCGP-PO31.002, cx.23. Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca, convocado para o cargo de suplente do Conselho Geral de Minas em dezembro de 1830, pediu dispensa no mês seguinte, cf. APM, ACG-MG, sessão de 15/01/1831, p.89.

⁴⁸⁹ JINZENJI, Mônica Yumi; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História do Brasil para o "belo sexo": apropriações do olhar estrangeiro para leitoras do século XIX. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2010, vol.30, n.59, p. 121-138.

⁴⁹⁰ APM, ACG-MG, sessão de 16/12/1831, p.73-74; Decreto de 17 de julho de 1832 – determina que os juízes de paz na província de Minas Gerais façam nos seus distritos o arrolamento das pessoas existentes, e estabelece providências contra vadios. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874, Primeira Parte, p.35. Sobre o envolvimento de Couto Moreno na Sedição de Ouro Preto, ver GONÇALVES, Adréa Lisly. A "Oligarquia tenebrosa": Um perfil socioeconômico dos caramurus mineiros (1831-1838)". In: *Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira Economia, História, Demografia e Políticas Públicas*. Diamantina, 2006, p.06. Disponível em www.cedeplar.ufmg.br/seminarios. Acesso em agosto de 2011.

Antonio Ribeiro Bhering, que não ficara nem entre os vinte suplentes mais bem votados, teve participação ativa dentro do Conselho mineiro já a partir de dezembro de 1830, quando propôs a criação de um curso de estudos mineralógicos para a província de Minas Gerais.⁴⁹¹ Aprovada pelo Conselho e pela Assembleia Geral, a proposta foi sancionada pela Regência dois anos depois.⁴⁹² Ainda no campo da instrução pública, o padre mineiro propôs que a vila de Mariana fosse convertida em centro dos estudos preparatórios da província de Minas Gerais, tendo em vista os alunos que almejavam ingressar no Curso Jurídico de São Paulo.⁴⁹³ Partiu de Bhering, também, a proposta para a contratação de dois engenheiros encarregados de levantar plantas de todas as estradas e rios navegáveis, sancionada pelo governo imperial em 1831.⁴⁹⁴ Tendo em vista o aprimoramento das técnicas agrícolas na província, propôs a disseminação do uso do arado pelos agricultores mineiros.⁴⁹⁵ Ao longo do período como conselheiro fez parte das comissões de escusas (destinada a analisar os pedidos de dispensa do Conselho), de poderes e de estatística e instrução pública.⁴⁹⁶

Outros suplentes que não obtiveram votações significativas também prevaleceram no Conselho Geral de Minas. O responsável pela tipografia d' *O Universal*, José Pedro de Carvalho, propôs a instauração de um curso de Ciências Sociais e outro de medicina, integrou algumas comissões e foi escolhido, em 1833, para o posto de vice-presidente do Conselho.⁴⁹⁷ Convocado em novembro de 1831, Jorge Benedito Otoni propôs a criação de um estabelecimento de caridade no Serro Frio, localidade onde residia e possuía negócios. Pela mesma época sugeriu que fossem abolidos todos os destacamentos diamantinos da província de Minas Gerais, recolhendo as praças ali destacadas aos seus respectivos corpos.⁴⁹⁸ Mais adiante, propôs a criação de escolas em cabeças das comarcas.⁴⁹⁹ Além disso, participou das comissões de queixas e representações.⁵⁰⁰

Do ponto de vista da forma e conteúdo, os trabalhos levados adiante na 2ª Reunião dos Conselhos paulista e mineiro indicam certa continuidade da estrutura criada nos anos anteriores.

⁴⁹¹ APM, ACG-MG, sessões de 13/12/1830, p.28, e 15/12/1830, p.37.

⁴⁹² Decreto de 3 de outubro de 1832 – cria um curso de Estudos Mineralógicos na Província de Minas Gerais. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832*, op. cit., p. 100-101.

⁴⁹³ APM, ACG-MG, sessão de 10/01/1831, p.60.

⁴⁹⁴ APM, ACG-MG, sessão de 19/01/1831, p.110. Ver, também, Decreto de 12 de agosto de 1831. Manda que na Província de Minas Gerais haja dois engenheiros encarregados de levantar plantas de todas as estradas e rios navegáveis. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1831*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, Primeira Parte, p.47.

⁴⁹⁵ A proposta, aprovado pelo Conselho Geral de Minas, foi barrada pelo Senado. Cf. APM, ACG-MG, sessões de 19/01/1831 (p.110), 27/01/1831 (p.152) e 29/01/1831 (p.176); ASI, sessão de 15/05/1833, p.102-103; CEDI-CD, lata 86, maço 13, pasta 01, ofício de 18/06/1833.

⁴⁹⁶ APM, ACG-MG, ver sessões do ano de 1831 e 1832.

⁴⁹⁷ APM, ACG-MG, sessões de 10/01/1832 (p.198-198), 30/12/1832 (p.337-338); SPPP1/52, cx.04, doc.20, 30/11/1833. A proposta para a criação de um curso de Ciências Sociais foi rejeitada pela Câmara dos Deputados, cf. APB-CD, sessão de 02/08/1834, p.183.

⁴⁹⁸ APM, ACG-MG, sessão de 13/12/1831, p.54-55.

⁴⁹⁹ APM, ACG-MG, sessão de 20/12/1831, p.118.

⁵⁰⁰ APM, ACG-MG, ver sessões do ano de 1831.

Com relação à instrução pública, por exemplo, aprovou-se no Conselho Geral de São Paulo uma proposta sobre a criação de cadeiras de primeiras letras nas freguesias de Cotia, Caçapava, S. Bento, Queluz, Pirapora, Capivari, Conde, São José dos Pinhais, Palmeiras, Ponta Grossa, Chiririca, na Vila de Castro e nas colônias alemãs de Santo Amaro e da Estrada da Mata. Encaminhada à Assembleia Geral e ao governo central em fevereiro de 1831, a proposta foi aprovada pelos parlamentares e, em seguida, sancionada pela Regência em outubro do mesmo ano.⁵⁰¹ Proposta similar foi elaborada pelo do Conselho Geral de Minas, criando escolas para meninos e meninas em diversas freguesias da província, a qual também obteve aprovação do Parlamento e sanção imperial.⁵⁰² O órgão mineiro ainda conseguiu sucesso com uma proposta que determinava o método a ser utilizado no provimento de cadeiras de primeiras letras, e em outra que previa a criação de um colégio de educação destinado à instrução da “mocidade indiana”.⁵⁰³

A organização político-administrativa das províncias permaneceu, também, como uma das preocupações do Conselhos Gerais. Em julho de 1832, a Assembleia Geral aprovou a decisão do Conselho de São Paulo em elevar à categoria de vila as freguesias de Santo Amaro, São João de Capiravi, São Bento, Santa Izabel, Santo Antonio de Paraibuna, São Roque e Bananal.⁵⁰⁴ Em março do mesmo ano, a Regência já mandara executar provisoriamente uma resolução do Conselho sobre a supressão das paróquias criadas nas aldeias de Pinheiros, Ibuí, São Miguel, Itaquaquecetuba e Itapeverica.⁵⁰⁵ A eliminação da freguesia de Araçariguama foi aprovada pelo Conselho Geral, mas a Regência suspendeu juízo sobre a matéria, indicando que se “reservasse para as Câmaras” a resolução.⁵⁰⁶ O Conselho mineiro conseguiu ver sancionada sua proposta para a criação das vilas de

⁵⁰¹ ACE, 78ª sessão (08/10/1831), p.189-191; “Decreto de 13 de outubro de 1831 – crêa cadeiras de primeiras letras em diversas comarcas da Provincia de S. Paulo”. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1831, op. cit.*, Parte Primeira, p.135-136.

⁵⁰² Decreto de 28 de junho de 1831 – cria uma escola para meninos no arraial de Matozinhos da província de Minas Gerais; cria uma escola para meninos na capela do Taquarassú de Cima; cria uma escola para meninas no arraial do Tejuco; cria uma escola para meninas no arraial da Lagoa Santa; cria interinamente escolas nos arraiais do Desemboque, Araxá, Carabandela, Alegres e Buriti; cria uma escola para meninas na vila de Barbacena e outra para meninos no arraial do Rio Novo. Cria uma escola para meninos no arraial de S. José do Chopotó; cria uma escola para meninos no arraial de S. Caetano; cria uma escola para meninos no arraial de Antonio Pereira. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1831, op. cit.*, p.27-33.

⁵⁰³ Decreto de 6 de julho de 1832 – determina o método que se deve observar no provimento das cadeiras de primeiras letras na província de Minas Gerais. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832, op. cit.*, p.20; Decreto de 6 de julho de 1832 – cria na Província de Minas Gerais, um colégio de educação destinado à instrução da mocidade indiana de um e outro sexo. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832, op. cit.*, p.20-21.

⁵⁰⁴ Decreto de 10 de julho de 1832 – erige em vilas várias freguesias na Província de S. Paulo. In: *Coleção das leis do Império do Brasil de 1832*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874, Primeira Parte, p.23-24.

⁵⁰⁵ ACE, 86ª sessão (16/03/1832).

⁵⁰⁶ ACE, 105ª sessão (15/03/1833), p.259-262. Em 1831, havia sido aprovada pelo Conselho Geral de São Paulo a extinção de outra freguesia, a do Bom Jesus, Cf. RPR, “Proposta para a extinção da freguesia do Bom Jesus desta Capital”, p.31-32. A resolução não foi aprovada nem pelo governo central nem pela Assembleia Geral.

S. Manoel da Pomba, Curvelo, Tejuco, Rio Pardo, S. Romão, S. Domingos do Araxá, Pouso Alegre, Lavras do Funil, Formigas.⁵⁰⁷

Já presentes anteriormente, as matérias vinculadas à igreja atingiram maiores proporções, de modo que, no caso de São Paulo, pelo menos onze propostas foram aprovadas nesse sentido pelo Conselho Geral.⁵⁰⁸ A maior parte delas não se traduzia, contudo, em projetos de infraestrutura mais ampla, mas em expedientes práticos referentes ao cotidiano dos eclesiásticos, que por sua vez estavam representados nas cadeiras do Conselho Geral por nomes como Feijó, Amaral Gurgel, Oliveira Salgado, Alvarenga Ferreira, Oliveira Cabral e Pires da Mota. Mas nem por isso houve uma admissão sistemática de propostas que iam ao encontro de interesses do corpo eclesiásticos paulista, mesmo porque, como se sabe, esse não chegava a compor uma plataforma coesa em termos religiosos ou político-ideológicos. Assim, o que se viu foi a aprovação de matérias que ora favoreciam membros da Igreja – tal como a que eximia os párocos de pagar pensão à capela imperial – ora limitavam sua ação, como no caso da resolução que previa que os padres não poderiam sair de suas respectivas freguesias sem permissão do governo provincial. Uma correspondência inserta no *Farol Paulistano* enalteceu a resolução tomada pelo Conselho Geral sobre a supressão do pagamento de licenças pelos párocos para poderem pregar e confessar, e sugeriu que outras medidas fossem tomadas a fim de regulamentar a atuação do clero.⁵⁰⁹ Mesmo com tamanha movimentação, a Assembleia Geral aprovou apenas duas resoluções do Conselho Geral desse tipo, uma para a criação de duas capelas curadas e outra marcando gratificações a eclesiásticos de Guarapuava.⁵¹⁰ De forma provisória, o Executivo anuiu somente a resolução a qual autorizava párocos e capelães curados a passarem certidões sem despacho.⁵¹¹

O Conselho Geral mineiro, que também contava com um corpo numeroso de eclesiásticos – Francisco Pereira de Santa Apolônia, José Bento Leite Ferreira de Melo, Custódio José Dias e Antonio José Ribeiro Bhering – teve duas propostas suas convertidas em lei, uma permitindo que párocos e curas das almas da província de Minas Gerais a passarem certidões de batismo sem preceder despacho de autoridade eclesiástica, e outra elevando diversos curatos ao estatuto de

⁵⁰⁷ Decreto de 13 de outubro de 1831 – erige em vilas diversas povoações da Província de Minas Gerais. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1831*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, Primeira Parte, p.135.

⁵⁰⁸ Foram elas: proposta sobre a residência dos párocos; sobre as fábricas das igrejas matrizes; sobre a isenção por parte dos párocos no pagamento de pensão à capela imperial; sobre a sepultura dos cadáveres dos fiéis; sobre as licenças para a exposição do santíssimo sacramento; sobre as licenças que tiveram os sacerdotes para pregar e confessar; sobre a catequese e civilização dos índios; sobre o pagamento de conhecimentos pelos párocos; sobre a autorização aos párocos e capelães curados a passar certidões sem dependência de despacho; sobre erigir em freguesia duas capelas curadas na Província de São Paulo; e sobre a concessão da gratificação de 100\$000 além da cônica ao pároco de Guarapuava, e a de 240\$000 ao vigário encomendado.

⁵⁰⁹ *O Farol Paulistano*, nº446, 03/02/1831.

⁵¹⁰ Decreto de 16 de agosto de 1832 – erige em freguesia duas capelas curadas na Província de S. Paulo. In: *Coleção das leis do Império do Brasil de 1832, op. cit.*, p.59, e “Decreto de 17 de agosto de 1832 – concede a gratificação de 100\$000 além da cônica ao Pároco de Guarapuava na Província de S. Paulo, e a de 240\$000 ao vigário encomendado, que fizer as suas vezes”, in *Ibid.*, p.59-60.

⁵¹¹ ACE, 105ª sessão (15/03/1833), p.259-262.

paróquia.⁵¹² Outras foram rejeitadas pela Assembleia Geral, como a que abolia os privilégios concedidos às irmandades e ordens terceiras e aquela que marcava o provimento das igrejas conforme o Concílio Tridentino.⁵¹³

A infraestrutura de transportes, sobretudo no que tangia à abertura e conserto de estradas, continuou sendo objeto de preocupação. O Conselho paulista teve aprovada, em julho de 1832, uma proposta que imputava ao presidente da província de São Paulo, em conselho, a faculdade de mandar abrir novas estradas e reparar a já existentes.⁵¹⁴ Não obteve o mesmo sucesso outra que estipulava a cobrança de taxas na circulação pelos caminhos paulistas, tampouco uma proposta sobre o desenvolvimento do transporte fluvial por canais.⁵¹⁵ O Conselho mineiro consentiu uma proposta que o autorizava a contrair, dentro ou fora do Império, um empréstimo para a construção de uma estrada geral, bem como outra que concedia às Camaras Municipais o direito de emprestarem dinheiro para reparem suas estradas.⁵¹⁶ Ao longo da 2ª Reunião, os Conselhos Gerais receberam contínuas solicitações de particulares, por vezes de tropeiros, reclamando pela melhoria das vias de ligação das províncias.⁵¹⁷

Havia uma nítida preocupação, por parte dos conselheiros, em desenvolver e modernizar a agricultura e indústria locais. Em 1831, Manoel Soares do Couto propôs o estabelecimento de uma fazenda, em Minas Gerais, voltada para a criação das “melhores espécies” de gado vacum, cavalar e ovelhum, trazidas do exterior.⁵¹⁸ O órgão mineiro ainda ventilou propostas destinadas à difusão do uso do arado, como já visto, à regulamentação de pesos e medidas e ao licenciamento de casas de negócio ou tendas de ofícios mecânicos.⁵¹⁹

Embora não detivessem ingerência tributária, os Conselhos Gerais formularam propostas que tentavam solucionar questões referentes à estrutura financeira das províncias. A fim de sanar os problemas com a falta de meio circulante e com o cobre falsificado vindo da Bahia, além de dotar a província de Minas de um maior controle sobre seus recursos, o Conselho Geral daquela província propôs a criação de uma casa de fundição em Ouro Preto, bem como decidiu sobre a organização da

⁵¹² Decreto de 13 de julho de 1832 – autoriza os párocos e curas das almas da Província de Minas Gerais a passarem certidões de batismo, casamentos, etc., sem preceder despacho de autoridade eclesiástica. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874, Primeira Parte, p.30; Decreto de 14 de julho de 1832 – eleva a paróquias diversos curatos da Província de Minas Gerais e suprime outras. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832 op. cit.*, p.31-34.

⁵¹³ APM, SPCGP1/3 Cx01, doc. 16, ofício de 27/06/1832.

⁵¹⁴ Decreto de 10 de julho de 1832 – ordena a abertura de estradas públicas e melhoramento das existentes na província de São Paulo. In: *Coleção das leis do Império do Brasil de 1832*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874, Primeira Parte, p.26-27.

⁵¹⁵ APB-CD, sessões de 16/08/1833 (p.164) e 16/05/1834, p.64.

⁵¹⁶ APB-CD, sessões de 1834.

⁵¹⁷ Ver, por exemplo, a solicitação feita em nome dos tropeiros de Queluz e Barbacena sobre a melhoria de algumas pontes, cf. APM, ACG-MG, sessão de 08/02/1832, p.385.

⁵¹⁸ APM, ACG-MG, sessão de 14/12/1831, p.64-65.

⁵¹⁹ APM, ACG-MG, sessões de 17/12/1831 (p.95-96), 22/12/1831 (p.140).

Secretaria da província.⁵²⁰ O Conselho Geral de São Paulo, por sua vez, sugeriu medidas sobre a arrecadação de direitos e o recolhimento de multas ou penas pecuniárias, bem como propôs que o presidente da província ficasse responsável pela organização dos orçamentos e balanços das rendas públicas.⁵²¹

Ao final do ano de 1830, os Conselhos de São Paulo e Minas deram novas mostras de seu envolvimento com questões mais amplas da política imperial, mas desta vez com o foco voltado para uma matéria estritamente associada à luta política deflagrada na Assembleia Geral: o cumprimento do artigo 61 da Carta de 1824 pelo Legislativo e Executivo. Ocorrido em setembro de 1830, o evento é considerado por historiadores como uma das principais conquistas da oposição ao governo de d. Pedro durante o Primeiro Reinado, uma vez que possibilitou a votação da primeira lei de orçamento do Império.⁵²²

O artigo aludido afirmava que se a Câmara dos Deputados não aprovasse as “emendas” ou “adições” do Senado, ou vice-versa, e que ainda assim a “câmara recusante” achasse que o projeto fosse importante, essa poderia requerer, “por uma deputação de três membros”, a reunião das duas Casas, que seria realizada na Câmara dos Senadores, deliberando-se em favor do resultado da discussão.⁵²³ Uma vez que o Senado deveria ser numericamente composto, por exigência da Carta de 1824, por metade de membros em relação à Câmara dos Deputados, a possibilidade de reunir as duas Casas figurava para a oposição parlamentar – quase toda ela formada por deputados – como uma forma de ter suas matérias aprovadas e sem grandes alterações vindas da bancada senatorial. Acalentado pelos deputados desde a abertura do Parlamento, o artifício foi constantemente apregoado pela imprensa moderada da época.⁵²⁴

Sem precedentes até aquele momento, a execução do artigo 61 foi resultado da intensa ofensiva capitaneada pela Câmara dos Deputados na 2ª legislatura – e com grande lastro em periódicos como *O Farol Paulistano*, *O Universal* e a *Aurora Fluminense* –, que teve como principal bandeira a votação da primeira lei de orçamento do Império, matéria que, causadora de

⁵²⁰ A proposta para a criação de uma casa de fundição foi reprovada pela Câmara dos Deputados, cf. APB-CD, sessão de 20/07/1833. A Regência já havia suspenso seu juízo sobre a matéria, cf. ACE, 104ª sessão (08/02/1833). Já a proposta para a organização da Secretaria da província de Minas Gerais não recebeu, ao que parece, um parecer da Assembleia Geral, cf. CEDI-CD, lata 73, maço 10, pasta 02, ofício de 05/05/1832. Conselhos Gerais de outras localidades tomaram medidas com vistas a sanar a circulação de cobre falso, problema generalizado nas províncias do Império. Para o caso do Pará, por exemplo, ver *Representação do Conselho Geral da província do Pará sobre objetos relativos à moeda de cobre falsa e depreciada em circulação na mesma província*, Biblioteca Nacional, Sessão de Manuscritos, IC 8474, ofício de 09/02/1832.

⁵²¹ APB-CD, sessão de 15/06/1833, p.266; CEDI-CD, lata 86, maço 13, pasta 01, ofício de 07/05/1833.

⁵²² Cf. ARMITAGE, *op. cit.*; CUNHA, *op. cit.*; MONTEIRO, *op. cit.*; SOUSA, *op. cit.*

⁵²³ Cf. artigo 61 da Constituição Política do Império do Brasil. In: BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto (orgs.), *op. cit.*

⁵²⁴ Em fevereiro de 1827, o redator de *O Farol Paulistano* assinalou numa nota que se fosse mantido o sistema de “votação por Câmaras”, infalivelmente ruiriam a Constituição e a forma de Governo “tão felizmente estabelecida no Brasil”, em decorrência das constantes divergências entre as duas Casas. A evocação do artigo 61 seria, portanto, uma saída para a morosidade na aprovação das leis, cf. *O Farol Paulistano*, nº 13, 02/05/1827.

grandes discórdias entre governo, deputados e senadores, já havia sido o principal motivo do encerramento precoce da sessão de 1829. Na Fala do Trono de 2 de maio de 1830, o imperador solicitou que naquela sessão as duas Casas dessem atenção especial aos negócios da Fazenda e da Justiça, que eram de interesse vital para o progresso do Império.

A estrutura orçamentária do Império tornou-se pauta privilegiada entre os legisladores, mas incongruências de opiniões entre Câmara e Senado – especialmente no que tange aos gastos ministeriais – fez com que d. Pedro convocasse, no dia do encerramento da Assembleia Geral de 1830, uma reunião extraordinária com início em 8 de setembro e cujo objetivo era rematar a lei do orçamento, além de organizar um banco nacional e aprovar um código criminal e processual. Este tinha como projeto-base o texto traçado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, que desde 1828 já vinha sendo alvo de discussão parlamentar, sendo assim aprovado pelas duas Casas e, posteriormente, sancionado pelo imperador. As propostas expendidas sobre a criação de um banco nacional foram rejeitadas pelos deputados, de modo que a matéria, acudida sem muito empenho pelo Senado, perdeu força e saiu de cena. Restava ainda a lei do orçamento que, longe de gerar um consenso, permanecia dividindo opiniões entre senadores e deputados. Estes sugeriram cortes apreciáveis nas pastas ministeriais bem como a exclusão de várias fileiras do Exército, ao passo que aqueles defendiam o aumento dos valores orçados pelos deputados para as forças de terra e marinha.⁵²⁵

As folhas adversários do governo pedrino criticaram duramente a posição dos senadores ante a votação da lei do orçamento, uma vez que esses estariam protelando-a, propositadamente, até o final na sessão extraordinária, o que aumentaria as chances dos deputados, na eminência de verem a pauta novamente ficar para o ano seguinte, aprovarem-na com as emendas senatoriais. Para os oposicionistas essa era uma prática comum do Senado, e a única solução para combatê-la era a invocação do artigo 61 da Constituição.⁵²⁶

O prolongamento da discórdia mobilizou os deputados, que criaram uma comissão formada por Bernardo Pereira de Vasconcelos, Antonio Paulino Limpo de Abreu e José Lino Coutinho para sugerir ao Senado a convocação de uma sessão conjunta entre as duas Casas, invocando o artigo 61 da Constituição. Apesar das manobras em evitar a junção das duas Casas, o Senado acabou por acatá-la, e a reunião teve lugar entre 17 e 20 de setembro do mesmo ano.⁵²⁷ Os deputados, em maior número que os senadores (75 contra 37), conseguiram barrar parte significativa das emendas

⁵²⁵ ARMITAGE, *op. cit.*, p.193-196, SOUSA, *op. cit.*, p.66-71.

⁵²⁶ *O Farol Paulistano*, nº 411, 04/11/1830.

⁵²⁷ Cf. ARMITAGE, *op. cit.*; CUNHA, *op. cit.*; MONTEIRO, *op. cit.*; SOUSA, *op. cit.*

senatoriais, e aprovar a primeira lei de orçamento do Império, façanha que teve grande repercussão positiva na imprensa que se opunha ao governo de d. Pedro em São Paulo e Minas.⁵²⁸

Encaminhadas pelo Conselho Geral das duas províncias em dezembro de 1830, as representações despachadas ao imperador sobre a execução do artigo 61 não escondia as orientações político-ideológicas que as motivavam. Ambos os Conselhos valorizaram o episódio da convocação extraordinária da Assembleia por d. Pedro, mostrando-se favorável a utilização dessa “atribuição preciosa” do Poder Moderador.⁵²⁹ De mais a mais, a lei do orçamento era entendida pela oposição como uma forma de garantir o funcionamento do sistema representativo, já que dava aos membros do Parlamento a possibilidade de estabelecer os mecanismos de organização da economia de Estado.⁵³⁰

Com essa e outras representações feitas pelos Conselhos Gerais de São Paulo e Minas é possível sugerir que ambos firmaram-se, a pouco e pouco, como defensoras da monarquia constitucional representativa, interlocutores do Legislativo e Executivo, e adeptos da conduta política levada adiante pela Câmara dos Deputados. A propósito desse aspecto discorreu a historiadora Marisa Saenz Leme:

“De modo novo para o que até então se verificara nas relações dos paulistas com o governo central, quando as exposições políticas se davam de modo indireto, o Conselho Geral de São Paulo realizou manifestações explicitamente políticas, apresentando seu pensamento sobre as relações entre província e o centro, a articulação dos poderes Legislativo e Executivo, e os fatos mais imediatos da política na corte”.⁵³¹

Por mais que não possuíssem concretude deliberativa ou legislativa, representações desse porte serviam para que os grupos ocupantes do Conselho Geral de São Paulo e Minas dessem o tom do posicionamento político-ideológico do órgão, superando suas atribuições puramente locais e dialogando com a esfera pública do Império, seja com outras instâncias oficiais de poder seja com a imprensa periódica. Nesse âmbito, o forjar constante de uma homogeneidade política das províncias de São Paulo e Minas Gerais fixou uma retórica geradora de no mínimo duas implicações. De um lado, o Conselho Geral projetou-se como porta-voz das sociedades paulista e mineira, no sentido de

⁵²⁸ *O Farol Paulistano*, nº 429, 16/12/1830; *O Observador Constitucional*, nº 109, 13/12/1830; *O Novo Argos*, nº 56, 10/12/1830; *Estrela Marianense*, nº 34, 23/12/1830.

⁵²⁹ RPR, “Representação pela qual o Conselho Geral se congratula com S.M.I. sobre a observância do art. 61 da Constituição do Império”, p.25-26; cf. APM, ACG-MG, sessão de 11/01/1831, p.62.

⁵³⁰ PEREIRA, Vantuil. *Ao soberano congresso: direitos do cidadão na formação do estado imperial (1822-1831)*. São Paulo: Alameda Editorial, 2010, p.215. Em sua conhecida obra sobre o direito público brasileiro, lançada originalmente em 1857, Pimenta Bueno afirmou que o privilégio na proposição, discussão e voto da lei do orçamento conferia aos deputados uma “esfera superior de atividade, uma força maior na fiscalização desses sacrifícios, e dos serviços públicos que estão com ele ligados”, cf. BUENO, José Antonio Pimenta. *Direito Público e Análise da Constituição do Império*. Organização de Eduardo Kugelmas. São Paulo: Editora 34, 2002, p.174-177.

⁵³¹ LEME, Marisa Saenz. Dinâmicas centrípetas e centrífugas na formação do Estado monárquico no Brasil: o papel do Conselho Geral da Província de São Paulo. *Rev. Bras. Hist.*, Jan./Jun., 2008, vol.28, n.55, p.205.

representar o corpo dos cidadãos da província. De outro, encobriram-se possíveis discordâncias políticas em São Paulo e Minas Gerais, quer para o Executivo, para as demais províncias, quer para os próprios paulistas e mineiros.

* * *

As propostas formuladas pelos Conselhos Gerais pouco diferem, a um primeiro olhar, daquelas desenvolvidas até o momento pelos Conselhos da Presidência, e a mesma impressão pode surgir se tomarmos como referência os trabalhos relativos à apuração de denúncias e à análise das finanças das Câmaras Municipais. No entanto, como os dois Conselhos constituíam órgãos com atribuições políticas distintas, cabe aqui a seguinte questão: no que se distanciava, a rigor, o estatuto das propostas criadas por cada Conselho, notadamente daquelas que pouco ou nada se diferiam em seus conteúdos e objetivos?

As dessemelhanças entre as propostas criadas por ambos os Conselhos tinham início no próprio ato de elaboração das matérias. Por ser parte constituinte do executivo provincial, o Conselho da Presidência detinha um grupo privilegiado de informações acerca dos negócios públicos da província, ao passo que o Conselho Geral necessitava solicitar ao governo provincial, ininterruptamente, os dados necessários para a confecção dos seus projetos. Tornou-se pauta quase que diária dos Conselhos Gerais de São Paulo e Minas, portanto, o requerimento de informações ao executivo da província, o que também ocorria, em outra escala, entre Câmara dos Deputados e Ministério.⁵³²

Um segundo elemento diferenciava o tratamento das propostas nos dois Conselhos. O fato de possuir um regimento próprio e limites políticos bem delimitados fez do Conselho Geral um órgão mais sistemático e, por assim dizer, mais repetitivo em seu funcionamento do que o Conselho da Presidência. Além da submissão obrigatória às três leituras, os projetos eram geralmente enviados para comissões específicas que os analisavam, adscreviam emendas ou refutavam-nos, à semelhança do que ocorria nas sessões do Parlamento. Ainda levando em conta o sistema de trabalho do Conselho Geral, é pertinente destacar que alguns projetos esbarravam nos limites impostos pela legislação ordinária.⁵³³

⁵³² Só nos meses de dezembro de 1828 e janeiro do ano seguinte, ou seja, no início da 1ª Reunião, o Conselho Geral de São Paulo solicitou ao governo provincial informações a respeito de assuntos como o estado das cadeiras de gramática latina, a utilidade das aulas de teologia e moral, os procedimentos de trabalho utilizados pela Junta da Fazenda, a forma como era feito o processo de recrutamento de milicianos, a origem e o estado atual do Jardim Botânico, e a necessidade de transformarem-se determinadas freguesias em Vilas. Cf. *O Farol Paulistano*, n.ºs 171 a 185, sessões de 02/12/1828 a 22/01/1829.

⁵³³ Em dezembro de 1828, por exemplo, a comissão encarregada da divisão estatística da província de São Paulo assinalou que o projeto apresentado por Lourenço Pinto de Sá Ribas sobre a abertura de um istmo entre Paranaguá e

O cerne do problema residia, todavia, no alcance das resoluções tomadas pelos Conselhos Gerais. Sem poder legislativo e executivo, mas dotado de faculdade propositiva, eles estiveram à mercê do poder decisório do imperador e da Assembleia Geral para a cristalização de parcela significativa de seus trabalhos.⁵³⁴ Isso significava que de todas as propostas aventadas durante o expediente do Conselho Geral, só vieram a se concretizar aquelas que, primeiramente, foram aprovadas em sessão até sua redação final, e, posteriormente, sancionadas em caráter provisório pelo imperador ou em definitivo pela Assembleia Geral. Neste último caso, a proposta tinha ainda que aguardar a anuência imperial para ser posta em prática. Para o redator d'*o Universal*, esse era o motivo pelo qual os leitores não se interessavam pela publicação de propostas dos Conselhos Gerais antes da sua aprovação definitiva:

“Porque o Conselho só faz propostas e representações as quais se merecem a aprovação do Poder Legislativo correm logo impressas nos jornais, e assim tem-se pouco interesse de ler o que se não executa; por que infelizmente as matérias propostas pelo Conselho Geral não tem merecido a consideração da Assembleia, nem ainda a do Poder Moderador, e por isso mesmo menos se interessa o Público na leitura dos Diários”.⁵³⁵

O processo de aprovação das resoluções dos Conselhos Gerais no Legislativo e Executivo será analisado no capítulo seguinte, que terá como foco a forma com que os políticos paulistas e mineiros, na Corte, tratavam da política provincial. Por hora vale ressaltar que a maioria das propostas e representações enviadas ao Rio de Janeiro era reprovada, adiada ou até mesmo negligenciada pelos parlamentares. Mas tal fracasso não deve ser apreendido como um indicativo de ineficiência desses órgãos. Ele aponta, sim, para a necessidade de relativizarmos o alcance efetivo dos Conselhos Gerais como instituição e atentarmos para as limitações que lhes eram inerentes. Estas, no nosso entender, estiveram arraigadas na própria estrutura política que lhes foi imputada, notadamente na inexistência de uma ingerência verdadeiramente legislativa.

A atuação dos Conselhos Gerais não pode ser medida, contudo, apenas pela cristalização ou não de suas propostas, já que nem todas as suas atribuições estavam atreladas à ingerência do Legislativo e Executivo. Mesmo porque, além de constituírem corpos eletivos direcionados para a criação de propostas referentes ao melhoramento dos negócios provinciais, os Conselhos Gerais resguardavam uma atribuição político-administrativa singular que não se atinha propriamente à esfera provincial, mas à municipal. Tratava-se do controle exercido pelos Conselhos Gerais sobre as atividades desenvolvidas pelas Câmaras Municipais.

Cananéia era de competência do executivo provincial, e não do Conselho Geral, cf. Ver *O Farol Paulistano*, nº 174, sessão de 18/12/1828.

⁵³⁴ Será discutido, mais adiante, que nem todos os trabalhos do Conselho Geral dependiam da intervenção do imperador ou do Parlamento, tal como foi o caso do manejo da política municipal.

⁵³⁵ *O Universal*, nº 763, 18/06/1832.

2.4. Os Conselhos Gerais e as Câmaras Municipais

Durante o período colonial, as Câmaras Municipais representaram um dos pilares da estrutura política, administrativa e jurídica da América portuguesa.⁵³⁶ Ainda que alguns historiadores tenham questionado⁵³⁷ sua preeminência no processo de colonização luso, é certo que atribuições como a aplicação da lei, a determinação de impostos, a imposição de normas, a administração dos bens municipais, a arrecadação das rendas locais e a nomeação de funcionários públicos fizeram das Câmaras fóruns de representações cujo papel foi incontestável no movimento de ocupação das terras americanas, bem como na estruturação dos poderes políticos locais.

Com o desencadeamento dos processos de Independência e construção de um Estado nacional independente, as Câmaras Municipais começaram a perder força, seja por conta do caráter mais centralizador que o governo do novo Império almejou implementar seja pelo fato de que se sobrepôs à municipalidade uma outra esfera de poder político, que por sinal foi fundamental para a viabilização de um projeto de estado monárquico unificado: o poder provincial.⁵³⁸

A recomposição do poder das Câmaras Municipais foi selada com promulgação da lei de 1º de outubro de 1828, cujo texto original foi concebido pelo Senado.⁵³⁹ A partir dela as Câmaras Municipais foram definidas como “corporações meramente administrativas”, deixando de exercer qualquer tipo de “jurisdição contenciosa”. Em suma, municipalidades foram esvaziadas de sua capacidade legisladora e jurídica, ficando proibidas de definirem suas respectivas diretrizes administrativas e fiscais.

⁵³⁶ Sobre a importância das Câmaras Municipais no processo de colonização português na América, ver entre outros BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Humanitas, v.18, n.º36, 1998; BOXER, Charles R. *O império marítimo português, 1415-1825*. Trad. Port. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 [1969], especialmente capítulo 12; *Portuguese society in the tropics – the municipal councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800*. Madison: University of Wisconsin Press, 1965; GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil: 1500-1810*. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/MEC, 1975; RUSSEL-WOOD, A. J. R. O poder local na América Portuguesa. *Revista de História*, v.55, n.º109, São Paulo, 1977, p.25-79.

⁵³⁷ Ver, por exemplo, FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre: Globo, 1958.

⁵³⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). *História Geral da civilização brasileira*, tomo II, “O Brasil Monárquico”. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965, vol.1, p.09-39; SOUZA, Iara Lis Carvalho. A adesão das Câmaras e a figura do imperador. *Revista Brasileira de História*, v.18, n.36, São Paulo, 1998; GODOY, Mayr. *A câmara municipal, uma estrutura política do poder legislativo na ordem local brasileira*. São Paulo, 1978; BANDECHHI, Pedro Brasil. O município no Brasil e sua função política. *Revista de História*. São Paulo, n.90, arb./jun.,1972, p. 495-530.

⁵³⁹ Lei de 1º de outubro de 1828 – Dá nova forma as Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. In: *op. cit.*, p.74-88. Em verdade, outras iniciativas já haviam sendo tomadas pelo Governo e Parlamento com o intuito de minorar a força das municipalidades. A lei de 22 de setembro de 1828, além de abolir o tribunal da Mesa de Consciência e Ordens, extinguiu o do Desembargo do Paço, que era por onde se expediam assuntos da economia municipal.

Um dos pontos marcantes da lei de 1º de outubro de 1828 foi o de subordinar as Câmaras Municipais à esfera provincial e, mais especificamente, aos Conselhos Gerais.⁵⁴⁰ Em primeiro lugar, provimentos e posturas deveriam passar pela aprovação dos Conselhos Gerais – o que incluía eventuais emendas e alterações de conteúdo – para serem postos em vigência. No que tange à esfera financeira, marcou-se que as Câmaras Municipais seriam obrigadas, anualmente, a prestar suas contas aos Conselhos Gerais, de modo que esses provessem sobre elas como achassem conveniente. Na prática, os Conselhos Gerais ficaram responsáveis pela fiscalização das finanças tal como já vinham fazendo os Conselhos da Presidência, conforme se analisou anteriormente.

Os Conselhos Gerais funcionariam, ainda, como mediadores da prática político-administrativa das Câmaras e fiscalizadores do cumprimento da lei na esfera municipal. Obras públicas de “grande importância”, no caso de envolverem particulares, deveriam ser remetidas aos Conselhos Gerais como propostas. Mesmo encaminhamento teriam as iniciativas das Câmaras cuja finalidade era aumentar suas rendas. Já as denúncias contra “infrações na Constituição”, “prevaricações” ou “negligencias” de quaisquer empregados públicos deveriam ser encaminhadas ao presidente da província,⁵⁴¹ bem como aos Conselhos, que também apurariam as reclamações com relação aos maus tratos com escravos. Se por ventura os “cidadãos” se sentissem “agravados pelas deliberações, acórdãos e posturas das Câmaras”, poderiam comunicar sua insatisfação aos Conselhos Gerais.⁵⁴²

Prescritas por lei, as relações entre as Câmaras Municipais e os Conselhos Gerais não constituíram letra morta, seja na sua instalação seja no seu desdobrar cotidiano.⁵⁴³ A existência de uma comissão permanente nos Conselhos Gerais para o exame dos negócios municipais fortaleceu esse contado, que já vinha sendo cobrado desde sua criação, em 1824.⁵⁴⁴ O vínculo dos Conselhos paulista e mineiro com as diversas municipalidades da província deu-se de forma ininterrupta, valendo-se das distintas atribuições caucionadas quer pela Carta de 1824 quer pelos regimentos que regulavam os Conselhos Gerais e as Câmaras Municipais.⁵⁴⁵

⁵⁴⁰ A ideia era a de que, aos poucos, os assuntos municipais fossem retirados da alçada da Assembleia Geral e passados para a ingerência provincial. Este foi o argumento utilizado pelo senador pernambucano Bento Barroso Pereira quando convenceu os demais senadores da inutilidade de se criar, no Senado, uma comissão especial para as Câmaras Municipais, já que estas “tomavam conta os Conselhos Gerais”. Cf. ASI, sessão de 06/05/1831, p.49-50.

⁵⁴¹ Este ponto da lei foi elogiado pelo redator do *Pregoeiro Constitucional*, pois ele estimularia os cidadãos a exigirem o cumprimento da lei e a se postarem contra os abusos de poder dos políticos locais, cf. nº 25, 01/12/1830.

⁵⁴² *Ibid.*, p.79-86.

⁵⁴³ As Câmaras Municipais costumavam consultar os Conselhos Gerais sobre a execução dos pontos da lei de 1º de outubro de 1828 que atrelavam os dois órgãos. Em 1831, a Câmara Municipal de São José consultou o Conselho Geral de Minas sobre a possibilidade de empreenderem-se concertos e reparos em pontes e calçadas independentemente das formalidades presentes na lei de 1º de outubro de 1828, cf. APM, ACG-MG, sessão de 11/01/1831, p.62.

⁵⁴⁴ CARVALHO, Marcio Eurélio Rios de. *Afirmção de uma esfera pública de poder em Minas Gerais (1821-1851)*. Tese de doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

⁵⁴⁵ A expectativa em torno do entrosamento entre os dois órgãos esteve presente na própria imprensa da época, a exemplo de nota inserida no *Observador Constitucional*, em novembro de 1829, às vésperas do início do segundo ano de funcionamento do Conselho Geral de São Paulo: “(...) Não menor número de projetos filantrópicos esperamos neste

A aprovação de posturas figurava como uma das principais atividades desenvolvidas pelos Conselhos Gerais com relação às Câmaras Municipais. Em linhas gerais, as posturas consistiam num conjunto de medidas formuladas e aprovadas pelos vereadores a respeito da condução da administração municipal. Pela lei de 1º de outubro de 1828 elas se transformaram no principal instrumento legal das municipalidades, sendo inclusive publicadas por alguns periódicos da época, juntamente com as atas das Câmaras.⁵⁴⁶ Em dezembro de 1830, o suplente Jose Antonio Pimenta Bueno sugeriu que as Câmaras Municipais comprassem uma tipografia para imprimirem seus trabalhos, com o objetivo de torná-los públicos e de facilitarem o expediente do Conselho Geral.⁵⁴⁷ Dois anos mais tarde, o mesmo Conselho recomendou a todas as Câmaras Municipais que compilassem suas posturas aprovadas pelo órgão, mandassem-nas imprimir e as vendessem pelo menor preço possível, a fim de que essas chegassem “ao conhecimento dos habitantes dos seus municípios”.⁵⁴⁸

O trabalho de aprovação de posturas preenchia boa parte do expediente dos conselheiros de Minas e São Paulo, a começar por ser uma atribuição exclusiva dos Conselhos Gerais.⁵⁴⁹ Além da quantidade de municipalidades, requeria-se dos conselheiros um trabalho de análise, alteração, admissão ou supressão de artigo por artigo de cada postura. Mesmo com as constantes emendas feitas pelos conselheiros – o que levou o padre Bhering a clamar por uma maior simplicidade na elaboração desses documentos pelos vereadores, e por medidas menos “opressivas ao povo” –,⁵⁵⁰ a aprovação de posturas por parte dos Conselhos Gerais foi maciça e abrangente, ficando inclusive difícil precisar se houve um beneficiamento de algumas Câmaras Municipais em detrimento de outras.⁵⁵¹

Mesmo com essa expressiva aprovação de posturas, é crível que algumas delas tenham sido cumpridas pelas administrações municipais antes mesmo de sua aprovação pelo Conselho Geral.

ano d’esta sabia reunião, que sendo a segunda trabalhará com mais acerto principalmente sobre os materiais que as Câmaras Municipais das diferentes vilas terão de lhe fornecer (...)”, cf. *O Observador Constitucional*, nº 12, 30/11/1829.

⁵⁴⁶ No caso da Câmara Municipal da cidade de São Paulo, aquelas posturas aprovadas pelo Conselho Geral de São Paulo chegaram a ser impressas e vendidas na Tipografia do Farol Paulistano separadamente dos periódicos ali publicados, cf. *O Farol Paulistano*, nº 335, 27/04/1830.

⁵⁴⁷ Ver *O Farol Paulistano*, nº 433, sessão de 20/12/1830.

⁵⁴⁸ Ofício do Secretário do Conselho Geral à Câmara. In: *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, 1832, op. cit.*, p.32.

⁵⁴⁹ Nem os presidentes de província, a partir de 1831, tinham o poder de intervir na aprovação das posturas municipais. Cf. “Decisão do Ministério do Império de 17 de agosto de 1831 – declara que os presidentes das Províncias nenhuma ingerência têm nas posturas das Câmaras Municipais, as quais somente são sujeitas à aprovação dos Conselhos Gerais”, in *Coleção das decisões do governo de 1831, op. cit.*, p.190.

⁵⁵⁰ *O Novo Argos*, nº 5 (10/12/1829) e 6 (18/12/1830).

⁵⁵¹ Cf. “Posturas Municipais” de 1830 pertencentes ao Fundo Conselho Geral da Província do Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (FCGP), caixas 17, 18 e 19. Para Minas Gerais, ver *Posturas da Câmara Municipal da imperial cidade de Ouro Preto confirmada pelo Conselho Geral da província de Minas Gerais*. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1830; *Posturas da Câmara Municipal da leal cidade de Mariana confirmada pelo Conselho Geral da província de Minas Gerais*. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1829; *Posturas policiais do termo da vila de Queluz*. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1829.

Em 25 de outubro de 1831, a Assembleia Geral decretou que as Câmaras Municipais estavam proibidas de executar suas posturas antes da aprovação pelos Conselhos Gerais. Nas ocasiões em que tanto estes como a Assembleia Geral não estivessem em funcionamento, as posturas deveriam ser remetidas para os presidentes de província em reunião com o Conselho da Presidência, a fim de que esses mandassem executá-las provisoriamente.⁵⁵² Extensível à todas as províncias com exceção do Rio de Janeiro – daí a abrangência do decreto –, a execução das posturas antes de sua aprovação pode ter se dado, em parte, pelo curto período de funcionamento dos Conselhos Gerais, que talvez não conseguissem dar conta da análise de todo o material que lhes era enviado. Após o decreto, o Conselho de Minas Gerais passou a perguntar à presidência da província a respeito de quais posturas haviam sido aprovadas provisoriamente durante o intervalo de funcionamento de suas sessões.⁵⁵³ Essa tentativa em agilizar a execução das posturas não impediu, entretanto, que as Câmaras Municipais agissem fora da nova legislação. Em dezembro de 1833, o Conselho Geral de Minas comunicou ao presidente da província sua “mágoa” em ver que a Câmara de Minas Novas desmesurara suas atribuições ao proibir a exportação de mantimentos para fora daquela vila, medida que só poderia ser tomada “por meio de posturas”, nunca ao seu “bel-prazer”.⁵⁵⁴

O exame das finanças municipais consistia em outra atividade recursiva a ser desenvolvida pelos Conselhos Gerais.⁵⁵⁵ Províncias como Pernambuco e Ceará tiveram problemas com a prestação de contas pelas municipalidades, que se indispuseram com Conselhos Gerais, sendo provável que o mesmo tenha ocorrido com as demais províncias do Império.⁵⁵⁶ No caso de São Paulo, o Conselho Geral exigiu, amiúde, que as Câmaras Municipais detalhassem mais minuciosamente suas contas, a fim de que essas fossem aprovadas com maior rigor e rapidez.⁵⁵⁷

⁵⁵² Decreto de 25 de outubro de 1831 – Proíbe a execução de posturas municipais antes de sua aprovação. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1831, op. cit.*, Parte Primeira, p.146-147.

⁵⁵³ Ver, por exemplo, APM, SPPP1/52, cx.03, doc.13, ofício de 16/01/1832.

⁵⁵⁴ APM, CGP3/2, cx.04, doc.10, ofício de 05/12/1833.

⁵⁵⁵ De modo geral, a prestação de contas dos municípios era dividida em duas partes: de um lado havia a receita provinda de foros, multas, licenças e demais fontes de renda; de outro a despesa do município com ordenados de empregados, obras públicas, assinatura de periódicos, propinas e outros gastos. Ver APM, ACG-MG, sessão de 15/01/1831.

⁵⁵⁶ SLEMIAN, *op. cit.*, 2006, p.220-222.

⁵⁵⁷ Veja-se, por exemplo, o ofício enviado pela Secretaria do Conselho Geral de São Paulo à Câmara Municipal de São Paulo, em fevereiro de 1830, a respeito da prestação de contas pela Câmara paulistana: “Ilmos. Srs. – Tendo o Conselho Geral examinado as contas por VV. Sas. Submetidas à sua revisão, e aprovação desde 6 de março até o fim de setembro do ano findo o mesmo notou 1.º – Que na 1.a conta tomada desde janeiro até 30 de abril faltam os rendimentos das cabeças de rezes das freguesias de Santo Amaro, e igualmente de MBoy, Itapecerica, e Juqueri; e o rendimento das entradas das aguardentes das freguesias de Juqueri, Conceição, Penha, São Miguel, e Ó. 2.º – Que na 2.a tomada ao Procurador transato Antonio Justiniano de Souza só se mencionam os rendimentos das cabeças das freguesias de Itapecerica, e Ó, faltando os das outras. 3.º – Que, quanto á conta dos rendimentos das entradas das aguardentes das deferentes freguesias, não vêm nela os de Juqueri, São Bernardo, Conceição, Penha, São Miguel, e Braz. 4.º – Que, quanto á 2.a e 3.a. contas, tomadas ao atual Procurador desde o 1.º de agosto até 30 de setembro do ano próximo passado, faltam na receita os rendimentos das cabeças de rezes de todas as freguesias, á exceção da de São Bernardo; os rendimentos das entradas de aguardentes das freguesias de Juqueri, Ó, Conceição, São Miguel, e Penha; por que o ali mencionado pertence ao ano da Câmara transata. Á vista pois das apontadas faltas resolveu o Conselho, que se pedisse a VV. Sas. os necessários esclarecimentos, afim de poder ultimar o exame das referidas contas. Deus guarde a VV. Sas.

Neste sentido, assim como acontecera anteriormente com o Conselho da Presidência, a análise financeira das Câmaras Municipais pelo Conselho Geral paulista não foi tarefa de execução simples, em virtude da falta de dados precisos sobre o estado das finanças e, sobretudo, da ausência de um critério de prestação de contas comum a todas as municipalidades. Ciente desse quadro, o suplente José da Costa Carvalho sugeriu, em janeiro de 1830, que a comissão voltada para as matérias referentes às Câmaras Municipais propusesse um modelo pelo qual as municipalidades formalizassem suas receitas e despesas, o que foi aprovado.⁵⁵⁸ Passados alguns meses, o Conselho Geral fez circular entre as Câmaras Municipais uma resolução que visava formalizar a prestação de contas pelos municípios.⁵⁵⁹

Em Minas Gerais, dada a abundância de vilas existentes na província e as constantes irregularidades na prestação de contas pelos municípios, a análise destas sobrecarregou em demasia o Conselho, que teve de aumentar o número de membros da comissão originalmente destinado a esse trabalho⁵⁶⁰. O Conselho mineiro também agiu no sentido de padronizar tal procedimento, propondo um regulamento para a “escrituração das contas”.⁵⁶¹ Alegando a necessidade de prescrever um método que servisse para regular a administração, arrecadação, distribuição e fiscalização das rendas municipais, o Conselho Geral de Minas aprovou, em janeiro de 1832, o *Regulamento para a Escrituração das Contas das Câmaras Municipais*, documento que aprofundava as ingerências do procurador municipal prescritas pela lei de 1º de outubro de 1828.⁵⁶²

Paço do Conselho 1.º de fevereiro de 1830 – Ilmos. Srs. Da Câmara Municipal desta cidade de São Paulo – Manuel Joaquim de Amaral Gurgel”. Cf. Ofício do secretário do Conselho Geral à Câmara lido em sessão de 3 de fevereiro de 1830, sobre as contas. In: *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, 1829-1830*. São Paulo: Publicação Oficial do Arquivo Municipal de São Paulo, 1923, v.XX, p.273-274.

⁵⁵⁸ Ver *O Farol Paulistano*, nº 304, sessão de 07/01/1830.

⁵⁵⁹ Não foi possível estabelecer a sessão exata na qual foi aprovada essa resolução do Conselho Geral de São Paulo; é certo, todavia, que ela se deu entre janeiro e fevereiro de 1830. Com a resolução, fixaram-se as seguintes diretrizes, que se encontram transcritas num ofício enviado pelo Conselho Geral de São Paulo à Câmara Municipal da Capital paulista, lido em sessão de 16 de abril de 1830: “1.º. Que as Câmaras, na mesma ocasião da remessa das suas contas, enviem uma relação das rendas, que formam o fundo da sua receita, podendo vir como observação á margem, ou no fim do mesmo mapa, declarando se são arrematadas, ou administradas. 2.º que na mesma ocasião venha uma relação das suas dívidas ativas e passivas. 3.º que de todas as obras novas, e concertos que se fizerem, excedendo a 10\$000, se proceda a avaliação por pessoas inteligentes da matéria, e se as ponha em praça a quem por menos fizer, e não havendo quem as arremate, que mandem fazê-las a jornal na forma do artigo 47 da lei do 1.º de outubro de 1828, fazendo-se menção da avaliação. 4.º que as contas sejam remetidas imediatamente depois de tomadas as do 3.º trimestre de cada ano, a fim de ter o Conselho tempo de examiná-las. 5.º finalmente, que as Câmaras remetam ao mesmo Conselho as contas dos anos transatos, que se não acharem examinadas, e sancionadas pelo governo, e que afirmem em seus ofícios com certidão do secretário o ultimo ano, em que foram aprovadas. Deus guarde a Vossas Mercês. Paço do Conselho Geral de São Paulo, 8 de fevereiro de 1830 – Senhores da Câmara Municipal desta Cidade de São Paulo – Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, secretário”. In: *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, 1829-1830, op. cit.*, p.327-28.

⁵⁶⁰ O número de membros da comissão, originalmente três, foi para cinco. ACG-MG, sessão de 13/12/1830, p.31. Sobre irregularidades na prestação de contas das Câmaras Municipais, ver, por exemplo, ACG-MG, sessão de 17/12/1831, p.43-46. Em outro sentido, o Conselho Geral tecia elogios para as Câmaras que demonstravam zelo para com seus gastos, cf. ACG-MG, sessão de 17/12/1831, p.99-100.

⁵⁶¹ APM, ACG-MG, sessão de 16/12/1831, p.79.

⁵⁶² *Regulamento para a Escrituração das Contas das Câmaras Municipais*. Ouro Preto: Tipografia do Universal, 1832. APM, SP CGP3/2, cx.03, doc.03.

No ano anterior à admissão do regulamento mineiro fora aprovado um decreto de proporções drásticas pelo Parlamento, cujo intuito era minorar tais dificuldades mediante a fixação de algumas regras quanto à organização das contas municipais, demonstrando que o problema era de grande amplitude. Com o decreto, as contas municipais tiveram seu ano financeiro regulado entre o 1º de outubro e o último dia de setembro do ano seguinte, devendo ser entregues nas respectivas capitais das províncias em todo o 1º de dezembro, para daí sim serem remetidas aos Conselhos Gerais. Além disso, as Câmaras passaram a ter que prestar suas contas minuciosamente, discriminando arrecadações, gastos, dívidas e balanços para cada período abordado, sendo passíveis de multa caso não cumprissem com essas exigências.⁵⁶³

Ainda no que tange ao campo financeiro, é de se registrar o movimento contínuo das Câmaras Municipais na busca pelo aumento de suas rendas, atitude essa assegurada pelo artigo 77 da lei de 1º de outubro de 1828. Em 1829, a Câmara Municipal de Itu solicitou ao Conselho Geral a permissão para a criação uma loteria para o Hospital de Lázaro, a fim de que essa fornecesse as rendas necessárias para sua manutenção. Três anos mais tarde, os vereadores de Areias pediram permissão para que a Câmara Municipal pudesse vender o prédio da cadeia pública daquela vila para arrecadar recursos.⁵⁶⁴ Em Minas Gerais, o Conselho Geral permitiu que a Câmara de Pitangui passasse a administrar as rendas provenientes das pesagens daquela localidade da forma que achasse necessária, a fim de aumentar a arrecadação.⁵⁶⁵ Os Conselhos Gerais também elaboravam estratégias de gestão de finanças que aliassem os interesses municipais com os de outras instituições. Foi o que fez o Conselho Geral de Minas com a Câmara Municipal de São José del-Rei e a Santa Casa de Misericórdia daquela vila. Sugeriu-se a feitura de um contrato em que a Santa Casa ficaria obrigada a criar uma roda de expostos mediante o subsídio da Câmara joseense.⁵⁶⁶

Além de manejar as esferas administrativa e financeira das Câmaras Municipais, os Conselhos Gerais serviram, à maneira do Conselho da Presidência, como um espaço dedicado à apuração de denúncias contra crimes de abuso de poder, irregularidades na conduta da coisa pública e desrespeito à Constituição. Durante seu funcionamento, os Conselhos Gerais de São Paulo e Minas Gerais receberam denúncias das municipalidades contra ouvidores, juízes (de órfãos, ordinários e de paz), clérigos e militares.⁵⁶⁷ Mas diferentemente do que ocorria no Conselho

⁵⁶³ Decreto de 31 de outubro de 1831 – fixa regras para a contabilidade municipal e tomada das respectivas contas. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1831, op. cit.*, Parte Primeira, p.175-176.

⁵⁶⁴ ALESP, FCGP, CF29.004, caixa 01; CF32.074, caixa 15.

⁵⁶⁵ APM, ACG-MG, sessão de 19/01/1831, p.111. Vale notar que os Conselhos Gerais por vezes negavam tais pedidos, com ocorreu com a Câmara Municipal de Porto Alegre, cf. APB-CD, sessão de 19/05/1830, p.176.

⁵⁶⁶ APM, ACG-MG, sessão de 17/12/1831, p.102.

⁵⁶⁷ ALESP, FCGP. Ver, por exemplo, os documentos CP32.024, caixa 14; CP31.094, caixa 13; CP31.093, ESP 230; CP31.087, caixa 13; e CP31.073, caixa 13, referentes a denúncias contra juízes de paz nas vilas de Jundiá, Ubatuba, Taubaté, Sorocaba e São Paulo. Para Minas Gerais, ver a representação da Câmara de Paracatu sobre abusos de autoridade naquela vila, cf. APM, SPPP1/52, cx.03, ofício de 05/01/1832; denúncia feita pela Câmara de Pitangui

privativo do presidente, onde as decisões eram tomadas mais agilmente, o Conselho Geral tinha que analisar as denúncias, redigi-las em forma de representações, submetê-las à aprovação dos demais conselheiros, enviá-las para a Assembleia Geral ou ao governo central, para aí sim ganharem ou não uma concretude legal.

Isso não significa, todavia, que resoluções desse tipo necessariamente malograssem. Em 1830, a Câmara Municipal de Ouro Preto denunciou ao Conselho Geral o juiz de paz daquela localidade, por ter prendido um indivíduo sem seguir as disposições prescritas pela lei.⁵⁶⁸ O Conselho Geral de Minas analisou a denúncia contra Joaquim José da Silva Brandão, julgou-a procedente e a encaminhando à Câmara dos Deputados. Esta, por meio da comissão encarregada para examinar os trabalhos dos Conselhos Gerais, endossou a posição tomada pelo congêneres mineiro, em vista dos dados oferecidos “provarem a manifesta violação da lei” pelo juiz de paz, que merecia a punição cabível. A denúncia foi parar no Conselho de Estado, que votou pela suspensão de Silva Brandão do cargo e inculcou que ele fosse “processado para ser punido como fosse de justiça, pelo escandaloso abuso de poder”.⁵⁶⁹

Em meio às várias denúncias recebidas pelos Conselhos Gerais, sobretudo contra empregados públicos, foquemos nossa atenção num caso que, dada a sua amplitude, pode desnudar algumas das relações que se constituíam entre essas esferas de poder. Em 21 de abril de 1830, invocando o artigo 58 da lei de 1º de outubro de 1828⁵⁷⁰, a Câmara Municipal da capital paulista remeteu ao Conselho Geral de São Paulo uma denúncia contra o reverendo Higino Francisco Teixeira, na época vigário colado da freguesia de São Bernardo, por conta de seus “desleixos” e “abusos” cometidos na paróquia de sua responsabilidade.⁵⁷¹ A acusação, também enviada ao conhecimento do executivo provincial, fora originalmente despachada ao presidente da Câmara Municipal de São Paulo pelo fiscal da freguesia de São Bernardo Manoel Rodrigues de Barros, a 12 de março de 1830, e publicada no próprio mês de março pelo jornal *O Farol Paulistano*.⁵⁷² Após receber a denúncia da Câmara Municipal, o Conselho Geral de São Paulo trabalhou na sua apuração que, em 26 de janeiro de 1831, endossando a posição dos denunciantes, enviou uma representação ao monarca para que esse decidisse sobre o futuro do referido vigário. Este foi acusado pelo

contra o juiz de fora daquela vila, cf. APM, ACG-MG, sessão de 10/01/1831, p.58; e a denúncia contra o juiz de paz do curato de S. Sebastião da Silva, cf. APM, ACG-MG, p.96.

⁵⁶⁸ O indivíduo foi mantido preso sem formação de culpa e sentença condenatória. Cf. CEDI-CD, lata 47-A, maço 15, pasta 02, ofício de 25/05/1830.

⁵⁶⁹ ACE, 57ª sessão (21/12/1830).

⁵⁷⁰ Dizia o artigo 58: “Darão parte anualmente, ou quando convier, ao presidente da Província e Conselho Geral das infrações da Constituição, e das prevaricações, ou negligencias de todos os empregados”, Cf. Lei de 1º de outubro de 1828 – Dá nova forma as Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. In: *op. cit.*, p.82.

⁵⁷¹ Participação feita pela Câmara ao Conselho Geral contra o vigário de São Bernardo. In: *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, 1829-1830, op. cit.*, p.343.

⁵⁷² *O Farol Paulistano*, nº 322, 20/03/1830.

Conselho de “prevaricação”, o mesmo ocorrendo com o vigário geral da referida freguesia, que o havia defendido, segundo os conselheiros, por meio de um “patronato” imparcial, que só corroborava com as denúncias contra o acusado. Como se tratava de um caso de interpenetração entre as esferas judicial e executiva, os conselheiros afirmaram que estavam “cumprindo o artigo 83 § 4ª da Constituição”, que por seu turno exigia que os Conselhos Gerais enviassem à Assembleia Geral e ao Executivo questões dessa natureza.⁵⁷³

Não foi possível esclarecer o desenlace do episódio, conquanto sua relevância esteja, todavia, menos na concretização da denúncia do que na teia de relações por ela estabelecida. Analisada por um viés mais amplo, intercomunicações como essa foram essenciais para a construção de uma prática política em nível local, na medida em que proporcionaram o contato de diferentes vozes do espaço público paulista e mineiro. Mais significativo ainda é o fato de que casos assim nos patenteiam como o início do processo de formação do Império gestou um jogo institucional que, permeado por brechas político-administrativas de um Estado ainda nascente, deixou espaço para que órgãos como os Conselhos Gerais atuassem de acordo com cada situação ou conjuntura política.

Nesses termos, ofuscada pela retórica do cumprimento da lei subsistia a possibilidade do Conselho Geral gerenciar a política municipal de uma outra forma, no sentido de selecionar as matérias que seriam levadas adiante, bem como de transpor para as várias localidades da província demandas relativas a uma determinada municipalidade. Em outras palavras, uma das formas de conduzir a política provincial podia se dar, até certo ponto, por meio da articulação das administrações municipais.

É exemplar neste ponto a resolução aprovada pelo Conselho Geral de São Paulo sobre a inexequibilidade do parágrafo 11 do artigo 66 da lei de 1º de outubro 1828⁵⁷⁴, segundo o qual estava proibida a venda de pólvora ou de qualquer artefato explosivo em locais que não fossem despovoados e marcados pelas Câmaras Municipais. De acordo com o Conselho Geral, após refletir “maduramente sobre a representação da Câmara da vila de S. Carlos, em que fez ver o quanto é inexequível o § 11 do artigo 66 da Lei de 1º de outubro de 1828”, o órgão constatou que o parágrafo mencionado era danoso para “toda a província”, já que a falta de acessibilidade à pólvora prejudicava a “caça” de animais e o “comércio” entre os habitantes, criando uma situação propícia

⁵⁷³ APESP, RPR, Representação sobre o Pároco da Fregª. de S. Bernardo, p.26.

⁵⁷⁴ Dizia o referido parágrafo: “Exceptua-se a venda de pólvora, e de todos os gêneros susceptíveis de explosão, e fabrico de fogos de artifício, que pelo seu perigo, só se poderão vender, e fazer nos lugares marcados pelas Câmaras, e fora de povoado, para o que se fará conveniente postura, que imponha condenação, aos que contravierem. Cf. parágrafo 11, art. 66, Título II da “Lei de 1º de outubro de 1828”. In: *op. cit.*, p.84.

para a “violação da lei”.⁵⁷⁵ Assim, tomando como ponto de partida a realidade de uma municipalidade específica, o Conselho Geral alargou-a para o restante da província, adequando-a num formato de política pública em nível provincial. Via de duas mãos, esse processo também servia, ao menos em tese, para que as Câmaras pleiteassem iniciativas mais amplas, que saíssem do âmbito municipal e pudessem de algum modo atenuar as limitações políticas impostas pela lei de 1º de outubro de 1828. A representação foi recusada pela Câmara dos Deputados em junho de 1830, após anuir o parecer da comissão dos Conselhos Gerais, formada pelo deputado paulista José Correa Pacheco e Silva e pelos mineiros Aureliano de Souza Coutinho e Antonio Maria de Moura. O argumento da comissão foi de que não havia necessidade e nem era conveniente alterar esta parte da lei de 1º de outubro de 1828.⁵⁷⁶

Outro artifício do qual as Câmaras Municipais se serviam para inserir seus interesses no âmbito dos Conselhos Gerais era o de encaminhar representações que poderiam ser convertidas em propostas pelos conselheiros. Em 1832, “atendendo às representações” das Câmaras de Queluz, São João Del Rei e Campanha, o Conselho Geral mineiro aprovou a criação de cadeiras de retórica, filosofia e gramática para aquelas localidades.⁵⁷⁷

Pouco estudado pela historiografia sobre o Império, o controle da administração municipal pelos Conselhos Gerais foi tão importante quanto a proposição de medidas atinentes aos negócios provinciais, a começar pelo tempo e empenho despendidos nessa atividade que, por ser menos grandiloquente, passou despercebida pela maioria dos estudiosos que se debruçou sobre o funcionamento desse órgão. Em verdade, tratava-se de gerir unidades administrativas que compunham, no limite, o alicerce político-administrativo de cada província, uma vez que se a redução de poderes pela lei de 1º de outubro esvaziou a estrutura municipal, não o fez a ponto de negá-la; houve sim, paralelamente ao enfraquecimento da esfera municipal, uma transposição de ingerências para os Conselhos Gerais, que passaram a desempenhar parte das atribuições anteriormente detidas pelas municipalidades, na qualidade de órgãos subordinadores das Câmaras Municipais. É conveniente, portanto, não confundirmos a diminuição da autonomia das municipalidades com a extinção do poder municipal em si, pois esse não se dissipou por inteiro. Mesmo porque a relação entre as Câmaras Municipais – órgãos portadores de uma cultura política que vinha sendo gestada desde o período colonial – e o Conselho Geral – instituição que estabelecia, dentro de uma perspectiva de regime representativo, uma nova relação de forças entre o local e o provincial – entrou repetidas vezes em rota de colisão.

⁵⁷⁵ APESP, RPR, Representação sobre a inexecutabilidade do § 11 do artigo 66 da lei de 1º de outubro 1828 acerca da proibição da venda de pólvora dentro das Povoações, p.16. Para a representação feita pela Câmara de São Carlos que foi enviada ao Conselho Geral de São Paulo, ver ALESP, FCGP, CP30.043, caixa 11.

⁵⁷⁶ Ver *O Farol Paulistano*, nº 437, sessão de 04/01/1830; APB-CD, sessão de 15/05/1830.

⁵⁷⁷ APM, ACG-MG, sessão de 26/01/1832, p.321.

Os embates assumiram diversas formas, a começar pela questão das finanças. Após ser comunicada de uma resolução do Conselho Geral de Minas sobre a prestação de suas contas, a Câmara de Mariana negou-se a cumpri-la, qualificando-a de “injuriosa, injusta e degradante”. Segundo ementa indicada pelo vereador marianense Gomes Pereira, o pedido de informações pelo Conselho era um ato de “acrimônia” em que se exigia o “servilismo” da Câmara. A comissão de representações do Conselho Geral repudiou severamente a conduta “intolerável” da Câmara de Mariana e, por acreditar que ela continha “injúrias e calúnias” contra os conselheiros gerais, decidiu encaminhar a questão à presidência da província para que essa tomasse as providências cabíveis, principalmente com relação ao autor da ementa.⁵⁷⁸

Os conflitos iam além do âmbito fiscal. Às vésperas do 7 de abril, a Câmara da vila do Príncipe optou por não acatar a recomendação do Conselho Geral de Minas Gerais para que um vereador daquela localidade fosse readmitido após ter sido afastado do cargo pelos demais vereadores, por suposta conduta desordeira. Uma vez que, segundo a lei de 1º de outubro de 1828, caberia aos Conselhos Gerais oferecer seu juízo sobre essas questões, o congênere mineiro julgou a atitude da Câmara “pouco decorosa à dignidade do Conselho” e que ela deveria ter “obedecido logo” o encaminhamento sugerido. Porém, como o vereador expulso não reclamou sua reincorporação, o Conselho admitiu que nestas circunstâncias “nada tinha a deliberar”.⁵⁷⁹ Em março de 1831, o então presidente de São Paulo Aureliano de Sousa Coutinho fez circular um ofício no qual censurava a inadvertência das Câmaras Municipais com relação à conservação das estradas da província, notando que essas não cumpriram as “enérgicas recomendações” feitas pelo governo provincial nesse sentido. A existência de “Posturas” e de um “Regimento” próprio comporia um arcabouço legal que, segundo Sousa Coutinho, seria suficiente para que as Câmaras tomassem medidas sobre esse “objeto da maior importância”.⁵⁸⁰

Disciplinar as Câmaras Municipais constituiu, aliás, preocupação constante entre os legisladores dos primeiros anos do Império, que viram na minimização do poder municipal uma forma de coibir os excessos dos grupos locais, os quais se chocavam com o projeto de Estado liberal acalentado por boa parte dos membros da Câmara dos Deputados das primeiras legislaturas.⁵⁸¹ Em 1830, Diogo Feijó publicou seu *Guia das câmaras municipais do Brasil no desempenho de seus*

⁵⁷⁸ APM, ACG-MG, sessão de 03/02/1832, p. 363-364; APM, SPPP1/52, cx.03, doc.24, ofício diversos. Para os embates entre a Câmara Municipal de Mariana e o Conselho Geral, ver ANDRADE, Pablo de Oliveira. *A “legítima representante”*: Câmaras Municipais, oligarquias e a institucionalização do Império Liberal Brasileiro (Mariana, 1822-1836). Dissertação de mestrado. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

⁵⁷⁹ APM, ACG-MG, sessão de 11/02/1831, p.223. Situação semelhante ocorreu envolvendo a Câmara de Mariana, cf. ofício de 05/06/1830, publicado pela *Estrela Marianense*, nº 22, 02/10/1830.

⁵⁸⁰ Ofício do Exmo. presidente da Província à Câmara. In: *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, 1830-1831*. São Paulo: Publicação Oficial do Arquivo Municipal de São Paulo, 1936, v.XXI, p.91-92.

⁵⁸⁰ ACP-SP, v.15, sessão de 01/10/1830, p.69.

⁵⁸¹ CATELLI JR., Roberto. *Poder local: consolidação e revolta*. Sorocaba 1823-1842. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1993.

deveres por um deputado amigo da instituição, uma espécie de manual pedagógico destinado à instrução dos membros da administração municipal, definindo conceitos – o que era uma “postura”, por exemplo – e explicando como proceder em cada atividade relativa às Câmaras Municipais.⁵⁸² Para figuras como Feijó, os vereadores eram considerados “políticos de aldeia”, homens cuja projeção não avançava para além da política local.

Outro ponto que permite matizar a força da lei de 1828 é o de que, nos primeiros anos do Império, as Câmaras Municipais continuaram a se portar, em alguns pontos, como anteriormente. Representações remetidas diretamente ao Rio de Janeiro ou ao Conselho da Presidência persistiram mesmo após a lei de 1º de outubro, sendo algumas delas, aliás, conflitantes com as decisões tomadas pelos Conselhos Gerais.⁵⁸³ Alguns municípios acudiam à Câmara dos Deputados ou ao Senado após reprovação de determinada postura pelos Conselhos Gerais, objetando as resoluções tomadas pelos mesmos.⁵⁸⁴ Em junho de 1832, a Câmara Municipal de Baependy comunicou ao Senado seu desagrado com relação a uma proposta do Conselho Geral mineiro sobre a criação de mais duas vilas a partir do território daquele município.⁵⁸⁵ Dois anos depois os vereadores de São João del-Rei enviaram um despacho à Câmara dos Deputados contestando uma resolução tomada pelo mesmo Conselho Geral sobre o imposto de 100rs cobrado a cada alqueire de terra.⁵⁸⁶ O fato é que, no caso da Câmara dos Deputados, havia uma comissão específica para tratar de representações provindas das municipalidades. De modo geral, as demandas municipais eram remetidas aos presidentes de províncias ou redistribuídas entre as demais comissões da Casa conforme o teor da matéria.⁵⁸⁷

O envio de representações ao Legislativo e Executivo por parte das Câmaras Municipais não era benquisto por aqueles que queriam as municipalidades subordinadas ao poder provincial, sobretudo quando a pauta em questão era notadamente de interesse local, como no caso da criação

⁵⁸² FEIJÓ, Diogo Antônio. *Guia das câmaras municipais do Brasil no desempenho de seus deveres por um deputado amigo da instituição*. Rio de Janeiro: Tipografia da Astréa, 1830.

⁵⁸³ Veja-se, por exemplo, a representação enviada pela Câmara da vila de Itapetininga ao Conselho da Presidência de São Paulo, em outubro de 1829, a respeito da concessão de terrenos devolutos. Cf. ACP, v. 86, sessão de 21/10/1829, p.258; ou o ofício encaminhado pela vila de Itu à Câmara dos Deputados pedindo a suspensão do imposto do selo de testamentos relativos aos legados feitos às casas de caridade daquela municipalidade, cf. APB-CD, sessão de 13/05/1830, p.127. Para o caso mineiro, ver APB-CD, sessão de 03/08/1833, p.144; CEDI-CD, lata 45, maço 8, pasta, ofício de 23/04/1830. Para outras províncias, ver APB-CD, sessão de 05/05/1830 (Bahia); sessão de 17/07/1830 (Espírito Santo), p.450; ASI, sessão de 30/06/1830 (Ceará).

⁵⁸⁴ Ver, por exemplo, um caso envolvendo a Câmara Municipal de Mecejena, que teve uma postura sua negada pelo Conselho Geral do Ceará. Cf. APB-CD, 30/08/1830, p.450. No ano seguinte foi a vez da Câmara Municipal de Olinda criticar a atuação do Conselho Geral de Pernambuco, cf. APB-CD, 25/10/1831. Outras Câmaras, como a mineira de Queluz, encaminhavam posturas à Câmara dos Deputados para que essa tomasse alguma providência, mesmo sem ter sido negado pelo Conselho Geral, cf. APB-CD, sessão de 19/05/1832, p.176.

⁵⁸⁵ ASI, sessão de 02/06/1832, p.205.

⁵⁸⁶ APB-CD, sessão de 11/06/1834.

⁵⁸⁷ Ver, a título de exemplo, APB-CD, sessão de 08/08/1833, p.153.

de vilas.⁵⁸⁸ Numa discussão envolvendo o ofício enviado por um povoado da Bahia pedindo para que a Câmara dos Deputados a elevasse à vila, Bernardo Pereira de Vasconcelos apresentou o parecer o qual assinalava que “objetos de semelhante natureza não fossem remetidos à Assembleia sem que primeiro fossem examinados pelos conselhos”. Afinal, ponderou o deputado mineiro, “o que tem a Assembleia com os objetos peculiares das províncias?”. Dever-se-ia, portanto, “recomendar ao governo que objetos particulares das províncias fossem remetidos aos conselhos gerais”.⁵⁸⁹ Anos depois, o periódico *O Universal* sugeriu que as Sociedades Políticas e as Câmaras Municipais encaminhassem suas representações aos Conselhos Gerais e à presidência da província, e não ao Executivo, com o intuito de fortalecer as instituições locais e evitar desconfiança sobre elas.⁵⁹⁰

2.5. Conselhos provinciais e finanças

A principal alteração sofrida pelos Conselhos Provinciais durante o período regencial não foi fruto de uma legislação destinada especificamente a ambos, mas da iniciativa da Assembleia Geral em remodelar a estrutura financeira do Império, o que acabou incidindo, consequentemente, na participação desses órgãos no manejo das contas provinciais. Pouco enfatizado pela bibliografia, o estudo da organização financeira das províncias antes da criação das Assembleias Legislativas oferece indícios para o entendimento de questões que vão além da estrutura orçamentária e fiscal do Império. Ele permite lançar luz, também, sobre um movimento intrínseco aos primeiros anos da formação da esfera provincial do Estado Nacional brasileiro: ao mesmo tempo em que viabilizou a construção de uma esfera política provincial, a regulamentação das instituições previstas pela Carta de 1824 revelou seus próprios limites e, por conseguinte, a possibilidade de instauração de novos projetos de gestão do Estado.

O texto de 1824 não detalhou o funcionamento da Fazenda Nacional, bem como da sua relação com as províncias.⁵⁹¹ Apenas estipulou que a receita e a despesa da Fazenda Nacional estariam encarregadas ao Tribunal do Tesouro Nacional que, por sua vez, mediante a elaboração de legislação específica, seria o órgão responsável por regular, administrar, arrecadar e contabilizar as finanças do Império, em “recíproca correspondência” com as “tesourarias e autoridades das províncias”.⁵⁹²

⁵⁸⁸ Em julho de 1834, a freguesia mineira de Camanducaia enviou uma representação à Câmara dos Deputados solicitando que essa a elevasse à condição de vila. Cf. APB-CD, sessão de 09/07/1834.

⁵⁸⁹ APB-CD, sessão de 09/07/1829, p.87.

⁵⁹⁰ *O Universal*, nº 710, 13/02/1832.

⁵⁹¹ DINIZ, *op. cit.*

⁵⁹² Detentora do poder Legislativo do Império, a Assembleia Geral tinha como atribuição fixar anualmente as despesas públicas e repartir a contribuição direta. Ao Ministério da Fazenda cabia apresentar anualmente à Câmara dos

Fatores como o questionamento do sistema administrativo das Juntas da Fazenda e o agravamento da situação financeira do Império contribuíram para que fosse aprovada, já na Regência, a lei de 4 de outubro de 1831.⁵⁹³ Com ela estavam extintos o Tesouro Nacional, o Conselho da Fazenda e as Juntas da Fazenda Provinciais, órgãos que foram substituídos pelo Tribunal do Tesouro Público Nacional e pelas Tesourarias Provinciais.⁵⁹⁴ Estas seriam formadas por um inspetor de fazenda, um contador e um procurador fiscal, e tinham como função central dirigir a “administração, arrecadação, distribuição, contabilidade, e fiscalização de todas as rendas públicas da Província”.⁵⁹⁵ Além de remodelar a estrutura do Tesouro Nacional bem como das suas repartições provinciais, a lei de 4 de outubro de 1831 contemplou as relações entre os governos locais e o órgão administrador do seu tesouro – ou seja, a Tesouraria Provincial –, estreitando-as. Os inspetores de fazenda ficariam à disposição dos presidentes de província para que esses solicitassem, em reunião com o Conselho da Presidência, quaisquer informações e esclarecimentos sobre o estado da Fazenda Pública. Prevvia-se, também, que nenhuma arrematação de contrato ou de despesa pública fosse feita sem a aprovação do presidente em reunião com o mesmo Conselho.⁵⁹⁶ Menos de um ano após a promulgação da lei de 4 de outubro já haviam sido instaladas, segundo o ministro da Fazenda Candido José de Araújo Viana, as Tesourarias de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ao passo que as restantes estavam em processo de implementação.⁵⁹⁷

Deputados uma proposta orçamentária de todas as despesas do ano futuro, bem como da importância de todas as contribuições e rendas públicas. Para isso, o ministro da Fazenda deveria primeiramente apresentar aos deputados um balanço geral da receita e despesa do Tesouro Nacional do ano anterior, cf. Constituição Política do Império do Brasil. In: BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto (orgs.), *op. cit.*, artigos 13, 15, 170 e 171. Como é de se notar, a Carta de 1824 privilegiou a dimensão orçamentária da estrutura financeira do Império. Ainda assim, apesar dessas premissas legais, o processo orçamentário demorou a se consolidar no Primeiro Reinado, tornando-se uma das principais controvérsias políticas da 1ª legislatura do Império. Entre a convocação do Parlamento e o fim da 1ª legislatura, em 1829, dois orçamentos parciais – referentes à província do Rio de Janeiro e à Corte – foram aprovados, de modo que apenas em 15 de dezembro de 1830 o Império conheceu sua primeira lei de orçamento.

⁵⁹³ Lei de 4 de outubro de 1831 – Dá organização ao Tesouro Publico Nacional e ás Tesourarias Publicas das Provinciais. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1831, op. cit.*, Parte Primeira, p.103-127.

⁵⁹⁴ Composto por um presidente, um inspetor geral, um contador geral e um procurador fiscal, todos por nomeação do imperador, o Tesouro Público Nacional tinha como principal atribuição deter a “suprema direção e fiscalização da receita e despesa nacional; inspecionando a arrecadação, distribuição, e contabilidade de todas as rendas publicas, e decidindo todas as questões administrativas, que a tais respeito possam ocorrer”, cf. *Ibid.*, p.104, cf. “objeto” 1º do artigo 6º do Capítulo II – “Das atribuições do Tribunal”.

⁵⁹⁵ *Ibid.*, p.115, cf. artigo 46 do Capítulo I – “Da formação, e atribuição das Tesourarias de Província” – do Título 3º.

⁵⁹⁶ *Ibid.*, p.117.

⁵⁹⁷ Para o ministro, entretanto, a organização das tesourarias vinha sendo “em extremo enfadonha” pela “demora em se coligirem informações” das extintas Juntas de Fazenda de cada província. Ademais, a aplicação da lei gerou dúvidas, a ponto de Rafael Tobias de Aguiar, então presidente de São Paulo, nomear empregados que deveriam ser indicados pelo Governo, alegando que a lei da Regência garantia-lhe tal atribuição. Cf. *Relatório apresentado à Câmara dos Senhores Deputados pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda Candido José de Araújo Viana na Sessão de 1833*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1833, p.09-10. Ao que tudo indica, no ano seguinte a situação melhorou, embora a falta de funcionários fosse reclamação constante vinda das Tesourarias. Segundo Cândido José de Araújo Viana, “as Tesourarias das Províncias acham-se hoje organizadas, e em estado de fazer d’oro em diante os trabalhos que lhe são próprios (...). Devo porém ocultar-vos que a maior parte delas reclamam maior numero de Empregados, dando como motivo principal o exame de contas de anos anteriores; acerca de que eu tenho providenciado, fazendo chamar

Uma das matérias mais significativas previstas pela lei de 4 de outubro versava sobre a interferência dos governos de província no uso da receita provincial. Aos inspetores de fazenda provinciais competia levar ao conhecimento do presidente, em Conselho, o balanço da receita e despesa do ano anterior, como também o orçamento do ano futuro aprovado no Parlamento. O presidente, reunido em Conselho, depois de analisar os aspectos “material” e “moral” dessa documentação, remeteria para o Tribunal do Tesouro um parecer sobre a mesma. Os mesmos documentos seriam enviados para os Conselhos Gerais, que repassariam aos inspetores de fazenda “reflexões” e “representações” sobre a matéria que por ventura quisessem levar ao conhecimento da Assembleia Geral ou do Poder Executivo.⁵⁹⁸ Aos Conselhos Gerais foi atribuída, portanto, uma função fiscalizadora sobre os demais órgãos envolvidos na organização das finanças provinciais. De forma semelhante à Câmara dos Deputados, os Conselhos Gerais ficaram encarregados de nomear, anualmente, uma comissão incumbida de analisar os documentos referentes ao gerenciamento das finanças provinciais e informar sobre sua legalidade.⁵⁹⁹ Percebe-se, neste ponto, a intenção dos parlamentares em atribuir aos próprios representantes das províncias o direito de vigiarem o manejo das contas provinciais.

Um mês depois de promulgada a referida lei, aprovou-se a lei do orçamento para o ano financeiro de 1832-1833.⁶⁰⁰ Com ela os presidentes de província ficaram responsáveis, em reunião com seus respectivos Conselhos, por dirigirem os gastos provinciais legalmente previstos. Concretamente, e no que tange às esferas de atuação dos presidentes de província e seu conselho privativo, a lei que remodelou o Tesouro Nacional, conjugada à de 15 de novembro de 1831, forneceu aos executivos provinciais ferramentas legais para o manejo, mesmo que parcial e indireto, das rendas da província. Embora a autonomia tributária das províncias só concretizar-se-ia após a promulgação do Ato Adicional, quando as Assembleias Provinciais ficaram responsáveis por elaborar os orçamentos de suas respectivas províncias, é de se notar que se franqueou aos Conselhos da Presidência uma participação ativa no processo de organização e racionalização dos gastos da máquina pública provincial, como ocorreu com as províncias de São Paulo e Minas Gerais.

Em sessão extraordinária do Conselho da Presidência em agosto de 1832, o presidente de São Paulo Rafael Tobias de Aguiar indicou que, para executar as disposições asseguradas pela lei de 15 de novembro de 1831 referentes às despesas provinciais, era necessário exigir do inspetor da

para esse fim empregados de Repartições extintas onde os há, e com a precisa idoneidade”, Cf. *Relatório da Repartição dos Negócios da Fazenda apresentado à Assembleia Ordinária de 1834 pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Candido José de Araújo Viana*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1834, p.14.

⁵⁹⁸ *Ibidem*, cf. artigos 57 e 58.

⁵⁹⁹ Lei de 4 de outubro de 1831 – Dá organização ao Tesouro Publico Nacional e ás Tesourarias Publicas das Províncias, In: *op. cit.*, p.124.

⁶⁰⁰ Lei de 15 de novembro de 1831 – orça a receita e fixa a despesa para o ano financeiro de 1832-1833. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1831*, *op. cit.*, Primeira Parte, p.229-257.

Tesouraria da província um documento explicitando as contas do ano anterior, pois só assim os conselheiros conseguiriam determinar, de acordo com a lei, as “referidas despesas”, o que foi aprovado.⁶⁰¹ A matéria voltaria a emergir dois meses mais tarde, quando o inspetor da Tesouraria ainda não tinha enviado os documentos solicitados. Desta vez, evocou-se o artigo 57⁶⁰² da lei de 4 de outubro de 1831, o que foi novamente aprovado. Não há registros sobre o envio de tais documentos pelo inspetor da Fazenda, mas tudo indica que eles foram despachados ao presidente da província, de modo que, em 29 de novembro de 1832, o Conselho da Presidência finalmente emitiu seu parecer sobre as despesas que pelos “Cofres da Fazenda Pública” poderiam ser feitos no ano financeiro de 1832-1833. Para tanto, havia sido constituída uma comissão específica para a conclusão do parecer, que por sua vez foi elaborado como base na lei de orçamento de 15 de novembro de 1831.⁶⁰³

As primeiras leis de orçamentos do Império discriminavam não apenas o montante que poderia ser gasto por cada província, mas também, em linhas gerais, em quais campos os governos locais poderiam utilizá-lo: salários de empregados do governo, obras públicas, catequese dos índios, manutenção de paróquias, educação, saúde, segurança e outros gastos mais específicos. Até 1834, o orçamento de São Paulo oscilou entre o 5º e 6º maior orçamento do Império, ficando atrás somente do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e, ocasionalmente, do Maranhão. Minas Gerais, por sua vez, manteve-se entre 4º e 5º lugares no mesmo período.⁶⁰⁴

Baseando-se na lei do orçamento de 15 de novembro de 1831, os Conselhos da Presidência de Minas e São Paulo passaram a elaborar pareceres que destrinchavam, ponto a ponto, os gastos previstos por lei. Em relação às despesas previstas com obras públicas, o Conselho paulista preferiu não as especificar, alegando ser conveniente “esperar pelas informações exigidas pelo Exmo. Snr. Presidente”.⁶⁰⁵ Na prática, o não detalhamento do uso desses recursos acabou por se mostrar uma estratégia para em equacionar os gastos da província com as condicionantes de uma obra pública (interesse político, urgência, viabilidade, etc.), de modo que o método levado a cabo pelo órgão foi deliberar, aos poucos, as despesas com esse tipo de matéria.

⁶⁰¹ ACP, v.16, sessão de 18/08/1832, p.26-27.

⁶⁰² “Os Inspectores da Fazenda de Província levarão ao conhecimento do Presidente em Conselho da respectiva província, o balanço da receita, e despesa do ano findo, e o orçamento do ano futuro, para este remeter para o Tribunal do Tesouro, com o seu parecer, depois de fazer o exame material, e moral deles; e na Corte, e Província do Rio de Janeiro, ao Inspetor Geral do Tesouro”, cf. Lei de 4 de outubro de 1831 – Dá organização ao Tesouro Publico Nacional e ás Tesourarias Publicas das Províncias. In: *op. cit.*, p.117.

⁶⁰³ ACP, v.16, sessão de 29/11/1832, p.102-106.

⁶⁰⁴ Cf. Lei de 15 de dezembro de 1830 – orça a receita fixa a despesa para o ano financeiro de 1831-1832. In: *Coleção Leis do Império de 1830*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, p.100-138; Lei de 15 de novembro de 1831 – orça a receita e fixa a despesa para o ano financeiro de 1832-1833. In: *Coleção Leis do Império de 1831, op. cit.*, p.229-257; Lei de 24 de outubro de 1832 – orça a receita e fixa a despesa para o ano financeiro de 1833-1834”. In: *Coleção Leis do Império de 1832, op. cit.*, p.131-173; Lei de 8 de outubro de 1833 – orça a receita e fixa a despesa geral e provincial do Império para o ano financeiro de 1834-1835. In: *Coleção Leis do Império de 1833*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1872, p.66-101.

⁶⁰⁵ ACP-SP, v.16, sessão de 29/11/1832, p.106.

Antes da aprovação da lei de 4 de outubro de 1831, entrara em discussão um polêmico projeto de lei que visava alterar não apenas a relação das províncias com suas respectivas despesas, como também reordenar a estrutura de arrecadação do Império. Constituindo desdobramento da discussão em torno da reforma constitucional e da plausibilidade da implantação de um sistema federativo, tal projeto de lei propunha, em síntese, a divisão das despesas públicas em “gerais” e “provinciais”. Estas seriam reguladas pelos presidentes de província, ao passo que aquelas permaneceriam sob a tutela do ministro da Fazenda. Por conta da votação das bases da reforma constitucional, a discussão do projeto foi prolongada até o final do ano seguinte, quando foi aprovada a lei de 24 de outubro de 1832.⁶⁰⁶ Além de orçar a receita e fixar a despesa do Império para o ano de 1833-1834, a lei de 24 de outubro estabeleceu “outras proveniências sobre a administração e arrecadação da Fazenda”. As rendas públicas, que até o momento eram arrecadadas pelo Tesouro Nacional, ficaram divididas em “Receita Provincial” e “Receita Geral”. Enquanto a esta passaram a pertencer as principais rendas oriundas das províncias – tais como as alfandegárias (de importação, exportação, baldeação e reexportação), além de outras vinte fontes asseguradas por lei –, à receita provincial foram relegados “todos os impostos ora existentes não compreendidos na receita geral”.⁶⁰⁷

No que diz respeito à relação das províncias com sua receita, a lei de 24 de outubro também impôs algumas mudanças, reduzindo a ingerência dos executivos provinciais na matéria e aumentando, em contrapartida, a dos Conselhos Gerais. Em verdade, o projeto de lei original previa que as receitas provinciais fossem reguladas pelos presidentes de província, mas a matéria foi suprimida após ser duramente criticada por membros da Câmara dos Deputados, como Venâncio Henriques de Resende, Honório Hermeto Carneiro Leão e Diogo Duarte da Silva, respectivamente representantes por Pernambuco, Minas Gerais e Santa Catarina.⁶⁰⁸ Esses alegaram que tal medida fortaleceria em demasia a figura do presidente e, ao mesmo tempo, enfraqueceria os Conselhos Gerais. O próprio ministro da Fazenda na época – Bernardo Pereira de Vasconcelos –, que participou ativamente na discussão da lei de 24 de outubro de 1832, endossou essa opinião, afirmando que tal proeminência do presidente só poderia ser efetivada após uma reforma da Constituição, onde o executivo provincial fosse contrabalançado por outro poder.⁶⁰⁹ Em sintonia com a nova legislação, o Ministério da Fazenda baixou uma decisão, no ano seguinte, marcando as instruções para as províncias melhor organizarem seus balanços e orçamentos.⁶¹⁰

⁶⁰⁶ Lei de 24 de outubro de 1832 – orça a receita e fixa a despesa para o ano financeiro de 1833-1834. In: *Coleção das Leis do Império de 1832*, op. cit., p.131-173.

⁶⁰⁷ *Ibid.*, p.168-170, cf. Títulos IV (“Receita Geral”, capítulo único) e V (“Receita Provincial”, capítulo único).

⁶⁰⁸ APB, t.1, sessões de 28 e 29 de julho de 1831, p.181 e seguintes.

⁶⁰⁹ APB-CD, sessões de 28/07/1831, 29/07/1831 e 02/08/1831.

⁶¹⁰ Decisão do Ministério da Fazenda de 2 de maio de 1833 – dá instruções para melhor organização dos balanços e orçamentos das Províncias. In: *Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1833*, op. cit., p.158-159.

A lei de 24 de outubro de 1832 ampliou a ingerência dos Conselhos Gerais no manejo das receitas provinciais. Receita e despesa seriam a partir dali fixadas por eles, sob o orçamento base dos presidentes de província, atribuição que foi qualificada pelo redator d’o *Universal* como “a mais importante” do órgão.⁶¹¹ No dia da abertura dos Conselhos Gerais, os presidentes apresentariam um relatório com o “orçamento da receita, e despesa provincial, e as contas do ano findo”, ficando à disposição dos Conselhos para esclarecimentos. Depois de organizados, os orçamentos seriam remetidos à Câmara dos Deputados para correção e aprovação pela Assembleia Geral. Caso as rendas provinciais não fossem suficientes para suprir suas despesas, os Conselhos Gerais poderiam representar à Câmara dos Deputados, indicando quais os objetos que poderiam “sofrer alguns impostos, sem maior gravame dos povos”, ou aqueles que poderiam ser “substituídos por outros, com vantagem da renda, e dos contribuintes”. O mesmo poderia ser feito com relação à receita geral arrecadada nas províncias.⁶¹²

No ano seguinte à aprovação da lei de 24 de outubro, os Conselhos Gerais de São Paulo e Minas começaram a trabalhar de acordo com suas novas funções. Uma grande quantidade de documentos foi produzida – entre solicitações, pareceres, pedidos – com o intuito de racionalizar as finanças da província.⁶¹³ E, o que é mais importante, os Conselhos passaram efetivamente a estipular a receita e despesa provinciais, servindo de parâmetro para a Câmara dos Deputados na hora desta votar os orçamentos das províncias, o que de certa forma já vinha sendo ensaiado desde 1832.⁶¹⁴ Se não é correto afirmar que os Conselhos Gerais receberam poderes legislativos sobre a matéria, o fato é que houve um avanço nessa direção, até porque, ao confrontarmos as tabelas de receita e despesas enviadas pelas províncias ao Rio de Janeiro com as leis de orçamento aprovadas no período, fica patente que os deputados tomavam como base os números fornecidos pelos Conselhos. É claro que o que ocorreu não foi uma simples reiteração das cifras por parte dos

⁶¹¹ *O Universal*, nºs 952 (08/11/1833) e 977 (10/01/1834).

⁶¹² Lei de 24 de outubro de 1832 – orça a receita e fixa a despesa para o ano financeiro de 1833-1834. In: *op. cit.*, cf. artigos 87, 88 e 90, p.170-171.

⁶¹³ Em janeiro de 1833, a Comissão da Fazenda do Conselho Geral de São Paulo – da qual participava Antonio Mariano de Azevedo Marques – propôs que fosse solicitado ao governo da província o balanço do ano anterior para que os conselheiros gerais findassem a organização do orçamento da receita e despesa para o ano financeiro de 1834-1835, cf. FCGP, CF33.041, caixa 09. O orçamento foi terminado em fins de janeiro e remetido para uma comissão do Conselho da Presidência de São Paulo encarregada de revê-lo. A comissão elogiou a redução de despesas feita pelo Conselho Geral em face do déficit da fazenda provincial, cf. ACP-SP, v.16, sessão de 27/02/1833, p.135. Não se pode deixar de mencionar, todavia, as dificuldades para que esse aperfeiçoamento nas finanças ocorresse. Os Conselhos Gerais costumavam reclamar, por exemplo, da falta de material para trabalharem nos orçamentos, cf. APM, SPPP1/52, cx.03, doc.51, 24/11/1832.

⁶¹⁴ Em sessão destinada à votação do orçamento para o ano financeiro de 1833-1834, o deputado mineiro Honório Hermeto Carneiro Leão solicitou que fosse aumentada a verba de instrução pública para a província de Minas Gerais em mais 10:000\$, conforme indicação do Conselho Geral de Minas. A emenda foi aprovada, além de outras que reproduziam as recomendações daquele órgão, como o aumento das despesas com o expediente do Conselho, com a instrução pública, além da supressão de despesas com funcionários falecidos, cf. APB-CD, sessão de 16/08/1832, p.180; Observações sobre o orçamento de despesa para o ano financeiro de 1833 a 1834; APM, CGP03, documento de 31/03/1832.

deputados, posto que números eram alterados ou até mesmo derogados. Tomemos como exemplo o caso de Minas Gerais. A lei de orçamento para o ano financeiro de 1834-1835 manteve os gastos sugeridos pelo Conselho Geral mineiro com tesouraria provincial, instrução pública, guardas policiais, vacinas, catequese dos índios, justiça territorial e guarda nacional, porém reduziu o montante a ser destinado para as obras públicas.⁶¹⁵ Mesmo o Senado, a quem não cabia a iniciativa de elaborar as leis de orçamento, deu mostras de que sem tomar conhecimento dos dados provenientes dos Conselhos Gerais, a participação dos senadores na votação dos orçamentos provinciais constituiria mera formalidade.⁶¹⁶

Ainda pela lei de 24 de outubro, as rendas provinciais, depois de devidamente arrecadadas e organizadas, seriam “distribuídas” pelos presidentes de província em reunião com seus respectivos conselhos privativos. Desse modo, não obstante a referida lei ter ampliado a ingerência dos Conselhos Gerais na organização das finanças provinciais, os Conselhos da Presidência aprofundaram sua participação na destinação das verbas públicas, fato comentado pela imprensa da época.⁶¹⁷ Entre 1833 e 1834, foram recorrentes as resoluções tomadas pelos Conselhos de São Paulo e Minas Gerais quanto ao dispêndio de recursos públicos direcionados para a viabilização de obras de infraestrutura e outras iniciativas das administrações provincial e municipal.⁶¹⁸

As leis de 15 de novembro de 1830, 4 de outubro de 1831 e 24 de outubro de 1832 foram responsáveis pela racionalização e sofisticação da estrutura financeira do Império.⁶¹⁹ Iniciava-se, aos poucos, a construção de novas ferramentas de extração e repasse de recursos por parte do governo, bem como de instrumentos direcionados para a participação das províncias na estrutura financeira do Império. Por mais que a classificação das rendas do Império em “gerais” e “provinciais” tenha assegurado à Corte lugar privilegiado na direção da estrutura financeira imperial, tornando-se inclusive num dos elementos que alimentaria a eclosão de inúmeras

⁶¹⁵ Resolução sobre a fixação da Receita e Despesa Provincial, 14/01/1833, publicado em *O Universal*, nº 835, 16/01/1833; Lei de 8 de outubro de 1833 – orça a receita e fixa a despesa geral e provincial do Império para o ano financeiro de 1834-1835. In: *Coleção Leis do Império de 1833*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1872, p.66-101. No ano seguinte, embora os Conselhos Gerais tenham elaborado os orçamentos provinciais (Cf. Observação sobre o orçamento da despesa e receita provincial, 04/02/1834, publicado em *O Universal*, nº 988, 05/02/1834), estes não foram apreciados na Assembleia Geral, uma vez que a lei que fixou o orçamento para 1835-1836, em virtude do tempo tomado pela reforma constitucional, prolongou a execução da lei de 8 de outubro de 1833, referente ao ano financeiro de 1833-1834, cf. Lei 3 de Outubro de 1834 – Orça a Receita e fixa a Despesa para o ano de 1835 – 1836. In: *Coleção de Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Oficial, 1834, v. 1, pt. I, p.44.

⁶¹⁶ Por sinal, em 1833, na ocasião da feitura de emendas ao projeto de orçamento remetido pela Câmara, o Senado entrou em longa discussão sobre um corte salarial proposto pelo Conselho Geral de São Paulo, cf. ASI, sessões de 28/08/1833, p.144-165; 30/08/1833, p.187; 16/09/1833, p.322; 24/09/1833, p.351.

⁶¹⁷ Segundo o *Universal*, o Conselho da Presidência passara a deter “importantes” trabalhos, sobretudo “a distribuição dos dinheiros públicos” conforme a lei do orçamento. Cf. nº 989, 07/02/1834.

⁶¹⁸ ACP-SP, v.16, sessões de 16/02/1833, p.118; 05/10/1833, p.203; e 11/11/1833, p.244; APM, SPPP1/52, cx.04, vários ofícios.

⁶¹⁹ DINIZ, *op. cit.* Em 1833, o então ministro da fazenda Cândido José de Araújo Viana anunciou uma melhoria na arrecadação pelos cofres do Rio de Janeiro, em virtude da maior participação das rendas oriundas das Tesourarias Provinciais, cf. CARREIRA, *op. cit.*, p.226.

sublevações em diferentes pontos do território nacional no decurso da década de 1830, a ação legislativa que se consubstanciou nas primeiras leis de orçamento, na criação do Tribunal do Tesouro Público Nacional, das Tesourarias Provinciais e na divisão de recursos dos cofres públicos lançava luz para o fato de que qualquer passo a ser dado no sentido de estabelecer uma normatização da máquina pública imperial acarretaria no aparelhamento jurídico-administrativo das províncias. Assim, a questão não recaía apenas sobre o aumento do nível de participação das províncias no manejo das suas contas, mas também sobre a necessidade dos políticos do Império reconhecerem que esse somente lograria como um estado monárquico-constitucional caso fossem criados mecanismos político-administrativos adequados às realidades provinciais, e que garantissem aos poderes locais uma certa margem de autonomia para geri-los.

Os conselhos provinciais permitiram um constante acúmulo de experiências político-administrativas em nível local, o que aferiu maior complexidade ao futuro debate sobre a criação das Assembleias Legislativas Provinciais, bem como àquela sobre o estabelecimento de um regimento para a atuação dos presidentes de província. Cotejando a legislação parlamentar referente à estrutura financeira provincial com a atuação dos conselhos paulistas e mineiros, foi possível verificar um movimento duplo e gradual do ponto de vista do aparelhamento dos espaços de ação política nas províncias: de um lado os Conselhos Gerais passaram a ter maior participação na marcação das receitas e despesas provinciais e na fiscalização dos órgãos envolvidos no manejo das contas das províncias, o que significou um sensível aumento de poderes por parte dos governos locais se comparado ao regimento de 27 de agosto de 1828, que nenhuma menção trazia sobre o tema. De outro, os executivos provinciais – quer o presidente quer seu conselho privativo – viram-se cada vez mais dotados de elementos legais direcionados para a organização dos orçamentos provinciais e para a utilização dos recursos das províncias.

Em suma, a questão da fiscalidade ajudou a delimitar com maior precisão os dois principais espaços de poder político das províncias. Ao mesmo tempo em que a faculdade de propor, largamente garantida pela lei de 23 de outubro de 1823, foi sendo retirada do Executivo provincial, a cada nova lei os Conselhos Gerais passaram a apoderar-se dela, assemelhando-se em ritmo crescente aos órgãos legislativos. Sobre esse ponto cabe lembrar, mais uma vez, que a Carta de 1824 havia inserido os Conselhos Gerais no Título 4º, destinado ao “Poder Legislativo” do Império, e desde então a sua transformação em Assembleias Legislativas percorreu com frequência os debates políticos da época. É de se notar, todavia, que a alteração do papel dos conselhos provinciais na estrutura financeira das províncias ao longo dos primeiros anos da década de 1830 não foi um fenômeno isolado; ele fez parte, antes, de um amplo processo de constituição dos poderes provinciais com base no cumprimento da Carta de 1824. Muito embora a reforma

constitucional e, mais precisamente, a instalação das Assembleias Provinciais sejam recorrentemente tratadas pela bibliografia como elementos que solaparam os conselhos provinciais, contrapondo-lhes uma realidade institucional totalmente nova, cabe aqui a ressalva de que tanto a votação da lei de 12 de outubro de 1832 como a aprovação do Ato Adicional foram direta e indiretamente ancoradas na experiência política daqueles órgãos, que por seu turno tiveram parte de suas atribuições modificadas durante o período em que funcionaram, não compondo, destarte, instituições estáticas. Sugere-se aqui, deste modo, que as alterações proporcionadas pela reforma constitucional com relação aos governos provinciais constituíram menos uma negação efetiva dos conselhos provinciais, especialmente dos Conselhos Gerais, do que um desdobramento de uma atividade parlamentar amplamente influenciada pelo debate travado nos círculos políticos do Império que vinha se desenvolvendo desde o Primeiro Reinado, e que ganhou força após a Abdicação.

* * *

Nos tópicos anteriores procurou-se reconstituir os elementos básicos que estiveram por trás da criação dos Conselhos da Presidência e Geral das províncias de São Paulo e Minas Gerais, enfatizando a maneira pela qual eles fundamentaram a atuação de ambos os órgãos, que aos poucos se firmaram como importantes fóruns de discussão e prática política no âmbito da esfera pública provincial. Ressaltou-se, também, que a performance dos dois Conselhos nada teve de isolada, visto que seus respectivos campos de ação entraram em contato, de forma prevista ou não pelos aparatos legais que os criaram, com outras instâncias oficiais de poder, bem como com a imprensa periódica.

No entanto, mais difícil de compreender pelas fontes consultadas é a relação que os Conselhos travaram entre si, embora uma confrontação entre as atividades por eles desenvolvidas nos permite notar uma afinidade de preocupações por parte de ambos os órgãos. A elaboração de propostas relacionadas ao alavancamento da infraestrutura provincial e o zelo pelo cumprimento das leis são exemplos disso, mas elas não explicam, por si só, de que forma os Conselhos se articulavam. Parte constitutiva do executivo provincial e funcionando regularmente desde 1824-1825, o Conselho da Presidência foi quem ensaiou, ao que tudo indica, as primeiras tentativas em criar uma teia de relações entre os dois órgãos, ou antes delimitar um campo de ação para ambos. Até mesmo porque, como já se frisou, a implantação dos Conselhos Gerais alterou as atividades do Conselho da Presidência, que passou por um processo de readaptação da sua prática administrativa.

Como forma de oferecer tangibilidade a esse novo quadro, os Conselhos da Presidência de São Paulo e Minas Gerais começaram a remeter aos Conselhos Gerais aquelas representações as

quais julgavam de competência do novo órgão.⁶²⁰ Aos poucos o movimento contrário também passou a ocorrer, isto é, matérias da alçada do Conselho da Presidência eram-lhe remetidas pelo Conselho Geral.⁶²¹ O contato entre os dois Conselhos não terminava por aí. Há registros de que Conselho Geral e da Presidência trabalharam em conjunto no acompanhamento de obras públicas,⁶²² no estabelecimento de escolas de primeiras letras⁶²³ e no encaminhamento de denúncias contra empregados públicos.

Os Conselhos compartilharam, pelo menos até agosto de 1831, membros em comum, dado esse que não deve ser desprezado. Se é arriscado falar em termos de uma complementaridade intencional entre os trabalhos de cada órgão, há indícios de que matérias reputadas importantes pelos políticos paulistas e mineiros da época foram aventadas em ambos os Conselhos. A questão do cunho da moeda de cobre na província de São Paulo é elucidativa nesse sentido, servindo para mostrar como em alguns casos certas matérias foram defendidas tanto por conselheiros gerais como da presidência.

Ainda que a situação financeira da província de São Paulo no Primeiro Reinado careça de estudos mais aprofundados,⁶²⁴ é certo que essa não esteve imune aos problemas referentes à arrecadação e ao repasse de recursos ao governo central durante o Primeiro Reinado, e que teve como problema recorrente a falta de meio circulante.⁶²⁵ Se já com a volta de d. João VI para

⁶²⁰ Em dezembro de 1829, após analisar uma proposta da Junta da Fazenda para a compra de dois ranchos na estrada de Santos para Cubatão, o Conselho se disse convencido do benefício de tal empreendimento, mas resolveu encaminhá-lo à apreciação do Conselho Geral, a quem competia deliberar sobre o assunto. Situação semelhante ocorreu em novembro do ano seguinte, quando se despachou ao Conselho Geral um ofício da Câmara Municipal de Guaratinguetá sobre a necessidade de construir uma ponte no rio Paraíba, cf. *Atas do Conselho da Presidência da Província de São Paulo (1829-1832)* (ACP-SP). In: *Boletim*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1961, v.15, sessão de 29/12/1829, p.30; sessão de 25/11/1830, p.131. Em outubro de 1832, após acusar o recebimento de algumas posturas municipais elaboradas pela Câmara Municipal de São Vicente, o Conselho da Presidência deliberou ser mais conveniente repassá-las para o Conselho Geral, cuja próxima reunião estava na iminência de ocorrer, cf. ACP-SP, v.15, sessão de 25/10/1832, p.67. Em Minas a situação foi similar. Após receber um conjunto de ofícios da Câmara Municipal da vila do Príncipe a respeito de impostos sobre a carne verde e arrecadação de dízimos para os registros, o Conselho da Presidência de Minas decidiu que a matéria deveria ser remetida ao Conselho Geral. Na mesma sessão foi decidido que as representações referentes ao cobre falso em circulação na província também deveriam seguir para aquele órgão, que já estava tratando do assunto, cf. APM, ACP-MG, 1829, p.09.

⁶²¹ Em 1831, o Conselho Geral mineiro recebeu um requerimento dos eleitores da freguesia de Camanducaia que pedia a criação de um distrito eleitoral na freguesia de Pouso Alegre. Resolveu-se que o pedido fosse remetido “a quem competia”, ou seja, ao Conselho da Presidência, cf. APM, ACP-MG, sessão de 10/01/1831, p.59. No ano seguinte o Conselho Geral remeteu ao Conselho da Presidência um ofício da Câmara Municipal de Paracatu em que reclamava do desleixo do administrador do correio daquela vila, cf. APM, SPPP1/52, cx.03, doc.13, ofício de 16/01/1832. Ver, também, APM, SPPP1/52, cx.02, doc.21, ofício de 09/02/1831.

⁶²² APM, ACP-MG, sessão de 14/12/1830, p.36.

⁶²³ ACP-SP, v.15, sessões de 10/02/1830, p.39-40, e 01/04/1830, p.45-46. Vale lembrar que, segundo o objeto 2º do artigo 24 da lei de 1823, cabia ao Conselho da Presidência “promover a instrução da mocidade”.

⁶²⁴ Um estudo recente sobre o tema, embora focado em um período um pouco anterior, foi desenvolvido por COSTA, Bruno Aidar. *A vereda dos tratos: fiscalidade e poder regional na capitania de São Paulo, 1723-1808*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2013.

⁶²⁵ Até a o cumprimento da lei de 4 de outubro de 1831, quando as Juntas da Fazenda foram substituídas pelas Tesourarias Provinciais, foram constantes as indicações da Junta da Fazenda da província de São Paulo a respeito da precariedade do sistema financeiro paulista. Em dezembro de 1830, por exemplo, alegando que nunca estivera tão “crítico o estado do Cofre da Fazenda”, a Junta paulista ordenou que o administrador dos dízimos de miunças da vila de

Portugal, em 1821, o meio circulante tornara-se escasso na maioria das províncias – uma vez que o monarca e sua Corte levaram para a Europa o grosso das moedas de ouro e pedras preciosas do Banco do Brasil –, anos depois, com d. Pedro no comando do Império brasileiro, a circulação de moedas consistia num problema de primeira ordem. O papel emitido pelo Banco do Brasil só circulava no Rio de Janeiro e, com certas restrições, em São Paulo e Bahia. A moeda de cobre, por sua vez, conhecida como o “bilhão”, oscilava de peso de acordo com cada província, de modo que a dissolução do Banco do Brasil, em 1829, confirma a existência de problemas no sistema financeiro do Primeiro Reinado.⁶²⁶

A despeito desse entrelaçamento de problemas, não foram encontradas menções de um enfrentamento direto entre o Conselho da Presidência ou Geral e a Junta da Fazenda de São Paulo, tal como ocorreu entre órgãos congêneres de províncias como Minas Gerais e Pernambuco.⁶²⁷ Pelo contrário, há sinais de que o presidente, os Conselhos e a Junta da Fazenda de São Paulo, em meio ao agravamento da situação financeira da província,⁶²⁸ trabalharam em conjunto no encaminhamento de uma estratégia para o manejo do tesouro provincial – nomeadamente sobre a cunhagem de moedas –, chegando a posicionar-se de forma conflitante com a política do Ministério da Fazenda.

Em 23 de agosto de 1825, o Ministério da Fazenda havia permitido que a província de São Paulo fizesse a cunhagem de 20 contos de réis anuais em chapinhas de cobre de 40rs pela Casa de Fundição de São Paulo. Quatro anos mais tarde, Miguel Calmon du Pin e Almeida, então ministro da Fazenda e presidente do Tesouro Nacional, admoestou a Junta da Fazenda paulista, pois essa tinha posto em circulação, entre 1826 e 1829, a quantia de 228:173\$800 rs., valor que excedia o acordado anteriormente por decreto.⁶²⁹ O Conselho da Presidência, por sua vez, após enumerar inúmeros gastos concernentes à administração da província – despesas com ordenados de tropas, empregados públicos e eclesiásticos, como também com a manutenção e construção de estradas, a campanha no Sul e a colônia alemã recém-instaurada no sul da capital paulista – decidiu em sessão extraordinária de agosto de 1829 enviar ao imperador um pedido para que a Junta da Fazenda de São Paulo pudesse cunhar acima de 20:000\$ rs. por ano, a fim de que o governo proporcionasse a

Santos remetesse à Tesouraria Geral, “sem perda de tempo”, “quaisquer quantias” que estivessem a seu cargo provenientes daquela fonte de renda. Cf. ofício emitido pela Junta da Fazenda de São Paulo em 4 de dezembro de 1830 e publicado por *O Farol Paulistano*, nº 427, 11/12/1830.

⁶²⁶ DEVEZA, Guilherme. Política tributária no período imperial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). *História Geral da civilização brasileira*, tomo II, “O Brasil Monárquico”. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1985, vol.4, p.60-84. Sobre a questão da circulação de moeda no Primeiro Reinado, ver MARSON, Izabel. *Moedas e História no Brasil, 1500-1889*. São Paulo: Empresa das Artes, 1989.

⁶²⁷ SLEMIAN, *op. cit.*, p.212.

⁶²⁸ Cf. CALÓGERAS, *op. cit.*

⁶²⁹ PETRONE, *op. cit.*, 1976, p.114.

“conservação da boa ordem” e a “manutenção da tranquilidade pública”, além de evitar as “prevaricações” dos funcionários públicos.⁶³⁰

Ao que tudo indica, o pedido do Conselho da Presidência não surtiu efeito. Em decisão de 30 de setembro de 1829, o Ministério da Fazenda mandou cessar o cunho da moeda de cobre na província de São Paulo. Na ocasião, o ministro criticou veementemente a Junta paulista, que havia delegado a particulares algumas das fases da operação de cunhagem do cobre, o que resultou em prejuízos sensíveis na qualidade da moeda produzida. A Junta de São Paulo foi responsabilizada pelo ocorrido, ficando obrigada a indenizar a Fazenda Nacional pelo prejuízo causado e a repassar para a Casa da Moeda da Corte todos os cunhos e máquinas utilizadas para a fundição.⁶³¹

Cerca de três meses após a decisão do governo, o Conselho Geral de São Paulo enviou ao imperador uma representação solicitando nova permissão para a cunhagem de cobre na capital paulista. Dizendo-se “testemunha do mal” que começava a sofrer a província de São Paulo pela “falta do cunho de cobre”, o Conselho Geral afirmou que os gastos com a “tropa” e com outros “empregados públicos” diminuía a quantidade do meio circulante, tornando mais atribulado, por conseguinte, o “comércio interno com outras vilas”. Os conselheiros indicaram ser necessário, portanto, “restabelecer quanto antes o cunho de cobre” na cidade de São Paulo, com as “restrições” que o imperador julgasse apropriadas.⁶³²

A representação do Conselho Geral esbarrou no Senado e malogrou em restituir aos paulistas o cunho de cobre que, aliás, tornou-se cada vez mais centralizado na Casa da Moeda do Rio de Janeiro.⁶³³ Durante o final do Primeiro Reinado e o início do período regencial, o governo estabeleceu, paulatinamente, uma estrutura de cunhagem, remessa e troca de moedas de cobre que abrangia as diversas províncias do Império.⁶³⁴ No caso de São Paulo, a Regência autorizou, a partir de 1833, a troca das moedas de cobre cunhadas na capital paulista e em outras províncias por cédulas impressas no Rio de Janeiro.⁶³⁵

O que importa aqui, todavia, é o fato de que os Conselhos de São Paulo e Minas, formadores da estrutura de político-administrativa provincial, trabalharam visando um objetivo comum, o que

⁶³⁰ ACP-SP, v.86, sessão de 20/08/1829, p.236-237.

⁶³¹ Decisão do Ministério de Fazenda de 30 de setembro de 1829 – manda cessar o cunho de cobre na Província de São Paulo. In: *Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, p.149-150.

⁶³² APESP, RPR, “Representação sobre o cunho da moeda de cobre”, 30/12/1829, p.15-16.

⁶³³ ASI, sessões de 02/06/1831, p.86; e 30/06/1831, p.182. Por essa época, outras Casas da Moeda foram gradualmente encerrando suas atividades por ordem do Governo. A Casa da Moeda da Bahia, por exemplo, parou a cunhagem de moedas em 1830; a de Cuiabá, em 1833. Cf. GONÇALVES, Cleber Baptista. *Casa da moeda do Brasil: 290 anos de história, 1694-1984*. Rio de Janeiro: Impr. Gráfica Ed., 1984.

⁶³⁴ Ver, nesse sentido, as medidas tomadas pela pasta da Fazenda no período, como por exemplo: Decisão do Ministério da Fazenda de 15 de novembro de 1830. In: *Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1830, op., cit.*, p.146; e Decisão do Ministério da Fazenda de 22 de novembro de 1833 – sobre o troco da moeda de cobre, na Província de S. Paulo; In: *Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1833, op. cit.*, p.518.

⁶³⁵ Ver ACP-SP, v.16, sessões de 21/11/1833, p. 259, e de 11/12/1833, p.269-270.

denota a existência de laços de interesses entre ambos os órgãos bem como de estratégias para o alcance de determinadas finalidades. Cabe questionar, contudo, se tal aproximação se processou apenas no plano administrativo, ou, em outros termos, se a atuação política dos Conselhos não se deu em outros níveis. Se interpretados apenas pelo viés do gerenciamento da máquina pública, os Conselhos acabam sobressaltando como órgãos fundamentalmente centrados na dimensão prática da administração pública, no sentido de terem se configurado como espaços de discussão e proposição de medidas que contemplassem as necessidades provinciais e municipais, em meio às disputas políticas e econômicas que perpassavam cada província durante o Primeiro Reinado e início do período regencial.

No tocante aos Conselhos Gerais, é possível confirmar essa ideia, especialmente por meio da análise dos trabalhos do Legislativo e do Conselho de Estado, e estendê-la para a maioria das províncias do Império, posto que não foi apenas o centro-sul – região que seguramente deu maior sustentabilidade ao governo do Rio de Janeiro durante o período – que participou do processo de normatização dos governos provinciais. Até mesmo a Bahia e o Maranhão, que como se viu apresentaram problemas na implementação dos seus respectivos Conselhos Gerais entre 1829 e 1830, tiveram suas propostas regularmente aprovadas pela Assembleia Geral, ocorrendo o mesmo com as demais províncias, sem exceção. Só em outubro de 1831, a título de exemplo, foram aprovadas propostas emanadas dos Conselhos Gerais de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Sergipe.⁶³⁶

Por trás desse quadro subsiste, entretanto, uma realidade ao mesmo tempo complexa e menos explícita, cuja reconstrução a partir das fontes se dá de forma mais sinuosa. Trata-se do modo como os Conselhos Gerais e da Presidência se impuseram como porta-vozes de questões mais amplas no interior do cenário político da época, atuando como instrumentos de luta que transcenderam a esfera propriamente local e participaram, dentro da legalidade, da composição das forças políticas do Império, aspecto esse que ficará mais claro nos capítulos subsequentes,

⁶³⁶ ACE, 78ª (08/10/1831) e 79ª (25/10/1831) sessões, p.189-191. Há vestígios de que houve uma certa aproximação entre os Conselhos Gerais de diferentes províncias, mas que não se manifestou em forma de um contato direto. Tratou-se, antes, da apropriação recíproca entre os Conselhos de medidas tomadas por um ou outro órgão. Em outubro de 1832, o governo regencial sancionou uma proposta do Conselho Geral da Paraíba aprovada pela Assembleia Geral que consistia na reedição de uma resolução do Conselho da província de São Paulo sancionada em 1830 – que igualava suas medidas às do Rio de Janeiro –, só que nesse caso aplicada à província da Paraíba, cf. ACE, 96ª sessão (02/10/1832), p.233-235. No ano seguinte foi a vez de São Paulo utilizar o mesmo artifício. O órgão encaminhou à Assembleia Geral uma resolução que objetivava estender aos paulistas uma deliberação oriunda do Conselho Geral de Minas Gerais a respeito dos terrenos diamantinos, conseguindo aprovação em maio de 1833, cf. Decreto de 31 de maio de 1833 – Faz extensiva à Província de S. Paulo a Resolução Legislativa de 25 de Outubro de 1832 sobre terrenos diamantinos na Província de Minas Gerais. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1833*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1873, Parte Primeira, p.01-02. Em julho do mesmo ano, a Assembleia Geral aprovou uma decisão do Conselho Geral de Santa Catarina que estendia a essa província uma resolução tomada pelo seu congênere paulista sobre a abertura e reparo de estradas, cf. Decreto n.13 de 26 de julho de 1833 – Faz extensiva à Província de Santa Catharina a Resolução do Conselho Geral S. Paulo sancionada por Decreto de 10 de Julho de 1832, sobre a abertura de estradas, e melhoramentos das existentes. In: *Coleção das Leis do Império de 1833, op. cit.*, Parte Primeira, p.18.

sobretudo após a Abdicação. Atentando para os casos mineiro e paulista, quer nos parecer que durante todo seu funcionamento os Conselhos Geral e da Presidência se comportaram como órgãos que, embora estruturados para operar no campo provincial, acabaram resvalando, direta e indiretamente, em questões comuns às demais províncias do Império, como também na própria relação entre os governos provinciais e central.

No capítulo será analisada de que forma paulistas e mineiros passaram a ocupar, a partir de 1826, o Legislativo do Império, bem como de que modo os representantes dessas localidades atuaram com relação ao encaminhamento das demandas específicas de suas províncias.

3.

Da província para a Corte: mineiros e paulistas no Parlamento

A partir de 1826, quando o monarca e o Ministério passaram a repartir as rédeas do poder imperial com o Parlamento, o cumprimento e a regulamentação da Constituição tornaram-se a força motriz da atuação dos legisladores, sendo um dos elementos que norteou a política dentro e fora das esferas oficiais de poder.⁶³⁷ Diversamente do que ocorreria mais tarde, já no Segundo Reinado, quando o debate sobre as diferentes noções de parlamentarismo ganharia destaque,⁶³⁸ a luta política desenvolvida nas primeiras legislaturas do Império pautou-se numa dimensão outra, a de como viabilizar um governo constitucional por meio de seu aparato jurídico-administrativo, preocupação essa que foi um dos pilares da consolidação do *legalismo* que marcou o advento dos Estados nacionais pós-Revoluções Americana e Francesa.⁶³⁹

O próprio exercício do poder pelos parlamentares brasileiros foi canalizado para esse ponto, de modo que as sucessivas mobilizações em torno da votação de algumas das principais matérias do período – como os regimentos para as Câmaras Municipais e Conselhos Gerais, o Código Criminal e as primeiras leis de orçamento – ativeram-se ao fato de que elas haviam sido prescritas pela Carta

⁶³⁷ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

⁶³⁸ BARBOSA, Silvana Mota. A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos 1860. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.293-324.

⁶³⁹ A respeito da ênfase dada à esfera legal no processo de construção dos Estados nacionais ibero-americanos, ver ANINO, Antonio (et. alli.). *De los imperios a las naciones: Iberoamérica*. Zaragoza, IberCaja, 1994.

de 1824.⁶⁴⁰ A partir do cumprimento desta estariam lançados não apenas os canais de participação política que serviriam como guardiões da liberdade e como formas de acesso ao poder, mas também os mecanismos limitantes do exercício dos poderes Executivo e Moderador.⁶⁴¹ Afinal, posta como salvaguarda da sociedade e capaz de ordená-la institucionalmente, a lei também servia para coibir excessos de liberdade e abusos de poder.⁶⁴²

A centralidade do Parlamento na vida política moderna repousava no fato de ele ser o espaço maior da representação nacional, ambiente responsável pelo equilíbrio entre os poderes e pela sedimentação do credo liberal de que a racionalização dos governos passaria por um necessário nivelamento dos homens frente à lei.⁶⁴³ Concepção que coadunava com a maioria dos teóricos do regime representativo do início do século XIX, para quem a vontade da nação só existia enquanto vontade dos representantes, isto é, o anseio dos representantes seria o próprio anseio nação, posto que esta era vista como um sujeito que não poderia manifestar-se senão por meio de seus porta-vozes.⁶⁴⁴

A experiência parlamentar da primeira metade do Oitocentos reforçou a legitimação do sistema representativo como a via pela qual a sociedade refletia sobre a sua capacidade de pensar, agir e intervir no contrato social, garantindo assim a “bem entendida liberdade”.⁶⁴⁵ A ideia de legitimidade parlamentar comportava, também, um elemento de ordem moral, em que o representante da nação, arvorado nas virtudes da honra e do dever, desempenhava o papel de guardião da pátria e cidadão exemplar. Havia ainda um aspecto de força simbólica, calcado na liturgia política, em que a exibição da erudição no plenário avalizava o monopólio da competência.

⁶⁴⁰ Alessandra Facchi lembra que foi justamente o espírito constitucional moderno que possibilitou o florescer das instituições políticas, dos debates sobre a distinção entre governo e trono e a respeito dos limites da representação política, cf. FACCHI, Alessandra. *Breve história dos direitos humanos*. São Paulo: Loyola, 2007, p.50 e seguintes.

⁶⁴¹ Cf. MATTOS, op. cit., Ilmar Rohloff de. A trama dos interesses na construção da unidade política. In: JANCÓS, István (org). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005, p.274.

⁶⁴² Uma das faces mais evidentes da lei, dentro do pensamento liberal do início do século XIX, era a de funcionar como antítese do poder arbitrário. O poder particular se associava ao poder despótico, enquanto as regras gerais, prescritas por lei, garantiam a liberdade. A lei trazia embutido o conceito de generalidade, e esta se manifestava de três formas: sua origem (é feita pelo Parlamento); sua forma (a lei é, por natureza, uma norma impessoal); e por sua maneira de ser administrada (por meio do Estado). Isso não manifestaria apenas o princípio da ordem, permitindo que os homens constituíssem um corpo social, mas também um princípio de justiça, porque sua generalidade não concedia privilégios. Há que se lembrar, todavia, que as virtudes morais e políticas da lei estão enraizadas desde o início do XVIII, nos parlamentos europeus do Antigo Regime. De toda sorte, a lei emerge não apenas como um poder normativo, mas como a própria vitória da razão, cf. ROSANVALLON, Pierre. *The Demands of Liberty: Civil Society in France since the Revolution*. Harvard: Harvard University Press, 2007, cap.2.

⁶⁴³ GRAY, John. *Liberalismo*. Lisboa: Estampa, 1988; SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. Tese de Doutorado São Paulo: FFLCH-USP, 2006, p.23. Como observou Pierre Rosanvallon, a sacralização do poder legislativo dentro do pensamento liberal, identificado como o lugar da soberania, tem muito da sua origem no culto à generalidade – o *grand tout* dos jacobinos, cf. ROSANVALLON, op. cit., p.60-61.

⁶⁴⁴ SARTORI. A teoria da representação no Estado representativo moderno. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, 1962, p.21.

⁶⁴⁵ MAIA, Fernanda Paula Sousa. *O discurso parlamentar português e as relações Portugal-Brasil*. A Câmara dos Deputados (1826-1852). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

⁶⁴⁶ Ao invés de constituir um “fenômeno social casual e naturalmente dado”, a legitimidade parlamentar derivava antes de uma “apropriação social, de um processo de construção e representação simbólica do próprio poder”.⁶⁴⁷

Nas primeiras décadas do século XIX vicejava a concepção de que um parlamentar não representava necessariamente quem o elegia, mas o conjunto de cidadãos que compunha a nação.⁶⁴⁸ Na Inglaterra do século XVIII e na França revolucionária ganhou aceitação a ideia de que os membros do Parlamento representavam a nação em seu conjunto, ao invés de interesses particulares.⁶⁴⁹ Entre os parlamentares brasileiros eram frequentes as falas nesse sentido, como a do deputado baiano Rebouças:

“Declaro que vim deputado pela província da Bahia, mas sou representante da nação inteira; é do meu dever guardar a constituição e promover os interesses gerais da nação, e quando se tivesse declarado divergente a minha província eu não me importaria, continuando a promover os interesses do Brasil inteiro, enquanto a minha própria província não desse por acabada a minha missão”.⁶⁵⁰

Enunciados dessa natureza, por mais convincentes que pareciam ser, na realidade se prestavam a usos políticos imediatos e, mais do que isso, encobriam um ponto fundador dos regimes representativos modernos: a existência de um grau de independência dos representantes com relação aos representados. É certo que a garantia de eleições periódicas priva, na prática, os representantes de uma total independência dos representados. As eleições e, sobretudo, as reeleições, marcam um momento em que o representado avalia o representante para qual cedera sua parcela de soberania e se vê na possibilidade de ratificar ou não sua escolha. A despeito disso, o fato é que em nenhum regime representativo surgido desde fins do século XVIII estabeleceu-se algum mecanismo para os representantes agirem em conformidade com as instruções dos representados.⁶⁵¹

A ideia do Legislativo como o *locus* da representação nacional por excelência não deve ser apreendido ao pé da letra pelo historiador, até mesmo porque o conceito de “nacional” era alvo de

⁶⁴⁶ PEREIRA, Aline Pinto. Retórica e convencimento no Primeiro Reinado: a política como prática cidadã no Parlamento. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (orgs.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda Editorial, 2010, p.45-63.

⁶⁴⁷ MAIA, *op. cit.*, p.167.

⁶⁴⁸ PITKIN, Hanna. *The concept of representation*. Los Angeles: University of California Press, 1967. Em Portugal, Silvestre Pinheiro Ferreira e Ferreira Borges pensavam nesse sentido, cf. MESQUITA, Antonio Pedro. *O Pensamento Político Português no Século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2006, p.149-151. Para Mesquita há algo de Rousseau nesse ponto de vista: a vontade geral que cada deputado exprime não é senão a sua representação da vontade do todo nele. Representar a vontade geral significa, portanto, representar-se a vontade geral; e o exercício da representação que lhe é exigido é que seja capaz, em cada momento, de conceber e querer o interesse de todos”, p.151.

⁶⁴⁹ MANIN, Bernard. *Los principios del gobierno representativo*. Trad. esp. Fernando Vallespín. Madrid: Alianza Editorial, 2008, p.201-202.

⁶⁵⁰ APB-CD, sessão de 19/07/1831, p.256.

⁶⁵¹ MANIN, *op. cit.*

interpretações variadas, especialmente quando associadas à concepção de “vontade geral”.⁶⁵² Autores liberais da primeira metade do século XIX, como o espanhol Ramón Salas, notaram que as experiências constitucionais vinham mostrando que a maioria de um corpo legislativo não representava, necessariamente, a maioria da nação.⁶⁵³ Edmund Burke, cuja concepção de representação afastava-se dos autores liberais de matriz francesa e ibérica, desvinculou o mandato do representante das eleições, ou seja, da autorização dos representados. Um governo efetivo pode ser considerado representativo mesmo sem uma chancela formalmente reconhecida ou aceita, desde que ele proporcione uma afinidade de interesses. A ideia de “representação virtual”⁶⁵⁴ baseava-se na aceitação de que os representantes eram mais capacitados para defender o interesse nacional, dispensando qualquer consulta dos representados.⁶⁵⁵

Olhando por outro viés, é de se lembrar que desde fins do século XVIII tornara-se corrente na Europa a ideia de que as assembleias representativas deveriam, dentro de suas limitações, reproduzir a diversidade social. Mesmo homens como Sieyès e Burke, insistentes no papel das assembleias como produtoras de unidade política, assumiam que os representantes, elegidos por localidades e populações diversas, eram invariavelmente heterogêneos. Considerava-se, portanto, que os órgãos representativos tinham um caráter diverso e coletivo em sua natureza.⁶⁵⁶ Como apontou Tássia Toffoli Nunes para o caso brasileiro, as sessões parlamentares “possibilitavam a grupos minoritários ou provenientes de províncias distantes que vocalizassem institucionalmente suas demandas e descontentamentos, estimulando a ratificação de sua adesão ao Império”.⁶⁵⁷ Com isso a independência dos deputados para com suas bases era constantemente minimizada para dar

⁶⁵² Sobre a noção de vontade geral no pensamento político moderno, ver COBBAN, Alfred. *Rousseau and the modern state*. 2. ed. London: George Allen & Unwin, 1964; DEBRUN, Michel. *Algumas observações sobre a noção de vontade geral, no Contrato social*. Ceará: Imprensa Universitária do Ceará, 1962; DERATHÉ, Robert. *Jean-Jacques Rousseau et la science politique de son temps*. Paris: Presses Universitaires de France, 1995; DUGUIT, Léon. *Soberania y libertad*. Buenos Aires: Tor, 1943; MARUYAMA, Natália. *A contradição entre o homem e o cidadão: consciência e política segundo J.-J. Rousseau*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2001; PEZZILLO, Lelia. *Rousseau et le Contrat social*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001; VIEIRA, Luiz Vicente. *A democracia em Rousseau: a recusa dos pressupostos liberais*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997; VITA, Álvaro de. *Vontade coletiva e pluralidade: uma convivência possível? Lua nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, nº 23, p. 215-31, mar. 1991.

⁶⁵³ ROBLEDO, Ricardo. Tradición e Ilustración en la Universidad de Salamanca: sobre los orígenes intelectuales de los primeros liberales españoles”. In: ROBLEDO, Roberto; CASTELLS, I.; ROMERO, María del Carmen. *Orígenes del liberalismo: universidad, política, economía*. Salamanca: Ed. Universidad de Salamanca, 2003.

⁶⁵⁴ Segundo Burke, “representação virtual é aquela em que há comunhão de interesses e empatia de sentimentos e desejos entre aqueles que atuam em nome de quaisquer pessoas e as pessoas em nome das quais eles atuam – embora os primeiros (fiduciários) não tenham sido, de fato, escolhidos pelos segundos”, *apud* LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. *Democracia, Pluralização da Representação e Sociedade Civil. Lua Nova*, São Paulo, n. 67, 2006, p. 89.

⁶⁵⁵ AIRES, Maria Cristina Andrade. A dimensão representativa da participação na teoria democrática contemporânea. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.3, n.2, jul.-dez. 2009, p. 14-15.

⁶⁵⁶ MANIN, *op. cit.*, p.229. O texto em que Sieyès discute com maior profundidade o tema é *Vues sur les moyens d'exécution: dont les representans de la France pourront disposer en 1789*, publicado em 1789.

⁶⁵⁷ NUNES, Tássia Toffoli. *Liberdade de imprensa no Império brasileiro: os debates parlamentares (1820-1840)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2010, p.11.

lugar a um argumento retórico, muito utilizado em épocas de eleição, de que o vínculo deputado/província deveria sim ser um critério de avaliação pelo eleitor na hora do voto:

“Ora, quando nos lembramos que a província de Minas julgou digno da honra de seu representante este Sr. Cunha Mattos, e que agora ele por gratidão à província se oponha a que se passem medidas de público interesse à mesma, não podemos deixar de despertar os nossos eleitores para que tenham toda a providência no futuro, e não se deixem arrastar por quiméricos palavreados, e curem mais de provincializar as escolhas para que não aconteça que em caso de se chocarem os interesses desta com os de outras províncias, os deputados que não forem nela nascidos, ou domiciliados prefiram os interesses daquelas a quem pertencem aos daquela por quem representam. Se por ventura algum homem aparece dotado de bastante perspicácia para saber bem discernir os interesses reais das províncias dos quiméricos, se por ventura tem caráter bastante para de decidir com imparcialidade, é isso mui raro: poucos Ferreiras da Veiga conta Minas na legislatura atual, embora o Sr. Cunha Mattos não represente por esta província, foi todavia eleito por ela, e o seu procedimento não abona muito a escolha que dele se fez (...).⁶⁵⁸

Anos antes Bernardo Pereira de Vasconcelos já havia escrito sua famosa *Carta aos Senhores Eleitores de Minas Gerais*, documento publicado em 1827 que “prestava contas aos eleitores de seu trabalho e se submetia a seu julgamento”, segundo José Murilo de Carvalho.⁶⁵⁹ O texto reiterava a ligação entre representantes e representados, mas não deixava de trazer, ainda que involuntariamente, o problema de quem o representante efetivamente representava. Sobre este ponto fiquemos com Hannah Arendt, para quem a representação parlamentar constitui um dilema da política moderna:

“A alternativa tradicional entre a representação como simples substituto da ação direta do povo e a representação como um domínio popularmente controlado dos representantes do povo sobre o povo constitui um daqueles dilemas que não admitem solução. Se os representantes eleitos estão tão presos às instituições que se reúnem apenas para desincumbir da vontade de seus senhores, ainda têm uma escolha e podem se ver como bons meninos de recados ou como especialistas contratados que, à maneira de advogados, dedicam-se a representar os interesses de seus clientes (...), pela qual razão não podem ou não querem cuidar de assuntos públicos. Se, ao contrário, os representantes são percebidos como os dirigentes, designados por um prazo limitado, daqueles que os elegeram – com a rotatividade no cargo, é claro que não existe um governo representativo em termos estritos – a representação significa que os votantes abrem mão de seu poder, ainda que voluntariamente e o velho adágio “Todo o poder reside no povo” é válido apenas para o dia da eleição. No primeiro caso, o governo se reduz a mera administração e a esfera pública

⁶⁵⁸ *O Universal*, nº 624, 25/07/1831. Cerca de seis meses mais tarde, o redator do *Astro de Minas* fez uma observação semelhante: “Devemos ficar sabendo, que não obstante poder-se nomear deputados dentre os cidadãos distintos de outras províncias, a prudência nos aconselha que só em último apuro devemos procurar fora da nossa província procuradores que nela não faltam”, cf. *Astro de Minas*, nº 659, 14/02/1832.

⁶⁵⁹ CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: VASCONCELOS, Bernardo Pereira de *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Editora 34, 1999, p.18-19.

desaparece (...) No segundo caso, um pouco mais próximo da realidade volta a se afirmar a velha distinção entre governantes e governados”.⁶⁶⁰

As questões acima elucidadas nos levam a crer que, em vez de fazer uma associação automática entre representação nacional e Parlamento, talvez seja mais proveitoso observar que os políticos da época entendiam a representação política como uma concepção passível de ser aplicada de modos diversos e de acordo com o espaço de poder em questão. Esse ponto é crucial, pois ajuda a desfazer aparentes contradições na atuação de um político, sobretudo daqueles que transitavam por mais uma esfera de poder, como deputados-conselheiros de província, deputados-presidentes de província e deputados-ministros.⁶⁶¹ Os legisladores participaram, portanto, de um “jogo duplo”,⁶⁶² o qual entremeava a representação provincial e o espaço da Corte, expondo tensões e limites da participação política. A diferença, por exemplo, entre conselheiros gerais e deputados, para além da óbvia distinção do lugar institucional, era apreendida por meio do papel que cada um assumia dentro do regime representativo, a começar pelo perfil do político. Entre os jornais da época aceitava-se que para ser um conselheiro geral bastava alguma virtude e conhecimentos da província, ao passo que um pleiteante à Câmara dos Deputados precisava ter conhecimentos teóricos, talento oratório e acima de tudo ser constitucional, para não se curvar a possíveis pressões do Executivo.⁶⁶³ Sobre este ponto observou o redator do jornal mineiro *Pregoeiro Constitucional*:

“Não se objete que nas províncias não há homens para tão importantes empregos: os que são idôneos para os conselhos provinciais também o são para legisladores da província; porque diferente coisa é legislar para todo o Brasil, e legislar para uma província: ali são necessários muitos conhecimentos teóricos, e práticos, além de muita virtude; aqui basta a virtude, senso comum, e conhecimento pratico da província, o que é muito fácil de obter. Não

⁶⁶⁰ ARENDT, Hannah. *Da revolução*. Trad. port. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.299-300. Para Pierre Manent, mais do que um dilema, a representação moderna contém um paradoxo: na medida em que ela conduz a um aumento contínuo do poder do Estado sobre a sociedade, ela desgasta os poderes intrassociais que garantem a independência dessa sociedade. O poder representativo tende a dominar a sociedade civil que ela aspira a representar, uma vez que parte do pressuposto de que não há poder legítimo senão o representativo, o qual é baseado no consentimento dos representados. Assim, assinala o autor, os “poderes internos da sociedade civil, nascendo da interação espontânea da vida econômica e social, das tradições e das próprias competências, são implicitamente afetados por uma ilegitimidade essencial – não são representativos – e por conseguinte sofrem uma lenta mas segura erosão. Todo poder legítimo concentra-se no ápice, na instituição política, no estado, que é o único a representar verdadeiramente os membros da sociedade”, cf MANENT, Pierre. *História Intelectual do Liberalismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p.96-97.

⁶⁶¹ Como já apontou Marco Morel, “a falta de coerência parlamentar ou nos comportamentos não implica, necessariamente, ausência de outros laços sólidos, que em geral são constituídos fora dos Parlamentos e nem sempre se submetem a um dogma predefinido: ligações pessoais, de parentesco de compadrio, interesses sociais, afinidades intelectuais, econômicas ou regionais; sem falar de alianças em questões pontuais”, cf. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005, p.63.

⁶⁶² PEREIRA, Vantuil. *Ao soberano congresso: direitos do cidadão na formação do estado imperial (1822-1831)*. São Paulo: Alameda Editorial, 2010, p.146.

⁶⁶³ Cf. *O Farol Paulistano*, nº 175, 24/12/1828.

haverá nas províncias muitos consumados oradores, profundos filósofos, mas não faltam patriotas suficientemente esclarecidos para dirigirem os negócios de seus concidadãos”.⁶⁶⁴

A maioria das fontes acima mencionadas remonta a 1831, o que não significa que o tema da representação estivesse ausente nos anos anteriores, como atesta a própria *Carta* de Vasconcelos. Ocorre que, de 1826 até a Abdicação, a representação foi tratada no Parlamento e na imprensa quase sempre pontual e tangencialmente, não constituindo um problema fundamental no discurso dos políticos, pelo menos não nos termos do período pós-7 de abril. Enquanto nos primeiros anos legislativos preponderou o debate sobre a consolidação de um governo constitucional – e a representação, nesse tocante, figurou genericamente como um dos elementos basilares dos Estados modernos –, após a saída de cena de d. Pedro o tema assumiu outra dimensão e foi colocado, em meio ao alargamento do espaço público ocorrido no período, no centro da luta política. Nesse momento a representação passou a ser evocada menos como postulado teórico e mais como algo inerente à prática política, mesmo porque a experiência acumulada até ali vinha apontando para essa direção. Da parte dos parlamentares buscava-se firmar posições frente à Regência, às províncias e ao crescente movimento a favor da reforma da Carta de 1824, o que de uma maneira ou de outra significava repensar o papel da representação no Império.

3.1. Deputados e senadores: a composição das bancadas de Minas Gerais e São Paulo (1826-1834)

3.1.1. A Câmara dos Deputados

A atuação da Câmara dos Deputados no Primeiro Reinado foi largamente explorada pela bibliografia, embora sempre de modo genérico, como uma das manifestações mais contundentes de oposição ao governo de d. Pedro e seus ministros. Personagens como Diogo Feijó, Bernardo Vasconcelos e Paula Sousa foram citadas amiúde por suas respectivas performances na Câmara, quer como proponentes de projetos de lei quer como defensores da causa liberal, por vezes entrando em choque com o Senado e o Ministério. Por trás do realce à memória de alguns nomes e períodos que esses textos carregam reside certo traço teleológico, como se as querelas travadas da Câmara dos Deputados já preconizassem, desde o início, a derrocada do reinado de d. Pedro. Já durante a Regência as mesmas figuras emergem como baluartes da renovação do Estado, como aqueles que pensaram a reforma constitucional e desbancaram as forças restauradoras.⁶⁶⁵

⁶⁶⁴ *Pregoeiro Constitucional*, nº 71, 28/05/1831.

⁶⁶⁵ Ver, por exemplo, as obras já citadas de John Armitage, Otávio Tarquínio de Sousa, Oliveira Lima e Tobias Monteiro.

Menos ênfase foi dada, entretanto, à atuação que os deputados tiveram como representantes de suas províncias e, mais especificamente, como porta-vozes das demandas dos conselhos provinciais, sobretudo dos Conselhos Gerais. Mas alguns desses homens também chegaram a ocupar, à mesma época em que foram deputados, os cargos de conselheiros em suas províncias de origem, sendo pertinente indagar se os referidos políticos ofereceram sustentação, em nível nacional, aos anseios oriundos das províncias. Para tanto é preciso que façamos algumas ponderações preliminares sobre a Câmara dos Deputados, para depois adentrarmos especificamente nas bancadas de Minas Gerais e São Paulo eleitas para as três primeiras legislaturas (1826-1829, 1830-1833, 1834-1837) e, por fim, esquadriharmos a atuação desses homens na tribuna.

A convocação da Assembleia Geral representou um ponto de inflexão na conformação política do governo, que, desde 1824, vinha sendo dirigido apenas por d. Pedro, seu Ministério e o Conselho de Estado, fato que marcara negativamente a figura do monarca e de seu círculo perante os demais setores envolvidos no processo de concretização do novo Estado.⁶⁶⁶ Afora o interregno de dois anos entre a outorga do texto constitucional e a reunião das duas Câmaras, e as razões imediatas para que tal convocação fosse feita – especialmente a definição dos orçamentos ministeriais e de uma política fiscal adequada às necessidades do nascente Império⁶⁶⁷ –, motivações subjacentes contribuíram para que o governo pusesse em funcionamento, sob pressão e suspeição dos setores saídos enfraquecidos da Constituinte, as bases representativas da monarquia brasileira.⁶⁶⁸ Não obstante os projetos que pleiteavam um regime com amplos poderes ao Executivo estivessem longe de ser unanimemente aceitos pelos distintos grupos políticos no início dos anos vinte, circunstância que ficara explícita no plenário de 1823, a imagem de d. Pedro, nos idos de 1826, havia perdido muito de um prestígio que já vinha declinando desde o fechamento da Constituinte e da imposição da Carta de 1824, e que sofrera um abalo sensível após o violento desfecho da Confederação do Equador.⁶⁶⁹ Conjugadas a esses fatores, outros ingredientes colaboraram para que a imagem de d. Pedro e seu Ministério sofressem continuadas críticas, dentre elas o reconhecimento do Império do Brasil mediante a assinatura do controvertido Tratado de Paz de 7 de setembro de 1825, a manutenção da guerra pela Cisplatina contra o governo de Buenos Aires, e, sobretudo, o aumento da crise financeira do Império e o envolvimento dúbio que o imperador mantinha com os negócios portugueses.⁶⁷⁰

⁶⁶⁶ SOUZA, Iara Liz Carvalho. *A pátria coroada: o Brasil como um corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: Unesp, 1999.

⁶⁶⁷ CARREIRA, Liberato de Castro. *História Financeira e orçamentária do Império do Brasil desde sua fundação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

⁶⁶⁸ NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

⁶⁶⁹ LYRA, Maria de Lourdes Viana. *O Império em construção: Primeiro Reinado e Regências*. São Paulo: Atual, 2000.

⁶⁷⁰ MONTEIRO, Tobias. *História do Império: o Primeiro Reinado*. São Paulo: Itatiaia/UDUSP, 1982, vol. 1, capítulos 2, 3, 9, 10 e 12. Sobre a agenda da política externa no Primeiro Reinado, ver CALÓGERAS, Pandiá. *A Política Externa*

Inserida nesse contexto de tensão, a convocação da primeira legislatura sinalizou, portanto, um momento de clivagem política para os representantes eleitos em 1824 como para seus correligionários, que viram nesse ato uma vitória do constitucionalismo, além da consubstanciação de um instrumento definitivo de conquista de espaço político no interior do processo de configuração do novo Estado em moldes liberais.⁶⁷¹ Não nos esqueçamos de que nesse período houve um recrudescimento da imprensa periódica, que se tornou veículo privilegiado de sustentação ideológica para os deputados que fariam oposição ao governo.⁶⁷² Cenário bem diferente dos anos anteriores, quando o governo impôs cerrada perseguição aos publicistas mais críticos, especialmente os que questionavam a autoridade do poder imperial no Rio de Janeiro.⁶⁷³

Em meio à convocação do Parlamento surgiram periódicos como a *Astréa* (1826) e *Aurora Fluminense* (1827); em Minas Gerais, o *Astro de Minas* (1827), que teve influência d’o *Universal* (1825); em São Paulo, o *Farol Paulistano* (1827). Até a Abdicação o número de folhas só cresceria, período em que vieram a lume os jornais *Eco do Serro* (1828), *Sentinela do Serro* (1830) *Estrela Marianense* (1830), *A Constituição em Triunfo* (1830), *Pregoeiro Constitucional* (1830), em Minas Gerais, e o *Observador Constitucional* (1829), em São Paulo. Em geral esses jornais se afinavam com a oposição feita pela Câmara dos Deputados ao governo de d. Pedro e, em determinados pontos, ao Senado, de forma que parte de seus redatores e colaboradores era composta por membros da própria Casa eletiva, como Evaristo da Veiga (*Aurora Fluminense*), Batista Caetano de Almeida (*Astro de Minas*), Bernardo Pereira de Vasconcelos (*O Universal*), José da Costa Carvalho (*O Farol Paulistano*), e José Joaquim Vieira Souto (*Astréa*), deputado pelo Rio de Janeiro na segunda legislatura. Alguns dos nomes citados, como veremos, seriam deputados apenas na segunda legislatura (1830-1833), fato que reitera a importância da imprensa como instrumento de projeção política.⁶⁷⁴

do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928. Vol. II. O Primeiro Reinado. Separata do Tomo Especial parte 2º da Revista do IHGB

⁶⁷¹ Cf. MATTOS, *op. cit.*, 2005, p.295 e seguintes.

⁶⁷² Só em 1826, o número de folhas impressas na Corte saltou para 31, sendo que nos anos seguintes – excetuando 1827, que ficou na casa dos 26 jornais publicados –, a tendência foi de crescimento, chegando à marca de 52, em 1830, cf. IPANEMA, Marcelo; IPANEMA, Cybelle. Imprensa na Regência: observações estatísticas e de opinião pública. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v.307, 1976, p.94.

⁶⁷³ Dentre os golpes sofridos pela imprensa que se opunha ao governo de d. Pedro podemos citar a prisão do baiano Cipriano Barata, redator d’a *Sentinela da Liberdade*, em 1824, e as mortes de João Soares Lisboa, que em 1822 e 1823 havia dirigido o *Correio do Rio de Janeiro*, e de Frei Caneca, redator do *Typhis Pernambucano*, ocorridas respectivamente em 1824 e 1825, em meio à Confederação do Equador. O encarceramento de João Mendes Vianna, redator d’o *Escudo da Liberdade do Brasil*, ocorrido já em 1823, e a extradição de Pierre de Chapuis, redator d’o *Verdadeiro Liberal*, também ajudaram a compor um quadro no qual os escritores liberais, notadamente aqueles mais incisivos, viram-se vexados pelo governo da Corte, situação que foi potencializada pelo pouco estímulo conferido ao debate político pelas folhas alinhadas ao governo, tal como o *Diário Fluminense*, e pela demora na institucionalização do Parlamento.

⁶⁷⁴ TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *A Câmara dos deputados sob o Império*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1950, p.115-122. Respondendo à provocação d’o *Analista* de que na Câmara dos Deputados não haveria redatores, disse o *Universal*: “O correspondente do *Analista* que trata das eleições de Minas, entre outras mentiras, diz,

A maior parte dos impressos surgidos a partir de 1826 alinhava-se aos preceitos mais gerais do liberalismo, propensão que se acentuou no ano seguinte com o acirramento do enfrentamento entre Câmara dos Deputados, Senado e Ministério, especialmente no que se referia à política fiscal do Império.⁶⁷⁵ Se projetos importantes como o que responsabilizava o Conselho de Estado e o Ministério pelos seus atos, o estabelecimento dos Cursos Jurídicos em São Paulo e Olinda, a regulamentação dos Conselhos Gerais de província e das Câmaras Municipais, e a criação do juizado de paz foram discutidos por ambas as Câmaras e votados posteriormente, a definição de uma política econômica que contemplasse a questão orçamentária e tributária gerava grandes embates sobre os destinos do Tesouro do Brasil e a coerção que o governo da Corte e mesmo das províncias desejava exercer sobre localidades e cidadãos, lembrando a experiência recente da enxurrada de impostos da época joanina. O agravamento da dívida pública, os termos pelos quais foram adquiridos empréstimos no exterior antes da convocação do Legislativo, o crescimento das despesas com a campanha no sul e a possibilidade de aumento da carga tributária eram questões substantivas e que opunham, principalmente, deputados e ministros. Estes pleiteavam um acréscimo no orçamento para as pastas ministeriais, bem como um incremento na carga tributária, ao passo que aqueles refutavam a ampliação de tributos e exigiam a prestação de contas do Ministério em relação a seus gastos.⁶⁷⁶

Há que se frisar, contudo, que partidários do governo de d. Pedro também lançariam mão de seus impressos.⁶⁷⁷ A *Gazeta do Brasil* e o *Jornal do Comércio*, ambos nascidos na capital do Império em 1827, foram juntamente com o *Diário Fluminense* (1824) alguns daqueles periódicos cuja preocupação central residia na defesa do governo, notadamente da conduta dos ministros, o que lhes rendeu por parte dos redatores liberais o rótulo de “folhas ministeriais” ou do “governo”. Em que pese a vizinhança com o Rio de Janeiro, São Paulo nunca contou com periódicos de orientação governista durante o Primeiro Reinado, informação que foi lida pela bibliografia como indício de

que na Câmara dos Srs. Deputados há falta de Redatores e Tipógrafos. Vamo-lo desmentir. Na câmara dos Srs. Deputados existem muitos Redatores. Os Srs. Paula e Sousa, e Costa Carvalho passam por colaboradores do Egrégio *Farol*. O Sr. Cunha Barboza entre outras obras redigiu, e redigirá a interessante e útil *Revista Semanária*. O Sr. Odorico Mendes principiou o *Farol Maranhense*. O Sr. Clemente Pereira redigiu, *se vera est fama*, o transcendente *Censor Brasileiro*, e hoje a fora os artigos oficiais, manda alguns pedacinhos de política para o *Fluminense*. Os Srs. Du Pin, Lopes Gama, Gomide &c. gozam dos créditos de Redatores do famoso *Analista*. Não serão todos estes Srs. Representantes da Nação? Responda o correspondente do *Analista*”. Cf. *O Universal*, nº 242, 28/01/1829.

⁶⁷⁵ OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Poder local e palavra impressa*: São Paulo, 1824-1834. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2011.

⁶⁷⁶ DOIN, José Evaldo de Mello. *Dívida externa do Império*. Organização e consolidação do Estado e início do processo de modernização dos instrumentos de exploração, 1824-1864. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1986, 2 v.

⁶⁷⁷ Antes da convocação do Parlamento, d. Pedro teve na figura de José da Silva Lisboa, feito visconde de Cairu no próprio ano de 1826, um dos seus principais defensores na imprensa. Entre 1824 e 1826, Silva Lisboa publicou cerca de 15 folhetos e dois jornais – *Grito da razão na Corte fluminense* e *Triunfo da legitimidade contra à facção de anarquistas* –, sempre a favor do monarca e contra aqueles que lhe questionavam. Cf. MARQUES JÚNIOR, Nelson Ferreira. *‘Os verdadeiros constitucionais, amigos do rei e da nação’*: áulicos, ideias e soberania na Corte fluminense (1824-1826). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2013, p.116.

uma “homogeneidade liberal” dos paulistas. Minas Gerais, por seu turno, teve no *Telégrafo* (1828-1830), periódico publicado em Ouro Preto, e n’o *Amigo da Verdade* (1829), folha que circulava em São João del-Rei sob a direção de Luís José Dias Custódio, os principais veículos da imprensa periódica governista.⁶⁷⁸ Tratava-se ali não de um adesismo ao monarca, mas de uma constante negociação de pontos de apoio no espaço público mineiro, num momento no qual o governo precisava ampliar seu respaldo nas províncias. Agitações entre governistas e os autoproclamados liberais não atingiram em Minas Gerais a dimensão dos embates deflagrados na Corte, porém sua ocorrência em alguns pontos da província aponta para um cenário no mínimo conflituoso. Em Ouro Preto, Mariana e São João-del-Rei deram-se enfrentamentos envolvendo notoriedades locais, como o bispo de Mariana Francisco José da Santíssima Trindade e Luís Jose Dias Custódio. Via de regra os “telegráficos” eram acusados pelos liberais de abuso da lei, de manipular setores marginalizados para efetuar pequenos motins e arruaças e de estimular a cizânia entre brasileiros e portugueses.⁶⁷⁹

Diversamente do que ocorria com os impressos adversários, a maior parte dos redatores que advogavam em favor do governo de d. Pedro não era formada de parlamentares, mas por indivíduos – em geral homens de letras, polígrafos – ligados às redes de influência do imperador.⁶⁸⁰ Por servirem aos interesses do governo, o que entre outras coisas significava ser uma espécie de “testa-de-ferro”, não costumavam explicitar um programa político-ideológico definido. A *Gazeta do Brasil*, por exemplo, dirigida por João Maria da Costa e José Joaquim de Carvalho, ganhou fama por defender o gabinete instituído em 15 de janeiro de 1827 e atacar a Câmara dos Deputados, colocando-se numa posição declaradamente pró-imperador.⁶⁸¹ Tais jornais – dentre os quais podemos incluir *O Analista* e o *Censor Brasileiro*, surgidos pela mesma época no Rio de Janeiro – diziam-se constitucionais e defensores da Carta de 1824, mas suas características centrais eram publicar atos do governo e notícias estrangeiras, ocultar ou justificar medidas tomadas pelo Ministério e investir contra a câmara temporária, o que deixava entrever uma ênfase na Coroa como peça essencial da representação e soberania nacionais.⁶⁸² Digno de nota é que esses jornais não

⁶⁷⁸ SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842). In: FERREIRA, Tania Maria Bessonde da C.; MOREL, Marco; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira (orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A/ Faperj, 2006, p.43.

⁶⁷⁹ SILVA, Wlamir. “*Liberais e povo*”: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: Hucitec, 2009, p.264-265.

⁶⁸⁰ Era o caso, por exemplo, de João Maria da Costa, publicista português radicado no Rio de Janeiro, e Pierre Plancher, respectivamente redatores do *Diário Fluminense*, *Gazeta do Brasil* e *Jornal do Comércio*.

⁶⁸¹ O Gabinete de 15 de janeiro de 1827 foi composto pelos seguintes nomes: Visconde de São Leopoldo (Império); Marquês de Queluz (Estrangeiros e Fazenda); Marquês de Nazaré (Justiça), que foi substituído, interinamente, pelo Visconde de São Leopoldo e, posteriormente, pelo Marquês de Valença; Marquês de Lajes (Guerra); e Marquês de Maceió (Marinha), cf. JACQUES, Paulino. *O governo parlamentar e a crise brasileira*. [Coleção Temas Brasileiros]. Brasília: Editora Universidade de Brasileira, 1982, p.75; JAVARI, Barão do (org.). *Organizações e programas ministeriais desde 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p.19-20.

⁶⁸² MOREL, *op. cit.*, 2005. Sobre aspectos da imprensa “governista” do Primeiro Reinado, ver VIANNA, Helio. *Contribuição à história da Imprensa no Brasil (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/ Imprensa Nacional, 1945. O discurso da imprensa governista desse período é equiparável, guardada as devidas proporções, com

faziam questão de explicar ponto a ponto seus pressupostos sobre a organização do Estado nem de se impor enquanto pensamento dominante, talvez por seus homens estarem na situação, talvez por não acharem necessário tal exposição. Se não podemos falar em ausência, pelo menos é razoável mencionar que tais periódicos externaram muito menos seus pontos de vistas naquela que foi o “fórum alternativo para a tribuna”,⁶⁸³ qual seja, a imprensa. O mesmo ocorreria mais tarde com os caramurus, durante a Regência.⁶⁸⁴ Para a historiografia sobre o período, que tem nos periódicos uma fonte valiosa, a existência de poucos exemplares desses jornais – o que denota, antes de tudo, uma questão de qual memória a ser preservar ou não sobre a nação – constitui um entrave para análises mais amplas.

Estudos consagrados sobre o Primeiro Reinado tenderam a enquadrar o enfrentamento sucedido no Parlamento – e mais especificamente, na Câmara dos Deputados – como uma luta entre dois polos opostos, herdeiros de um suposto conflito entre “portugueses” e “brasileiros” que havia pautado a Independência.⁶⁸⁵ John Armitage observou a existência de uma luta entre “liberais” e “realistas”; Tobias Monteiro, entre “liberais” e a “Coroa”; Otávio Tarquínio, entre “liberais” e partidários do “ministério”.⁶⁸⁶ Diferenças à parte entre os autores – entre os quais também podemos mencionar Oliveira Lima, Oliveira Vianna e Caio Prado Jr. –,⁶⁸⁷ essas obras reiteram a ideia de que houve dentro da Câmara dos Deputados uma “oposição liberal” mais ou menos homogênea contra o governo pedrino que se veria cindida somente após a Abdicação.

os chamados “contrarreformistas” portugueses da primeira metade do século XIX, termo empregado por Antonio Pedro Mesquita para designar aqueles grupos que entraram em confronto com os liberais vintistas. Para o autor, o pensamento dos contrarreformistas era fundamentalmente polêmico ou apologético, menos construtivo e teórico. Os ensaios críticos assumiam frequentemente os contornos do panfleto, da sátira e da diatribe. Eram raras, portanto, contribuições doutrinárias de maior fôlego ou originalidade, cf. MESQUITA, *op. cit.*, p.293 e seguintes. Logo após o surgimento da *Gazeta do Brasil*, o periódico liberal *O Farol Paulistano* emitiu suas impressões acerca da nova folha fluminense, apontando para o seu caráter excessivamente combativo: “Recebemos n’este correio o 1º nº da *Gazeta do Brasil*, novo Periódico publicado no Rio de Janeiro no dia 30 do próximo passado (...) O novo Periódico é escrito em estilo raivoso, e virulento; e a pesar de se mascarar com o nome de Constituição, que se conhece sair-lhe menos voluntariamente da pena do que o de Jacobinismo, parece destinado a atacar tudo quanto o Brasil tem de mais caro, tudo em que ele põe suas mais seguras esperanças. Ele quer defender a torto e a direito o Ministério, e toma demasiado a peito a defesa do Ministro da Guerra, que assaz tem patenteado sua instabilidade na direção da guerra atual (...) Ataca com rancor as Câmaras, que formão a Assembleia Geral, desfigurando os fatos, e até mentindo imprudentemente, afirmando deliberações que nunca foram tomadas, antes tomadas pelo contrário (...) Espalha o alarma, nos povos, dizendo que a Câmara dos Deputados põem o pé no sanguinolento terreno do Jacobinismo; que existem Clubes da natureza a mais perigosa”, cf. *O Farol Paulistano*, nº 20, 16/06/1827.

⁶⁸³ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.44.

⁶⁸⁴ A respeito desse ponto observou Marcello Basile: “Das três facções, a imprensa caramuru era a que menor atenção dava à definição conceitual de seus princípios, privilegiando mais a discussão pragmática das questões em pauta”, cf. BASILE, Marcello. *Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835)*. In: FERREIRA, Tania Maria Bessonde da C.; MOREL, Marco; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira (orgs.), *op. cit.*, 2006, p.80.

⁶⁸⁵ MARSON, Izabel. Do império das “revoluções” ao império da escravidão: temas, argumentos e interpretações da história do Império (1822-1950). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, jan./jun. 2009, p.129.

⁶⁸⁶ ARMITAGE, *op. cit.*; MONTEIRO, *op. cit.*

⁶⁸⁷ OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *O Movimento da Independência. O Império Brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962 [1922 e 1927]; PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil*. 1ª edição: 1933. São Paulo, Companhia das Letras, 2012; VIANNA, Francisco de Oliveira. *O ocaso do Império*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

Em trabalhos recentes, Christian Edward Cyril Lynch propõe uma visão mais matizada sobre os grupos políticos que se digladiaram na Câmara dos Deputados durante o Primeiro Reinado, especialmente sobre a oposição que ali se cultivou. Inspirado em Roderick Barman e em pesquisa pessoal anterior, o autor acredita que as disputas travadas nesse período na Câmara dos Deputados não significaram mera continuidade dos embates travados na ocasião do fechamento da Constituinte. Passados dois anos entre a outorga da Carta de 1824 e a convocação do Parlamento, processou-se um reajustamento de forças entre aqueles que, a partir dali, mover-se-iam a favor e contra o imperador.⁶⁸⁸

Lynch toma emprestado de Armitage o vocábulo “realistas” para designar aqueles homens que na passagem do século XVIII para o XIX haviam fomentado a ideia de instaurar um Império português com sede na América, incentivando inclusive a elevação do Brasil a Reino (1815), mas que no decorrer do triênio de 1821-1823 passaram a apostar na alternativa de visibilizar um novo Estado, independente de Portugal e centrado no Rio de Janeiro. Como frisado no primeiro capítulo, estes setores vinham amealhando fortunas desde o fim do século XVIII, quando o centro-sul se impôs como espaço privilegiado de negócios dentro da América portuguesa. Ao longo do Primeiro Reinado constituiriam a base de sustentação de d. Pedro na Câmara dos Deputados e, sobretudo, no Senado, nos Ministério e no Conselho de Estado.

O termo “realista”, utilizado propositadamente por Armitage em virtude da carga monárquica que ele insinua, não deve ser apreendido, segundo Lynch, como sinônimo de “absolutista” ou “retrógrado”, alcunhas pejorativas empregadas pela imprensa periódica que fazia frente ao governo pedrino. Apesar de serem frequentemente associados pelos seus adversários ao absolutismo monárquico, a gente que apoiava o imperador não rejeitava as doutrinas liberais. Este ponto é fundamental porque relativiza versão consagrada pela bibliografia de que o epicentro da política no Primeiro Reinado – a luta entre a oposição liberal e o governo de d. Pedro – foi senão o embate entre liberalismo e despotismo,⁶⁸⁹ entre uma corrente constitucionalista e um governo que sob o manto liberal disfarçava suas verdadeiras tendências retrógradas.⁶⁹⁰ Havia, em vez disso, um

⁶⁸⁸ LYNCH, Christian Edward Cyril. Para além da historiografia Luzia: o debate político-constitucional do Primeiro Reinado e o conceito de governo representativo (1826-1831). In: MOURA, Fátima; NEVES, Edson Alvisi; RIBEIRO, Gladys Sabina (orgs.). *Diálogos entre direito e história: cidadania e justiça*. Niterói: EDUFF, 2009, p.81-108.

⁶⁸⁹ Para o português Francisco Teles da Silva Caminha e Meneses (1754-1818), o Marquês de Penalva, conhecido por sua defesa do poder absoluto, as palavras “absolutismo” e “despotismo” representam duas ideias muito diferentes: “a legitimidade dos nossos soberanos consiste na justeza do seu domínio e o seu absoluto poder não quer dizer um poder despótico, que ofende a razão e que eles mesmos recusariam, entendendo-se este absoluto poder pela extensão e independência da sua jurisdição verdadeiramente Real”, apud MESQUITA, op. cit., p.342. Tal distinção não parece ter sido levado em conta na luta política ocorrida no Império do Brasil.

⁶⁹⁰ Cf. ARMITAGE, op. cit.; MONTEIRO, op. cit., SOUSA, op. cit. Em certo sentido, a bibliografia acabou reeditando a estigmatização imposta a esse grupo por aqueles que se autointitulavam liberais, sejam eles moderados ou exaltados. Afinal, como ressaltou Reinhart Koselleck, uma unidade de ação política só se constitui a partir de conceitos identitários criados com o objetivo de delimitar o campo de atuação das diferentes forças em jogo. Além do aparato conceitual que o determina, um grupo político invariavelmente lança mão de terminologias que rotulam seus adversários, de modo a

quadro muito mais complexo em que o liberalismo lastreava o debate político e econômico, pautando discursos e ações.⁶⁹¹ Ou seja, o embate entre opostos inconciliáveis no Primeiro Reinado é, antes de tudo, uma formulação historicamente forjada pela oposição liberal e posteriormente incorporada pela bibliografia, o que não significa que a luta fosse inexistente. O móbil da discussão estava em como viabilizar um governo constitucional, não entre a possibilidade dele existir ou não. Em alguns aspectos – como por exemplo a concepção de que os representantes da nação deveriam ser homens ilustrados e capazes – as diferenças entre os próprios liberais eram maiores do que entre eles e seus adversários rotulados de “corcundas”.

Para além de uma base de sustentação ao governo na Câmara dos Deputados, o que aproximava esses políticos era, segundo Lynch, um entendimento mais ou menos afinado sobre como deveria se constituir o regime representativo e a organização institucional do Estado. Um dos principais sustentadores do discurso monarquiano nos primeiros anos do Império, José Joaquim Carneiro de Campos,⁶⁹² o Marquês de Caravelas, acreditava ser o governo constitucional representativo um *governo misto*, posto que ele equilibrava três elementos distintos – o monárquico, o aristocrático e o democrático. Era o governo do balanço, em que cada um dos poderes contrapesaria os excessos do outro. O elemento democrático seria a participação direta da nação no governo, sem a mediação da representação.⁶⁹³ O monárquico, a preeminência do chefe do Executivo. Já o aristocrático não seria uma nobreza hereditária ou um pequeno grupo privilegiado, mas os representantes da nação. Aqui, Carneiro de Campos se mune das definições de aristocracia de Montesquieu, Sieyès e Constant, para quem a representação política derivava das transformações socioeconômicas do Ocidente, uma vez que o envolvimento dos homens com o progresso material não lhes consentia meios de atuar diretamente na política, deixando-a vulnerável. Daí a necessidade

forjar uma distinção político-ideológica por antítese, cf. KOSELLECK, Reinhart. A semântica histórico-política dos conceitos antitéticos assimétricos. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Puc-Rio, 2006, p.191-231. No caso do Primeiro Reinado, estabeleceu-se uma polarização em que os grupos próximos a d. Pedro eram atacados por seus adversários por serem supostamente partidários do absolutismo/despotismo e inimigos das hostes liberais.

⁶⁹¹ Sobre este ponto, mas a partir de outro viés analítico, Quentin Skinner lembra que o liberalismo não teve uma realidade independente dos indivíduos que o definiram. Atores históricos deram a ele realidade por meio das linguagens que eles tinham disponíveis em determinado tempo histórico, cf. SKINNER, Quentin. *Meaning and Understanding in the History of Ideas*. In: TULLY, James. (org.). *Meaning and Context. Quentin Skinner and his critics*. Cambridge: Polity Press/Basil Blackwell, 1988. Do mesmo autor ver *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁶⁹² José Joaquim Carneiro de Campos (176-1836) era natural de Salvador. Filho de José Carneiro de Campos e Custódia Maria do Sacramento, cursou teologia e Direito na Universidade de Coimbra. Em Portugal, ocupou o cargo de oficial da Secretaria da Fazenda. De volta ao Brasil, ocupou cargos de destaque durante o governo de d. Pedro. Foi deputado pela Bahia na Assembleia Constituinte (1823), ministro dos Negócios Estrangeiros (1823), conselheiro de estado e senador (1826-1836).

⁶⁹³ Carneiro de Campos se vale da acepção clássica de democracia – também conhecida como *democracia direta*, cujo exemplo mais conhecido é o de Atenas, em que a participação política era um direito de todos aqueles considerados cidadãos. Estes, reunidos em assembleia, decidiam sobre assuntos da cidade-estado sem a mediação de representantes, daí a ideia de participação política *direta*, cf. BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade*; por uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 1999, capítulo IV.

da representação, que para assegurar a participação dos cidadãos na esfera pública com qualidade e segurança deveria contar com homens cuja cultura, moral e capacidade lhes distinguisse dos demais, fazendo-os aptos para desempenhar a função de representantes.⁶⁹⁴ A ideia do governo misto utilizada por Carneiro de Campos não era nova e remontava à antiguidade clássica, mas ganhou força renovada durante e depois das Revoluções Americana e Francesa, quando a discussão em torno da divisão e equilíbrio do poder visava conter o ciclo perpétua da mudança e a queda dos impérios.⁶⁹⁵

Para Carneiro de Campos o governo representativo poderia manifestar-se, *grosso modo*, de duas formas. Na *democracia representativa* o elemento político preponderante seria o aristocrático, materializado na assembleia eleita pelos representantes da nação, tendo como exemplos os Estados Unidos da América e as repúblicas latino-americanas. Ele encontrar-se-ia, também, nas monarquias onde o chefe do Executivo tivesse um poder fraco (não deter o direito de veto, por exemplo), como na França de 1791, na Espanha de 1812 e em Portugal de 1822. Já no segundo tipo, *a monarquia constitucional representativa, moderada, temperada ou mista*, o elemento aristocrático teria como contrapeso uma maior presença do chefe do Executivo. Os direitos de veto e dissolução da Assembleia, prerrogativas exclusivas do monarca, teriam como função integrá-lo ao processo legislativo e equilibrar os demais poderes, especialmente o Legislativo, evitando a ampliação demasiada destes, mas não os coibindo. Quando da redação da Carta de 1824, Carneiro de Campos alocou as faculdades exclusivas do chefe supremo da nação no Poder Moderador, baseando-se na teoria do quarto poder de Benjamin Constant. Dissolução da câmara baixa, poder de veto, nomeação de ministros, estas e outras competências garantiriam a existência, segundo Carneiro de Campos, de um edifício político capaz de garantir a liberdade e a participação política dos cidadãos nos negócios do estado e, simultaneamente, consolidar a autoridade pública no âmbito do próprio estado. Em sua acepção mais contundente, o Moderador seria um poder de exceção a serviço da vigilância do sistema constitucional dos perigos que lhe eventualmente o colocassem em risco.⁶⁹⁶

O monarca seria, portanto, o guardião da nação e da constituição. O Legislativo, por sua vez, poderia temperar a autoridade do monarca por meio de leis que relegassem a outras esferas do poder atribuições que não prescindissem da ingerência daquele.⁶⁹⁷ Neste ponto, além da influência de autores monarquianos franceses como Mounier, Malouet e Clermont-Tonnerre, assinaladas por

⁶⁹⁴ LYNCH, Christian Edward. A vocação sociológica do legislador: o pensamento político do Marquês de Caravelas. In: RIBEIRO, Gladys (org.). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política, 1822-1930*. São Paulo: Alameda, 2009, p.152-154.

⁶⁹⁵ ARENDT, *op. cit.*, p.293.

⁶⁹⁶ Sobre o quarto poder como um instrumento de observância das instituições políticas, ver BARBOSA, Silvana Mota. *A sphinge monárquica: o poder moderador e a política imperial*. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2001.

⁶⁹⁷ LYNCH, *op. cit.*, 2009 (b), p.157.

Lynch, é notória a presença de Montesquieu. Este, ao enxergar na oposição entre poder e liberdade o âmago da política, deu menos importância ao direito que fundamentava a liberdade para realçar o poder que a ameaçava. Era necessário, portanto, harmonizar os desejos do homem e as necessidades do corpo político por meio de uma adequação do poder e da liberdade, qual seja, a distribuição dos poderes. O compromisso entre os poderes seria mais fácil de estabelecer de acordo com a modalidade negativa, isto é, cada um tenderia a exercer seu poderio impedindo o outro de ultrapassar suas atribuições.⁶⁹⁸

A Carneiro de Campos são atribuídas duas contribuições substantivas para a Carta de 1824: a inclusão do Poder Moderador e a criação dos Conselhos Gerais de província.⁶⁹⁹ Este último ponto foi criticado por parte da oposição liberal por sua abrangência limitada, porém é inegável que se tratava de um avanço no campo da política provincial se comparado ao anteprojeto dos Andradas.⁷⁰⁰ O presente trabalho sustenta que foi o próprio funcionamento dos Conselhos Gerais, com seus prós e contras, que culminou na ideia da criação das Assembleias Provinciais, e não a inoperância dos mesmos. Nesse sentido, Carneiro de Campos estava longe do perfil retrógrado tachado pelos liberais para a maioria dos velhos marqueses do Conselho de Estado do Primeiro Reinado.

Havia leituras sobre a organização do Estado menos francófilas que a de Caravelas – como aquelas praticadas por Cairu e Barbacena, que preferiam se valer da retórica *tory* e *whig* –, porém no fim das contas aqueles que constituíram o alicerce político de d. Pedro compartilhavam de um denominador comum mais evidente: interpretar a Carta de 1824 a partir de um viés liberal, porém monarquiano, colocando a Coroa no centro de gravidade do governo e do Estado, afastando-se assim de uma perspectiva de inclinação parlamentarista.⁷⁰¹ Com isso achava-se poder garantir um governo forte e unitário, cuja expansão da capilaridade do Estado a partir da Corte inscreveria o novo Império dentro de um cenário mundial de expansão do capital, além de servir para conter as oposições e assegurar governabilidade, haja vista os inúmeros focos de resistência ao projeto pedrino que eclodiram no início da década de 1820, sobretudo nas províncias do norte. É somente considerando o contexto em que foram forjadas, portanto, que todas essas formulações teóricas ganham sentido e se revestem de historicidade.

Dado importante, porém não esmiuçado por Lynch, é o de que a base governista na Câmara dos Deputados não era composta exatamente por homens do porte de um Cairu ou um Caravelas, os quais, como veremos adiante, seriam preferencialmente alocados no Senado e Executivo. Em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, os deputados que apoiariam o imperador eram figuras

⁶⁹⁸ MANENT, *op. cit.*, p.87-97.

⁶⁹⁹ LYNCH, *op. cit.*, 2009 (b), p.154-155.

⁷⁰⁰ Sobre esses aspectos, ver capítulo 2.

⁷⁰¹ LYNCH, *op. cit.*, 2009 (a), p.85-86.

menores na política imperial, a exemplo de Francisco Correia Vidigal,⁷⁰² Manoel Rodrigues da Costa⁷⁰³ e Francisco das Chagas Santos.⁷⁰⁴ Nomes de peso como Carneiro de Campos, Estevão Ribeiro e Fernandes Pinheiro – eleitos deputados para a 1ª legislatura, respectivamente por Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo – não chegaram a tomar posse por terem sido escolhidos senadores pelo monarca, o que em termos mais amplos acabou esvaziando a câmara baixa dos principais nomes próximos ao círculo do monarca.

Entre as poucas exceções está José Clemente Pereira,⁷⁰⁵ um dos principais nomes do governo na Câmara durante o Primeiro Reinado. Seja como for, essa lacuna de políticos de maior projeção na Câmara poderia ter sido evitada pelo governo, sobretudo para a 1ª legislatura, quando as bancadas no Senado ainda estavam sendo definidas. Além da preferência pelo Senado, cujos membros vitalícios não precisavam se preocupar com as eleições periódicas, talvez existissem expectativas sobre o futuro próximo do cenário político. É admissível que o círculo do monarca apostasse que conseguiria enfrentar a Câmara como em 1823, ou até mesmo que não se formaria entre os deputados uma oposição que realmente incomodasse o governo. Projeções que não se confirmaram, tanto que uma das saídas encontradas pelo governo a fim de aumentar sua influência no Legislativo foi a de cooptar membros da Câmara para o Ministério, estabelecendo a figura do

⁷⁰² Francisco Correia Vidigal (?-?) era natural do Rio de Janeiro. Formado em cânones, ocupou diversas posições dentro da Igreja durante o período joanino e o reinado de d. Pedro. Em 1818 foi feito provisor do bispado do Rio de Janeiro e, três anos depois, tornou-se reitor do Seminário Episcopal de São José, cf. ARAÚJO, Jose de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820, p.196-197. Já sob o Império do Brasil, o monsenhor Vidigal foi enviado por d. Pedro ao Vaticano para negociar o reconhecimento da Independência do Brasil e os antigos direitos do padroado, cf. AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). *Revista Brasileira de História* [online], v.32, n.63, 2012, p. 164-165.

⁷⁰³ Manoel Rodrigues da Costa (1754-1844) era natural de Conceição de Ibitipoca, Minas Gerais. Eclesiástico, era descendente de uma rica família de fazendeiros da região da Comarca do Rio das Mortes. Envolveu-se na Inconfidência Mineira, sendo condenado à reclusão em Lisboa, onde entrou em contato com Hipólito José da Costa e com o padre Viegas de Menezes, após ter sua prisão relaxada. De volta ao Brasil, em 1802, encabeçou projetos têxteis e de melhoria da agricultura. Foi eleito deputado para a Constituinte de 1823, mas não tomou posse, cf. FURTADO, João Pinto. Das múltiplas utilidades das revoltas: movimentos sediciosos do último quartel do século XVIII e sua apropriação no processo de construção da nação. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.105-106.

⁷⁰⁴ Francisco das Chagas Santos (1763-1840) era marechal de campo. Membro da Constituinte de 1823 pelo Rio Grande do Sul, participou de vários conflitos no Prata durante a década de 1820. Quando do seu retorno ao Brasil, foi nomeado comandante das armas da província de São Paulo (1829), ocupando o mesmo posto na Corte em 1830 e 1838. Foi nomeado presidente da província do Rio Grande do Sul, em 1837, e membro da Sociedade promotora da Indústria Rio-grandense. Cf. KLAFKE, Álvaro Antonio. *O Império na província: construção do Estado nacional nas páginas de O Propagador da Indústria Rio-grandense – 1833-1834*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRS, 2006, p.25.

⁷⁰⁵ José Clemente Pereira (1787-1854) era natural de Castelo Mendo, Portugal. Formado em Leis em Coimbra, quando chegou à América portuguesa conseguiu um cargo de magistrado à mesa do Desembargo do Paço. Em 1819, foi nomeado juiz de fora da Praia Grande e Maricá, região em que possuía propriedades, fazendo fortuna com a produção de gêneros de abastecimento para a praça carioca. Em 1821, conseguiu tornar-se juiz de fora e presidente da Câmara do Rio de Janeiro. Participou ativamente nos eventos ocorridos na Corte fluminense nos anos de 1821-1822, com destaque para o *Fico*. Exilado no fim de 1822, Clemente Pereira retornou ao Rio de Janeiro em 1824. Ao longo do Primeiro Reinado constituiu importante voz do governo na Câmara dos Deputados, além de ter ocupado a pasta do Império entre 15 de junho de 1828 a 3 de dezembro de 1829. Cf. SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, tomo I, p.40-46.

ministro-deputado – Clemente Pereira foi um desses casos –, conforme será tratado ainda neste capítulo.

Desloquemos agora nosso foco para a análise que Lynch faz da oposição engendrada na Câmara dos Deputados durante o Primeiro Reinado, que segundo o autor era formada, *grosso modo*, por dois grupos. De um lado estavam negociantes e/ou proprietários de terras como Diogo Feijó, José Bento Ferreira de Melo, Martiniano de Alencar – poderíamos acrescentar ainda, entre outros, Rafael Tobias de Aguiar, Lourenço Pinto de Sá Ribas e José Corrêa Pacheco e Silva, por São Paulo, e Custódio Dias, Batista Caetano de Almeida e Manoel Inácio de Melo e Sousa, por Minas Gerais –, homens que se destacavam tanto na economia quanto na política local, mas que até então não haviam ocupado nenhum cargo de prestígio em nível nacional, tampouco possuíam relações estreitas com a Coroa ou com os principais setores econômicos instalados no Rio de Janeiro, os quais compunham a maioria da base política do imperador. Como visto no primeiro capítulo, a maioria deles havia aderido ao movimento vintista em 1821, período em que cultivaram a expectativa de que o constitucionalismo luso-brasileiro franqueasse o autogoverno e a ampliação dos poderes provinciais, bem como garantisse a inserção desses setores nas redes de mercado da Corte. Quando o desenrolar dos acontecimentos tornou essa possibilidade pouco viável, muitos desses homens se aliaram momentaneamente a figuras como José Bonifácio e Nogueira da Gama e deram suporte ao *Fico* e ao governo de d. Pedro com sede no Rio de Janeiro, na esperança de que futuramente poderiam ter suas aspirações atendidas. Derrotados na Constituinte, viram seus interesses contemplados de forma limitada pela Carta de 1824, cujos Conselhos Gerais ali prescritos constituem um exemplo lapidar. Deu-se às províncias a iniciativa de tratarem de seus assuntos, porém negou-se a elas poder legislativo.⁷⁰⁶

Completava a oposição um grupo de feição distinta, composto em sua maioria por magistrados como José da Costa Carvalho, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Honório Hermeto Carneiro Leão. Em média eram vinte anos mais jovens do que aqueles que constituíam o círculo do monarca – como os conselheiros de estado e senadores – e pelo menos 10 anos menos que seus companheiros de oposição. A maioria deles formara-se na Universidade de Coimbra, mas já num contexto diferente daquele em que haviam estudado José Bonifácio e Carneiro de Campos, em fins do século XVIII.⁷⁰⁷ Quando estudantes presenciaram os abalos sofridos por Portugal durante a invasão napoleônica, a ocupação britânica, o surgimento do vintismo. De volta ao Brasil passaram a ocupar postos na magistratura, mas sem gozar das condições e do prestígio da burocracia gestada no

⁷⁰⁶ *Ibidem*, p.89-90.

⁷⁰⁷ MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a ideia de império luso-brasileiro. In: *Chocolate, piratas e outros malandros – ensaios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999, p. 157-207; SILVA, Ana Coclet da. *Inventando a nação – intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

período joanino e incorporada por d. Pedro ao seu governo. O grande diferencial desses homens, segundo Lynch, era o de que eles traziam concepções renovadas sobre o Estado e a política. Ao mesmo tempo em que refutavam a linguagem dos vintistas, que lhes parecia ultrapassada e politicamente datada, lançavam mão de um aporte teórico que se ancorava em autores franceses e ingleses do pós-revolução Francesa – sobretudo os doutrinários franceses como Reyer-Collard e Guizot –, tendo assim como mote de discussão não o constitucionalismo em si, tema caro aos revolucionários do Porto e aos personagens que fizeram a Independência, mas o liberalismo propriamente dito e, em especial, as propriedades do governo parlamentar:

“Em vez da linguagem exaltada, virtuosa e nacionalista do vintismo, entrava em cena a linguagem da moderação, dos interesses e do progressismo dos liberais anglófilos. As decisões que convinham à sociedade e ao seu progresso, agitadas pela opinião pública, só poderiam emergir e prevalecer no decorrer de um debate político esclarecido e organizado entre seus representantes da Nação. O governo estava agora moralmente obrigado a escutar a oposição: era ela que lhe fornecia a condição para um debate público e, por isso, uma vez aceita as regras do jogo, não podia mais ser desqualificada, simplesmente, como facção (...) A Câmara dos Deputados deveria possuir a mesma influência junto ao governo que, acreditavam, possui a Câmara dos Comuns no governo britânico. Essa teoria flexibiliza os princípios da teoria da separação dos poderes e do governo misto para reivindicar a câmara baixa o direito de despachar os ministérios que julgasse indignos da confiança da nação. A Coroa deveria, antes de escolher seus ministros, entrar em inteligência com a corrente majoritária da Câmara dos Deputados, que, sem dúvida, eram quem melhor poderia exprimir os anseios da sociedade”.⁷⁰⁸

Bernardo Pereira de Vasconcelos foi, de acordo com o autor, um dos expoentes da oposição na Câmara e dessa nova perspectiva sobre a ação parlamentar. Ao longo da primeira legislatura o político mineiro propôs, entre outras medidas, uma dinâmica do governo parlamentar estribada em duas características: as falas do trono e a prestação de contas dos ministros. As falas do trono deveriam ser entendidas como peças ministeriais que expunham as necessidades legislativas do Executivo, dialogando assim com o Legislativo, e não como manifestações da vontade do imperador. Ao passo que o comparecimento dos ministros à Câmara para esclarecer sua agenda daria aos deputados a oportunidade de debater e se posicionar a respeito dos atos do Executivo, sem que isso se desse de forma protocolar e *a posteriori*, mas sim de maneira efetiva e simultânea à ação do governo. Com isso, afirma Lynch, pressionando a Coroa para que considerasse os anseios da maioria parlamentar, atenuava-se a separação entre os poderes e abria-se espaço para atacar o governo, sem deixar de respeitar a inviolabilidade do monarca garantida pelo texto constitucional.⁷⁰⁹

⁷⁰⁸ LYNCH, *op. cit.*, 2009 (a), p.91.

⁷⁰⁹ *Ibidem*, p.92.

Embora a divisão proposta por Lynch nos pareça demasiada abrangente para dar conta de toda a Câmara dos Deputados, assim como a distinção entre os grupos apresentados não pode ser entendida como um dado preexistente à luta política, posto que esses homens relacionavam-se, trocavam referências e faziam das suas influências teóricas mais ferramentas de combate do que garantias de coerência programática, ela abre possibilidades para se pensar a câmara temporária como um espaço de matizes e nuances ao invés de simples polarizações. Permite, também, que nos afastemos da ideia de que na primeira metade do Oitocentos havia uma simetria entre inserção econômica e posicionamento político, além de uma suposta dicotomia entre província e Corte.⁷¹⁰

Um ponto não desenvolvido por Lynch que nos interessa aqui é o de como os membros da oposição que tomaria forma ao longo das duas primeiras legislaturas, em virtude das suas diferentes características, inseriam-se no sistema eleitoral das províncias e, de modo mais abrangente, forjavam-se na esfera local para depois se rearticularem na Câmara. Nossa hipótese é de que essa divisão, ainda que carente de rigidez e permeável às vicissitudes da política, influenciou na redefinição de forças dentro dos futuros liberais moderados já durante a Regência. Não é de se abismar que homens do perfil de José Correia Pacheco e Silva, Rafael Tobias de Aguiar, Custódio Dias e José Bento Ferreira de Melo se elegessem graças a seus sólidos vínculos com a província em que viviam e, mais especificamente, com as regiões onde tocavam seus negócios e lavouras ou possuíam aliados. A análise das listas eleitorais do período indica para uma relação quase sempre direta entre localidade de origem e quantidade votos quando se fala nestas personagens. Um dado que corrobora isso é o de que representantes desse perfil dificilmente seriam sufragados fora de sua província, tal como ocorria frequentemente com outros mais bem relacionados com os circuitos da Corte. Por isso, no nosso entender, sua figura política estava mais associada a ideia de representação por *semelhança*, em que o representado enxerga o representante como um porta-voz de um grupo social do qual ele faz parte. Lembremos que esses políticos, nos períodos de recesso da Câmara dos Deputados, ocupavam assentos nos Conselhos Geral e da Presidência em suas províncias, como foi explanado no capítulo 2. O que, em tese, aumentaria a propensão desses representantes na luta pelas demandas provinciais na Câmara dos Deputados.

Uma análise mais acurada das bancadas mineira e paulista evidencia, entretanto, que as eleições para a Câmara dos Deputados – e, como veremos adiante, para o Senado – não se traduziam em uma escolha de representantes advindos das localidades, isto é, de simples “representantes das províncias”. Como visto acima, havia níveis de representação que respondiam a

⁷¹⁰ Sobre estes dois últimos aspectos, consultar JANOTTI, Maria de Lourdes. *A balaiada*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987; MARSON, Izabel Andrade. *Movimento Praieiro, 1842-1849: imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo: Editora Moderna, 1980; *O Império do progresso: A revolução Praieira em Pernambuco*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

demandas distintas, de modo que a relação de um deputado com a província que o elegia não era necessariamente de dependência. É o caso, por exemplo, de Antonio Paulino Limpo de Abreu, Cândido José de Araújo Viana, José Antonio da Silva Maia, José Cesário Miranda Ribeiro, Honório Hermeto Carneiro Leão e Aureliano de Sousa Coutinho⁷¹¹, por Minas Gerais, e José da Costa Carvalho, por São Paulo, nomes que de alguma forma se aproximam do segundo grupo proposto por Lynch. O que tornava isso factível era a possibilidade desses homens costurarem influências fora dos limites provinciais, mais precisamente no Rio de Janeiro, dependendo menos das alianças locais. A maioria dos nomes supracitados, embora representassem Minas Gerais e São Paulo, residia e trabalhava na Corte. O desembargador Silva Maia, por exemplo, atuou na Relação do Rio de Janeiro e na procuradoria da Coroa.⁷¹² Apenas Carneiro Leão e Aureliano de Sousa Coutinho não moravam (ainda) no Rio de Janeiro, mesmo assim tinham ali relações privilegiadas. O sogro-tio de Honório Hermeto vivia na capital do Império e ali traficava escravos, gozando de boas relações.⁷¹³ Aureliano de Sousa Coutinho, fluminense de nascimento, seria alçado à presidência de São Paulo em janeiro de 1831 e de lá sacado imediatamente após a Abdicação, o que sugere, naquele momento, laços com d. Pedro.⁷¹⁴ Além do mais, essas figuras haviam ocupado ou ocupavam cargos de relevo na magistratura – a maioria havia sido juiz de fora, posto de prestígio no início do século XIX –, o que já impunha um contato mais estreito com o governo do Rio de Janeiro.⁷¹⁵ O que não os eximia, é claro, da necessidade de terem bases de apoio nas províncias. O brasileiro *adotivo* Limpo de Abreu casara-se com a filha de um rico proprietário da região de Araxá, de onde sempre extraiu considerável quantidade de votos, além de gozar de boa relação com os moderados Bernardo Vasconcelos, colega de turma na Universidade de Coimbra, e José Bento Ferreira de Melo.⁷¹⁶ Aureliano de Sousa Coutinho valeu-se da posição de ouvidor interino da Comarca do Rio das Mortes, a mais populosa da província, para obter votos nos colégios de São João del-Rei.

O que nos interessa aqui é que há uma alteração na ordem de forças quando se trata desses homens, que compunham uma primeira geração de “políticos profissionais”, ainda que imbuída do

⁷¹¹ Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho (1800-1855), Visconde de Sepetiba, era natural de Vila Real da Praia Grande, hoje Niterói, Rio de Janeiro. Filho do Coronel de Engenheiros Aureliano de Souza Coutinho e Francisco Flávia Proença Coutinho, formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1825. De volta à América, iniciou-se na magistratura como Juiz de Fora e Ouvidor em São João del-Rei e Ouro Preto. Foi deputado pela segunda legislatura (1830-1833), por Minas Gerais. Foi ainda presidente da Província de São Paulo (1831), Juiz de Órfãos e Intendente Geral da Polícia do Rio de Janeiro. Na década de 1830, foi ministro da Justiça, dos Negócios Estrangeiros e senador do Império entre 1842 e 1855. Cf. SISSON, *op. cit.*, tomo II, p.337-345.

⁷¹² *Aurora Fluminense*, nº 150, 06/02/1829.

⁷¹³ JANOTTI, Aldo. *Marquês de Paraná*. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp, Itatiaia, 1990, p.33.

⁷¹⁴ Antes de nomeá-lo presidente de São Paulo, d. Pedro fê-lo cavaleiro do hábito de Cristo, cf. SISSON, *op. cit.*, tomo II, p.338.

⁷¹⁵ Maia havia sido juiz de fora em Sabará, Viana em Mariana, Miranda Ribeiro e Aureliano em São João Del Rei, e Carneiro Leão em São Sebastião (SP). Limpo de Abreu foi ouvidor na Comarca de Paracatu.

⁷¹⁶ RODARTE, Claus Rommel. *Partidos políticos, poderes constitucionais e representação regional na 1ª legislatura da assembleia geral do império do Brasil: Minas Gerais (1826-1829)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2011, p.332.

bacharelismo que caracterizou os primeiros estadistas do Império.⁷¹⁷ Não é pelo simples fato de terem sustentação na província que conseguiram ascender à Câmara. Ao contrário, seu trunfo político estava justamente nas relações privilegiadas para além da província que passam a obter apoio dos grupos de raiz local. Não era a política provincial que verdadeiramente lhes interessava. Poucos fizeram parte dos conselhos provinciais ou os pugnaram ferrenhamente na Câmara, como veremos adiante, assim como foram raros os que recorreram à imprensa para projetar-se na vida pública, o que de certa forma afastou-os da luta política mais visível, de apelo público, que ocupava as páginas de periódicos preocupados em enaltecer ou difamar determinado candidato. Com isso ficaram imunes, até certo ponto, dos rótulos pejorativos de “liberalões” ou “corcundas”, não por serem preservados, mas porque transitavam, com idas e vindas, entre grupos de posição política distinta. A composição das listas eleitorais para as primeiras legislaturas revela que, figuras como Silva Maia, Limpo de Abreu e Aureliano obtiveram votos em colégios de perfil político distintos, o que sugere que suas candidaturas estivessem associadas ora a grupos que fariam oposição ao governo ora a outros que o defenderiam.⁷¹⁸

Analisando sob a perspectiva do regime representativo, talvez esses homens fossem identificados mais a uma ideia de representação por *distinção*, calcada na valorização das virtudes do candidato – como razão, ilustração e inteligência política – do que por semelhança.⁷¹⁹ É certo que sempre há uma tensão entre essas concepções, posto que elas não são excludentes, mas é crível que alguns políticos conseguiram se impor como figuras mais nacionais, deixando sua ligação com a província em segundo plano, mas sem negá-la. Tal visão aproximava-se da ideia de *maioria dos capazes* de François Guizot (1787-1874),⁷²⁰ divulgada em vários periódicos do Império⁷²¹ e que se atrelava à concepção mais ampla de governo representativo do teórico francês. Partindo da premissa de que o sistema representativo deveria basear-se na razão e na justiça, o direito de exercer a cidadania não poderia recair em qualquer um, mas sim naqueles capazes de obrar pelo interesse da

⁷¹⁷ ABREU, Sergio França Adorno de. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, sobretudo capítulo 1.

⁷¹⁸ As listas referentes aos processos eleitorais em Minas Gerais para a 1ª e 2ª legislaturas encontram-se transcritas em RODARTE, *op. cit.*

⁷¹⁹ Embora não utilize esses termos, Alan Kahan vê duas linhas no discurso da capacidade e sua relação com as eleições no pensamento liberal do século XIX, cf. KAHAN, Alan. *Liberalism in Nineteenth Century Europe: The political culture of limited suffrage*. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

⁷²⁰ Guizot integrava os chamados *doctrinaires*, grupo de intelectuais e políticos franceses que se opuseram à Restauração na França (1815-1830) e apoiaram boa parte do reinado de Luís Filipe (1830-1848), cf. LEFORT, Claude. Guizot: o liberalismo polêmico. In: *Desafios da escrita política*. Trad. de Eliana Melo de Souza. São Paulo: Discurso Editorial, 1999, p.113-140. Os doutrinários desejavam implementar uma monarquia constitucional ao mesmo tempo forte e respeitadora das diferentes forças que compunham as sociedades, concepção essa que dialogava com as aspirações de parte dos liberais do Primeiro Reinado, que se viam enfiados num Estado em construção clivado por diferentes interesses, cf. MOREL, *op. cit.*, 2005, p.44-46. Sobre a influência do pensamento doutrinário no liberalismo brasileiro, ver VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *O liberalismo Francês: a tradição doutrinária e a sua influência no Brasil*. Londrina: Humanidades, 2010.

⁷²¹ Ver, por exemplo, *O Independente*, n.ºs 60 (29/02/1832), 64 (14/03/1832); *O Universal*, n.º 1112, 01/12/1834; *Aurora Fluminense*, n.º 971, 22/10/1834.

nação. O sistema representativo, portanto, era o mais ideal para encontrar essa verdade e para organizar os direitos políticos. Não apenas o Legislativo, mas a combinação de realza, casas deliberativas e eleitores serviram para levar a totalidade do corpo social – aqueles que exercem poder e aqueles que possuíam direitos – a buscar um senso comum de razão e justiça.⁷²² Aos cidadãos estaria reservada, nas palavras de Guizot, a “soberania da razão”: os homens não deviam se engajar na atividade racional de inventar leis, mas sim de descobri-las de acordo com a razão. Cabe notar que, em certo sentido, a interpretação da soberania por Guizot operou um corte na tradição liberal por rejeitar que essa fosse inerente a qualquer indivíduo, lugar social ou político, isto é, ela não era propriedade nem da Assembleia nem do Executivo. Ela pertencia, antes, ao único sobreano concebível: a *razão* e suas derivações, como o direito, a justiça e a moral. Isso quer dizer que a soberania era muito mais um fim a ser constantemente buscado e renovado pela ação política, não um escudo intocável.⁷²³ Apesar de tais inovações do pensamento de Guizot, o que unia os moderados a respeito da soberania era o fato de que ela abrigava-se na nação, não podendo ser ela coletivamente exercida por todos, apenas por seus representantes.⁷²⁴

Esse quadro ganha complexidade quando se percebe que havia uma zona de contato entre esses dois perfis – representação por semelhança e por distinção –, tecida por figuras-chave que tinham maior habilidade e trânsito político para firmar alianças, a exemplo de Bernardo Vasconcelos, Evaristo da Veiga e Paula Sousa, figuras que por seu desempenho nos recintos parlamentares acabaram sendo tratadas pela bibliografia como políticos notáveis, exceções, ou, em

⁷²² GUIZOT, François. *A história das origens do governo representativo na Europa*. Trad. Port. De Vera Lucia Joscelyne. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008. Coleção de palestras proferidas entre 1820 e 1822 sobre a história do regime representativo, esta obra foi publicada apenas 30 anos depois. Nela Guizot distingue a democracia política (o regime em que a soberania reside na maioria numérica) e o governo representativo (governo em que a soberania reside numa maioria que atua de acordo com os princípios da razão, verdade e justiça. Com isso ele se distancia dos liberais legitimistas como Chateaubriand, dos republicanos como Alexandre de Laborde e, sobretudo, daqueles liberais que seguiram os trabalhos dos ideólogos, como Pierre Laromiguière. A soberania da razão era o centro daquilo que eles chamariam de “capacidade”. De acordo com os doutrinários, a ideia da revolução francesa de forjar uma sociedade baseada na igualdade política estava destinada ao fracasso porque estavam baseadas numa filosofia vã, sensualista.

⁷²³ MANENT, *op. cit.*, p.152

⁷²⁴ Lembremos que por essa época era recorrente entender o pacto social que fundamentava a nação brasileira a partir de dois tipos de partícipes. De um lado estava o *povo*, que representava a boa sociedade, isto é, aqueles homens – os *homens bons*, no dizer de Ilmar Mattos – dotados de liberdade, propriedade e ilustração, a quem caberia fazer política e gerir o Estado, cf. MATTOS, *op. cit.*, 2004. De outro estava a *plebe* ou *populacho*, um todo desorganizado, predisposto à desordem, formada por homens pobres e sem instrução. Desta clivagem decorreria uma concepção igualmente excludente de cidadania. Aos homens bons estaria reservada a cidadania ativa, aquela com plenos direitos civis e políticos. Já os integrantes da plebe seriam cidadãos passivos, pois gozariam dos direitos civis, mas não políticos. Com isso reiterava-se a ideia de que os indivíduos seriam iguais tão somente em termos jurídicos e de oportunidades, afastando-se de qualquer presunção de estabelecer uma igualdade social. Sobre o tema da cidadania no Império, ver CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000; SLEMIAN, Andréa. Seriam todos cidadãos? Os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1824). In: JANCÓS, István (org), *op. cit.*, p.557-575. XAVIER-GUERRA, François. *El soberano y su reino*. Reflexiones sobre la génesis del ciudadano em América Latina/. Sabato, Hilda (edit). *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

outro sentido, como exemplos mais bem acabados dentre aqueles que formavam a “oposição liberal”. No entanto, na contracorrente do que pode sugerir a análise de Lynch, Vasconcelos também se dedicava à política provincial,⁷²⁵ tanto que desempenhou a função de articulador entre as forças políticas mineiras em torno da oposição ao governo de d. Pedro, unindo setores do sul de Minas, da capital mineira e da zona metalúrgica-mantiqueira, sem contar sua assídua participação nos conselhos provinciais e na defesa que fez deles na Câmara. Evaristo, sempre lembrado pela bibliografia por sua atuação em discussões de amplitude nacional, foi o grande ponto de apoio no Rio de Janeiro para paulistas e mineiros refratários ao governo pedrino e, posteriormente, a favor da Regência. Evaristo, aliás, só conseguiu eleger-se deputado por Minas Gerais graças aos votos obtidos em Campanha, colégio mais numeroso daquela província e território sob influência da família Veiga.⁷²⁶ Como deputado e, posteriormente, senador, Paula Sousa foi hábil em conciliar demandas provinciais com questões nacionais. Assim como Feijó, Paula Sousa valeu-se do Conselho Geral de São Paulo para vocalizar interesses de parte da Câmara dos Deputados como se fossem da província e vice-versa, seja impondo uma integração entre a agenda política local e a nacional seja situando a província como agente nas discussões da política imperial.

3.1.2. Deputados paulistas e mineiros nas três primeiras legislaturas

A bancada paulista na Câmara dos Deputados foi a quinta maior nos primeiros anos do Império. Contando com nove cadeiras, ficava atrás somente de Minas Gerais (20), Bahia (13-14), Pernambuco (13) e Rio de Janeiro (8-10).⁷²⁷ Não foi possível encontrar as listas eleitorais⁷²⁸ completas das duas primeiras bancadas paulistas, o que torna difícil a tarefa de traçar um panorama de como elas se configuraram. Pode-se, no entanto, indicar algumas características gerais.

⁷²⁵ Wlamir Silva observou que, embora fosse formado em Coimbra, Vasconcelos estava intimamente ligado à política provincial e até mesmo local, afastando-se do perfil de burocrata desenhado por José Murilo de Carvalho em *A Construção da Ordem*, cf. SILVA, Wlamir. “*Liberais e povo*”: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: Hucitec, 2009, p.124.

⁷²⁶ Sobre a importância da família Veiga em Campanha, ver capítulo 1.

⁷²⁷ A Constituição de 1824 não estabeleceu normas para a representação das bancadas das províncias na Câmara dos Deputados. Elas foram instituídas por intermédio de legislação ordinária, como leis, decretos e resoluções, cf. NICOLAU, Jairo Marconi. As distorções nas representações dos estados na Câmara dos Deputados brasileira. *Dados: revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro, IUPERJ, v.40, n.3, 1997. A desproporção entre o número de habitantes e de representantes em cada província causou debates acalorados na Câmara dos Deputados durante o Primeiro Reinado, cf. PEREIRA, Vantuil, *op. cit.*, p.148-149.

⁷²⁸ As listas referentes às eleições secundárias constituem um caminho precioso para entender o perfil político dos colégios eleitorais espalhados pelas províncias, mas sua utilização requer cautela. Era comum que emissários de um determinado grupo político circulassem listas que misturavam, por exemplo, nomes antagônicos a fim de confundir o eleitorado e simular eventuais alianças. Embora esse expediente provavelmente tenha obtido alcance limitado, ele traz à tona as diversas possibilidades de combinação envolvendo as listas eleitorais. Ver, a esse respeito, *Aurora Fluminense*, nº 750, 27/03/1833.

Salvo alguns poucos nomes, os deputados paulistas mais atuantes e com maior projeção no Rio de Janeiro nas duas primeiras legislaturas vieram a compor uma fração importante da heterogênea oposição ao governo de d. Pedro que, com a Abdicação, passou a apoiar e compor a Regência. Nicolau Vergueiro, Paula Sousa e Diogo Feijó eram peças do primeiro time do liberalismo paulista e não por acaso viriam a ocupar cargos de destaque após o 7 de abril. Poucos aliados de d. Pedro e do seu círculo de ministros elegeram-se deputados por São Paulo no período. O principal deles foi José Feliciano Fernandes Pinheiro, elevado a Marquês de Santo Amaro em 1826, mas que acabou optando pelo Senado. Em menor grau pode-se mencionar Joaquim Floriano de Toledo, figura tratada com reserva pelos liberais e que se relacionava com d. Pedro, assim como José Ricardo da Costa Aguiar, que fora colocado pelo monarca, em 1828, no recém-criado Supremo Tribunal de Justiça. Filho de Lucas Antonio Monteiro de Barros, escolhido presidente de São Paulo justamente em 1824, Rodrigo Antonio Monteiro de Barros possivelmente cultivou alguma relação com figuras mais próximos ao monarca, tanto que nas eleições para a terceira legislatura sua candidatura esteve atrelada ao núcleo dos Andrada,⁷²⁹ mas não há notícia de que tenha sido um adversário de relevo daqueles que fariam oposição ao governo pedrino. Mesmo assim é muito pouco, e por isso não é banal o fato de que nas eleições para as duas primeiras legislaturas não se registrou o sucesso de nenhum candidato de renome que já era ou se tornaria coligado ao monarca – um presidente de província, por exemplo, como foi de praxe em outras localidades do Império. Há de se notar, ainda, as escassas e quase sempre presentes “sumidades de aldeia”, que via de regra não conseguiam se eleger por mais de uma legislatura, além de não desempenharem papel de vulto no Rio de Janeiro, como Francisco das Chagas Santos e João Crisóstomo de Oliveira Salgado Bueno. Chagas Santos, como já comentado, a julgar por sua participação na Câmara dos Deputados, postou-se a favor do governo de d. Pedro.⁷³⁰

Na primeira bancada paulista houve a presença de homens que vinham atuando na política desde o período da Independência, e que certamente se beneficiaram dessa condição para se eleger: Feijó, Vergueiro e Paula Sousa⁷³¹ haviam sido eleitos deputados para as Cortes de Lisboa, os dois últimos também para a Constituinte de 1823, assim como José Arouche de Toledo Rendon e José Corrêa Pacheco e Silva, ituano que compusera o triunvirato da Junta de Governo paulista (1823-1824). A eleição de José da Cosa Carvalho, que optou por tomar assento pela província da Bahia, é um indicativo da força que se desenvolvia em torno daqueles que fariam oposição ao governo do Rio de Janeiro em São Paulo.

⁷²⁹ *Aurora Fluminense*, nº 750, 27/03/1833. Sobre os Monteiro de Barros, ver capítulo 1.

⁷³⁰ Ver APB-CD, sobretudo sessões do ano de 1828 e 1829.

⁷³¹ Paula Sousa, doente, acabou não embarcando para Lisboa.

Em Minas Gerais o número alto de assentos na Câmara, aliado à existência de uma quantidade significativa de vilas importantes dentro de um contexto regional, promoveu uma maior diversidade na composição da sua bancada. Heterogeneidade que deve ser entendida além de uma variedade de nomes, como produto de um cenário eleitoral complexo que não pode ser resumido pelo embate oposição liberal *versus* governistas (convertidos após o 7 de abril em, respectivamente, situação *versus* oposição), seja em termos da política provincial seja na relação entre província e Corte, mesmo que tal enfrentamento desse o tom da corrida eleitoral e, no limite, balizasse a formação das listas dos candidatos e dos arranjos eleitorais.

A bancada mineira eleita para a primeira legislatura apresentou um maior equilíbrio entre políticos que se tornariam governistas e aqueles que integrariam a oposição se comparada à paulista. Os principais nomes pró-imperador – Antonio da Rocha Franco, José de Rezende Costa, ambos constituintes em 1823, Antonio Marques de Sampaio e José Carlos Pereira de Almeida Torres⁷³² – levaram vantagem nos colégios eleitorais de Ouro Preto, São João del-Rei, Sabará e Paracatu.⁷³³ Pelo que acenam as listas eleitorais, Cândido José de Araújo Viana, José Antonio da Silva Maia, constituintes em 1823, José Cesário Miranda Ribeiro e Antonio Augusto Monteiro de Barros contaram com apoio do executivo provincial, este pró-d. Pedro, para se eleger. Como na época os eleitores não votavam em candidatos isolados, mas em listas com o número total de membros da bancada provincial – vinte, no caso mineiro –, é possível observar padrões de voto e, conseqüentemente, grupos prévios de candidatos a serem votados. Limpo de Abreu, então ouvidor da Comarca de Paracatu, provavelmente favoreceu candidatos governistas no colégio paracatuense, o qual presidiu nas eleições de 1824. O apoio que confeririam a d. Pedro na Câmara, a partir de 1826, renderia a algumas dessas figuras cargos de maior destaque durante a primeira legislatura. Almeida Torres ocuparia a presidência de São Paulo em duas ocasiões, em 1829 e 1830, ao passo que Araújo Viana dirigiria as províncias de Alagoas (1828) e Maranhão (1828-1829). Sua gestão no Maranhão seria explicitamente elogiado pela imprensa que se opunha ao governo, o que insinua certa aproximação de Araújo Viana com aquele setor.⁷³⁴ Silva Maia ocupou a pasta do Império

⁷³² José Carlos Pereira de Almeida Torres (1799-1850), segundo Visconde de Macaé, era natural de Salvador. Filho do desembargador José Carlos Pereira e Ana Zeferina de Almeida Torres, formou-se em Direito. Foi presidente de província em três oportunidades, ocupando o cargo três vezes em São Paulo (ente 13 de janeiro e 9 de março de 1829 e de 10 de outubro desse ano até 14 de abril do seguinte, e de 17 de agosto de 1842 a 27 de janeiro de 1843) e uma vez no Rio Grande do Sul (entre 8 de janeiro a 29 de março de 1831). Ocupou a cadeira de senador do Império de 1843 a 1850. Foi elevado a Visconde em 1829, obtendo a grandeza de Macaé em 1847. Cf. EGAS, *op. cit.*, p.33-34.

⁷³³ Cf. Tabelas 1.1 a 1.24, *apud* RODARTE, *op. cit.*, p.77-108.

⁷³⁴ Evaristo da Veiga, redator da *Aurora Fluminense*, exaltou por várias vezes a “prudência”, a “constitucionalidade” e a “sabedoria” de Viana no governo do Maranhão, cf. *Aurora Fluminense*, nºs 180 (22/04/1829), 254 (19/10/1829), 316 (24/03/1830) e 376 (18/08/1830). Anos depois, afirmou que Araújo Viana tinha sido o único presidente “nomeado sobre o regime de d. Pedro” digno de reconhecimento pelos moderados, cf. *Aurora Fluminense*, nº 813, 09/09/1833. Em 1830, quando da substituição do presidente de Minas Gerais João José Lopes Mendes Ribeiro, o redator do *Eco do Serro* disse que o futuro dirigente mineiro deveria espelhar-se no mandato do “inigualável” Araújo Viana na província do Maranhão, cf. *Eco do Serro*, *apud* A *Aurora Fluminense*, nº 350, 16/06/1830. Ver, também, *Pregoeiro*

(1830-1831) e Miranda Ribeiro, nomeado para presidir a província do Ceará, não tomou posse. Monteiro de Barros ficou com o bem cotado posto de intendente geral da polícia da Corte, em 1829.⁷³⁵ Limpo de Abreu não viria a ocupar nenhum cargo indicado pelo Executivo naquele momento, talvez por ter tido atuação destacada na Câmara e por mostrar-se cada vez mais alinhado à oposição ao governo, com respaldo na imprensa moderada.⁷³⁶

Do lado daqueles que participariam da oposição foram eleitos Bernardo Pereira de Vasconcelos, José Custodio Dias, Manoel Inácio de Melo e Sousa, João José Lopes Mendes Ribeiro e Lucio Soares Teixeira de Gouveia. Este viria a compor o conhecido Ministério de 20 novembro de 1827, o primeiro formado exclusivamente por deputados e senadores após a reabertura do Parlamento,⁷³⁷ fato que lança luz sobre um ponto importante nas relações entre Executivo e Legislativo no período: a figura do ministro-deputado.

A Carta de 1824 dava o direito a um deputado arregimentado para o Ministério tentar se reeleger para a vaga deixada na Câmara, podendo assim manter os dois cargos.⁷³⁸ Tal disposição dialogava com a concepção inglesa do *king-in-parliament*, gestada no século XVIII, e cujo ponto fulcral estava na “articulação entre as ações do Executivo e do Legislativo mediante a ocupação de postos daquele poder por membros desde”.⁷³⁹ A diferença central é que, enquanto no regime inglês o *king-in-parliament* denotou o fortalecimento do Parlamento,⁷⁴⁰ no Brasil ocorreu o reverso, isto é, o Executivo buscou se fortalecer por meio da cooptação de membros da Câmara dos Deputados, o

Constitucional, nº 3, 15/09/1830; *O Novo Argos*, nºs 13 (06/02/1830), 25 (30/04/1830) e 33 (26/06/1830); *O Universal*, nº 359, 30/10/1829.

⁷³⁵ *Aurora Fluminense*, nº 380, 27/08/1830.

⁷³⁶ Limpo de Abreu fez parte de várias comissões: fala do trono, de justiça criminal, redação de leis, dentro outras, cf. sessões de 06/07/1829, 04/05/1830, 05/05/1830, 06/05/1830. Sua atuação seria reconhecida pela imprensa moderada, cf. *Aurora Fluminense*, nº 283, 28/12/1829. Às vésperas da abdicação, foi um dos signatários da famosa representação feita pelos deputados da oposição a d. Pedro, em 17 de março de 1831, após os violentos embates ocorridos na Corte envolvendo portugueses e brasileiros, cf. *Representação dirigida ao Senhor d. Pedro I, imperador do Brasil, por vinte três deputados e um Senador, exigindo uma reparação da afronta, que a nacionalidade tinha sofrido nos dias 13 e 14 de março de 1831*, apud *Pregoeiro Constitucional*, nº 56, 03/04/1831. Limpo de Abreu obteve respaldo no principal periódico moderado de Minas, o *Universal*, cf. nº 182, 10/09/1828.

⁷³⁷ O Gabinete, que durou até dezembro de 1829, era formado pelos deputados Pedro de Araújo Lima (Império), Miguel Calmon Du Pin (Fazenda) e Lucio Soares Teixeira de Gouveia (Justiça), pelos senadores Brigadeiro Bento Barroso Pereira (Guerra), Diogo José de Brito (Marinha), Estrangeiros (Marquês de Aracati). Araújo Lima foi substituído pelo também deputado José Clemente Pereira, em 15 de junho de 1828, cf. JAVARI, *op. cit.*, p.21.

⁷³⁸ Cf. artigo 29 da Constituição Política do Império do Brasil. In: BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto (orgs.). *Textos políticos da História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002, v.1 (Formação/Império), doc. 318.3. A figura do ministro-deputado já havia sido posta em prática na Constituinte de 1823, em especial durante o ministério andradino.

⁷³⁹ ALVES, João Victor Caetano. *A Câmara na Coroa: ascensão e queda do gabinete de novembro de 1827 (1827-1829)*. Tese de Doutorado. Franca: UNESP, 2013, p.19. De acordo com o autor, tal mecanismo foi resultado de um “lento processo de perda do poder do rei, e a consequente ascensão da Câmara dos Comuns, que soube fazer valer sua autoridade no momento em que o rei formava seus ministérios”, p.20.

⁷⁴⁰ Para Modesto Florenzano, na Inglaterra acabou por “vingar um tipo de Estado monárquico, descentralizado e baseado numa forma de governo misto – expresso na fórmula *king-in-parliament*, fórmula que antes da Revolução de 1640 era interpretada de uma maneira pela Coroa e de outra pelo Parlamento, pois esses dois poderes disputavam a soberania; e depois de 1689 passou a ser interpretada de uma única maneira, isto é, a que consagrava o poder do Parlamento”, cf. FLORENZANO, Modesto. *Sobre as origens e o desenvolvimento do Estado moderno no Ocidente*. Lua Nova, São Paulo, 2007, 71, p.34-35.

que no caso de d. Pedro havia dado certo em 1823. O tema também foi desenvolvido, embora sem o uso da terminologia inglesa, por Benjamin Constant em suas *Reflexões sobre as Constituições e as garantias*, publicada em 1814, na França. Para o autor suíço o mecanismo do *king-in-parliament* tinha o efeito de abrandar a separação entre o Legislativo e o Executivo, por meio da transposição de parlamentares para as pastas ministeriais, o que tornaria a luta política mais qualificada e menos apegada a querelas institucionais, tal como o recorrente e muitas vezes infrutífero embate entre Câmara dos Deputados e Ministério. Ademais, o recrutamento de deputados para o Executivo abria um precedente positivo, fazendo do governo uma meta possível para os legisladores.⁷⁴¹

A possibilidade de um deputado vir a ser ministro e ocupar duas funções despertava juízos distintos dentre os que se opunham ao governo de d. Pedro. Logo no início do ano legislativo de 1828, o deputado pernambucano Holanda Cavalcanti se colocou radicalmente contra a acumulação de cargos, lançando a seguinte questão: “como é que no mesmo tempo se há de exercer o poder e ser vigia de si mesmo?”. Pela mesma época, preocupado com uma presumível influência ministerial nos trabalhos da Câmara dos Deputados, sobretudo na fiscalização do Executivo, Bernardo Pereira de Vasconcelos propôs que deputados-ministros fossem vedados de participar de comissões. Membros como Cunha Matos, então representante por Goiás, foram contra a proposição por considerarem que um deputado deveria ser tratado como tal quando estivesse na Câmara, independentemente se fosse ministro ou não, o que lhe tornava livre para compor comissões. Após longos debates, a medida de Vasconcelos obteve êxito.⁷⁴² A questão voltaria à cena em outras ocasiões durante o Primeiro Reinado, trazendo à tona novas implicações. Não bastasse a sobrecarga de trabalho e do incômodo das sucessivas eleições, alegava-se que os deputados, certos da reeleição, aceitavam as pastas sem maiores ponderações.⁷⁴³ Com a Abdicação, quando setores da oposição chegaram ao poder, o tema foi convenientemente deixado de lado ou até mesmo mudou-se o discurso. A reeleição de um ministro passou a significar, para alguns dos partidários da Regência, um voto de confiança dos eleitores.⁷⁴⁴

Em parte uma vitória da oposição, a concordância com a indicação de Vasconcelos não reverteu de todo a situação. Na prática, a escolha de um deputado para o Ministério, seguida da sua reeleição para a mesma legislatura, significou muito mais a presença do Executivo na Câmara do que o inverso. Isto é, a atuação de um ministro-deputado na Câmara se dava, via de regra, no sentido de representar o Executivo no Legislativo, defendendo seus atos, dando-lhe suporte nas

⁷⁴¹ ALVES, *op. cit.*, p.34-35.

⁷⁴² *Ibid.*, p.76-79.

⁷⁴³ *O Republico*, nº 3, 09/10/1830; *O Universal*, nº 514, 03/11/1830; *Pregoeiro Constitucional*, nº 16, 30/10/1830.

⁷⁴⁴ *O Universal*, nº 871, 27/02/1833.

matérias que competiam apenas aos legisladores e procurando interferir nas eleições.⁷⁴⁵ No entanto, a ausência de ministros nas comissões impedia-os de produzir relatórios paralelos, que tinham peso similar a um parecer desfavorável ao governo. Afinal, derrubar pareceres era uma tarefa desgastante e exigia boa dose de articulações na Câmara.⁷⁴⁶

A nomeação do gabinete de novembro de 1827 sobreveio num momento de questionamento da figura de d. Pedro e, mormente, do seu Ministério, capitaneado pelo visconde de São Leopoldo (Império) e pelos marqueses de Queluz (Estrangeiros e Fazenda) e Nazaré (Justiça), todos senadores.⁷⁴⁷ Em 1826, a repercussão dos tratados de Paz e Amizade, firmado entre Brasil e Portugal, e daquele que previa a cessação do tráfico de escravos, assinado entre Brasil e Inglaterra, trouxeram dúvidas sobre o futuro da economia brasileira e desagradou sobre como o governo encaminhara o reconhecimento do Império do Brasil.⁷⁴⁸ No ano seguinte as tensões se acirraram, ganhando destaque os impasses diante da guerra do sul e as dificuldades com a votação do orçamento do Império.⁷⁴⁹

O novo gabinete trazia algumas inovações: era mais jovem e possuía três deputados entre seus membros e que até então não tinham ocupado nenhum posto de maior destaque na política nacional. A província que representavam parece ter sido um critério para a escolha dos nomes. Minas Gerais (Teixeira de Gouveia), Bahia (Calmon du Pin) e Pernambuco (Araújo Lima) estavam entre as maiores bancadas da Câmara, além de dispor de algumas das principais figuras da oposição. A ideia seria, talvez, neutralizar a atuação de homens como Vasconcelos ou Lino Coutinho.⁷⁵⁰ Não é ocioso lembrar que, em 1826, Teixeira Gouveia havia composto, juntamente com Vergueiro, Lino Coutinho e Vasconcelos, a comissão de constituição, um dos primeiros focos de oposição ao governo formado na Câmara.⁷⁵¹ Os principais periódicos de oposição ao governo apoiaram o gabinete, embora demonstrassem certa reticência sobre a conduta que tomaria a partir dali.⁷⁵²

⁷⁴⁵ O redator d’o *Universal* resumiu a questão em poucas palavras: “todo deputado que aceita uma pasta, prefere o ser membro do governo a sê-lo da sua augusta Câmara”, cf. *O Universal*, nº 514, 03/11/1830.

⁷⁴⁶ PEREIRA, Vantuil, *op. cit.*, p.211.

⁷⁴⁷ Nazaré foi substituído, interinamente, por São Leopoldo e pelo marquês de Valença. O restante do Ministério era formado pelos marqueses de Lages (Guerra) e Maceió (Marinha). Cf. JQUES, *op. cit.*, p.75

⁷⁴⁸ RIBEIRO, Gladys Sabina. Legalidade, legitimidade e soberania no reconhecimento da Independência. In: RIBEIRO, Gladys (org.). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política, 1822-1930*. São Paulo: Alameda, 2009, p.33-35. Segundo a autora, o tratado firmado entre Brasil e Portugal deixou em aberto algumas questões incômodas, ainda que em certos casos retóricas, aos brasileiros: “Seria o Brasil independente sem ser soberano? Seria correto deixar que o rei de um outro país usasse o título de imperador do Brasil? Seria legal o tratado sem ouvir o Parlamento? Quais eram os pressupostos que legitimavam o seu poder?”.

⁷⁴⁹ ARMITAGE, *op. cit.*, 133-134, 147-148; MONTEIRO, *op. cit.*, v.2, cap.IX, PEREIRA, Vantuil, *op. cit.*, p.206-209.

⁷⁵⁰ ALVES, *op. cit.*, p.61.

⁷⁵¹ Uma vez que cabia à comissão de constituição tratar de questões como a constitucionalidade das matérias, o prosseguimento ou não de projetos e a observância da Constituição, ela acabou sendo utilizada pelos adversários do governo como uma forma de vigiar os atos do Executivo, cf. PEREIRA, Vantuil, *op. cit.*, p.209.

⁷⁵² *O Farol Paulistano*, nº 69, 05/12/1827; *Aurora Fluminense*, nº 21, 21/12/1827.

A nomeação de Teixeira de Gouveia não manchou, em princípio, sua imagem com os oposicionistas. Permaneceu protegido pelo jornal de Vasconcelos, que durante a campanha eleitoral para preencher a vaga deixada pelo próprio Teixeira de Gouveia fez empenhada campanha para reelegê-lo, o que de fato ocorreu.⁷⁵³ Mas essa boa relação degradingolou rapidamente, antes mesmo da abertura da Assembleia Geral, em 1828, período em que Teixeira de Gouveia já vinha atuando em favor do governo de d. Pedro. A sensação dos antigos aliados que apoiaram sua reeleição para a Câmara era de “arrependimento”,⁷⁵⁴ percepção reforçada com as investidas de Teixeira de Gouveia a favor de d. Pedro nas eleições para a segunda legislatura.⁷⁵⁵ A situação agravou-se em 1829, quando da criação de uma Comissão Militar em Pernambuco para o julgamento de um grupo de revoltosos, manobra claramente anticonstitucional que rendeu pela Câmara dos Deputados duas denúncias por desrespeito à Carta de 1824, uma ao ministro da Guerra Joaquim de Oliveira Álvares e outra a Teixeira de Gouveia. Bernardo Pereira de Vasconcelos e José Custódio Dias, antigos aliados de Teixeira de Gouveia, encabeçaram as ofensivas contra os dois ministros na Câmara. A votação sobre a responsabilidade de Oliveira Álvares ocupou diversas sessões de 1829 e teve ampla cobertura na imprensa oposicionista, expondo a divisão de forças da casa temporária e da bancada mineira naquele momento: enquanto Vasconcelos, Ferreira de Melo, os irmãos Dias (Custódio e José) e Limpo de Abreu votaram a favor da acusação – no que foram coadjuvados pelos aliados paulistas –, os deputados Miranda Ribeiro, Mendes Ribeiro, Teixeira de Gouveia, Silva Guimarães, Rocha Franco, Rezende Costa, Marques de Sampaio, Plácido Martins ficaram ao lado de Oliveira Álvares, que se livrou da acusação.⁷⁵⁶

Voltando à primeira bancada de Minas, outro nome que mudou de campo político durante o decorrer da primeira legislatura foi João José Lopes Mendes Ribeiro, cuja atuação ao lado de Manoel Inácio de Melo e Sousa na Junta de Governo mineira (1821-1823) rendeu-lhe alguma proximidade com Vasconcelos, Ferreira de Melo e os irmãos Dias. Mesmo após ser alçado à presidência da província de Minas pela primeira vez, em dezembro de 1827, Mendes Ribeiro continuou recebendo apoio d’o *Universal*, que fez campanha para elegê-lo senador no ano seguinte.⁷⁵⁷ Seu afastamento dos antigos aliados deu-se, muito provavelmente, na mesma época da debandada de Teixeira Gouveia.⁷⁵⁸ O *partido lopino*, nome pejorativo que antigos aliados deram ao grupo de Mendes Ribeiro, trabalhou no sentido de favorecer candidatos pró-d. Pedro nas eleições

⁷⁵³ Ver *O Universal*, nºs 75 (04/01/1828); 80 (14/01/1828); 84 (25/01/1828).

⁷⁵⁴ *Aurora Fluminense*, nº 35, 18/04/1828.

⁷⁵⁵ RODARTE, *op. cit.*, p.234-238.

⁷⁵⁶ APB-CD, sessões de 13/05/1829, 10/06/1829, 11/06/1829. Ver, também, *O Novo Argos*, nº 04, 01/12/1829.

⁷⁵⁷ *O Universal*, nºs 75 (04/01/1828); 80 (14/01/1828); 84 (25/01/1828). Mendes Ribeiro foi elogiado por periódicos fora de Minas, como a *Aurora Fluminense*, para quem “boa marcha dos negócios” daquela província advinha das “oportunas providências” tomadas pelo presidente Mendes Ribeiro e seu conselho privativo, cf. *Aurora Fluminense*, nº 37, 25/04/1828.

⁷⁵⁸ *Pregoeiro Constitucional*, nº 10, 09/10/1830.

para a legislatura seguinte.⁷⁵⁹ Acusações de mau uso da coisa pública envolvendo o presidente mineiro perduraram até meados 1830, após Mendes Ribeiro deixar o posto.⁷⁶⁰

O caso de Mendes Ribeiro é o primeiro, considerando Minas Gerais, em que um político acumulou os cargos de deputado e presidente pela mesma província durante o Primeiro Reinado. Muitos dos senadores escolhidos por d. Pedro haviam sido presidentes entre 1824 e 1826 – como Lucas Antonio Monteiro de Barros, por São Paulo, e José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, por Minas Gerais –, mas todos deixaram o posto ao tomarem assento pelo Senado. Presidentes costumavam ser homens de confiança do imperador, portanto dificilmente atuavam na oposição ao governo ou na defesa irrestrita das demandas provinciais, aproximando-se neste ponto mais à figura dos deputados-ministros, justamente por serem membros do Executivo no Legislativo. Fazer de um deputado presidente de província foi, aliás, outra tática utilizada pelo governo pedrino para aumentar sua base de apoio na Câmara dos Deputados. Quando cobrados de seus atos na administração local, alguns dos deputados-presidentes se valiam do argumento de que na Câmara seriam apenas membros do Legislativo, não cabendo ali prestar contas do Executivo provincial.⁷⁶¹ Já outros foram à tribuna para intervir na discussão de assuntos referentes às províncias as quais governavam, como fez José Carlos Pereira de Almeida Torres para São Paulo.⁷⁶² Até a Abdicação, mais nenhum deputado mineiro – em São Paulo isso não chega a ocorrer – seria içado à presidência da província.

Quatro nomes não tomaram posse na primeira bancada mineira por terem sido escolhidos senadores por d. Pedro, em 1826. Todos eles, curiosamente, estavam dentre os menos votados.⁷⁶³ O resultado disso foi que com a convocação dos suplentes entraram em cena figuras ainda restritas à política provincial, mas que se tornariam partícipes da oposição ao governo da Corte e, mais tarde, símbolos do liberalismo moderado em Minas Gerais, como José Bento Leite Ferreira de Melo e Custódio José Dias. Luis Augusto May, que em 1822 se defrontara com os Andradas e o grupo de Gonçalves Ledo por meio do jornal *A Malagueta*, tomou assento como suplente e ajudou a

⁷⁵⁹ RODARTE, *op. cit.*, 360-361.

⁷⁶⁰ *O Novo Argos*, nº 17 (04/03/1830), *Estrela Marianense*, nº 33, 18/12/1830.

⁷⁶¹ Veja-se o caso, por exemplo, do deputado pelo Rio Grande do Norte José Paulino de Almeida e Albuquerque, aquela altura também presidente da província a qual representava: “Sou chamado à arena, e declaro que aqui sou deputado; não sou presidente. A minha opinião fora da câmara não tem influência no que digo nesta câmara. Quando algum deputado quiser saber alguma coisa da província onde sou presidente, peça informações ao governo dele, por consequência nada digo a respeito da minha presidência, nem uma palavra; digo a V. Ex. que todas as vezes que me chamarem como tal, responderei que não sou presidente, aqui sou deputado; e por consequência peço a V. Ex. que, quando alguém chamar por meu nome, que se cumpra o regimento, e seja chamado à ordem”. Cf. APB-CD, sessão de 30/07/1830, p.524.

⁷⁶² Ver, por exemplo, a atuação de Almeida Torres nas discussões sobre o pagamento de soldos aos milicianos da Campanha do Sul e sobre o projeto de lei para extinção do posto de administrador da alfândega de Santos, cf. APB-CD, sessões de 19/06/1829 e 25/05/1829.

⁷⁶³ TAUNAY, *op. cit.*, 1950, p.117-118.

engrossar a oposição.⁷⁶⁴ O chamamento dos suplentes também permitiu a entrada de João Joaquim da Silva Guimarães, que se indisporia com algumas das principais folhas da oposição por suas faltas ao Conselho da Presidência, conforme visto no capítulo 2. No fundo, a despeito da sua composição inicial, a bancada mineira iniciou a legislatura com um maior equilíbrio de forças, com leve vantagem para aqueles que viriam a apoiar o governo de d. Pedro.

Nome	1ª Legislatura (1826-1829)
	Bancada paulista
	Observações
Nicolau Pereira de Campos Vergueiro	----
José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada	----
Manoel Joaquim de Ornelas	----
José Corrêa Pacheco e Silva	----
José Arouche de Toledo Rendon	Não tomou posse. Foi substituído pelo brigadeiro Inácio José Vicente da Fonseca.
Francisco de Paula Sousa e Melo	----
Francisco das Chagas Santos	----
Diogo Antonio Feijó	Tomou assento como suplente do Visconde de São Leopoldo, nomeado Senador em abril de 1826.
João Crisóstomo de Oliveira Salgado Bueno	Suplente de José da Costa Carvalho, que optou pela deputação da Bahia.

Nome	1ª Legislatura (1826-1829)
	Bancada mineira
	Observações
Cândido José de Araujo Viana	----
José Antonio da Silva Maia	----
Antonio Augusto Monteiro de Barros	----
Bernardo Pereira de Vasconcelos	----

⁷⁶⁴ Luis Augusto May (1782-1850) era natural de Lisboa, Portugal. Chegou ao Brasil em 1810 para trabalhar como intérprete dos trabalhadores suecos da fábrica de ferro de São João de Ipanema, em Sorocaba, São Paulo. Em dezembro de 1821, publicou o primeiro número da *Malagueta*, sob patrocínio do negociante português Manuel Joaquim Portugal de Lima. De linguagem ao mesmo tempo pedagógica e irônica, o jornal de May se tornou um dos mais conhecidos da Corte, apresentando-se como independente do círculo de Gonçalves Ledo e Clemente Pereira, bem como dos Andradas, grupos com os quais de indispôs. Cf. SODRÉ, *op. cit.*, p.70-75; LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos. A guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)* São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.157-173.

Antonio Rocha Franco	----
José Cesário Miranda Ribeiro	----
Lucio Soares Teixeira de Gouveia	----
José Custodio Dias	----
José Carlos Pereira de Almeida Torres (Visconde de Macaé)	----
João José Lopes Mendes Ribeiro	----
Manoel Inácio de Melo e Sousa	----
Manoel Rodrigues da Costa	Não tomou posse. Foi substituído por Joaquim Lopes Mendes Ribeiro.
Antonio Paulino Limpo de Abreu	----
Plácido Martins Pereira	----
José de Resende Costa	----
Antonio Marques de Sampaio	Suplente de Antonio Gonçalves Gomide, nomeado senador em abril de 1826.
Luis Augusto May	Suplente de Estevão Ribeiro de Rezende, nomeado senador em abril de 1826.
José Bento Leite Ferreira de Melo	Suplente de Manoel Ferreira Câmara Bittencourt e Sá, nomeado senador em abril de 1826.
Custodio José Dias	Suplente de José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, nomeado senador em abril de 1826.
João Joaquim da Silva Guimarães	Suplente do Cônego Januário da Cunha Barbosa, que tomou assento pelo Rio de Janeiro.

A conservação de alguns nomes e a mudança de outros da primeira para a segunda legislatura (1830-1833) responderam tanto a uma lógica mais circunstancial, de cunho eleitoral, como a um processo mais longo de fortalecimento da oposição ao governo na Câmara dos Deputados. As eleições para a segunda legislatura, ocorridas no recesso parlamentar entre as sessões de 1828 e 1829, foram norteadas pelo embate entre oposição e governo, o qual buscou evitar a perda de espaço na câmara baixa. Entre outras iniciativas, o Ministério efetuou a troca de presidentes de províncias, afim de que influíssem nos pleitos locais. Entre 1827 e 1828, 11 das 18 províncias do Império tiveram seus presidentes substituídos. O resultado, todavia, não saiu conforme o esperado. Embora a Câmara dos Deputados tenha tido mais de 60% de renovação,⁷⁶⁵ esta se deu em favor da oposição, inclusive com o retorno à cena pública de velhas figuras da Constituinte e que foram expoentes na luta entre d. Pedro e Assembleia, como José Martiniano de Alencar e Venâncio Henriques de Resende.

Na segunda bancada paulista permaneceram figuras que se consolidaram na oposição feita na Câmara no Primeiro Reinado – Paula Sousa, Feijó, Corrêa Pacheco e Ornelas – bem como surgiram nomes de prestígio na política local, sendo os mais emblemáticos Rafael Tobias de Aguiar

⁷⁶⁵ PEREIRA, Vantuil, *op. cit.*, p.216-217.

e Lourenço Pinto de Sá Ribas. Apesar da reeleição de Floriano de Toledo e Costa Aguiar, foi justamente no processo eleitoral para a segunda legislatura que setores paulistas que combatiam o governo de d. Pedro conquistam a condição de grupo político mais forte da província, abafando a influência do Ministério nas eleições locais, fato ressaltado pela imprensa oposicionista, inclusive fora de São Paulo.⁷⁶⁶ Nenhum “corcunda declarado” obteve êxito no pleito paulista, observaria a *Aurora Fluminense*.⁷⁶⁷

Assim como em São Paulo, a segunda bancada mineira foi marcada pela consolidação daqueles que faziam frente ao governo pedrino. Grupos associados a produtores e negociantes de gêneros de subsistência do sul de Minas conseguiram reeleger seus principais nomes – José Custódio Dias, José Bento Leite Ferreira de Melo e Custódio José Dias –, além de lançar pela primeira vez Batista Caetano de Almeida e Evaristo Ferreira da Veiga, que se elegeu suplente. Foi em Campanha, aliás, que esses políticos obtiveram maior vantagem em votos, ainda que em quase todos os principais colégios eleitorais eles tenham conseguido bons resultados. Dentre aqueles homens cujo horizonte político não se delimitava primordialmente à província, mas que por ajudarem a engrossar a oposição ao governo estavam nesse momento associados aos produtores e negociantes do sul de Minas, também triunfaram, a exemplo de Antonio Paulino Limpo de Abreu, José Cesário Miranda Ribeiro, Honório Hermeto Carneiro Leão e Candido José de Araujo Viana.⁷⁶⁸ No topo da lista dos mais sufragados ficou Bernardo Pereira de Vasconcelos, que à época servia como elemento aglutinador da oposição mineira, embora estivesse mais próximo do grupo dos produtores sul-mineiros.⁷⁶⁹ José Martiniano de Alencar, deputado cearense que na legislatura passada havia atuado junto à oposição na Câmara, foi lançado candidato pelos liberais mineiros como estratégia para preencher espaços na bancada de Minas. Obteve votos em vários colégios, notadamente em Caeté, alcançando o número suficiente para tornar-se deputado por Minas, mas optou tomar assento por sua província natal. Para os periódicos que se opunham ao governo, o resultado das eleições foi-lhes amplamente favorável.⁷⁷⁰

A segunda bancada mineira sofreu uma retração significativa da influência dos executivos provincial e central se comparada à anterior. É verdade que o crescimento da oposição não barrou as eleições de Antonio da Silva Maia, que seria feito ministro, Aureliano de Sousa e Oliveira

⁷⁶⁶ *Astro de Minas*, nº 188, 29/01/1829.

⁷⁶⁷ *Aurora Fluminense*, nº 142, 16/01/1829. Em edição posterior, o jornal fez o seguinte comentário: “Que dirão o *Analista* e o *Jornal do Comércio* de uma tal eleição? Que esperanças podem ainda nutrir de que os brasileiros sofram as algemas do capricho ministerial? Quem nomeia estes homens para seus representantes quer deliberadamente ser livre (...)”. Cf. nº 153, 13/02/1829.

⁷⁶⁸ Em 1832, Araujo Viana comporia o conselho da Sociedade Defensora do Rio de Janeiro, período em que apenas partidários da Regência faziam parte dela, cf. *Aurora Fluminense*, nº 598, 05/11/1832.

⁷⁶⁹ Vasconcelos foi de longe o mais votado, com 945 sufrágios, quase duzentos a mais que o segundo colocado, José Custódio Dias, com 752, cf. RODARTE, *op. cit.*, tabela 2.24.

⁷⁷⁰ *O Farol Paulistano*, nºs 207 (22/04/1829), 211 (06/05/1829).

Coutinho, posto no comando da província de São Paulo às vésperas da Abdicação e João José Lopes Mendes Ribeiro, então presidente da província, porém a maioria dos deputados governistas da primeira legislatura não conseguiu repetir o feito anterior.⁷⁷¹ Além de Curvelo, Paracatu, Salgado e Barra do Rio das Velhas, todos colégios menores, os governistas só conseguiram dominar um centro eleitoral de relevo, Ouro Preto, obviamente sob influência do presidente Mendes Ribeiro.⁷⁷²

A maior derrota sofrida pelos partidários de d. Pedro ficou por conta da não tomada de posse de Lúcio Soares Teixeira de Gouveia, que nas eleições de 1829 havia ficado em 15º lugar entre os mais votados para a bancada mineira. Por ter sido demitido da pasta da Justiça, em dezembro de 1829, Teixeira de Gouveia dirigiu-se para Câmara dos Deputados, em maio do ano seguinte, para sagrar-se deputado pela segunda legislatura. Mas nas sessões preparatórias a comissão designada para conferência dos diplomas dos deputados eleitos – formada por Luis Cavalcanti, José Bento Ferreira de Melo, Augusto Xavier de Carvalho, Joaquim Alves Branco Muniz Barreto e Ernesto Ferreira França – emitiu um parecer alegando que seria necessária a realização de um novo pleito para a vaga do ex-ministro, pois quando da sua saída da pasta da Justiça, as eleições para a segunda legislatura já haviam se encerrado, o que colocava Teixeira de Gouveia como virtual deputado.⁷⁷³ Em suma, considerava-se que Teixeira de Gouveia se sagrara deputado ainda como ministro, e por isso precisava passar por novo pleito. Aparentemente um preciosismo legal, tratava-se de uma manobra orquestrada pela oposição com o fito de barrar o ingresso na Câmara dos Deputados de um importante aliado do governo. Embora não apareça nas atas da Câmara dos Deputados, tal indicação baseou-se em uma resolução de mesmo teor feita pelo Conselho da Presidência de Minas Gerais, muito provavelmente à revelia do presidente João José Lopes Mendes Ribeiro, que por sinal foi retirado do posto menos de um mês depois. Esse caso, aliás, reforça a ideia de que os Conselhos da Presidência, no Primeiro Reinado, podiam funcionar mais como um contrapeso ao poder do presidente do que um ponto de apoio.

Os debates que se seguiram em virtude da indicação tomaram contornos legalistas, mas não escondiam sua motivação política. Vasconcelos foi um dos que mais subiu à tribuna para propugnar novas eleições, no que foi secundado por outros deputados mineiros, como Custódio Dias.⁷⁷⁴ Ernesto Ferreira França sintetizou a questão nos seguintes termos: “Quando um deputado passa a ser procurador do poder executivo, tem perdido de certo a confiança da nação. E para ver se ele

⁷⁷¹ Dos deputados mineiros que declaradamente apoiavam o governo pedrino, não conseguiram reeleição Antonio Augusto Monteiro de Barros, Lucio Soares Teixeira de Gouveia (o motivo será discutido adiante), José Carlos Pereira de Almeida Torres, José de Rezende Costa, João Joaquim da Silva Guimarães e Antonio Marques de Sampaio. Plácido Martins Pereira, que votou a favor da absolvição do ministro Oliveira Álvares, em 1829, também ficou sem assento.

⁷⁷² Cf. Listas eleitorais de Minas Gerais para a segunda legislatura, *apud* RODARTE, *op. cit.*, p.327-330.

⁷⁷³ APB-CD, sessão de 25/04/1830, p.15.

⁷⁷⁴ APB-CD, sessões de 28/04/1830, p.33; 29/04/1830, p.35-39.

conserva ou não a primeira é preciso a reeleição”.⁷⁷⁵ Ao final dos debates a indicação da comissão, claramente acabou vencendo e novas eleições foram convocadas, para regozijo da imprensa moderada.⁷⁷⁶ Excluindo-se Ouro Preto, colégio em que provavelmente foi ajudado pelo presidente João José Lopes Mendes Ribeiro, Teixeira de Gouveia obteve votações expressivas apenas em colégios menores, como Minas Novas, São Romão, São José, Salgado e Rio Pardo. Ao final do pleito, seu maior concorrente, o candidato da oposição José Feliciano Pinto Coelho da Cunha,⁷⁷⁷ conseguiu mais que o dobro de votos e sagrou-se deputado.⁷⁷⁸ Como compensação pela derrota o Ministério indicou Teixeira de Gouveia para o cargo de juiz da alfândega do Rio de Janeiro.⁷⁷⁹

Situação parecida ocorreu com o deputado mineiro José Antônio da Silva Maia, chamado para ocupar a pasta do Império em outubro de 1830, quando a oposição a d. Pedro e aos ministros não dava trégua, criticando inclusive a escolha do imperador.⁷⁸⁰ A ocasião das eleições para preencher a cadeira deixada pelo novo ministro coincidiu com a segunda ida de d. Pedro a Minas Gerais, que viajou acompanhado de Silva Maia. Periódicos da oposição sugeriram que o chefe da pasta não incentivasse eleitores a votarem a seu favor, pois isso deporia contra sua figura política.⁷⁸¹ Silva Maia e governo foram batidos com folga pelo candidato da oposição Gabriel Francisco Junqueira⁷⁸², uma “lição mestra” aplicada pela província de Minas, no dizer da *Aurora Fluminense*.⁷⁸³ Para o redator do *Astro de Minas*, fez “muita honra” a província de Minas em barrar a reeleição de Silva Maia, fato que demonstrava a inexistência de servilismo para com o governo.⁷⁸⁴ Além da derrota momentânea e das críticas sofridas durante o período à frente da pasta da Justiça⁷⁸⁵, Silva Maia não conseguiria se reeleger deputado para a terceira legislatura, voltando ao primeiro plano da política somente anos mais tarde, já na regência de Araújo Lima. A ida de um deputado ao Ministério, por mais que alavancasse a carreira política de um membro da Câmara baixa e o colocasse em outra teia de relações da política, não garantia, portanto, a reeleição para a vaga deixada em aberto na Câmara, o que relativiza a suposição comumente aventada pela bibliografia de que o governo manipulava eleitores com facilidade. Talvez essa tenha sido uma das razões pelas quais d. Pedro não reeditou a solução de montar um ministério com figuras da Câmara, pois corria o risco de perder sua base de apoio ali instalada.

⁷⁷⁵ APB-CD, sessão de 28/04/1830, p.33.

⁷⁷⁶ *O Farol Paulistano*, nº 343, 15/05/1830; *Universal*, nºs 493, 15/09/1830.

⁷⁷⁷ Sobre Coelho da Cunha, ver capítulo 1.

⁷⁷⁸ Cf. listas eleitorais publicadas em *Aurora Fluminense*, nº 380, 27/08/1830; *Pregoeiro Constitucional*, nº 6, 25/09/1830; *O Universal*, nºs 493 (15/09/1830); 495 (20/09/1830); 517, (10/11/1830). Coelho da Cunha totalizou 436 votos, contra 132 de Teixeira de Gouveia.

⁷⁷⁹ *Aurora Fluminense*, nº 347, 09/06/1830.

⁷⁸⁰ *Pregoeiro Constitucional*, nºs 16 (30/10/1830).

⁷⁸¹ *Pregoeiro Constitucional*, nºs 38 (26/01/1831) e 40 (05/02/1831).

⁷⁸² Sobre a família Junqueira, ver capítulo 1.

⁷⁸³ *Aurora Fluminense*, nº 457, 04/03/1831.

⁷⁸⁴ *Astro de Minas*, nº 570, 21/07/1831. Ver, em sentido semelhante, *Estrela Marianense*, nº 40, 09/02/1831.

⁷⁸⁵ *Pregoeiro Constitucional*, nº 24, 27/11/1830.

Nome	2ª Legislatura (1830-1833)
	Bancada paulista
	Observações
Francisco de Paula Sousa e Melo	----
Diogo Antonio Feijó	----
Manoel Joaquim de Ornelas	Após seu falecimento, foi substituído em 1832 e 1833 pelo Padre Francisco de Paula Simões.
Rafael Tobias de Aguiar	Em 1832 e 1833 substituiu-o o Padre Valério de Alvarenga Ferreira.
José Corrêa Pacheco e Silva	----
Antonio Paes de Barros	----
Lourenço Pinto de Sá Ribas	----
Rodrigo Antonio Monteiro de Barros	----
Joaquim Floriano de Toledo	Tomou assento como Suplente de José da Costa Carvalho, que optou pela deputação da Bahia.

Nome	2ª Legislatura (1830-1833)
	Bancada mineira
	Observações
Bernardo Pereira de Vasconcelos	----
José Custódio Dias	----
José Antonio da Silva Maia	Nomeado ministro do Império, em 1830, foi eleito em seu lugar Gabriel Junqueira.
José Bento Leite Ferreira de Melo	----
Custódio José Dias	Em 1833, foi substituído por Gabriel Mendes dos Santos.
Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho	----
Antonio Paulino Limpo de Abreu	----
José Cesário Miranda Ribeiro	----
Manoel Gomes da Fonseca	----
Batista Caetano de Almeida	----
João José Lopes Mendes Ribeiro	----
Candido José de Araujo Viana	Em 1832 foi substituído por Gabriel Mendes dos Santos.
Antonio Maria de Moura	----

Antonio Pinto Chichorro da Gama	----
Lucio Soares Teixeira de Gouveia	Nomeado ministro da Justiça, não tomou assento. Foi eleito para seu lugar, em 1830, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha
Honório Hermeto Carneiro Leão	----
Martim Francisco Ribeiro de Andrada	----
Bernardo Belisário Soares de Sousa	----
Evaristo Ferreira da Veiga	Tomou assento como suplente do brigadeiro Raimundo J. da Cunha Mattos, que optou por Goiás.
João Antonio de Lemos	Tomou assento como suplente de Pedro José Martiniano de Alencar, que optou pelo Ceará.

As bancadas paulista e mineira eleitas para a terceira legislatura (1834-1837) decorreram de uma conjunção de fatores um tanto complexa. No tocante à disputa eleitoral em si, esta foi marcada pela oposição entre os ditos “amantes da liberdade”, “reformistas” ou simplesmente “liberais” – que congregavam elementos moderados e alguns poucos exaltados – contra aqueles homens taxados pelos seus adversários como “estacionários”, “restauradores” e “caramurus”, compostos por antigos aliados de d. Pedro que gravitavam em torno dos irmãos Andrada e alguns tantos exaltados, embora nos pareça que esta aliança momentânea tenha ocorrido com mais clareza na capital do Império do que nas províncias.

As listas eleitorais evidenciam uma geografia política que não era nova. Em São Paulo, enquanto os partidários da Regência e da moderação mantiveram os colégios eleitorais das regiões do oeste paulista produtoras de cana-de-açúcar ou associadas à atividade pecuarista (Itu, Constituição, Sorocaba, Atibaia e Itapetininga) como seu maior reduto, a oposição concentrou seus votos em Santos e localidades litorâneas sob sua influência (Iguape, Paranaguá), além de algumas vilas distantes da capital paulista, como Areias, no vale do Paraíba. Os demais colégios valeparaibanos penderam para os candidatos moderados, mas sem a preponderância característica das vilas do oeste paulista. O colégio de São Paulo, o de maior peso da província, assistiu a uma disputa parelha, evidenciando mais uma vez que a capital paulista estava longe de ser uma área demarcada de influência moderada, ao contrário do que se cansou de propalar o jornal *O Farol Paulistano* e seu sucessor, o *Novo Farol Paulistano*. A oposição conseguiu emplacar ali quatro nomes entre os nove mais votados, um deles o mais bem colocado, além do primeiro suplente.⁷⁸⁶

⁷⁸⁶ O resultado das eleições no colégio da capital paulista, formado por 81 eleitores, foi o seguinte, em votos: João Antônio dos Reis, bispo de Cuiabá (55); Manoel Joaquim do Amaral Gurgel (54); José Correa Pacheco (50); Rafael Tobias de Aguiar (48); Rodrigo Antonio Monteiro de Barros (43); Francisco de Paula Sousa e Melo (41); Martim Francisco Ribeiro de Andrada (40); Antonio Carlos Ribeiro de Andrada (37); Lourenço Pinto de Sá Ribas (35). Foram analisadas todas as 18 listas referentes às eleições para a terceira legislatura. As listas estão publicadas em *O Novo Farol Paulistano*, n.º s 163 (12/04/1833); 164 (16/04/1833); 166 (23/04/1833); 167 (26/04/1833); 168 (30/04/1833); 169 (03/05/1833).

Em correspondência endereçada a seu primo Justino José Tavares, então aluno do Curso Jurídico de São Paulo, Evaristo da Veiga mostrou-se satisfeito com a derrota eleitoral dos “andradistas”, que segundo o livreiro haviam dado como certo o “triunfo”. Lamentou, todavia, a “falta de líderes” dentro do “partido moderado”, o que sugere a existência de indefinições e dissensões entre os moderados.⁷⁸⁷

O resultado das eleições, festejado pelo *O Novo Farol Paulistano* como uma ampla vitória da “chapa liberal”,⁷⁸⁸ precisa ser relativizado. A ida de Paula Sousa ao Senado (1833) permitiu que o suplente mais votado, d. José Antonio dos Reis, ocupasse uma cadeira na Câmara. O bispo de Cuiabá era adversário público dos moderados, que o acusaram de insuflar “traição e mais traição ao Governo”.⁷⁸⁹ Já as mortes de Lourenço Pinto de Sá Ribas (1835) e José Correa Pacheco e Silva (1836) proporcionaram a convocação de Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, que a julgar pelas insinuações d’o *Novo Farol Paulistano* e da *Aurora Fluminense* posicionou-se contra os moderados nas eleições de 1833, e Martim Francisco Ribeiro de Andrada, então opositor confesso da Regência.⁷⁹⁰ É certo que estas duas últimas convocações se deram após a votação do Ato Adicional, mas isso mostra a acirrada disputa que envolveu os dois grupos em choque, e não uma vantagem irrestrita dos moderados. No fim das contas, entre os eleitos apenas Tobias de Aguiar representava o núcleo da moderação paulista, porém o sorocabano já dera mostras que seu trânsito político se dava muito mais na província do que no Rio de Janeiro.

A bancada paulista sofreu, justiça seja feita, uma renovação em parte inevitável. Além de Paula Sousa, Feijó já havia deixado a Câmara em direção ao Senado antes que as eleições para a casa temporária se iniciassem. Ornelas, que nas primeiras legislaturas esteve sempre entre os mais votados, havia falecido. Tal fator não anula a importância da ascensão de caras novas, algumas oriundas da experiência política acumulada nos conselhos provinciais, como Valério de Alvarenga Ferreira, Francisco Álvares Machado de Vasconcelos e Manoel Dias de Toledo. Este último, integrante da primeira turma do Curso Jurídico de São Paulo, vinha de uma geração cuja inserção na cena política iniciara-se em meio ao colapso do Primeiro Reinado, às vésperas da Abdicação. Não por acaso Dias de Toledo fez parte da primeira leva de reivindicações pela reforma constitucional ocorridas na capital paulista. Ao que tudo indica, eram figuras tributárias dos preceitos mais gerais do liberalismo moderado, mas sem identificação direta com o antigo grupo dos moderados.

⁷⁸⁷ VEIGA, Evaristo Ferreira da. Carta a seu primo, Justino José Tavares. Biblioteca Nacional, Sessão de Manuscritos, 49, 03, 007 n°025, 04/05/1833.

⁷⁸⁸ *O Novo Farol Paulistano*, n° 174, 21/05/1833.

⁷⁸⁹ *O Novo Farol Paulistano*, n° 163, 12/04/1833.

⁷⁹⁰ *Aurora Fluminense*, n° 750, 27/03/1833.

Em Minas Gerais, as eleições para a terceira legislatura comportaram outro agravante, a Sedição de Ouro Preto, eclodida em 22 de março de 1833.⁷⁹¹ Pouco enfatizado, o estopim da “Revolta da Fumaça” foi, quer nos parecer, justamente o resultado das eleições primárias,⁷⁹² que apontaram para uma ampla vantagem no número de eleitores pró-Regência e governo mineiro, àquela altura encabeçado pelo moderado Manoel Inácio de Melo e Sousa, em comparação aos da oposição. Não se recusa aqui a gama de motivações que estavam por trás dos rebelados quanto à administração provincial – como a insatisfação perante a distribuição de cargos públicos –, mas não se pode deixar de lado que o insucesso da oposição nos resultados eleitorais foi um dos elementos detonadores da revolta. Esta talvez tivesse entre seus desígnios, a depender do sucesso do movimento, invalidar as eleições e promover outras em seu favor, ou até mesmo intervir nos pleitos secundários. Não nos parece fortuito, portanto, que o movimento sedicioso de Ouro Preto tenha ocorrido na antevéspera das eleições de segundo grau para a Câmara dos Deputados.⁷⁹³ Movimentação parecida, mas sem as mesmas proporções, ocorreu em Vitória, capital do Espírito Santo.⁷⁹⁴

Recordemos que as eleições de 1833 foram encaradas pelos partidários da Regência e oposição como um dos momentos privilegiados na disputa para dar prosseguimento à reforma constitucional ou barrá-la, e nesse sentido a terceira legislatura afigurava-se como definidora das futuras bases do Estado brasileiro.⁷⁹⁵ Por todo o Império proliferaram-se periódicos e panfletos direcionados para a “batalha eleitoral”,⁷⁹⁶ colocada nos termos de uma disputa entre moderados vs. caramurus. No Rio de Janeiro surgiram os moderados *O Sete de Abril*, associado a Bernardo Vasconcelos,⁷⁹⁷ e o *Independente*, dirigidos por Rodrigues Torres e Sales Torres Homem.⁷⁹⁸ Jornais da oposição tentavam desestabilizar as principais figuras da moderação com denúncias de corrupção

⁷⁹¹ Sobre a Sedição de Ouro Preto e o panorama político de Minas Gerais em 1833, ver GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do estado nacional brasileiro: Minas Gerais, 1831-1835*. São Paulo: Hucitec, 2008; IGLESIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da civilização brasileira*, tomo II, v.2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1978, p.364-412; SILVA, op. cit., 2009; TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte/Brasília, Lemi/INL, 1980; VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras (1664-1897)*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais/ Fundação João Pinheiro, 1998.

⁷⁹² A maioria dos autores que trata sobre a Sedição vê como uma das causas do movimento problemas eleitorais envolvendo juízes de paz. Acontece que os juízes de paz eram os responsáveis pela convocação dos eleitores locais, pela organização e nomeação das mesas eleitorais – local onde os votos eram recolhidos – e a pela condução do processo de votação, atribuições que os tornavam imprescindíveis em qualquer eleição, inclusive naquelas para a Assembleia Geral.

⁷⁹³ *O Novo Argos*, nº 172, 15/03/1833; *Aurora Fluminense*, nº 754, 06/04/1833.

⁷⁹⁴ *Aurora Fluminense*, nº 754, 06/04/1833.

⁷⁹⁵ *O Universal*, nºs 846 (31/12/1832), 856 (23/01/1833); *O Caramuru*, nº 49, 09/01/1833.

⁷⁹⁶ *O Universal*, nº 861, 03/02/1833.

⁷⁹⁷ VIANNA, Helio. *Estudos de história imperial*. Companhia Editora Nacional, 1950, p.51.

⁷⁹⁸ SOUSA, Octávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ São Paulo, 1988, v. 6, Evaristo da Veiga, p.135.

e mau uso da coisa pública.⁷⁹⁹ Em Minas Gerais, sociedades como a Patriótica Marianense e a Defensora de Baependi clamavam para que os liberais esquecessem as “odiosas distinções de moderados e exaltados” e se juntassem contra a “facção restauradora ou caramuru”.⁸⁰⁰ A ideia, propagada por outros veículos moderados, tinha como intento reverter a aliança momentânea travada entre exaltados e caramurus.⁸⁰¹

As eleições primárias para a terceira legislatura foram iniciadas, em Minas Gerais, no início de março de 1833. De acordo com o redator do *Novo Argos*, o grosso dos eleitores escolhidos em Ouro Preto era “moderado reformista”, o mesmo ocorrendo em Mariana.⁸⁰² Dias depois o mesmo redator diria que as eleições no restante da província estavam sendo realizadas “no melhor sentido”, o que esboçava um quadro de franca derrota dos “antirreformistas”.⁸⁰³ Conforme saíam os resultados os periódicos moderados mineiros cantavam vitória e viam seus adversários “frustrados em seus planos”.⁸⁰⁴ A tática imediata dos periódicos da oposição como o *Papagaio* e o *Constitucional Mineiro* foi denunciar supostas irregularidades cometidas no processo eleitoral.⁸⁰⁵

Tranquilidade aparente por um lado, tensão por outro. Em Caeté as eleições primárias apresentaram sérios problemas. No dia da escolha dos eleitores, a assembleia paroquial recebeu um protesto assinado por cidadãos caeteenses contra a autorização aos futuros deputados pela Assembleia Geral para efetuarem a reforma constitucional, artimanha que já vinha sendo ensaiada por jornais como o *Constitucional Mineiro*.⁸⁰⁶ Houve confusão, muitos eleitores evadiram o local sem votar, e a notícia foi levada ao presidente Manoel Inácio que, reunido em Conselho, condenou os ocorridos por terem desrespeitado a autoridade do Executivo e Legislativo. Resolveu-se, por fim, que as autoridades tomassem as devidas medidas contra os que haviam “provocado o povo do

⁷⁹⁹ O *Cidadão Livre*, periódico de Caeté, que aderiria à Sedição, acusou Vasconcelos de desfalcar o Tesouro Nacional quando ocupou a pasta da Fazenda, cf. *O Universal*, nº 865, 13/02/1833.

⁸⁰⁰ Ofício de 06/12/1832, publicado em *O Universal*, nº 850, 09/01/1833.

⁸⁰¹ Ver, por exemplo, o clamor de Evaristo da Veiga aos exaltados para que esses corressem às “fileiras” moderadas, cf. *Aurora Fluminense*, nº 834, 28/10/1833. Ver, também, *O Universal*, nº 868, 20/02/1833.

⁸⁰² A presença de nomes associados aos moderados é notória nas assembleias paroquiais de Ouro Preto (Manoel José Monteiro de Barros, José Lopes da Silva Viana, Gomes Freire de Andrade, Manoel Rodrigues Jardim, Pedro da Costa Fonseca, Manoel Soares do Couto, Francisco de Paula Santos, Antonio Ribeiro Fernandes Forbes, Herculano Ferreira Pena, José Batista Figueiredo, Agostinho José Ferreira, Coronel Alves de Toledo Ribas) e Antonio Dias (José da Cunha e Mello, Antonio José Monteiro de Barros, Bernardo Pereira de Vasconcelos, José Pedro Severino, Francisco de Assis de Azeredo Coutinho, Manoel Bernardes Varella da Fonseca, José Maria Manço da Costa Reis e José Pedro de Carvalho), também da capital. Em Mariana, os eleitores também se alinhavam majoritariamente aos moderados: Honório José Ferreira Armonde, Gonçalo da Silva Lima, Manoel Julio de Miranda, Antonio José Ribeiro Bhering, Francisco de Paula Cerqueira Leite, Antonio Julio de Sousa Novais, Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca, Toquato Claudiano de Moraes e Vicente Moutinho de Moraes, cf. *O Novo Argos*, nº 171, 09/03/1833. Ver, no mesmo sentido, *O Universal*, nºs 873 (05/03/1833) e 874 (07/03/1833).

⁸⁰³ *O Novo Argos*, nº 172, 15/03/1833. Nesta edição estão listados os eleitores de Piranga, Itabira, Barbacena, Sabará e São João del-Rei.

⁸⁰⁴ *Astro de Minas*, nºs 822 (07/03/1833), 824 (12/03/1833).

⁸⁰⁵ *Astro de Minas*, nº 826 (16/03/1833).

⁸⁰⁶ *O Universal*, nºs 875 (09/03/1833) e 877 (13/03/1833). Sobre o *Constitucional Mineiro*, ver *Astro de Minas*, nº 776, 17/11/1832.

seu distrito a violar a constituição e as leis, e insultado em seus discursos os poderes nacionais”.⁸⁰⁷ Periódicos moderados começaram a chamar Caeté de “vila da oposição”, em referência aos fatos ali ocorridos.⁸⁰⁸ O clima político nas vilas mais centrais mostrava-se incerto, a ponto do redator do *Astro de Minas* escrever três dias antes do início da Sedição que “alguma preparação de hostilidade” pelos “caramurus” estava por vir.⁸⁰⁹ Em 22 de março, aproveitando-se da ausência do presidente Manoel Inácio, que estava em Mariana por conta das eleições, os maquinadores da sedição iniciaram o plano.

Em termos eleitorais, o movimento de 1833 obteve resultados modestos. Com exceção dos colégios de Ouro Preto e Caeté, vilas onde o governo rebelde obteve respaldo, os sediciosos não conseguiram impedir que as principais figuras do núcleo moderado mineiro obtivessem votações expressivas, como Vasconcelos, Custódio Dias, Ferreira de Melo, Evaristo da Veiga e Batista Caetano de Almeida, todos reeleitos. A maior derrota dos moderados ficou por conta de Melo e Sousa, que conseguiu apenas a segunda suplência.⁸¹⁰ Em contrapartida, a única conquista dos sediciosos se deu com relação a Manoel Soares do Couto, que alcançou a terceira suplência na Câmara.⁸¹¹ De resto, adversários da Regência e do governo provincial não viram nenhum candidato de peso eleito, muito em função da proximidade entre a Sedição e as eleições. Em São João del-Rei e São José – e muito provavelmente na maioria dos colégios eleitorais da província – as eleições secundárias ocorreram sem que a notícia do levante tivesse sido recebida.⁸¹² Esta particularidade foi notada por um contemporâneo, em correspondência ao Rio de Janeiro.⁸¹³

Assim como em São Paulo, Minas Gerais viu uma renovação de quadros em sua terceira bancada. Conseguiram uma cadeira no Rio de Janeiro homens ligados aos moderados, mas com projeção até então restrita à esfera local, como João Dias de Quadros Aranha (Pouso Alegre), José Alcebíades Carneiro (São João del-Rei), José Pedro de Carvalho (Ouro Preto), Antonio José Ribeiro Bhering (Ouro Preto e Mariana), os quatro com passagem na 2ª Reunião do Conselho Geral de Minas (1830-1833), e Francisco de Paula Cerqueira Leite (Barbacena), ouvidor interino de Ouro Preto que atuou a favor de Vasconcelos e Manoel Inácio após o término da Sedição de Ouro Preto.

⁸⁰⁷ Ofício de 07/03/1833, publicado em *O Novo Argos*, nº 171, 09/03/1833.

⁸⁰⁸ *Astro de Minas*, nº 827, 19/03/1833.

⁸⁰⁹ *Ibidem*.

⁸¹⁰ Em Ouro Preto, o resultado dos moderados foi pífio: Vasconcelos e Ferreira de Melo obtiveram apenas um único voto de 35 possíveis. Melo e Sousa, apenas cinco. Em Caeté as eleições tiveram a presença de apenas 14 eleitores. Nenhum dos principais nomes moderados obteve votos, Cf. Apuração dos votos para deputados da província de Minas Gerais, publicado em *O Universal*, nº 901, 12/07/1833.

⁸¹¹ Soares do Couto seria chamado para tomar posse na Câmara em 1837, após a ida de Manoel Inácio de Melo e Sousa para o Senado, cf. TAUNAY, *op. cit.*, p.125.

⁸¹² *Astro de Minas*, nº 830, 26/03/1833.

⁸¹³ Extrato de uma carta anônima escrita em Ouro Preto em 27 de março de 1833, publicado pela *Aurora Fluminense*, nº 755, 10/04/1833.

Comparada às legislaturas anteriores, a bancada que iniciou em 1834 apresentava uma composição política mais homogênea que as anteriores.

Dois nomes merecem consideração especial no que se refere à terceira bancada mineira. O primeiro é o de José Cesário Miranda Ribeiro, que esteve entre os candidatos mineiros mais votados para as duas primeiras legislaturas, mas que não conseguiu se reeleger em 1833. Miranda Ribeiro havia elaborado, em 1831, o projeto original de reforma da Carta de 1824, mas no ano seguinte recuou em suas considerações, inclusive votando a favor da vitaliciedade do Senado.⁸¹⁴ A reviravolta gerou grita entre os elementos pró-reforma, especialmente entre os moderados mineiros, que retiraram seu apoio a Miranda Ribeiro nas eleições de 1833.⁸¹⁵ A outra figura é a de Honório Hermeto Carneiro Leão, que, fortalecida na Câmara dos Deputados após comandar o desfecho do golpe de 1832, acabou sendo estrategicamente preservada pelos moderados envolvidos na trama. No entanto, Honório entraria em atrito com os moderados no período imediatamente posterior à Sedição de Ouro Preto, acusado por aqueles de favorecer seu cunhado e mentor da revolta, Manoel Soares do Couto. O problema é que as eleições para a terceira legislatura já estavam concluídas e, Honório, reeleito com acolhida dos moderados. Seguiu-se aí uma grande movimentação em toda a província de Minas – orquestrada por Vasconcelos, Custódio Dias e Ferreira de Melo – com vistas a invalidar a eleição de Honório, embora sem sucesso, conforme será visto no próximo capítulo. De qualquer modo, Honório adentrou na terceira legislatura como adversário dos moderados mineiros.

Começados os trabalhos em 1834, a bancada mineira sofreria alterações durante a terceira legislatura. José Bento Ferreira de Melo foi escolhido senador em 1834, deixando a Câmara após a votação do Ato Adicional. Pouco tempo depois seria a vez de José Custódio Dias (1835) e Manoel Inácio de Melo e Sousa (1836) tomarem lugar na casa vitalícia, praticamente fechando o ciclo dos velhos moderados mineiros na Câmara, sacramentado em definitivo pelo progressivo afastamento de Vasconcelos dos antigos pares e pela morte de Evaristo da Veiga, em 1837.

Em termos mais amplos, as bancadas de Minas e São Paulo para a terceira legislatura foram produto das mudanças ocorridas no seio dos moderados em geral. Com a ascensão ao poder em 1831 e, sobretudo, após o malfadado golpe de 1832, os moderados, que até então extraíam boa parcela de força do conagraçamento momentâneo de uma gama variada de insatisfeitos com o Primeiro Reinado, começaram assistir a uma reviravolta que lhes fugia o controle.⁸¹⁶ Se antes da Abdicação surtiu efeito o esforço de se entronar como a voz legítima da oposição, no decorrer do período regencial o discurso moderado, hegemônico segundo a imprensa que lhe sustentava, deu

⁸¹⁴ Ver capítulo 4, tópico 4.4.

⁸¹⁵ *Astro de Minas*, nº 784, 06/12/1832; *O Constitucional Mineiro*, nº 22, 1832.

⁸¹⁶ BASILE, Marcello Otávio Néri de Campos. 'O 'negócio mais melindroso': reforma constitucional e composições políticas no Parlamento regencial (1831-1834). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). *Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EDUAERJ, 2009, p.185-209.

seguidas mostras de vacilação, especialmente diante de questões como o emperramento da reforma constitucional e a profusão de revoltas pelo Império. A saída de cena dos principais nomes da moderação paulista e mineira da Câmara dos Deputados, ao longo da terceira legislatura, simboliza mais do que uma troca de nomes, ou de um deslocamento da linha de frente moderada para o Senado. Ela evidencia o próprio esgarçamento da ideia de moderação, bem como do embate entre moderados, exaltados e caramurus, enfrentamento esse que perderia seu sentido logo em seguida, com o Ato Adicional e a morte do ex-imperador. A aprovação da reforma constitucional promoveria um rearranjo das forças políticas que afetaria, inclusive, as próprias nomenclaturas utilizadas para definir os agentes da política.

Nome	3ª Legislatura (1834-1837)
	Bancada paulista
	Observações
Rafael Tobias de Aguiar	Foi substituído em 1836-37 por Rodrigo Antonio Monteiro de Barros.
José Correa Pacheco e Silva	Após seu falecimento, em 1836, foi substituído por Martim Francisco Ribeiro de Andrada.
Lourenço Pinto de Sá Ribas	Após seu falecimento, em 1835, foi substituído por Manuel Joaquim do Amaral Gurgel.
Joaquim Floriano de Toledo	----
Manoel Dias de Toledo	----
Francisco Álvares Machado de Vasconcelos	----
Valério de Alvarenga Ferreira	----
Lourenço Marcondes de Sá	----
José Antonio dos Reis	Suplente de Francisco de Paula Sousa e Melo, nomeado senador.

Nome	3ª Legislatura (1834-1837)
	Bancada mineira
	Observações
Antonio Paulino Limpo de Abreu	----
José Custódio Dias	Nomeado senador em 1835, foi substituído em 1836 por Manoel Inácio de Melo e Sousa. Este, nomeado senador no mesmo ano, foi substituído no ano seguinte por Manoel Soares do Couto.
Candido José Araujo Vianna	----
Bernardo Pereira de Vasconcelos	----
Francisco de Paula Cerqueira Leite	----
José Bento Leite Ferreira de Melo	Nomeado senador em 1834, foi substituído de 1835 a 1837 por

	João Antonio de Lemos.
Batista Caetano de Almeida	----
Bernardo Belisario Soares de Sousa	----
Evaristo Ferreira da Veiga	Faleceu em 1837. Foi substituído por Antonio Joaquim Fortes de Bustamante.
Honório Hermeto Carneiro Leão	----
José Pedro Dias de Carvalho	----
Manoel Gomes da Fonseca	----
Gabriel Mendes dos Santos	----
Antonio de Maria Moura	----
Antonio José Joaquim Fernandes Torres	----
Gabriel Francisco Junqueira	Em 1835, foi substituído por Manoel Inácio de Melo e Sousa e, em 1837, por Paulo Barbosa da Silva.
Antonio Pinto Chichorro da Gama	----
José Dias de Quadros Aranha	----
José Alcebíades Carneiro	----

Tomadas em conjunto, as bancadas paulista e mineira para as três primeiras legislaturas do Império nos permitem inferir alguns dados relevantes. Primeiramente, que a tessitura de ambas decorreu de uma intrincada confluência de fatores – concepções diferentes de representação e projeto de Estado, questões eleitorais e institucionais, alianças provinciais e interprovinciais, disputas entre grupos adversários, conflitos envolvendo perspectivas de negócios, mercado e ocupação de espaços na administração pública – que realçam o caráter multifacetado dessas bancadas, muito longe da ideia de “elites provinciais” indistintas, conflitantes apenas da competição por cargos e poder. Isso não eliminou, obviamente, a existência de grupos e regiões que se viram mais ou menos representados na Câmara dos Deputados.

Entre os representantes eleitos por São Paulo foi possível observar a predominância de políticos associados ao oeste paulista, região marcada pelas lavouras exportadoras de cana-de-açúcar e, no caso de Sorocaba e imediações, pela comercialização de gado proveniente do Rio Grande do Sul. Conforme visto no capítulo 1, Vergueiro, Pacheco e Silva, Paula Sousa, Feijó, Costa Carvalho, Paes de Barros e Monteiro de Barros residiam ou possuíam negócios em Itu, Constituição e Atibaia, assim como Rafael Tobias de Aguiar e Lourenço Pinto de Sá Ribas estavam no ramo da venda de animais que ligava Sorocaba, Curitiba e Rio Grande. Dentre esses homens apenas Paes de Barros⁸¹⁷ e Monteiro de Barros não participariam, pelo que sugerem as fontes, da oposição ao

⁸¹⁷ Não foi possível, a partir das fontes consultadas, precisar o perfil político de Paes de Barros. De toda sorte, Paes de Barros não teve uma atuação de grande projeção no Parlamento, em virtude dos seus poucos discursos e da sua pequena participação nas comissões parlamentares.

governo de d. Pedro e da base política das Regências Provisória e Permanente. Políticos com raízes em outras regiões da província – como Salgado Bueno e Costa Aguiar (litoral sul), Valério da Alvarenga Ferreira (vale do Paraíba), Ornelas, Toledo Rendon e Floriano de Toledo (cidade de São Paulo) – constituíram minoria na bancada paulista. Feita exceção ao litoral sul da província – incluindo-se aí Santos, Iguape e Paranaguá –, que ofereceu resistência à ascensão de políticos do oeste paulista e, por causa da influência dos Andrada, um suporte maior ao governo de d. Pedro, opondo-se posteriormente à Regência, essas localidades apresentaram um perfil político mais dividido com relação à escolha dos representantes para a Câmara dos Deputados.

Em Minas Gerais a composição das bancadas foi mais complexa e diluída, conquanto seja aceitável afirmar que o principal grupo de oposição ao governo de d. Pedro ali formado, e que inclusive se aliaria aos liberais paulistas, foi constituído por setores ligados à produção de gêneros de primeira necessidade do sul de Minas – especialmente de vilas como Pouso Alegre, Campanha e São João del-Rei – e que tiveram como representantes Ferreira de Melo, os irmãos Dias, Francisco Junqueira, além do apoio fundamental dos magistrados Vasconcelos (Ouro Preto), Manuel Inácio (Mariana) e do livreiro Evaristo da Veiga (Rio de Janeiro). Almejavam conquistar espaço no mercado de abastecimento da Corte e ocupar cargos de maior destaque na política imperial, objetivo também perseguido por homens como Batista Caetano de Almeida, negociante associado à atividade comercial de São João del-Rei. Com o 7 de abril lutariam para fazer parte da construção do governo da Regência. Diferentemente de São Paulo, Minas Gerais contou com um número significativo de políticos cujos laços com o Rio de Janeiro pesavam mais do que aqueles com a província, como os jovens magistrados Limpo de Abreu, Carneiro Leão, Miranda Ribeiro, Belizário de Sousa, Silva Maia, Araujo Vianna, Aureliano Coutinho e Chichorro da Gama, que em parte aliaram-se ao governo d. Pedro, em parte lhe fizeram oposição, o mesmo ocorrendo com relação à Regência.

Em segundo lugar, não obstante ser irrefutável o fato de que houve uma progressiva escalada da oposição ao governo durante o Primeiro Reinado, essa manteve uma unidade aparente, porém necessária diante da existência de um adversário em comum – o Executivo e parte do Senado. As divergências existentes da oposição aflorariam com maior nitidez após o 7 de abril, quando aqueles que a compunham passaram a lutar entre si pelo poder. A chamada “ascensão moderada”, portanto, já nasceria dividida, como veremos com mais detalhes no capítulo seguinte.

Todos esses aspectos nos levam a supor que o encaminhamento das demandas provinciais na Câmara dos Deputados constituiu um processo bastante complexo que não se resumia à transposição automática de interesses das províncias para o Legislativo. Mas antes de adentrarmos

nesse ponto, analisemos de que forma paulistas e mineiros ocuparam a outra casa legislativa do Império: o Senado.

3.1.3. O Senado

“Desorganizar as eleições populares e a representação nacional...aniquilar toda a resistência ao poder absoluto, fundar o despotismo, nutri-lo e abençoá-lo, sobrecarregar-se com o opróbrio dele, enriquecer-se com seus favores: eis o resultado da historia de todos os Senados”.⁸¹⁸

De acordo com a Carta de 1824, o processo eleitoral relativo ao Senado ocorreria da mesma maneira que aquele estabelecido para a Câmara dos Deputados, mas com algumas diferenças que tornavam o acesso à primeira Casa mais restrito. Para preencher o cargo de senador era necessário contar com mais de 40 anos (contra os 25 solicitados para um concorrente à segunda Casa), possuir renda anual de oitocentos mil réis (o dobro do exigido para um deputado) e, preferencialmente, ter executado “serviços à pátria”, qualidade essa que conferia certo valor à vida política pregressa dos concorrentes. Diversamente dos deputados, que eram eleitos pela contagem total de votos dos eleitores (que por sua vez haviam sido escolhidos pelos votantes), os senadores mais votados eram arrolados em listas tríplexes, de onde o imperador escolheria “o terço na totalidade da lista”. Além disso, diversamente dos deputados, que eram temporários, os senadores eram vitalícios, característica que foi duramente criticada pelos liberais “exaltados” durante os primeiros anos do Império.⁸¹⁹

Tendo por modelo a Câmara dos Lordes inglesa e a Câmara dos Pares francesa, o Senado brasileiro trazia, no entanto, um componente que atenuava o poder do imperador. Este, assim como os reis da Inglaterra e França, escolhia o nome daquele que deveria ocupar o cargo, mas, diversamente deles, não o fazia de forma livre, pois dependia da lista tríplex. Ademais, enquanto na Inglaterra e França o campo de escolha era composto pelos membros da nobreza, no Brasil não era necessário ter títulos nobiliárquicos para ser feito senador, além do cargo não ser hereditário, como na França e Inglaterra, aspectos sempre lembrados pelos que defendiam o Senado no Primeiro

⁸¹⁸ Trecho atribuído pelo redator do jornal mineiro *Sentinela do Serro* ao político e historiador francês Pierre Claude François Daunou (1761-1840), *apud Nova Luz Brasileira*, nº 113, 25/01/1831. De acordo com o redator da *Sentinela*, “Daunou fala dos senados hereditários; os senados eletivos temporários, como o dos Estados Unidos, têm provado bem; e está chegado o tempo de avaliarmos se os eletivos vitalícios estão na mesma linha dos hereditários ou não”.

⁸¹⁹ TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *O Senado do Império*. Brasília: Senado Federal, 1978. 1ª edição 1941.

Reinado.⁸²⁰ Por fim, o número de senadores não poderia ser modificado, posto que a Constituição prescrevia que a bancada de cada província fosse composta por metade do número de deputados da mesma província e este número, por sua vez, só podia ser alterado pela aprovação da maioria da Câmara, respeitando-se o critério de proporção populacional. O imperador carecia, logo, de uma prerrogativa utilizada pelo Executivo em outras nações, como França e Portugal, que era a de criar e nomear novas cadeiras na câmara alta para garantir maioria parlamentar.⁸²¹

A nomeação da primeira bancada senatorial por d. Pedro, referendada pelo gabinete ministerial em 21 de janeiro de 1826, tencionava implantar no Legislativo uma base de apoio às decisões do governo e ao projeto de monarquia prescrito pela Carta de 1824. Não nos esqueçamos de que, na primeira metade do Oitocentos, e nos termos de um regime representativo assentado no bicameralismo, o Senado tinha como uma das suas funções primordiais oferecer governabilidade ao Executivo, balanceando os poderes e contendo o avanço da câmara baixa.⁸²²

Alguns procedimentos levados a termo pelo monarca tornaram o processo passível de críticas pela oposição, a começar pelo fato de que nem todas as províncias elaboraram listas tríplices conforme a Constituição. Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Pedro do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás elaboraram listas incompletas as quais continham indivíduos que já constavam em listas para outras localidades, ou até mesmo indicavam concorrentes falecidos. Deste modo, feitas as primeiras escolhas, ficaram essas províncias destituídas de um aparato necessário para a composição do Senado. Para os casos da Bahia, Minas Gerais, Santa Catarina e São Pedro do Rio Grande do Sul, a solução encontrada por d. Pedro e o Ministério foi a de utilizar as listas tal como foram enviadas ao Executivo.⁸²³ Já São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Goiás tiveram uma parte de seus senadores escolhida das listas originais e a outra metade de listas suplementares que foram feitas incluindo-se os cidadãos imediatamente mais votados aos originalmente listados, o que gerou muita controvérsia.⁸²⁴

Ao que parece as demais províncias do Império não tiveram maiores problemas com as listas tríplices, embora estas não foram de todo respeitadas pelo governo. Assim, a designação dos

⁸²⁰ Era o caso do periódico fluminense *O Censor Brasileiro*, nº 12, 23/05/1828: “A Câmara dos Senadores, desconhecida nas bases da sua instituição; comparada continuamente às Câmaras dos Pares de França ou de Inglaterra, das quais difere em razão da eleição popular de que emana, e do privilégio hereditário, que lhe falta”.

⁸²¹ DOLHNIKOFF, Miriam. Representação política no Império. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, Julho 2011, p.05-06. Acesso em julho de 2013.

⁸²² LIEBERMAN, David. The mixed constitution and the common Law. In: GOLDE, M.; WOKLER, R. (orgs.) *The Cambridge History of Eighteenth-Century Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p.324-325.

⁸²³ TAUNAY, *op. cit.*, p.56-57.

⁸²⁴ Até mesmo Pereira da Silva, simpático à forma como foram nomeados os senadores, reconheceu as irregularidades desse artifício: “O que a opinião pública, porém, e desde logo, sentiu profundamente, foi o modo como d. Pedro procedeu, não contanto nas listas organizadas regularmente os nomes dos cidadãos já por eles escolhidos senadores por outras províncias, completando-as assim desfalcadas com os imediatos em votos, e preferindo aos mais votados e únicos candidatos legais estes suplentes nelas introduzidos, cf. SILVA, João Manuel Pereira da. *Segundo período do reinado de d. Pedro I no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1875, p.41.

membros do Senado fez com que concorrentes que obtiveram votações expressivas ficassem de fora da primeira Casa, caso ocorrido em Goiás, Alagoas e Cisplatina.⁸²⁵ Na prática, a composição do Senado por d. Pedro constituiu uma articulação política em prol do monarca, de seu Ministério e dos membros da administração pública. Todos os dez integrantes do Conselho de Estado formado em 13 de novembro de 1823 e confirmado pela Carta outorgada foram nomeados senadores por d. Pedro, que já os elevava à condição de Viscondes, a 12 de outubro de 1824, e de Marqueses, dois anos depois.⁸²⁶ Aliás, dentre os cinquenta e sete senadores nomeados por d. Pedro durante o Primeiro Reinado, havia quatorze marqueses, dois condes e oito viscondes. Quando da escolha dos senadores, em janeiro de 1826, cinco dos seis ministros que compunham o gabinete do monarca – São Leopoldo, Inhambupe, Caravelas, Baependi e Paranaguá – também tomaram assento no Senado. Estava assim montado o tripé que daria sustentação ao Primeiro Reinado: Senado, Conselho do Estado e Ministério.⁸²⁷

Com relação à província de São Paulo, a não indicação de candidatos associados aos liberais foi patente. Figuras de destaque na política paulista da década de 1820, como Vergueiro, Ornelas e Toledo Rendon, viram concorrentes bem menos votados – alguns deles nem constantes na lista – serem escolhidos para preencherem o cargo de senadores, como podemos depreender da tabela abaixo:

Relação dos candidatos mais votados para o Senado por São Paulo na ocasião das eleições para a 1ª legislatura do Império (1826-1829):⁸²⁸
1º) Nicolau Pereira de Campos Vergueiro – 263 votos.

⁸²⁵ Em Goiás, Joaquim Xavier Curado (futuro Conde de São João das Duas Barras), com 33 votos, viu Francisco Maria Gordilho Veloso de Barbuda (futuro Marquês de Jacarepaguá), que nem estava arrolado na lista inicial e contava com apenas 20 votos, ser escolhido para representar a província no Senado. Tal escolha gerou descontentamentos aos goianos a ponto de o Conselho da Presidência de Goiás e de algumas Câmaras Municipais manifestarem-se contra a nomeação, embora sem sucesso. Na Cisplatina, o imperador escolheu ninguém menos do que o último da lista tríplice, que contava com quase a metade dos votos dos dois outros competidores. Caso semelhante ocorreu com Alagoas, que teve o Marquês de Barbacena – apenas o quarto colocado, com 67 votos –, ser eleito senador diante de Inácio Acioli de Vasconcelos, que recebera 147 votos, cf. TAUNAY, *op. cit.*

⁸²⁶ O Conselho de Estado formado por D. Pedro em 13 de novembro de 1823 era formado por João Severiano Maciel da Costa (futuro Visconde e Marquês de Queluz); Luiz José de Carvalho e Melo (futuro Visconde da Cachoeira); Clemente Ferreira França (futuro Visconde e Marquês de Nazaré); Mariano José Pereira da Fonseca (futuro Visconde e Marquês de Maricá); José Gomes da Silveira Mendonça (futuro Visconde de Fanado e Marquês de Sabará); Francisco Vilela Barbosa (Visconde e Marquês de Paranaguá); José Egídio Álvares de Almeida (barão, e futuro Visconde e Marquês de Santo Amaro); Luiz Antonio Pereira da Cunha (futuro Visconde e Marquês de Inhambupe); Manoel Jacinto Nogueira da Gama (futuro Visconde, Conde e Marquês de Baependi); José Joaquim Carneiro de Campos (futuro Visconde e Marquês de Caravelas). Com o falecimento de Cachoeira, substituiu-o o Marquês de Lages, o mesmo ocorrendo com Nazaré, que foi sucedido pelo Visconde de São Leopoldo. Este se exonerou em 1830, sendo substituído por Barbacena. Após a morte de Nazaré, entrou em seu lugar o Marquês de São João da Palma. Cf. TAUNAY, 1978, *op. cit.*

⁸²⁷ OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. O Conselho de Estado e o complexo funcionamento do governo imperial. *almanack braziliense* (Online), v. 5, p. 46, 2007.

⁸²⁸ TAUNAY, *op. cit.*, p.176-177.

2º) Manuel Joaquim de Ornelas – 253 votos.
3º) Francisco das Chagas Santos – 215 votos.
4º) Manuel Martins do Couto Reis – 166 votos.
5º) Cândido Xavier de Almeida e Sousa – 161 votos.
6º) José Arouche de Toledo Rendon – 154 votos.
*7º) Lucas Antônio Monteiro de Barros (depois Barão e Visconde de Congonhas do Campo) – 151 votos. Nomeado
8º) Sebastião Luiz Tinoco da Silva – 147 votos. Nomeado senador por Minas Gerais.
*9º) D. Francisco de Assis Mascarenhas (Conde e depois Marquês de São João da Palma) – 140 votos. Nomeado.
10º) João Carlos Augusto de Oyenhausen (depois Visconde e Marquês de Aracati) – 135 votos. Nomeado senador pelo Ceará.
11º) Estevão Ribeiro de Rezende (depois Barão, Conde e Marquês de Valença) – 130 votos. Nomeado senador por Minas Gerais.
12º) D. Nuno Eugênio de Lossio e Seiblitiz – 116 votos. Nomeado senador por Alagoas.
*13º) D. José Caetano da Silva Coutinho (bispo do Rio de Janeiro e Capelão-mor) – 115 votos. Nomeado.
14º) João Ferreira de Oliveira Bueno – 113 votos.
*14º) José Feliciano Fernandes Pinheiro (depois Visconde de São Leopoldo) – 108 votos. Nomeado.
15º) José Joaquim Carneiro de Campos (depois Visconde e Marquês de Caravelas) – 87 votos. Nomeado senador pela Bahia.
16º) Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade (depois bispo de São Paulo) – ? votos.

Se Lucas Antônio Monteiro de Barros, então presidente de São Paulo, gozava de popularidade entre os paulistas, o mesmo não se pode dizer do bispo José Caetano da Silva Coutinho,⁸²⁹ que nunca havia ocupado um cargo político na província. O próprio Francisco de Assis Mascarenhas,⁸³⁰ governador de São Paulo entre 1816 e 1818 – período no qual a província sofrera com o recrutamento para a campanha do sul –, deixara de atuar de forma mais visível no cenário político paulista desde sua saída do governo. O caso de José Feliciano Fernandes Pinheiro é mais intrincado, pois sua ligação com a vila de Santos e a participação nas Cortes de Lisboa como deputado por São Paulo, conforme visto no primeiro capítulo, podem ter pesado na escolha do seu

⁸²⁹ José Caetano da Silva Coutinho (1768-1833) era natural de Caldas da Rainha, Portugal. Sacerdote, assumiu o posto de bispo da Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro de 1807 até seu falecimento. Foi d. José quem coroou d. Pedro como imperador do Brasil, em 1822.

⁸³⁰ Francisco de Assis Mascarenhas (1779-1843), sexto conde de Palma e marquês de São João da Palma, era natural de Lisboa, Portugal. Antes de dirigir São Paulo, foi governador das capitanias de Goiás (1804-1809), Minas Gerais (1810-1814). Quando saiu da presidência de São Paulo, tomou a frente do governo da Bahia (1818-1821).

nome, mesmo que este tenha ficado entre os menos sufragados. Outra ressalva fica por conta de Francisco das Chagas Santos, o terceiro nome mais votado, mas que não se tornou senador. Chagas Santos, como já mencionado, elegeu-se deputado por São Paulo pela 1ª legislatura. Sua afinidade com a administração pedrina pode ter influenciado na decisão do governo em não escolhê-lo senador, justamente por se tratar de um ponto de amparo na câmara baixa.

Menos polêmica, visto que o governo selecionou os dois nomes mais votados e outros que tinham relações diretas com a província, a escolha da bancada senatorial mineira também não privilegiou figuras alinhadas aos liberais, como Manuel Inácio de Melo e Sousa e Nicolau Vergueiro, mas indivíduos próximos ao círculo do monarca e residentes no Rio de Janeiro, a exemplo de Estevão Ribeiro de Rezende, Manuel Jacinto Nogueira da Gama e João Gomes da Silveira Mendonça, os quais já haviam, inclusive, ocupado pastas ministeriais. Segundo Claus Rodarte, que analisou as listas eleitorais para o pleito senatorial mineiro de 1824, houve uma convergência de votos em São João del-Rei, Sabará e Ouro Preto, vilas que em sua maioria sufragaram conselheiros de estado, ministros e outros cargos indicados pelo Executivo, como magistrados. Em contrapartida os colégios eleitorais de Campanha, Minas Novas e Pitangui totalizaram mais votos para notabilidades locais e nomes em ascensão a política, como Bernardo Pereira de Vasconcelos. O autor sugere negociações prévias na composição das listas e o peso que das relações que os candidatos nutriam com a Corte.⁸³¹ Tais dados nos levam a crer que nas localidades mais próximas à capital mineira a presença de homens ligados a d. Pedro fazia-se mais presente, assim como no caso dos pleitos para a Câmara dos Deputados.

Por fim, assim como ocorrera em São Paulo e outras localidades, o presidente da província em exercício, no caso José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, também foi feito senador.

Relação dos candidatos mais votados para o Senado por Minas Gerais na ocasião das eleições para a 1ª legislatura do Império (1826-1829):⁸³²

1º) Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá. Nomeado.   2º) José Teixeira da Fonseca Vasconcelos (depois Barão e Visconde de Caeté). Nomeado.   3º) João Severiano Maciel da Costa (depois Visconde e Marquês de Queluz). Nomeado senador pela Paraíba do Norte.   4º) Antônio Luiz Pereira de Campos (depois Visconde de Marquês de Caravelas). Nomeado senador por Pernambuco.   5º) José Joaquim Carneiro de Campos (depois Visconde e Marquês de Caravelas). Nomeado

⁸³¹ RODARTE, *op. cit.*, p.85-86 e 95-96.

⁸³² *Ibid.*, p.174-176.

senador pela Bahia.

6º) José Egídio Álvares de Almeida (barão e depois Visconde e Marquês de Santo Amaro).

Nomeado senador pelo Rio de Janeiro.

7º) Bispo do Rio de Janeiro e Capelão-Mor (D. José Caetano da Silva Coutinho). Nomeado senador por São Paulo.

8º) Estevão Ribeiro de Rezende (depois Barão, Conde e Marquês de Valença). Nomeado.

9º) Luiz José de Carvalho e Melo (depois Visconde da Cachoeira). Nomeado senador pela Bahia.

10º) Manuel Jacinto Nogueira da Gama (depois Visconde e Marquês de Baependi). Nomeado.

11º) Lucas Antônio Monteiro de Barros (depois Barão e Visconde de Congonhas do Campo).

Nomeado por São Paulo.

12º) João Gomes da Silva Mendonça (depois Visconde do Fanado e Marquês de Sabará).

13º) Caetano Pinto Miranda Montenegro (depois Visconde e Marquês da Praia Grande. Nomeado senador por Mato Grosso.

14º) D. Francisco de Assis Mascarenhas (Conde e depois Marquês de S. João da Palma). Nomeado.

15º) José da Silva Lisboa (depois Barão e Visconde de Cairu). Nomeado senador pela Bahia.

16º) Mariano José Pereira da Fonseca (depois Visconde de Maricá). Nomeado.

17º) Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.

18º) João Evangelista de Faria Lobato. Nomeado

19º) Clemente Ferreira França. Nomeado senador pela Bahia.

20º) Antônio Gonçalves Gomide. Nomeado.

21º) Jacinto Furtado de Mendonça. Nomeado.

22º) Marcos Antônio Monteiro de Barros.

23º) Plácido Martins Pereira.

24º) José Caetano Gomes.

25º) Manuel Inácio de Melo e Sousa.

26º) Lucio Soares Teixeira de Gouveia.

27º) Sebastião Tinoco da Silva.

28º) José de Rezende Costa.

29º) José Clemente Pereira.

30º) Antônio da Rocha Franco.

Não era à toa, portanto, a insatisfação dos liberais paulistas e mineiros, ainda que em vários momentos o Senado esteve incompleto. Em 1831, já no período pós-Abdicação, circulou na imprensa que a primeira eleição para senador em São Paulo havia sido fraudulenta, uma vez que José Caetano da Silva Coutinho e José Feliciano Fernandes Pinheiro, ambos membros da bancada paulista montada por d. Pedro, não haviam obtido o mínimo de votos necessários para a composição

das listas tríplices.⁸³³ A reclamação tinha procedência, a julgar pelos dados coligidos por Taunay.⁸³⁴ Em Minas também surgiram contestações sobre a legalidade do mandato de alguns senadores escolhidos pelo monarca, procedimento levado a diante pela imprensa e pelas Câmaras Municipais de Pouso Alegre, para quem o processo fora permeado por “escandaloso abuso” do Executivo, e vila do Príncipe, que solicitou a suspensão no pagamento do subsídio recebido por Francisco Maria Gordilho de Barbosa, empossado senador por Goiás não obstante o baixo número de votos recebidos.⁸³⁵ A intenção dessas ações era clara: derrubar alguns dos senadores nomeados no 1º Reinado e promover novas eleições num ambiente mais propício para os moderados.

Até a Abdicação, a maior vitória dos liberais paulistas e mineiros quanto à conquista de uma cadeira no Senado deu-se com a nomeação de Vergueiro, em 1828. Preterido por d. Pedro na formação da bancada senatorial paulista em 1826, Vergueiro foi novamente lançado como candidato dois anos depois, por Minas Gerais, o que revela um enredamento entre oposicionistas mineiros e paulistas visando à ocupação do Senado desde o primeiro pleito. Essa manobra pode ser constatada num artigo publicado pelo jornal *O Universal* no início de 1828, na ocasião da eleição para preencher a vaga do falecido Marquês de Sabará. Dos seis nomes propostos para o cargo, quatro eram de ilustres políticos paulistas: o ituano Francisco de Paula Sousa, o paulistano Diogo Feijó, o sorocabano Tobias de Aguiar e o português Vergueiro, que muito cedo se fixara em São Paulo. Apenas João José Lopes Mendes Ribeiro, então presidente da província de Minas Gerais, tinha laços efetivos com a política mineira. Manoel Jose de Souza França, catarinense, era pouco conhecido na província e nela não desempenhara nenhuma função pública de destaque.⁸³⁶ Vergueiro e Feijó também surgiram na lista proposta pelo jornal *Astro de Minas*.⁸³⁷

A mobilização em prol da eleição de Vergueiro surtiu efeito. Embora sua votação tenha sido inexpressiva em vilas como Ouro Preto e Sabará, o político paulista conquistou o primeiro posto em colégios de peso eleitoral, a exemplo de São João del-Rei e vila do Príncipe, ficando atrás apenas de João José Lopes Mendes Ribeiro, que no momento presidia Minas Gerais e ocupava uma cadeira na Câmara dos Deputados pela mesma província.⁸³⁸ No Conselho de Estado não houve consenso

⁸³³ *O Universal*, nº 663, 24/10/1831. As insinuações sobre a fraude eleitoral continuaram nos anos seguintes, cf. *O Novo Farol Paulistano*, nº 182, 25/06/1833.

⁸³⁴ TAUNAY, *op. cit.*, 1978.

⁸³⁵ Cf. *O Astro de Minas*, nº 808, 02/02/1833; *O Universal*, nº 923, 02/09/1833; APB-CD, 31/07/1833, p.114; CEDI-CD, lata 83, maço 13, pasta 1, ofício de 03/09/1833. Assinaram o ofício da Câmara Municipal da vila do Príncipe os vereadores Bento Ferreira da Costa, Francisco de Sales Candido de Quiroga, Antonio Jose Reis Lins e Jose Jacinto Costa. O Conselho Geral de Goiás atuou em sentido semelhante, enviando à Câmara dos Deputados uma representação solicitando a remoção de Gordilho de Barbosa do cargo de senador por Goiás, cf. Ofício de 22/02/1834, publicado pelo jornal *O Sete de Abril*, nº 151, 10/06/1834.

⁸³⁶ *O Universal*, nº 80, 14/01/1828.

⁸³⁷ *Astro de Minas*, nº 19, 01/01/1828.

⁸³⁸ Vergueiro obteve ao todo 162 votos, e João José Lopes Mendes Ribeiro, 284. O terceiro mais votado foi Lúcio Soares Teixeira de Gouveia, com 96 votos. Cf. TAUNAY, *op. cit.*, 1978, p.201.

quanto à escolha do nome.⁸³⁹ É de supor que o favorito do imperador fosse o então presidente mineiro, que desde novembro de 1827 vinha à frente da pasta da Justiça, porém a crescente oposição ao governo, sobretudo dentro da Câmara dos Deputados e da imprensa, pode ter influenciado o monarca e seus ministros a tomarem uma atitude mais conciliadora.⁸⁴⁰ O periódico *O Farol Paulistano* publicou um artigo sobre a escolha de Vergueiro. Lançando mão de uma suposta imparcialidade, o redator ressaltou os aspectos positivos e negativos do novo cargo para o ex-deputado, em face da situação política do Império:

“Já se não pode duvidar da acertadíssima escolha que fez S.M.I. do ilustre Defensor dos nossos direitos o Sr. Vergueiro para Senador do Império pela Província de Minas Gerais; mas qual será a influencia que terá esta nomeação, e escolha na felicidade publica? Lucrará a Nação Brasileira com a passagem deste digno Varão da Câmara dos Deputados para a Câmara dos Senadores? Eis uma questão que, em nosso entender, não é de fácil resolução (...). O Senado é composto em grande parte de homens do velho regime; de homens, que ainda estão lucrando com os abusos e que por consequência, afetando muita prudência nas reformas, querem alongar a época suspirada da queda dos ditos abusos, e da diminuição de seus interesses. O Sr. Vergueiro tem sido na Câmara dos Deputados forte e constante defensor das prerrogativas, que a Constituição deu a dita Câmara, e por essa rivalidade, que desgraçadamente tem dividido as duas Secções do Corpo Legislativo, não será, talvez, ou certamente muito bem visto por uma grande parte do Senado (...). A Câmara dos Deputados perde um homem de grande valor em qualquer relação, que considerado seja, ao mesmo tempo que é duvidoso se no Senado poderá ao menos por ora fazer os mesmos serviços, que fazia na sua antiga Câmara. O Sr. Vergueiro mesmo vendo as dificuldades, que se lhe hão de necessariamente apresentar, talvez prudentemente se acanhe, e não dê toda a expansão, latitude, e franqueza às suas opiniões; e os menos expertos, os desconfiados, e ainda mais os seus inimigos, os da publica prosperidade minem o seu credito, e o façam talvez perder em poucos dias o que lhe tem custado muitos anos, muitas fadigas, muitos desgostos a adquirir. Tudo isto nos parece exato; muito peso julgamos nesta reflexão ultima; mas pelo outro lado também não se podem razões fortes e de peso. No Senado ha, nem se pode, nem se deve pôr em duvida muitos homens probos, desinteressados, e amigos da nova incomparavelmente melhor ordem de cousas, mas talvez senão tenham ainda desenvolvido, porque muito pouca gente tem a fortuna de ser própria para se pôr á frente das reformas, e de vencer o habito do antigo, do visto, do praticado: estes homens tendo um apoio, um guia, um chefe, que reúna como o Sr. Vergueiro, a maior probidade, mais sincero desinteresse, a maior solidez, e fecundidade de argumentos, e razões, e decidida coragem, e invariável caráter, provavelmente o seguirão, e marchará provavelmente o Senado mais nas vistas do novo sistema; e lucrará a causa publica (...). O Senado pode ir sendo com esta, e outras nomeações semelhantes, reformado, e melhorado. Custa bastante ir de encontro á razão, a verdade forte, e digamos apresentada, e por isso bons efeitos devemos esperar da admissão

⁸³⁹ Apenas o marquês de Queluz optou por João José Lopes Mendes Ribeiro. O nome de Vergueiro foi escolhido por Caravelas, Baependi, São João da Palma, Maricá e São Leopoldo. Já os marqueses de Santo Amaro, Inhambupe e Paranaguá ficaram com Teixeira de Gouveia. Cf. ACE, sessão 3ª, 10/05/1828.

⁸⁴⁰ Em sua autobiografia, Cristiano Benedito Ottoni (1818-1896) conta outra versão sobre a escolha de Vergueiro, que, embora verossímil, é de difícil comprovação. Segundo Ottoni, o dileto do imperador para o cargo era Mendes Ribeiro, porém Vergueiro estava muito doente na época, praticamente desenganado. A escolha dele seria apenas uma artimanha para agradar aos liberais momentaneamente, posto que após a morte de Vergueiro um novo nome de agrado do monarca ocuparia sua cadeira no Senado, cf. OTTONI, Cristiano Benedito. *Autobiografia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, p.33.

do Sr. Vergueiro ao Senado. Na Câmara dos Deputados ele faz falta, mas o amor de gloria, mas as reeleições, mas o grande numero de opositores, que ali tem o Ministério nos dão esperanças de que não seja irreparável a perda, e mesmo não será tão grande a falta”.⁸⁴¹

Analisada por um viés mais amplo, a dicotomia apresentada pela folha paulistana expõe, em síntese, um dos pontos que permeou o debate político nos primeiros anos do Império, especialmente entre a outorga do texto constitucional e a abdicação de d. Pedro, em abril de 1831. Para a oposição liberal, que por esse período formava o principal e dividido grupo de oposição ao governo bragantino, a chave para o triunfo do “novo sistema” não residiria na criação de um novo aparato jurídico-administrativo, pois esse já estava dado pela Carta de 1824. Ela encontrar-se-ia, sim, na maneira como esses instrumentos legais seriam implementados, utilizados e articulados entre si, a fim de proporcionar aos liberais sua escalada ao poder e de fazer frente aos simpatizantes de um sistema de governo que recusavam a ampla atuação dos cidadãos nos negócios públicos.⁸⁴² Especificamente em relação ao Senado, a oposição feita pelos liberais durante o Primeiro Reinado tocava em dois pontos básicos: na forma como d. Pedro escolhera os primeiros senadores e nos próprios nomes selecionados pelo imperador.⁸⁴³

O ponto crucial da hesitação sobre os rumos da vida política de Vergueiro residia, conforme o redator, na seguinte equação: de um lado, a entrada de Vergueiro para o Senado poderia ser estrategicamente perigosa, uma vez que essa Casa seria, segundo o redator d’o *Farol*, majoritariamente composta por “homens do velho regime”, o que por sua vez ofuscaria a força política de um dos líderes da oposição ao governo; de outro, a ida de Vergueiro poderia encetar uma reformulação das bases políticas do Senado, ampliando assim o leque de participação política da oposição.⁸⁴⁴ Em ambos os casos, porém, o princípio argumentativo era o mesmo: o acesso ao poder se daria por meio da legalidade das ações, ou seja, pela utilização das possibilidades dispostas pela Carta de 1824. Tal argumento era frequentemente utilizado pelos que combatiam o governo, o qual era considerado o detentor do uso da violência, seja política seja de coerção física.

Antes de prosseguirmos, convém considerar que o lançamento da candidatura de Vergueiro por duas províncias distintas não foi um fato isolado, mas uma prática recorrente. Ao se confrontar a relação dos nomes mais votados em São Paulo e Minas para a formação da primeira bancada senatorial, percebe-se que alguns candidatos, sobretudo do círculo pedrino, concorreram por ambas

⁸⁴¹ *O Farol Paulistano*, nº 119, 07/06/1828.

⁸⁴² Entendendo-se aqui que o espectro político visado pelos liberais era composto por proprietários de diferentes níveis de riqueza, conforme assinalado no capítulo 1.

⁸⁴³ TAUNAY, *op. cit.*

⁸⁴⁴ Anos mais tarde, já terminada a 3ª legislatura do Império, o periódico *O Justiceiro* externou um raciocínio semelhante sobre a paulatina transformação na composição do Senado: “O Senado é de eleição popular; não tem número excessivo, nem seu número é ilimitado; com o tempo far-se-á a limpeza necessária, outro tanto não podia acontecer na França”, cf. *O Justiceiro*, nº 01, 07/11/1834.

as províncias ao mesmo tempo. José Joaquim Carneiro de Campos, por exemplo, concorreu por Minas e São Paulo, mas acabou sendo empossado pela Bahia. A ideia era combinar candidaturas para tentar preencher o máximo de espaços por aliados. Foi essa estratégia que permitiu que d. Pedro dispusesse, a princípio pelo menos, de um Senado marcadamente a seu favor.

A chegada dos liberais ao poder, em abril de 1831, esboçou uma substituição gradual no quadro de senadores. Mesmo fragilizado após o malogro do golpe de 30 de julho de 1832, Feijó foi o mais votado para ocupar a cadeira deixada vaga pelo marquês de Santo Amaro, senador fluminense falecido em agosto daquele ano.⁸⁴⁵ O Conselho de Estado ficou dividido quanto à escolha do nome, que ainda contava com Antônio José do Amaral e Bento de Oliveira Braga. Os marqueses de Inhambupe e Caravelas optaram por Feijó, ao passo que Maricá escolheu Oliveira Braga, por ter ressalvas às “opiniões políticas” dos demais nomes. Paranaguá, por sua vez, afirmou que lhe parecia nula a eleição por não se haverem reunido os colégios eleitorais no mesmo dia, como ordenava a lei. A Regência deu preferência ao padre paulistano.⁸⁴⁶

Tal escolha acabou esbarrando, todavia, no Senado. A Comissão de Constituição deu parecer favorável ao diploma de Feijó, mas sem unanimidade.⁸⁴⁷ Voto vencido entre os membros da Comissão, José Saturnino da Costa Pereira justificou-se como já o fizera Paranaguá, abrindo espaço para uma manobra de alguns senadores em prol da anulação do processo eleitoral. Os esforços de Vergueiro e Caravelas em demonstrar a legalidade do mesmo não foram suficientes para desmontar a argumentação pretensamente legalista de homens como Cairu e Costa Pereira, de modo que a eleição acabou sendo anulada, para indignação da imprensa moderada.⁸⁴⁸ Logo em seguida procedeu-se novo pleito e Feijó foi mais uma vez o mais votado, o preferido pelos conselheiros de Estado e o indicado pela Regência.⁸⁴⁹ No Senado, Cairu, Inhambupe e Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque tentaram nulificar o resultado, alegando a existência de problemas na elaboração das listas dos eleitores que participaram da votação. Vergueiro, Martiniano de Alencar e Caravelas rebateram-nos, no que saíram vitoriosos. Feijó tomou assento em julho de 1833.⁸⁵⁰

Cerca de um mês depois, após encabeçar lista tríplice que contava com o deputado paulista José Correa Pacheco e Silva e com o oficial do Exército José Joaquim Machado de Oliveira, Paula Sousa foi feito senador por São Paulo. Como era de se esperar, Paula Sousa recolheu quantidade

⁸⁴⁵ Cf. TAUNAY, *op. cit.*, 1978, p.224.

⁸⁴⁶ ACE, sessão 112ª, 01/02/1833.

⁸⁴⁷ Compunham a Comissão de Constituição do Senado o marquês de Caravelas, Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque e José Saturnino da Costa Pereira.

⁸⁴⁸ ASI, 11/04/1833, p.07-08; 12/04/1833, p.09-12; 13/04/1833, p.17-25. Sobre a reação da imprensa moderada, ver *Aurora Fluminense*, nº 758, 17/04/1833, *O Sete de Abril*, nº 40, 14/05/1833; *O Universal*, nº 888, 12/06/1833; *Jornal da Sociedade Promotora da instrução Pública de Ouro Preto*, nº ?, 21/06/1834.

⁸⁴⁹ ACE, sessão 110ª, 28/06/1833. Apenas o marquês de Maricá não optou por Feijó, preferindo em seu lugar Joaquim José Pereira de Faro.

⁸⁵⁰ ASI, 09/07/1833, p.145-146; 10/07/1833, p.150-163; 11/07/1833, p.168; 15/07/1833. Para a questão na imprensa, ver *O Universal*, nº 907, 26/07/1833.

significativa de sufrágios na maioria dos colégios eleitorais, com exceção das vilas de Santos e Areias, onde houve forte influência dos Andrada.⁸⁵¹ Na Corte, contou com um Conselho de Estado unânime a seu favor.⁸⁵² Tal escolha também sofreu resistência por parte do Senado, que, influenciado novamente por Cairu, Alcântara e Inhambupe, procurou retardar o ingresso do novo senador, declarando que em seu diploma não constava a assinatura de todos os regentes – Costa Carvalho, enfermo, encontrava-se em São Paulo –, tampouco das atas da eleição da vila de Sorocaba, o que punha em cheque sua legalidade. A questão ocupou algumas sessões, e teve em Feijó e Vergueiro as principais vozes a favor da admissão de Paula Sousa, aprovada pelo Senado em agosto de 1833.⁸⁵³

Ao fim e ao cabo a composição da casa vitalícia pouco mudou entre 1826 e 1834, período em que faleceram 12 dos 57 senadores nomeados originalmente pelo monarca, lembrando que o governo bragantino se valera de alguns artifícios, como o desrespeito às listas tríplices, para compor um Senado a seu favor. Até a Abdicação d. Pedro escolheu mais seis senadores, nenhum por São Paulo e somente Vergueiro por Minas Gerais. Coube à Regência Trina Permanente indicar outros seis, dentre eles Paula Sousa (São Paulo), Feijó (Rio de Janeiro) e José Bento Ferreira de Melo (Minas Gerais), nomes de proa entre os moderados paulistas e mineiros.⁸⁵⁴ Mesmo assim durante todo o Primeiro Reinado e os anos iniciais da Regência os moderados não tiveram uma bancada senatorial que os representasse em peso, o que refletiu na relação que esferas amplamente aparelhadas pelos liberais paulistas – como a Câmara dos Deputados, os Conselhos Provinciais e a imprensa periódica – travaram com o Senado e o Executivo.

A franca oposição praticada pela Câmara dos Deputados contra o Senado, durante o 1º Reinado e os anos iniciais da Regência, produziu uma imagem tão negativa a respeito da casa vitalícia que acabou contaminando boa parte dos estudiosos que se debruçaram sobre o período. Adjetivos como “moroso”, “improdutivo” e “antiliberal” foram utilizados à exaustão para qualificar o Senado, intuído então como o avesso da Câmara dos Deputados, esta sim, entre erros e acertos, verdadeiramente preocupada com o sucesso da monarquia constitucional. Entre as consequências mais imediatas dessa interpretação está o desinteresse dos historiadores pelos primórdios da

⁸⁵¹ Os nomes mais votados no colégio eleitoral de Santos foram: Joaquim Gonçalves de Andrade (7), Martim Francisco de Andrada e Silva (7), Antonio Carlos de Andrada e Silva (5), José Bonifácio de Andrada e Silva (?), José Ricardo da Costa Aguiar (?), Monsenhor Vidigal (1), Baltasar da Silva Lisboa (1), Francisco de Paula Sousa (1), cf. *O Novo Farol Paulistano*, nº 165, 16/04/1833.

⁸⁵² ACE, sessão 112ª, 26/07/1833. Neste dia o Conselho de Estado contou com a participação dos regentes e de Inhambupe, Baependi, Caravelas, Paranaguá, Maricá, São João da Palma, Barbacena e Conde de Lajes.

⁸⁵³ ASI, 01/08/1833, p.347; 02/08/1833, p.357-358; 03/08/1833, p.359-367; 13/08/1833, p.14-21. A questão mereceu destaque n'º *Universal*, nº 919, 23/08/1833.

⁸⁵⁴ TAUNAY, *op. cit.*, 1978.

instituição, que pouco tem utilizado os *Anais do Senado* como fonte de investigação, como atinou Vantuil Pereira.⁸⁵⁵

A ideia de um Senado fechado em si, negligente e preocupado somente em conter o avanço da Câmara dos Deputados é simplista e perigosa. Desconsidera a complexidade da política ali desenvolvida e, conseqüentemente, torna fato o que na realidade fora um argumento dos liberais, sobretudo dos moderados: o de que Câmara e Senado faziam parte de um jogo bipolar em que a primeira representava os verdadeiros interesses da nação e o segundo uma barreira à consolidação das instituições liberais, espécie de último reduto da monarquia absoluta, do despotismo e da tutela portuguesa. É inegável que o Senado refutou uma quantidade significativa de projetos de lei da Câmara, opondo-se a ela, que foi um dos responsáveis pelo malogro de uma reforma constitucional mais arrojada, e que adotou uma postura de favorecimento à base de sustentação de d. Pedro e, por conseguinte, aos opositores da Regência, mas isto está longe de significar um descaso para com a “causa nacional”. Muito pelo contrário, do Senado partiram contribuições essenciais – e duradouras – para a montagem do Estado brasileiro, a começar pela lei de regulamentação das Câmaras Municipais, cujo texto se afinava com as tendências do liberalismo oitocentista. Prova disso é que, ao chegar na Câmara dos Deputados, o projeto quase não sofreu oposição e foi rapidamente aprovado. Os senadores protagonizaram, ainda, outras discussões de peso, como aquelas sobre colonização e naturalização de estrangeiros, criação de prelaças, navegação de rios e abertura de canais, estabelecimento do Tribunal de Justiça e a regulação da Intendência Geral da polícia.

3.2. Homens da província ou políticos da nação? Demandas provinciais na Assembleia Geral

No capítulo anterior foi visto que, com a implantação dos Conselhos Gerais, estes se firmaram como o espaço por excelência da política provincial em termos da representação de diferentes setores locais e da proposição de projetos exclusivos para os negócios da província. Comentou-se, também, que muitos políticos paulistas e mineiros transitavam entre os Conselhos e a Assembleia Geral, questão que merece ser olhada mais de perto: durante a 1ª Reunião do Conselho Geral (1828-1830), quatro conselheiros paulistas já haviam tomado assento como deputados pela 1ª legislatura, número que saltava para oito em Minas Gerais, levando-se em consideração membros efetivos e suplentes.⁸⁵⁶ A 2ª Reunião (1830-1833) contou sete deputados paulistas eleitos para a 2ª legislatura, sendo seis como conselheiros e um como suplente. Minas Gerais teve o mesmo número

⁸⁵⁵ PEREIRA, Vantuil, *op. cit.*, p.51.

⁸⁵⁶ Em São Paulo, Diogo Antonio Feijó, Manoel Joaquim de Ornelas e João Crisóstomo de Oliveira Salgado Bueno haviam sido eleitos deputados por São Paulo, e José da Costa Carvalho, pela Bahia. Em Minas elegeram-se deputados José Bento Ferreira de Melo, João Joaquim da Silva Guimarães, Custódio José Dias, João José Lopes Mendes Ribeiro, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Antonio Augusto Monteiro de Barros, Antonio da Rocha Franco e Cândido José de Araújo Viana.

de conselheiros e suplentes eleitos deputados, três.⁸⁵⁷ Logo é pertinente refazermos aqui a pergunta formulada mas não respondida no capítulo anterior: haveria um comprometimento dos deputados com as propostas ventiladas nos Conselhos Gerais, especialmente por aqueles homens que ocupavam cargos nas duas instituições? Pode se dizer, por conseguinte, que os deputados eram homens da província, na acepção de serem seus representantes?

As primeiras resoluções dos Conselhos Gerais chegaram à Câmara dos Deputados no início da sessão de 1829. Entre abril deste ano e maio do seguinte, a Câmara dos Deputados recebeu um número significativo de propostas dos Conselhos de toda parte do Império, realimentando a discussão sobre como elas seriam trabalhadas pelos representantes da nação.⁸⁵⁸ Na ocasião em que chegaram as primeiras resoluções, um conjunto de quinze ofícios oriundos do Conselho Geral de Minas Gerais, o deputado José Carlos Pereira de Almeida Torres, representante daquela província, sugeriu que fosse criada uma comissão para definir que tratamento receberiam tais resoluções. Acabou se decidindo, entretanto, por sugestão de Bernardo Vasconcelos, que elas fossem despachadas às diversas comissões da Casa de acordo com seu conteúdo, para depois serem submetidas à discussão no plenário.⁸⁵⁹ Em suma, tratava-se de decidir qual seria o poder de ingerência do Parlamento na manipulação das propostas encaminhadas pelos Conselhos Gerais.

Quando do desdobramento da discussão, retornou à Câmara o projeto por ela organizado sobre as atribuições dos Conselhos Gerais, mas esse só voltaria ao plenário no ano seguinte, no início da 2ª legislatura. Algumas emendas foram feitas ao projeto original, dentre elas a suspensão do direito dos Conselhos Gerais exigirem esclarecimentos dos presidentes de província a respeito de suas deliberações, e a proibição de que deputados e senadores desempenhassem, simultaneamente, o cargo de conselheiros. Ainda que alguns deputados tenham se mostrado favoráveis às emendas indicadas pelos senadores, todas elas foram rechaçadas pela maioria dos representantes da Câmara. Consequentemente, a incongruência de ideias entre a Câmara dos Deputados e o Senado barrou a aprovação do projeto, de modo que esse não voltou mais à carga. Uma das razões para a não convocação de uma reunião conjunta entre as duas Casas pode ter sido que no ano seguinte, em meio às vicissitudes políticas geradas em torno da abdicação de d. Pedro 1831 e da instalação da

⁸⁵⁷ Em São Paulo foram eleitos conselheiros Rafael Tobias de Aguiar, Manuel Joaquim de Ornelas, Diogo Antonio Feijó, Antonio Paes de Barros, Francisco de Paula Souza e Melo e José Correa Pacheco e Silva, mais Lourenço Pinto de Sá Ribas como suplente. Em Minas foram eleitos conselheiros Bernardo Pereira de Vasconcelos, Batista Caetano de Almeida e José Bento Leite Ferreira de Melo, mais José Custódio Dias e Antônio Pinto Chichorro da Gama como suplentes.

⁸⁵⁸ APB-CD, sessão de 09/05/1829; 11/05/1829; 20/06/1829.

⁸⁵⁹ APB-CD, sessão de 25/04/1829, p.47.48. Em maio de 1830, chegaram seis ofícios do Conselho Geral de São Paulo que tiveram o seguinte destino: sobre os inconvenientes da cessão do cunho da moeda de cobre naquela província (comissão da fazenda); sobre inexecutabilidade do parágrafo 11 do artigo 66 da lei de 1º de outubro 1828 (comissão de Câmaras Municipais); sobre o grande numero de oficiais do estado maior (comissão de guerra); sobre a carta régia de 5 de novembro de 1808 (comissão de catequese e civilização dos índios); sobre o tesouro público (comissões de constituição e fazenda); sobre terrenos de Cubatão (comissão de comércio, agricultura e artes), cf. APB-CD, sessão de 07/05/1830, p.80. Ver, também, sessão de 14/05/1829.

Regência, despontou como pauta candente a possibilidade de uma reforma constitucional e, logo, dos governos provinciais.⁸⁶⁰

Embora o projeto alternativo elaborado pela Câmara dos Deputados não tenha logrado, é digna de nota a luta desta Casa pela ampliação dos poderes dos Conselhos Gerais. Uma das discussões mais acirradas ocorridas na Câmara durante a 2ª legislatura referiu-se à ingerência que o Legislativo teria sobre as decisões dos Conselhos Gerais. Segundo o artigo 85 da Carta de 1824, os projetos encaminhados à Assembleia Geral pelos Conselhos Gerais deveriam passar por uma discussão antes de serem aprovados ou não. Havia, contudo, uma questão precípua que a legislação ainda não tocara: teriam os legisladores o direito de fazer emendas às propostas enviadas pelos Conselhos Gerais?

A matéria, discutida no decurso da sessão de 1830, gerou antagonismos entre os deputados. Os defensores de que as propostas não deveriam sofrer emendas pelos parlamentares provinham, sobretudo, das províncias do norte, como o pernambucano Luiz Francisco de Paula Cavalcanti e o baiano Ernesto Ferreira França, embora não se possa afirmar que houvesse uma polarização de opiniões de acordo com o local de origem de cada membro da Casa. Em linhas gerais, afirmavam que não caberia à Assembleia Geral intervir nas resoluções dos Conselhos Gerais, pois caso contrário estaria sendo violado o princípio básico desses órgãos, que era o de propor medidas cujos interesses eram especificamente provinciais, e não nacionais. Em contrapartida, nomes importantes das províncias do centro-sul, como os deputados Evaristo da Veiga, Diogo Antonio Feijó e Bernardo Pereira de Vasconcelos defendiam a preeminência do Parlamento ante os Conselhos Gerais e, por conseguinte, o direito da feitura de emendas pela Assembleia Geral. Após intenso debate e apertada votação (40 votos contra 32), vingou a indicação de que os projetos remetidos pelos Conselhos Gerais ao Parlamento não sofreriam emendas feitas pelos deputados e senadores, sendo passíveis apenas de aprovação ou reprovação. Ficou a cargo dos senadores, ainda, decidir sobre como procederiam sobre a matéria.⁸⁶¹ Por fim, o Senado decidiu que poderia oferecer emendas às resoluções dos Conselhos Gerais.⁸⁶²

Mais do que uma luta em favor dos Conselhos Gerais, a discussão a respeito das emendas lançou luz sobre a própria natureza política desses órgãos. O fato de não estarem juridicamente subordinados ao executivo provincial e de figurarem, *grosso modo*, como o principal canal de representação política das províncias asseverado pela Carta de 1824, fez com que alguns deputados, como o pernambucano Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, encarassem os Conselhos Gerais como “câmaras parciais”, uma vez que seus projetos dependiam da aprovação final da

⁸⁶⁰ SLEMIAN, *op. cit.*, p.163.

⁸⁶¹ *Ibid.*, p.163-170.

⁸⁶² Ver sessões de agosto de 1830.

Assembleia Geral.⁸⁶³ Em outras palavras, o que estava em jogo era uma tendência acalentada por alguns parlamentares em atribuir certa dimensão legislativa, ainda que subjacente e indireta, aos Conselhos Gerais. Os próprios deputados passaram a canalizar determinadas demandas provinciais para os Conselhos Gerais. Propostas para a criação de vilas, por exemplo, as quais eram quase sempre encaminhadas à Assembleia pelos presidentes de província, começaram a ser redirecionadas para os Conselhos Gerais.⁸⁶⁴

Aos poucos foi se desenhando na Câmara dos Deputados um modelo de trabalho para as resoluções dos Conselhos Gerais. Na medida em que as diferentes comissões começaram a emitir seus pareceres sobre as propostas recebidas, os deputados da Casa passaram a votá-las – aprovando-as ou rejeitando-as, sem a possibilidade de efetuar emendas – consoante com uma seleção prévia feita pelo presidente da Câmara. A aprovação das primeiras propostas e sua consequente conversão em projeto de lei ocorreram somente em fins de 1830, cerca de dois anos após a instauração dos primeiros Conselhos Gerais. Após isso as decisões da Câmara eram encaminhadas ao Senado, a quem competia endossar ou não a posição dos deputados – e posteriormente ao Executivo, para receber a sanção ou veto imperial. A casa vitalícia, cumpre dizer, não ficou alheia às propostas dos Conselhos Gerais. Conforme marcação do seu regimento interno, as matérias que ali chegavam eram encaminhadas, à maneira da Câmara, às diferentes comissões para serem examinadas.⁸⁶⁵

Esse quadro já vinha sendo parcialmente remodelado desde maio de 1830, quando se resolveu, por indicação de Paula Sousa, que fosse nomeada na Câmara dos Deputados uma comissão especial para a análise das representações vindas dos Conselhos Gerais.⁸⁶⁶ A comissão seria composta por três membros e eleita pelo presidente da Câmara, e seu trabalho dividia-se em duas tarefas principais: fazer uma triagem do material recebido dos Conselhos Gerais e elaborar um parecer recomendando ou não a aprovação de determinada matéria, para aí sim ser impressa e posta para votação em plenário. Já no final de maio de 1830, a comissão então formada por Sebastião do Rego Barros, Bernardo Belizário de Souza e Augusto Xavier de Carvalho apresentou seus primeiros pareceres sobre propostas feitas pelos Conselhos Gerais de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco,

⁸⁶³ APB-CD, sessão de 14/05/1829, p.69.

⁸⁶⁴ APB-CD, sessões de 10/07/1829 e 16/07/1829.

⁸⁶⁵ Segundo o art.71 do Regimento, “as resoluções dos Conselhos Gerais de Província, tendo sido anunciadas ao Senado na forma do art. 69, serão remetidas às comissões a que cumprir, segundo as matérias que tratarem, e sendo logo reduzidas a forma legislativa, serão mandadas imprimir com as emendas e observações que a comissão julgar indispensáveis: o que tudo será tomado em consideração, na única discussão que na forma da constituição tais resoluções devem ser”. Cf. *Regimento Interno do Senado*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1831, p.20-21.

⁸⁶⁶ APB-CD, sessão de 08/05/1830, p.86. Já no dia 10 de maio daquele ano os ofícios dos Conselhos Gerais passaram a ser encaminhados diretamente à comissão dos Conselhos Gerais, cf. APB-CD, sessão de 10/05/1830, p.96. Ver também, sessões de 11/05/1830 (Alagoas, Sergipe e Santa Catarina) e 17/05/1830 (São Pedro do Rio Grande do Sul). Isso não significa que, por vezes, as propostas vindas dos Conselhos fossem mandadas diretamente para alguma comissão específica. Em julho de 1830, o deputado Feijó fez um requerimento para que fossem enviadas à comissão de constituição treze resoluções do Conselho Geral do Mato Grosso, cf. APB-CD, sessão de 15/07/1830, p.107.

Paraíba, Rio Grande do Sul e Goiás.⁸⁶⁷ Pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados de 1831, a Comissão dos Conselhos Gerais aparece como permanente.⁸⁶⁸ No Senado essa alteração não se processou, permanecendo o sistema da análise pelas comissões já existentes até o Ato Adicional.⁸⁶⁹

No caso de concordância com a proposta, a comissão podia adequar sua redação e a transformar num projeto de lei similar aos que eram elaborados na Câmara.⁸⁷⁰ Na maioria dos casos em que uma proposta era recomendada, entretanto, a comissão apenas elaborava um parecer, deixando aos demais deputados a tarefa de formatá-lo como projeto de lei. E nem sempre as propostas já saíam da comissão prontas para votação, mesmo quando recebiam um parecer positivo. Era muito comum que o parecer indicasse como melhor alternativa o encaminhamento de certa matéria a uma comissão específica. Ao analisar uma proposta do Conselho Geral de Minas sobre a incorporação da renda do subsídio voluntário das vendas e tavernas às rendas das Câmaras Municipais, a comissão reconheceu a “justa e absoluta necessidade”, mas optou por sugerir seu direcionamento para a comissão de fazenda, para não se chocar com a lei do orçamento.⁸⁷¹

A comissão também costumava indicar se uma proposta era de interesse “provincial” ou “geral”, como ocorreu quando o Conselho Geral mineiro propôs a extinção da Junta de Fazenda daquela província e a instauração de um novo método de arrecadação. Segundo o parecer da comissão, sendo certo de que versava sobre “uma medida geral, que deve ter lugar quando se tratar da reforma da administração de fazenda”, a resolução merecia “mui particular atenção” da comissão de fazenda para dar-lhe a devida consideração.⁸⁷² Para a comissão de justiça civil foi redirecionada uma proposta do mesmo Conselho sobre a desanexação do ofício de escrivão de órfãos.⁸⁷³

Nem todas as propostas tinham que passar, todavia, pelas comissões ou discussões parlamentares. Conforme os trabalhos dos Conselhos Gerais foram se tornando rotina, aumentaram os casos de resoluções aprovadas sem serem submetidas aos pareceres de comissões ou ao debate em plenário.⁸⁷⁴

⁸⁶⁷ APB-CD, sessões de 24/05/1829 (p.208) e 28/05/1829 (p.252-253).

⁸⁶⁸ Cf. art.36 do *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1832, p.14.

⁸⁶⁹ ASI, sessões de 02/07/1831 e 08/05/1832.

⁸⁷⁰ Tal como ocorreu com a proposta para a concessão de um rocio entre os rios Grande e Paraíba, do Conselho Geral de Minas Gerais APB-CD, sessão de 08/06/1830, p.356.

⁸⁷¹ CEDI-CD, lata 45, maço 08, pasta 01, ofício de 08/06/1830; APB-CD, sessão de 16/06/1830. Para a mesma comissão foi remetida outra proposta do Conselho de Minas solicitando a abolição dos direitos de passagem que eram destinados para o pagamento das guardas municipais nos rios Paraíba e Paraíba, cf. CEDI-CD, lata 45, maço 08, pasta 01, ofício de 20/06/1830; APB-CD, sessão de 22/06/1830, p.467.

⁸⁷² CEDI-CD, lata 48, maço 08, pasta 01, ofício de 08/06/1830. Para casos semelhantes, ver o encaminhamento de uma representação do Conselho Geral de Minas sobre o imposto pago pelos agentes da companhia de mineração de Congo Soco (APB-CD, sessão de 29/05/1833, p.189) e outra, do mesmo Conselho, para fazer extensiva a todas as povoações mineiras o imposto da décima (APB-CD, sessão de 22/07/1834, p.129).

⁸⁷³ APB-CD, sessão de 11/06/1834, p.121.

⁸⁷⁴ Em julho de 1832, os deputados aprovaram sem discussão quatro resoluções do Conselho Geral de Minas Gerais: duas sobre a criação de cadeiras de primeiras letras, uma sobre o vínculo do Jaguaré e outra criando um curso de ciências montanísticas, cf. APB-CD, sessões de 21/07/1832 (p.99) e 28/07/1832 (p.118-119). Pouco tempo havia sido

Um dos elementos que mais chama a atenção, ao acompanhar o encaminhamento das propostas dos Conselhos Gerais na Câmara dos Deputados, é o de que a maioria deles ficava sem deliberação. Algumas até chegavam a ser debatidas, mas por conta de pedidos de adiamento ou dependência de pareceres de comissão acabavam sem uma apreciação definitiva. Em junho de 1833, às vésperas de ocupar um lugar no Senado, o deputado Paula Sousa observou, em tom de incredulidade, que mais de duzentas propostas aguardavam decisão da Câmara.⁸⁷⁵ A situação fica ainda mais complexa considerando que, dentre as resoluções que recebiam um posicionamento final da Câmara, não poucas eram rejeitadas pelos deputados.

Tomemos como exemplo os casos de Minas Gerais e São Paulo, cujos Conselhos Gerais funcionaram plenamente de 1828 a 1834. Dentro desse período, o Conselho mineiro teve aprovado treze propostas, uma a mais que São Paulo, conforme tabela abaixo:

Propostas encaminhadas à Assembleia Geral pelos Conselhos Gerais de São Paulo e Minas Gerais, entre 1828 e 1834, que receberam sanção imperial	
	Observações
MINAS GERAIS	
Fixa as conhecenças em Minas Gerais em oitenta réis por cada pessoa de confissão indistintamente.	Aprovada provisoriamente em março de 1829. ⁸⁷⁶ Sancionada em dezembro de 1830. ⁸⁷⁷
Manda cobrar sob fiança os direitos que se arrecadam nos registros da mesma província.	Aprovada provisoriamente em março de 1829. ⁸⁷⁸
Cria as vilas de S. Manoel da Pomba, Curvelo, Tejuco, Rio Pardo, S. Romão, S. Domingos do Araxá, Pouso Alegre, Lavras do Funil, Formigas.	Sancionada em outubro de 1831. ⁸⁷⁹
Cria escolas para meninos e meninas em diversas freguesias da	Sancionada em junho de 1831. ⁸⁸⁰

aprovada, também sem discussão, uma proposta do mesmo Conselho sobre a criação de uma cadeira de taquigrafia, cf. APB-CD, sessão de 07/07/1832, p.29.

⁸⁷⁵ APB-CD, sessão de 03/06/1833, p.219.

⁸⁷⁶ Decreto de 20 de março de 1829 – Manda executar provisoriamente a resolução do Conselho Geral da Província de Minas Gerais que fixa as conhecenças em Minas Gerais em oitenta réis por cada pessoa de confissão indistintamente. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, Parte Segunda, p.256.

⁸⁷⁷ Decreto de 9 de dezembro de 1830 – fixa as conhecenças em Minas Gerais em oitenta réis por cada pessoa de confissão indistintamente. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1830*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, Primeira Parte, p.89.

⁸⁷⁸ Decreto de 20 de março de 1829 – Manda executar provisoriamente a resolução do Conselho Geral da Província de Minas Gerais que manda cobrar sob fiança os direitos que se arrecadam nos registros da mesma província. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1829*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, Parte Segunda, p.259.

⁸⁷⁹ Decreto de 13 de outubro de 1831 – erige em vilas diversas povoações da Província de Minas Gerais. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1831*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, Primeira Parte, p.135.

⁸⁸⁰ Decreto de 28 de junho de 1831 – cria uma escola para meninos no arraial de Matozinhos da província de Minas Gerais; cria uma escola para meninos na capela do Taquarassú de Cima; cria uma escola para meninas no arraial do Tejuco; cria uma escola para meninas no arraial da Lagoa Santa; cria interinamente escolas nos arraiais do Desemboque, Araxá, Carabandela, Alegres e Buriti; cria uma escola para meninas na vila de Barbacena e outra para meninos no arraial do Rio Novo. Cria uma escola para meninos no arraial de S. José do Chopotó; cria uma escola para meninos no arraial de S. Caetano; cria uma escola para meninos no arraial de Antonio Pereira. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1831*, op. cit., p.27.33.

província.	
Contrata dois engenheiros encarregados de levantar plantas de todas as estradas e rios navegáveis.	Sancionada em agosto de 1831. ⁸⁸¹
Autoriza os párocos e curas das almas da província de Minas Gerais a passarem certidões de batismo, casamentos, etc., sem preceder despacho de autoridade eclesiástica.	Aprovada provisoriamente em março de 1832. ⁸⁸² Sancionada em julho de 1832. ⁸⁸³
Determina o método que se deve observar no provimento de cadeiras de primeiras letras.	Sancionada em julho de 1832. ⁸⁸⁴
Cria um colégio de educação destinado à instrução da mocidade indiana de um e outro sexo.	Sancionada em julho de 1832. ⁸⁸⁵
Eleva diversos curatos ao estatuto de paróquia.	Sancionada em julho de 1832. ⁸⁸⁶
Determina que os juízes de paz façam nos seus distritos o arrolamento das pessoas existentes, e estabelece providencias contra vadios.	Sancionada em julho de 1832. ⁸⁸⁷
Cria cadeiras de primeiras letras para meninos em diversas povoações.	Sancionada em agosto de 1832. ⁸⁸⁸
Cria um curso de Estudos Mineralógicos.	Sancionada em outubro de 1832. ⁸⁸⁹
Eleva à categoria de vila a freguesia de Ayuroca.	Sancionada em agosto de 1834. ⁸⁹⁰
SÃO PAULO	
Cria diferentes freguesias na província.	Sancionada em dezembro de 1830. ⁸⁹¹
Eleva a dotação do Seminário de Santana e ordenado de sua diretoria.	Sancionada em dezembro de 1830. ⁸⁹²
Eleva a dotação do Seminário da Glória e ordenado de sua diretoria.	Sancionada em dezembro de 1830. ⁸⁹³

⁸⁸¹ Decreto de 12 de agosto de 1831. Manda que na Província de Minas Gerais haja dois engenheiros encarregados de levantar plantas de todas as estradas e rios navegáveis. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1831*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, Primeira Parte, p.47.

⁸⁸² ACE, 105ª sessão (15/03/1833), p.259-262.

⁸⁸³ Decreto de 13 de julho de 1832 – autoriza os párocos e curas das almas da Província de Minas Gerais a passarem certidões de batismo, casamentos, etc., sem preceder despacho de autoridade eclesiástica. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874, Primeira Parte, p.30.

⁸⁸⁴ Decreto de 6 de julho de 1832 – determina o método que se deve observar no provimento das cadeiras de primeiras letras na província de Minas Gerais. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832*, op. cit., p.20.

⁸⁸⁵ Decreto de 6 de julho de 1832 – cria na Província de Minas Gerais, um colégio de educação destinado à instrução da mocidade indiana de um e outro sexo. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832*, op. cit., p.20-21.

⁸⁸⁶ Decreto de 14 de julho de 1832 – eleva a paróquias diversos curatos da Província de Minas Gerais e suprime outras. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832* op. cit., p.31-34.

⁸⁸⁷ Decreto de 17 de julho de 1832 – determina que os juízes de paz na província de Minas Gerais façam nos seus distritos o arrolamento das pessoas existentes, e estabelece providencias contra vadios. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874, Primeira Parte, p.35.

⁸⁸⁸ Decreto de 7 de agosto de 1832 – cria cadeiras de primeiras letras para meninos em diversas povoações da Província de Minas Gerais. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874, Primeira Parte, p.44-45.

⁸⁸⁹ Decreto de 3 de outubro de 1832 – cria um curso de Estudos Mineralógicos na Província de Minas Gerais. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832*, op. cit., p. 100-101.

⁸⁹⁰ Decreto de 14 de agosto de 1834 – eleva à categoria de Vila a freguesia de Ayuroca na Província de Minas Gerais. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1834*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1866, Primeira Parte, p.23.

⁸⁹¹ Decreto de 9 de dezembro de 1830 – cria diferentes freguesias na província de S. Paulo. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1830*, op. cit, p.90.

⁸⁹² Decreto de 7 de dezembro de 1830 – eleva a dotação do Seminário de Santana. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1830*, op. cit, p.76.

⁸⁹³ Decreto de 7 de dezembro de 1830 – eleva a dotação do Seminário da Glória. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1830*, op. cit, p.78.

Estabelece a igualdade de medidas em toda a província.	Sancionada em dezembro de 1830. ⁸⁹⁴
Proposta sobre a civilização dos índios, tendo-se como objetivo o estabelecimento do comércio entre indígenas e moradores das Vilas de Castro, Guarapuava, Faxina e Itapetininga.	Aprovada provisoriamente em fevereiro de 1830. ⁸⁹⁵ Sancionada em dezembro de 1830. ⁸⁹⁶
Suprimem-se as paróquias criadas nas aldeias de Pinheiros, Ibuí, São Miguel, Itaquaquecetuba, Escala e Itapeçerica.	Aprovada provisoriamente em março de 1832. ⁸⁹⁷
Ordena a abertura de estradas publicas e melhoramento das existentes na província de São Paulo	Sancionada em julho de 1832. ⁸⁹⁸
Declara os ordenados dos professores e mestres de primeiras letras da província de S. Paulo, e os requisitos que devem ter os que quiserem opor às ditas cadeiras.	Sancionada em agosto de 1832. ⁸⁹⁹
Erige em freguesia duas capelas curadas.	Sancionada em agosto de 1832. ⁹⁰⁰
Concede a gratificação de 100\$000 além da cônica ao Pároco de Guarapuava na província de S. Paulo, e a de 240\$000 ao vigário encomendado, que fizer as suas vezes.	Sancionada em agosto de 1832. ⁹⁰¹
Faz extensiva à província de S. Paulo a Resolução Legislativa de 25 de Outubro de 1832 sobre terrenos diamantinos na província de Minas Gerais.	A Regência havia suspenso seu juízo sobre a matéria em março de 1833. ⁹⁰² Sancionada em maio de 1833. ⁹⁰³
Organiza a guarda policial na província.	Sancionada em junho de 1834. ⁹⁰⁴

O número de resoluções que acabaram virando lei é ínfimo quando comparado ao montante de propostas dirigidas pelos Conselhos Gerais à Assembleia Geral e ao Executivo. Só na curta 1ª Reunião (1828-1830), o Conselho Geral de São Paulo dirigiu ao governo e ao Parlamento no mínimo doze propostas, número superior à somatória de todas aquelas do mesmo órgão convertidas em lei até dezembro de 1834.⁹⁰⁵ Já o Conselho Geral de Minas encaminhou ao Rio de Janeiro, no

⁸⁹⁴ Decreto de 7 de dezembro de 1830 – regula as medidas da província de S. Paulo pelo padrão do Rio de Janeiro. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1830, op. cit.*, p.77.

⁸⁹⁵ CEDI-CD, maço 49, pasta 21, ofício de 15 de 15/05/1830.

⁸⁹⁶ Decreto de 7 de dezembro de 1830 – habilita diversas vilas da província de S. Paulo para estabelecer comércio com os índios. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1830, op. cit.*, p.77.

⁸⁹⁷ ACE, 86ª sessão (16/03/1832); CEDI-CD, lata 73, maço 11, pasta 1, ofício de 09/05/1832.

⁸⁹⁸ Decreto de 10 de julho de 1832 - Ordena a abertura de estradas públicas e melhoramento das existentes na província de São Paulo, in *Coleção das leis do Império do Brasil de 1832*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874, Primeira Parte, p.26-27.

⁸⁹⁹ Decreto de 7 de agosto de 1832 - declara os ordenados dos professores e mestres de primeiras letras da província de S. Paulo, e os requisitos que devem ter os que quiserem opor às ditas cadeiras. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832, op. cit.*, p.40.

⁹⁰⁰ Decreto de 16 de agosto de 1832 – erige em freguesia duas capelas curadas na Província de S. Paulo. In: *Coleção das leis do Império do Brasil de 1832, op. cit.*, p.59.

⁹⁰¹ Decreto de 17 de agosto de 1832 – concede a gratificação de 100\$000 além da cônica ao Pároco de Guarapuava na Província de S. Paulo, e a de 240\$000 ao vigário encomendado, que fizer as suas vezes, in *Ibid.*, p.59-60.

⁹⁰² ACE, 105ª sessão (15/03/1833).

⁹⁰³ Decreto de 31 de maio de 1833 – Faz extensiva à Província de S. Paulo a Resolução Legislativa de 25 de Outubro de 1832 sobre terrenos diamantinos na Província de Minas Gerais. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1833*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1873, Parte Primeira, p.01-02.

⁹⁰⁴ Decreto de 25 de junho de 1834 – organiza, sobre proposta do conselho Geral da Província de São Paulo, a Guarda Policial na mesma Província. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1834*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1866, Primeira Parte, p.08.

⁹⁰⁵ APESP, RPR.

segundo ano de funcionamento da 2ª Reunião, vinte e nove propostas, mais que o dobro do total das que seriam sancionadas daquele órgão.⁹⁰⁶

Situação semelhante ocorreu com as representações,⁹⁰⁷ embora lembremos que nem todas eram passíveis de aprovação, como nos casos de denúncias contra particulares, de agradecimentos ou de solicitações de medidas ao governo ou à Assembleia Geral, quando não havia de fato a veiculação de alguma resolução propositiva por parte dos Conselhos Gerais. É provável, também, que por serem menos detalhadas e padronizadas do que as propostas – já que estas tinham artigos, à semelhança dos projetos de lei do Parlamento – as representações pudessem conter algum tipo de lacuna, impeditivo ou incompatibilidade de ordem jurídico-política que acabavam tornando-as objetos de deliberação mais intrincados, sem mencionar o fato de que nem o governo nem a Assembleia Geral tinham poder de alterar seus conteúdos.

Quer durante o 1º Reinado quer ao longo da Regência, foram raras as ocasiões em que alguma proposta não tenha sido sancionada a despeito da aprovação anterior dos representantes da nação, como foi o caso da resolução do Conselho Geral de São Paulo para que fossem pagos em casa todos os empregados públicos da província que morassem fora da capital paulista. Embora o ministro da Fazenda na época, Antonio Francisco de Paula Holanda e Cavalcanti, tenha sugerido sua aprovação durante reunião do Conselho de Estado, os demais ministros – à exceção do Marquês de Lages – apontaram para a possibilidade de ocorrerem abusos por parte dos administradores das rendas nacionais caso a medida fosse posta em prática. Em meio à declarada oposição da maioria de seus conselheiros com relação à aprovação da matéria, d. Pedro optou por “meditar” mais sobre o assunto, que provavelmente não voltou mais à tona.⁹⁰⁸

É certo, outrossim, que o Executivo costumava suspender seu juízo sobre algumas matérias que lhe eram dirigidas diretamente pelos Conselhos Gerais sem a aprovação prévia da Assembleia Geral, a fim de obterem sanção provisória.⁹⁰⁹ Após a Abdicação, setores moderados aventaram a possibilidade de que com a Regência, teoricamente mais comprometida com as vozes vindas da província, o Executivo se valesse mais do recurso da aprovação provisória,⁹¹⁰ o que acabou se verificando apenas de maneira pontual, não alterando significativamente o quadro geral de

⁹⁰⁶ *O Universal*, n°s 742 (30/04/1832) e 744 (04/05/1832).

⁹⁰⁷ Sobre as representações emitidas pelos Conselhos Gerais, ver capítulo 2.

⁹⁰⁸ ACE, 56ª sessão (06/12/1830), p.144.

⁹⁰⁹ Foi o tratamento recebido pelas propostas para o estabelecimento de aulas de primeiras letras pelo método lancasteriano e para a criação de algumas cadeiras de filosofia, ambas do Conselho de São Paulo. Demonstrando interesse na tramitação das matérias, o Conselho Geral enviou ao ministro do Império um comunicado no qual acusava ter recebido da Secretaria de Estado dos Negócios do Império um ofício indicando que o monarca havia suspenso seu juízo sobre a execução de ambas. Mesmo com a negativa, o órgão paulista afirmou ter recebido “mui respeitosamente” a resposta do imperador, cf. APESP, RPR, “Para o Exmº. Ministro do Império”, p.14. O mesmo encaminhamento foi dado para as resoluções sobre a reforma da administração do vínculo da Jaguará e a respeito da criação de uma casa de fundição, do Conselho Geral de Minas Gerais, cf. ACE, 104ª sessão (08/02/1833); APM, PP1/30, cx.04, doc.22.

⁹¹⁰ Cf. *O Novo Farol Paulistano*, n° 35, 03/12/1831, e *O Universal*, n° 664, 26/10/1831.

aprovações. Nada impedia que essas propostas recebessem posterior aprovação da Assembleia Geral.⁹¹¹ Posto isso, fica evidente que o entrave na concretização das demandas provinciais via Conselhos Gerais estava, sobretudo, na Assembleia Geral, sendo esta a responsável maior pela diminuta aprovação das propostas que recebia.

Excetuando as dificuldades comuns à implantação de qualquer novo órgão, a ausência de uma estreita sintonia entre a Câmara dos Deputados e os Conselhos Gerais ocorreu, em parte, em virtude de certa incongruência de prioridades – talvez mais do que de interesses – entre parlamentares e conselheiros provinciais, mesmo porque alguns desses ocupavam, como vimos, ambos os cargos. Além do que, algumas das matérias levadas adiante pelos legisladores revestiam-se de maior envergadura e interesse político se comparados às resoluções emitidas pelos Conselhos Gerais das diversas províncias. Dentre os projetos de lei discutidos na 1ª legislatura (1826-1829) após a instauração dos Conselhos Gerais, podemos destacar os de dissolução do banco do Brasil, de responsabilização dos empregados públicos e, sobretudo, aqueles que marcavam o orçamento do Império, isso sem mencionar as sucessivas mobilizações de parte dos deputados em torno de questões eminentemente políticas, como as acusações aos ministros da Guerra – Oliveira Álvares – e da Justiça, Lúcio Soares Teixeira de Gouveia.⁹¹² Em novembro de 1829, isto é, quase um ano depois de instalado o Conselho Geral de São Paulo, o periódico paulistano *O Observador Constitucional* teceu alguns comentários sobre os trabalhos feitos até ali pelo órgão, argumentando que muitos deles deixaram de ser aprovados porque a Assembleia Geral estivera “sobrecarregada” de atividades nesse período.⁹¹³

Situação semelhante incidiria na legislatura seguinte (1830-1833). Imersos em questões de fundo para a estruturação do Estado nacional – tal como as votações das leis de orçamento e da Regência, a criação da Guarda Nacional, a reforma constitucional, a reestruturação financeira do Império e a implantação do novo código de processo criminal –, os parlamentares parecem ter relegado a um plano secundário a aprovação de medidas procedentes dos Conselhos Gerais como um todo. Mesmo após a Abdicação, quando setores importantes da ala moderada passaram a ocupar cargos estratégicos no governo, as resoluções advindas dos Conselhos Gerais não ganharam uma atenção sensivelmente maior. Isso ampliaria as pressões para que se reformasse a Constituição. Aqui no caso, que os Conselhos Gerais se tornassem Assembleias Legislativas:

“Mas apesar de terem estes Conselhos trabalhado tanto, que benefícios as províncias têm colhido? Poucos, ou para dizer, nenhum em comparação dos que poderiam aparecer (...)

⁹¹¹ Isto ocorreu com uma proposta dos conselheiros paulistas que visava estender à província de São Paulo a resolução legislativa de 25 de Outubro de 1832 sobre terrenos diamantinos na província de Minas Gerais.

⁹¹² Cf. ARMITAGE, *op. cit.*

⁹¹³ *O Observador Constitucional*, nº 12, 30/11/1829.

De onde vem, que sendo tão reconhecida a utilidade de semelhantes instituições, não se tem podido obter felizes resultados? Não são alguns membros destes conselhos Deputados de grande reputação? (...) A razão deste inconveniente salta aos olhos de todos (...) Sabe-se muito bem que os trabalhos Legislativos, que estão a cargo das Câmaras, muitos deles não podem vencer no limite do espaço de quatro mesmo (...) como por exemplo a lei do orçamento (..) Será possível que a Assembleia vença tanto trabalho; e que além disso estenda suas investigações aos trabalhos de 18 conselhos provinciais! A vista disso é de urgentíssima necessidade a reforma Constitucional; pois só ela nos poderá libertar os benefícios que debalde esperamos da Constituição (...) queremos que cada província cuide de seus interesses e possa remediar seus males independente das delongas a que a Assembleia Geral está sujeita. Só a reforma constitucional nos poderá garantir este bem”.⁹¹⁴

Havia uma pressão, ainda que velada em certos momentos, com vistas a cobrar uma posição efetiva sobre a apreciação das propostas partidas dos Conselhos Gerais. Quando já iniciada a 2ª Reunião do Conselho Geral de São Paulo, este aprovou um requerimento do suplente Joaquim Pereira Barros para que se solicitasse à Câmara dos Deputados a rápida deliberação sobre o projeto para a criação de cadeiras de filosofia na província de São Paulo, matéria que não recebera a aprovação do monarca quando do seu envio para o Ministério. A proposta também havia sido encaminhada pelo Conselho à Assembleia Geral em janeiro de 1829, ainda na 1ª Reunião do Conselho.⁹¹⁵ Em fevereiro de 1831, num ofício enviado ao Senado, o mesmo Conselho solicitou que os senadores analisassem um pedido para a criação de cadeiras de filosofia em algumas freguesias e de uma escola médico-cirúrgica na capital da província, propostas que já haviam sido remetidas à Assembleia Geral em janeiro de 1829, mas que não obtiveram aprovação. Fazendo questão de explicitar a reincidência de ambas as propostas, o Conselho Geral se disse conhecedor da “afluência de negócios de alta monta” que chegavam à Assembleia Geral, o que por certo a privou de deliberar sobre tais resoluções.⁹¹⁶ Naquele mesmo ano o *Universal* publicou em nota seu descontentamento com a Câmara dos Deputados, que era vagarosa nos assuntos referentes aos Conselhos Gerais, e exortou: “nós lembramos aos nossos deputados que é de sua obrigação promover na Câmara a discussão daquelas propostas do Conselho Geral da província, que são reclamadas pelo voto geral dela”.⁹¹⁷ O mesmo Conselho já havia questionado a Câmara sobre que fim tinham levado vinte e nove propostas e representações do dito órgão encaminhadas ao Executivo e Legislativo em 1828.⁹¹⁸ Por vezes as pressões surtiam efeito mais concreto. Em 1833, depois de reiteradas solicitações do Conselho Geral da Bahia, a Câmara dos Deputados reuniu-se

⁹¹⁴ *Estrela Marianense*, nº 75, 09/11/1831.

⁹¹⁵ Ver *O Farol Paulistano*, nº 427, sessão de 07/12/1830. Algumas dessas resoluções serão tratadas mais adiante.

⁹¹⁶ APESP, RPR, “Ofício pedindo a criação de Cadeiras de Filosofia em algumas Vilas das províncias, e uma escola Médico-Cirúrgica nesta Capital”, p.39. Pouco adiantou a requisição do órgão paulista, que mais uma vez viu as duas propostas não alcançarem êxito.

⁹¹⁷ *O Universal*, nº 652, 28/09/1831.

⁹¹⁸ APB-CD, sessão de 10/05/1830, p.96.

extraordinariamente, com mais de um mês de antecedência, para discutir o problema do meio circulante naquela província.⁹¹⁹

A lentidão no direcionamento dos negócios provinciais era inegável, por mais que cobranças como a do periódico ouro-pretano fossem animadas, talvez, menos por questões práticas do que políticas. Havia ofícios que esperavam anos até receberem algum tipo de tratamento. Em janeiro de 1832, a Secretaria da Câmara dos Deputados enviou ao Conselho Geral de São Paulo, por solicitação deste, uma listagem de resoluções tomadas pelo órgão paulista que ainda estavam pendentes na primeira Casa.⁹²⁰ Treze das dezessete medidas arroladas ainda não haviam entrado em discussão, apesar da maioria delas ter sido enviada ao Rio de Janeiro há cerca de um ano.⁹²¹ A fim de evitar demoras desse tipo, o deputado Paula Sousa fez uma indicação, em meados de 1833, para que a comissão dos Conselhos Gerais ficasse encarregada de escolher entre as propostas não decididas aquelas que fossem “mais úteis”, tendo como parâmetro a argumentação de “cada um dos Srs. Deputados sobre o estado das suas províncias”.⁹²² Buscava-se com isso vincular o sucesso das propostas dos Conselhos Gerais à atuação das bancadas provinciais, estreitando a ligação dos deputados com as províncias as quais representavam e, ao mesmo tempo, retirando do presidente da Câmara a exclusividade na escolha das resoluções a serem tratadas. Para o deputado paulista “não era possível” que só o presidente detivesse tal poder, ainda mais quando um grande número de propostas aguardava por alguma decisão da Câmara. Ao que tudo indica a recomendação não logrou.⁹²³ De acordo como o representante paulista, o incômodo das províncias poderia ser minorado, também, se o governo executasse provisoriamente as medidas que chegassem às suas mãos.⁹²⁴

Os efeitos desse acúmulo de funções já vinham sendo diagnosticados pelos legisladores desde o início da 2ª legislatura. Em 1830, o deputado Batista Caetano de Almeida sugeriu que fossem reservados os sábados e que se desse prioridade às propostas oriundas das províncias mais longínquas da capital do Império, como Pará, Maranhão e Ceará. A indicação foi rejeitada, porém se aprovou outra do deputado Maia para que se prorrogasse uma hora de alguma sessão para as discussões das propostas dos Conselhos Gerais.⁹²⁵ Pouco tempo depois se aprovou uma requisição

⁹¹⁹ APB-CD, ver sessões de abril de 1833. O jornal fluminense *O Nacional* criticou a ausência de alguns deputados baianos nas sessões extraordinárias, teoricamente “os mais interessados” no problema do meio circulante na província a qual representavam. Cf. *O Nacional*, nº 49, 03/04/1833.

⁹²⁰ CEDI-CD, lata 81C, maço 42, pasta 06, ofício de 18/01/1832.

⁹²¹ ALESP, FCGP, “Relação das Resoluções do Conselho Geral da Província de São Paulo, cuja decisão acha pendente na Câmara dos Deputados”, RP32.001, caixa 24. Em junho de 1832, aprovou-se um requerimento que remetia à comissão de estatística uma representação do Conselho Geral de Sergipe, na Câmara dos Deputados desde 1830, sobre a fixação de limites entre aquela província e a da Bahia. APB-CD, sessão de 13/07/1832.

⁹²² APB-CD, sessão de 03/06/1833, p.219.

⁹²³ APB-CD, sessão de 04/06/1833, p.220.

⁹²⁴ APB-CD, sessão de 03/06/1833, p.219.

⁹²⁵ APB-CD, sessão de 19/07/1830, p.152.

de Paula Sousa a qual acrescia uma hora a cada sessão exclusivamente destinada para tratar das propostas daqueles órgãos.⁹²⁶ Na câmara vitalícia José Martiniano de Alencar tentou aprovar uma medida que conferia aos presidentes e seus conselhos privativos o poder de executar provisoriamente, em casos de urgência, as resoluções dos Conselhos Gerais. A ideia era dar celeridade ao processo de implantação das resoluções e, indiretamente, ampliar a ingerência das províncias na matéria. O senador Caravelas foi radicalmente contra a proposta, alegando que ela encerrava uma atribuição “privativa do poder moderador”, não podendo ser entendida a outra esfera de poder. Alencar retrucou-o afirmando que a Carta de 1824 continha um “gérmen federativo” que deveria ser expandido por meio de leis que levassem em conta a ampliação dos poderes provinciais. Não se tratava, segundo ele, de usurpar o quarto poder, mas de munir os presidentes – homens do Executivo – de uma alçada benéfica para as localidades, que “tanto se queixavam de centralização no governo”. A proposta recebeu apoio dos senadores Vergueiro, Manoel Caetano e Borges, mas não foi adiante. Travado antes da votação das bases da reforma constitucional, o debate já antecipava pontos de vistas distintos quanto ao papel dos poderes locais na arquitetura política do Império.⁹²⁷

Os motivos que levavam à rejeição de determinada proposta eram vários, a começar pela impossibilidade da Câmara dos Deputados oferecer emendas aos textos que chegavam das províncias, restrição essa que seria lembrada à exaustão pelos legisladores até a reforma constitucional. Era comum que deputados se opusessem à aprovação de uma proposta por não poderem emendar.⁹²⁸ No caso do Senado, entretanto, que optou por poder emendar as resoluções, esse problema inexistiu.

Outras propostas eram repelidas pelo fato de os parlamentares entenderem que de algum modo se estava ferindo a Constituição⁹²⁹, ou por serem ineficazes.⁹³⁰ Havia situações em que eram recusadas ou redirecionadas não por serem inconstitucionais, mas porque esbarravam em outras leis de alcance geral. Se a alegação de inconstitucionalidade se aproximava ao que ocorria a muitos

⁹²⁶ APB-CD, sessão de 15/09/1830, p.511. No ano seguinte a Câmara dos Deputados retificou sua decisão anterior e deliberou que os sábados fossem exclusivamente reservados para os trabalhos relativos aos Conselhos Gerais, cf. APB-CD, sessão de 25/07/1831, p.178. Nova solicitação foi feita por Caetano de Almeida em 1832, quando se decidiu aumentar as sessões dos sábados em uma hora, cf. APB-CD, sessão de 16/06/1832, p.110.

⁹²⁷ ASI, sessões de 15/05/1832, p.69; 16/05/1832, p.71; e 23/05/1832. A proposta ganhou publicidade na imprensa mineira, cf. *O Novo Argos*, nº 134, 14/06/1832.

⁹²⁸ Veja-se o caso, por exemplo, da proposta do Conselho Geral do Maranhão sobre a criação de um Jardim Botânico naquela província. Cf. APB-CD, sessão de 25/09/1830, p.560.

⁹²⁹ Este foi o motivo pelo qual foi barrada a resolução do Conselho Geral do Maranhão sobre o funcionamento da Santa Casa de Misericórdia daquela província, cf. APB-CD, sessão de 25/09/1830, p.560. Situação semelhante ocorreu no Senado quando da refutação de uma medida do conselho maranhense sobre a alteração de pesos e medidas naquela província, cf. ASI, sessão de 19/05/1832, p.92. O pedido do Conselho Geral de São Paulo para “restaurar o antigo costume de isentar de todo o serviço militar e civil aqueles que pedissem esmolas para a Santa Casa de Misericórdia” foi visto como uma “ferida na lei” pela comissão de legislação do Senado, cf. ASI, sessão de 11/05/1833, p.76.

⁹³⁰ ASI, sessão de 17/05/1833, p.102-103. Alguns senadores julgaram ineficaz a proposta do Conselho Geral de Minas que previa a premiação com “moedas de ouro” para aqueles agricultores que utilizassem o arado em suas plantações.

projetos de lei ventilados na Assembleia Geral, o segundo caso era mais complexo, pois implicava na contenção de demandas provinciais e, ao mesmo tempo, no favorecimento de projetos de maior alcance. Foi o que ocorreu, por exemplo, com uma proposta do Conselho Geral de Alagoas sobre a alteração de lugar de uma alfândega daquela província. A proposta, negada, foi mandada imprimir para auxiliar na discussão de um projeto elaborado pelo governo sobre o mesmo tema e que ainda não havia sido discutido na Câmara.⁹³¹ Esse tipo de desenlace não era consensual e desagrava a muitos parlamentares a depender do contexto. Em meio ao debate sobre uma proposta do Conselho Geral de Minas acusada de conflitar com uma já existente, o deputado mineiro Ferreira de Melo, que havia sido membro daquele órgão na sua 1ª Reunião, criticou a argumentação utilizada, ponderando que:

“Não havia objeto sobre que os conselhos gerais pudessem propor, que não fossem de alguma maneira de encontro a uma lei existente, de maneira que se passasse tal princípio, seria melhor extinguir os conselhos gerais, pois havendo lei que marca o limite de uma vila, por exemplo, não poderia propor a desmembração de parte dela para erigir em outra vila”⁹³²

A retórica de Ferreira de Melo tinha como objetivo imediato fazer passar a resolução do Conselho Geral mineiro, mas também deixava transparecer um ponto delicado da prática parlamentar referente aos Conselhos Gerais, que era o do equacionamento entre os interesses vindos das províncias com projetos de maior envergadura política. A questão não era nova. Cerca de dois anos antes à fala de Ferreira de Melo, em meio à discussão sobre uma resolução do Conselho Geral do Grão-Pará a respeito dos estrangeiros que domiciliavam naquela província, o deputado Custódio Dias afirmou que, por não poder alterá-la, votava contra, e rematou dizendo que a proposta não poderia passar porque a medida deveria ser geral, e não de uma “única província”.⁹³³

O desfecho da fala do padre mineiro tocava na questão das resoluções encaminhadas pelos Conselhos Gerais serem de caráter “local” – de ingerência das províncias – ou “geral”, de competência do Parlamento ou do Executivo. Em julho de 1832, veio à tona na Câmara dos Deputados uma proposta do Conselho Geral de São Pedro do Rio Grande do Sul sobre a liberalização da passagem da vila do Rio Grande. Para o deputado pernambucano Venâncio Henriques de Rezende, a questão lhe parecia não caber à província, pois tratava da abolição de um imposto e, portanto, do tesouro, objeto esse que não estava sob tutela dos poderes locais. Em outra direção discursou o deputado riograndense Salvador José Maciel, para quem o produto da

⁹³¹ APB-CD, sessão de 19/06/1830, p.450.

⁹³² APB-CD, sessão de 07/07/1832, p.33.

⁹³³ APB-CD, sessão de 18/09/1830, p.532.

arrematação da passagem era “tão pequeno” e o imposto “tão injusto” que a Câmara não “devia deixar de aprovar a proposta”, o que de fato ocorreu.⁹³⁴

Dias antes entrara em discussão uma proposta do Conselho Geral de Minas sobre a concessão de terras aos colonos estrangeiros que fossem se estabelecer em solo mineiro. Logo de saída o deputado pelo Rio Grande do Norte, Manuel do Nascimento Castro e Silva, lembrou que havia na Câmara um projeto sobre sesmarias que “devia ser preferido para a discussão, não lhe parecendo justo que a favor da província de Minas Gerais se tomasse uma deliberação que não fosse extensiva às mais províncias”. Saíram em defesa da proposta os deputados da bancada mineira Evaristo da Veiga e Batista Caetano de Almeida, este último membro do Conselho mineiro. Ambos alegaram que a proposta respondia às “circunstâncias peculiares” das Minas Gerais, e que uma medida geral não poderia atender todas as províncias a contento, pois cada qual possuía uma demanda específica, argumento que foi apoiado pelo também mineiro Ferreira de Melo. Após algumas breves exposições em contrário que sustentavam a necessidade de uma lei geral, a proposta foi por fim aprovada.⁹³⁵ Na mesma sessão, durante nova discórdia com relação ao caráter “provincial” ou “geral” de outra proposta do Conselho Geral de Minas, Batista Caetano de Almeida lamentou esse tipo de embaraço, declarando que:

“A sorte dos conselhos gerais não era das mais favoráveis porque sendo necessário que se reúnam e trabalhem, viam-se obrigados a recomendar depois aos representantes da província que a ponta de espada discutissem suas propostas, gastando-se não pouco tempo no combate não só a respeito das de Minas, como da outras províncias, quando os seus verdadeiros órgãos, os Conselhos Gerais, é que lá residem e melhor conhecem os interesses delas”.⁹³⁶

Anos antes Bernardo de Vasconcelos já resumira o impasse em torno da questão:

“Como por aí rosnam os servis e ministeriais que o Conselho de Minas exorbitou de suas atribuições, direi agora alguma coisa contra esses indivíduos. Sr. Presidente, se nós quiséssemos averiguar quais eram os negócios de interesse geral e quais eram os de interesse particular de cada uma província, nem a mesma Assembleia podia decidir coisa alguma. Que negócio mais particular há do que o da mineração, e entretanto propondo-se providências particulares sobre a mineração de Minas Gerais, pode-se dizer que isso pertence a todas as províncias, porque também nelas há mineração, como em Mato Grosso, Goiás, etc. Eis aqui como uma medida privativa de Minas Gerais aparece como objeto de interesse geral, e então porque esta providência pode ser extensiva a todas as províncias deve-se negar uma providência proposta pelo Conselho Geral?”⁹³⁷

⁹³⁴ APB-CD, sessão de 14/07/1832, p.68. Situação semelhante ocorreu dias depois, quando entrou em discussão uma proposta do Conselho Geral do Rio Grande do Norte sobre a exportação do sal. A matéria foi rejeitada por alegação de que tratava de impostos, objeto que não era de competência dos Conselhos Gerais. Cf. APB-CD, sessão de 28/07/1832.

⁹³⁵ APB-CD, sessão de 07/07/1832, p.29-31.

⁹³⁶ APB-CD, sessão de 07/07/1832, p.33.

⁹³⁷ APB-CD, sessão de 05/06/1829, p.40.

É evidente que por trás das argumentações genéricas de Caetano de Almeida e Vasconcelos jazia a intenção de legitimar as ações do Conselho Geral de Minas, do qual eram integrantes, mas o fato era que elas traziam à tona a falta de clareza quanto à atribuição ou não de um “interesse provincial” às resoluções dos Conselhos Gerais e o desgaste político que esse tipo de discussão acarretava. Neste ponto, ao invés de dar vazão aos interesses provinciais, a Câmara acabava represando-os, numa atitude que reiterava a assimetria política entre os dois órgãos e a proeminência do Parlamento no controle desse esboço de prática legislativa provincial que exerceram os Conselhos Gerais. Por mais que essa hierarquia já estivesse dada na Carta de 1824 e no regimento de 1828, foi somente no decurso da política que ela ganhou contornos mais nítidos.

Barreiras como essas acabaram exigindo por parte dos parlamentares uma ação mais contundente no sentido de levar adiante as propostas dos Conselhos das províncias as quais representavam. Manoel Odorico Mendes saiu em defesa das resoluções do Conselho Geral do Maranhão, órgão em que atuou como suplente e secretário durante os anos de 1829-1830.⁹³⁸ Redator do periódico o *Recopilador Sergipano* (1832-1834), o deputado Antonio Fernandes da Silveira, que também era conselheiro geral em Sergipe, foi o principal defensor das propostas feitas pelo Conselho da sua terra natal.⁹³⁹ Antonio Pereira Ribeiro, suplente na Câmara pela província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, sintetizou a atuação de um deputado com relação às propostas vindas do Conselho Geral da província a qual representava. Segundo ele, não cabia a um deputado “sustentar a utilidade da proposta, mas mostrar a sua justiça e necessidade, porque a Câmara não podia estar ao fato de circunstâncias peculiares” de cada província.⁹⁴⁰ Em direção semelhante, o mineiro Batista Caetano de Almeida advogou uma ampla aceitação das demandas provinciais: “eu continuo com a minha mania; se é que mania pode chamar-se, de advogar as propostas dos Conselhos Gerais, uma vez que não ferem a Constituição”.⁹⁴¹ O mesmo argumento foi utilizado pelo Marquês de Barbacena, no Senado.⁹⁴²

O negociante Batista Caetano de Almeida, vale dizer, foi um dos principais articuladores da bancada mineira em prol das resoluções do Conselho Geral de Minas durante a 2ª legislatura (1830-1833). O fato de ele ser membro do Conselho mineiro investiu-o de um maior conhecimento de causa a respeito das propostas daquele órgão, o que em termos práticos auxiliou-o no convencimento dos demais parlamentares. Quando do debate sobre uma proposta do Conselho

⁹³⁸ APB-CD, sessão de 25/09/1830, p.560.

⁹³⁹ APB-CD, sessão de 13/07/1832, p.68. Em 1834, Fernandes da Silveira conseguiu fazer com que a Câmara votasse com urgência uma resolução do Conselho Geral de Sergipe sobre a medição de terras indígenas, cf. APB-CD, sessão de 14/08/1834, p.231.

⁹⁴⁰ APB-CD, sessão de 07/07/1832, p.34.

⁹⁴¹ APB-CD, sessão de 14/07/1832.

⁹⁴² ASI, sessão de 24/05/1832, p.130.

Geral de Minas acerca da convocação de companhias para empreenderem a navegação de rios e a abertura de estradas – projeto esse que fora expandido meses antes, em Ouro Preto, pelo próprio Caetano de Almeida⁹⁴³ – este apelou para uma argumentação marcadamente técnica para expor os benefícios aos outros membros da Casa, o que resultou na aprovação da matéria.⁹⁴⁴

O Conselho de Minas teve em Bernardo Pereira de Vasconcelos outro importante ponto de comunicação com a Câmara dos Deputados, de forma que a atuação do político naquela Casa, sobretudo durante o final da 1ª legislatura (1826-1829), foi pautada por sucessivas tentativas em aprovar as resoluções emanadas do órgão mineiro. Em abril de 1829, Vasconcelos requereu que se solicitasse a aprovação pelo governo de uma proposta sobre o problema do cobre falso em circulação, pedido que foi feito dias depois, com aprovação da Câmara.⁹⁴⁵ Em maio do mesmo ano, após a comissão de constituição expor seu parecer sobre uma proposta do Conselho Geral de Minas sobre as conhecenças, Vasconcelos pediu, com aprovação dos demais colegas, que a mesma fosse impressa junto com o parecer a fim de agilizar a matéria.⁹⁴⁶ Um método utilizado por Vasconcelos era o de tentar inserir a apreciação de alguma matéria do Conselho mineiro cujo teor fosse análogo ao que tramitava no plenário. Em meio à discussão de um parecer da comissão de justiça civil sobre uma representação do vice-presidente da província de São Paulo que pedia a criação de uma casa de correção naquela província, o deputado ponderou que a mesma comissão analisasse proposta similar do Conselho Geral de Minas.⁹⁴⁷ Dias depois a comissão composta pelos deputados João Ricardo da Costa Dormund e Antonio Augusto da Silva expôs seu parecer negativo com relação à proposta do Conselho Geral de Minas, por julgá-la “exorbitante das atribuições” daquele órgão. A comissão alegou que a matéria, aparentemente particular, era de interesse geral, e por isso deveria ser tratada pelos deputados como um projeto de aplicação genérica. Vasconcelos se opôs ao parecer, afirmando que a matéria tinha explícito interesse provincial. Tentou mandar imprimir a matéria em caráter de urgência, porém sem sucesso.⁹⁴⁸

Era comum que a espera por um parecer de comissão retardasse a discussão de alguma resolução. Os deputados sabiam, ademais, que ao passar pelo crivo negativo de determinada comissão uma proposta feita pelos Conselhos Gerais perdia sua força, aumentando a chance de ser refutada pelos demais parlamentares. Por isso mesmo Vasconcelos requereu, com sucesso, que uma

⁹⁴³ APM, ACG-MG, sessão de 24/12/1831, p.147-148.

⁹⁴⁴ APB-CD, sessão de 07/07/1832, p.30-32. Ver, também, discussão sobre a proposta do Conselho Geral de Minas Gerais sobre a arrecadação dos direitos de ouro em pó, cf. APB-CD, p. 28/07/1832, p.119.

⁹⁴⁵ APB-CD, sessões de 14/04/1829 e 24/04/1829, p.42. Meses mais tarde, Vasconcelos solicitaria que a mesma matéria fosse submetida ao exame da comissão de dívida pública, cf. APB-CD, sessão de 26/08/1829.

⁹⁴⁶ APB-CD, sessão de 11/07/1829, p.100.

⁹⁴⁷ APB-CD, sessão de 06/07/1829, p.46. Vasconcelos repetiu o artifício na mesma sessão, quando se tratou sobre o aumento de ordenados dos oficiais da secretaria do governo de Minas Gerais.

⁹⁴⁸ APB-CD, sessão de 29/07/1829, p.174.

proposta do Conselho Geral mineiro sobre a circulação de cobre falso fosse impressa e discutida independentemente do parecer da comissão de impostos e rendas públicas:

“Há dias protestei neste augusto recinto, que não deixaria de requerer de dois em dois dias a V. Ex. para lembrar à ilustre comissão de impostos e rendas públicas, a proposta do conselho geral da província de Minas Gerais sobre o cobre falso, e ninguém me acusará de esquecido. Hoje porém outra é minha intenção, venho rogar a esta augusta câmara se digne a aliviar a ilustre comissão de imenso peso de interpor o seu parecer; o meu requerimento é que se imprima a proposta e se discuta independentemente de parecer da comissão; e quando assim não se vença, continuarei, Sr. Presidente, a clamar, a praguejar a sorte do conselho geral de Minas”.⁹⁴⁹

É provável, ainda, que Vasconcelos tenha utilizado sua influência na Câmara para atuar a favor do Conselho Geral mineiro nas ocasiões em que compôs alguma comissão parlamentar. Em junho de 1830, por exemplo, quando foi integrante da comissão da fazenda, esta transmitiu um parecer favorável a uma representação do Conselho Geral mineiro sobre a cobrança de emolumentos que era feita no registro de Paraibuna a título de termo.⁹⁵⁰ A relação contínua entre Conselhos Gerais e Parlamento fez com Vasconcelos sugerisse, em sessão do Conselho de Minas, que este solicitasse às duas Casas legislativas os diários e atas dos seus trabalhos.⁹⁵¹

Diogo Feijó também procurou agilizar o encaminhamento das propostas do Conselho Geral de sua província de origem. Em junho de 1829, durante sessão da Câmara dos Deputados, o padre fez um requerimento para que se investigasse o ex-ouvidor da cidade de São Paulo Manoel da Cunha de Azevedo Coutinho Souza Chichorro, conforme solicitava uma representação feita pelo Conselho Geral de São Paulo.⁹⁵² Souza Chichorro era um antigo desafeto dos liberais paulistas que havia sido acusado, na época em que fora juiz de fora de Taubaté (1825), de pronunciar-se contra o cumprimento da Carta constitucional jurada um ano antes, atitude reprovada pelo Ministério e que lhe custou o cargo.⁹⁵³ A nova denúncia, feita originalmente pela Câmara Municipal de Paraibuna, recaía sobre suposto crime de prevaricação por Sousa Chichorro, tópico que mereceu destaque na imprensa paulista.⁹⁵⁴ A comissão de justiça civil da Câmara dos Deputados analisou a denúncia e sugeriu que essa fosse encaminhada ao governo, o que recebeu aprovação.⁹⁵⁵ Anos mais tarde,

⁹⁴⁹ APB-CD, sessão de 29/08/1829.

⁹⁵⁰ APB-CD, sessão de 21/06/1830, p.458. Os demais integrantes da comissão de fazenda eram João Mendes Viana, Duarte da Silva, Gervásio Pires Ferreira e Bernardo Belisário Soares de Sousa.

⁹⁵¹ APM, ACG-MG, sessão de 14/02/1831, p.250.

⁹⁵² APB-CD, sessão de 30/06/1829, p.180.

⁹⁵³ O episódio, conhecido como “Chichorrada”, ainda carece de estudos específicos. Em maio de 1825, o Ministério do Império afastou-o do cargo de juiz de fora de Taubaté, tendo em vista seus “escandalosos passos contrários ao sistema constitucional”. Cf. Decreto de 18/05/1825, *Apud O Padre Amaro, ou Sovéla: política, histórica e literatura*. Londres, 1825, p.93.

⁹⁵⁴ *O Farol Paulistano*, nº 176, 30/12/1828.

⁹⁵⁵ APB-CD, sessão de 15/07/1829, p.108.

ocupando o cargo de ministro da Justiça, fez valer sua condição de integrante do Executivo para levar ao Conselho de Estado uma resolução do Conselho Geral de São Paulo que suprimia as paróquias criadas nas aldeias de Pinheiros, Ibuí, São Miguel, Itaquaquecetuba, Escada e Itapecerica, a qual recebeu aprovação provisória até que a Assembleia Geral “deliberasse definitivamente acerca desse objeto”.⁹⁵⁶

No Senado, o engajamento com as propostas dos Conselhos Gerais se fez em escala menor, muito embora a análise de resoluções constituísse atividade quase diária dos senadores, o que em certa medida contradiz os ataques da oposição de que a casa vitalícia dava as costas para a política provincial. O envolvimento pessoal em um nível mais reduzido tem explicação. Antes da chegada de homens como Paula Sousa, Ferreira de Melo e Feijó, praticamente nenhum senador havia sido conselheiro geral ou da presidência, até porque muitos dos senadores residiam na Corte. A falta de conhecimento de causa das peculiaridades provinciais também pesava, mas o fato principal era que os senadores se arvoravam da condição, mais do que os deputados se pensarmos em termos de conjunto, de representantes da nação, não das províncias. A vitaliciedade do cargo lhes abonava maior liberdade de ação e, respectivamente, maior independência para com as bases eleitorais, de modo que as pautas provinciais se prestaram menos ao uso político do que na Câmara dos Deputados. Ali se fortaleceu cada vez mais a ideia de que uma resolução deveria ser barrada apenas se ferisse a Constituição, ao passo que no Senado o rigor foi maior. A câmara alta breiou várias resoluções dos Conselhos Gerais aprovadas pelos deputados, embora nos pareça exagerado creditar aos senadores o baixo índice de propostas convertidas em lei.⁹⁵⁷ Além disso, ao escolher deter o direito de emendar as resoluções dos Conselhos Gerais, o Senado ampliou as possibilidades de aprovação, o de fato ocorreu na prática. Evitou-se, também, decidir sobre resoluções consideradas de atribuição exclusiva da Câmara dos Deputados, como a criação de impostos.⁹⁵⁸

O ex-presidente de São Paulo Lucas Antônio Monteiro de Barros foi um dos maiores porta-vozes do Conselho Geral paulista no Senado, onde entrou em ásperas discussões com outros membros da casa.⁹⁵⁹ Quando da análise da resolução sobre o aumento do patrimônio da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, Congonhas do Campo criticou a posição contrária do senador Evangelista e o acusou de desconhecer a realidade da capital paulista.⁹⁶⁰ Anos antes já havia sido um dos responsáveis por defender a escolha de São Paulo como uma das duas cidades a receber um

⁹⁵⁶ ACE, 86ª sessão (16/03/1832); CEDI-CD, lata 73, maço 11, pasta 1, ofício de 09/05/1832.

⁹⁵⁷ Em julho de 1832, o Senado barrou uma proposta do Conselho Geral de Minas Gerais que visava à criação de uma cadeira de taquigrafia, cf. ASI, sessão de 16/07/1832, p.154. A proposta havia sido aprovada dias antes, sem discussão, pela Câmara dos Deputados, cf. APB-CD, sessão de 07/07/1832, p.29. O Conselho Geral de São Paulo teve reprovada pelo Senado uma resolução que proibia os párocos de saírem de suas freguesias sem consentimento, cf. ASI, sessão de 02/07/1832, p.08. A resolução acabara de ser aprovada pelos deputados, cf. APB-CD, sessão de 23/06/1832, p.129.

⁹⁵⁸ ASI, sessão de 27/06/1831, p.39.

⁹⁵⁹ ASI, sessão de 13/05/1831, p.109; 20/05/1831, p.192; 16/07/1832, p.148.

⁹⁶⁰ ASI, sessão de 02/06/1832, p.206.

Curso Jurídico.⁹⁶¹ Vergueiro, eleito senador por Minas Gerais, mas ligado à política paulista, mostrou envolvimento com questão de política local, mas sem a contumácia dos tempos de deputado.⁹⁶² A ascensão de Paula Sousa, em 1833, significou uma maior preocupação da bancada paulista para com os assuntos questões provinciais, mas não se pode dizer que houve grandes mudanças.⁹⁶³ Na bancada mineira não houve nenhum senador que se destacou nesse sentido. Vale lembrar que a pequena ascensão dos liberais ao Senado deu-se num momento em que a reforma constitucional estava em plena discussão, o que provavelmente diminuiu o interesse dos senadores com relação às propostas dos Conselhos Gerais.

A subordinação obrigatória dos Conselhos Gerais à Assembleia Geral, bem como a ausência de um entendimento sobre a natureza das propostas emitidas por esses órgãos demandaram, como é possível notar a partir dos exemplos supracitados, certo empenho por parte dos legisladores no sentido destes verem aprovadas as demandas provinciais com as quais concordavam. E a equação para tal não era simples: era preciso apontar para a importância da proposta em questão, defendê-la em termos legais e, sobretudo, persuadir grupos de outras províncias da necessidade de sua aprovação. Este era um ponto, na ótica d'*o Universal*, que fez dos Conselhos Gerais órgãos de pouca concretude prática:

“Nas assembleias gerais as causas de uma província dependem dos deputados de outra. E que interesse pode tomar nelas um homem estranho sem um pleno conhecimento das necessidades peculiares da província que não o elegeu, e talvez mesmo se afeto a ela? E como dar-lhes o devido valor? Se mesmo entre os representantes de uma só vemos tantas discordâncias, quantas haverão entre os de muitas? Que será pois daquela província que não tendo senão um Deputado não achar quem apoie os esforços que ele fizer bem dela?”⁹⁶⁴

Proferido em agosto de 1834, dias antes da sanção do Ato Adicional pela Regência, a fala do redator mineiro tinha como desígnio imediato corroborar a reforma constitucional, sem deixar de reeditar, todavia, uma impressão que vinha se avolumando a cada ano legislativo e que não parava por aí. Para o *Novo Argos*, em texto escrito antes mesmo do tema da reforma vir à tona no Parlamento, o problema ia além da falta de conhecimento das peculiaridades provinciais pelos deputados. Ele residia, antes, no conflito de interesses entre as províncias. Os interesses de Minas Gerais, por exemplo, difeririam daqueles das províncias litorâneas:

⁹⁶¹ ASI, ver sessões de 1826 e 1827.

⁹⁶² Em 1829, Vergueiro fez indicação ao conselho Geral de São Paulo para a criação de freguesia na povoação de Morro Azul, cf. ACG-SP, 12/01/1829, publicado em *O Farol Paulistano*, nº 182, 24/01/1829. Ver, também, ASI, sessão de 16/07/1832, p.148.

⁹⁶³ Uma das características de Paula Sousa foi atuar, como na Câmara dos Deputados, no sentido de acelerar a votação das propostas encaminhadas pelos Conselhos Gerais. Cf. ASI, sessão de 15/05/1834, p.27.

⁹⁶⁴ *O Universal*, nº 1087, 03/10/1834.

“Sendo diversos nossos interesses dos das províncias marítimas, e pertencendo a estas províncias a maioria dos representantes da nação, poucas das propostas do Conselho Geral obterão a aprovação da Assembleia Geral pela falta de conhecimentos peculiares de Minas, conhecimentos que só se podem encontrar no seio do Conselho, ocupado todo com as representações das Câmaras, e dos povos”.⁹⁶⁵

Alguns casos permitem elucidar a pluralidade de implicações que circundava a aprovação de determinada proposta, a começar por um ocorrido em 1832, durante a discussão sobre uma resolução do Conselho Geral de São Pedro do Rio Grande do Sul, que tinha como finalidade construir um chafariz na cidade de Porto Alegre. Já no início dos debates, o deputado suplente pela Bahia Francisco Jê Acaiaba de Montezuma afirmou que só votaria pela resolução “se a câmara se engajassem a dar a quantia necessária para se construir um chafariz na cidade da Bahia, porque era na verdade escandaloso que em uma tão rica província, e tão produtiva, os seus habitantes se vissem obrigados a mandar buscar água numa légua fora da cidade”. O deputado pelo Rio Grande Salvador José Maciel redarguiu observando que o fato de o Conselho Geral da Bahia não ter feito proposta semelhante não era “razão suficiente para se deixar de aprovar a proposta do Rio Grande do Sul, cujos habitantes, por falta de aqueduto estavam sujeitos a doenças provenientes da insalubridade da água”. A resposta do deputado baiano foi a de que “talvez os conselheiros da Bahia não o fizessem por causa da falta de recursos”.⁹⁶⁶

Um tanto inusitada, a última fala de Montezuma tocava num aspecto fundamental que era o da origem dos recursos que seriam despendidos para por em execução as resoluções dos Conselhos Gerais, uma vez que estes não dispunham de nenhum suporte legal que lhes assegurasse uma renda fixa para o cumprimento de suas resoluções. Por conta disso, ainda sob o governo de d. Pedro, o Ministério do Império fez circular uma decisão aduzindo que não cabia ao governo disponibilizar recursos para a implantação das resoluções dos Conselhos Gerais, e que portanto o dinheiro deveria ser extraído das próprias Juntas da Fazenda Provinciais (depois Tesourarias Provinciais), tendo como base o montante destinado a cada província pelas leis do orçamento de cada ano financeiro.⁹⁶⁷

Os deputados Duarte da Silva e Soares da Rocha, por sua vez, votaram contra a proposta porque a acharam “muito pequena” para ir à Assembleia, e sugeriram que ela fosse concretizada pelo próprio governo provincial, utilizando os recursos estipulados na lei do orçamento para obras públicas daquela localidade. Para Honório Hermeto, também oponente à resolução, se a proposta passasse poderia entender-se que a despesa com o chafariz não estava vinculava ao dinheiro consignado no orçamento para obras públicas, gerando déficit aos cofres provinciais. Caetano de Almeida concordou com a pouca monta da proposta, mas avaliou que uma vez feita, não custava

⁹⁶⁵ *O Novo Argos*, nº 68, 01/03/1831.

⁹⁶⁶ APB-CD, sessão de 14/07/1832, p.68.

⁹⁶⁷ Decisão do Ministério do Império de 23 de novembro de 1830 – declara não competir ao Governo o recurso das Resoluções dos Conselhos Gerais. In: *Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1831*, op. cit., p.153.

aprová-la, cabendo ao Conselho da Presidência o direcionamento dos recursos para a feitura da obra.⁹⁶⁸ A resolução acabou aceita, embora propostas semelhantes não obtivessem êxito igual.⁹⁶⁹

Pela mesma época veio à baila a discussão de uma proposta do Conselho Geral de Minas, já mencionada anteriormente, sobre o estabelecimento de um local de criação de animais naquela província. A proposta não tinha nada de excepcional se não fosse o detalhe de que o local escolhido para o empreendimento era o terreno da Fazenda Nacional da Cachoeira, que supostamente havia sido de domínio do ex-imperador.⁹⁷⁰ Quando entrou em discussão na Câmara, foi pugnada por Batista Caetano de Almeida, para quem a “utilidade da proposta” era evidente, podendo inclusive servir de exemplo para outras províncias. O deputado mineiro foi contestado por José Bonifácio, então deputado suplente pela Bahia e tutor do filho do ex-monarca, que afirmou ser a fazenda propriedade particular – bem herdado pelos descendentes de d. Pedro – e por isso mesmo o Conselho Geral não poderia dela dispor, no que foi apoiado por Rebouças. Então entrou em cena Honório Hermeto, que, munido de uma argumentação repleta de pormenores, procurou mostrar a legalidade da matéria, observando que não se tratava de um bem da família real. Embora reconhecesse que, por conta da vacância do trono e da tutoria do filho de d. Pedro, a Assembleia Geral passara em certa medida a fazer a “guarda dos bens da nação”, o deputado pela Bahia Miguel Calmon Du Pin achou prudente que o objeto fosse adiante até o envio de documentos que pusessem às claras o assunto.

O debate assumiu contornos marcadamente políticos, escancarando o fato de que as propostas dos Conselhos Gerais, quando em discussão no plenário, estavam suscetíveis a transformações de significado. Ferreira de Melo votou pelo adiamento da proposta, por não querer que o Conselho de Minas ficasse suspeito de obrar “com leveza e sem reflexão” ou de querer “tirar uma propriedade pertencente ao imperador”. No mesmo sentido opinou o também mineiro Custódio Dias, para quem “se queria dar grande expansão ao negócio” – referindo-se aí aos detratores da proposta. Percebe-se, na fala dos deputados mineiros, certo receio de que a aprovação da proposta fosse utilizada politicamente contra o Conselho de Minas e aqueles que a endossassem, colocando-os contra o Executivo e, no limite, contra o Estado. Venceu o adiamento da proposta, que não voltou mais à tona.⁹⁷¹ Novo enfrentamento deu-se no mês seguinte entre de um lado Caetano de Almeida, Evaristo da Veiga, Ferreira de Melo e Honório Hermeto e, de outro, Rebouças,

⁹⁶⁸ APB-CD, sessão de 14/07/1832, p.69.

⁹⁶⁹ Veja-se o caso, por exemplo, de uma resolução do Conselho Geral do Piauí que consignava certa quantia para a construção de uma cadeia na capital. Decidiu-se que a proposta era inútil porque na lei do orçamento já vinha incluída a quantia necessária para a obra. Pelo mesmo motivo foi rejeitada uma proposta do Conselho Geral do Maranhão para erguer-se uma cadeia na vila de Paranaguá. Cf. APB-CD, sessão de 28/07/1832, p.121.

⁹⁷⁰ APM, ACG-MG, sessão de 14/12/1831, p.64-66.

⁹⁷¹ ABP-CD, sessão de 02/06/1832, p.68-69. Houve, inclusive, repercussão do caso na imprensa mineira, cf. *O Novo Argos*, nº 136, 26/06/1832.

Montezuma, May e Soares da Rocha, sobre uma proposta do Conselho Geral de Minas para a criação de uma Relação naquela província.⁹⁷²

Em torno de debates como esses gravitavam objetivos que iam além de uma postura localista e ciosa em satisfazer as demandas provinciais. Em ambos os casos impunha-se aos anseios locais a subordinação a um patamar de negociação interprovincial mais amplo, manifesto dentro do Legislativo, num intrincado jogo de interesses que revelava limites na relação entre centro e província no momento inicial da Regência. Comportamentos como os de Montezuma e Ferreira de Melo expunham o fato de que os assuntos provinciais não eram um compartimento isolado e que, portanto, faziam parte da conjuntura política do Império. Não nos esqueçamos que Montezuma se firmou como um dos principais nomes da oposição aos moderados dentro da Câmara após a Abdicação, ao passo que na época do adiamento da proposta do Conselho Geral de Minas sobre a fazenda de criação encetava-se um desabrido movimento que alardeava pela destituição de Bonifácio da tutoria do futuro d. Pedro II. Neste sentido, o manejo das propostas dos Conselhos Gerais serviu para os parlamentares como instrumento de luta e negociação política, em que o objetivo último nem sempre foi o de afiançar os interesses provinciais. Este tipo de postura foi detectado pelo redator d' *O Universal*, em 1833, num período que os moderados, embora ocupando cargos no Executivo, sofriam cerrada oposição na Câmara. Adepto da Regência e defensor da ala moderada da Câmara, o jornal condenou o uso político de uma proposta do Conselho Geral mineiro pela então oposição:

“(…) Uma comissão da Câmara dos Deputados julga atendível a proposta, converte-a em projeto de lei, e entra logo em discussão. Os membros da oposição fazem-lhe a mais viva guerra, e sob o pretexto de que esta medida era uma arma terrível nas mãos do Governo, opõe-se a que o projeto seja adotado; mas a maioria da Câmara que felizmente não se compõe de homens exagerados nos seus princípios políticos, tem defendido com calor a proposta (...) Foi assim que aconteceu propondo o nosso Conselho Geral na Sessão do ano passado uma semelhante medida a favor do 1º corpo de cavalaria de 1ª linha destacado nessa província” (...).⁹⁷³

Não é ocioso notar, todavia, que o engajamento das bancadas provinciais na aprovação de propostas dos Conselhos Gerais referentes à província a qual representavam constituía uma tendência geral, mas não uma regra, o que nos faz retomar a ideia da relativa independência dos deputados para com seus eleitores. Mesmo entre grupos mais ou menos afinados politicamente

⁹⁷² Os deputados contrários à proposta, como Montezuma, fundamentaram suas razões nos seguintes pontos: 1º) Convinha tomar a este respeito uma medida geral, na conformidade da Constituição, para não haver relações com diferentes regimentos; 2º) Era excessivo o número de desembargadores proposto; 3º) A proposta não estava nos termos da Constituição, por tratar de medida geral, o que não era atribuição dos Conselhos gerais de província. Os deputados favoráveis à proposta, como Evaristo da Veiga, afirmaram que havia a necessidade de uma Relação em Minas Gerais, e que a matéria era algo peculiar à província, não geral. A matéria foi adiada, cf. APB-CD, sessão de 21/07/1832, p.100.

⁹⁷³ *O Universal*, nº 896, 01/07/1833.

havia discordâncias, à semelhança do que ocorria nos projetos elaborados pela Câmara dos Deputados. Em julho de 1832, iniciou-se a discussão sobre uma proposta do Conselho Geral mineiro que extinguiu a Junta da Administração Diamantina de Tejuco. Evaristo da Veiga, deputado por Minas que dependia das articulações de grupos do sul de Minas para se eleger por aquela província, rechaçou a proposta “porque lhe parecia que tratava de objeto que não estava nas atribuições do conselho, por ser negócio de interesse geral, além de que ia de encontro a uma lei”. O posicionamento de Evaristo conflitava com seus companheiros de bancada Honório Hermeto, Caetano de Almeida e Ferreira de Melo, que defenderam a aprovação da proposta.⁹⁷⁴ Uma semana depois foi a vez do deputado sergipano Fernandes da Silveira votar contra uma resolução do Conselho Geral do Sergipe sobre a criação de práticos para as barras daquela província.⁹⁷⁵ Já certos homens, proeminentes em suas províncias de origem, não conseguiam empreender a mesma projeção política dentro da Câmara, o que em tese pode ter atrapalhado na articulação em prol das propostas dos Conselhos Gerais. Os casos mais notórios são os de Rafael Tobias de Aguiar, para São Paulo, e Manoel Inácio de Melo e Sousa, para Minas. Na Corte ambos tiveram, ao menos no plenário, atuações discretas, além de pouco participar dos debates e comissões.⁹⁷⁶

Não nos esqueçamos, também, que muitas das medidas que saíam das províncias eram *representações* e não *propostas* efetivas com vistas a se tornarem lei, o que permitia ainda mais seu uso político pelos parlamentares, como parece ter sido o plano de Vasconcelos com relação ao vencimento do prazo da Convenção de 1826. Em linhas gerais, o acordo diplomático celebrado entre Brasil e Inglaterra estabelecia o prazo de três anos para extinção do comércio negreiro ao sul do Equador, a partir da ratificação dos dois gabinetes.⁹⁷⁷ Vasconcelos, representante da província que mais consumia cativos na primeira metade do século XIX, propôs, em dezembro de 1828, em sessão do Conselho Geral de Minas, que este representasse ao Executivo e à Assembleia Geral a “necessidade absoluta de ser prorrogado o prazo para a cessação do comércio da escravatura”, uma vez que ele acarretaria “funestas consequências” à economia mineira, que já padecia da falta de “braços” em virtude dos “recrutamentos opressivos e ruinosas expedições de tropas de 1ª e 2ª linha” e do êxodo da população masculina temerária aos alistamentos forçados. Na argumentação de Vasconcelos, abolir o tráfico seria o mesmo que decretar o fim da economia mineira, e por isso

⁹⁷⁴ APB-CD, sessão de 07/07/1832, p.32-33.

⁹⁷⁵ APB-CD, sessão de 14/07/1832, p.69.

⁹⁷⁶ Em setembro de 1830, Tobias de Aguiar fez parte da comissão de comércio e agricultura da Câmara, cf. APB-CD, sessão de 25/09/1830. No mês anterior, solicitou o esclarecimento a respeito de recrutamentos feitos para preencher corpos de 1ª linha em São Paulo, cf. APB-CD, sessão de 02/08/1830, p.281. Para São Paulo também é exemplar o caso de Manoel Joaquim de Ornelas. Um dos poucos pronunciamentos de Ornelas na Câmara ocorreu em 1829, quando apresentou um projeto sobre a eleição de juízes ordinários e de órfãos, cf. APB-CD, sessão de 16/06/1829.

⁹⁷⁷ SANTOS, Guilherme de Paula Costa. *Política e Diplomacia. A Fundação do Império, Convenção de 1826 e Tráfico de escravos. Relatório de Qualificação de Doutorado*. São Paulo: FFLCH-USP, 2012, p.99.

prorrogar o prazo afigurava-se como o remédio “mais acertado e mais profícuo”.⁹⁷⁸ Vasconcelos não era ingênuo a ponto de achar que uma representação dessa natureza alterasse, por si só, os rumos da política escravista. Sua intenção parece ter sido muito mais a de fazer do Conselho Geral de Minas uma ponta de lança para um problema de maior envergadura – o tráfico de escravos – e sensibilizar os parlamentares sobre a questão, deixando implícito que o problema envolvia muitos interesses em jogo. A proposta foi aprovada no Conselho Geral em fevereiro de 1829 e, ao que tudo indica, apenas o Senado deu atenção ao documento, não obstante tenha se eximido da matéria por considerá-la de incumbência do Executivo.⁹⁷⁹

É preciso atentar, ainda, para o fato de que as demandas províncias não chegavam ao Rio de Janeiro apenas via Conselhos Gerais, mas também a partir da própria iniciativa dos deputados, que nessas situações se projetavam mais como representantes da província – ou de pelo menos parte dela – do que da nação. O deputado Ferreira de Melo, por exemplo, propôs uma série de medidas voltadas para o desenvolvimento das Minas Gerais, dentre elas a criação de um correio entre Minas e São Paulo e a reformulação dos termos de cobrança do dízimo do café para as duas províncias – propostas que reforçam a proximidade entre setores paulistas e mineiros –, bem como outra que previa a diminuição dos encargos referente ao transporte de mercadorias dentro do solo mineiro.⁹⁸⁰ Não por acaso, todavia, propostas como essas, ventiladas também por deputados de outras províncias, incidiram com maior frequência antes da instauração efetiva dos Conselhos Gerais, o que reitera a tese de que, a despeito das suas limitações, os Conselhos Gerais constituíram-se como o principal espaço de formulação de políticas públicas em nível provincial. Veja-se o caso da supracitada proposta de alteração do dízimo do café, que uniu deputados paulistas e mineiros contra o parecer feito sobre a matéria pela comissão da fazenda da Câmara.⁹⁸¹ Esta claramente privilegiou os cofres do Rio de Janeiro, propondo que o dízimo fosse arrecadado na Corte e não nas províncias, onde ocorria um “roubo escandaloso” protagonizado pelos “arrematantes paulistas e mineiros”, segundo palavras do deputado Sousa França. A matéria acabou sendo adiada e Vasconcelos, que se

⁹⁷⁸ Proposta que fez o Sr. Conselheiro Vasconcelos na Sessão de 10 [de dezembro de 1828] do corrente. Documento extraído do *Diário do Conselho Geral de Minas Gerais* e publicado pelos jornais *O Universal*, nº 224, 17/12/1828 e *Astro de Minas*, nº 178, 06/01/1829.

⁹⁷⁹ A resolução final do Conselho Geral de Minas é mencionada por Tâmis Parron, que não cita qualquer discussão sobre a matéria na Câmara dos Deputados. Cf. PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Brasil, 1826-1865*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2009, p.70.

⁹⁸⁰ APB-CD, sessões de 09/05/1828, p.36; 28/07/1828, p.201; CEDI-CD, doc. 240, 09/05/1828.

⁹⁸¹ Além de Ferreira de Melo, pronunciaram-se a favor de Minas e São Paulo os deputados Vasconcelos, Miranda Ribeiro, Monteiro de Barros e Costa Aguiar. Este último utilizou os seguintes termos: “a medida dada para esta resolução em questão é muito nociva aos interesses da província de S. Paulo; já o Sr. Vasconcelos defendeu os de Minas, eu devo também pugnar pelos interesses de minha província porque sou paulista”. Cf. APB-CD, sessão de 28/08/1828, p.155.

colocou ao lado dos seus conterrâneos, sentenciou que competia ao Conselho Geral de Minas “examinar as circunstancias particulares e propor o método de arrecadação mais conveniente”.⁹⁸²

* * *

Em meio à discussão e aprovação do Ato Adicional, no curso de 1834, a Câmara dos Deputados e o Senado praticamente suspenderam os trabalhos relacionados aos Conselhos Gerais e a outros negócios provinciais. Os deputados votaram que as resoluções dos Conselhos seriam enviadas para uma comissão que as repassaria para as províncias assim que as Assembleias Legislativas fossem instaladas.⁹⁸³ Findava-se um período de quase seis anos em que o Legislativo teve a importante incumbência de dar vazão às demandas provinciais consubstanciadas nos Conselhos Gerais de todo o Império.

Ao longo do capítulo pôde-se notar que o problema em torno dos Conselhos Gerais não estava, ao contrário do que ainda faz crer boa parte da bibliografia, tão somente na sua limitação político-administrativa, cujo lado mais evidente era a falta de competência legislativa. É bem verdade que a Carta de 1824 pode ser interpretada, sob esse viés, como um documento que pôs obstáculos ao exercício da autonomia provincial, no entanto se a questão fosse apenas essa poderia ter sido parcialmente remediada pelos próprios legisladores, sobretudo pelos deputados, se estes tivessem adotado um expediente mais sistemático de aprovação de propostas, como chegaram a sugerir políticos mais coniventes com os Conselhos. Mas não, o que se deu foi um encadeamento de relações entre eleitores, conselheiros gerais, deputados (muitos deles também conselheiros) e senadores que, em função de fatores como disputas políticas, heterogeneidade das bancadas provinciais, relativa independência dos legisladores diante das bases eleitorais e existência de assuntos de maior relevância nacional a serem tratados no Parlamento, praticamente inviabilizou a etapa final do sistema de funcionamento dos Conselhos Gerais, qual seja, a aprovação de suas propostas pela Assembleia Geral.

Para os contemporâneos a conclusão óbvia era que os Conselhos Gerais precisavam de atribuições mais substantivas, constatação que tomou vulto a ponto de se tornar o estandarte maior dos que brandiriam pela reforma da Constituição a partir da reta final do Primeiro Reinado. Tema fulcral, sem dúvida, mas que tende a eclipsar outras questões igualmente importantes. A começar pela *representação*, que tal como disposta na Carta de 1824 possibilitava apropriações e usos variados conforme a ocasião, sintoma de como o ato de representar era uma prática em

⁹⁸² *Ibid.*, p.154-156.

⁹⁸³ APB-CD, sessões de 30/07/1834 e 25/08/1834. Mesmo assim houve casos em que, alegando-se uma provável demora na instalação das Assembleias, procurou-se dar seguimento a matérias de interesse provincial, cf. APB-CD, sessão de 12/08/1834, p.222.

construção permanente e que misturava a experiência política anterior à fundação do Império do Brasil – especialmente das Câmaras Municipais, das Cortes de Lisboa e das Juntas de Governo – com a necessidade imediata de se impor uma agenda nacional que se sobrepujasse às aspirações de cunho mais regional.

Dado que os parlamentares cultivavam, em maior ou menor grau, vínculos com suas localidades de origem, participando até das esferas de poder ali investidas, estava posto para estes homens que ao fazer política provincial fazia-se, direta ou indiretamente, política nacional e vice-versa. Grupos locais se valeram do Parlamento para certificar seus interesses da mesma forma que converteram demandas provinciais em instrumentos de luta e negociação dentro do jogo político da Corte.⁹⁸⁴ Nesse sentido os negócios provinciais foram, a um só tempo, *meio e fim* da ação política, ajudando a pavimentar o acesso de setores regionais ao interior do Estado. Ficava cada vez mais claro, no entanto, que a convivência num mesmo espaço de poder de propósitos tão distintos era uma faca de dois gumes, sendo talvez melhor operar uma clivagem institucional que conseguisse garanti-los sem que colidissem. Por essa perspectiva as Assembleias Legislativas, oficializadas pelo Ato Adicional, assumem um sentido outro, além da inequívoca ampliação dos poderes provinciais. Elas foram fruto, também, do reconhecimento da existência de demandas específicas de política e do papel institucional que as províncias teriam na estruturação do Estado.

Os casos de São Paulo e Minas Gerais permitem elucidar que essa inserção dos elementos provinciais na Corte se processou de forma tão cambiante e fragmentada, que polarizações do tipo “interesse local vs. interesse nacional” ou “centro vs. província” passam a fazer menos sentido, deixando espaço para uma compreensão mais interligada dessas esferas. Ainda entre mineiros e paulistas, e tendo em vista a distribuição de assentos pelo Legislativo, não se pode ocultar o fato de que houvessem políticos mais compromissados com a política provincial do que outros, e que justamente os primeiros fizeram parte, via de regra, da heterogênea oposição ao governo de d. Pedro na Câmara dos deputados. Mas se de um lado o 7 de abril avigorou a interdependência das esferas provincial e nacional, de outro mostrou que a ascensão da Regência não acarretaria, necessariamente, em uma maior contemplação das demandas provinciais, ao menos no que se referia à aprovação das propostas dos Conselhos Gerais. Ao fim e ao cabo, a questão provincial ganhou tamanha proporção que, como analisaremos no capítulo seguinte, acabou sendo um trunfo e uma fraqueza daqueles que subiriam ao poder após a Abdicação.

⁹⁸⁴ Guardadas as devidas especificidades, movimento semelhante foi constatado por Miriam Dolhnikoff para o período posterior ao Ato Adicional, cf. DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

4.

Luta política, reforma constitucional e a redefinição do papel das províncias no Império

Em discurso proferido no Senado a 28 de maio de 1832, o então senador Nicolau de Campos Vergueiro chamou a atenção de seus colegas de plenário para a existência de um vínculo causal entre a abdicação do imperador, ocorrida com a “revolução do 7 de abril” do ano anterior, e a dissolução da Assembleia Constituinte por d. Pedro, datada de 12 de novembro de 1823. A “íntima relação” entre os dois episódios advinha, segundo o político, do recrudescimento de reivindicações que haviam sido tolhidas com o fechamento da Constituinte, como uma maior independência das províncias ante ao Rio de Janeiro, a reformulação do artigo que tornava vitalício o cargo de senadores e a extinção do Conselho de Estado.⁹⁸⁵ Pronunciado num momento em que o debate sobre a reforma constitucional já estava em curso, o que tornava interpretações desse porte instrumentos de legitimação de uma proposta reformista, a fala de Vergueiro portava, entretanto, uma constatação de primeira ordem: a abdicação do monarca não tivera nada de circunstancial; ela ocorrera, antes, em função do desdobrar da política desenvolvida pelo governo e da incompatibilidade de interesses entre diferentes grupos engajados no processo de construção do novo Estado.⁹⁸⁶ De todo modo, a retirada de cena do imperador constituiu o desenlace de um

⁹⁸⁵ *Anais do Senado do Império* (ASI). Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1914, t.1, sessão de 28 de maio de 1832, p.137 e seguintes.

⁹⁸⁶ Tanto não foi de última hora a ida de d. Pedro para Portugal que tal solução já havia sido aventada por Benjamin Constant, em carta ao imperador de 1827. Para o pensador suíço-francês, caso o problema da sucessão do trono português se agravasse, seria prudente que d. Pedro saísse do Brasil, deixando aqui uma Regência que mantivesse a monarquia e a dinastia no poder, e partisse em direção ao velho continente para resolver o futuro de Portugal, cf. MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003, p.11-12. Ver também BARBOSA, Silvana Mota. *Autoridade e Poder Real: Benjamin Constant e a Carta Constitucional Portuguesa de 1826*. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 10, p. 7-22, 2004. Da mesma autora, ver *L’Influence de l’œuvre de*

conjunto de problemas de ordem interna e externa que vinha acometendo o Império, e que redobrou sua força após a abertura do Parlamento, em 1826, quando se consagrou um novo momento dentro da oposição ao imperador e ao círculo político que lhe cercava.⁹⁸⁷

Às vésperas da Abdicação, as críticas ao governo de d. Pedro eram de pelo menos três naturezas. O primeiro ponto de discórdia estava nas diferentes concepções de Estado e o lugar da soberania nacional, que dividia opiniões conforme ressaltado nos capítulos anteriores. Compreendia-se, por um lado, que a soberania residiria nos representantes da nação – a Câmara dos Deputados –, e de outro que o imperador, aclamado pelo povo e ungido pela igreja, deteria a condição de primeiro representante da nação. Mais que retórica política, esse aspecto balizava o equilíbrio dos poderes, isto é, em que medida os poderes praticariam sua autonomia e interviriam no exercício dos demais.⁹⁸⁸

O segundo ponto recaía sobre a composição e organização do governo. Como visto no primeiro e terceiro capítulos, parcela significativa da base social que conferiu apoio ao governo durante o Primeiro Reinado fazia parte daqueles setores cuja fortuna e projeção política já vinham se consolidando desde o final do século XVIII e, notadamente, no decurso do período joanino. Militares de alta patente, magistrados, agricultores exportadores e negociantes de *grosso trato* os quais antes mesmo da revolução do Porto já comungavam da ideia de se criar um Império no Brasil e que, progressivamente, se uniam por laços mercantis e de parentesco, protagonizaram o projeto separatista entre Portugal e Brasil e ainda serviram de alicerce político para a Regência de d. Pedro e o Primeiro Reinado. Figuras como Nogueira da Gama (Marquês de Baependi), José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu) e Barbosa Vilela (Marquês de Paranaguá) foram personagens ativas na arregimentação política em torno de d. Pedro durante a década de 1820, ajudando na formação da nobiliarquia brasileira forjada pelo monarca e, principalmente, na composição da magistratura, das pastas ministeriais, do Conselho de Estado e do Senado.⁹⁸⁹ Ocorre que, mesmo ocupando esses espaços, o governo não tinha tantos aliados na Câmara dos Deputados, o ponto nevrálgico da representação nacional, de forma que a cada novo ano legislativo a relação entre ambos se deteriorava. Mesmo na imprensa as críticas ao Executivo eram constantes, o que reforça a hipótese quanto há existência de grupos políticos conflitantes nos anos 1820. A instabilidade do governo

Constant sur la pratique politique brésilienne: Présentation d'un inédit. *Annales Benjamin Constant*, Genève, Suisse, v. 23-24, p. 217-234, 2000.

⁹⁸⁷ Para Fernanda Cláudia Pandolfi, a Abdicação esteve relacionada com a ampliação do “espaço público” da política no Império, sobretudo no Rio de Janeiro, no decurso do Primeiro Reinado, cf. PANDOLFI, Fernanda Cláudia. *A abdicação de D. Pedro I: espaço público na política e a opinião pública no final do Primeiro Reinado*. Tese de doutorado. Assis: Faculdade de Ciências e Letras/ UNESP, 2007.

⁹⁸⁸ RIBEIRO, Gladys Sabina; PEREIRA, Vantuil. O Primeiro Reinado em revisão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v.1, p.141-142.

⁹⁸⁹ OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. *A astúcia liberal*. Relações de Mercado e Projetos Políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). São Paulo, Editora Ícone e Edusf, 1999.

mostrava-se patente, também, na constante sucessão ministerial. De 1822 a 1831, nove gabinetes foram montados pelo monarca, e no mais das vezes eles foram parcialmente alterados por meio da substituição de ministros. Em outros termos, o Executivo não tinha respaldo na base do Legislativo, fazendo com que os poderes fossem muito mais concorrenciais do que harmônicos,⁹⁹⁰ como indicam os episódios referentes à formação do gabinete de 20 de novembro de 1827, questão vista no capítulo anterior.

Em terceiro lugar, setores atrelados à oposição praticada na Câmara dos Deputados criticavam a própria agenda política levada a termo pelo Executivo, a exemplo da política externa do Império. O insucesso da campanha do Sul terminou com a perda do território da Cisplatina e gerou prejuízos aos cofres brasileiros e à economia daquelas províncias que sofreram com o recrutamento de combatentes, como foi o caso de São Paulo.⁹⁹¹ Já o envolvimento cada vez maior de d. Pedro na questão sucessória do trono luso aumentou a desconfiança da Câmara dos Deputados, que assistiu às seguidas demonstrações do monarca em favor de portugueses refugiados no Brasil em decorrência do golpe articulado por d. Miguel. Alguns passaram a viver às custas do Estado por meio de pensões, outros a preencher cargos públicos, às vezes irregularmente. Por essa mesma época cerca de duzentos soldados portugueses aliados ao monarca na luta pela retomada do trono português fixaram residência no Rio de Janeiro, também por conta dos cofres públicos.⁹⁹² Se a conceituação do que era ser brasileiro havia sido um problema crucial no decurso da década de 1820, do final desta até a Abdicação houve um acirramento do antilusitanismo por parte de diferentes segmentos, que se valeram de impressos para firmarem seu descontentamento.⁹⁹³ Além disso, em virtude dos portugueses dominarem boa parte das casas de comércio situadas na capital do Império, a chegada de novos contingentes lusos acarretaria, pelo menos em tese, uma concentração ainda maior das atividades mercantis em suas mãos, possibilidade que preocupava determinados setores, sobretudo aqueles emergentes, que ainda não detinham o poder político suficiente para assegurarem cargos decisórios e seus interesses, como os produtores agrícolas e comerciantes de tropas de animais do sul de Minas Gerais e São Paulo.⁹⁹⁴

⁹⁹⁰ PEREIRA, Vantuil. *Ao soberano congresso: direitos do cidadão na formação do estado imperial (1822-1831)*. São Paulo: Alameda Editorial, 2010, p.375.

⁹⁹¹ PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata, 1808-1828*. São Paulo: Editora Hucitec/ Fapesp, 2002. Ver, também, PEREIRA, Aline Pinto. *A monarquia constitucional representativa e o lócus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo versus Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e da formação do Estado no Brasil*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2012.

⁹⁹² Sobre os conflitos entre portugueses e brasileiros no Primeiro Reinado, ver RIBEIRO, Gladys. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

⁹⁹³ Em novembro de 1830, o *Farol Paulistano* publicou um artigo no qual acusava os portugueses recentemente radicados na América de serem partidários da reunificação entre Portugal e Brasil, cf. *O Farol Paulistano*, nº 17, 18/11/1830. Meses antes o mesmo jornal publicara uma nota em que associava a chegada de novas levas de portugueses à disseminação de projetos de “recolonização” e “absolutismo”, cf. *O Farol Paulistano*, nº 352, 12/06/1830.

⁹⁹⁴ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993. 1ª edição: 1979, especialmente capítulos 2 e 5.

4.1. Abdicação e luta política

Em fevereiro de 1831, d. Pedro partiu novamente para Minas Gerais com o objetivo de aplacar um dos principais focos de oposição ao governo e resgatar seu prestígio político ante os mineiros. A visita também possuía um caráter simbólico, já que fora entre os mineiros que d. Pedro, em 1822, deu um passo decisivo no sentido de angariar apoio para concretizar o projeto de um Império com sede no Rio de Janeiro. No entanto, a estadia do monarca foi tensa, circundada por demonstrações de apoio e, concomitantemente, por manifestações contra o poder imperial. Ali d. Pedro fez sua famosa proclamação “aos mineiros em geral e a todos os povos do Brasil”, discurso em que apontou para a existência de um “plano revolucionário” organizado em torno de um “partido descentralizador”, o qual se aproveitara das circunstâncias do momento para, por meio da imprensa, investir contra o governo e concitar “os povos à federação”.⁹⁹⁵

A proclamação foi acolhida com reserva pela oposição, a começar pelo Rio de Janeiro.⁹⁹⁶ Jornais de Minas Gerais taxaram-na de “obra da tirania” e reiteraram a legalidade daqueles que, a partir do artigo 174 da Constituição, queriam reformá-la de acordo com os princípios federativos.⁹⁹⁷ Em São Paulo, após transcrever a fala do monarca, o *Farol Paulistano* criticou as atitudes recentes dos ministros, que em sua opinião vinham agindo de forma pouco contundente para a salvaguarda do “Sistema Constitucional”. Ao contrário, dava mostras de que pretendia derrubá-lo, o que se tornava evidente nas estreitas relações com Portugal, no desempenho dos Ministérios e na relação conturbada que o governo estabelecera com a oposição. O redator ponderou, ainda, que a imprensa periódica havia sido um dos alvos da proclamação, à semelhança das perseguições feitas aos redatores oposicionistas um ano antes na França de Carlos X. Mas a despeito de reconhecer os excessos que algumas folhas cometiam, o redator argumentou que estes só ocorriam em consequências de abusos maiores protagonizados pelo governo. Nesse sentido, a retórica posta em prática pelo *Farol* buscava cristalizar a ideia de que o problema atual do Império não residia no modelo político por ele adotado, mas naqueles que o comandavam, de modo que alterações substanciais, tal como uma “revolução” ou a adoção da “federação” seriam desnecessárias. A fim de minimizar as divergências político-ideológicas entre aqueles que se situavam contra d. Pedro e seu círculo político, o redator d’o *Farol* observou que o propalado “partido desorganizador” nada mais seria do que a somatória daqueles que acima de tudo defendiam a “liberdade”.⁹⁹⁸

⁹⁹⁵ Apud ARMITAGE, John. *História do Brasil*. São Paulo: Martins, 1972 [1836], p.204-205.

⁹⁹⁶ *Aurora Fluminense*, nº 460, 11/03/1831.

⁹⁹⁷ *Pregoeiro Constitucional*, nº 55, 02/04/1831. Ver, também, *Astro de Minas*, nº 515, 12/03/1831.

⁹⁹⁸ O *Farol Paulistano*, nº 666, 24/03/1831. O *Observador Constitucional* publicou um artigo da *Aurora Fluminense* que, em sentido semelhante ao *Farol*, criticara o teor da proclamação do monarca, vista como equivocada. Embora

O regresso de d. Pedro para a Corte foi acompanhado de violentos conflitos que se espalharam pelas ruas da capital do Império entre os dias 11 e 13 de março, e que ficaram conhecidos como as “Noites das Garrafadas”.⁹⁹⁹ Retratados geralmente como um embate entre portugueses e brasileiros em torno da figura de d. Pedro, tais conflitos foram o resultado de um conjunto de tensões e disputas de ordem política e econômica cuja faceta mais visível foi o acirramento do antilusitanismo por parte de grupos nacionais e a polarização entre partidários e opositores do imperador.¹⁰⁰⁰ O entusiasmo dos conflitos aumentou, culminando no enfrentamento físico entre seus participantes. Críticos do governo acusaram os portugueses de uso imoderado da violência contra os brasileiros e de manifestarem apoio à d. Miguel e d. Maria II. As autoridades policiais foram igualmente condenadas por conta de sua suposta conivência com os portugueses. No dia 17 de março, um grupo de 23 deputados reuniu-se na casa do representante mineiro José Custódio Dias e elaborou uma representação para o governo exigindo que este tomasse medidas imediatas para tranquilizar a situação da capital do Império. A publicação do texto pela imprensa instigou ainda mais os ânimos no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que os episódios ocorridos no início de março se espalhavam pelas demais províncias.¹⁰⁰¹ Para conter a crise d. Pedro consultou o Conselho de Estado e acabou por constituir, a 19 de março, um novo Ministério formado apenas por brasileiros: Bernardo José da Gama (Império), Manuel José de Sousa França (Justiça) e José Manuel de Moraes (Guerra), José Manuel de Almeida (Marinha), ambos os oficiais do Exército. Do antigo gabinete foram mantidos Francisco Carneiro de Campos (Estrangeiros) e Holanda Cavalcanti (Fazenda).¹⁰⁰²

Em São Paulo, a notícia dos tumultos na Corte foi recebida com apreensão. Na visão d’o *Farol Paulistano* era necessário ter “toda a vigilância possível” com relação aos portugueses que residiam em solo paulista, a despeito da maioria deles não apresentar perigo. Seriam tomadas “medidas fortes” caso necessário, mas o ideal era defender o “sistema brasileiro” sem “agressividade”.¹⁰⁰³ Já o *Observador Constitucional* foi mais incisivo. Ao afirmar que o Brasil deixara de ter um governo, já que esse nada fazia pela causa nacional, seu redator convocou os brasileiros às “armas” para ficarem de prontidão em relação ao desdobrar dos acontecimentos na

tivesse a reforma da “Lei do Estado” como uma ambição “imprudente” que iria abalar o “respeito que cumpre ter pela Constituição”, o redator de *Aurora* reconheceu que não havia nada de ilegal na proposição da mesma, desde que ela fosse elaborada com amparo da Carta de 1824, cf. *O Observador Constitucional*, nº 137, 28/03/1831.

⁹⁹⁹ RIBEIRO, Galdys Sabina. As Noites das Garrafadas: uma história entre outras de conflitos antilusitanos e raciais na Corte do Rio de Janeiro (1831). *Luso-Brazilian Review*, v.37, n.2, 2000. Ver, também, KATO, Ruth Maria. *Revoltas de rua: o Rio de Janeiro em 3 momentos (1821, 1828 e 1831)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

¹⁰⁰⁰ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

¹⁰⁰¹ LYRA, Maria de Lourdes. *O Império em construção: Primeiro Reinado e Regências*. São Paulo: Atual, 2000.

¹⁰⁰² SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1972, v.3, p.92-93.

¹⁰⁰³ *O Farol Paulistano*, nº 408, 29/03/1831.

Corte, tal como já haviam feito aqueles alistados na recém-fundada Sociedade dos Defensores da Liberdade e Independência da capital paulista, “prontos a resistir às opressões”.¹⁰⁰⁴

A Sociedade dos Defensores mencionada havia surgido na capital paulista a 29 de março de 1831, em meio à chegada de notícias sobre a situação política da Corte. De acordo com seu estatuto, a Sociedade tinha o fito de auxiliar as autoridades na manutenção da ordem e da tranquilidade, influenciando assim no tratamento dos negócios públicos quando a integridade do Império fosse posta em perigo. Articulada em um conselho composto por 18 membros que representava os demais sócios, a Sociedade dos Defensores agia por meio do envio de ofícios às autoridades, especialmente às Câmaras Municipais e aos governos provinciais, cobrando atitudes ou sugerindo-as.¹⁰⁰⁵ Em função da volubilidade política do momento, a Sociedade dos Defensores foi bem recebida pelos círculos políticos paulistas. O *Farol Paulistano* analisou seu surgimento como uma resposta aos “funestos acontecimentos” da Corte, e dias depois publicou o estatuto completo da Sociedade.¹⁰⁰⁶ O *Observador Constitucional*, por sua vez, assinalou que a nova Sociedade estava pronta para “coadjuvar a ação das autoridades a bem da ordem, na conformidade de um de seus artigos de seus estatutos”.¹⁰⁰⁷ Iniciada na capital paulista, a Sociedade dos Defensores alastrou-se pelo restante da província. Em julho já existiam congêneres nas vilas de Santos, Itu, Porto Feliz, Piracicaba, Campinas, Atibaia, Bragança, Mogi-Mirim, Parnaíba, São Roque, Sorocaba, Jacareí, Taubaté, Guaratinguetá, Vila Príncipe, Iguape e Jundiaí. Ela inspirou, também, a fundação da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro, ocorrida em maio de 1831, pouco após a Abdicação. Na mesma época, em Minas Gerais, sociedades similares apareceram com Ouro Preto, São João del-Rei, São José del-Rei, Campanha, Pouso Alegre, Lavras do Funil, Baependi, Sabará, Caldas, Sapucaí, Ouro Fino, Douradinho, São Gonçalo e Itajubá, dentre outras. Para o redator d’o *Universal*, quanto mais crescia a ilustração entre os mineiros, mais se estendia o espírito das “associações patrióticas”, que lutavam pelo “bem da ordem e pública tranquilidade”.¹⁰⁰⁸ Estima-se que brotaram pelo menos 28 sucursais da Defensora em terras mineiras.¹⁰⁰⁹

¹⁰⁰⁴ O *Observador Constitucional*, nº 133, 01/04/1831.

¹⁰⁰⁵ Para a Sociedade dos Defensores da Liberdade e Independência Nacional e outras sociedades políticas do período, ver BASILE, Marcello. Sociabilidade e ação políticas na Corte regencial: a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. *Revista de História* (UFES), v. 18, p. 349-383, 2006; GUIMARÃES, Lucia Maria P. *Em nome da ordem e da moderação: a trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional (1831-1835)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990 e WERNET, Augustin. *Sociedades políticas (1831-32)*. São Paulo: Cultrix, 1978.

¹⁰⁰⁶ O *Farol Paulistano*, nºs 469 (31/03/1831) e 471 (07/04/1831).

¹⁰⁰⁷ O *Observador Constitucional*, nº 133, 11/04/1831.

¹⁰⁰⁸ O *Universal*, nº 669, 07/11/1831.

¹⁰⁰⁹ BARATA, Alexandre Mansur. Do secreto ao público: espaços de sociabilidade na província de Minas Gerais (1822-1840). In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.64.

Um aspecto central que diferenciava tais agremiações das chamadas “sociedades secretas” – as lojas maçônicas constituem o exemplo mais conhecido, mas não o único¹⁰¹⁰ – era o caráter aberto de suas atividades, tornadas públicas por meio de panfletos e inserções em periódicos. Algumas chegaram a editar periódicos próprios, como a Sociedade Pacificadora de Sabará (*O Vigilante*) e a Sociedade Promotora da Instrução Pública, de Ouro Preto, cujo jornal levava seu nome.¹⁰¹¹ Sobre essa questão observou o *Universal*:

“(…) a publicidade nos parece ser a melhor garantia dos homens reunidos em associações políticas. Nem um receio há de serem embaraçados, perseguidos, ou malogrados em seus planos, enquanto respeitem as Leis do Estado; e então para que trabalhar às escondidas? Se a publicidade é a maior garantia que se encontra nos Governos Constitucionais, a que assegura ao Povo a execução das Leis (...) Não tem as Sociedades Patrióticas que trabalham publicamente prestado ao Brasil muitos e relevantes serviços?”¹⁰¹²

A atuação dessas novas sociedades era variada, indo da filantropia à proposição de políticas públicas. Pautas como obras de caridade e situação dos presos dividiam espaço com reivindicações sobre a melhoria na instrução pública, organização dos correios e criação de novas vilas.¹⁰¹³ Até o Ato Adicional, consolidaram-se como importantes veículos de intervenção social, envolvendo diferentes ramificações do poder oficial, como Câmaras Municipais, Conselhos Gerais e Câmara dos Deputados.¹⁰¹⁴ Constituíram, inclusive, uma arma política valiosa para as dezenas de arraiais espalhados pelo interior das províncias, que careciam das prerrogativas institucionais das municipalidades.¹⁰¹⁵

As Sociedades Defensoras, mais especificamente, tiveram importante papel político nos momentos que imediatamente antecederam e sucederam a Abdicação, especialmente porque se tratava de um período em que a Assembleia Geral encontrava-se fechada e parte dos parlamentares estava em suas províncias de origem. A ênfase na ação por meios legais, na manutenção do regime monárquico-constitucional e no repúdio a mudanças que convulsionariam a ordem social deixou claro que as Sociedades Defensoras coadunariam com os preceitos dos liberais moderados, que aliás

¹⁰¹⁰ Havia duas sociedades secretas em Minas Gerais para a década de 1830, sendo provável que existissem outras: *União e Lealdade* (São João Del-Rei), *Sociedade de Rosário* (Ouro Preto). Esta última foi acusada pelo jornal *O Astro de Minas* como inimiga da ordem social. Cf. SILVA, Wlamir. “*Liberais e povo*”: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: Hucitec, 2009, p.169-170.

¹⁰¹¹ *Ibidem*.

¹⁰¹² *O Universal*, nº 689, 23/12/1831.

¹⁰¹³ APM, PP1/7 Cx.01, doc. 27, ofício da Sociedade Pacificadora de Sabará (1833); PP1/7, cx.01, doc. 32, ofício da Sociedade Beneficente de Diamantina.

¹⁰¹⁴ APM, PP1/30, cx.04, doc.03, ofício da Sociedade Defensora de Jacareí à Sociedade Defensora do Rio de Janeiro, 07/08/1832.

¹⁰¹⁵ Ofício enviado ao Conselho Geral de Minas Gerais pela Sociedade Defensora a Liberdade, e Independência Nacional do Arraial do Bom Sucesso, Termo da Vila de São José da Comarca do Rio das Mortes Documento, 1832, In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Minas Gerais: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1912, v.17, doc.16, p.296-297.

compunham a base política dessas organizações. Era comum a troca de correspondências entre as Defensoras, inclusive de diferentes províncias, a fim de estreitarem seus laços político-ideológicos e se fortalecerem.¹⁰¹⁶ Espalhadas pelos rincões das províncias, as Defensoras eram compostas por votantes, eleitores e políticos de influência local, a exemplo de um Francisco de Paula Bueno da Costa, homem de grandes posses no termo da vila de Campanha, mas que não participava diretamente das principais esferas do poder público.¹⁰¹⁷ A presença maciça de votantes e eleitores expressava o limites da representação política, pondo às claras a distância existente naquele momento entre o governo e o corpo de cidadãos.

A intervenção desse novo tipo de agremiação nos assuntos políticos foi uma das marcas registradas do período regencial, jogando foco para um ponto crucial dentro dos regimes representativos modernos: a necessidade de canais de participação política alternativos à representação legal, entendida como insuficiente para atender ao diversificado conjunto de segmentos produtores espalhados pelas províncias. Mais tarde, em junho de 1832, em meio à discussão sobre se uma representação da Sociedade Defensora de Jundiaí deveria ou não ser repassada ao Senado, um longo debate na Câmara dos Deputados sintetizou a polarização a respeito do tema. Para Evaristo da Veiga, então representante da situação e a favor da politização das sociedades – ele próprio era presidente da Defensora do Rio de Janeiro –, as “sociedades patrióticas” nada mais seriam do que um conjunto de cidadãos organizados com um objetivo comum permitido por lei, de modo que suas representações deveriam ser tomadas como petições,¹⁰¹⁸ dispositivos assegurados pela Constituição. Ao passo que para Rebouças, então membro da oposição e infenso ao envio da representação ao Senado, a atuação das sociedades, se desmedida, poderia desencadear uma “intervenção prejudicial” ao andamento do sistema representativo, uma vez que elas oficialmente nada representavam, diferentemente das Câmaras Municipais (municípios), Conselho Gerais (províncias) e Assembleia Geral (nação).¹⁰¹⁹ Mesmo que

¹⁰¹⁶ Ofício da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional da Vila de Jacareí dirigido à Sociedade estabelecida para o mesmo fim no Rio de Janeiro, 01/10/1831. Publicado em *O Novo Farol Paulistano*, nº 19, 08/10/1831.

¹⁰¹⁷ Bueno da Costa fazia parte da Sociedade Sustentadora do Governo Legal de d. Pedro II de S. Gonçalo da Campanha. Negociante, mais tarde comendador, em meados do século XIX era um dos homes mais ricos do termo da vila de Campanha. Sobre Bueno da Costa, ver ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

¹⁰¹⁸ Para Vantuil Pereira, o “movimento peticionário se caracterizou pela crença dos cidadãos de que eram possuidores de direitos e que, pela utilização daquele mecanismo, poderiam garantir as suas reivindicações. Para tanto, faziam uma leitura precisa de onde poderiam garanti-los. Atados aos acontecimentos e à necessidade que setores no interior do Parlamento tinham em fazer daquela casa o “Soberano Congresso”, os cidadãos se fizeram notar pelo Estado e passaram a politizar as suas demandas, em um movimento de mão dupla, que duraria enquanto a disputa entre Imperador e Câmara dos Deputados se desenrolava”, cf. PEREIRA, Vantuil. *Ao soberano congresso: direitos do cidadão na formação do estado imperial (1822-1831)*. São Paulo: Alameda Editorial, 2010, p.376. Sobre a tradição peticionária na modernidade, ver ARENDT, Hannah. *Da revolução*. Trad. port. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

¹⁰¹⁹ APB-CD, sessão de 20/06/1832.

contaminadas pelo embate travado àquela altura na Câmara entre governistas e oposição, as duas falas estampavam um ponto pouco assinalado pela bibliografia, que costuma privilegiar o lado positivo das sociedades políticas: de acordo com a circunstância, estas poderiam desempenhar um papel diferente da oposição institucionalmente aceita, interferindo na atuação das oposições, mesmo porque a maioria delas era comandada por políticos que por vezes não tinham meios de defender certos pressupostos dentro das esferas oficiais de poder.

D. Pedro abdicou em favor de seu filho Pedro de Alcântara, de apenas cinco anos de idade, na madrugada do dia 7 de abril de 1831. Ainda pela parte da manhã os parlamentares que se encontravam no Rio de Janeiro reuniram-se em sessão extraordinária da Assembleia Geral para instituírem uma Regência Trina Provisória, conforme previsto pela Constituição. O momento era delicado e exigia certa dose de conciliação, de modo que os regentes escolhidos representavam, por assim dizer, três grupos importantes da sociedade imperial: o general do Exército Francisco de Lima e Silva, os militares; José Joaquim Carneiro de Campos (Marquês de Caravelas), o círculo político de d. Pedro¹⁰²⁰; e Nicolau de Campos Vergueiro, a oposição ao governo bragantino. O menos conhecido era Lima e Silva, que no ano anterior tivera sua figura pública posta à prova enquanto ocupava o cargo de comandante das armas, em São Paulo.¹⁰²¹ O brigadeiro foi acusado por setores militares daquela província de favorecer amigos e conhecidos com promoções e outros benefícios, preterindo oficiais que prestavam serviços há muito mais tempo.¹⁰²² Os Lima e Silva teriam, contudo, forte respaldo de Evaristo da Veiga, que se valeu da *Aurora Fluminense* para apoiá-los.¹⁰²³ Empossada, a Regência conservou o gabinete de 19 março de 1831.¹⁰²⁴

A notícia da abdicação de d. Pedro chegou depressa em São Paulo.¹⁰²⁵ O *Farol Paulistano* publicou um resumo dos antecedentes que culminaram na saída do monarca, sem ocultar sua satisfação com o ocorrido. Em sintonia com os articuladores da Regência, a folha dirigida por Costa Carvalho alertou para a necessidade de “calar todos os partidos”, depositar “toda a confiança na Assembleia Geral” e obedecer as “Leis” e as “Autoridades”, numa clara tentativa de cooptar o

¹⁰²⁰ Não é ocioso lembrar que Caravelas, ao contrário de outros membros do Senado e do Conselho de Estado, gozava de certo prestígio entre a oposição, quer pela sua atuação como político quer pela sua manifesta defesa da monarquia constitucional calcada na divisão entre os poderes. Cf. LYNCH, Christian Edward. A vocação sociológica do legislador: o pensamento político do Marquês de Caravelas. In: RIBEIRO, Gladys (org.). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política, 1822-1930*. São Paulo: Alameda, 2009, p.152-154.

¹⁰²¹ O *Farol Paulistano*, nº 292, 07/01/1830.

¹⁰²² Na época chegou a circular o boato de que Lima e Silva seria alçado ao cargo de presidente de São Paulo, o que para um leitor d’o *Farol* constituía um problema grave, já que sua formação e rigidez militares poderiam conflitar com um governo calcado na lei, cf. O *Farol Paulistano*, nº 299, 25/01/1830.

¹⁰²³ SOUSA, *op. cit.*, 1957, v.6, p.85, 94 e 103. Sobre a atuação política dos Lima e Silva nos anos 1820 e 1830, ver SOUZA, Adriana Barreto de. Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do Duque de Caxias e do General Osório. *Topoi*, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 90-111.

¹⁰²⁴ Ministério formado por Bernardo José da Gama (Império), Francisco Carneiro de Campos (Estrangeiros), Manuel José de Sousa França (Justiça), Antonio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti (Fazenda), José Manoel de Moraes (Guerra) e José Manoel de Almeida (Marinha), cf. JACQUES, *op. cit.*, p.80.

¹⁰²⁵ WERNET, *op. cit.*, p.32.

público leitor para o projeto político que se instalara no Rio de Janeiro. Em paralelo, a ênfase na manutenção da “ordem”, do “juízo” e da “união” demonstrava o receio de que alterações mais profundas, desejadas pelos liberais exaltados, ganhassem coro entre os paulistas.¹⁰²⁶ Em tom de júbilo, o redator d’o *Observador Constitucional* noticiou a retirada de cena de d. Pedro, retratado como o “causador de todos os males” e o mantenedor da “tirania no Brasil”. Além de pleitear o destaque do Parlamento, o que de certa forma restringia a participação de outras esferas de poder no encaminhamento da situação, o redator d’o *Observador* clamou para que ninguém emitisse “qualquer opinião” que se afastasse do “regime jurado”. A defesa do sistema monárquico-constitucional prescindia, portanto, qualquer atitude a ser tomada futuramente.¹⁰²⁷ A Abdicação teve acolhida correspondente dentro da imprensa liberal mineira. O *Astro de Minas* falou na instauração de um “Império das Leis”,¹⁰²⁸ enquanto que o *Novo Argos*, num suplemento especial, sacramentou o “triunfo de resistência mui legalmente feita” ao governo de d. Pedro. Da sua parte, a *Estrela Marianense* lembrou do fim do “Gabinete Secreto”.¹⁰²⁹

Mineiros e paulistas que até ali se opuseram ao governo de d. Pedro tinham certeza de que o governo constitucional estava cimentado, ainda que houvessem divergências sobre o seu formato. Nesse sentido, mais do que acompanhar o afastamento d. Pedro, esses setores estavam preocupados em participar da construção do novo governo, tanto que o que se delineou a partir daí foi a edificação da maior base de apoio da qual a Regência gozaria até o Ato Adicional, a despeito das divergências e contestações presentes nas duas províncias. Em questão de pouco tempo, líderes da oposição parlamentar do Primeiro Reinado – homens como Vergueiro, Feijó e Vasconcelos – ocupariam cargos estratégicos na máquina pública, o que tornou ainda mais próximos os vínculos entre São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A bibliografia pouco diverge quanto à distribuição de forças desencadeada pela Abdicação e advento da Regência, talvez pelo fato de que a divisão tripartite entre *moderados*, *exaltados* e *caramurus* tenha sido forjada pelos próprios coevos, o que supostamente confere maior legitimidade de uso dessas terminologias.¹⁰³⁰ O problema está em tomá-las como algo previamente dado e não como construções cujo sentido só é possível de apreender no decorrer da luta política. Sua utilização deve ser precedida, portanto, pela constatação de que por mais que remetessem a postulados teóricos sobre a organização do Estado e sociedade, esses termos eram inexoravelmente

¹⁰²⁶ *O Farol Paulistano*, nº 475, 16/04/1831.

¹⁰²⁷ *O Observador Constitucional*, nº 142, 18/04/1831.

¹⁰²⁸ *Astro de Minas*, nº 553, 11/06/1831.

¹⁰²⁹ *O Novo Argos aos seus compatriotas*, 1831; *Estrela Marianense*, nº 49, abril de 1831; *Pregoeiro Constitucional*, nº 70, 25/05/1831.

¹⁰³⁰ Como alerta Pierre Bourdieu, as noções políticas são estruturas de significado pelas quais os homens conferem inteligibilidade à experiência social, com a particularidade que elas resguardam um forte poder de convencimento e naturalização de tais experiências. Cf. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

fluidos e por isso a coerência programática pesava menos do que a função política. Isso não invalida as matrizes de pensamento as quais se filiavam nem as diferenças ideológicas existentes entre eles, tampouco reduz a política ao circunstancial e ao contingente. Mas é preciso tomar como ponto de partida que moderados, exaltados e caramurus eram grupos heterogêneos e dotados de constante mutabilidade, o que obriga o historiador a evitar descrições estanques.

Outro ponto a ser sublinhado é o de que, muito embora seja na maior parte das vezes creditada pela bibliografia à câmara temporária e ao debate político travado na Corte fluminense, particularmente na imprensa periódica e nas sociedades políticas ali nascidas, a divisão entre moderados, exaltados e caramurus foi constituída *pari passu* no Rio de Janeiro e nas províncias, dado fundamental que não pode ser ignorado. A profusão de panfletos, jornais, petições e representações que circulavam dentro das províncias, sobretudo do centro-sul, e destas para o Rio de Janeiro, ajudou a estabelecer, para além de alianças políticas circunstanciais, um arcabouço reflexivo sobre teoria e prática política, um vocabulário comum, a necessidade de se refletir sobre noções de grupo – como a de partido – e, por fim, um *horizonte de expectativa*¹⁰³¹ entre setores dispersos pelo Império em torno de projetos de Estado e nação mais ou menos consensuais dentro de cada posicionamento. É necessário ter cuidado, todavia, para não se transpor para as províncias a realidade da capital do Império, onde a distinção entre moderados, exaltados e caramurus se delineou de forma mais acentuada, sobretudo se pensarmos em termos de atuação política. Mas para isso não basta dizer que em São Paulo a ação dos caramurus foi acanhada ou que em Minas Gerais os exaltados não tiveram grande projeção, pois se corre o risco de tentar caracterizar essas províncias tendo como parâmetro o Rio de Janeiro, onde o *espaço público*¹⁰³² era mais complexo e diversificado. O importante é compreender que a própria ideia do que seria um moderado, por exemplo, deu-se por meio da troca de experiências e influências de políticos dentro e fora da capital, que batalharam para se apresentar como membros de um grupo homogêneo e consensual, quando na realidade ofuscavam, por necessidade de sobrevivência política, divergências programáticas, regionais e pessoais. Como se verá mais adiante, assuntos aparentemente circunscritos à política local – como foi o caso da Sedição de Ouro Preto de 1833 – tiveram ressonância na Corte e provocaram (ou acentuaram) dissensões internas nas alianças moderadas em

¹⁰³¹ KOSSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Puc-Rio, 2006, p.305-308.

¹⁰³² Emprestamos aqui a noção de espaço público utilizada por Marco Morel. Valendo-se de referências teóricas propostas por autores como Jürgen Habermas, no que tange à problemática da esfera pública, Morel imputa ao termo espaço público um valor polissêmico, portador de três sentidos: o da esfera ou cena pública que, não se confundindo com o Estado, constituiu uma rede de interações entre diferentes agentes históricos; o da esfera literária e cultural, conduzida pela expressão letrada e oral de parcela desses agentes; e o dos espaços físicos propriamente ditos, cf. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005, p.18.

âmbito nacional, ao passo que o golpe frustrado de 1832, arquitetado na Câmara dos Deputados, repercutiu na relação entre os setores provinciais, o que reforça a hipótese de que esses grupos se constituíram de forma conjugada, e não a partir de uma lógica unilateral de adesão ou refutação ao governo do Rio de Janeiro.

Os chamados *liberais moderados* eram compostos em sua maioria por setores envolvidos na oposição ao governo de d. Pedro e que já vinham se delineando desde a separação com Portugal e durante a Constituinte de 1823. Afastando-se daqueles que, a exemplo de Teófilo Otoni e Ezequiel Correa dos Santos, seriam rotulados de *liberais exaltados*, os moderados julgavam-se adeptos da “moderação”, conceito que frequentemente se apresentava mais como um instrumento analítico das diversas esferas da sociedade civil organizada do que uma posição política rigorosamente demarcada.¹⁰³³ Espécie de visão de mundo baseada no uso do “justo equilíbrio” das coisas – uma releitura, dentre outras influências, da concepção de *just milieu* empregada pelos liberais franceses das primeiras décadas do século XIX, que buscava fixar um ponto de equilíbrio entre a tradição monárquica, o legado iluminista e as experiências revolucionárias americana e francesa –, a moderação aproximava-se, nesse sentido, das noções mais amplas da razão ilustrada.¹⁰³⁴ No campo político, assim definiu-a a *Aurora Fluminense*:

“A *moderação* em política não é senão a prudência reguladora, que, modificando as opiniões sociais extremas, as chama ao justo meio-termo, ou antes que dá aos objetos o seu devido valor, sem deixar-se fascinar pelo calor do entusiasmo ou pelo prisma das paixões do momento”.¹⁰³⁵

Essa busca pelo meio-termo da política passava, necessariamente, pela criação de um aparato jurídico-administrativo que proporcionasse ao mesmo tempo a divisão dos poderes, a criação de instituições representativas, a limitação da atuação dos governantes e a manutenção dos direitos dos cidadãos, sem pleitear, todavia, uma organização social que ampliasse o espaço de

¹⁰³³ Os vocábulos “moderados” e “moderação” vinham sendo utilizados dentro do debate político-conceitual ocorrido na Península Ibérica no início do século XIX. Tanto a elaboração e execução da Constituição de Cádiz (1812-1814), na Espanha, quanto a eclosão do movimento revolucionário do Porto foram permeados pela discussão em torno de um liberalismo dito “moderado” que, em linhas gerais, deveria equacionar a soberania monárquica com os demais poderes assegurados pela Constituição. A esse legado de matriz ibérica apropriado pelos políticos brasileiros soma-se uma influência liberal marcadamente francesa de autores como François Guizot e Benjamin Constant. Cf. MOREL, *op. cit.*, 2005, p.117-118.

¹⁰³⁴ *Ibid.*, *op. cit.*, 2005, p.119-120. Segundo o redator do periódico moderado de Minas Gerais *O Pregoeiro Constitucional*, a virtude estava entre os extremos: “Muitas vezes querendo-se evitar um vício cai-se em outro: uma violenta agitação está tão próxima da discórdia como uma funda paz e muitas vezes a paz dos túmulos – o bem fica entre os extremos”. Cf. *O Pregoeiro Constitucional*, nº 16, 04/12/1830.

¹⁰³⁵ *Aurora Fluminense*, nº 563, 30/11/1831.

cidadania caucionado pela Carta de 1824.¹⁰³⁶ Tratava-se, como ressaltou Marcello Basile, de salvaguardar um pacto social a partir da lógica jusracionalista de autores clássicos do liberalismo:

“Opondo-se ao jusnaturalismo aristotélico-tomista e apoiando-se no jusracionalismo de matriz lockiana, sustentavam os *moderados* que os direitos naturais universais dos indivíduos encontravam seus limites na organização da sociedade mediante o pacto social, e que, para além das leis naturais metafísicas, o direito racional positivo deveria, concreta e utilitariamente, conformar-se ao bem-estar da nação”.¹⁰³⁷

A crítica ao jusnaturalismo e ao contratualismo de autores como Grotius, Puffendorf e Burlamaqui constituía o ponto de partida para a ordenação do pensamento moderado: os homens não nascem livres ou iguais, mas desiguais e ignorantes da existência dessas entidades jurídicas. As especulações sobre o direito natural são, portanto, sem sentido, e a ideia de um contrato social fundador uma ficção. Assim como seus adversários corcundas/caramurus, os moderados viam como fantasioso o mito do “bom selvagem” de Rousseau, de modo que o reconhecimento de direitos naturais do homem só ganharia existência real na sociedade. O homem natural seria então um artefato filosófico e não palpável e, nesse sentido, o contrato social deixa de ser concebido como um pacto efetivo e historicamente celebrado entre os cidadãos para ser visto como uma instância construtiva e permanentemente do estado social.¹⁰³⁸

Mais do que os clássicos, os autores liberais do pós-Revolução Francesa despertavam interesse entre os moderados brasileiros porque representavam, por um lado, uma aproximação menos filosófica e mais empírica com a política, algo premente ante as dificuldades apresentadas pelos movimentos revolucionários na Europa e América. Por outro, porque sua atitude revisionista acerca da Revolução Francesa serviu quer para dela se distanciar quer para chegar a uma visão relativizante, de adequação a algumas condições desfavoráveis.¹⁰³⁹ Em grande medida a tarefa desses pensadores da primeira metade do século XIX era “absorver o choque produzido pelo complexo de acontecimentos, sentimentos e ideias” da revolução, como ressaltou Manent:

“A experiência revolucionária veio justamente estabelecer que o princípio representativo podia transformar-se em despotismo, que a soberania do povo podia ser

¹⁰³⁶ BASILE, Marcello. Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835). In: FERREIRA, Tania Maria Bessonde da C.; MOREL, Marco; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira. (orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A/ Faperj, 2006, p.60-93.

¹⁰³⁷ *Ibid.*, p.65.

¹⁰³⁸ Esta a concepção era partilhada por monarquistas constitucionais portugueses como Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846). Para este autor, o pacto social “é o consentimento expresso de uns, e tácito de outros, às leis tanto fundamentais como constitutivas do Estado”, sendo que o consentimento tácito pode ser presumido “todas as vezes que, tendo cada cidadão liberdade para manifestar o seu modo de pensar a respeito das leis do Estado, elas são geralmente cumpridas e executadas”, *apud* MESQUITA, *op. cit.*, p.134-135.

¹⁰³⁹ ELORZA, Antonio. La formación del liberalismo em España. In: VALLESPÍN, Fernando (org.). *Historia de la Teoría Política 3: Ilustración, liberalismo y nacionalismo*. Madri: Alianza Editorial, 2002, p.419-472.

confiscada por um punhado de homens, em suma, que a concepção liberal da ordem política estava carregada de perigos mortais para as liberdades (...) o ato revolucionário, ao longo de sua duração, tornou incontestavelmente visíveis uma situação e um papel humanos que o liberalismo supunha mas não explicitava”.¹⁰⁴⁰

A constante busca por um meio termo nas ações políticas velava um problema de natureza mais profunda, que era o da multiplicidade de usos e interpretações do liberalismo, que ganhava amplitude dos debates pós-Abdicação.¹⁰⁴¹ Camuflava, também, um predicado do pensamento liberal oitocentista, que era a oscilação entre a mudança radical e a resistência à própria mudança, o que fazia da revolução um tema de difícil manejo,¹⁰⁴² apesar de estar presente o tempo todo, servindo como parâmetro da ação política.¹⁰⁴³ Se a ideia da moderação já estava presente na fala desses mesmos homens antes da Abdicação, agora ela emergia com uma força renovada. A saída de cena do monarca avivou ainda mais o tema da revolução, sem contar que a própria Abdicação recebeu contornos revolucionários dos moderados, classificada de “revolução gloriosa de 7 de abril”.¹⁰⁴⁴ O problema estava no caráter conferido à Abdicação, se seria ela o desfecho do processo revolucionário detonado pela Independência ou um momento de viragem, em que novas rupturas seriam cometidas. Para a maior parte dos moderados a Abdicação foi retratada como a etapa final de um processo revolucionário, de modo que periódicos como o fluminense *O Independente*, dirigido por Joaquim José Rodrigues Torres, vaticinaram: “a revolução acabou enfim com a abdicação”.¹⁰⁴⁵ Para esses moderados o prolongamento da revolução incorreria, inevitavelmente, na desagregação entre as províncias e na dissolução da estrutura política do Império, cabendo então encerrá-la. A questão era muito mais “frear o carro da revolução”,¹⁰⁴⁶ para ficarmos com uma expressão corriqueira da época, do que lhe dar velocidade. Não à toa que alguns moderados se fiassem em autores que preferiam a prudência reformista à incerteza revolucionária, como o filósofo inglês Jeremy Bentham (1748-1832), para quem “conservar corrigindo” era uma das melhores maneiras de se evitar grandes catástrofes.¹⁰⁴⁷ Lembrado à exaustão pelos moderados brasileiros, Bentham influenciou o pensamento de Ramón Salas,¹⁰⁴⁸ um dos principais teóricos do liberalismo espanhol da década de 1820 e que foi muito citado pelo *Universal* em suas enunciações sobre o

¹⁰⁴⁰ MANENT, Pierre. *História Intelectual do Liberalismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p.124.

¹⁰⁴¹ GUIMARÃES, *op. cit.*, 2001.

¹⁰⁴² KAHAN, Alan. *Liberalism in Nineteenth Century Europe: The political culture of limited suffrage*. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

¹⁰⁴³ ARENDT, *op. cit.*

¹⁰⁴⁴ *Aurora Fluminense*, nº 470, 11/04/1831. Ver, também, *Astro de Minas*, nº 553, 11/06/1831.

¹⁰⁴⁵ *O Independente*, nº 2, 06/05/1831.

¹⁰⁴⁶ MOREL, *op. cit.*, 2005, p.126-127.

¹⁰⁴⁷ COLOMER, Josep M. Ilustracion y liberalismo em Gran Bretaña: J. Locke, D. Hume, los economistas clásicos, los utilitaristas. In: VALESPIN, p.72-73. Sobre Jeremy Bentham, ver ROSEN, Frederick. *Bentham and representative democracy*. London: Oxford University Press, 1983.

¹⁰⁴⁸ ELORZA, *op. cit.*, p.452-454.

regime representativo.¹⁰⁴⁹ Edmund Burke (1729-1787) foi outro que teve boa acolhida entre os moderados mais temerários com as contingências revolucionárias. Em seu clássico *Reflections on the Revolution in France*, o pensador e político escocês elaborou uma leitura pessimista da Revolução Francesa, entendida como refém da “abstração revolucionária” e produtora de excessos e convulsões sociais, contrapondo-lhe a moderação e o respeito às tradições da “Revolução Gloriosa” inglesa.¹⁰⁵⁰ Essa antinomia radicalização/moderação seria muito empregada por Evaristo da Veiga, atento leitor de Burke e um dos seus maiores difusores no espaço público da Corte. A díade prudência/respeito às leis seria outra máxima recorrente nas páginas da *Aurora Fluminense* e d’o *Homem e a América*.¹⁰⁵¹

Aparentemente contraditório, esse movimento de aproximação e afastamento com a revolução escamoteava uma convicção essencial para os moderados. Embora conscientes de que a construção do Império tinha como objetivo o estabelecimento de uma nova ordem política, baseada num novo pacto social, os moderados acreditavam que o problema em tela não era preponderantemente social, mas político. Isto é, a configuração do Estado nacional, calcada na luta contra a opressão e a tirania, sobrepunha-se a aspirações que prediziam uma remodelação da ordem social existente. As disputas deveriam se dar, portanto, no campo da *liberdade*, palavra entendida aqui como o direito de participar do mundo da política.¹⁰⁵² Ao desejarem um freio à revolução os moderados estavam, antes, refutando que ela se estendesse para o campo social, ou que viesse a se confundir com a violência – um denominador comum das revoluções, segundo Arendt –¹⁰⁵³ e com as agitações provocadas por aqueles que estavam à margem da política. Não é acidental que o redator d’o *Universal* descrevesse o 7 de abril como um “fenômeno raro na história antiga e moderna”, por causa do não derramamento de sangue.¹⁰⁵⁴ Isso, evidentemente, na visão do jornal.

A atuação dos moderados dentro e fora das esferas oficiais de poder acabou sendo crucial para sua consolidação enquanto força política que encamparia alguns princípios que já vinham

¹⁰⁴⁹ *O Universal*, nº 713 (20/02/1832). Sobre o liberalismo espanhol, ver CALERO, Manuel Chust. *Los colores de las independencias americanas: liberalismo, etnia e raza*. Maadri: Consejo Superior de Investigaciones Científica, 2009; QUINTERO, Esther Martínez. *Los grupos liberales antes de las Cortes de Cádiz*. Madri: Narcea, 1977; VALENCIA, Manuel Martínez Sospedra. *La constitución española de 1812: El constitucionalismo liberal a principios Del siglo XIX*. Facultad de Derecho: Cátedra Fadrique Furió Ceriol, 1978; ABELLÁN, José Luis. *Liberalismo y Romanticismo (1808-1874)*, v.4, História crítica Del pensamiento español. Madrid: Espasa-Calpe, 1979-1991; ALONSO, Manuêlo Moreno. *Divina libertad: La aventura liberal de Don José María Blanco White, 1808-1824*. Sevilla: Alfar, 2002.

¹⁰⁵⁰ ROSANVALLON, Pierre. *The Demands of Liberty: Civil Society in France since the Revolution*. Harvard: Harvard University Press, 2007, p.63-65.

¹⁰⁵¹ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837) In: PEIXOTO, Antonio Carlos; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia (orgs.). *O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001, p.115-116.

¹⁰⁵² MARSON, Izabel Andrade. Hannah Arendt e a revolução: ressonâncias da revolução americana no Império brasileiro. In: MAGALHÃES, Marion Brepohl; LOPREATO, Christina & DUARTE, André (orgs). *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2004, p.228-229.

¹⁰⁵³ ARENDT, *op. cit.*, p.44.

¹⁰⁵⁴ *O Universal*, nº 607, 15/06/1831.

sendo divulgados pelo grosso da oposição no Primeiro Reinado. Não questionavam as diretrizes básicas asseveradas pela Carta de 1824, embora vislumbassem contrabalançar a preeminência do monarca por meio da ampliação da atuação da Câmara dos Deputados na política imperial. Ao defenderem o cumprimento desse documento, apregoavam a monarquia constitucional representativa, a participação contundente do Legislativo, a ação política calcada na Carta magna e a ideia de que as mudanças político-administrativas fossem operadas de forma gradual e dentro das esferas oficiais de poder, questões já postas antes mesmo da convocação do Parlamento por d. Pedro.¹⁰⁵⁵

A retórica da homogeneidade, propalada pelos periódicos de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro escondia, entretanto, uma fragmentação interna herdada da oposição do Primeiro Reinado que agora, na condição de situação, assumiria outros contornos. Como veremos nas linhas que seguem, para a dianteira dos executivos e comando das armas provinciais seriam escolhidos, preferencialmente, nomes de prestígio regional, mas sem grande trânsito nos circuitos da Corte, como Rafael Tobias de Aguiar (São Paulo) e Manuel Inácio de Melo e Sousa (Minas Gerais). Já no âmbito nacional os deputados paulistas e mineiros da antiga oposição que tomaram a frente das pastas foram, à exceção de Feijó (Justiça, 1831-1832) e Vasconcelos (Fazenda, 1831-1832),¹⁰⁵⁶ nomes que não estavam diretamente associadas às lideranças políticas provinciais, como Aureliano de Sousa Coutinho (Império, 1833; Estrangeiros, 1834),¹⁰⁵⁷ Antônio Pinto Chichorro da Gama (Império, 1833; Fazenda, 1834), Honório Hermeto Carneiro Leão (Justiça, 1832-1833) e Cândido José de Araújo Viana (Fazenda, 1832; Império, 1833), cujo trânsito político na Corte provavelmente favoreceu-lhes o ingresso no Executivo. Essas informações são importantes porque expõe de outro ângulo a chamada “ascensão moderada” pós-7 de abril. A distribuição dos moderados na máquina pública processou-se de forma nuançada, posto que figuras mais associadas aos grupos provinciais conseguiram ingressar no Executivo apenas parcial e pontualmente, sobretudo com a ascensão do gabinete de 16 de junho de 1831, do qual participaram Vasconcelos e Feijó, mas que caiu após o desbaratamento do golpe de 1832. Do desfecho do “golpe dos padres” até o Ato Adicional, apenas Vergueiro seria ministro dentre os moderados com maior enraizamento na política provincial.

A rápida ascensão dos moderados contrastou com o cerceamento ao poder imposto por eles próprios aos exaltados, cuja ação política, sobretudo na capital do Império, havia sido primeva para

¹⁰⁵⁵ CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da civilização brasileira*, tomo II, “O Brasil Monárquico”, vol.2, São Paulo, Difel: 1978, p.315-352.

¹⁰⁵⁶ Cabe mencionar, também, a presença no Ministério do senador Vergueiro (Império, 1832-1833; Fazenda, 18832), cf. JACQUES, *op. cit.*, p.81-83.

¹⁰⁵⁷ Aureliano Coutinho conseguiu manter sua cadeira na Câmara, após expressivas votações em Ouro Preto, Mariana, Campanha e Jacuí, cf. *O Universal*, n°s 927 (11/09/1833), 934 (27/09/1833), 942 (16/10/1833), 949 (01/11/1833).

a eclosão do 7 de abril.¹⁰⁵⁸ Ao enfatizar a necessidade das reformas constitucionais, a eficácia dos princípios federativos e a importância de ampliarem-se as bases de participação política, os *exaltados* afastaram-se cada vez mais dos moderados, criticando-os inclusive pelo seu caráter “retrógrado” e “estacionário”, o que alargava a discussão via impressos para além da antinomia entre “liberalismo” e “despotismo”.¹⁰⁵⁹ Estabeleceu-se, a partir daí, um enfrentamento entre as próprias folhas liberais, especialmente no tocante às reformas na Carta de 1824 e à defesa dos princípios federativos. No entender de Ezequiel Corrêa dos Santos, redator d’*a Nova Luz Brasileira*, a luta dos exaltados dar-se-ia, também, contra os próprios moderados.¹⁰⁶⁰

Emprestada da experiência política ibérica dos anos 1820 e 1830, quando o debate em torno da soberania do parlamento *versus* soberania do monarca ganhou destaque nos círculos políticos espanhóis e portugueses, a noção de “exaltação” não foi de todo aceita pelos exaltados brasileiros, uma vez que ela estava associada à ideia de excesso político, o que se contrapunha à soberania da razão, um dos pilares do discurso liberal nas primeiras décadas do século XIX.¹⁰⁶¹ Os moderados, por sua vez, valeram-se da conotação negativa do termo exaltação para denegrir seus adversários políticos. Em agosto de 1831, o jornal *O Farol Paulistano* publicou um excerto supostamente traduzido de J. Droz e extraído d’o *O Patriota Brasileiro* que comparava a eficácia política da “moderação” com o “vício” inerente à “exaltação”.¹⁰⁶² Em contrapartida, o periódico paulistano *O Observador Constitucional* rejeitou o rótulo de exaltado e disse ser representante da “verdadeira moderação”.¹⁰⁶³

Divergências acerca do termo “exaltação” foram recorrentes e revelavam mais do que uma querela semântica. Assim como os moderados, os exaltados careciam de uma plataforma política

¹⁰⁵⁸ BARMAN, Roderick. *Brazil, the forging of a nation, 1798-1852*. 1ª edição: 1988. Stanford: Stanford Press, 2003, p.169.

¹⁰⁵⁹ WERNET, 1972, *op. cit.*, p.56.

¹⁰⁶⁰ “O exaltado que é homem de bem irrita-se em presença do Déspota, que com escárnio, ou sem ele, faz injustiça e despreza a um mortal desvalido, cujos direitos inauferíveis posterga à prepotência sustentada pela traição. O moderado, porém, quando é honrado, nunca se irrita senão pelos seus interesses pessoais e domésticos, e olha para a perda das Liberdades Públicas e para as violências que sofre o pobre, e desvalido, não com o prazer do cortesão e moderado fingido; mas com uma criminosa apatia [...] o exaltado irrita-se vendo a indiferença do moderado pela Causa Pública, quando a combina com a sua desesperação pela perda dos interesses”, cf. *A Nova Luz Brasileira*, nº 160, 17/08/1831, *Apud* BASILE, *op. cit.*, 2006, p.68.

¹⁰⁶¹ MOREL, *op. cit.*, 2005, p.99-101.

¹⁰⁶² O trecho afirmava que “os espíritos inspirados pela moderação, estão por isso mesmo em relação com a verdade, e com o interesse geral, ao mesmo tempo que os espíritos exaltados se afastam necessariamente do útil, e do verdadeiro. Nas tormentas, por que fomos obrigados a atravessar, sempre dei mais consideração ao caráter do que às opiniões dos homens, e só agora é que eu posso ver, que fui mais justo, e me enganei menos, do que se tivesse tomado outra base para os meus juízos.

Uma das maiores desgraças para a Sociedade, é a grande dificuldade, que ha em julgarmos a moderação, e a exaltação independente das ideias, a que sempre as achamos ligadas. Todavia a exaltação em si é um vício, e a moderação é por se mesma uma virtude, principiaremos então a instruir-nos, cf. *O Farol Paulistano*, nº 381, 24/08/1830.

¹⁰⁶³ Para o redator d’o *Observador*, “dois Partido existem hoje no Brasil; um, que á força do uso que tem feito da palavra moderação, se tem chamado o *Moderado*, quando bem analisada sua conduta, acharíamos ser impróprio dar-se-lhe tal nome; outro, que pela energia, e franqueza tem sido denominado *Exaltado*; nome que lhe tem sido dado pelo primeiro, e que lhe é também impróprio, pois que a sua conduta tem sido a *da verdadeira Moderação*”, cf. *O Observador Constitucional*, nº 170, 12/08/1831.

homogênea e possuíam diferenças programáticas importantes, como por exemplo sobre a conquista da autonomia pelas províncias. Questão essencial para os exaltados, a discussão em torno do estatuto político provincial realimentou um debate crucial para a construção da nação – o do papel das províncias e dos poderes locais na constituição do Estado imperial –, temática que vinha sendo discutida desde a abertura do Parlamento, e que ganhou força com as discussões em torno da regulamentação das Câmaras Municipais e dos Conselhos Gerais de província.¹⁰⁶⁴ Mas apesar de haver um anseio comum por uma reestruturação da esfera local, a forma para se atingir tal objetivo não era consensual entre os exaltados.

Após o 7 de abril, aqueles que constituíram a base governista do Primeiro Reinado passaram a compor um grupo que até 1834 ficou conhecido na imprensa como *caramuru* ou *restaurador*. Segundo os moderados, os *caramurus* seriam formados majoritariamente por “portugueses” e “absolutistas” que desejavam a volta de d. Pedro ao Brasil e a restauração dos grupos dirigentes do Primeiro Reinado.¹⁰⁶⁵ Tal definição, contudo, é demasiado simplista, convindo aqui alguns esclarecimentos.

Em primeiro lugar, a nomenclatura *caramuru*, que remetia à ideia do português que se impôs ao nativo americano, era aceita e utilizada por seus próprios correligionários, a exemplo d’o *Caramuru*, periódico publicado entre 1832 e 1833 sob a direção de Davi da Fonseca Pinto, e que se tornou num dos principais veículos impressos desse grupo. Em segundo, a maioria das folhas *caramurus* não chegou a defender explicitamente a retomada do trono brasileiro por D. Pedro, de modo que periódicos fluminenses como *A Trombeta*, *O Carijó* e *O Grito dos Oprimidos* negaram peremptoriamente a pecha de restauradores, e inclusive acusaram os moderados de se valerem da ideia de restauração como artimanha de luta política. Só a partir de 1833, com a exacerbação da luta política entre moderados e *caramurus*, em parte por causa das eleições para a terceira legislatura, é que alguns periódicos mostraram-se favoráveis à volta de d. Pedro.¹⁰⁶⁶ Como lembrou Marcello Basile, todo restaurador era *caramuru*, mas nem todo *caramuru* era restaurador. Em terceiro, a ideia de restauração, comumente veiculada pelos *caramurus*, era polissêmica, significando mais do que o retorno do ex-monarca. Ela expressava tanto a probabilidade de fortalecimento do Estado, recompondo parte da estrutura política do Primeiro Reinado, quanto o reforço do poder dos grupos que haviam apoiado o governo de d. Pedro. A concepção de “restaurar” continha, nas primeiras décadas do século XIX, o sentido de regenerar, ou seja, de criar de novo algo que já teria existido.¹⁰⁶⁷

¹⁰⁶⁴ WERNET, 1972, *op. cit.*, p.56-61; MOREL, *op. cit.*, 2005, p.100-117.

¹⁰⁶⁵ BASILE, Marcello. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

¹⁰⁶⁶ Foram os casos do *Caramuru* e da *Trombeta*, cf. BASILE, *op. cit.*, 2006, p. 87-88.

¹⁰⁶⁷ ARENDT, *op. cit.*, especialmente cap.1.

Em parte influenciados pela chamada experiência regalista portuguesa (1828-1834), que reeditou práticas do Antigo Regime, como por exemplo a divisão jurídica da sociedade em três ordens (nobreza, clero e povo), os caramurus valorizavam a supremacia monárquica diante do afã reformista que tomou conta dos círculos políticos após a Abdicação, interpretada inclusive como uma manobra ilegal dos moderados para alcançarem o poder. Diferentemente daqueles que de alguma forma se intitulavam liberais, os caramurus foram contrários, até mesmo às vésperas da votação do Ato Adicional, à alteração da Carta de 1824, opondo-se à extinção do Poder Moderador, do Conselho de Estado e do Senado, bem como à implantação de reformas que promovessem o aumento do poder das províncias, sobretudo o Judiciário.¹⁰⁶⁸

Se o escopo conceitual permanecia basicamente inalterado, a passagem da situação para a oposição forçou mudanças no discurso dos ex-governistas, agora caramurus, diante do cenário político do pós-7 de abril. Uma das alterações ocorridas foi, por exemplo, combater o tratamento desrespeitoso dispensado aos pardos e negros livres, tema inexistente nas folhas governistas antes de 1831. No Rio de Janeiro, folhas como o *Brasileiro Pardo* e o *Crioulinho* defendiam os direitos constitucionais dos homens livres *de cor* e atacavam os moderados por estarem desrespeitando-os, situação que segundo os mesmos jornais não ocorria nos tempos de d. Pedro.¹⁰⁶⁹ Ainda que expusessem a luta dessas populações pela conquista de direitos civis, o apego à bandeira racial – assim como a defesa da inserção das mulheres na política – constituía uma jogada dos caramurus para se aproximarem dos exaltados e daqueles setores, como pardos e negros livres, que não se beneficiaram prontamente com a chegada dos moderados ao poder. Estes últimos, aliás, nutriam uma relação ambígua com esse rol de reivindicações, o que tornava a aliança com os caramurus uma via possível para os exaltados.

Em meio à redefinição das forças políticas em jogo, as tensões que tomaram a capital do Império desde os primeiros momentos após o 7 de abril demandaram decisões de primeira ordem que mantivessem a segurança pública e garantissem condições para a Regência exercer o poder.¹⁰⁷⁰ O novo governo decretou anistia para todos os presos políticos (condenados ou sentenciados) até o momento,¹⁰⁷¹ mas em contrapartida iniciou uma velada perseguição àqueles que se opunham à Regência. A prisão de Cipriano Barata em Salvador dias após a Abdicação, seguida de sua remoção

¹⁰⁶⁸ MOREL, *op. cit.*, 2005; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo: a cultura política da independência, 1820-1822*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Revan, 2003.

¹⁰⁶⁹ BASILE, *op. cit.* 2006, p.81.

¹⁰⁷⁰ Diversas medidas foram tomadas pela Regência Trina Provisória com o intuito de assegurar a ordem pública e o *status quo* político. Ver, por exemplo, Decisão do Ministério da Guerra de 26 de abril de 1831 – exige um relatório exato dos estabelecimentos e obras militares em todas as Províncias. In: *Coleção das decisões do governo de 1831, op. cit.*, p.63.

¹⁰⁷¹ Decreto de 9 de abril de 1831 – Perdoa aos cidadãos condenados ou mesmo pronunciados por crimes políticos, e aos réus militares por crimes de deserção. In: *Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1831*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, v.1, p.02.

para o Rio de Janeiro, teve grande repercussão na imprensa, soando como um alerta para os críticos da nova administração.¹⁰⁷² O *Farol Paulistano* elogiou as “necessárias mudanças” promovidas pela Regência, sobretudo a nomeação para comandante interino das armas da Corte do brigadeiro José Joaquim de Lima e Silva, irmão do “mui digno” regente Francisco de Lima e Silva, a mudança no comando da polícia do Rio de Janeiro¹⁰⁷³ e o recolhimento à capital do Império do comandante das armas de São Paulo, João Egídio Calmon de Siqueira.¹⁰⁷⁴ Este, empossado apenas um mês antes, já vinha recebendo críticas de setores moderados por seu alinhamento com o governo da Corte.¹⁰⁷⁵ Até o fim de 1831, outras localidades teriam seus comandantes das armas substituídos.¹⁰⁷⁶ A Regência também fez alterações nos executivos provinciais. Em Minas Gerais a escolha recaiu sobre Manoel Inácio de Melo e Sousa, deputado pela bancada mineira na 1ª legislatura e membro dos Conselhos Geral e da Presidência, e que ocupou o posto até 1833. Para a imprensa moderada local, as providências mais importantes tomadas pela Regência a favor de Minas haviam sido justamente as nomeações de Manuel Inácio à presidência e do brigadeiro Antonio Caetano Pinto Coelho da Cunha, suplente no Conselho Geral mineiro, ao comando das armas da província.¹⁰⁷⁷ Ambas as trocas foram entendidas como sinônimo de regeneração do Império e da política provincial.¹⁰⁷⁸

Em São Paulo, com a saída de Aureliano da presidência poucos dias após a Abdicação, foram necessários cerca de dois meses para que outro nome assumisse o cargo, que ficou temporariamente sob a responsabilidade do vice-presidente Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade. Este convocou extraordinariamente o Conselho da Presidência para discutir sobre os “tumultos” e as “assoadas noturnas” que, segundo o juiz de paz da freguesia da Sé, José Antônio dos Reis,¹⁰⁷⁹ ainda aconteciam na cidade de São Paulo após o 7 de abril. Na visão do juiz de paz não

¹⁰⁷² MOREL, *op. cit.*, 2003, p.25-26.

¹⁰⁷³ O posto foi ocupado por Antonio Joaquim da Costa Gavião, que já havia sido governador das armas pela Província do Mato Grosso, em 1826. Cf. Ofícios sobre a estatística, defesa e administração da província de Mato Grosso de 1824 a 1826. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t.XX, 1857, p.384.

¹⁰⁷⁴ Cf. *O Farol Paulistano*, nº 477, 23/04/1831. João Egídio Calmon de Siqueira (1783-1851) era natural de Santo Amaro, Bahia. Militar de carreira, comandou regimentos de cavalaria durante a Campanha do Sul, no Primeiro Reinado, cf. JUNQUEIRA, Lucas de Faria. *A Bahia e o Prata no Primeiro Reinado: Comércio, recrutamento e guerra cisplatina* (1822-1831). Dissertação de mestrado. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, 2005, p.142.

¹⁰⁷⁵ *O Farol Paulistano*, nº 467, 26/03/1831.

¹⁰⁷⁶ *O Universal* noticiou a troca de cargos no Espírito Santo e em Pernambuco. Cf. *O Universal*, nº 667, 02 /11/1831.

¹⁰⁷⁷ *O Universal*, nº 584, 20/04/1831; *Pregoeiro Constitucional*, nº 63, 07/05/1831; *O Novo Argos*, 28/04/1831; *Estrela Marianense*, nº 50, 30/04/1831. O apoio a Manoel Inácio se mostrou ainda mais explícito em artigo posterior d’o *Universal*, em que se ressaltou suas qualidades – “patriotismo”, “probidade”, “caráter firme” – e experiência na política provincial e geral, cf. *O Universal*, nº 585, 22/04/1831. A indicação de Manoel Inácio para a presidência de Minas Gerais foi bem recebida em diversos pontos da província, o que pode ser notado pelas representações enviadas ao governo provincial sobre o assunto. O *Universal* publicou uma representação enviada ao novo presidente por moradores da Vila de Santa Maria do Baependi parabenizando a atitude da Regência, cf. *O Universal*, nº 597, 25/05/1831. O mesmo periódico reiterou seu apoio a Coelho da Cunha em outra nota, cf. *O Universal*, nº 590, 04/05/1831.

¹⁰⁷⁸ *Astro de Minas*, nº 535, 30/04/1831.

¹⁰⁷⁹ José Antonio dos Reis (1798-1876), bispo de Cuiabá em 1831, era natural de São Paulo. Ordenado presbítero em 1825, ingressou na primeira turma do Curso Jurídico de São Paulo, em 1828, recebendo o título de bacharel em 1832. Em 1829, exerceu o cargo de fiscal da Câmara Municipal de São Paulo. No ano seguinte, foi bibliotecário público da capital paulista. Na política, foi membro do Conselho Geral de São Paulo (2ª Reunião) e deputado pela bancada paulista

era possível coibir os fautores dos tumultos, pois sua força era “superior a toda outra que se lhe opunha”, e contava com “muita condescendência e cooperação dos militares”, além da presença de “estudantes”. A convite de Gonçalves de Andrade, participaram da sessão o comandante das armas interino, o comandante dos batalhões da guarnição e os juízes de paz da capital paulista. Questionado sobre uma possível cooperação de militares nas “assoadas”, o comandante das armas afirmou que as patrulhas não tinham entrado em ação, pois nenhum “flagrante delito” ocorrera de fato, e que não havia motivo algum para “desconfiarem de seus soldados”. O Conselho decidiu, diante de tais alegações, que a partir dali o comandante das armas enviaria tropas diariamente aos juízes de paz da capital, para que dessem instruções de policiamento. Resolveu-se, também, que ficaria à disposição do comandante das armas 1.400 cartuchos para serem distribuídos aos batalhões e corpos de guarda.¹⁰⁸⁰ O *Farol* comentou o desfecho da sessão extraordinária louvando a disciplina dos “briosos Soldados Paulistanos”, num claro intuito de minimizar a força dos incidentes ocorridos. Seu redator afirmou, ainda, que “tais magotes” haviam “desaparecido” nas últimas noites”.¹⁰⁸¹

Agitações no mesmo nível continuaram a ocorrer na capital paulista,¹⁰⁸² que assistiu à posse do novo presidente, Manoel Teodoro de Araújo Azambuja, em 20 de junho de 1831.¹⁰⁸³ Tendo como uma das principais missões garantir a manutenção da ordem pública em meio à reviravolta política eclodida pelo 7 de abril, Azambuja convocou extraordinariamente o Conselho da Presidência, que tomou um conjunto de medidas a respeito do “negócio urgentíssimo de promover-se a tranquilidade Pública” – procedimentos de alistamento, armazenamento e distribuição de armas, listagem de indivíduos suspeitos, auxílio aos senhores cujos escravos se rebelassem – que envolvia a cooperação de juízes de paz, juízes criminais, da polícia da província e das Câmaras Municipais.¹⁰⁸⁴ A lusofobia, revigorada na ocasião da Abdicação, fez o presidente Azambuja

na 3ª e 4ª legislaturas do Império. Cf. MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954, v.2, p.50-51.

¹⁰⁸⁰ ACP, v.15, sessão de 21/05/1831, p.142-144.

¹⁰⁸¹ *O Farol Paulistano*, nº 490, 23/05/1831.

¹⁰⁸² Ver, por exemplo, correspondência de 01/06/1831 enviada à presidência por José Antonio dos Reis, na qual informa que se encontrava novamente na cidade de São Paulo Antonio de Oliveira, causador de tumultos que acabavam com a ordem pública. APESP, Acervo Digital – Ofícios Diversos.

¹⁰⁸³ Manoel Teodoro de Araújo Azambuja (1780-1859), Coronel do Exército, era natural do Rio de Janeiro. Filho do capitão Manoel de Araújo Gomes e Ana Felícia de Figueredo Araújo, entrou para a tropa de primeira linha aos 14 anos. Em 1830, foi juiz de paz na freguesia de São José, no Rio de Janeiro, cf. Biografia de Manoel Teodoro de Araújo Azambuja. In: *Revista popular: jornal ilustrado*, tomo VII, Rio de Janeiro, jul-set/1860, p.171-181. Promover o “progresso” do comércio e da agricultura bem como beneficiar as estradas eram, segundo discurso proferido na ocasião de sua posse, seus principais objetivos, cf. *O Observador Constitucional*, nº 158, 27/06/1831.

¹⁰⁸⁴ ACP-SP, v.15, sessão de 22/06/1831, p.146.

mandar as autoridades paulistas demitirem os funcionários estrangeiros que ocupassem cargos públicos.¹⁰⁸⁵

Na capital do Império sancionou-se, em 14 de junho, aquela que ficou conhecida como a “Lei da Regência”, e que na prática estabeleceu os procedimentos eleitorais para a Regência Trina Permanente e estipulou seu espaço de atuação.¹⁰⁸⁶ Cerca de um mês antes, ao início das discussões, escancarou-se a inexistência de um consenso sobre a natureza do poder regencial. Um dos primeiros pontos de discórdia gravitava em torno da elegibilidade dos regentes. Montezuma propôs que houvesse restrições sobre os pleiteantes à Regência (deveriam preencher os pré-requisitos mínimos de idade, condição econômica e ilustração), enquanto Martim Francisco, apoiado por Alves Branco e Augusto May, sugeriu que nenhum membro do Legislativo pudesse ocupar o cargo de regente, sob a alegação de que haveria uma quebra do princípio da divisão dos poderes. A intenção desses homens, que aos poucos vinham constituindo um grupo de resistência à ascensão ao poder de parte da antiga oposição de d. Pedro, era evitar que Câmara dos Deputados se assenhoreasse da Regência e dela fizesse um poder subordinado. Vencidas, tais emendas foram antes repudiadas pelos deputados Paula Sousa, Feijó, Evaristo da Veiga e Alencar, sendo que os dois últimos recorreram ao exemplo da Inglaterra para dizer que os primeiros ministros sempre eram extraídos do corpo Legislativo. Além do quê, segundo os detratores das emendas, não haveria na Carta de 1824 nenhum dispositivo que vetasse a escolha de legisladores, tampouco existiria, segundo eles, homens com qualidades suficientes para fazer parte da Regência que não estivessem alocados no Legislativo.¹⁰⁸⁷

O ponto fulcral do projeto estava no artigo 9º, o qual estipulava quais atribuições do Moderador caberiam à Regência. De acordo com a redação da comissão, os atos do quarto poder tomados pela Regência teriam que ser referendados pelos ministros, a fim de que, segundo Evaristo da Veiga, “nenhum ato do poder ficasse impune quando merecesse castigo”. Lino Coutinho foi contra a necessidade obrigatória da referenda ministerial, por achar que os ministros poderiam negar-se em fazê-lo em casos, por exemplo, de sanção de lei.¹⁰⁸⁸ O alcance do poder regencial dividia opiniões. Para um homem como Evaristo da Veiga, defensor de um Executivo forte, era mister que fossem preservados certos parâmetros do Moderador, como a dissolução da Câmara dos Deputados. Segundo Evaristo, “despojado de todo o prestígio da realeza, entregue a homens eletivos, [o governo regencial] é fraco de sua natureza e convém antes dar-lhe força do que tirar-

¹⁰⁸⁵ TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *História da cidade de São Paulo sob o Império: 1831-1842*. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, vol.5, 1961, p.19.

¹⁰⁸⁶ Lei de 14 de junho de 1831 – sobre a forma de eleição da Regência Permanente e suas atribuições. In: *Coleção das Leis do Império de 1831, op. cit.*, Parte Primeira, p.19-23.

¹⁰⁸⁷ APB-CD, sessão de 18/05/1831, p.54 e seguintes.

¹⁰⁸⁸ APB-CD, sessão de 19/05/1831, p.63-64.

lha”.¹⁰⁸⁹ Em argumentação que faz lembrar Montesquieu, Evaristo acreditava que em um regime representativo o corpo legislativo, titular da legitimidade representativa, podia aumentar abusivamente seu poder, sendo preciso, portanto, tomar precauções para assegurar ao Executivo uma consistência suficiente.¹⁰⁹⁰

Numa clara tentativa de limitar o poder regencial, a Lei de 14 de junho retirou da Regência o direito de acionar algumas das principais atribuições do Poder Moderador, dentre elas dissolver a Câmara dos Deputados, conceder anistia, honras, títulos e ordens militares, e nomear conselheiros de Estado, com exceção nos casos em que ficassem três ou menos integrantes. De resto, a Regência poderia se valer do Poder Moderador e do Executivo imperial, contanto obtivesse referenda dos ministros.¹⁰⁹¹ A referenda ministerial criava um mecanismo de responsabilidade ministerial pelos atos do Moderador, questão que suscitava opiniões divergentes desde a Constituinte de 1823. Assim, a Lei da Regência instituiu algo novo, já que no texto da Carta de 1824 não ficara explícito a responsabilidade pelos atos do Poder Moderador. Diferentemente da lei de 15 de outubro de 1827, definidora dos delitos, crimes e penas que seriam atribuídos aos ministros, secretários e conselheiros de Estado, a Lei da Regência estabelecia uma responsabilidade *política* para o Ministério,¹⁰⁹² aspecto que, segundo Paula Sousa, corrigiria um “equivoco da constituição”.¹⁰⁹³ Para o redator d’o *Farol*, o projeto para a regulamentação da Regência era satisfatório, pois não conferia poderes excessivos àquela nem retirava-os de todo, opção esta que comprometeria a governabilidade da monarquia.¹⁰⁹⁴

O enfraquecimento do poder regencial pela nova lei explicitava os embates entre membros da Câmara dos Deputados, que saiu fortalecida, e elementos que haviam dado suporte ao governo de d. Pedro, mas que ainda se encontravam no Conselho de Estado¹⁰⁹⁵ e no Senado, o qual fizera

¹⁰⁸⁹ *Aurora Fluminense*, nº 477, 27/04/1831, *apud* SOUSA, *op. cit.*, 1957, v.6, p.104.

¹⁰⁹⁰ MANENT, *op. cit.*, p.97.

¹⁰⁹¹ Lei de 14 de junho de 1831 – sobre a forma de eleição da Regência Permanente e suas atribuições. In: *Coleção das Leis do Império de 1831*, *op. cit.*, Parte Primeira, p.19-23.

¹⁰⁹² BARBOSA, Silvana Mota. Vontade irresponsável e poder responsável: Benjamin Constant e o sistema representativo do Império. In: RIBEIRO, Gladys (org.). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política, 1822-1930*. São Paulo: Alameda, 2009, p.143. A autora afirma que a ideia não era nova na teoria política, “pois tanto a doutrina de Benjamin Constant quanto na prática constitucional inglesa a defesa da responsabilidade política dos ministros era um princípio básico para a manutenção da monarquia constitucional. Segundo Alain Laquière é possível notar uma remodelação da atuação do executivo ao longo da história constitucional inglesa do século XVIII e início do XIX, Progressivamente, o Poder Executivo se tornou um poder coletivo, distribuído entre o Ministério. O gabinete concentrou as atribuições de executivo em detrimento da prerrogativa real. E, neste processo, aconteceu a substituição das responsabilidades, passando a ser cada vez mais uma prática a responsabilidade política, e não penal, sendo que os ministros respondiam coletivamente pelos seus atos”, p.143-144.

¹⁰⁹³ APB-CD, sessão de 19/05/1831, p.65.

¹⁰⁹⁴ *O Farol Paulistano*, nº 492, 25/05/1831.

¹⁰⁹⁵ OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. O Conselho de Estado e o complexo funcionamento do governo monárquico no Brasil do século XIX. *almanack brasiliense*, nº5, p.46, maio/2007. Disponível em www.almanack.usp.br. Acesso em janeiro/2008.

uma única emenda ao projeto da câmara baixa.¹⁰⁹⁶ E mais, a imposição de limites à Regência mostrava como os políticos da época tinham consciência da singularidade daquele momento, e de que os regentes não entronavam o poder monárquico em sua plenitude, daí a votação de uma lei que esboçasse um sistema de feição parlamentarista no qual a Câmara dos Deputados adquiriria proeminência.¹⁰⁹⁷ O esvaziamento do Poder Moderador gerou impasses nos anos seguintes, e muito se escreveu na imprensa moderada sobre os problemas da Regência não poder, por exemplo, dissolver a Câmara dos Deputados, notadamente no período de votação do projeto de reforma constitucional e da tutoria de Pedro II, em 1832.¹⁰⁹⁸

Maioria na Câmara dos Deputados e com presença marcante nos Conselhos Provinciais e Câmaras Municipais, especialmente em São Paulo e Minas Gerais, os moderados se viram circunstancialmente fortalecidos diante dos exaltados – com pouca representatividade nas esferas oficiais de poder – e dos antigos aliados de d. Pedro, que vinham se reestruturando após a Abdicação. A materialização dos moderados na dianteira do Executivo, ainda que momentânea, consubstanciou-se na escolha dos membros da Regência Trina Permanente, em 17 de junho de 1831, formada pelos deputados José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz, e novamente pelo general Francisco Lima e Silva.

A formação da Regência Trina Permanente é pouco comentada pela bibliografia, talvez por entendê-la como uma continuação da anterior. A nosso ver, entretanto, a nova composição é indicativa do aprofundamento das tensões do momento. A saída de Vergueiro (6 votos) para a entrada de Costa Carvalho (75 votos) foi, em termos da imagem política moderada, um recuo e uma aposta. Vergueiro era uma liderança liberal desde a Constituinte, membro da oposição ao governo de d. Pedro, homem da lide parlamentar e constante exposição pública. Costa Carvalho era politicamente mais reservado, menos conhecido no âmbito nacional e com atuação discreta na tribuna. Aos olhos da opinião pública era um político de posições mais conservadoras, tanto que sofreria invectivas dos periódicos exaltados da Corte por conta do seu jornal – *O Farol Paulistano* – ter relutado em abraçar a federação como caminho político possível, no que foi defendido pela imprensa moderada de Minas.¹⁰⁹⁹ Sua proximidade com a terra natal¹¹⁰⁰ provavelmente foi utilizada para buscar certa acomodação entre as províncias do norte e do centro-sul, a fim de evitar algo que lembrasse a Confederação do Equador. Em prol da inserção das províncias nortistas no projeto

¹⁰⁹⁶ A única emenda feita pelo Senado ao projeto da Câmara dos Deputados sobre as atribuições da Regência foi a de garantir aos regentes a prerrogativa do Poder Moderador de poder adiar a Assembleia Geral.

¹⁰⁹⁷ BARMAN, *op. cit.*, p.163.

¹⁰⁹⁸ *Astro de Minas*, nº 713, 21/06/1832.

¹⁰⁹⁹ De acordo com o periódico carioca *A Nova Luz Brasileira*, as províncias do norte separar-se-iam do restante do Império caso fosse confirmada a eleição de José da Costa Carvalho ao posto de regente, insinuação que foi rechaçada pelos moderados, cf. *O Universal*, nºs 615 (04/07/1831) e 616 (06/07/1831) e *Astro de Minas*, nº 579, 11/08/1831.

¹¹⁰⁰ Lembremos novamente que por duas vezes, na 1ª e 2ª legislaturas, Costa Carvalho opta por tomar assento como deputado pela Bahia e não por São Paulo.

político da Regência optou-se, também, pelo maranhense João Bráulio Muniz (49 votos), figura de pouco expressividade, mas aceita do seio dos liberais do centro-sul e, ao que parece, indicada pelo deputado Manuel Odorico Mendes, figura de destaque na oposição ao governo no Primeiro Reinado.¹¹⁰¹ Ao fim e ao cabo, a nova Regência precisava governar, e isso não seria possível sem o apoio do Legislativo.

Como forma de estruturar o novo governo em todo o Império, a Regência Permanente deu prosseguimento à política da Regência Provisória substituiu parte dos presidentes de província por representantes mais próximos à ala moderada e/ou aos setores locais, evitando nomear “forasteiros”.¹¹⁰² O que emparelhava essas escolhas era o fato de que, diversamente do governo pedrino, a Regência Permanente tornou presidentes homens advindos da Câmara dos Deputados, em sua maioria compartes da antiga oposição e que tinham relações estreitas com a província a qual passariam a dirigir. Em São Paulo, entretanto, manteve-se o carioca Manoel Azambuja, presidente indicado pela a Regência Provisória que possivelmente conseguiu conter, em alguma medida, o avanço dos exaltados na capital paulista. Em Minas Gerais, onde a presidência já vinha sendo ocupada desde abril por um homem de confiança dos moderados, houve a troca de alguns magistrados – entre eles os ouvidores do Serro, Minas Novas e Ouro Preto, manobra que nasceu de solicitação feita pelo Conselho da Presidência mineiro.¹¹⁰³ Esse aparelhamento das províncias não era um problema para os moderados com maior enraizamento provincial, mas sim a solução que já vinha sendo reclamada antes mesmo da Abdicação.¹¹⁰⁴ O Império garantiria sua regeneração “quando o governo comesse a lançar mão dos beneméritos da Pátria para os empregos”.¹¹⁰⁵

A proximidade entre a Regência e os setores moderados de Minas e São Paulo foi reforçada com o suporte político oferecido em nível provincial. A atuação dos executivos locais se fez ainda mais incisiva no controle da ordem pública. Se o clima era de incerteza e instabilidade política, as iniciativas partidas dos presidentes e seu conselho privativo afluíam para uma tentativa de conservação do poder provincial na esfera da legalidade e de franquear apoio ao recém-instaurado

¹¹⁰¹ BARMAN, *op. cit.*, p.163.

¹¹⁰² Para a presidência da Bahia nomeou-se Honorato José de Barros Paim, eleito deputado por aquela província para a 2ª legislatura. O deputado pernambucano Francisco de Carvalho Pais de Andrade foi escolhido presidente de sua província de origem, cargo que preencheu até o final de 1832. No Maranhão foi mantido na presidência o mineiro Cândido José de Araújo Viana, no posto desde 1829, e que vinha recebendo elogios dos liberais mineiros e paulistas. cf. JAVARI, Barão do (org.). *Organizações e programas ministeriais desde 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p.431 e seguintes. Para a província do Pará foi escolhido Bernardo José da Gama, o visconde de Goiana, que no próprio ano de 1831 seria deposto por figuras associadas a Marco Antonio Rodrigues Martins, sob a acusação de que estava sendo conivente com liberais mais radicais. Sobre esse caso específico, ver MACHADO, André Roberto de Arruda. As “reformas em sentido federal”. A atuação dos representantes do Grão-Pará no Parlamento e as expectativas na província em torno do Ato Adicional. *Revista Estudos Amazônicos*, vol.IV, nº 1, 2009, p.53-98.

¹¹⁰³ *O Universal*, nº 612, 27/06/1831.

¹¹⁰⁴ *O Farol Paulistano*, nº 122, 14/06/1828.

¹¹⁰⁵ *O Universal*, nº 590, 04/05/1831. Empregados da administração antiga também foram mantidos, uma vez que a Regência necessitava preservar algumas figuras-chave para garantir o mínimo de governabilidade e evitar maiores embates.

governo. Os executivos provinciais também foram importantes, como veremos, na viabilização das forças coercitivas criadas pela Regência, a saber, as Guardas Municipais Permanentes e, sobretudo, a Guarda Nacional.

Por mais que a ênfase dada pelos órgãos oficiais de poder e pela imprensa à manutenção da ordem e à sustentação da Regência projetassem um cenário conflituoso, quase à beira da anarquia no caso da Corte, o ano de 1831 foi (talvez por isso mesmo) bastante produtivo em termos legislativos. Além das leis da Regência e da Guarda Nacional, foram aprovadas outras como a fixação das atribuições do tutor do imperador, a reformulação do tesouro nacional, o estabelecimento das regras para a contabilidade municipal e a lei antitráfico de escravos.¹¹⁰⁶ Nenhuma delas, todavia, conquistou tanta relevância quanto a que propunha a reforma constitucional. Incensada desde 1829 pelos liberais exaltados da Corte, a discussão sobre a reforma da Carta de 1824 seria a pedra de toque da política imperial até a promulgação do Ato Adicional.

4.2. As províncias no centro do debate político: a reforma constitucional

“O que pode salvar os brasileiros da opressão e aviltamento em que jazem, e dos males, que sobre eles pesam? Reforma da Constituição. E como e quando querem os brasileiros a reforma da Constituição? Federando-se as províncias, e já, e suprimindo-se, ou adicionando uns artigos da Constituição, e alternando-se outros (...)”.

Pregoeiro Constitucional, nº 60, 20/04/1831.

“Palavra indefinida [federação], que cada um dos seus mais ardentes sectários a entende a seu modo (...) a fim de ligar um Estado que já se achava unido”.

O Universal, nº 626, 29/07/1831.

“O termo federação pode ter tantas significações, que não é possível obter-se uma ideia precisa e clara com sua simples enunciação”.

O Novo Farol Paulistano, nº 40, 21/12/1831.

A gestação de um movimento efetivo em prol da reforma da Carta de 1824 esteve intimamente ligada à intensificação da investida liberal contra o governo de d. Pedro, ocorrida no período derradeiro do Primeiro Reinado. Investida essa que expandiu o debate sobre o funcionamento da monarquia constitucional, notadamente sobre as relações entre Legislativo e

¹¹⁰⁶ SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957, v.6, p.115.

Executivo, mas que também ocasionou uma fratura dentro do próprio campo liberal, dividido a partir dali entre *exaltados* e *moderados*. Os primeiros seriam os responsáveis pela proposição, já em 1829, de alterações na lei máxima do Império, enquanto os segundos, em princípio relutantes, adeririam aos poucos à pauta reformista, tomando cuidado para adequá-la aos seus interesses e concepções de Estado e governo. O fato é que, engrossado após o 7 de abril, o tema da reforma constitucional retomaria sob novo prisma questões já presentes no triênio de 1821-1823, em especial a relação entre centro e província, as atribuições do Poder Moderador, a existência do Conselho de Estado e a vitaliciedade do Senado, mas que haviam sido solapadas com o fechamento da Constituinte.

O anseio reformista teve seu epicentro ao final do reinado pedrino, no Rio de Janeiro, onde elementos exaltados agruparam uma série de aspirações e críticas dispersas por todo o Império – aumento da autonomia provincial, extensão dos direitos políticos individuais, contestação de pontos da Carta outorgada – e as transformaram na ideia da reforma constitucional sob o signo da federação e, em alguns casos, da república. A Corte pode ter sido o palco principal do debate, mas não o único, de maneira que é importante que se diga que a reforma da Carta de 1824 enquanto ação parlamentar foi apenas a expressão mais evidente de um processo maior que envolveu Câmaras Municipais, conselhos provinciais, juizados de paz e, fora dos espaços oficiais de poder, sociedades patrióticas, imprensa e “povo e tropa” ajuntados nas ruas e praças. A reforma foi, portanto, uma ideia gestada nos quatro campos do Império e que teve em São Paulo e Minas Gerais dois pilares fundamentais para seu encaminhamento, tamanha era a conexão entre essas províncias, o Legislativo e o Regência.

Dito isso, a primeira dificuldade em analisar a questão da reforma constitucional emerge do imbróglio conceitual que carregam os termos *república* e *federação*. Por muito tempo compreendeu-se a plasticidade conceitual de ambas as palavras no contexto brasileiro como indício de fragilidade teórica, mesmo porque boa parte dos seus proponentes seria supostamente constituída por homens de baixo estrato social e formação precária, argumento construído deliberadamente por seus opositores e que ganharia eco em interpretações negativas sobre os desdobramentos do 7 de abril.¹¹⁰⁷ Por trás disso estava o pretexto, também deliberado, de que república e federação seriam incompatíveis com a sociedade brasileira. Quer nos parecer, contudo, que essa questão conceitual advinha de dois pontos centrais. O primeiro deles é que os dois vocábulos continham uma carga teórica considerável, posto que congregavam elementos da antiguidade clássica, do republicanismo

¹¹⁰⁷ Lembremos o opúsculo *Ação, Reação, Transação* (1855), do deputado conservador Justiniano José da Rocha, para quem o 7 de abril havia representado um sintoma da inexperiência e imaturidade da nação. A revolução, por sua vez, foi identificada como desordem e anarquia. O texto integral encontra-se publicado em MAGALHÃES JR. *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. Interpretação semelhante é encontrada em NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*: Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época. Rio de Janeiro; Paris: H. Garnier, 1897-1899, 3v.

cívico, das revoluções norte-americana, francesa e hispano-americanas e, para complicar ainda mais, interpretações desses mesmos processos revolucionários *a posteriori*, notadamente dos autores liberais europeus pós-Congresso de Viena. O próprio vocabulário político estava passando, neste período, por um processo de reformulação sob a égide do liberalismo.¹¹⁰⁸ O segundo ponto é que, indissociáveis da luta política, esses termos foram empregados e reempregados pelos agentes históricos à sua maneira, fazendo da plasticidade semântica uma arma política, o que configurava mais um trunfo do que uma carência.

Polissêmica já em sua origem na antiguidade clássica, a palavra república – *politéia* em grego e *res publica* em latim – demorou a ter seu significado restrito à ideia de uma forma específica de governo. Somente após as revoluções americana e francesa que o conceito começou a despir-se do sentido de um governo qualquer regulamentado por leis que visassem o bem público para se aproximar, cada vez mais, das noções de representação política e, em alguns casos, de democracia.¹¹⁰⁹ Ainda assim, ao longo das primeiras décadas do século XIX a noção de república foi em muitos casos associada a projetos e experiências de organização do Estado que tinham como objetivo instaurar um sistema de governo com maiores níveis de participação política.¹¹¹⁰ Foi relacionada, também, com a ideia de apologia da liberdade e da igualdade de direitos, ganhando uma forte conotação ideológica.¹¹¹¹ Em direção semelhante, e tendo em vista a configuração da política imperial, ressaltou Sérgio Buarque de Holanda, para quem “antes de 1870, o nome de republicano fora dado, com ou sem propriedade, a quem quer que se extremasse na crítica do governo e do imperador”.¹¹¹²

Tais considerações não querem dizer que a república enquanto sistema de governo diverso da monarquia não estivesse presente no debate político, que remontava ao início da Revolução do Porto. O caráter por vezes hesitante da discussão pública em torno do sistema republicano não se dava pelo fato de que inexistisse um substrato político para tal. Defender a república como forma de governo em meio impresso era um ato anticonstitucional, além de ser considerado crime tanto pelo Código Criminal de 1830 como pela lei de 20 de setembro de 1830, a qual versou sobre o abuso da

¹¹⁰⁸ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Trad. port. Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: Uerj/ Contraponto, 2009.

¹¹⁰⁹ MATTEUCCI, Nicola. República. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1986, p.1108-1110. No Brasil do século XVIII, o termo república estava associado à dimensão de autonomia administrativa local relacionada aos cargos e ao funcionamento das câmaras municipais. Nesse sentido a república podia querer dizer uma forma dos colonos se colocarem contra a usurpação de direitos e abusos cometidos pelos funcionários ultramarinos. Na segunda metade do século XVIII, a questão autonomista ganhou força e começou a exprimir uma forma de comunidade política que exigia dos seus membros a participação nos negócios públicos, cf. STARLING, Heloisa Maria Murgel; LYNCH, Cristian Edward Cyril. República/republicanos. In: FERES JÚNIOR, João Feres (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p.226-228.

¹¹¹⁰ FLORENZANO, Modesto. República (na segunda metade do século XVIII – História) e Republicanismo (na segunda metade do século XX – historiografia). *Clio*, v. 14-15, 2006, p. 33-52.

¹¹¹¹ VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no Iluminismo*. Bauru: Edusc, 2003.

¹¹¹² *Apud* FLORENZANO, *op. cit.*, p.36.

liberdade de imprensa e que proibiu quaisquer “ataques dirigidos a destruir o sistema monárquico representativo”.¹¹¹³ Desse modo, foi comum os exaltados utilizarem o termo república de forma ambivalente, ora se referindo à acepção clássica do termo – a *res publica* (coisa pública) do direito romano –, que projetava as noções de interesse público ou de bem comum sob qualquer forma de governo, ora tocando diretamente na ideia de regime republicano, no qual sobressaíam a ideia de maior participação política, autogoverno e de um chefe supremo eleito por um tempo determinado.¹¹¹⁴ Apenas depois da Abdicação os periódicos exaltados passaram a defender mais abertamente a república como regime específico de governo, a exemplo d’o *Repúblico*, periódico fluminense dirigido por Borges da Fonseca.¹¹¹⁵ Na ocasião de seu surgimento, em outubro de 1830, o jornal alegou que seu título aludiria apenas à defesa do “bem público” e nada mais, ao passo que após o 7 de abril foram comuns os artigos que fizeram apologia da república.¹¹¹⁶

Um dos pontos utilizados por muitos exaltados a fim de diferenciar a república da monarquia residia na legitimidade da soberania do chefe do Executivo. Enquanto a “monarquia eletiva” ou a “monarquia *sui generis*” – termos empregados pelas folhas exaltadas com o sentido de república – se pautaria na eletividade e temporariedade do cargo máximo do Executivo, que virtualmente poderia ser ocupado por todos aqueles considerados cidadãos, a monarquia tal como estabelecida no Brasil tinha seu chefe executivo cercado por um repositório de distinções e privilégios questionáveis, baseados na hereditariedade monárquica, um princípio cuja essência carecia de qualquer legitimidade popular. Títulos e honrarias eram frequentemente condenados pelos que sustentavam a república, e vistos como incompatíveis com esse sistema político.¹¹¹⁷ Em contrapartida, um recurso frequentemente utilizado pelos antirrepublicanos era o de aproximar monarquia constitucional e república, evidenciando supostas similitudes entre ambas, para então refletir sobre suas diferenças. Aparentemente paradoxal, essa tática buscava marcar os pontos de convergência entre ambas e, ao mesmo tempo, desqualificar as singularidades republicanas. A ideia se resumia a uma pergunta retórica, mas que exibía uma lógica simples: para que substituir a monarquia pela república se as particularidades desta última são justamente seu ponto fraco com relação à primeira? Num artigo publicado em 1829, após caracterizar a república como um “sistema político de governo, em que os direitos, e os deveres de homem estão declarados; a soberania da Nação reconhecida, o seu exército delegado” e em que “os abusos estão prevenidos”, o redator do

¹¹¹³ FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. Apontamentos para o estudo da linguagem republicana na conformação de identidades políticas na imprensa regencial fluminense. In: FERREIRA; MOREL, NEVES (orgs.); *op. cit.*; p.101.

¹¹¹⁴ BASILE, *op. cit.*, 2006, p.77.

¹¹¹⁵ SILVA, Carolina Paes Barreto da. Direitos, liberdade e cidadania no jornal *O Repúblico* (1830-1831). In: RIBEIRO (org.), *op. cit.*, 2008, p.390.

¹¹¹⁶ FONSECA, *op. cit.*, p.103.

¹¹¹⁷ FONSECA, *op. cit.*, p.109-10. Ver ainda, a título de exemplo, o artigo publicado em *O Repúblico*, nº 59 (13/07/1830).

periódico mineiro *O Amigo da Verdade* alegou que a monarquia, quando constitucional, não seria nada menos do que uma “república com um Rei”, pois as premissas republicanas por ele arroladas estariam asseguradas, no caso do Brasil, pela Carta de 1824. A diferença estaria, de acordo com o redator, na configuração do Executivo. Enquanto que na república seu chefe é eleito periodicamente, na monarquia ele é hereditário, o que para o redator constitui uma vantagem, já que esse sistema evita maquinações constantes com vistas à tomada do poder central.¹¹¹⁸

A república despertava sentimentos antagônicos para os moderados. Em termos doutrinários ela não insurgia como um mal em si, mesmo porque ela trazia em seu bojo a aversão ao despotismo e o respeito à participação dos cidadãos nos negócios públicos, e o exemplo recente dos Estados Unidos mostrava que o sistema republicano poderia servir também aos estados modernos. Essa percepção já vinha sendo corroborada por um dos economistas mais citados pelos moderados¹¹¹⁹ nesse período – Jean-Baptiste Say, para quem qualquer tipo de Estado, sobretudo aqueles em que vigorava o sistema representativo, poderia prosperar se bem administrado e calcado segundo os ditames da economia política.¹¹²⁰

Muito mais do que uma admiração pelos Estados Unidos, havia afinidades de objetivos, estratégias e concepções de Estado e sociedade entre os revolucionários norte-americanos e os projetos que engendraram a independência brasileira e modelaram o debate político das primeiras décadas do Oitocentos.¹¹²¹ Em primeiro lugar, compartilhavam da concepção de que, em dado momento nas guerras de independência, emergiu o objetivo então inédito de fundar uma nova ordem política adequadas às condições do Novo Mundo e que contrastava com certas “heranças europeias”. Contribuía para isso a ideia da América como fonte de abundância, promessa de um futuro mais próspero, junto com o sentido político de que ela seria um espaço de liberdade e adequado para novas formas de organização política.¹¹²² Ademais, tanto na revolução americana quanto brasileira ultrapassou-se a perspectiva de *libertação* (luta contra o despotismo e opressão e a favor da vida, da propriedade e do direito de ir e vir) para atingir a da *liberdade*, termo já elucidado anteriormente que significava o direito à gestão da coisa pública. É a partir dessa inserção no mundo da política, por meio da criação de um novo pacto social, que a nação consegue definir o que

¹¹¹⁸ *O Amigo da Verdade*, nº 48, 20/10/1829.

¹¹¹⁹ Ver *O Farol Paulistano*, nºs 355 (19/06/1830), 357 (26/06/1830), 412 (06/11/1830); *Aurora Fluminense*, nºs 84 (27/08/1828), 301 (15/02/1830), 309 (05/03/1830), 457 (04/03/1831); *Astro de Minas*, nºs 565 (09/07/1831), 661 (01/10/1831).

¹¹²⁰ SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Sobre as relações entre política e economia em Say, ver a introdução de R. R. Palmer, in SAY, Jean-Baptiste. *An Economist in Troubled Times*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

¹¹²¹ MARSON, *op. cit.*, p.228-229.

¹¹²² FERES JÚNIOR, João. América/Americanos. In: FERES JÚNIOR, João Feres. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p.25-26. Em

é efetivamente novo dentro do processo revolucionário.¹¹²³ É de se frisar, ainda, que foi nos desdobramentos da Revolução Americana, sobretudo nos debates ocorridos nas décadas de 1770 e 1780, que se delineou uma nova concepção de república, respaldada menos na tradição europeia do governo misto e mais nas singularidades do Novo Mundo, o que operou um divórcio cada vez maior entre as noções de república, calcada na representação política, e democracia, pautada na participação direta dos cidadãos na coisa pública.¹¹²⁴

Afora isso, os Estados Unidos seriam fonte de inspiração para os moderados.¹¹²⁵ O presidente norte-americano Andrew Jackson, que esteve à frente dos Estados Unidos de 1829 a 1837, foi tratado como modelo de dirigente a ser seguido. Homem “simples” e sem o refinamento intelectual de outros políticos, Jackson era proprietário de terras, dono de escravos e apegado às raízes regionais,¹¹²⁶ no que em muitos sentidos lembrava a figura do padre Feijó.

Os moderados temiam, por outro lado, que com a república eles viessem a perder poder político e econômico para outros setores sociais menos favorecidos, mas que cada vez mais participavam do jogo da política – senão como eleitores, pelo menos como votantes –, a exemplo de pequenos agricultores e negociantes, clérigos, militares de baixa patente, profissionais liberais, dentre outros homens livre pobres. Para isso lançaram mão de um argumento ardiloso, que era o de questionar a aplicabilidade da república ao cenário brasileiro, visto como despreparado para tal. O baixo grau de instrução e civilidade dos brasileiros supostamente não coincidiria com a república, forma de governo em que a virtude e maturidade política seriam preponderantes para seu bom funcionamento. A ausência desses elementos causaria a desordem e o abatimento das instituições políticas, como no caso das repúblicas nascidas na América espanhola. Numa perspectiva evolucionista a república seria uma opção plausível num futuro remoto, quando existissem condições para seu pleno funcionamento.¹¹²⁷ Imbricava-se nessa ideia outro artifício recorrente, o de que entre os homens mais ilustres – leia-se os eleitores e potenciais representantes da nação – a república não gozava de muitos adeptos,¹¹²⁸ reforçando a ideia de que ela era uma opção irrefletida, apanágio da mocidade.¹¹²⁹ Nesse sentido os moderados se valiam de argumentos negativos que também circulavam sobre a América, como os de que se tratava de um continente imaturo,

¹¹²³ MARSON, *op. cit.*, p.228-229.

¹¹²⁴ FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. Federalismo: a experiência americana de um conceito (1820-1835). *Locus*, v.36, n.1, p.85-116, 2013.

¹¹²⁵ Para o redator d’o *Farol Paulistano*, “em uma palavra, a moderação quer imitar aos primogênitos da Liberdade Americana, que não confiaram seus destinos e os de sua posteridade a homens nulos e viciosos, sim a Washington, a Franklin, e a outros cidadãos de merecimento, e conceito público”, cf. *O Novo Farol Paulistano*, nº 29, 12/11/1831. Cerca de um ano depois, em artigo extraído do *Independente*, o *Novo Farol* elogiaria os Estados Unidos por não terem mantido na organização do Estado nenhuma instituição vitalícia, em clara alusão ao Senado brasileiro, cf. *O Novo Farol Paulistano*, nº 15, 06/10/1832.

¹¹²⁶ *Astro de Minas*, nº 646, 14/01/1831.

¹¹²⁷ SILVA, *op. cit.*, 2009, p.198.

¹¹²⁸ *O Universal*, nº 651, 26/09/1831.

¹¹²⁹ Cf. STARLING; LYNCH, *op. cit.*, p.240.

predisposto à instabilidade política, à violência e ao facciosismo, daí a necessidade de evitar-se mudanças bruscas.¹¹³⁰

Assim como a república, a *federação* já vinha sendo pauta de debate nos círculos políticos do Rio de Janeiro e demais províncias desde os anos 1820-1821.¹¹³¹ Na realidade, no mundo luso-brasileiro a discussão sobre a federação/confederação remonta ao final do século XVIII, num momento de reavaliação do Império ultramarino português, porém somente com a Revolução do Porto que o tema ganhou maior destaque. Em 1821, em meio aos debates da constituinte lisboeta, a federação emergiu como um dos pontos definidores da relação entre as partes que compunham o Império luso.¹¹³² Dentre os deputados brasileiros é bem conhecida a atuação dos paulistas, cujo posicionamento inicial vislumbrava um império luso-brasileiro dirigido por uma monarquia constitucional que trataria com igualdade as duas partes do Reino Unido, Brasil e Portugal.¹¹³³ O “projeto paulista”, constituído a partir de um documento redigido por José Bonifácio,¹¹³⁴ tratava de reafirmar a autonomia do Reino do Brasil concebendo-o como uma unidade política dotada de particularidades que deveriam ser levadas em conta durante a confecção do texto constitucional. O projeto ambicionava, também, consolidar o Rio de Janeiro como centro do Reino brasileiro, a partir de onde seriam submetidos os governos provinciais. Embora em nenhum momento a proposta dos deputados paulistas tenha se intitulado federalista – José Bonifácio era inclusive um antifederalista –, a mesma foi acusada pelos integracionistas por quererem converter o Império português em uma confederação, entendida nesse contexto como uma união de estados independentes.

Após a separação política entre Brasil e Portugal, o debate em torno da federação emergiu na Constituinte de 1823, especialmente após apresentação de uma emenda, pelo deputado pernambucano Antonio Ferreira França, que tornaria o Império brasileiro uma confederação de províncias que compunham o antigo Império português na América. Os detratores da federação acusavam-na de ser inconciliável com a forma de governo monárquica, posto que, contando com “constituições parciais e internas”, as províncias promoveriam a desestabilização do território. Percebe-se que o entendimento que homens como o deputado Manoel Sousa França tinham da

¹¹³⁰ FERES JÚNIOR, *op. cit.*, p.25-26.

¹¹³¹ Para autores que trataram sobre o federalismo no Império, ver CARVALHO, José Murilo de. Federalismo y centralización en el Imperio brasileño: historia y argumento”. In: CARMAGNANI, Marcelo (org.). Federalismos latinoamericanos: México/ Brasil/ Argentina. México: Fondo de Cultura Económica, 1995; COESER, Ivo. *Visconde do Uruguai. Centralização e federalismo no Brasil*. Editora UFMG, 2008; DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005; HOLANDA, *op. cit.*, 1965; MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004; TORRES, João Camilo de Oliveira. *A formação do federalismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961; VIANNA, Luis Werneck. Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. *Dados*, v.34, n.2, 1991.

¹¹³² ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império*. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Edições Afrontamento, 1993, p.25-75.

¹¹³³ BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato*. Deputados do Brasil nas Cortes portuguesas (1821-1822). São Paulo Hucitec/Fapesp, 1999.

¹¹³⁴ *Lembranças e Apontamentos do governo provisório da província de São Paulo para os seus deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821.

federação era o da antiga confederação norte-americana,¹¹³⁵ cuja participação do governo central era muito limitada. Em contrapartida o deputado baiano Montezuma, aquela altura um simpatizante da causa, apostava na compatibilidade entre monarquia e federação por uma razão muito simples: federação seria tão somente um arranjo institucional, a maneira pela qual o poder estava organizado no Estado, e não propriamente uma forma de governo tal como a monarquia ou a república. A partir desse ponto de vista uma república – aquela altura já identificada no debate político com o federalismo norte-americano – poderia ser unitária e não federativa, ao passo que uma monarquia teria condições de ser federativa e, por conseguinte, conceber autonomia para as partes que a compunham. A adoção do federalismo seria, inclusive, uma forma de esvaziar a solução republicana, repudiada pelos federalistas da Constituinte.¹¹³⁶ Esse argumento seria reutilizado mais adiante, em meio à discussão da reforma constitucional, quando se afirmaria que a “vantagem” da federação estava em poder “acomodar-se tanto ao governo democrático como ao monárquico-constitucional”.¹¹³⁷

A questão estaria esclarecida não fosse o fato de que, para homens como Montezuma e Ferreira França, as partes do Estado seriam soberanas, com o adicional de que a própria convocação da Constituinte simbolizava, em parte, o estabelecimento de um pacto político cujo assentimento passaria necessariamente pelas províncias. Estas só deveriam integrar o pacto constitucional caso ele estivesse de acordo com seus interesses e garantisse que as partes do Império tivessem liberdade para administrar seus negócios. Segundo analogia feita pelo deputado Ferreira França, o indivíduo estava para a sociedade assim como a província para o Império. Isto é, tanto o cidadão quanto a

¹¹³⁵ Até a Convenção da Filadélfia, realizada nos Estados Unidos em 1787, os vocábulos federação/federalismo (*federation/federalism*) e confederação (*confederation/confederate government*) constituíam sinônimos e significavam uma aliança de estados independentes em que o governo central não teria o poder de aplicar as leis sobre os cidadãos sem aprovação dos estados, considerados como fonte da soberania. Convocada com o objetivo de reavaliar os artigos chancelados no Congresso Continental de 1777, onde haviam sido aprovados os conhecidos “artigos da confederação”, a reunião ocorrida na Filadélfia trouxe uma questão de primeira ordem: o cerne do problema da confederação americana jazia, para homens como Hamilton, no fato de que o poder central não detinha a prerrogativa de agir sobre os cidadãos americanos, apenas recomendar a aplicação de resoluções que poderiam ou não ser acatadas pelos estados. Para corrigir esse quadro era preciso, segundo Hamilton, fortalecer o poder central e lhe confiar o poder necessário para que fosse diminuída a interferência dos estados. No limite, a solução seria modificar a ideia original de confederação, retirando dos estados a condição de entidades soberanas. Hamilton acreditava que essa confederação renovada deveria se afastar do que ele entendia como liga (*league*), uma simples reunião de estados com fins defensivos e ofensivos. Embora estabelecesse uma nova concepção política, Hamilton continuou utilizando o termo confederação para designar o que depois seria convencionado chamar unicamente de federação, ou seja, um arranjo institucional no qual o poder é partilhado entre os governos central e regional. Nos Estados Unidos, o uso da palavra confederação para identificar a organização do estado norte-americano permaneceria até a Guerra Civil (1861-1865), cf. COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai. Centralização e federalismo no Brasil*. Editora UFMG, 2008, p.31-33. Para Hannah Arendt, a federação – e sua consequente utilização para a fundação de repúblicas de grande extensão, segundo a acepção de Madison – constituiu uma das principais inovações da Revolução Americana. Essa inovação remontava, em parte, à experiência e ao conhecimento que os revolucionários tinham dos corpos políticos cujo cerne era a combinação de poderes. O princípio básico federativo seria, portanto, unir corpos separados e independentes entre si, cf. ARENDT, *op. cit.*, p.220. Ver, também, BULPITT, Jim. Federalism. In: McLEAN, Ian (ed.). *Dictionary of politics*. Londres: Oxford University Press, 1996.

¹¹³⁶ COSER, *op. cit.*, p.38-39.

¹¹³⁷ Excerto do periódico *O Pernambucano* publicado pelo *Astro de Minas*, nº 615, 29/10/1831.

província deveriam seguir preceitos básicos de uma ordenação sociopolítica mais ampla, mas a ambos estaria reservado o direito de seus assuntos particulares, da administração da *casa*.¹¹³⁸ Essa transposição de uma lógica da esfera privada e do direito natural (a garantia das liberdades individuais) para a pública dava ao argumento federalista um apelo maior, colocava os grupos locais no centro da gestão dos seus assuntos. Deputado por São Paulo, Vergueiro colocou-se contrário a “toda espécie de federação que se referisse a estados independentes” – isto é, à concepção de confederação já criticada por Hamilton –, mas reconheceu que um federalismo “interno ou doméstico” que desse “certa independência” às partes e mantivesse a “unidade do todo” poderia ter lugar no pacto político em discussão na Constituinte. A seu ver, a somatória de todos os “interesses particulares”, sempre vigiados pelo governo para que não transbordassem suas atribuições, resultaria no “interesse geral” da nação.¹¹³⁹

Em termos práticos, o quinhão de autonomia que caberia às províncias mediante a federação estaria assegurado a partir de dois elementos basilares – a existência de assembleias provinciais e a prerrogativa das localidades elegerem seus próprios funcionários. Em ambos os casos o princípio político seria o mesmo: institucionalizar os espaços de poder partindo da ideia de que eram nas localidades onde se encontravam os legítimos representantes e conhecedores dos interesses provinciais. Com esses dois elementos as províncias estariam munidas de instrumentos para atingir sua prosperidade.

O debate sobre a federação foi interrompido, ao menos oficialmente, com o fechamento da Constituinte, no final de 1823. Doravante qualquer manifestação a favor dela seria entendida pelo governo de d. Pedro como subversiva e hostil ao regime monárquico-constitucional delineado pela Carta de 1824. No que tange à política provincial, o que mais se aproximaria do ideário federativo presente na Constituinte seriam os conselhos provinciais, sobretudo o Conselho Geral, criado pela Carta outorgada. Era pouco – muito pouco para os federalistas mais extremados, como Frei Caneca –, mas já era um impulso para a criação de bases de poder representativo em nível local. Sessão após sessão, a federação nunca obtivera um consenso na Constituinte. Ademais, apesar da utilização indistinta do termo, ocorreu a predominância do conteúdo advindo das experiências confederativas europeia (confederação Helvética) e norte-americana (pré-Convenção da Filadélfia), disseminando-se a ideia de que a federação seria a reunião de estados soberanos com o intuito de afrontar a ameaças externas, tendo um poder central fraco. A adoção da Carta de 1824 a tornaria ainda mais nebulosa, posto que ela foi deliberadamente aproximada à noção de república pelos partidários de d.

¹¹³⁸ O termo é utilizado pelo próprio Ferreira França, embora não há como deixar de citar a definição de *governar a casa* elaborada por Ilmar Mattos, pertinente ao nosso debate. Para Mattos, governar a casa era “sobretudo governar a família, e nesta se incluíam os próprios escravos (...), criar as condições para que as relações de poder inscritas na ordem fossem vivenciadas e interiorizadas para cada um dos agentes, dominadores ou dominados”, cf. MATTOS, Ilmar Rohllof de. *O tempo saquarema*. A formação do Estado imperial. São Paulo: Hucitec, 2004, p.132.

¹¹³⁹ COSER, *op. cit.*, p.38-39.

Pedro. O caso da Confederação do Equador seria tomado como o exemplo maior dessa inerência entre república e federação.¹¹⁴⁰

Como veremos a seguir, a discussão foi reaberta no final do Primeiro Reinado e tomou maior vulto após o 7 de abril, conjuntamente com o fortalecimento dos exaltados ao final do Primeiro Reinado. Se por um lado é certo que os adversários políticos dos exaltados se valeram da indefinição do termo para associá-lo ao sistema republicano e, conseqüentemente, depreciá-lo ante aqueles que advogavam a favor da monarquia, por outro os próprios defensores da federação só passaram a conceituá-la com maior exatidão após a Abdicação. De toda forma, percebe-se até aqui que os termos república e federação serviam muito mais como argumentos para pautar ações no campo da luta política do que categorias cristalizadas. O lugar de onde partiam e as pessoas que as propugnavam traziam, no juízo moderado, mais incertezas que soluções, além de remontarem a uma velha e polêmica discussão sobre a organização política do Império. A ideia de que o sistema federativo e a reforma constitucional seriam *meios* para uma revolução e não *fins* concretos e juridicamente assentados pode ser um elemento importante para por às claras porque moderados como Vasconcelos, Evaristo e, sobretudo, homens como Carneiro Leão e Aureliano terem aceitado ambas as reivindicações tardiamente. Além de ser um argumento retórico circunstancial de condenação à prática política dos exaltados, a negação desses pontos poderia significar, também, um receio por parte dos moderados do que estaria por trás de uma eventual reforma com base na federação. Afinal, o termo era equívoco e sua adequação ao regime monárquico-constitucional incerta. Isso sem contar que parte dos moderados acreditava que a Constituição de 1824 era suficientemente boa se fosse bem executada. Tinha defeitos, mas não tão graves a ponto de demandarem uma modificação imediata. A aceitação da reforma entre os moderados do eixo Rio-Minas-São Paulo foi, portanto, gradual e permeada de nuances. Vejamos agora a inserção dos paulistas e mineiros nesse processo.

4.3. São Paulo e Minas Gerais às vésperas da reforma constitucional

Porta-voz dos liberais moderados em São Paulo, o jornal *O Farol Paulistano* publicou, a partir de dezembro de 1830, uma série de artigos em que refutava a feitura de reformas na Carta de 1824, até então uma bandeira identificada aos exaltados. Embasado na ideia de que o cumprimento da Constituição era a chave para o alcance de um bom governo, o *Farol* foi categórico no seu repúdio a qualquer alteração do texto constitucional brasileiro, tido como suficiente, se bem executado, para a “felicidade do Brasil”. Juntamente com a salvaguarda da Constituição, que

¹¹⁴⁰ FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. A linguagem republicana em Pernambuco (1824-1835). *Varia hist.* [online]. 2011, v.27, n.45, p. 47-73. Acesso em janeiro/2014.

deveria ser seguida à risca para não colocar em perigo a segurança da monarquia constitucional representativa, o *Farol Paulistano* buscou minimizar a força dos exaltados, que na sua opinião estariam reduzidos a alguns “poucos homens” situados no Rio de Janeiro.¹¹⁴¹

Esforços como esse não conseguiram deitar por terra o fortalecimento de vozes contrárias ao discurso d’o *Farol*. Dois fenômenos ocorridos no âmbito da imprensa periódica paulista indicam para uma expansão dos ideais exaltados em São Paulo – notadamente na capital – nesse período, sendo o primeiro deles o surgimento, em janeiro de 1831, d’a *Voz Paulistana*, periódico redigido pelo estudante do Curso Jurídico de São Paulo Francisco Bernardino Ribeiro,¹¹⁴² e cujas propostas se alinhavam aos setores mais radicais da exaltação. O segundo foi o processo de radicalização do discurso d’o *Observador Constitucional*. Se entre 1829 e 1830 o periódico manteve uma postura moderada, após a Abdicação houve um deslocamento de sua orientação político-ideológica para a ala exaltada dos liberais.¹¹⁴³

De oposição ao governo de d. Pedro, a folha de Bernardino Ribeiro questionou algumas das assertivas comumente pronunciadas pelos moderados paulistas, tal como a de que a província de São Paulo era constituída por grupo coeso política e ideologicamente. A *Voz* passou a ostentar, também, pontos até aquele momento refutados ou propositadamente pouco comentados pelo *Farol* e pelo *Observador*, como a reforma da Constituição, o sistema federativo e, em alguns momentos, a república.¹¹⁴⁴ Seu estilo combativo para com os moderados lhe rendeu constantes citações por parte periódicos exaltados da Corte, a exemplo d’o *Repúblico* e d’a *Nova Luz Brasileira*.¹¹⁴⁵

O surgimento d’a *A Voz Paulistana* foi noticiado com reticência pelo *Farol*, o qual afirmou que “ser amante da pátria” não bastava para desempenhar um bom papel enquanto redator.¹¹⁴⁶ O *Farol* criticou algumas das afirmações da nova folha, sobretudo aquelas que insinuavam estar a província de São Paulo dividida politicamente, e que dentro dos próprios liberais haveria discordâncias. A folha de Costa Carvalho contestou, ainda, o julgamento d’a *Voz* no tocante à suposta existência de um “estilo ditatório” nos jornais paulistas, que tentariam manipular a “opinião pública” da província.¹¹⁴⁷ No mês seguinte a *Voz* publicou um artigo em defesa da federação, afirmando que essa era desejada pela maioria dos cidadãos de todo o Império.

¹¹⁴¹ *O Farol Paulistano*, nº 431, 21/12/1830.

¹¹⁴² Francisco Bernardino Ribeiro (1815 – 1837) também era poeta e ajudou a fundar a *Revista da Sociedade Filomática*, órgão oficial da *Sociedade Filomática*, fundada em São Paulo em 1832. Mais tarde seria lente de direito do Curso Jurídico de São Paulo cf. PEREIRA, Milena da Silveira. O papel das sociedades literárias paulistas na construção do escritor nacional. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho de 2011.

¹¹⁴³ OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Poder local e palavra impressa*: São Paulo, 1824-1834. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2011, cap.3

¹¹⁴⁴ *Ibidem*.

¹¹⁴⁵ FONSECA, *op. cit.*, p.110-11.

¹¹⁴⁶ O aparecimento d’a *Voz* foi noticiado pelo *Universal*, nº 560, 21/02/1831.

¹¹⁴⁷ *O Farol Paulistano*, nº 439, 15/01/1831.

A preocupação d’o *Farol* em combater a *Voz* aumentou gradativamente, e o sistema federativo recebeu pela primeira vez um tratamento mais contundente da folha de Costa Carvalho.¹¹⁴⁸ Para isso, publicou um excerto sobre a federação de François Guizot, futuro primeiro-ministro na Monarquia de Julho (1830-1848). De acordo com o excerto traduzido, o sistema federativo era o mais difícil de estabelecer, visto que ele consistia em “deixar a cada localidade, a cada sociedade particular, toda a porção de governo que lhe pode tocar, e em não lhe tirar senão a porção indispensável para manter-se a sociedade geral, para a levar ao centro dessa mesma sociedade, e constituí-la sob a forma de governo central”.¹¹⁴⁹ Aparentemente o mais simples, o sistema federativo seria na realidade o mais complexo, já que para conciliar os interesses locais com os do governo central requeria-se um alto grau de “razão”, “moralidade” e “civilização” de uma sociedade. Estágio que, no entender d’o *Farol*, o Império brasileiro ainda não atingira, atitude que recolocava o argumento da incompatibilidade entre a sociedade brasileira e “instituições mais avançadas”. Mais cauteloso foi o *Observador Constitucional*, que a partir de março começou a se aproximar do tema. Para seu redator o problema residia no tratamento da questão, pois muitos dos defensores da federação estavam detratando aqueles que não a desejavam, o que configuraria uma injustiça para com homens que sempre estiveram à frente das “fileiras liberais”. Ainda segundo o redator esse tipo de conduta desagregaria os liberais, colocando em risco a estabilidade política do Império.¹¹⁵⁰

Mesmo com o aumento de vozes discordantes, o *Farol Paulistano* reiterou sua posição contrária à reforma constitucional, argumentando que a Carta de 1824 continha elementos tão ou mais liberais do que aqueles presentes na *Charte de 1830*, isto é, no texto constitucional elaborado pelos liberais franceses após a queda de Carlos X e com base na revisão da Constituição da França de 1814.¹¹⁵¹ De acordo com o redator d’o *Farol*, questões que foram objeto da revisão presidida pelos liberais franceses – tais como a liberdade religiosa, a idade mínima para o voto, a responsabilidade dos ministros e a criação de uma guarda nacional – já eram asseguradas pelo texto constitucional brasileiro, afastando a necessidade de ser metamorfoseado. O processo de institucionalização dos Conselhos Gerais foi inclusive considerado pelo redator como exemplo da amplitude de liberdades oferecida pela Carta de 1824.¹¹⁵²

¹¹⁴⁸ *O Farol Paulistano*, nº 454, 26/02/1831.

¹¹⁴⁹ *O Farol Paulistano*, nº 454, 26/02/1831.

¹¹⁵⁰ *O Observador Constitucional*, nº 131, 04/03/1831.

¹¹⁵¹ Em linhas gerais, a Carta francesa de 1830 promoveu as seguintes mudanças com relação à Constituição de 1814: extinguiu-se o poder do rei de fomentar leis; o voto censitário foi ampliado a partir da redução dos rendimentos anuais exigidos para o eleitorado; os títulos nobiliárquicos deixaram de ser hereditários; o catolicismo deixou de ser a religião oficial do Estado; e a bandeira tricolor (azul, branca e vermelha) foi restituída à nação francesa. Cf. GODECHOT, Jacques. *Les constitutions de la France depuis 1789*. Paris, Garnier-Flammarion, 1970. Ver, também, ROSANVALLON, Pierre. *La monarchie impossible. Les Chartes de 1814 et de 1830*. Paris: Fayard, 1994.

¹¹⁵² *O Farol Paulistano*, nº 460, 08/03/1831.

Diversamente de São Paulo, Minas Gerais contava com alguns periódicos moderados mineiros simpáticos à reforma constitucional antes mesmo da Abdicação. Sem tomar partido declarado da alteração da Carta outorgada, o *Pregoeiro Constitucional*, de José Bento Ferreira de Melo, ponderou que querer reformá-la não significava assumir que ela fosse “toda má”, mas caso feitas as alterações deveriam “recair sobre uma pequena parte do nosso sistema, sobre aquela parte que tanto tem inutilizado o melhor da constituição, sobre aquela parte enfim donde provem termos sempre um governo todo avesso à liberdade garantida pela mesma constituição”.¹¹⁵³ Para a *Estrela Marianense*, a constituição deveria ser respeitada, inclusive em seu artigo 174,¹¹⁵⁴ o qual previa as reformas.¹¹⁵⁵ Por isso mesmo o jornal repreendeu a Câmara Municipal de Mariana por ter se pronunciado naquela época contra as reformas.¹¹⁵⁶ Já o *Telégrafo*, que defendia veementemente o governo de d. Pedro, criticou o crescente clamor pela “confederação” e acusou as folhas liberais de quererem “subverter” o regime monárquico-constitucional, o trono e a Carta de 1824.¹¹⁵⁷

O primeiro jornal mineiro a defender concretamente alterações na Carta de 1824 e lançar um programa reformista foi o ouro-pretano *Novo Argos*, que, no início de março de 1831, quando Antônio José Ribeiro Bhering já não era mais seu redator,¹¹⁵⁸ se propôs a tratar da “federação das províncias do Brasil”. Argumentando que qualquer reforma deveria ocorrer com base na Carta de 1824 e somente por iniciativa da Assembleia Geral e do imperador – e não de imediato, como queria o *Repúblico* –, o redator delimitou que a federação seria adequada ao Brasil por trazer em seu âmago a ideia do respeito às singularidades e demandas regionais. Com o sistema federativo, pois, as peculiaridades mineiras poderiam ser devidamente exploradas:

“A província de Minas Gerais toda central, possuindo fontes de riqueza diversas das que a Natureza distribui liberalmente pelas outras províncias do Império, não partilha com elas as mesmas necessidades, nem as mesmas providências podem felicitar igualmente a todas (...) A nação pois, e principalmente a província de Minas Gerais exigem do Poder Legislativo a mais explícita interpretação, e desenvolvimento da Constituição na parte relativa às províncias”.¹¹⁵⁹

Para tanto, caberia primeiramente reformar o artigo 83 da Carta de 1824, o qual versava sobre o que os Conselhos Gerais de província *não* poderiam arbitrar, a saber, projetos de interesse

¹¹⁵³ *Pregoeiro Constitucional*, nº 40, 05/02/1831.

¹¹⁵⁴ Assinalava o art. 174 da Constituição: “Se, passados quatro anos depois de jurada a Constituição do Brasil, se reconhecer que algum dos seus artigos merece reforma, se fará a proposição por escrito, a qual deve ter na Câmara dos Deputados, e ser apoiada pela terça parte deles”. Cf. Constituição Política do Império do Brasil. In: BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto (orgs.), *op. cit.*

¹¹⁵⁵ *Estrela Marianense*, nº 46, 30/03/1831.

¹¹⁵⁶ *Estrela Marianense*, nº 47, 08/04/1831. Este argumento é encontrado, também, no jornal são-joanense *O Mentor das brasileiras*. Cf. *O Universal*, nº, 18/04/1831.

¹¹⁵⁷ *O Telégrafo*, nº 171, 28/12/1830.

¹¹⁵⁸ *O Novo Argos*, nº 35, 08/07/1830.

¹¹⁵⁹ *O Novo Argos*, nº 68, 01/03/1831, *apud* SILVA, *op. cit.*, 2009, p.202.

geral da nação.¹¹⁶⁰ No lugar deste artigo o redator do *Novo Argos* propôs novas atribuições aos Conselhos Gerais, dentre as quais suspender o presidente da província, o comandante das armas, o bispo, os juizes de direito e mandar processá-los quando julgasse conveniente; fixar o número de representantes províncias na Assembleia Geral; deliberar sobre impostos, precedendo informação das Câmaras Municipais, tendo em vista contribuir para as despesas gerais de nação com a quota que lhe for decretada pela Assembleia Geral; e aumentar o número de representantes dos conselheiros de 21 para 40. O artigo 84 também ganharia outra configuração. As resoluções dos Conselhos Gerais passariam a ser aprovadas ou rejeitadas pelo presidente em seu conselho privativo. Apenas no caso de serem refutadas pelo presidente, o Conselho Geral as encaminharia ao imperador para que esse mandasse executá-las (ou não) provisoriamente, enquanto se aguardasse decisão final da Assembleia Geral. As resoluções dos Conselhos Gerais só sairiam da órbita provincial, portanto, em caso da negativa presidencial. Para completar o quadro de reformas o redator acreditava ser necessário alterar alguns pontos relativos à presidência da província (artigos 165 e 166). Ao invés de ser nomeado diretamente pelo imperador, o presidente seria escolhido pelo chefe do executivo a partir de uma listra tríplice contendo os nomes mais votados nos colégios eleitorais das províncias. Entre as novas atribuições dos presidentes estaria formar, em Conselho, listas tríplices para os cargos de comandante das armas, comandante de corpos de linha, juizes de direito e bispo. Este último seria depois nomeado pelo imperador, ao passo que os demais postos ficariam subordinados à escolha dos Conselhos Gerais.¹¹⁶¹

O redator adjetivou suas sugestões de “pequenas” e “leves”, mas sabia que não eram. O que estava sendo proposto era uma diminuição drástica na ingerência do Executivo do Rio de Janeiro e da Assembleia Geral nos negócios provinciais, aumentando em muito os poderes dos presidentes de província e Conselhos Gerais. Estes últimos, na ótica do *Novo Argos*, não tinham suas medidas aprovadas por causa da “falta de conhecimentos peculiares” de cada província pela Assembleia Geral, capacidade detida apenas pelos conselhos provinciais.¹¹⁶² A fórmula das reformas propostas pelo jornal foi sintetizada pelo próprio redator no seguinte trecho: “Diminuindo-se a influência da Corte nas províncias, não poderá ela revoltar as províncias contra o governo estabelecido. O resultado será pois consolidar-se a monarquia”.¹¹⁶³ Concebido antes da Abdicação, o projeto carregava um conjunto de constatações negativas sobre as regras do jogo do poder no Primeiro Reinado, como a nomeação de presidentes de província pelo Executivo – que desembocava no

¹¹⁶⁰ Para as atribuições dos Conselhos Gerais, ver capítulo 2.

¹¹⁶¹ *O Novo Argos*, nº 68, 01/03/1831.

¹¹⁶² *Ibidem*.

¹¹⁶³ *O Novo Argos*, nº 71, 26/03/1831.

problema dos “presidentes estrangeiros” –, ¹¹⁶⁴ a limitação dos Conselhos Gerais e pouca influência que tinham as províncias na escolha de postos chave no judiciário e forças armadas. As propostas d’o *Novo Argos* ganharam publicidade em Minas Gerais e foram veiculadas por outros periódicos. ¹¹⁶⁵

Pela mesma época, a fim de esclarecer prováveis mal-entendidos, o redator do *Pregoeiro Constitucional* comprometeu-se a responder a uma questão enviada por um leitor, mas que pode ter sido forjada pelo próprio jornal: “Se não é República que v. mercês querem, se é antes a mesma constituição reformada, e se esta reforma é vantajosa ao nosso Brasil, porque razão os outros Periódicos Liberais, que desejam igualmente o bem do Brasil, antes a rebatem?”. ¹¹⁶⁶ A resposta estava na federação, cuja interpretação contida no artigo do *Pregoeiro* recolocava em termos gerais a antiga ideia de confederação refutada por Hamilton, nos Estados Unidos, e por parte dos deputados brasileiros na época da Constituinte, ainda que reconhecesse a existência de opiniões divergentes sobre a independência dos governos locais diante do central, isto é, se esta seria “total” ou com “algumas restrições”.

“(…) confederação, ou como quiserem sistema federativo nada mais é do que uma sociedade de muitos estados reunidos para segurança comum (...) O modo de se constituírem os estados em uma sociedade federativa é o mesmo, que se observa na organização de um só estado. Reúnem-se as forças e vontades, cujo complexo vem a ser a soberania geral dos estados. Forma-se a lei ou pacto fundamental, onde se marca o modo porque os estados devem ser governados (...) o governo geral da confederação tem por fim unicamente regular as relações externas dos estados confederados, ficando as internas reservadas ao regime particular de cada estado (...) enfim esse sistema tem a dupla vantagem de neutralizar os inconvenientes da centralização e da independência absolutas e de reunir o que cada um destes elementos tem de bom. Desta combinação resulta uma força externa, capaz de garantir os Estados Confederados de qualquer ataque externo e uma força interna suficiente para manter a ordem entre os mesmos estados, e ao mesmo tempo compatível com a liberdade de cada um. (...) a diferença porem que umas querem independência total no que diz respeito ao governo interno de cada província e outras querem o mesmo com algumas restrições”. ¹¹⁶⁷

A discussão travada na imprensa ganhou em polêmica após a Abdicação, quando o debate sobre os rumos do Império ocupou a política nacional. A aceitação da reforma e da federação pelos moderados ocorreu, todavia, de forma fragmentada, em alguns casos sem muita convicção. Em Minas Gerais, periódicos como o *Novo Argos*, o *Pregoeiro Constitucional*, o *Astro de Minas* e a *Estrela Marianense*, respectivamente de Ouro Preto, Pouso Alegre, São João del-Rei e Mariana,

¹¹⁶⁴ Termo pejorativo utilizado pelos opositores ao Governo pedrino para designar aqueles presidentes de província cuja origem não coincidia com a província a qual dirigiam e que, portanto, contrastavam com os interesses locais.

¹¹⁶⁵ *Astro de Minas*, nºs 516 (15/03/1831) e 519 (22/03/1831).

¹¹⁶⁶ *Pregoeiro Constitucional*, nº 52, 23/03/1831.

¹¹⁶⁷ *Ibidem*.

vinham se colocando a favor do binômio reforma-federação desde antes da saída de cena de d. Pedro, com maior ou menor contundência. Curiosamente o *Universal*, principal folha da imprensa moderada mineira, hesitava sobre o tema, tendendo inicialmente a associá-lo à dinâmica política da Corte, assim como já fizera o *Farol Paulistano* e o *Astro de Minas*.¹¹⁶⁸ No primeiro artigo que tratou explicitamente da matéria, o *Universal* não se colocou nem a favor nem contra as reformas, entendendo que talvez não fosse a melhor hora para serem realizadas. Assim como o *Farol*, o redator d'o *Universal* acreditava que a Carta de 1824 era suficientemente boa para o Império, embora concordasse que o seu não cumprimento à risca fazia das reformas uma solução a ser considerada:

“Desde que entre nós se suscitou a ideia de fazer reformas na Constituição, ou introduzindo o Sistema Federal, ou ampliando as atribuições dos Conselhos Gerais, temos guardado um profundo silêncio, fugindo de tocar em uma questão, que nos parecia de muita vantagem para o Brasil, mas que todavia receávamos se pudesse conseguir sem grandes dificuldades. Muitos arguíram sem dúvida o nosso procedimento, e nós não temos o trabalho de nos justificar. Não combatemos a opinião das reformas porque ela lisonjeia o nosso coração; não a sustentamos, por julgarmos prematuro o tempo de se tratar dela; no estado porém em que se acham as coisas, não será fácil opor barreira ao andamento do espírito humano; parece-nos mesmo que a agitação não sossegará continuando as coisas no *statu quo*. Desde que o homem chega a perceber as doçuras de um qualquer sistema de governo, dificilmente desiste de promover todos os meios de o conseguir; até agora não se tem demonstrado *a priori* que seja nociva a reforma; todas as razões produzidas são o que não é tempo, que temos muitos obstáculos a vencer, que o poder está ainda forte, e que talvez na luta venhamos a perder; estas foram também as causas porque nos não pronunciamos logo a favor das reformas. Concordamos que a Constituição que temos é capaz de fazer a nossa felicidade, sendo bem observadas, mas é isso o que não vemos, e de que bem poucas esperanças nos restam. Convém, portanto, lançar mão dos meios a nosso alcance para conseguir a felicidade que desejamos. Tendo assim manifestado que não somos oposto ao Sistema das reformas (...) Importa pois muito conhecer que a causa principal dos nossos males vem do Governo; e que se ele houvera sido constitucional de fato, nos reinariamos na mais perfeita tranquilidade; mas ele que enquanto pode ser Constitucional não quis, sofra também agora que se queira alguma coisa mais do que a Constituição”.¹¹⁶⁹

Em São Paulo o *Farol* continuou centrando fogo na *Voz Paulistana*, que por sua vez havia sugerido, logo após o 7 de abril, a proclamação de uma república federativa no Brasil. Para o redator d'o *Farol*, a maioria dos paulistas nem sequer aprovavam as “doutrinas federativas” e muito menos a república. Tanto a federação como as reformas na Constituição seriam “meros pretextos” utilizados por aqueles que as defendiam para levarem adiante uma “revolução”, raciocínio esse que encontraria explicação em dois motivos. Primeiramente, a “mania da federação” supostamente nascera na capital do Império, onde a ideia de que as províncias ganhassem maior independência

¹¹⁶⁸ O *Universal*, nº 570, 16/03/1831; *Astro de Minas*, nº 513, 08/03/1831.

¹¹⁶⁹ O *Universal*, nº 582, 15/04/1831.

seria um contrassenso, posto que o centro da nação tenderia a organizá-las em torno de si. Além disso, aqueles que pugnavam pela federação em São Paulo não seriam paulistas legítimos, mas indivíduos oriundos de outras partes do Império.¹¹⁷⁰ No número subsequente o *Farol* asseverou que seus artigos vinham demonstrando que a vereda para o “sistema unitário” era a “monarquia constitucional”, e que nesse sentido tanto fazia a província de São Paulo ser governada por um paulista ou por um baiano. De acordo com o mesmo redator, os “federalistas” estariam “dominados por um provincialismo exclusivo”.¹¹⁷¹ Os artigos publicados pelo *Farol* contra a *Voz* geraram controvérsia dentro e fora São Paulo.¹¹⁷² Em Minas Gerais o *Pregoeiro Constitucional* escreveu que as considerações da folha paulista mereciam “rigidíssimas censuras”, sobretudo aquela que associava erroneamente federação com revolução. O redator também contestou a afirmação de que inexistissem paulistas que desejassem a federação.¹¹⁷³

Embora até aquele momento nunca houvesse compactuado com o advento do sistema republicano, tampouco defendido a federação ou qualquer tipo de alteração na Constituição, o *Observador Constitucional* saiu em defesa d’a *Voz* num artigo que apelava para reivindicações políticas de fundo e que passariam pelas reformas. Iniciava-se, a partir desse momento, uma viragem no discurso da folha fundada por Líbero Badaró, que progressivamente passou a aderir à necessidade da feitura de alterações na Carta de 1824 e da implementação de um sistema federativo:

“Para que falar com tanta acrimônia contra as reformas da Constituição, e mesmo contra a federação? Poderá São Paulo trilhar por si uma estrada diferente da que trilharam o Rio de Janeiro e mais províncias? Não é para aquele que todas têm voltado as suas vistas? Sabe-se já se o Rio de Janeiro não quer as reformas e a federação? (...) Vimos aparecer um artigo no *Farol* nº 476, o qual no meio de muitas opiniões absurdas trouxe consigo o gérmen da desunião e do descontentamento. Esforça-se o autor do artigo para provar que a federação e as reformas na Constituição são em muito menos pretextos para a revolução (...) Cremos que o voto geral não propende para que uma das reformas, ou ao menos nós não decidimos absolutamente por essa reforma, porém cremos também que nenhum brasileiro digno deste nome ousará opor-se a muitas que são necessárias na nossa Lei Fundamental, e ainda mesmo a tirar-se dela todos os elementos monárquicos preponderantes para os substituir por democráticos”.¹¹⁷⁴

As “razões” anteriormente apresentados pelo *O Farol* de que a federação e a reforma constitucional seriam pretextos para uma ação revolucionária foram reutilizadas pelo *O Observador* como arma política. Ainda no mesmo exemplar, lançando mão de uma retórica sagaz, o redator d’o *Observador* inverteu a posição na qual o *Farol* se colocara até aquele momento. De defensor da

¹¹⁷⁰ *O Farol Paulistano*, nº 476, 19/04/1831.

¹¹⁷¹ *O Farol Paulistano*, nº 477, 23/04/1831.

¹¹⁷² *Ibidem*.

¹¹⁷³ *Pregoeiro Constitucional*, nº 66, 11/05/1831.

¹¹⁷⁴ *O Observador Constitucional*, nº 145, 29/04/1831.

liberdade e da ordem o *Observador* imputou-lhe as qualidades de estacionário e desinformado, quer por ter confundido o clamor de reformas com “revolução” quer por ter afirmado que os simpatizantes da federação quase inexistiam em São Paulo. Ao final do artigo, o redator d’o *Observador* publicou um abaixo assinado por 92 paulistas que admitiam “com muito bom grado a todas as reformas Constitucionais (...) por meio do seu artigo 174¹¹⁷⁵. O protesto alastrou-se para outras províncias, como Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde recebeu apoio.¹¹⁷⁶ Dentre os noventa e dois presentes no abaixo assinado, apenas o conselheiro geral e juiz de paz na capital paulista José Antonio dos Reis e o suplente Manoel Dias de Toledo – ambos eleitos para a 2ª Reunião do Conselho Geral de São Paulo – ocupavam naquele momento cargos de destaque na política provincial. Alguns deles despontariam na cena política mais tarde, como Fernando Pacheco Jordão,¹¹⁷⁷ Mariano Rodrigues de Souza Mello e Martim Gonçalves Gomide¹¹⁷⁸ e o próprio Manoel Dias de Toledo, auditor do Conselho de Guerra em 1833 e duas vezes presidente da província de São Paulo.¹¹⁷⁹

Além de José Antonio dos Reis e Manoel Dias de Toledo, colegas de turma entre 1828 e 1831, outros onze estudantes do Curso Jurídico de São Paulo deixaram seus nomes no abaixo

¹¹⁷⁵ *Ibidem*. As noventa e duas assinaturas foram de: Jose Antonio dos Reis, Marcelino Ferreira Bueno, Bento Thomaz Gonçalves, Francisco Manoel das Chagas, Thomaz Jose Muniz, Benjamim Jose Gonçalves, Francisco Antonio d’Almeida Mello, Manoel Dias de Toledo, Filipe Correa Pacheco e Silva, Manoel Francisco de Vasconcelos, Joaquim Firmino Pereira Jorge, Jose Batista da Silva Bueno, Joaquim Otavio Nebias, Francisco Antonio d’ Oliveira, Jose Maria de Souza, Padre Bento Antonio de Barros, Antonio Bazilio de Souza Barros Painguá, Jose Gaspar dos Santos Lima, Antonio Ribeiro d’ Escovar, Antonio Jose Pessoa, Matheus Fernandes Cantinho, João Nepomuceno de Almeida, Antonio Mariano dos Santos, Mariano Rodrigues de Souza Mello, Manoel Constantino de Camargo, Manoel Rodrigues d’ Almeida Barbosa, João Manoel de Almeida Barbosa, Isidoro Fernandes Cantinho, Francisco Augusto de Oliveira Muniz, Francisco de Assis Pupo, João Crisóstemo Pupo, Joaquim Teobaldo Machado de Oliveira, Martim Gonçalves Gomide, Antonio Manoel de Campos Melo, Manoel Nunes Ramalho, Joaquim Inácio Ramalho, Antonio Nunes Ramalho, Francisco Nunes Ramalho, Jose Álvares Machado e Vasconcelos, Joaquim de Sousa Guimarães, Francisco Xavier de Assis, Jose Pereira Jorge, Joaquim Jose de Macedo Rangel, Manoel Arcângelo de Oliveira, Ildefonso Xavier Ferreira, Jose Xavier Ferreira, Joaquim Fernandes Cantinho, Carlos Jose da Silva Teles, Joaquim Fernando da Fonseca, Antonio Rodrigues de Almeida Jordão, Francisco de Assis Pinheiro Prado, João Francisco de Andrade, Francisco de Assis Leite, Manoel Joaquim Leite Penteado, Bento Jose Labri, Manoel de Camargo e Oliveira, Amaro Jose Soares, Jose da Silva Monteiro, Lourenço de Melo Franco, Francisco de Paula Gomes, Joaquim, Mariano da Rocha e Silva, Tomé Manoel de Jesus Varela, Antonio Pinto da Silva, Felix Jose da Cunha, Jose Antonio Pinto Guedes, Amaro Jacinto de Cerqueira César, Lucio Manuel Felix do Santos Capelo, Antonio Correa Bueno, Manoel de Campos Penteado, João Vicente Rodrigues de Vasconcelos, Francisco Jacinto de Pereira Jorge, Jacinto Eliodoro de Vasconcelos, Joaquim Teodoro de Oliveira, Francisco de Paula Conceição, Antonio Joaquim de Macedo, Manoel Jose Vaz, Francisco Jorge de Paula Ribeiro, Miguel Antonio de Godoi, Inocência Jose Rodrigues de Vasconcelos, Pedro da Silva Gomes, Manoel de Meireles Freire, Leão José de Sena, José Custódio da Siqueira Bueno, Luiz Antonio de Alvarenga, Emilio Paulo de Carvalho, Joaquim Antonio Rodrigues de Vasconcelos, Fernando Pacheco Jordão, Francisco Benedito de Oliveira Matos, Manoel de Castro Moreira, Bernardo Justino da Silva, João Jose Moreira, João Crispiniano Soares, Tomaz Gonçalves Gomide, Leocadio Rodrigues de Carvalho, Antonio de Oliveira e Arruda.

¹¹⁷⁶ Cf. *Estrela Marianense*, nº 55, 06/06/1831.

¹¹⁷⁷ Fernando Pacheco Jordão (?-1858) era natural de Itu. Filho de Elias Antônio Pacheco e Antônia Clara Jordão – irmã do brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão –, estudou leis em Coimbra, onde obteve o título de bacharel. De volta para América, foi nomeado juiz de fora e da alfândega de Santos, posto que serviu até 1830. Foi, também, juiz de fora da cidade de São Paulo, juiz de direito em Itu (1833), desembargador da Relação do Maranhão (1842-1854). Na política, foi membro da 3ª Reunião do Conselho Geral de São Paulo e deputado pela 5ª e 9ª legislatura da Assembleia Provincial e Geral. Cf. MARQUES, *op. cit.*, v.1, p.272.

¹¹⁷⁸ Os dois seriam deputados pela 8ª legislatura da Assembleia Provincial.

¹¹⁷⁹ APESP, Acervo Digital – Ofícios Diversos, ofício de 12/06/1833.

assinado.¹¹⁸⁰ Embora ainda não apresentasse a importância que daria na segunda metade do século XIX, o Curso Jurídico de São Paulo propiciou, em seus anos iniciais, um fórum de discussão de ideias jurídicas, políticas e artísticas, contribuindo para isso o ingresso de alunos e professores de diferentes partes do Império.¹¹⁸¹ A própria categoria “estudante”, atualmente associada à ideia de juventude, deve ser relativizada para esse período. Ao lado de um Joaquim Otavio Nebias, nascido em 1811, faziam parte do corpo discente homens como Idelfonso Xavier Ferreira (1795-18??) e José Antonio dos Reis (1798-1876), que por sua vez eram contemporâneos de Manoel Joaquim do Amaral Gurgel (1797-1864) e Antonio Mariano de Azevedo Marques, também alunos do Curso Jurídico, representantes da moderação paulista. Os exaltados, diga-se de passagem, foram comumente associados pela imprensa moderada à juventude, numa tentativa de menosprezar sua força e ressaltar sua inexperiência política. Num artigo publicado antes da Abdicação, o redator d’o *Farol* afirmou que a maior parte das pessoas que defendiam as reformas da Constituição não sabia como era a política no “tempo antigo”, e por isso não conseguia medir os progressos obtidos com a execução da Carta de 1824.¹¹⁸² Outros setores da sociedade paulista também estavam representados na lista de assinaturas, dentre eles militares, clérigos, negociantes, funcionários públicos e profissionais liberais.¹¹⁸³

O acirramento do debate em torno da reforma constitucional culminou na reestruturação do campo de luta política na imprensa periódica. O *Farol Paulistano*, que após a Abdicação mantivera-se firme no repúdio a qualquer alteração à Carta de 1824, foi aderindo a algumas das reivindicações anteriormente associadas aos exaltados para não perder espaço no debate.¹¹⁸⁴ No início de maio o *Farol* publicou um artigo em que alterava sua argumentação em favor das reformas. Sobre o sistema federativo afirmou a folha de Costa Carvalho:

¹¹⁸⁰ Marcelino Ferreira Bueno, Jose Gaspar dos Santos Lima, Francisco de Assis Pupo, Antonio Manoel de Campos Melo e Emilio Paulo de Carvalho haviam se matriculado no Curso Jurídico em 1829, ao passo que Joaquim Otavio Nebias, João Manoel de Almeida Barbosa, Martim Gonçalves Gomide, Joaquim Inácio Ramalho, Idelfonso Xavier Ferreira, Antonio Rodrigues de Almeida Jordão e João Crispiniano Soares faziam parte da turma do ano de 1830, cf. VAMPRÉ, *op. cit.*, v.2, p.102-165.

¹¹⁸¹ NOGUEIRA, J.L. de A. *A Academia de São Paulo. Tradições e reminiscências*. São Paulo: Saraiva, 1977, 3v. O Curso Jurídico de São Paulo sofreu, em seu início, com a falta de professores ou com a negligência dos mesmos, cf. Sobre a incúria e desleixo de alguns Lentes do Curso Jurídico de S. Paulo indiferentes à falta de frequência de seus discípulos e aprovações iméritas. In: *Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1831*, *op. cit.*, p.171.

¹¹⁸² *O Farol Paulistano*, nº 455, 21/02/1831.

¹¹⁸³ Antonio Mariano dos Santos era tenente, tendo sido inspetor do Caminho do Mar no início da década de 1820. Tomaz Gonçalves Gomide era cirurgião. Manoel Joaquim Leite Penteado, capelão-mor do hospital militar na capital paulista, travava relações próximas com Líbero Badaró. Além de alferes, Tomé Manoel de Jesus Varela fabricava tecidos na cidade de São Paulo. João Jose Moreira, português de nascimento, negociava fazendas. Lucio Manuel Felix dos Santos Capelo era farmacêutico e Matheus Fernandes Cantinho procurador, ambos na capital da província. Francisco Augusto de Oliveira Muniz chegou a ser juiz de fora em Iguape, e Manoel de Campos Penteado aposentou-se como general.

¹¹⁸⁴ Por essa época, aliás, o *Farol* já vinha sendo acusado de antirreformista por periódicos de outras províncias, como por exemplo *O Mentor das Brasileiras*, de Minas Gerais. Cf. *O Mentor das Brasileiras*, nº 61, 1831.

“(…) entendemos muito pouco da Federação do nº17 da *Voz*, bem que muito nos agrade, pois com ela *evitaremos a separação das Províncias, conservaremos a integridade do Brasil, e faremos uma só Nação livre e respeitável*. É a primeira vez que vemos na *Voz* alguma explicação do que é Federação; não nos pareceu mal”.¹¹⁸⁵

Segundo o *Farol* as alterações deveriam ser feitas com base no artigo 174 da Constituição, solução já aventada por parte dos moderados mineiros e pelo *Observador Constitucional*, que passou, aliás, a constituir referência para a folha de Costa Carvalho na condução do debate em torno da reforma. Além disso, o redator d’o *Farol* acenou para a possibilidade de se retirar do Poder Moderador o seu direito de veto absoluto das decisões do Legislativo, ingerência que na sua opinião estava muito mais próxima das “velhas monarquias da Europa” do que de um estado liberal. Para o mesmo redator, o artigo 164 da Constituição também merecia uma revisão de conteúdo. De acordo com o parágrafo segundo do referido artigo, caberia ao Supremo Tribunal de Justiça “conhecer dos delitos e erros de ofício que cometerem os seus ministros, os da relação, os empregados no corpo diplomático e os presidentes das províncias”, o que significaria, no entender do redator, a cristalização de um “juízo privativo” facilmente corruptível e que privilegiaria homens já dotados de grande poder. O artigo 90, sobre o processo eleitoral no Império, também demandava modificações. O sistema de eleições indiretas trazia consigo “alguns inconvenientes”, como o de deixar para um número muito reduzido de pessoas a escolha efetiva de seus políticos. E sentenciou: “Se o Governo é representativo, se a Nação é que nomeia seus representantes, ela que os nomeie de fato”.¹¹⁸⁶

O fato d’o *Farol* ter aderido a algumas propostas de reforma serviu de arma política para seus adversários. A *Voz Paulistana* criticou-o por sua mudança de opinião e acusou-o de entrar em “contradição” com seus exemplares anteriores. Diante disso, afirmou esperar que *O Farol* não voltasse a modificar suas considerações, a fim de evitar futuras incoerências. A folha de Costa Carvalho defendeu-se das acusações afirmando que sempre desejara alterações na Constituição, e que “sem intenção alguma” seus artigos acabaram produzindo uma ideia contrária. Com relação à “mudança de opinião”, o redator d’o *Farol* contestou a argumentação d’a *Voz* e, em certa medida para justificar as supostas alterações ocorridas em seu discurso, afirmou que “sempre” modificaria o conteúdo de seus artigos caso “boas razões” o convencessem.¹¹⁸⁷

A mudança de opinião d’o *Farol* nada tinha de episódica. Ela coincidia com o surgimento do tema da reforma na Câmara dos Deputados, quando da abertura da sessão de 1831, em maio. Se de um lado a vacância do trono foi entendida pelos moderados como a chance definitiva de alcançarem o poder, de outro havia a possibilidade de reestruturá-lo político-juridicamente conforme seus

¹¹⁸⁵ *O Farol Paulistano*, nº 482, 03/05/1831.

¹¹⁸⁶ *O Farol Paulistano*, nº 484, 07/05/1831.

¹¹⁸⁷ *O Farol Paulistano*, nº 486, 14/05/1831.

interesses. Mas a questão era mais intrincada do que isso, posto que a instabilidade gerada pela Abdicação ampliou o espectro social de atuação política ou, melhor dizendo, alargou o horizonte de demandas por transformações na estrutura do Estado. A pressão advinda principalmente dos setores exaltados fez com que os moderados, a essa época maioria na Câmara, trouxessem para si a direção das alterações que seriam feitas na monarquia brasileira, dentro da legalidade e com base na Carta de 1824.¹¹⁸⁸ Mesmo em São Paulo e Minas Gerais,¹¹⁸⁹ onde a atuação dos exaltados foi mais restrita em comparação a outras províncias, agitações que punham em xeque a Regência passaram a ocorrer com maior frequência, exigindo dos moderados uma postura mais pragmática e menos irredutível com algumas das bandeiras exaltadas.

4.4. A reforma constitucional no Parlamento: da província para a Corte, da Corte para a província

Um dos primeiros deputados a sugerir modificações no texto constitucional foi o baiano Antonio Ferreira França, que já havia sido eleito pela sua província natal na legislatura anterior. No início de maio de 1831 surgiu uma discussão em torno da criação de um Conselho Geral na província do Rio de Janeiro, mas que foi barrada por inconstitucionalidade, pois o artigo 72 da Carta de 1824 proibia a instalação daquele órgão na capital do Império. Segundo Ferreira França, por esse e outros motivos – que se resumiam à ampliação de poderes da esfera provincial – era necessário alterar a Carta de 1824 para torná-la “perfeita”.¹¹⁹⁰ No dia 6 do mesmo mês, José Cesário de Miranda Ribeiro, deputado por Minas Gerais, apresentou um requerimento cujo objetivo era criar uma comissão especial encarregada de propor as reformas constitucionais de acordo com os artigos 175, 176 e 177 da Carta de 1824. Isto é, primeiro seriam discutidos os artigos a serem alterados; depois, as alterações passariam pelas duas Casas e seriam sancionadas na forma de lei; esta, por fim, serviria como base para a discussão a ser feita pela legislatura seguinte, a única com poderes efetivos de aprovar a reforma constitucional em definitivo.¹¹⁹¹

¹¹⁸⁸ BASILE, Marcello. O ‘negócio mais melindroso’: reforma constitucional e composições políticas no Parlamento regencial (1831-1834). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). *Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EDUAERJ, 2009, p.185-209.

¹¹⁸⁹ Em junho de 1831, o presidente Manuel Inácio enviou a todas às Câmaras Municipais um comunicado o qual atestava a existência de “um partido desorganizador” que conspirava “contra a ordem pública” e que lutava pela “destruição do sistema constitucional” e promoção da “anarquia”, a qual “infelizmente” havia “começado a desenvolver-se em certas povoações” da província. Convinha, portanto, “estreitar os laços que deveriam ligar todos os bons cidadãos para formar uma barreira contra a ambição” e “empregar todas as precauções para manter o sossego público, como a todos em particular interessa”, cf. Ofício de 09/06/1831, publicado em *O Universal*, nº 607, 15/06/1831. A adesão ao governo regencial pelas Câmaras Municipais mineiras pode ser constatada por meio de ofícios encaminhados por estas ao Rio de Janeiro, cf. *O Universal*, nºs 590 (04/05/1831) e 601 (01/06/1831).

¹¹⁹⁰ SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. Tese de Doutorado São Paulo: FFLCH-USP, 2006, *op. cit.*, p.231-232.

¹¹⁹¹ APB-CD, sessão de 06/05/1831, p.12-13.

Parcela dos deputados criticou tais propostas sob o pretexto de que trariam instabilidade ao regime estabelecido. Os baianos Lino Coutinho e Rebouças, além do pernambucano Luiz Cavalcanti, prognosticaram que eventuais alterações na Carta de 1824 poderiam causar a desagregação entre as províncias, pois ressaltariam os poderes locais. Ainda que cercada de celeuma, a proposta de Miranda Ribeiro foi aprovada por grande maioria. Para a comissão incumbida de apresentar o conjunto de reformas foram eleitos o próprio Miranda Ribeiro, Paula Sousa e José da Costa Carvalho.¹¹⁹² Na época o redator d’o *Observador Constitucional* sugeriu que as Câmaras Municipais apresentassem à Assembleia Geral os pontos que julgassem essenciais no encaminhamento da reforma constitucional, numa tentativa de minar a exclusividade da discussão do Parlamento, estendendo-a a outras esferas de poder representativo.¹¹⁹³ Esse tipo de recomendação foi rejeitado pela maioria dos deputados, que defendiam o monopólio do Legislativo na condução de assuntos de maior envergadura política, como a reforma. Não é de estranhar, portanto, que pouco tempo depois o deputado fluminense Antonio de Castro Alves condenasse as câmaras paulistas de Itu e São Paulo por terem “exorbitado suas atribuições”, isto é, por terem “representado [à Câmara dos Deputados] sobre coisas políticas” quando das excitações ocorridas na capital do Império em julho de 1831.¹¹⁹⁴

Considerando o encaminhamento da reforma na Câmara dos Deputados, é compreensível a mudança de curso na fala d’o *Farol Paulistano*, iniciada pouco tempo antes, bem como a que se processou n’o *Universal*, até aquela altura relutante em assumir uma postura reformista. Uma vez que para seu redator a revolução estava “acabada”, o ponto principal das reformas incidiria sobre o grau de autonomia das províncias:

“Ninguém hoje duvida que é mister alterar uma Constituição, cuja aprovação foi extorquida da Nação em uma época em que as circunstâncias não permitiam a menor resistência a ordens do Poder (...) E se ela então foi bastante para contentar os Brasileiros, ameaçados de perder a sua liberdade, ela não basta hoje para satisfazer as necessidades, as reclamações do Brasil inteiro. Como é possível que o Pará continue a estar na dependência da Corte para ter um Juiz de Fora do Rio Negro? Como o Mato Grosso poderá sofrer por mais tempo que um oficial de sua força armada não possa ser promovido senão no Rio de Janeiro? É preciso afrouxar um pouco o laço para firmar a união das províncias; elas devem ter em si mesmas os próprios recursos, e não mendigar da Corte as providências mais necessárias (...) Infelizmente existe um plano de divisão ou separação das Províncias que surda e secretamente vai lavando; ao Corpo Legislativo pertence atalhar esse mal (...) Se nós consultamos a Opinião Pública da Província em que nascemos, ela nos assegura que os mineiros em geral estão satisfeitos e que nada querem, senão Constituição; e conquanto

¹¹⁹² *Ibid.*, p.13-15.

¹¹⁹³ *O Observador Constitucional*, n° 152, 27/05/1831.

¹¹⁹⁴ APB-CD, sessão de 04/07/1831.

desejem a sua reforma, deva ela ser pelos meios que a mesma Constituição marcou; nada de excessos, nada de medidas violentas: a revolução está acabada”.¹¹⁹⁵

A opção por “afrouxar” os laços entre o centro do Império e as províncias recaía, para o redator, sobre o tema da federação:

“Não duvidamos que as inovações a que se vão proceder sejam no sentido federal, apesar de ser esse sistema (...) o que demanda mais costumes e ilustração, o mais difícil de sustentar, e de estabelecer, sendo também a mais complexa de todas as formas de Governo; mas também nos persuadimos, que só se pode desejar aquilo que tenha o característico da utilidade prática, e não uma perfectibilidade inexequível, que vir-se-ia a terminar na total desmembração do Império Brasileiro, consequência inevitável dessa preconizada República Federativa, ou Estados Independentes”.¹¹⁹⁶

Enquanto a comissão parlamentar elaborava o projeto de reforma, a imprensa aprofundava os debates sobre a federação. Recuperando a concepção hamiltoniana de sistema federativo, o redator d’o *Observador Constitucional* assinalou que esse seria um conglomerado de associações dotadas de autonomia, mas subordinadas a um governo central, estrutura essa que o Império já possuiria em certo grau, graças à existência dos conselhos provinciais. Mas para aperfeiçoar a federação era imperativo aumentar os “direitos” das províncias, ou seja, retirar do governo central aqueles de “soberania interna” e deixar-lhes somente os de atribuição “externa”. Tomando como exemplo os Estados Unidos, o redator d’o *Observador* sustentou que o alargamento da autonomia provincial não geraria desagregação, já que as províncias, preocupadas com seus negócios, vislumbrariam na “união” com as demais um mecanismo para salvaguardar a sua integridade e a de todo o Império:

“Nada mais lato do que a palavra Federação. Ela se pode definir em geral um complexo de pequenas Associações ligadas por um governo Geral. Ela é suscetível de graduações, e pode se dizer tanto mais perfeita quanto cada um d’essas pequenas Associações adquire, ou possui maior soma de direitos, mais imperfeita quanto elas os possuem em menor número.

Uma Nação dividida em Províncias, ou estados etc. tendo cada uma d’estas um Governo, que as administre, embora seja ele dependente em todo d’um Governo Central, esta Nação possui contudo o Governo Federativo; pois que ela não é, senão uma coleção de associações, bem que com muito poucos direitos de ser.

O Governo atual do Brasil é um Governo Federativo; e um Governo Federativo algum tanto já aperfeiçoado; pois que as Províncias têm seus Conselhos Provinciais, que possuem uma soma bem que diminuta de direitos; podendo tratar de certos negócios particulares etc.: e a proporção que estes Conselhos, ou Associação, que compõem as Províncias, tirarem das mãos do Governo Geral mais direitos para aumenta-la, temos que a

¹¹⁹⁵ *O Universal*, nº 606, 13/06/1831.

¹¹⁹⁶ *Ibidem*.

Federação se vai aperfeiçoando; tem que com a vulgarização de princípios, com o aumento de população, e civilização toque a sua perfeição; isto é, subtraia ao Governo Geral todos os direitos que constituem a sua Soberania interna, deixando-lhe só os de sua Soberania externa. É a este por excelência, que se chama o Governo Federativo; que se pode definir a reunião de muitas pequenas Associações, que tem o seu Governo particular, ligadas por um Governo Geral.

D'aqui já mui bem poderão ver nossos leitores com quanta sem razão se tem argumentado no Brasil contra a doutrina da Federação. A questão não pode versar sobre o ponto de que devera ou não ser o Governo do Brasil Federativo, sim se a Federação, que nos já temos, deverá ou não ser mais aperfeiçoada: isto é se as Províncias deverão, ou não ter maior soma de direitos (...)

Diremos agora alguma coisa a respeito do Governo Federativo em geral. É ele bom? Para o provar bastará só lembrarmos-nos, que é esse sistema de Governo, que tem feito a felicidade de um Povo, que hoje no mundo inteiro é olhado, como modelo das Sociedades bem constituídas. Embora se diga, que este sistema, dividindo um todo em muitas partes, e dando á cada uma d'elas as obrigações, que possuía o tempo, necessariamente devera enfraquecê-lo; e que cada uma das partes perde então, por si também um todo; embora se diga também, que a rivalidade, resultado da independência é uma tal forma de Governo o gérmen da destruição; pois que cada uma das partes movida pelos seus interesses, tende a desobrigar-se do que se deve, e a separar-se da união, aonde julga haver um princípio, que a pretende escravizar. O Governo dos Estados Unidos tem mostrado, que estes raciocínios não passam de meras conjecturas, ou mentalidades, e que na pratica o contrario sucede.

A força que se diz, perde o todo pela divisão em varias partes, aumenta-se, pelo contrario, quando cada uma dessas partes interessadas na sua segurança, considera que a sua força é na união; e que ela separada pode mais perder, pois que a união das outras tem força muito maior, com que possa subjugar.¹¹⁹⁷

Assumir que a federação era “suscetível a gradações” tornava-a ainda mais ambígua, passível de diferentes reapropriações, sendo justamente essa plasticidade do termo que permitiu aos moderados incorporá-la ao seu discurso. A ideia de que o Brasil já estaria dotado de um “governo federativo”, por exemplo, agradou ao redator d’o *Farol*, que teceu considerações sobre o artigo publicado pelo *Observador*:

“O *Observador* (...) traz no seu N.158 um artigo acerca do Governo Federativo que é digno de ser lido por todos aqueles que de boa fé desejam o melhoramento das nossas instituições sociais. Sobre tudo é digna de notar-se a seguinte proposição – *o Governo atual do Brasil é um Governo Federativo, e um Governo Federativo algum tanto já aperfeiçoado* – e da qual segue a mostrar como é que as nossas Províncias ganhando pouco a pouco direitos sobre o Governo Geral pelo que toca á sua administração interna, ir-se-há aperfeiçoando o sistema federal, até que as mesmas Províncias se constituam como Estados Independentes, relevando somente d’um centro comum pelo que toca aos negócios externos com as demais associações externas (...)”.¹¹⁹⁸

¹¹⁹⁷ *O Observador Constitucional*, n° 158, 27/06/1831.

¹¹⁹⁸ *O Farol Paulistano*, n° 504, 30/06/1831.

O cerne do longo artigo d’o *Farol* era demonstrar, partindo da premissa apontada pelo *O Observador* de que o Brasil já apresentava traços de um “Governo Federativo algum tanto já aperfeiçoado”, que uma possível alteração no sistema monárquico-constitucional dar-se-ia “dentro da órbita Constitucional”, ou seja, de forma gradual, ancorada juridicamente pela Carta de 1824 e sem a necessidade de uma “nova revolução”, da convocação de uma “Assembleia Constituinte” ou da aplicação de um novo texto constitucional. Ao instrumentalizar o discurso d’o *Observador* a seu favor, o redator d’o *Farol* argumentou, com o intuito de amainar as divergências entre moderados e exaltados, que a realização de reformas “pelos trâmites da Constituição” traria, futuramente, as garantias da “mais perfeita Democracia”, sem grandes convulsões sociais. Artimanhas à parte, o *Farol* interrompeu suas atividades do próprio mês de junho ou início de julho.¹¹⁹⁹ É provável que o crescimento da oposição ao *Farol* tenha esmaecido sua imagem política e colocado em perigo a de seu proprietário¹²⁰⁰ de modo que o encerramento das atividades do jornal possa ter sido uma estratégia de defesa. Mesmo porque o jornal voltaria a ser publicado, sob novo nome, cerca de um mês depois.

O *Observador* deu prosseguimento à sua argumentação no número seguinte do jornal, e enfatizou que num sistema federativo a “civilização” e a “indústria” do Império teriam propensão a aperfeiçoar-se, pois a existência de associações autônomas dinamizaria o funcionamento de um Estado que vinha se mostrando impotente diante da sua imensidão e da falta de recursos para gerir as províncias equitativamente. Mas a despeito de defender a federação, o redator reconheceu que o Brasil não teria os “homens” e a “moralidade” necessários para que fosse instalada uma “Federação Republicana”, isto é, um regime republicano, distanciando-se neste ponto da ala mais radical dos “exaltados”, que via na república uma solução imediatamente viável para o Brasil. Para o mesmo redator, o caminho a trilhar seria, portanto, o de aperfeiçoar o sistema federativo, o que na prática se resumiria no aumento de poderes das províncias:

“Também que esta forma de Governo é a mais própria para o desenvolvimento da civilização, e da indústria, quem o poderá duvidar? Em um estado imenso, onde um só centro de poder vigia os interesses d’um Povo, a sua influencia fraca fracamente favorece a indústria, e a civilização dos pontos distantes d’esse centro; e a indústria, e a civilização encontrando demora nos socorros, que se-lhes devem prestar retardar-se em seu desenvolvimento. Alem disso, os diversos pontos do Estado, fiados no igual direito, que eles têm a proteção do centro, descansam, e quase nunca trabalham por adquirir vantagens, em que excedam uns aos outros: com isto a industria se demora, a civilização se retarda só a indolência ninguém ignorará. O desacorçoamento também aí aparece. As contribuições, e

¹¹⁹⁹ Em nota publicada no início de julho, o redator d’o *Observador* opinou que caso o *Farol* continuasse a ser publicado, alguma “coisa desairosa” cairia sobre seu “redator proprietário”, cf. *O Observador Constitucional*, nº 160, 04/07/1831. O *Universal* notificou que a “causa da liberdade legal” perdera um dos seus escritores “assaz distintos”, em solidariedade ao redator d’o *Farol*, cf. *O Universal*, nº 635, 19/08/1831.

¹²⁰⁰ A esta altura Costa Carvalho já era regente.

tributos, que pesam sobre o povo por nenhum bem visível são suavizados. Somas e somas saem de diversos pontos, e elas sendo absorvidas pelo Governo central, uma obra, uma coisa qualquer não aparece, com que ao menos o triste povo se console de as ter aumentado com suas fadigas e suores.

Ainda isto não é tudo: as autoridades, distantes desse Poder, que as tem enviado à esses pontos remotos, certas de que as queixas de suas arbitrariedades serão pela distancia mal ouvidas do Poder Central, desenvolvem, e apresentam sem reboço todo o seu mau humor. Debalde um povo levanta suas vozes, elas se perdem no imenso espaço que o separa do Poder; com isto essas Autoridades redobram seus furores, em um povo que tem inutilmente clamado por justiça tendo tido por resposta o silencio, ou franqueia, e se larga ao furor dos déspotas, ou insurge por livrar-se da opressão: em qualquer dos casos seus interesses são atacados, ele deve perder.

Tudo ao contrario sucede nos Governos Federativos. Este Governo não sendo senão uma grande Sociedade composta de muitas pequenas Sociedades, que tem cada uma seu Governo particular, e que são todas ligadas por um governo Geral, apresenta todas as vantagens, e presta todos os socorros, de que a civilização, e o desenvolvimento das faculdades humanas necessitem. Nele um braço protetor acompanha todo o Cidadão: as suas instruções são lhe pagas, sem que ele saia o limiar de sua casa.

O indiferentismo, e indolência aí não reinam. Apesar de ter direito á exigir do Poder Geral a mesma Proteção, os diversos pontos da união observam, e conhecem, que eles serão tanto mais felizes, quanto mais trabalharem para o ser. A emulação não tarda a aparecer; e ela, sendo o móvel das grandes ações, traz consigo a prosperidade dos Estados. Aparecendo ela faz prodígios; os homens, movidos por um interesse immediato é seus trabalhos; aplicam todos os seus esforços para adquirirem vantagens os de um sobre os de outro ponto: uma luta então entre todos se levanta, e em resultado todos promovem a civilização, a indústria, a felicidade de sua Pátria: e no meio desta luta, quando no interno de cada um dos Pontos todos se aplicam a promovê-las, o Governo Geral como colorado em uma elevada guarita vigia os interesses de sua grande família, defende-a do inimigo extenso, alimenta em todos os pontos a alma vivificadora das Sociedades, sustenta-lhes a Liberdade.

Porem, se tudo isto é certo não o é menos, que nesta mais, que em qualquer outra forma de Governo se tem necessidade de homens instruídos, e que sejam capazes de dirigir os negócios de sua Pátria; que nesta mais, que em qualquer outra forma de Governo se necessitam de bons costumes, e de uma moralização perfeita na massa da população. Terá já o Brasil estes homens? Não. Terá já o Brasil esta moralização? Não. Se achará já o Brasil em um estado de civilização capaz de formar uma Federação Republicana? Não.

(...) Esta substituição porem se irá operando pouco a pouco, e a proporção que homens novos, e hábeis apareçam; ela não levará muitos anos; muito deve adiantar-se nestes seis, ou sete. N'este intermédio pode muito aperfeiçoar-se a moralização, e bons costumes do Povo, pois que os tendo, como devemos esperar, o Governo, aquele, que sempre participa de suas qualidades os terá também.

É só quando poderemos ser perfeitamente Republicanos, é só quando a nossa Federação poderá talvez ser ao todo aperfeiçoada.

*Si hoje não podemos pois a ter tal, tenhamos-la naquele grão, que é compatível com a nossa civilização, e costumes; isto é, demos mais direitos as Províncias, mais atribuições as Assembleias Provinciais, tornando aquelas mais independentes do Poder Geral. Isto tem mostrado querer fazer a Câmara dos Srs. Deputados; com isto podemos contar (...).*¹²⁰¹

Com este artigo e o anterior o *Observador Constitucional* definiu com maior clareza seu posicionamento no tocante à reforma constitucional e à federação. A despeito do caráter sinuoso e

¹²⁰¹ *O Observador Constitucional*, n° 159, 01/07/1831. Grifo nosso.

fluido do debate travado pelos jornais da época, é possível sugerir que o *Observador Constitucional* distinguiu-se entre o multifacetado campo político dos exaltados por meio da defesa de uma monarquia federativa onde as províncias teriam uma relativa independência do governo geral. A ideia de que fossem conferidas “mais atribuições” às Assembleias Provinciais seria o elemento central da reforma constitucional, a ser feita com base na Carta de 1824. Com isso descartava-se a hipótese da implementação imediata de um sistema republicano/federativo à semelhança daquele em vigor os Estados Unidos da América, tornando a solução republicana uma realidade a médio e longo prazos, quase teleológica, a ser conquistada aos poucos e em meio ao amadurecimento político da sociedade brasileira. É provável que por traz desse discurso legalista não houvesse uma recusa completa à implementação mais imediata da república, tal como sempre se colocaram os moderados. Nesse sentido, a manutenção do regime monárquico poderia ser uma arma retórica para irmanar-se do público leitor e mostrar-lhe, de forma indireta, as vantagens de um regime republicano. De todo o modo, a aceitação da monarquia constitucional era um ponto de aproximação com os moderados e um elemento distintivo em relação aos exaltados mais radicais, expediente que foi adotado, vale dizer, por segmentos exaltados de outras partes do Império.¹²⁰²

Em 9 de julho de 1831, circundada pelos acalorados debates promovidos pela imprensa, a comissão parlamentar¹²⁰³ apresentou o projeto de reforma constitucional. Rebouças, Cavalcanti, José Bonifácio e Melo Matos, refratários à reforma, procuraram retardar a discussão alegando que seria mais prudente mandar imprimir o projeto e proceder sua análise artigo por artigo, no que foram contestados pelo próprio Miranda Ribeiro, Evaristo e Honório Hermeto – os três deputados por Minas Gerais –, além de Odorico Mendes. A fim de evitar maiores protelações, Martiniano de Alencar, então presidente da Câmara e aliado dos moderados, ordenou que se votasse sobre a matéria. Acabou se decidindo que o projeto fosse lido antes da impressão e que o apoio fosse feito por bloco, e não artigo por artigo.¹²⁰⁴

Iniciava-se, a partir dali, um enfrentamento de forças na câmara baixa que se estenderia até pelo menos julho do ano seguinte, quando o malfadado golpe de 30 de julho forçou um realinhamento entre os liberais. Para os moderados mineiros, paulistas e fluminenses, a linha de frente da oposição tinha nome e lugar de origem: eram, sobretudo, deputados das províncias do norte – Ernesto Ferreira França (Pernambuco), Holanda Cavalcanti (Pernambuco), Rebouças (Bahia) e Montezuma (Bahia) – e os Andrada, mais especificamente Martim Francisco (Minas Gerais) e José Bonifácio, que em 1831-1832 entrou como suplente na vaga de Honorato José de Barros Paim deputado pela Bahia. Enunciava-se uma divisão entre deputados “sulistas” e

¹²⁰² FONSECA, op. cit., 2013.

¹²⁰³ Sem Costa Carvalho, regente desde 17 de junho. Lembremos que o projeto foi redigido e apresentado sob o Ministério de 16 de junho, de inclinação moderada.

¹²⁰⁴ APB-CD, sessão de 09/07/1831, p.220-224.

“nortistas”, em que os primeiros falariam em nome do “voto nacional” e os segundos a favor de interesses “retrógrados”, contrários à “vontade nacional” e às reformas.¹²⁰⁵ Entre os mais atacados estava Montezuma, que ironicamente ocupou a cadeira deixada por Costa Carvalho quando este assumiu o posto de regente. O deputado baiano era repreendido por seus “longos e fastidiosos discursos” que recriminavam o ministro Feijó, a Regência e elogiavam a administração pedrina.¹²⁰⁶

Em síntese, o projeto de reforma propunha mudanças que alterariam radicalmente a estrutura política do Império. Este seria transformado em uma associação ligada por laços federativos, embora se mantivesse o regime monárquico. Estava extinta a divisão do estado em quatro poderes, uma vez que o Moderador, derogado, teria parte das suas atribuições (a serem ainda definidas) passadas para o Executivo. O Conselho de Estado foi igualmente abolido. No lugar do Senado vitalício estipulou-se outro eletivo, sem escolha por lista tríplice, e com renovação da sua terça parte a cada legislatura. O tempo de duração das legislaturas seria diminuído de quatro para dois anos, e as rendas do Império divididas em gerais e provinciais. Em substituição à Regência Trina seria estabelecido o cargo de regente uno. Na esfera provincial, criar-se-iam no lugar dos Conselhos Gerais as Assembleias Provinciais, que teriam o poder de legislar sobre questões locais, inclusive sobre a estrutura orçamentária e tributária. Nos municípios seria criada a figura do intendente, com poderes executivos similares aos dos presidentes de província.¹²⁰⁷ As modificações eram sensíveis, porém não nos esqueçamos de que duas das principais demandas reclamadas por alguns setores, sobretudo exaltados, não foram contempladas pelo projeto: a eleição do presidente de província e do comandante das armas pelos colégios eleitorais provinciais, pautas que vinham sendo ventiladas desde a Constituinte¹²⁰⁸ e que voltaram a ser propostas quando do início do debate da reforma constitucional.

Fatores internos e externos à Câmara adiaram a discussão do projeto.¹²⁰⁹ Jornais exaltados como *O Tribuno do Povo* e *A Nova Luz Brasileira* incitavam em seus artigos a convocação de uma Assembleia Constituinte para a realização das reformas,¹²¹⁰ o que gerou reprimendas por partes dos moderados de dentro e fora da Corte. O *Universal*, por exemplo, teve a exaltada *Nova Luz Brasileira* como oponente no debate sobre o tema. O redator mineiro não admitia a proposição da *Nova Luz* de que a reforma fosse feita na legislatura em vigor, e não na próxima, como vinha sustentando a Câmara dos Deputados em concórdia com a Carta de 1824.¹²¹¹

¹²⁰⁵ *O Independente*, apud *O Universal*, nº 624, 25/07/1831.

¹²⁰⁶ *O Universal*, nº 637, 24/08/1831.

¹²⁰⁷ BASILE, *op. cit.*, 2009, p.189-190.

¹²⁰⁸ FONSECA, *op. cit.*, 2013, p.109.

¹²⁰⁹ Entre outras discussões internas à Câmara podemos destacar: sobre as emendas feitas pelo Senado sobre a Guarda Nacional; sobre a criação de um presidente de província do Rio de Janeiro; sobre a lei de orçamento.

¹²¹⁰ BASILE, Marcello. *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na corte imperial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

¹²¹¹ *O Universal*, ver números de julho e agosto de 1831.

A Câmara dos Deputados esboçou medidas paliativas para conter as convulsões na capital, como proibir ajuntamentos noturnos de cinco ou mais pessoas e suprimir a fiança em caso de flagrante delito, sem muito sucesso.¹²¹² A escolha recente do paulista Diogo Feijó para a pasta da Justiça,¹²¹³ com amplos poderes de repressão, foi recebida com desagrado pelos exaltados. Estes continuaram se mobilizando com intuito de aumentar sua influência nos negócios públicos, cooperando no levante do 26º Batalhão de Infantaria do Exército da cidade do Rio de Janeiro, sob o comando do major Liberato José, no dia 12 de julho. A sublevação foi logo sufocada pelo governo, mas no dia seguinte eclodiu outra rebelião, tendo como protagonistas a 1ª e 2ª companhias de polícia do Rio de Janeiro. Desta vez, parte significativa da guarnição da Corte aderiu aos revoltosos, de modo que apenas a artilharia da marinha, o primeiro corpo de artilharia de posição e parcela do segundo corpo mantinha-se leal ao governo. Outros setores da sociedade fluminense aderiram à revolta, que se concentrou no Campo de Honra da capital do Império, tomando proporções consideráveis.¹²¹⁴

As circunstâncias eram delicadas e exigiam medidas emergenciais, fazendo com que o governo regencial apelasse para a ajuda de outras províncias, a exemplo de Minas Gerais e São Paulo, que até o momento haviam manifestado apoio à Regência. Em 15 de julho, a Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra despachou ao presidente de São Paulo uma determinação solicitando o envio de dois ou três Batalhões de Infantaria e um Regimento de Cavalaria de segunda linha para auxiliar na contenção da revolta.¹²¹⁵ Dias depois o presidente Manuel Teodoro de Azambuja deliberou, em conjunto com seu conselho privativo, que marchasse de São Paulo ao Rio de Janeiro um único batalhão de 600 praças, comandado por um tenente-coronel, e que duas Companhias de Artilharia Montada da vila de Santos se destacassem em direção à Corte.¹²¹⁶ Azambuja, “entendendo que devia estabelecer uma comunicação com o presidente de Minas Gerais”, oficiou a presidência mineira para que ambas as províncias amparassem a Corte.¹²¹⁷

O *Observador Constitucional* contestou a determinação do governo regencial, a começar pela falta de informações que justificassem um pedido de tal monta. Em segundo lugar, solicitar o envio de tropas de São Paulo, uma província a qual o governo sempre conferira “pouco cuidado” aos “braços úteis de seus habitantes”, era uma forma de agravar o “atrasamento” de sua indústria e agricultura. Além disso, o redator aventou a hipótese de ilegalidade na determinação, visto que o

¹²¹² SOUSA, *op. cit.*, 1988, p.113.

¹²¹³ Feijó foi nomeado ministro da Justiça no dia 5 de julho de 1831, cf. JAVARI, *op. cit.*, p.39.

¹²¹⁴ Sobre as sublevações ocorridas no mês de julho no Rio de Janeiro, ver ZANQUETTA JUNIOR, Pedro. *As zonas de sombra da memória: estudo sobre as sedições militares “exaltadas” no Rio de Janeiro de 1831*. Dissertação de mestrado. Assis: Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, 2011.

¹²¹⁵ WERNET, *op. cit.*, p.03.

¹²¹⁶ ACP-SP, v.15, sessão de 27/07/1831, p.154-155.

¹²¹⁷ Pronunciamento proferido por Manuel Teodoro de Azambuja ao deixar a presidência de São Paulo, 21/11/1831. Publicado em *O Novo Farol Paulistano*, nº 33, 26/11/1831.

governo não poderia arregimentar milicianos para fora de suas províncias, a não ser em casos de necessidade, o que ainda não se confirmara. Mas a preocupação central do redator era, entretanto, com os envolvidos na revolta. Se além de milicianos houvesse o “povo” amotinado, seria “necessário atendê-lo”. Ao contrário da Regência Provisória, que segundo o redator pouco obrara e não fora “senão um espantalho”, a nova Regência deveria mostrar a sua preocupação com o andamento dos negócios públicos.¹²¹⁸ A esta altura, como pode se perceber, o *Observador* abandonara o campo moderado para abrigar-se na oposição exaltada.

Os moderados paulistas ofereceram, em contrapartida, franco apoio aos regentes. Logo após o recebimento da determinação ministerial pelo governo provincial, as Sociedades Defensoras espalhadas na província de São Paulo promoveram um alistamento voluntário – que quase atingiu a casa de 2.000 homens – com a finalidade de fazer marchar ao Rio de Janeiro um grupo de civis para auxiliar no abafamento da revolta. Além da congênere paulistana, efetuaram alistamentos as Sociedades Defensoras de Jacareí, Mogi-Mirim, Lorena, Sorocaba, Atibaia, Taubaté, São José, São Carlos, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, S. Luis, Itanhaém, Itu, Capela Curada de Serra Negra, Una, São Roque, Constituição, São Sebastião, Vila Bela e Itapetininga. Doações em dinheiro para a manutenção das “tropas” também chegaram de diversas vilas da província.¹²¹⁹ Na mesma época alguns membros da Sociedade Acadêmica, composta por alunos do Curso Jurídico – dentre eles Paulino José Soares de Sousa, futuro Visconde do Uruguai – colocaram-se à disposição da presidência da província de São Paulo para auxiliar no combate à revolta ocorrida na capital. O presidente Azambuja agradeceu o patriotismo da iniciativa, mas recusou-a.¹²²⁰

A mesma solicitação feita para São Paulo também foi direcionada para Minas Gerais. O presidente Manoel Inácio de Melo e Sousa, juntamente com o comandante das armas, organizou o envio das tropas para o Rio e acionou a Tesouraria Provincial para custear a viagem. Cavalos e munição foram colocados à disposição para aqueles que por ventura quisessem seguir para a capital. Criou-se até um Corpo de Voluntários que ficou sob a responsabilidade do major Gomes Freire de Andrade, então membro dos Conselhos Geral e da Presidência.¹²²¹ Em Barbacena, membros da família Armonde se dispuseram a pagar pelo fardamento e as despesas da viagem dos voluntários que dali sairiam para marchar até a corte.¹²²² Em resposta a um pronunciamento de Melo e Sousa sobre a situação da Corte, fez-se circular um abaixo assinado convocando os mineiros a “correr em auxílio à capital do Império”, que se achava “ameaçada do iminente perigo da revolução”. Dentre

¹²¹⁸ *O Observador Constitucional*, n° 165, 29/07/1831.

¹²¹⁹ WERNET, *op. cit.*, p.105-106.

¹²²⁰ APESP, Acervo Digital – Ofícios Diversos, ofícios de 27/07/1831 e 29/07/1831.

¹²²¹ *O Universal*, n° 626, 29/07/1831.

¹²²² *Estrela Marianense*, n° 65, 13/08/1831.

os vinte e seis signatários estavam homens como Herculano Ferreira Pena, Gomes Freire de Andrade, Jorge Benedito Ottoni.¹²²³ Outras vilas também se prontificaram a enviar voluntários.¹²²⁴

Tanto o apoio dos governos paulista e mineiro como o das Sociedades Defensoras não chegaram a concretizar-se de fato, posto que as tropas do governo regencial conseguiram minar a revolta em fins de julho. Após a rejeição da Câmara dos Deputados às exigências dos revoltosos, sendo a principal delas a expulsão para fora do Império de 89 “inimigos da nação” – como os marqueses de Paranaguá, Baependi, Aracati, Santo Amaro e Maceió – a Regência controlou a situação e suspendeu o envio de tropas em auxílio, embora alguns destacamentos já estivessem a caminho da Corte.¹²²⁵ De qualquer forma ficava evidente a retaguarda moderada nas províncias de São Paulo e Minas Gerais, manifesta por diversos setores da sociedade e não apenas pelo poder oficial. Também se tornava nítida, contudo, a instabilidade política do governo, contestado mesmo após a eleição da Regência Trina Permanente, que elegeu seu primeiro gabinete no calor dos acontecimentos, em sessão secreta do dia 15 para o 16 de julho de 1831.

O novo Ministério era composto por Lino Coutinho (Império), o já nomeado Feijó (Justiça), Vasconcelos (Fazenda), Rodrigues Torres (Marinha),¹²²⁶ todos deputados, além de Manuel Fonseca Lima e Silva (Guerra)¹²²⁷ e do senador Francisco Carneiro de Campos (Estrangeiros).¹²²⁸ O recrutamento de algumas das principais vozes da oposição parlamentar durante o Primeiro Reinado assinalava que a Regência buscava governar com apoio da Câmara, certa de que o Senado lhe faria oposição. No entanto, a presença de Lino Coutinho, que vinha movendo tenaz oposição a Feijó e que lutara pela absolvição dos agitadores dos tumultos anteriores ao dia 12, sugere que houve uma negociação da Regência com setores oposicionistas da Câmara.¹²²⁹ Diante da situação em que a Corte se encontrava e às voltas com a necessidade de legitimar o 7 de abril, o Ministério empossado

¹²²³ *O Universal*, nº 627, 01/08/1831. Assinaram o documento: Herculano Ferreira Pena, Gomes Freire de Andrade, Honório Pereira de Azeredo Coutinho, Jorge Benedito Ottoni, Manoel Joaquim de Oliveira Cardoso, José Maria Manso da Costa Reis, Francisco de Paula Santos, Carlos da Costa Fonseca, José Antônio Ribeiro Junior, José Januário Pereira de Andrade, Francisco de Assis de Azeredo Coutinho, José Bernardo da Gama Ferreira Laborão, Joaquim Dias Bicalho, João Batista Teixeira de Sousa, João Estanislau Pereira de Andrade, Joaquim Alves Branco Moniz Barreto, Joaquim Alves Branco Moniz Barreto Junior, João Ferreira Sete de Abril, Antonio Pereira Alves, João Nepomuceno Nunes Bandeira, Antonio Inocêncio de Azeredo Coutinho, Marciano Ernesto Gomes Carneiro, Manoel Joaquim Dias Pelucia, Fernando Antonio Pereira de Vasconcelos, Pedro Afonso Galvão de S. Martinho e Joaquim Mariano de Azeredo Coutinho.

¹²²⁴ Foi o caso das vilas de Guarapiranga e Sabará, cf. *O Universal*, nº 632 (12/08/1831) e 642 (05/09/1831).

¹²²⁵ Jornais como o *Universal* repudiaram as exigências feitas pelos revoltosos por acharem-nas exageradas e ilegais, cf. nº 632 (12/08/1831) e 635 (19/08/1831). Ao fim dos tumultos, Manoel Inácio oficiou às câmaras mineiras que a Regência conseguira destruir o “monstro da anarquia” e fazer vingar a “ordem e sossego”, cf. Ofício de 16/08/1831, publicado em *O Universal*, nº 16/08/1831.

¹²²⁶ A pasta da Marinha foi o primeiro cargo político relevante de Joaquim José Rodrigues Torres (1802-1872), futuro visconde de Itaboraí, que à época ocupava o cargo de professor substituto na Academia Militar do Rio de Janeiro, cf. SISSON, *op. cit.*, t.I, p.50. *O Universal* aprovou a escolha de Rodrigues Torres, elogiando-o por sua “firmeza de caráter”, cf. nº 671, 11/11/1831.

¹²²⁷ Irmão do regente Francisco Lima e Silva.

¹²²⁸ Completavam o Ministério Francisco Carneiro de Campos (Estrangeiros) e Manoel da Fonseca Lima e Silva (Guerra), cf. JAVARI, *op. cit.*, p.3940.

¹²²⁹ CASTRO, Paulo Pereira de, *op. cit.*, p.18.

propugnou que a nação, “abdicado o trono constitucional pelo primeiro príncipe que ela elegeu”, não teve intenção de “subverter as instituições constitucionais e mudar de dinastia”, tampouco “consagrar a violência e proclamar a anarquia”. O que ela fez foi se valer do “incontestável direito de resistência à opressão” para “popularizar a monarquia, arredando-se delas os abusos e os erros que a haviam tornada pesada aos povos, a fim de reconcilia-la com os princípios da verdadeira liberdade”.¹²³⁰

Ainda considerando os eventos de julho, estes aceleraram a votação da lei de 18 de agosto de 1831,¹²³¹ criadora da Guarda Nacional, que se tornou a principal força coercitiva do governo central no transcorrer o período regencial.¹²³² Constituindo uma milícia nacional de caráter centralizado, uma vez que seus corpos estavam subordinados, em última instância, ao ministro da Justiça, além dos presidentes de província e juízes criminais e de paz, a Guarda Nacional também comportava uma feição fragmentada, posto que sua organização se dava, até a promulgação do Ato Adicional, por município, e seu alistamento ficava a cargo dos juízes de paz.¹²³³ A criação de “milícias cidadãos” vinha sendo requerida em várias partes do Império, a ponto do Conselho Geral de Minas ter cogitado a possibilidade de aprovar uma proposta nesse sentido já no início de 1831.¹²³⁴ Nunca é demais lembrar, por fim, que a ideia da Guarda Nacional atrelava-se ao esvaziamento do poder das forças armadas operada pela Regência, em face das ações repressivas capitaneadas pelo Exército no Primeiro Reinado, da presença maciça de portugueses nos altos postos militares e da possibilidade das camadas mais baixas da hierarquia militar se tornarem instrumentos da anarquia, o que se mostrava cada dia mais factível.¹²³⁵

¹²³⁰ Ofício de 23/07/1831, publicado em *O Universal*, nº 631, 10/08/1831.

¹²³¹ Lei de 18 de agosto de 1831 – Cria as Guardas Nacionais e extingue os corpos de milícias, guardas municipais e ordenanças. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1831, op. cit.*, Parte Primeira, p.49-74. Segundo artigo 1º, Título I, as Guardas Nacionais foram criadas para “defender a Constituição, a Liberdade, Independência, e Integridade do Império; para manter a obediência às Leis, conservar, ou restabelecer a ordem, e a tranquilidade publica; e auxiliar o Exercito de Linha na defesa das fronteiras, e costas”.

¹²³² Cabe lembrar que, dois meses antes, havia sido aprovada a lei que criava as Guardas Municipais Permanentes, as quais seriam compostas por esquadras voluntárias situadas em cada distrito de paz. Cf. Decreto de 14 de junho de 1831 – Cria em cada distrito de paz um corpo de guardas municipais divididos em esquadras In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1831*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875, Segunda Parte, p.16-18. Para Ivan Vellasco, as Guardas Municipais Permanentes nasceram da necessidade de dotar o Estado de um aparato repressivo que garantisse a ordem e levasse em conta as singularidades existentes em cada localidade do Império, daí sua subordinação provincial. Cf; VELLASCO, Ivan de Andrade. Policiais, pedestres e inspetores de quarteirão: algumas questões sobre as vicissitudes do policiamento na província de Minas Gerais. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: 2007, p.242-243.

¹²³³ CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadão: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

¹²³⁴ Representação de 22/01/1831, publicada em *O Astro de Minas*, nº 522, 29/03/1831. As Câmaras Municipais também se manifestaram a esse respeito. Primo de Batista Caetano de Almeida, Francisco de Paula e Almeida Magalhães foi um dos signatários de uma representação encaminhada pela Câmara Municipal de São João del-Rei à Assembleia Geral, solicitando a criação das Guardas Nacionais para a “defesa das leis e salvação da pátria”. Cf. CEDI-CD, lata 59, maço 12, pasta 01, ofício de 14/05/1831. Representação semelhante foi enviada ao Senado pela Câmara Municipal da Vila do Príncipe, cf. ASI, sessão de 20/05/1831, p.249.

¹²³⁵ BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. V.2 (1831-1870), p.75. Ver também

Aos presidentes e seus conselhos privativos cabia participação efetiva na implantação das guardas nacionais. Embora sua organização se desse em nível municipal, sob a supervisão dos juízes de paz, cabia aos presidentes de província, em reunião com o Conselho da Presidência, mandar agrupar os guardas nacionais de dois ou mais municípios caso algumas vilas não comportassem a formação de Batalhões ou Companhias. Se por ventura as guardas nacionais tomassem “deliberações sobre os negócios públicos” ou resistissem às “requisições legais das autoridades municipais, administrativas ou judiciárias”, o presidente de província, em reunião com seu conselho, poderia suspendê-las. Além disso, os presidentes de província, sempre em reunião com seus conselhos privativos, estavam habilitados a fiscalizar a implementação das guardas nacionais de infantaria, suspender oficiais e interferir nas ordens do serviço ordinário das guardas nacionais.¹²³⁶

No dia-a-dia das atividades dos Conselhos da Presidência ganhou atenção especial outra atribuição prevista pela lei de 18 de agosto. De acordo com ela os presidentes de província, reunidos com seus conselheiros, poderiam solicitar a criação de companhias, seções de companhias, esquadrões ou corpos de cavalaria nos lugares em que julgassem convenientes. Mediante uma listagem preparada pelos juízes de paz que contemplasse os indivíduos “em circunstâncias de serem eleitos”, o Conselho deliberava quantas companhias ou esquadrões de cavalaria seriam criadas numa vila, distrito ou freguesia, bem como o número de praças que as comporiam. Em São Paulo, a primeira menção à organização das companhias de cavalaria deu-se em dezembro de 1831, de modo que, a partir de 1832, a matéria tornou-se pauta constante nas reuniões do Conselho.¹²³⁷ A intervenção dos Executivos provinciais na disposição das “milícias cidadãs” não se processou, todavia, sem atribulações. Eram corriqueiras as insubordinações de oficiais, recusas na prestação de serviço e faltas em períodos de convocação, fazendo com que o chamamento do Conselho de Disciplina fosse um recurso constante.¹²³⁸ Dificuldades na aplicação da lei persistiriam nos anos seguintes.¹²³⁹

HERMSDORFF, Carlos Eduardo. *As tropas do Império: um estudo sobre a organização e as políticas de arregimentação de soldados no Primeiro Reinado (1822-1831)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

¹²³⁶ Cf. Lei de 18 de agosto de 1831 – Cria as Guardas Nacionais e extingue os corpos de milícias, guardas municipais e ordenanças. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1831, op. cit.*, p.46-74.

¹²³⁷ Só no mês de janeiro foi deliberada a instalação de companhias de cavalaria nas Vilas de Cunha, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Porto Feliz e na cidade de São Paulo, mais especificamente nas freguesias da Sé, Santa Ifigênia e São Roque. Cf. ACP-SP, v.15, sessões de 12/12/1831, p.196; 12/01/1832, p.209; 16/01/1832, p.211; 19/01/1832, p.214; 23/01/1832, p.217.

¹²³⁸ APESP, Acervo Digital – Ofícios Diversos. Ver, por exemplo, os ofícios encaminhados ao presidente da província de São Paulo de 08/08/1832, 25/09/1832 e 01/11/1832. Quando presidente da província de Minas, José de Araújo Ribeiro reportou à Câmara dos Deputados que muitos dos inconvenientes eram consequência do baixo soldo recebido pelos guardas nacionais, cf. APB-CD, sessão de 19/08/1833, p.169. Em relatório lido aos conselheiros na ocasião da abertura das sessões ordinárias de 1832 do Conselho da Presidência de São Paulo, o presidente Tobias de Aguiar afirmou ter tido “dificuldades” na organização das Guardas Nacionais, seja com aquelas que se encontravam “apenas alistadas” seja com os “oficiais eleitos”, julgando até que a lei deveria ser “retocada”. Cf. *Atas do Conselho da Presidência da Província de São Paulo (1824-1834)* (ACP) In: *Boletim*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo,

A aprovação da lei da Guarda Nacional teve apoio de Diogo Feijó, responsável maior pela repressão aos transtornos ocorridos na capital de Império em julho. O padre passou a sofrer uma avalanche de críticas dos exaltados, que o acusavam de abuso de poder e de vislumbrar na Guarda Nacional um braço armado a seu serviço. Até o final de 1831, cerca de 500 pessoas seriam presas, a maioria por crimes políticos.¹²⁴⁰ No Rio, Evaristo da Veiga defendia o político paulista na Câmara e nas páginas da *Aurora*.¹²⁴¹ Em Minas, o *Universal* noticiou que o “sistema de atacar incessantemente o Governo” continuava sendo utilizado por alguns membros da Câmara dos Deputados que lhe atribuíam fraqueza, mas a “energia” de Feijó vinha mostrando a intenção do Governo em apaziguar os ânimos dos “partidos”.¹²⁴² O “incansável e sempre firme” ministro da Justiça foi entronizado como “único ídolo dos brasileiros interessados na conservação da ordem” e no combate dos “anarquistas”, e que por isso merecia “confiança geral”.¹²⁴³ Em São Paulo, a resposta viria das urnas. À exceção da vila de Santos, reduto dos Andrada desde o Primeiro Reinado, Feijó liderou todos os demais colégios paulistas na eleição para a cadeira que ele mesmo vagara por conta da sua ida para a pasta da Justiça.¹²⁴⁴ Vasconcelos também fez jus a seu prestígio e conseguiu se reeleger deputado para a cadeira desocupada por ele próprio após ter assumido a pasta da fazenda.¹²⁴⁵

Como é de se imaginar, as sublevações na capital do Império acabaram atraindo o foco dos parlamentares, que só retornaram ao tema da reforma em agosto,¹²⁴⁶ na mesma época em que o ministro Feijó foi alvo de uma denúncia movida pelo deputado Montezuma, que o acusou de ter perpetrado um crime de responsabilidade por haver expedido ilegalmente uma portaria suspendendo a concessão de cartas de seguro.¹²⁴⁷ Aproveitando o clima de tensão, o deputado exaltado Henriques de Rezende propôs um projeto mais expedito de reforma, indicando apenas que os

1962, v.16, sessão de 01/10/1832, p.43-44. Algumas mudanças legais de fato ocorreram no período, reforçando ainda mais a atuação dos executivos locais na organização das guardas nacionais. Com o decreto de 16 de fevereiro de 1833 (cf. Decreto de 16 de fevereiro de 1833 – Marca os vencimentos dos cornetas, tambores e clarins das Guardas Nacionais do Rio de Janeiro. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1833*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1873, Parte Segunda, p.33), os Conselhos da Presidência tornaram-se habilitados para marcar o soldo dos cornetas, tambores e clarins dos corpos nacionais de suas respectivas províncias. O órgão paulista não demorou a evocar a lei, e definiu o salário de tais categorias ainda em junho de 1833, cf. ACP, v.16, sessão de 01/06/1833, p.158-159.

¹²³⁹ Segundo o redator d’o *Vigilante*, “estas [Guardas Nacionais] em muitas partes não passam do primeiro alistamento, e eleição das oficialidades de companhias e batalhões, tendo-se deixado quase em desuso o fardamento, e armamento desde corpos”, cf. *O Vigilante*, nº 119, 29/06/1833.

¹²⁴⁰ MOREL, *op. cit.*, 2003, p.25.

¹²⁴¹ SOUSA, *op. cit.*, 1988, v.6, p.115.

¹²⁴² *O Universal*, nº 636, 22/08/1831.

¹²⁴³ *O Universal*, nºs 655 (05/10/1831) 676 (23/11/1831).

¹²⁴⁴ Feijó contabilizou mais de 450 votos, enquanto Antônio Carlos, o segundo mais votado, não passou dos 50. Cf. *O Universal*, nºs 663 (24/10/1831), 667 (02/11/1831) e 684 (12/12/1831).

¹²⁴⁵ Unânime em Caeté, Sabará, São João del-Rei e Campanha, Vasconcelos foi o mais votado na grande maioria dos colégios eleitorais mineiros, cf. listas eleitorais publicados pelo *O Universal*, nºs 673 (16/11/1831), 675 (21/11/1831), 676 (23/11/1831), 677 (25/11/1831), 682 (07/12/1831) e 689 (23/12/1831).

¹²⁴⁶ APB-CD, sessão de 01/08/1831.

¹²⁴⁷ APB-CD, sessões de 29/07/1831. A denúncia só seria julgada no fim de agosto, tendo sido Feijó absolvido, cf. APB-CD, sessão de 31/08/1831.

Conselhos Gerais fossem investidos de poder legislativo.¹²⁴⁸ Enquanto nada era decidido, fora dos recintos parlamentares discutia-se o projeto elaborado pela comissão. A *Aurora Fluminense*, conhecida por encarar a reforma com reserva, observou que a parte do projeto concernente às províncias cuidara de evitar que o Império viesse a se esfacelar, embora apenas uma “discussão circunstanciada” poderia dizer se o clamor pela federação tinha ou não sido correspondido.¹²⁴⁹

Em São Paulo, o *Observador Constitucional* publicou uma apreciação da proposta apresentada pela comissão. Sua leitura corroborava com as expectativas de parte dos exaltados que vislumbrava na reforma constitucional uma estratégia de amoldar, gradativamente, a política brasileira ao sistema republicano. Para o redator, o núcleo do projeto assentava-se na “divisão do Império em províncias”, mais especificamente nas relações entre poder local e central. A extinção do Conselho de Estado e do Senado vitalício, bem como a criação das Assembleias Provinciais e do cargo de regente uno garantiriam à nação o “princípio Republicano das Representações populares, eletivas e temporárias”, tornando o atual governo uma “monarquia de nome”, um estado transitório para a república:

“(…) A *Monarquia*, em uma palavra está quase reduzida a uma *Monarquia de nome*, e que é fácil extinguir de todo, logo que os elementos, de que se compõem a nossa população, e outros diferentes, que lutam no meio do estado, se tornarem mais homogêneos, tornando-se uma massa mais volumosa, e compacta, que seja capaz de opor-se a invasões do arbitrário, e aos desvarios populares, que alguma coisa tem com este de comum; logo finalmente que conhecido melhor o ponto para onde todos nos devemos voltar, e caminhar, por meio das luzes d’aqui em diante adquiridas, que devem aumentar-se n’uma razão, e com uma rapidez espantosa, menor contrariedade apareça a respeito dos meios, que se devem empregar, para chegarmos com brevidade, *ao ponto desejado dos Brasileiros, a uma República unida*, fundada sobre bons estáveis, que não podem se outras, senão a *Liberdade*, e a *Justiça*, palavras sinônimas”.¹²⁵⁰

Esperançosos com a reforma, os exaltados paulistas sofreram, entretanto, um revés. O *Observador* cedeu espaço de seu jornal para a publicação de um artigo redigido por F. S. B. Garcia, um dos ex-redatores d’a *Voz Paulistana*, a qual encerrara suas atividades dias antes, provavelmente porque seu último número seria levado a júri por ter “exorbitado as leis da decência e do decoro”. Garcia defendeu-se daqueles que o fariam ir a julgamento, afirmando que a única coisa que fizera desde o início da publicação d’a *Voz* foi utilizar a imprensa para divulgar “sua opinião”, no caso a implementação da federação. No seu entender, a melhor alternativa para o Brasil após a abdicação do monarca teria sido a convocação de uma Constituinte, já que “caindo o tirano imediatamente deveria cair tudo o que lhe pertencesse, e com muito mais razão a Constituição, obra sua”. Esse

¹²⁴⁸ APB-CD, sessão de 04/08/1831.

¹²⁴⁹ *Apud O Universal*, nº 628, 03/08/1831.

¹²⁵⁰ *O Observador Constitucional*, nº 165, 29/07/1831.

caminho talvez evitasse as “cenar de tristeza” que vinham ocorrendo no Império.¹²⁵¹ Os moderados paulistas, por sua vez, revigoraram-se na imprensa. No início de agosto veio a público o primeiro número d’o *Novo Farol Paulistano*,¹²⁵² periódico redigido pelo aluno de direito José Manuel da Fonseca e que tinha como principal colaborador o também acadêmico João da Silva Carrão.¹²⁵³ A permanência do nome “Farol Paulistano” em combinação com o adjetivo “novo” pode ter sido uma tentativa em readequar a antiga folha dirigida por Costa Carvalho às circunstâncias daquele momento, recuperando sua força política. O jornal manteve o discurso moderado de seu antecessor, aspecto ressaltado com satisfação por periódicos como *Aurora Fluminense* e *O Universal*.¹²⁵⁴ Ainda em 1831 começou a circular na capital paulista o *Correio Paulistano*, periódico dirigido pelo negociante português José Gomes Segurado.¹²⁵⁵

Na Câmara dos Deputados, após mais de um mês de retardamento causado pelos debates sobre a lei do orçamento, colocou-se em votação qual projeto de reforma seria acatado. Rebouças, Montezuma e Holanda Cavalcanti aproveitaram a ocasião para mais uma vez deslegitimar a reforma, apresentando-a como desnecessária caso a Carta de 1824 fosse integralmente cumprida. Em compensação, os deputados mineiros Custódio Dias, Evaristo e Honório Hermeto uniram-se em defesa da reforma. Evaristo preferia que somente se indicassem os artigos que mereciam alteração, ao passo que Honório Hermeto atentou para o fato de que as reformas “não podiam trazer muito proveito, mas podiam sempre produzir algum”. Hesitantes quanto à maneira como seria encaminhada a reforma, mas também cientes de que a situação do Império era delicada, Evaristo e Honório insistiam na ideia de que as mudanças na constituição eram desejadas por toda a nação, daí ser praticamente irresistível. Que fosse desejada por vários setores era evidente, mas o que se escondia por trás dessa suposta inevitabilidade da reforma era o temor dos moderados de que as coisas saíssem do controle e exorbitassem a lei. Era melhor encampar a reforma, restringindo seu teor, do que deixá-la fluir em outras mãos, sobretudo dos exaltados. Definiu-se, finalmente, que a proposta a seguir seria a preparada pela comissão.¹²⁵⁶

Tal escolha sinalizava uma vitória parcial da concepção moderada de reforma, feita dentro da lei e sem a convocação de uma Constituinte. Em Minas Gerais o *Universal* conferiu destaque à criação das Assembleias Provinciais, afirmando que o projeto havia “respeitado a opinião pública”

¹²⁵¹ *O Observador Constitucional*, n° 171, 15/08/1831.

¹²⁵² *O Novo Farol Paulistano*, n° 1, 06/08/1831.

¹²⁵³ TAUNAY, *op. cit.*, 1961, p.148.

¹²⁵⁴ O jornal *O Universal* manifestou seu agrado o surgimento do novo periódico paulista, afirmando que era “mui bem escrito” e que por trás deles estava mais um escritor “sensato” e “amigo” do país, cf. *O Universal*, 646, 14/09/1831. A *Aurora Fluminense* ressaltou que a chegada d’o *Novo Farol* pregaria a “doutrina da legalidade” e os “dogmas constitucionais”, dois dos pilares do discurso “moderado”, cf. *Aurora Fluminense*, n° 521, 24/08/1831.

¹²⁵⁵ TAUNAY, *op. cit.*, 1961, p.147.

¹²⁵⁶ APB-CD, sessão de 09/09/1831.

por ter garantido os “pontos cardeais” da reforma.¹²⁵⁷ Em São Paulo, surgiu mais um periódico moderado a favor das reformas. Logo em seu primeiro número o *Paulista* deu mostras que seu programa político discutiria as reformas da máquina pública com base na Carta de 1824, contestando qualquer pretensão republicana imediata, entendida como “errônea, impolítica e inatendível”.¹²⁵⁸

No início de outubro, em razão do tamanho do texto original, Miranda Ribeiro apresentou na Câmara dos Deputados outro mais sucinto, por ele mesmo redigido, mas que na essência continha os pontos do primeiro projeto. O cenário estava novamente carregado, já que notícias a respeito de uma rebelião iniciada na Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, chegavam todo momento à Câmara.¹²⁵⁹ Após discussões e apresentação de emendas¹²⁶⁰ – apenas uma, de redação, foi aceita –, o chamado “projeto Miranda Ribeiro” foi aprovado com ampla maioria em 13 de outubro de 1831, o que significava a vitória temporária de reivindicações de fundo, como a implementação de uma monarquia federativa, a criação de Assembleias Provinciais, a supressão do Conselho de Estado e da vitaliciedade do Senado, e a instauração do cargo de regente uno.

Urgia saber, todavia, se o Senado acataria seus pontos principais. Segundo o redator d’o *Universal*, o “espírito público no Brasil” dava os senadores duas opções: ou eles conservavam sua vitaliciedade por mais um tempo até a feitura das reformas, “sem choque violento”, ou assistiriam à sua “queda repentina causada pelo descontentamento geral e consequente transtorno da ordem pública”.¹²⁶¹ Afinal, ao término de 1831 a situação política do Rio de Janeiro encontrava-se indeterminada. Nas palavras do próprio ministro Feijó o estado da capital era “terrível”, e a existência de um “partido anárquico”, que disseminava a “insubordinação” e o “desprezo das leis” punha o Império em risco.¹²⁶² Os exaltados compunham aquela altura o principal foco de resistência ao governo, mesmo porque os futuros caramurus (a nomenclatura surge apenas no ano seguinte) ainda se recompunham do 7 de abril. Nas províncias as convulsões também aumentavam. Só em 1831 seriam registradas agitações na Bahia, Pará, Maranhão, Ceará e Pernambuco, quase sempre movimentos urbanos do tipo *povo e tropa*, de dimensões relativamente modestas, e que possuíam uma gama variada de motivações: a insatisfação com o governo, a concentração de cargos administrativos por esse grupo, os anseios federalistas, o descontentamento de muitos militares com

¹²⁵⁷ *O Universal*, nº 651, 26/09/1831.

¹²⁵⁸ *O Paulista*, nº 1, 2 6/09/1831. Seu surgimento foi noticiado pelo *Universal*, que aproveitou para elogiar o “zelo pelo bem da pátria dos paulistas”, cf. *O Universal*, nº 663, 24/10/1831.

¹²⁵⁹ BASILE, Marcello. Revolta e cidadania na corte regencial. *Tempo*, Revista do Departamento de História da UFF, v. 22, p. 31-57, 2007.

¹²⁶⁰ Dentre as emendas apresentadas, cumpre frisar uma de autoria de Antônio Ferreira França. Ela estipulava o regime federativo, permitindo a cada província elaborar sua constituição própria. Cf. APB-CD, sessão de 12/10/1831, p.232.

¹²⁶¹ *O Universal*, nº 666, 31/10/1831.

¹²⁶² Ofício dirigido à Câmara por Diogo Feijó em 31 de outubro de 1831, *apud* FEIJÓ, Diogo Antônio. *Diogo Antônio Feijó*. Organização e prefácio de Jorge Caldeira. São Paulo: Editora 34, 1999. (Coleção Formadores do Brasil), p.79-80.

a política de redução de efetivos levada a cabo pela Regência, o antilusitanismo e a crise do meio circulante.¹²⁶³ Não à toa que mesmo após a criação das Guardas Nacionais os deputados aprovaram uma lei que tornava os chefes do Executivo local aptos para, em reunião com seu conselho privativo, criar corpos de Guardas Municipais.¹²⁶⁴

Em Minas Gerais foram registrados conflitos de pequenas proporções, mas que preocupavam o executivo local. Em pronunciamento ao Conselho Geral de Minas, o presidente assumiu que agitações vinham ocorrendo em Salgado e Minas Novas, vilas distantes de Ouro Preto, e que tropas foram para lá deslocadas para “manter a revolução do sete de abril”.¹²⁶⁵ A imprensa vinha noticiando desordens nessas localidades desde julho.¹²⁶⁶ O Conselho Geral, por sua vez, em comunicado à Regência, ponderou que em Minas imperava a lei, à exceção de alguns “movimentos” de tendência “anárquica” que ocorriam nas “extremidades da província”.¹²⁶⁷

Poucos dias depois do pronunciamento do Conselho Geral, no entanto, ocorreu um motim em Santa Rita do Turvo, distrito pertencente ao termo de Mariana, com jurisdição na comarca de Ouro Preto. Em sua maioria pequenos proprietários e militares de baixa patente, além de escravos e libertos, os amotinados possuíam um amplo leque de protestos e exigências – revisão de tributações, questionamento sobre os critérios de recrutamento para a Guarda Nacional, crítica sobre o tratamento despendido aos pardos – que vinham acompanhados por palavras de ordem que propugnavam a volta do ex-imperador.¹²⁶⁸ Dentre os líderes do movimento também estavam homens de condição socioeconômica privilegiada, como Manoel José Esteves Lima, capitão-mor de milícia e dono de um engenho da região de Mariana, onde era vereador, e o coronel João Luciano de Souza Guerra, proprietário de engenho e de fazendas de gado que comerciava com o Rio de Janeiro, o que sugere uma disputa entre setores proprietários pelo poder político da província, e não propriamente um desejo concreto pela volta de d. Pedro ou uma negação da monarquia constitucional. O movimento foi rapidamente controlado,¹²⁶⁹ mas a prisão dos envolvidos e a abertura de processos-crime não eliminaram as insatisfações, que por sinal seriam reavivadas dois anos depois, durante a Sedição de Ouro Preto. Uma das medidas tomadas pelo governo para manter

¹²⁶³ BASILE, *op. cit.*, 2001, p.68-69.

¹²⁶⁴ Lei de 10 de outubro de 1831 – Autoriza a criação de corpos de guardas municipais voluntários nesta cidade e Províncias. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1831*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, Parte Primeira, p.129-130.

¹²⁶⁵ Fala que o Exmo, Presidente da província de Minas Gerais recitou perante o Conselho Geral no ato de sua instalação, 01/12/1831, publicado em *O Universal*, nº 680, 02/12/1831.

¹²⁶⁶ Ofício de 30/07/1831, publicado em *O Universal*, nº 631, 10/08/1831.

¹²⁶⁷ Ofício encaminhado pelo Conselho Geral de Minas Gerais à Regência de 10/12/1831, publicado em *O Universal*, nº 684, 12/12/1831.

¹²⁶⁸ GONÇALVES, *op. cit*; *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do estado nacional brasileiro*: Minas Gerais, 1831-1835. São Paulo: Hucitec, 2008, p.58-65. Da mesma autora ver Lideranças restauradoras e o poder das Câmaras em Minas Gerais nos primeiros anos das Regências. In: GONÇALVES, Andréa Lisly. VENANCIO, Renato Pinto; CHAVES, Cláudia Maria das Graças. (Orgs.). *Administrando Impérios*: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte: Fino Traço/FAPEMIG, 2012, v. 1, p. 339-361.

¹²⁶⁹ *O Universal*, nº 695, 09/01/1832.

as rédeas da situação foi por em execução a lei de 13 de outubro de 1831. Dois meses após a promulgação da lei, o Conselho da Presidência determinou a criação de um corpo de guardas municipais permanentes composto por um efetivo de 418 pessoas divididas em quatro companhias, cada uma de noventa soldados, sem contar oficiais e inferiores.¹²⁷⁰

Certa intranquilidade perseverava em São Paulo, a despeito dos esforços do presidente Azambuja e da interrupção na publicação d'o *Observador Constitucional* pela Tipografia do Farol Paulistano, certamente por conta de divergências entre seus mantenedores e a folha fundada por Líbero Badaró, que bandeou para as fileiras exaltadas.¹²⁷¹ A maior parte das “assoadas” ocorria na capital da província, com pouca repercussão, o que não significa que o poder público não mostrasse apreensão. A troca de correspondências entre a presidência, juízes de paz e Câmaras Municipais se fez constante, intercambiando-se informações sobre a situação das vilas, a ocorrência de tumultos, a efetuação de prisões, eventuais fugas de presos, o aprimoramento das rondas policiais, a formação das guardas nacionais, dentre outros aspectos relacionados à manutenção da segurança.¹²⁷² É difícil saber ao certo, mas talvez a permanência de focos isolados de contestação e a possibilidade de que eles se avolumassem, tendo em vista que a votação da reforma chegava em seus momentos decisivos, foram aspectos que contribuíram para a retirada de Azambuja da presidência. Acresce o fato de que embora tenha trabalhado no sentido de garantir a manutenção da ordem pública e tido participação ativa na condução dos negócios relativos ao aprimoramento da infraestrutura provincial,¹²⁷³ Azambuja não era paulista, tampouco um nome associado aos moderados de São Paulo, o que provavelmente precipitou sua saída da presidência.

No lugar de Azambuja foi colocado o deputado e conselheiro geral Rafael Tobias de Aguiar, nome com muito mais prestígio entre os paulistas e teoricamente mais capaz de conter as oposições e os motins contra a Regência. O político sorocabano tinha um perfil equivalente ao do presidente mineiro Manuel Inácio: ambos eram proprietários ricos, pessoas públicas, mas sem projeção nacional. Nas suas províncias de origem participavam ativamente da política, enquanto na Corte pouco apareciam, seja nos debates parlamentares seja na imprensa periódica. Nos dois casos sobressaía a ideia de representação por semelhança, em que a identificação do eleitorado com o representante – sobretudo em termos socioeconômicos e de ação política local – parecia pesar mais

¹²⁷⁰ ANDRADE, Paulo René de. *Origens históricas da polícia militar de Minas Gerais 1709/1831*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1985, p.134. Sobre o início da organização das guardas municipais, ver também *O Universal*, n°s 688 (21/12/1831) e 690 (28/12/1831).

¹²⁷¹ O fim d'o *Observador* foi noticiado inclusive em Minas Gerais, onde se observou um “excesso de liberalismo” e a “falta de prudência em moderar os desejos” por parte do *Observador*, cf. *O Universal*, n° 697, 13/01/1832.

¹²⁷² APESP, Acervo Digital – Ofícios Diversos. Ver, por exemplo, ofícios 02/09/1831, 28/09/1831, 10/10/1831 e 13/11/1831.

¹²⁷³ Em concordância com seu conselho privativo, Azambuja propôs medidas referentes ao conserto do trecho serrano do Caminho do Mar, à melhoria das condições de moradia das internas do Seminário da Glória e à remoção de Oficiais do Estado Maior do Comando das Fortalezas, tendo em vista baixar os gastos do Tesouro Provincial, cf. Ver ACP, v.15, sessões de 22/06/1831 a 20/10/1831, p.146-188.

do que a representação por distinção, baseada nos atributos pessoais do sufragado. De certo havia, também, uma questão de confiança e capacidade de manter a ordem em um momento de instabilidade. Tobias de Aguiar assumiu a presidência em meados de novembro e nela permaneceria até 1834, o que reforça a proximidade com seus comprovincianos. Uma das suas primeiras medidas foi propor, em sessão ordinária do Conselho da Presidência, algumas resoluções referentes à criação de corpos de guardas municipais.¹²⁷⁴ Correspondências eram enviadas à presidência por particulares acusando a existência, na capital paulista, de “dois partidos”: um “absolutista ou retrógrado” e outro “anarquista” – que ameaçavam a “ordem social” do Brasil.¹²⁷⁵

Tanto em Minas quanto em São Paulo o poder oficial se manifestou em favor da lei de 13 de outubro. O Conselho Geral mineiro transmitiu à Regência que, “escutando o voto dos seus concidadãos pela reforma da constituição”, esperava que os regentes empregassem seus cuidados para que ela fosse efetuada dentro dos limites da mesma.¹²⁷⁶ Em ofício destinado à Câmara dos Deputados, o congênere paulista manifestou seu apoio ao que chamou de “majestosa revolução” e, em conformidade com a recente adesão dos moderados à reforma constitucional, reconheceu a necessidade de alterar o “pacto fundamental” para fazer a “ventura de um povo todo ele americano”.¹²⁷⁷ Na qualidade de principal órgão representativo provincial, os Conselhos de São Paulo e Minas admitiam que a Assembleia Geral detivesse a responsabilidade de encaminhar a reforma constitucional. Mesmo assim, as representações supracitadas indicavam o posicionamento dos dois órgãos com relação aos caminhos para se chegar à reforma, que corroboravam com a ideia dos moderados em restringi-la ao Legislativo e adequá-la ao sistema monárquico-constitucional. Os Conselhos Gerais de Minas e São Paulo também franquearam espaço para manifestações oriundas de diferentes setores da sociedade paulista sobre a reforma e o novo estado das coisas.¹²⁷⁸

Em desvantagem na imprensa e vendo-se acuados diante dos moderados – que aos poucos tomavam para si as rédeas da reforma – os exaltados paulistas organizaram-se na Sociedade Federal da cidade de São Paulo, fundada em dezembro 1831 e influenciada por suas congêneres baiana,

¹²⁷⁴ Tobias de Aguiar julgava necessário que se criasse uma Companhia de Infantaria de 100 praças e 30 soldados de cavalaria, número que avaliava ser “indispensável para a manutenção da tranquilidade publica”, o que foi acordado pelo Conselho, cf. ACP-SP, v.15, sessão de 15/12/1831, p.193.

¹²⁷⁵ Ver por exemplo, ofício de 07/12/1831, APESP, Acervo Digital – Ofícios Diversos,

¹²⁷⁶ Ofício encaminhado pelo Conselho Geral de Minas Gerais à Regência de 10/12/1831, publicado em *O Universal*, nº 684, 12/12/1831.

¹²⁷⁷ FCGP, RR32.003, caixa 30.

¹²⁷⁸ Em fevereiro de 1832, a Comissão Permanente do Conselho Geral de São Paulo – formada por três conselheiros, dentre eles Antonio Mariano de Azevedo Marques e Vicente Pires da Mota – emitiu um ofício para a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência da Vila de Jacareí agradecendo as felicitações por ela enviadas na ocasião da instalação do órgão paulista, e endossando o clamor pelas “reformas da Constituição” da sociedade jacareense, cf. FCGP, CP32.022, caixa 14, ofício de 7 de fevereiro de 1832. Para Minas Gerais, ver o *Universal*, nº 606, 13/06/1831 (Câmara Municipal de Ouro Preto); nº 609, 20/06/1831 (Câmara Municipal de Sabará); nº 617, 08/07/1831 (Câmara Municipal Tamanduá).

fluminense, pernambucana¹²⁷⁹ e paraense, e cujos objetivos eram “promover o andamento da Federação por todos os meios ditados pela razão e pela Justiça” e “auxiliar o Poder legislativo na consolidação do sistema federal”.¹²⁸⁰ Criada após o desaparecimento da Sociedade Defensora da capital paulista, a Sociedade Federal conseguiu arregimentar nomes importantes dentro da sociedade paulistana, como o negociante Antonio da Silva Prado e o sargento-mor Joaquim José Silva. Em correspondência não oficial, Tobias de Aguiar confidenciou ao regente Costa Carvalho que a “tal Sociedade Federal” o preocupava, e que se “[Antônio da] Silva Prado não tivesse aderido a ela outros também não o teriam feito.”¹²⁸¹

Figuras como Cândido Gonçalves Gomide, José Gomes de Almeida e Manuel Costa de Almeida, anteriormente filiados à Sociedade Defensora de São Paulo, também se ligaram à nova Sociedade. Alguns dos seus membros, a exemplo de José Antônio dos Reis, Manoel Joaquim Leite Penteado e Idelfonso Xavier Ferreira, haviam participado do abaixo assinado publicado pelo *Observador Constitucional*, pouco depois da Abdicação, a favor das reformas na Carta de 1824. Diante disso, e a fim de coibir o crescimento da nova associação, o presidente Tobias de Aguiar sugeriu, embora sem sucesso, a proibição do ingresso de estudantes do Curso Jurídico na Sociedade Federal.¹²⁸²

A Sociedade Federal de São Paulo foi alvo de acusações por parte dos periódicos moderados. O *Novo Farol* criticou-a por intervir em negócios concernentes à Assembleia Geral e rechaçou qualquer utilidade da nova Sociedade, visto que “as ideias federativas” já haviam sido assimiladas com a “exatidão necessária”, ou seja, tendo como base legal a Constituição. Ademais, segundo o redator, o Império já teria “outras Sociedades de eleição popular”, a exemplo das Câmaras Municipais e dos Conselhos Gerais, que com “mais peso” poderiam emitir representações ao Parlamento.¹²⁸³ O *Paulista* taxou a Sociedade de entidade composta por “proletários e miseráveis”, numa clara tentativa de reduzir a expressividade política de seus membros.¹²⁸⁴ Já o *Observador Constitucional* saiu em defesa da Sociedade Federal e criticou a atitude do “Paulistinha”, visto como um “difamador” das ideias federativas.¹²⁸⁵ Ao que parece, o segundo secretário da Sociedade Federal, Jaime da Silva Teles, fora encarregado de montar uma comissão

¹²⁷⁹ Sintomático das diferentes interpretações atribuídas à palavra federação foi o concurso instituído pela Sociedade Federal de Pernambuco em 1832, e cujo objetivo era premiar quem melhor se debruçasse sobre a “*natureza, definição, espécies e excelência do Governo Federativo sobre os Governos Constitucionais unitários, dando igualmente um plano justificado de Governo Federativo adaptável às circunstâncias do Império do Brasil*”.¹²⁷⁹ Cf. FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. Federação e República na Sociedade Federal de Pernambuco (1831-1834). *Saeculum*. Revista de História. v.14, jan./jun.. 2006, p.62-63.

¹²⁸⁰ WERNET, *op. cit.*, p.113-116.

¹²⁸¹ *Apud* TAUNAY, *op. cit.*, 1961, p.78.

¹²⁸² *Ibidem*.

¹²⁸³ *O Novo Farol Paulistano*, nº 40, 21/12/1831. Ver também nº 41, 24/12/1831.

¹²⁸⁴ CONTIER, *op. cit.*, p.90.

¹²⁸⁵ *O Observador Constitucional*, nº 203, 19/01/1832.

cujo objetivo seria elaborar um novo projeto de reforma constitucional a ser enviado à Câmara dos Deputados, diferente daquele aprovado em outubro de 1831.¹²⁸⁶ O pretensão intervencionismo da Sociedade Federal no processo de reforma reforçava a situação em que o problema não era mais se a Carta de 1824 deveria ou não ser alterada, mas sim como fazê-lo. Alguns exaltados pretendiam ir além do projeto Miranda Ribeiro, que não havia indicado, como já visto, a escolha dos presidentes e dos comandantes das armas por meio de eleição.

Em fins de 1831, contudo, a reforma deixara definitivamente de ser uma aspiração exclusiva dos exaltados para ser abraçada, ainda que fragmentariamente, pela ala liberal moderada. Autores como Paulo Pereira de Castro acreditam que tal reposicionamento pode ser entendido como um alinhamento circunstancial dos mantenedores da Regência com uma oposição que se avolumava gradualmente, e que via na hesitação dos moderados para com a reforma um ponto de fraqueza.¹²⁸⁷ Mais tarde o próprio Evaristo da Veiga afirmaria, rememorando o ano de 1831, que a *Aurora Fluminense* se declarara em favor da federação não por convicção de princípios, mas por que se deveria “aceitar francamente” aquilo que era amplamente pleiteado.¹²⁸⁸ Isso porque, inicialmente, por mais que ganhasse adeptos entre os moderados, a reforma constitucional via sistema federativo não era aceita por todos. Sobre a federação pairava certo estigma decorrente da sua vinculação à república, à Confederação do Equador e à abordagem negativa feita sobre o tema por d. Pedro em sua segunda viagem a Minas Gerais.¹²⁸⁹

Ocorre que a reforma e o debate acerca do sistema federativo ganharam uma conotação positiva para os moderados, que em meio à instabilidade política da época viram na ampliação dos poderes provinciais, sobretudo os de ordem legislativa e fiscal, uma forma de garantirem-se no poder e assegurar a continuidade do regime monárquico-constitucional representativo. Diante de tantas indefinições, parte dos moderados avaliou que era melhor “capitalizar os ganhos par si, evitando que seus oponentes radicais assumissem a dianteira dos acontecimentos”.¹²⁹⁰ É possível, também, que os moderados apostassem num arrefecimento do clamor reformista, o que resultaria em uma reforma mais pontual, sem alterações drásticas. Para os moderados, enfim, a federação havia se tornado um instrumento político que possibilitaria consubstanciar, ainda que provisoriamente, interesses distintos acerca da organização da máquina pública e, ainda assim, viabilizar a concepção de um Estado forte. Assim, ao invés de acatar as mais variadas aspirações

¹²⁸⁶ WERNET, *op. cit.*, p.120.

¹²⁸⁷ CASTRO, Paulo Pereira de, *op. cit.*

¹²⁸⁸ *A Aurora Fluminense*, nº718, 07/01/1833. O redator do *Astro de Minas* afirmou que havia perdido “muitos assinantes” por ter repudiado a federação num dado momento. Tal fala ensejava que a aceitação da federação era necessária para aqueles que estavam dentro do debate político, cf. *Novo Argos*, nº 68, 01/03/1831.

¹²⁸⁹ SILVA, *op. cit.*, 2009, p.200.

¹²⁹⁰ BASILE, *op. cit.*, 2009, p.193.

federalistas, os moderados buscaram dar o tom da mudança, já que a “palavra federação” tinha “perdido o odioso que se lhe tinha apegado”.¹²⁹¹

Um caso emblemático dessa viragem pró-federação é o do *Federalista*, periódico paulistano redigido pelo acadêmico José Inácio Teixeira da Mota.¹²⁹² Apesar de seu nome remeter diretamente ao ideário republicano norte-americano, o *Federalista* foi um órgão moderado que se valeu do afã reformista para readequar o eixo das transformações, particularmente a o tópico da federação. De forma contundente, o *Federalista* minimizou a acepção republicana do termo federação ressaltando suas possíveis vinculações com o sistema monárquico:

“A escolha da denominação desta folha tem por fundamento a persuasão de que esta província deseja ardente e sinceramente as reformas no sentido federativo, bem como que elas sejam efetuadas unicamente pelos meios legais, isto é, por aqueles meios que marca a Constituição do Estado (...). Se pois é verdade que o princípio ou o sistema federativo é dominante no Brasil, resta-nos agora indagar se do desenvolvimento desse princípio como se crê geralmente, nasce a satisfação das necessidades das províncias (...)”.¹²⁹³

Se a ressignificação da ideia de federação pelo discurso moderado tinha algo de circunstancial e atrelado à luta pelo poder, convém ficar claro que ela esteve associada, também, à conscientização por parte dos políticos de que a sujeição dos negócios provinciais ao Rio de Janeiro poderia culminar no efeito contrário do que se imaginava, ou seja, ao invés de reforçar a unidade do Estado, essa dependência faria da política provincial um foco de desagrado, quando não uma ferramenta de luta política dentro do Legislativo para outros fins, conforme vimos no capítulo 3 a respeito do encaminhamento das propostas dos Conselhos Gerais. Tal entendimento, portanto, não nasceu da noite do para o dia. Ele resultou do debate político e do conjunto de experiências adquiridas desde o tempo das Juntas de Governo, passando pelos conselhos provinciais e pelas relações que estes travaram com o Legislativo e Executivo.

Enquanto o projeto de reforma não entrava em discussão no Senado, outro ingrediente passou a compor o cenário político. Boatos de que os caramurus cobiçavam o retorno de d. Pedro vinham circulando desde o período subsequente à Abdicação,¹²⁹⁴ porém a ideia da *restauração* do ex-monarca como uma ação planejada difundiu-se com maior intensidade, sobretudo na imprensa e

¹²⁹¹ *O Novo Farol Paulistano*, nº 56, 22/02/1832. Em Minas Gerais, o *Astro* afirmaria que as províncias tinham “os meios suficientes para bem se regerem independente do governo central”, e que, “longe de pretender retalhar o grande Império do Brasil”, o jornal apenas desejava que “pela reforma federal se facilitassem os meios da administração pública, e se afastassem todos os tropeços para o progressivo melhoramento da nossa felicidade”, cf. *Astro de Minas*, nº 670, 10/03/1832.

¹²⁹² O periódico circulou entre fevereiro e julho de 1832. Seu encerramento foi lamento pelo redato d’o *Universal*, nº 775, 16/07/1832.

¹²⁹³ *O Federalista*, nº 1, 19/02/1832.

¹²⁹⁴ APB-CD, sessões de 25/07/1831 e 27/07/1831. Nessas ocasiões o deputado Rebouças combateu aqueles que levantavam a hipótese da restauração, por entender que a dinastia Bragança havia sido mantida.

nas sociedades políticas, na virada de 1831 para 1832.¹²⁹⁵ Incensado pelos moderados, o temor da restauração constituiu mais um jogo de cena do que uma ameaça verossímil. Tanto na Corte como nas províncias a ideia era enquadrar os supostos restauradores na ilegalidade, imputando-lhes a responsabilidade de arquitetar um plano de derrubada do governo. À medida que iam enfrentando problemas de governabilidade, os adeptos da Regência lançavam mão de artifícios que visavam legitimar ações mais contundentes, por vezes destoantes do discurso apaziguador dos moderados, e minar a oposição.

Nas províncias o cerco aos opositores se fechou. A todo o momento, em São Paulo, o presidente Tobias de Aguiar solicitava aos ouvidores que “se conservassem vigilantes” e seguissem “estritamente a disposição das Leis”.¹²⁹⁶ Em Minas Gerais, o Conselho Geral de Minas protagonizou a mobilização em prol da Regência e da manutenção da política pela via legal que tomava as maiores proporções dentro daquela província. Em 9 de fevereiro de 1832, o órgão enviou ao Executivo um documento em que lhe prestava total fidelidade, repudiava qualquer “governo intruso” e alteração da Constituição que não fosse prevista pela própria Carta e recomendava ações enérgicas do presidente da província:

“O Conselho Geral da Província de Minas Gerais presentindo as calamidades, que devem acarretar os projetos, que os anarquistas, e os descontentes com a mais escandalosa publicidade traçam para seus fins criminosos, com a subversão da ordem: e convencido pela experiência de que a conflagração está iminente, quando uma facção se esforça para destruir a Lei, e derrubar o Governo legal, substituindo-o por outro a seu jeito, que deve necessariamente correr a mesma sorte, sempre em ruína do Estado, resolveu em Sessão de hoje levar à presente de V. Exc. para fazer constar à Regência em Nome do imperador que o Conselho Geral órgão legítimo dos sentimentos do Povo, que representa, protesta que a Província de Minas Gerais não consentirá que a Constituição do Estado seja violada, nem mesmo sofra quaisquer alterações, que não dimanem do Poder Legítimo, e pelo modo nela decretado: que não reconhecerá autoridade em Governo algum intruso; e que no caso inesperado de subversão da ordem legalmente estabelecida, a Província de Minas Gerais tomará a atitude, que lhe compete na Representação Nacional, de que compõem pelo menos a quinta parte; adotando as medidas, que julgar convenientes para conservar a sua tranquilidade, e união interna; e provendo aos seus interesses, e relações externas segundo a sua posição geográfica.

O Conselho Geral entendeu mais que lhe cumpria recomendar ao presidente da Província, como o tem feito, que se aproveitando da confiança pública, que o seu zelo, talentos e patriotismo justamente lhe tem granjeado, tome em Conselho todas as medidas de prevenção dentro dos limites das Leis existentes; e que quando a Província corra iminente perigo pela intrusão de qualquer Governo ilegal na Capital do Império, convoque os Representantes da Província, para de acordo se resolver o que for mister”.¹²⁹⁷

¹²⁹⁵ Ver, por exemplo, *O Universal*, n.ºs 688 (21/12/1831), 689 (23/12/1831).

¹²⁹⁶ Ofício do presidente Rafael Tobias de Aguiar ao Ouvidor da Comarca de São Paulo, 30/03/1832, publicado em *O Novo Farol Paulistano*, n.º 66, 31/03/1832. Ver, também, 31/03/1832, 12/04/1831, 07/06/1832.

¹²⁹⁷ *Protesto feito à Regência em Nome do Imperador, pelo Conselho Geral da Província de Minas Gerais*. APM, SP CGP3/2, cx.03, doc.23, 09/02/1832.

Dias depois o Secretário de Estado dos Negócios do Império, José Lino Coutinho, acusou recebimento da representação e agradeceu “tão bons sentimentos”.¹²⁹⁸ Bernardo Belizário de Sousa, então deputado por Minas, expôs sua “concordância” com o órgão mineiro.¹²⁹⁹ À medida que iam tomando conhecimento do documento, as Câmaras Municipais de Minas Gerais colocavam-se, em sua maioria, ao lado do Conselho, atitude repetida por bom número das sociedades políticas da província.¹³⁰⁰ A Sociedade Pacificadora, Filantrópica e Defensora da Liberdade e Constituição de Sabará¹³⁰¹ decidiu comunicar seu contentamento à presidência da província. Cheia de “dignidade e verdades eminentemente patrióticas”, a resolução do Conselho Geral fez estimular na Sociedade sabaraense “o mais santo entusiasmo a favor da causa que jurou defender”.¹³⁰² Em sentido análogo manifestou-se a Sociedade Defensora da vila de Campanha, a qual assegurou ao presidente Manoel Inácio que se identificava com a resolução do Conselho Geral e que concorreria com “todas suas forças” para a “manutenção do Governo Legal” e para o “não reconhecimento de qualquer outro”.¹³⁰³ A decisão do Conselho mineiro foi noticiada em outras províncias, como São Paulo.¹³⁰⁴ Outros setores da sociedade mineira se mobilizaram em prol das decisões tomadas pelo Conselho mineiro, como juízes de paz, ouvidores e oficiais da Guarda Nacional.¹³⁰⁵

Um documento de teor semelhante foi encaminhado ao Conselho da Presidência de Minas Gerais, que entrou em sessão extraordinária no mesmo dia. A aquiescência com os termos apresentados pelo Conselho Geral foi unânime, sobretudo no dizia respeito à esperança que se depositara no Executivo provincial para a tomada de medidas enérgicas contra possíveis tentativas de derrubada do governo. O conselheiro José Bento Ferreira de Melo propôs que fossem estreitados os laços com as províncias limítrofes, especialmente São Paulo, a fim de evitar maiores contratempos. Manoel Soares do Couto ponderou sobre a necessidade de fazer o mesmo com o

¹²⁹⁸ APM, CGP1/3, cx.01.

¹²⁹⁹ ACG-MG, 22/02/1832.

¹³⁰⁰ Vide, por exemplo, a representação encaminhada pela Câmara Municipal de Ouro Preto ao Conselho Geral de Minas, na qual o felicitavam por “tão acertada e quão política medida”, cf. ACG-MG, 20/02/1832, p.449-450. Para representações de outras Câmaras Municipais, ver *O Universal*, n°s 724, 16/03/1832 (São João del-Rei); 776, 18/07/1832 (Baependi), 731, 02/04/1832 (Barbacena); 732, 04/04/1832 (Campanha); 737, 16/04/1832 (Mariana); 754, 28/05/1832 (Tamanduá); São José-del-Rei.

¹³⁰¹ Estabelecida em 1831, a Sociedade trazia em seu estatuto os seguintes objetivos: 1.º Promover estabelecimentos de caridade, e Instrução Publica; 2.º Velar sobre a economia interior destes, e da Sociedade; 3.º Velar sobre a sua economia interior; 3.º Coadjuvar a Segurança Nacional, e individual por conselhos, persuasões, e representações as Autoridades, ao Poder Executivo, e Legislativo, e pelas armas nas oscilações Políticas, insurreição intestina, e invasão inimiga. Quando da sua fundação, contava com 60 membros, em especial negociantes, magistrados, clérigos e professores, cf. SANTOS, Marileide Lopes dos. *Educação, assistência e sociabilidade: o governo dos pobres em Sabará/MG (1832-1860)*. Belo Horizonte: FE-UFMG: 2007, p.91-94.

¹³⁰² APM, PP1/7, cx.01, doc.08.

¹³⁰³ APM, PP1/7, cx.01, doc.09. Para representações de outras sociedades políticas, ver *O Universal* n° 858, 28/01/1833 (Sociedade Defensora de São José-del-Rei).

¹³⁰⁴ *O Novo Farol Paulistano*, n° 60, 10/03/1832.

¹³⁰⁵ *O Universal*, n°s 754 (28/05/1832) e 755 (30/05/1832).

Espírito Santo, enquanto Batista Caetano de Almeida lembrou que convinha acelerar o fornecimento de armamento para as Guardas Nacionais. Acatadas todas as propostas, o Conselho decidiu, ainda, comunicar a todas as Câmaras Municipais e juizes de paz o porquê daquelas “precauções” e solicitar maior celeridade na organização das Guardas Nacionais.¹³⁰⁶ Na ocasião do fechamento dos trabalhos do Conselho Geral, em fins de fevereiro, o presidente Manuel Inácio elogiou a resolução do dia 9 e ressaltou a existência de uma “mútua cooperação” e “uniformidade de sentimentos” entre aquele órgão e a presidência da província.¹³⁰⁷ A ideia de aproximar-se com as províncias fronteiriças parece ter obtido certo sucesso, ao menos nas intenções. O presidente do Espírito Santo, Antonio Pinto Chichorro da Gama, na época também deputado por Minas Gerais,¹³⁰⁸ oficiou a Manuel Inácio concordando em dispender “força” e “energia” necessárias para “rechaçar qualquer facção” que tentasse “subverter a ordem” e derrubar o governo.¹³⁰⁹ Já a presidência de Goiás dirigiu-se à Regência e se disse “coligida” com as intenções dos mineiros e disposta a comunicar sua resolução às províncias do Pará e Mato Grosso:

“A provincia de Goiás, restabelecida de alguma forma em sua tranquilidade, e receando novas comoções políticas, se declara coligada com a provincia de Minas Gerais, para defender a Constuição do império, não admitindo-lhe reformas senão pelos meios na mesma marcados, e para não reconhecer outro Governo, que não seja o eleito segundo a mesma Constituição, dirigindo a Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro II um protesto neste sentido; e passou a comunicar uma tal resolução às provincias do Grão Pará e Mato Grosso, suas limitrofes, o que melhor se evidencia dos documentos juntos (...)”.¹³¹⁰

Documentos atestam correspondência entre a Sociedade Promotora do Bem Público do Serro com autoridades goianas.¹³¹¹ Entre as sociedades políticas mineiras também circulava o rumor que o “partido ambicioso e desorganizar”, favorável ao retorno de d. Pedro e contrário à reforma constitucional, tramava a deposição da Regência para no lugar dela instaurar outra conforme seus interesses.¹³¹² As Defensoras de São João del-Rei¹³¹³ e dos arraiais de Lavras do Funil¹³¹⁴ e Santana

¹³⁰⁶ APM, SP CGP3/2, cx.03, doc.23, ofício de 09/02/1832.

¹³⁰⁷ *Fala do presidente da província no encerramento da Sessão do Conselho Geral de Minas*, 22/02/1832, APM, SP CGP3/2, cx.03, doc.23. Dois meses mais tarde escreveria o redator d’o Universal: “(...) O vosso Presidente em Conselho, Mineiros, de acordo com as sábias resoluções do Conselho Geral da Província, prossegue nas mais ativas e enérgicas providências, a fim de arredar para longe de nós os horrores, que tocar-nos podem: ele conta com a cooperação de todos os cidadãos amigos da ordem, a quem toca velar sobre o público sossego (...)”, cf. Ofício de 19/04/1832, publicado em *O Universal*, nº 739, 23/04/1832.

¹³⁰⁸ Antonio Pinto Chichorro da Gama tomou posse como presidente do Espírito Santo em 28 de novembro de 1831, cf. JAVARI, *op. cit.*, p.444.

¹³⁰⁹ Ofício de 23/03/1832, publicado em *O Universal*, nº 748, 14/05/1832.

¹³¹⁰ CEDI-CD, lata 81C, maço 42, pasta 06, ofício de 03/04/1832.

¹³¹¹ CEDI-CD, lata 81C, maço 42, pasta 06, ofícios diversos.

¹³¹² APM, PP1/7, cx.01, doc.06, ofícios diversos.

¹³¹³ A Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional de São João del-Rei tinha como alguns de seus membros o sargento-mor Francisco José de Alvarenga, o padre Francisco Lameda de Oliveira, Antonio Fernandes

do Sapucaí concordaram em disponibilizar seus fundos à presidência da província se a legalidade fosse abalada.¹³¹⁵ A Defensoras de São João del-Rei resolveu que, para tornar a deliberação “realmente proveitosa”, essa fosse comunicada às demais sociedades defensoras e filantrópicas e aos sócios correspondentes de Minas Gerais. Por fim, fez uma sugestão curiosa: caso se verificasse o “triunfo anárquico e faccioso na Corte”, que se promovesse a “separação do Rio de Janeiro” até que ali se “restabelecesse a ordem legal”.¹³¹⁶ Já a Sociedade Patriótica de Mariana não perdeu tempo em participar ao presidente Manuel Inácio o surgimento d’o *Caramuru*, periódico que segundo ela “proclamava a necessidade da volta do ex-imperador”, e se colocou à disposição para auxiliar o executivo provincial no combate aos “inimigos do Brasil”.¹³¹⁷ A Sociedade Defensora e Promotora dos Direitos de Paracatú, por sua vez, oficiou ao presidente da província que para “sustentar a constituição e o governo legalmente constituído” buscaria manter a “união entre os cidadãos do município”, aproximando-o do governo provincial, fomentar o contato com as outras municipalidades mineiras e, em caso os “facciosos” empunhassem armas, combatê-los.¹³¹⁸

Em meio a essas manifestações de apoio à Regência, um incidente ocorrido na vila do Príncipe contribuiu para acirrar os ânimos na província. Preocupada com a condução da reforma constitucional pelo Senado, a Sociedade Promotora do Bem Público da vila do Príncipe encaminhou uma correspondência à presidência da província afirmando que a grande resistência à reforma constitucional partiria, provavelmente, do Senado, cujos membros eram inclinados às “instituições europeias”, e por isso propunha uma medida extrema: caso o projeto de reforma constitucional não fosse aprovado até o dia da convocação da próxima legislatura (1834-1837), que “todas as municipalidades e sociedades patrióticas, não só desta como de outras províncias” se esforçassem para conferir “poderes constituintes aos futuros deputados para reformarem a Constituição (...) independente do Senado”.¹³¹⁹ Um dos signatários do ofício era Teófilo Ottoni, secretário da Sociedade Promotora e proprietário do jornal *Sentinela do Serro*, que também espalhou a proposta de executar as reformas a qualquer custo, avaliação que se afastava do legalismo dos moderados.¹³²⁰ Estes combateram tal alternativa sob a alegação de não ter qualquer respaldo legal ou apoio da

Moreira, Martiniano Severo de Barros, José Teixeira Coelho, Francisco José de Sales e José Coelho Mendes, cf. APM, PP1/7, cx.01, doc.06, ofício de 25/02/1832.

¹³¹⁴ Seu presidente era Tomás de Aquino Alves de Azevedo, vereador pela Câmara Municipal de Lavras, instalada em agosto de 1832, quando da elevação de localidade à condição de vila. O 1º secretário era o Capitão Silvestre Alves de Azevedo. Cf. APM, PP1/7, cx.01, doc.28.

¹³¹⁵ APM, PP1/7, cx.01, docs.06 (25/02/1832), 07 (25/02/1832) e 30.

¹³¹⁶ APM, PP1/7, cx.01, doc.12. Outras sociedades se manifestaram a favor das resoluções tomadas pelos Conselhos Geral e da Presidência, tal como a Sociedade Filantrópica de Itajubá, cf. *O Universal*, nº 755, 30/05/1832.

¹³¹⁷ APM, PP1/7, cx.01, doc.11.

¹³¹⁸ APM, PP1/7, cx.01, doc.12. Outras sociedades se manifestaram a favor das resoluções tomadas pelos Conselhos Geral e da Presidência, tal como a Sociedade Filantrópica de Itajubá, cf. *O Universal*, nº 755, 30/05/1832.

¹³¹⁹ APM, PP1/7, cx.01, docs. 06, 07, 09 e 12, ofício de 02/02/1832, grifo nosso. Além de Ottoni, assinaram o documento Joaquim Pereira Queiroz, Bento José Affonso, João Inocêncio de Azeredo Coutinho e Joaquim José de Araújo Fonseca.

¹³²⁰ *Apud Astro de Minas*, nº 669, 08/03/1832.

“vontade geral”, bem como ventilaram notícias sobre tumultos sucedidos na vila do Príncipe em virtude das controvérsias geradas pela Sociedade Promotora.¹³²¹ O *Diamantino*, que concitara o povo “pegar em armas” caso o Senado não aceitasse o projeto,¹³²² acusou o redator do d’*o Universal* de fazer “intriga” e de colocar os habitantes da vila do Príncipe uns contra os outros.¹³²³ O caso chegou ao presidente da província, que teve de convocar seu conselho privativo para tomar providências sobre a questão.¹³²⁴ Após exigir das autoridades locais informações sobre o ocorrido, a presidência minimizou sua importância e tratou-o como um evento isolado.¹³²⁵ O presidente Manuel Inácio, todavia, faria outras proclamações bradando pela “união” dos mineiros contra as forças “restauradoras”.¹³²⁶ Tanto a Sociedade Promotora quanto a *Sentinela* suspenderam suas atividades.

Na Corte, a abertura da sessão de 1832 da Assembleia Geral foi cercada de expectativa. Impossibilitada de dissolver a Câmara dos Deputados caso a reforma constitucional obtivesse resistência, a Regência padecia de certo descrédito. No dizer do redator do *Brasileiro*, periódico editado no Maranhão por João Francisco Lisboa, a lei da Regência tornara-se “mais própria para agravar do que para curar” os males da nação.¹³²⁷ O ambiente do Rio de Janeiro continuava tenso, não apenas por causa dos tumultos e revoltas que ainda acometiam a cidade, mas porque opositores da Regência conseguiram se reestruturar no espaço público da capital. A começar pela Sociedade Conservadora da Constituição Política Jurada no Império do Brasil, fundada no início de 1832 por civis e militares ligados ao governo de d. Pedro e setores descontentes com a Regência.¹³²⁸ Ademais, o advento de novos periódicos – como o *Caramuru*, o *Carijó* e a *Trombeta* –¹³²⁹ fortaleceram os caramurus, que tiveram suas fileiras engrossadas pela inclusão de parte dos exaltados, numa associação circunstancial – a “liga das matérias repugnantes”, na célebre definição de Evaristo da Veiga – para combater o governo moderado. Foram os caramurus os responsáveis

¹³²¹ *O Universal*, n°s 732 (04/04/1832), 733 (06/04/1832) e 751 (27/05/1832).

¹³²² *O Universal*, 723, 14/03/1832.

¹³²³ *O Universal*, n° 745, 07/05/1832.

¹³²⁴ Ofícios de 02/04/1832, publicados em *O Universal*, n° 760, 11/06/1832.

¹³²⁵ *O Universal*, n° 762, 15/06/1832.

¹³²⁶ Ver, por exemplo, proclamação de 02/05/1832, publicado em *O Universal*, n° 747, 11/05/1832. Nesse documento Manoel Inácio faz um arrazoado dos últimos incidentes envolvendo *povo e tropa* no Rio de Janeiro, com supostas tendências restauradoras, e clama por união dos mineiros. Afirma, ainda, que confia no “patriotismo” dos mineiros contras os “pérfidos planos dos inimigos do Brasil”, e que não consentirá que “um só malvado se atrevera a soltar em minas o sedicioso eco da anarquia”, ou da reentronização de um príncipe inimigo que caiu por unânime vontade na nação, e tem pela constituição perdido todo o direito ao trono”.

¹³²⁷ *Apud O Universal*, n° 749, 16/05/1832. Sobre a figura de Francisco Lisboa, ver JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*. São Paulo: Ática, São Paulo, 1977.

¹³²⁸ MOREL, *op. cit.*, p.137

¹³²⁹ O redator do d’*o Universal* afirmou que a *Trombeta* era “mais um jornal do partido retrógrado”, editado para “ecoar as vozes do Caramuru”, cf. *O Universal*, n° 759, 08/06/1832. Esses periódicos, assim como aqueles associados aos exaltados, seriam alvo de intensa repressão por parte da pasta de Feijó, cf. *O Universal*, n°s 729, (28/03/1832) e 774 (13/07/1832).

pela revolta de 17 de abril, ocorrida na capital do Império com apoio dos Andrada, e que teve como principal objetivo derrubar a Regência.¹³³⁰

Na Câmara dos Deputados, as corriqueiras felicitações das Câmaras Municipais e sociedades políticas enviadas aos deputados acresciam de novos teores: o clamor pela reforma constitucional e pela defesa da legalidade contra os faciocosos que a queriam distorcer. De Minas e São Paulo partiram várias representações,¹³³¹ como uma feita pela Câmara de Bragança, vila do oeste paulista, para quem “os Conselhos Provinciais, os periódicos mais remotos e todos os brasileiros que amam o seu país” atestavam a “universalidade deste sentimento [reformista]”, embora uma “facção antibrasileira” lhe tentasse barrar semeando a “anarquia e o desmantelamento social”.¹³³² Em tom de cobrança, representações eram enviadas ao Senado para que se anuíssem às reformas votadas pelos deputados.¹³³³

O tema da reforma constitucional veio à baila no início do mês de maio logo que aberta a sessão. Martim Francisco Ribeiro de Andrade, deputado pelo Rio de Janeiro, criticou firmemente o projeto aprovado no ano anterior, visto por ele como subversivo e contraproducente ao regime monárquico.¹³³⁴ Montezuma endossou as alterações feitas pelos senadores, que segundo ele estariam preocupados com a integridade do sistema monárquico-constitucional. Rebouças também apoiou as emendas do Senado, ressaltando a importância do Poder Moderador e incompatibilidade entre monarquia e federação.¹³³⁵ Honório Hermeto, dizendo estar “longe de aprovar todas as reformas projetadas”, ponderou que a federação era necessária e até já existia “em parte da constituição”, embora não fosse necessária ampliá-la aos moldes dos Estados Unidos.¹³³⁶ Sem deixar de contar com Holanda Cavalcanti, visto pelos moderados como crítico ácido do governo, da Câmara dos Deputados e das reformas,¹³³⁷ Rebouças, Montezuma e Ferreira França, a resistência ao projeto foi engrossada por Joaquim Gonçalves Ledo, Clemente Pereira e Antonio de Castro Alves (Rio de Janeiro), João José Lopes Mendes Ribeiro (Minas Gerais), José Carlos Pereira de Almeida Torres (Bahia), Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça (Paraíba) e Lopes Gama (Goiás).¹³³⁸ Homens que, na opinião d’o *Universal*, advogavam a favor dos “infames caramurus”.¹³³⁹

¹³³⁰ BASILE, Marcello. Revoltas regenciais na Corte: o movimento de 17 de abril de 1832. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.259-298, jan./dez. 2004.

¹³³¹ CEDI-CD, lata 81D, maço 46, pasta 02, ofícios diversos, 1832 (Câmaras Municipais de Caeté, Diamantina, Curvelo, Baependi, Jundiá e Bragança, e sociedades políticas de Lavras do Funil, São Bento de Tamanduá, Ouro Preto). Ver, também, Ofício remetido pela Câmara Municipal de São Paulo à Câmara dos Deputados, 13/04/1832. Publicado em *O Novo Farol Paulistano*, nº 71, 18/04/1832.

¹³³² CEDI-CD, lata 81D, maço 46, pasta 02, ofício diversos, 1832 .

¹³³³ ASI, sessão de 23/05/1832, p.113.

¹³³⁴ APB-CD, sessão de 12/05/1832.

¹³³⁵ APB-CD, sessões de 14/05/1832

¹³³⁶ APB-CD, sessão de 19/05/1832.

¹³³⁷ *O Novo Farol Paulistano*, nº 91, 04/07/1832.

¹³³⁸ *O Astro de Minas*, nº 688, 24/04/1832.

¹³³⁹ *O Universal*, nºs 756 (01/06/1832) e 776 (18/07/1832).

O projeto começou a ser discutido no Senado no final de maio, e logo três correntes se desenharam. De um lado colocaram-se aqueles que, capitaneados pelo Visconde de Cairu, cujo discurso era de que o projeto vindo da Câmara ia “contra a Constituição, contra a boa política”,¹³⁴⁰ repudiavam a reforma por completo.¹³⁴¹ Caravelas, refratário a quase todo o projeto vindo da Câmara, arvorou-se da condição de partícipe na redação da Carta de 1824 para defendê-la e explicá-la em pormenores hermenêuticos, corrigindo supostos equívocos de interpretação da lei pelos colegas da casa. No lado oposto alocaram-se os senadores Borges – “são as reformas que podem nos salvar”¹³⁴² – e, sobretudo, Vergueiro e Alencar, que praticamente defenderam parágrafo a parágrafo o texto dos deputados, alegando a existência de um clamor generalizado pelas reformas.¹³⁴³ No meio desses dois grupos antagônicos ficaram senadores como Barbacena – “negando [a reforma] pode resultar uma revolução, que talvez nos deixe sem constituição e sem Império”¹³⁴⁴ –, Rodrigues de Carvalho e Almeida Albuquerque, os quais reconheciam a necessidade de reformas, mas nem sempre conforme os moldes propostos pela Câmara dos Deputados.

Esses diferentes posicionamentos perante a reforma contrastam com a versão consagrada pela bibliografia de que o Senado simplesmente refutou o projeto da Câmara, quase que negando seu mérito. Embora apertada, a votação a favor da admissão do projeto – que posteriormente seria esmiuçado ponto a ponto – indica que o Senado não só estava sensível às pressões pela reforma, como entendia que certos pontos da Carta de 1824 mereciam adequações.¹³⁴⁵ De mais a mais, e aí reside um ponto fundamental que marcaria os debates posteriores, logo no início das discussões os senadores decidiram que a Câmara alta não poderia apontar mais artigos para reformar que aqueles já recomendados na Câmara dos Deputados, apenas acatá-los ou não, o que acabou reduzindo drasticamente a margem de ação do Senado e as possibilidades de encaminhamento da reforma.¹³⁴⁶ Barbacena emitiu algumas das opiniões mais contundentes para que a legislatura em vigor pudesse indicar o sentido das reformas, no que foi elogiado pela imprensa moderada, mas não obteve sucesso.¹³⁴⁷

¹³⁴⁰ ASI, sessão de 28/05/1832, p.139.

¹³⁴¹ Para Gomide, senador por Minas Gerais, a “opinião geral das reformas da constituição” não tinha a “extensão” alardeada pelos moderados e exaltados, além de que o “o sistema federal proposto era absurdo e incompatível com o governo monárquico”, *Ibid.*, p.147-149.

¹³⁴² *Ibid.*, p.150.

¹³⁴³ Sobre este ponto ponderou Vergueiro: “Não vemos nós quantas representações neste sentido [a favor da reforma constitucional] nos tem sido dirigidas pelos Conselhos Gerais de Província e pelas Câmaras Municipais? Não merecem elas nenhuma atenção?”, *Ibid.*, p.140.

¹³⁴⁴ *Ibid.*, p.141.

¹³⁴⁵ ASI, 30/06/1832. Votaram contra a admissão do projeto os senadores Paranaguá, Baependi, Conde de Lages, Alcântara, Cairu, Itapoã, Maricá, Saturnino, Costa Barros, Gomide, Evangelista, Santos Pinto, Mata Bacelar, D. Nuno e Tinoco. Votaram a favor: Inhambupe, Caravelas, Barbacena, Jacarepaguá, Valença, Congonhas, Carneiro de Campos, Borges, Vergueiro, Alencar, Duque Estrada, Oliveira, Patrício, Furtado de Mendonça, Andrade, Padre Marcos, Capelão Mór, J. J. de Carvalho, Aguiar e Santo Amaro, cf. *O Universal*, nº 771, 06/07/1832.

¹³⁴⁶ ASI, sessão de 04/06/1832, p.221.

¹³⁴⁷ *O Universal*, nº 775, 16/07/1832.

Esclarecedora nessa direção foi a discussão em torno da supressão do Poder Moderador, prevista no parágrafo 2º do projeto de reforma e que cativou a atenção dos senadores por várias sessões. Barbacena, que desde a primeira sessão havia acenado a favor de modificações no quarto poder, teceu os seguintes comentários:

“o título da constituição que trata do poder moderador nada tem a acrescentar às atribuições do monarca, porque todas elas podiam ser incluídas no poder executivo, ou fiadas à mesma pessoa em que está depositado o poder moderador. Este título não se encontra em nenhum dos governos constitucionais existentes, e pode dizer-se que apareceu pela primeira vez entre nós; não havendo pois prejuízo algum em o suprimir, pois que todas as atribuições compreendidas debaixo de sua rubrica, podem ser passadas ao título - poder executivo – claro que fica que é inútil esta instituição”.¹³⁴⁸

O problema, argumentou Barbacena, é que o Senado aprovara que seus membros não poderiam acrescentar nada mais ao que a Câmara tinha enviado, o que inviabilizaria a solução de alocar as atribuições do Moderador no Executivo. Em caso de uma real impossibilidade – cumpre sublinhar que este ponto, embora assentido no início dos trabalhos, ainda não estava muito claro para os senadores – Barbacena afirmou que votaria pela supressão do parágrafo da reforma, ou seja, pela preservação do Moderador em seu formato original, atitude repetida pelo senador Borges.¹³⁴⁹ Apesar da hesitação de Barbacena, sua argumentação obteve acolhida em senadores como Vergueiro, para quem o Poder Moderador, tal qual estava disposto na Carta de 1824, ia contra os princípios dos governos constitucionais:

“Fazer passar estas atribuições ao poder executivo é o que quer a utilidade pública e o amor da liberdade. Separar tais atribuições é justamente estabelecer um despotismo legal, pois não são elas tão pouco ponderosas exercidas sem responsabilidade. Mas disse-se que os ministros são obrigados a referendarem os atos, eu quero que se me mostres isto em lei”¹³⁵⁰ (...) Que abusos não pode cometer o poder moderador? (...) em que se funda esta inviolabilidade ? (...) “Ora, se se quer conservar o Poder Moderador, diga-se: este poder será exercitado com a referenda do Ministro de Estado” (...) Vejo que o poder moderador, tal qual existe na constituição, pode destruir todas as liberdades da nação, e o modo de remediar isto é fazer passar para o poder executivo, ou determinar que ele seja executado com a referenda do ministro de Estado”.¹³⁵¹

¹³⁴⁸ ASI, sessão de 05/06/1832, p.239.

¹³⁴⁹ “Será conveniente, perguntarei eu, que entre as instituições de uma nação livre e independente haja uma, pela qual exista um individuo, que por mais preexcelso que seja ao seu emprego, que se lhe confie um poder, e que a pessoa desse homem seja inviolável e irresponsável: todo o mundo dirá que não; não é conveniente a existência de tal poder, porque os abusos que ele possa cometer não tem responsabilidade e não tem remédio os males que ele possa causar”, *Ibid.*, p.240. Sessões mais tarde o senador rearticulou seu discurso, ponderando que as atribuições do Poder Moderador deviam ser transpostas para o Executivo. Na impossibilidade disso, seria melhor manter o quarto poder como estava previsto na Carta de 1824, cf. ASI, sessão de 05/06/1832, p.247.

¹³⁵⁰ Cf. artigo 132 da Constituição Política do Império do Brasil. In: BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto (orgs.). *Textos políticos da História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002, v.1 (Formação/Império), doc. 318.3.

¹³⁵¹ ASI, sessão de 05/06/1832, p.245-247.

O cerne das propostas de Barbacena e Vergueiro era garantir por lei que ministros se responsabilizassem pelos atos do Poder Moderador, e não que suas atribuições fossem simplesmente erradicadas da Constituição.¹³⁵² Isso poderia ocorrer excluindo-se o quarto poder e passando suas atribuições para o Executivo ou garantindo que este, por meio dos ministros, fosse responsável pelos atos do Moderador. Ambos reconheciam a inviolabilidade do monarca, mas almejavam limitar a intervenção do Estado e do chefe do Executivo na política imperial, questionando a existência de um poder alheio a qualquer responsabilidade.¹³⁵³ Tal preocupação não era infundada, haja vista que no Primeiro Reinado, especialmente durante o Ministério de Clemente Pereira, Câmara dos Deputados e Executivo entraram em confronto sobre a questão. Clemente Pereira chegou a afirmar, em meio à crise gerada pela convocação de uma Comissão Militar em Pernambuco,¹³⁵⁴ que os ministros “não podiam ser responsáveis pelos atos do Poder Moderador porque somente eram ministros do Executivo”, assim como o quarto poder havia sido “delegado privativamente ao imperador”.¹³⁵⁵

O Poder Moderador teve em Cairu e Caravelas seus principais defensores. Mas enquanto o primeiro adotou um discurso alarmista, cujo intuito foi o de desqualificar e intimidar seus adversários perante os demais senadores, Caravelas adotou uma postura mais legalista, lançando mão de uma exegese da Carta de 1824 que buscava demonstrar que sua redação trazia implícita a ideia de que os atos do Moderador careciam de referenda dos ministros para se tornarem válidos, como todas as demais leis. Além disso, a monarquia constitucional correria perigo se o Executivo incorporasse as atribuições do Moderador, pois faria ruir a essência do poder real, que era justamente a de arbitrar e harmonizar os demais poderes, sem imiscuir-se a eles:

“Se o monarca dá uma ordem, há de ir ao Executivo para se executar, e dali nada se faz sem a assinatura do Ministro” (...) o poder executivo é quem há de executar, e fica por consequência sujeito a responsabilidade, se acaso exerceu mal esse direito (...) “Se os ministros são responsáveis pelos atos que passam novamente ao executivo, como pode este novo poder resultante conservar a mais preeminente atribuição de velar incessantemente sobre a harmonia de todos os poderes políticos, e ser a vigilante sentinela nacional que tem a seu cargo embaraçar que nenhum dos mesmos poderes ultrapassem suas atribuições?”¹³⁵⁶

¹³⁵² Apenas o senador Alencar questionou algumas das atribuições em si do Poder Moderador: “Não gosto, e não gosto nada, da atribuição de dissolver a Câmara dos Deputados: quando fui membro desta Câmara, votei ali contra esta atribuição”, cf. ASI, sessão de 06/06/1832, p.260.

¹³⁵³ O *Universal*, atento ao encaminhamento da reforma no Senado, deu publicidade a essas proposições, cf. *O Universal*, n°s 762 (15/06/1832); 769 (02/07/1832); 770 (04/07/1832).

¹³⁵⁴ Ver capítulo 3.

¹³⁵⁵ APB-CD, sessão de 07/04/1829, p.25.

¹³⁵⁶ ASI, sessões dos dias 05/06/1832, p.248; e 06/06/1832, p.254.

Os conflitos suscitados pela discussão do Poder Moderador recolocavam em novas cores os diferentes pontos de vista a respeito do quarto poder, bem como as diferentes leituras que a Carta de 1824, de redação propositadamente evasiva, possibilitava sobre o tema. Afinal, o texto constitucional permite “ora a interpretação de que Moderador e Executivo são distintos, ora o entendimento de que o Imperador é o chefe dos poderes Moderador e Executivo, ora ainda compreensão de que os atos do moderador somente se efetivam pela ação do Executivo, portanto, dos ministros”.¹³⁵⁷ Diante das explanações cada vez mais pormenorizadas de Caravelas e de se verem em minoria, Vergueiro e Barbacena propuseram medidas alternativas. O primeiro sugeriu que se reformasse o artigo 98¹³⁵⁸ e previsse a responsabilização pelo uso do Poder Moderador, ao passo que Barbacena insistiu na transposição das atribuições do quarto poder para o Executivo, mas nenhuma delas acabou logrando.¹³⁵⁹ Conforme os parágrafos do projeto da Câmara iam caindo, aumentava a apreensão da imprensa moderada, embora já fosse esperado que seu conteúdo não fosse aceito integralmente pelos senadores.¹³⁶⁰ Restava pelo menos um dos pontos que, segundo o senador Cairu, consistia no cerne da proposta reformista apresentada pelos deputados e que se aprovada iria “destruir a soberania nacional para estabelecer soberanias provinciais”.¹³⁶¹ Tratava-se da transformação dos Conselhos Gerais em Assembleias Provinciais.

A criação de Assembleias Legislativas em cada província do Império foi o tema que obteve maior aceitação entre os senadores durante a votação do projeto de reforma. Antes mesmo da discussão do parágrafo, os senadores Barbacena e Carneiro de Campos defenderam que os legislativos locais deveriam ser autônomos da Assembleia Geral:

“Os habitantes das províncias creram nas palavras da Constituição, e segundo o artigo 71, esperavam que is seus conselhos pudesse promover o bem interno da província; mas a experiência bem depressa lhes mostrou que dependendo tudo da aprovação da assembleia legislativa, era impossível realizar-se a vantagem que os povos esperavam”.¹³⁶²

¹³⁵⁷ OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Contribuição para o estudo do poder moderador. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; BITTENCOURT, Vera; COSTA, Wilma Peres. (Orgs.). *Soberania e Conflito: configurações do Estado Nacional no Brasil do século XIX*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2010, p. 1223.

¹³⁵⁸ Dizia o art. 98 da Carta de 1824: “O Poder Moderador é a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos”, cf. Constituição Política do Império do Brasil. In: BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto (orgs.). *Textos políticos da História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002, v.1 (Formação/Império), doc. 318.3.

¹³⁵⁹ ASI, sessão de 07/06/1832, p.267-271.

¹³⁶⁰ No início das discussões do Senado, o redator d’o *Universal* alertou que “Se o Senado rejeita absolutamente o projeto de reformas, não é possível calcular-se quais os males que sobrevirão ao Brasil”, cf. *O Universal*, nº 764, 20/06/1832. Dias mais tarde, todavia, o mesmo redator adotou um discurso mais ponderado: “a necessidade que há de aceder ao voto popular, que exige a reforma constitucional, senão tão ampla como saía do seio da câmara temporária, ao menos tal que satisfaça as reclamações das províncias contra a demasiada centralização”, cf. *O Universal*, nº 771, 06/07/1832.

¹³⁶¹ ASI, sessão de 30/06/1832, p.479.

¹³⁶² *Ibid.*, p.181.

“[Os Conselhos Gerais] devem gozar de um direito eficaz de fazer os regulamentos próprios para promoverem prosperidade das províncias: a assembleia deve renunciar a qualquer espécie de centralização, que lhe imponha uma tarefa que ela não poderá jamais bem desempenhar, qual é essa dos interesses íntimos e puramente locais de cada província”¹³⁶³

A aprovação do parágrafo que previa o alargamento das atribuições dos Conselhos Gerais foi recebida com satisfação pela imprensa moderada. Alguns jornais deram mostras de estarem, senão no todo, ao menos parcialmente satisfeitos com o resultado proveniente do Senado. A fim de evitar um conflito entre as casas legislativas, o redator d’o *Universal* sugeriu que a Câmara dos Deputados não fizesse caso com o Senado, mesmo porque a ampliação dos poderes locais – no seu entendimento o ponto nodal do projeto de reforma – havia obtido sucesso:

“O Senado procedendo desta maneira afasta de si a odiosidade e dá uma prova de que interessando-se pela prosperidade do Brasil está pronta a conceder-lhes os melhoramentos indispensáveis, e que ele julga a propósito derem-se-lhe, não querendo arrisca-lo desde já as oscilações, e perigos, que por ventura lhe sobreveriam da concessão de uma liberdade e independência das províncias. Esperamos também que a Câmara Eletiva não seja demasiadamente exigente, por que preparando-se pouco e pouco o espírito publico para ir recebendo as mudanças que a maior civilização exigir, nós podemos gradualmente chegar a um estado de completa perfeição em o nosso sistema de governo. Parece-nos muito belo o projeto da câmara eletiva; ainda hoje nós o desejamos ver em pratica, mas é tal o estado das nossas coisas políticas que de tudo se receia, e com nada se pode contar seguro. Contentamo-nos pois com as reformas propostas, que muito melhoram a condição das províncias, e o mais esperemos do tempo, da civilização, e da instrução pública mais generalizada.”¹³⁶⁴

Isso não excluía o fato de que as emendas feitas pelos senadores contrariassem quase todo o conteúdo aprovado pelos deputados. Os únicos pontos de convergência entre as duas Casas tocavam na questão da transformação das atribuições dos Conselhos Gerais e da reformulação das rendas do Império. Ao fim, em termos do dispositivo legal instituído pela Carta de 1824, o Senado desempenhou com rigor sua função de elemento “conservador” do regime, na medida em que refreou mudanças drásticas na constituição.¹³⁶⁵

Na imprensa moderada, os pontos mais criticados foram a manutenção do Poder Moderador e, em especial, da vitaliciedade do Senado.¹³⁶⁶ Como era de se esperar, a recepção das emendas

¹³⁶³ *Ibid.*, p.189-190.

¹³⁶⁴ *O Universal*, nº 779, 25/07/1832.

¹³⁶⁵ SLEMIAN, *op. cit.*, 261.

¹³⁶⁶ *O Universal*, nº 774, 13/07/1832. Para o redator do periódico fluminense *O Independente*, a manutenção do Poder Moderador já seria o suficiente para barrar possíveis abusos do Legislativo, não sendo necessário, portanto, o Senado vitalício: “O veto imperial, o poder de dissolver a Assembleia, além de outras prerrogativas e meios de influência do monarca, bastião para conter e reprimir a tendência demagógica, de que podem ser afetadas as Câmaras temporárias, sem que seja mister a vitaliciedade de um Senado, princípio absurdo na teoria, e funesto na prática, *apud Astro de Minas*, nº 736, 14/08/1832.

senatoriais pelos deputados acentuou as discordâncias existentes entre os representantes da primeira casa. Para acirrar os ânimos havia ainda outro agravante. Simultaneamente à discussão do projeto de reforma constitucional no Senado, na Câmara dos Deputados foi votada a remoção de José Bonifácio da tutoria de d. Pedro II.¹³⁶⁷ A retirada do tutor, idealizada por Feijó,¹³⁶⁸ tinha como objetivo arrancar do centro do poder imperial uma das principais figuras da oposição, que tinha nos irmãos Antonio Carlos e Martim Francisco dois pontos de apoio na câmara baixa. Participação ativa nos debates contra o tutor teve Honório Hermeto,¹³⁶⁹ um dos integrantes da comissão encarregada de emitir um parecer, no caso favorável, a respeito da remoção de Bonifácio.¹³⁷⁰ A Câmara aprovou a destituição por 45 a 31 votos,¹³⁷¹ resultado que demonstrava o quanto os moderados e a base de sustentação da Regência detinham apenas uma ligeira vantagem entre os deputados, já que se tratara de uma votação eminentemente política. Em 26 de julho, todavia, a despeito dos esforços de Alencar, Borges e Vergueiro, os senadores votaram pela permanência de Bonifácio.¹³⁷²

Foi em meio a esses dois revezes – a dilapidação do projeto Miranda Ribeiro e a manutenção de Bonifácio na tutoria – que alguns deputados moderados, capitaneados pelo ministro Feijó, maquinaram um plano para dar fim ao impasse a que se chegara. Segundo Otávio Tarquínio de Sousa, autor do relato mais detalhado sobre o chamado “golpe de 30 de julho”, a partir do dia 26 daquele mês houve uma série de reuniões na Chácara da Floresta,¹³⁷³ de propriedade do deputado mineiro José Custódio Dias, com intuito de planejar uma ação efetiva dentro do Parlamento. O plano seria aplicado em etapas. Na primeira delas o Ministério apresentaria, coletivamente, sua demissão à Regência. Após isso os regentes argumentariam, diante das circunstâncias, que a organização de um novo Ministério seria inexecutável. A solução seria converter a Câmara dos Deputados em Assembleia Constituinte, eleger outra Regência – dirigida por um regente uno, com Feijó no posto máximo – e votar por aclamação a *Constituição de Pouso Alegre*, impressa na

¹³⁶⁷ Ver APB-CD, sessões de julho de 1832.

¹³⁶⁸ Em 10 de maio de 1832, Feijó compareceu à Câmara dos Deputados para ler um relatório sobre as atividades do Ministério da Justiça desde que assumira a pasta. Segundo o político ituano, havia provas cabais de que José Bonifácio tomara parte nas agitações ocorridas na capital do Império no dia 17 de abril daquele ano, e que por isso sua presença na tutoria constituía um perigo para os interesses da nação. Cf. APB-CD, sessão de 10/05/1832.

¹³⁶⁹ Honório Hermeto fez uma exposição explicando as diferenças entre uma tutoria comum e outra que chamou de “política”. A primeira tinha um caráter apenas cível – a educação do pupilo e a conservação dos seus bens –devendo ser regulada apenas pelo direito civil. No caso do jovem imperador, tratava-se de uma tutoria política, pois nela estavam envolvidos interesses de todo o Império. Assim, o “direito político” deveria tratar do problema, inclusive ponderando se o tutor em questão estava em conformidade com as “opiniões políticas” da nação. Cf. APB-CD, sessão de 10/07/1832, p.46-48.

¹³⁷⁰ Fizeram parte da comissão os deputados Antonio Maria de Mouro, Francisco Paula Araujo e João Candido de Deus e Silva.

¹³⁷¹ APB-CD, sessão de 10/07/1832.

¹³⁷² ASI, sessão de 26/07/1831.

¹³⁷³ Lembremos que foi na Chácara da Floresta que se reuniram, em março de 1831, 23 deputados (dentre eles Custódio Dias, Evaristo, Honório Hermeto e Limpo de Abreu) e um senador (Vergueiro) adversários do governo pedrino. Dali partiu a famosa representação de 17 de março, endereçada ao monarca e que exigia tomada de providencias do governo diante dos conflitos ocorridos no Rio de Janeiro desde o retorno do imperador da sua segunda viagem a Minas Gerais. Cf. ARMITAGE, *op. cit.*

tipografia do deputado mineiro José Bento Ferreira de Melo. Este último, mais José Martiniano de Alencar, Custódio Dias, Paula Araújo e Evaristo da Veiga compuseram o núcleo golpista ao lado de Feijó.¹³⁷⁴

No próprio dia 26 o Ministério formalizou sua retirada e a comunicou à Regência. Esta discutiu a situação com o Conselho de Estado e, no dia 30, resolveu acompanhar o Ministério e apresentar sua renúncia à Câmara dos Deputados. Nesta mesma data elegeu-se uma comissão *ad hoc* de cinco membros para que essa apresentasse uma solução para a crise.¹³⁷⁵ Enquanto o parecer não saía, chegaram à Câmara representações das Guardas Nacionais e de juízes de paz da Corte, repudiando as ameaças dos caramurus e o quadro de insatisfação que se instaurara no Rio de Janeiro em virtude da manutenção do tutor e no emperramento da reforma. Horas depois o parecer foi apresentado, indicando que, “vendo iminente a guerra civil e a anarquia”, a melhor alternativa seria transformar a Câmara dos Deputados em Assembleia Constituinte. Com o fito de endossar o parecer da comissão, apresentou-se um pronunciamento dos oficiais dos batalhões da Guarda Nacional, certamente sob manipulação de Feijó, depositando na Câmara dos Deputados as esperanças de que ali se decidisse sobre o futuro do Império.¹³⁷⁶

Nesse momento despontou Honório Hermeto, figura que precipitou uma reviravolta nos acontecimentos. A maioria dos deputados, mesmo que hesitante, estava inclinada a acatar o parecer da comissão até que o deputado mineiro, armado de um legalismo que marcaria sua longa vida parlamentar, discursou aos colegas no sentido de que era mais prudente permanecer nos trilhos na legalidade. Para isso o deputado apresentou uma emenda que propunha os seguintes pontos: convidava a Regência a conservar-se no posto; solicitava ao Senado que este se declarasse em sessão permanente e ajudasse a Câmara a tomar as medidas necessárias; que a comissão já nomeada apresentasse as emendas ao Código Criminal e apresentasse também um Código do Processo; por fim, que o Senado remetesse o mais breve possível as emendas por ele feitas ao projeto de reforma. A despeito dos pedidos encarecidos de Evaristo, Ferreira de Melo, Paula Araújo e Antônio Paes de Barros para que fossem tomadas medidas excepcionais, acatou-se a emenda de Honório. Estava desbaratado o golpe.¹³⁷⁷

A participação de Honório Hermeto na resistência à tentativa de golpe é inegável, mormente quando se recorre aos debates travados na Câmara entre os dias 26 e 30 de julho. É mais plausível, todavia, que o mérito do deputado mineiro não tenha sido tanto o de demover a Câmara de um juízo já formado, mas sim o de conseguir captar os sentimentos difusos e titubeantes sobre o que estava

¹³⁷⁴ SOUSA, Otávio Tarquínio de. *Três golpes de Estado*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1988.

¹³⁷⁵ Formaram escolhidos para a comissão os deputados Gabriel Mendes, Odorico Mendes, Pires Ferreira, Batista de Oliveira e Paula Araújo. Cf. APB-CD, sessão de 30/07/1832.

¹³⁷⁶ APB-CD, sessão de 30/07/1832, p.127-128.

¹³⁷⁷ JANOTTI, Aldo. *Marquês de Paraná*. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp, Itatiaia, 1990, p.162.

ocorrendo e apresentar uma solução menos drástica e que mantivesse as ações na legalidade. No entender de Aldo Janotti, a palavra de Honório Hermeto só encontrou ressonância porque havia quem a reverberasse.¹³⁷⁸ Marcello Basile, em direção semelhante, acredita que a desarticulação das pretensões golpistas decorreu do clima de instabilidade presente na Câmara e da heterogeneidade dos moderados, tanto que alguns deles se aliaram aos caramurus naquele momento para impedir o golpe.¹³⁷⁹ Para Paulo Pereira de Castro, os próprios objetivos dos nomes envolvidos no golpe eram distintos, o que pode ter contribuído para seu malogro:

“Cada grupo parece que via o golpe sob um prisma próprio e isto deve ter sido o ponto fraco do plano. Para Evaristo e seu grupo o essencial do golpe seria o afastamento de José Bonifácio da tutoria e a instituição da Regência Uma que certamente deveria ser confiada a Feijó. Para os padres ultraliberais o essencial seria o golpe contra o Senado – a aprovação à sua revelia das reformas constitucionais que já haviam passado na Câmara e a abolição de sua vitaliciedade que a reformas previam. Para Feijó – que mais tarde confessaria que com um pequeno empenho poderia ter obtido votação favorável do Senado – o essencial, embora não o confessasse, seria a mobilização das milícias civis a serviço do jogo político.”¹³⁸⁰

Para o presente trabalho, um dos pontos mais relevantes do 30 de julho incide na Constituição de Pouso Alegre, elaborada e impressa antes mesmo dos eventos que desencadearam o golpe, o que demonstra que a imposição de uma nova constituição vinha sendo pensada há tempos, quem sabe desde que o Senado dera mostras de relutância para com o projeto da Câmara. Sucede que a Constituição de Pouso Alegre não era uma adaptação do projeto Miranda Ribeiro à Carta outorgada, mas um documento outro que mesclava os textos da Constituinte de 1823, da Carta de 1824 e as alterações aprovadas em 1831. Assegurava os principais eixos do projeto de reforma – as supressões do Senado vitalício, do Poder Moderador e do Conselho de Estado, e a instauração de Assembleias Legislativas Provinciais – mas também trazia algumas revisões. Para começar, não mencionava a implantação de uma monarquia federativa, mantendo-se assim o regime “monárquico, hereditário, constitucional e representativo” prescrito pela Carta outorgada. Retirou-se, também, o parágrafo 12º do projeto de 1831, o qual previa a criação do posto de intendente nos municípios. Além disso, a Constituição de Pouso Alegre alterava pontos não previstos pelo projeto original. Fazia das Assembleias Legislativas órgãos unicamerais (ao contrário do bicameralismo aprovado em 1831), bem como estipulava as atribuições dos presidentes de província, ponto

¹³⁷⁸ *Ibid.*, p.166.

¹³⁷⁹ BASILE, Marcello. Deputados da Regência: perfil socioprofissional, trajetórias e tendências políticas. In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana P. (orgs.) *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.87-121, 2011.

¹³⁸⁰ CASTRO, Paulo Pereira de, *op. cit.*, p.23.

confiado à legislação posterior pela Carta de 1824,¹³⁸¹ e que de fato só ganhou legislação específica em 1834, após o Ato Adicional.¹³⁸²

O conteúdo da Constituição de Pouso Alegre auxilia a compreender até onde chegava o intento reformista dos moderados paulistas e mineiros associados a Feijó, Ferreira de Melo e Evaristo, justamente por se tratar de um documento produzido fora dos recintos parlamentares e que, portanto, estava menos preso a acordos, disputas e pressões internas à Câmara. É de se notar como nenhuma das principais reivindicações identificadas aos exaltados – a monarquia federativa, a autonomia municipal e a eleição dos presidentes de província e comandantes das armas – foi contemplada pelo texto, o que confirma um afastamento deliberado por parte dos moderados em relação a esses setores. O rechaço a esses três pontos evidencia uma admissão restrita da federação, pois ao mesmo tempo em que garantia certa autonomia provincial com as Assembleias Legislativas, também tolhia o poder municipal e mantinha a cargo do Executivo da Corte a nomeação dos principais cargos provinciais – o presidente de província e o comandante das armas.

Os episódios que cercam o 30 de julho foram recebidos distintamente pelos moderados. Periódicos e associações optaram por abrandar a tentativa de golpe, deslocando o foco para os supostos motivos que levaram a Câmara dos Deputados a propor a convocação de uma Assembleia Nacional. A ideia não era justificar atos da comissão *ad hoc*, mas culpar o Senado e os caramurus por estabelecer um clima de tensão que culminou na tomada de medidas extralegais por alguns deputados.¹³⁸³ Outros jornais preferiram enaltecer o antigo Ministério, em especial a figura de Feijó, que teria se sacrificado politicamente ao pedir a renúncia da pasta da Justiça.¹³⁸⁴ Esta última atitude foi seguida pela Sociedade Defensora do Rio de Janeiro, cujo principal ativista – Evaristo da Veiga – permaneceu ao lado de Feijó mesmo após o golpe.¹³⁸⁵ Nenhuma folha, entretanto, assumiu publicamente a existência de uma articulação entre Câmara dos Deputados, Regência e Ministério tendo em vista a consecução de um golpe. A tática empregada foi a de condenar, muito mais retórica do que efetivamente, a comissão especial que propôs a instauração de uma Assembleia

¹³⁸¹ Dizia o artigo 166 da Carta de 1824: “A lei designará as suas atribuições [dos presidentes de província], competência e autoridade, e quanto convier ao melhor desempenho dessa administração”, cf. Constituição Política do Império do Brasil. In: BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto (orgs.). *Textos políticos da História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002, v.1 (Formação/Império), doc. 318.3.

¹³⁸² *Constituição política da Brasil reformada segundo os votos e necessidades da nação*. Pouso Alegre: Tipografia do Pregoeiro Constitucional, 1832. In: HOMEM DE MELLO, Francisco Inácio Marcondes (org.). *Escritos Históricos e literários*. Rio de Janeiro: Tipografia de Quirino & Irmão, 1868, p.15-47.

¹³⁸³ *O Universal*, nºs 788 (15/08/1832) e 799 (10/09/1832); *Astro de Minas*, nº 735, 11/08/1832. Ver, também, APM, PP1/7 Cx.01, doc. 18, ofício da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional da Vila de Lavras do Funil, 17/08/1832; ofício da Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto, 07/10/1832, publicado em *O Universal*, nº 816, 20/10/1832.

¹³⁸⁴ *O Novo Farol Paulistano*, nº 103, 22/08/1832; *Aurora Fluminense*, nº 660, 06/08/1832.

¹³⁸⁵ *Voto de graças dirigido ao ex-ministro da Justiça o Sr. Diogo Antonio Feijó, pela Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional*, publicado em *O Universal*, nº 791, 22/08/1832.

Nacional por sua conduta precipitada, o que restringiu a questão a um excesso parlamentar, produto do calor do momento, “uma pequena falta”.¹³⁸⁶

Alguns setores exaltados não desaprovaram a solução adotada pela comissão especial, a exemplo de Ezequiel Correia dos Santos, então presidente da Sociedade Federal Fluminense. Em correspondência com sua congênere instalada capital baiana, a Federal da Corte considerou o parecer da comissão “patriótico, puro, e fundado somente na salvação do Brasil”, e que fora falsamente rotulado de “intempestivo” e “destruidor das nossas liberdades”.¹³⁸⁷ A Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto comentou positivamente as observações da Sociedade Federal do Rio de Janeiro, acrescentando que “toda sorte de calúnias” vinha sendo impingida pelos caramurus aos “movimentos de 30 e 31 de julho”, os quais, em sua opinião, eram tributários dos ideais do 7 de abril – a manutenção da ordem mediante o respeito à Constituição.¹³⁸⁸

O rótulo de “golpe”, vale dizer, foi cunhado pelos caramurus, que não se cansaram de espalhar pelos periódicos da capital do Império que os moderados haviam “deitado abaixo a Constituição”.¹³⁸⁹ Seja como for, os eventos que cercam o de 30 de julho trouxeram à tona um cenário conflituoso que opunha não apenas situação e oposição no Parlamento, ou moderados e caramurus/exaltados em termos mais gerais, mas expunha entre os próprios moderados incompatibilidades de cunho pessoal, de agenda política e de entendimento sobre os caminhos a serem trilhados para a construção do Estado nacional. Os moderados, que desde o 7 de abril tinham o corolário da legalidade como princípio em seu discurso, tiveram que lidar com o fato de que haviam rompido com ela e assistir a uma inversão no debate, pois a partir dali seriam a todo momento associados pelos caramurus à desordem e à ilegalidade.¹³⁹⁰ A Regência também teve sua imagem arranhada, criticada que foi pela inércia¹³⁹¹ ou conivência para com os eventos. Jornais caramurus do Rio de Janeiro atribuíram ao regente José da Costa Carvalho a responsabilidade pela desagregação da Regência.¹³⁹²

¹³⁸⁶ *O Universal*, nº 801, 14/09/1832.

¹³⁸⁷ Correspondência entre as Sociedades Federais das cidades da Bahia e Rio de Janeiro, 12/08/1832, publicada em *O Universal*, nº 803, 19/09/1832.

¹³⁸⁸ Ofício de 07/10/1832, publicado em *O Universal*, nº 816, 20/10/1832.

¹³⁸⁹ *A Trombeta*, nº 14, 07/08/1832.

¹³⁹⁰ Em discussão com o *Cidadão Livre*, periódico caramuru de Caeté, o redator d’o *Universal* teve que relativizar os excessos cometidos pelos golpistas de 30 de julho: “É preciso não ver uma polegada além dos objetos que nos cercam para desconhecer o perigo de que o Brasil é ameaçado, não por esses patriotas que em 30 de julho pretenderam dar um golpe para a salvação da Pátria, mas sim por esses que disfarçados sob mil diferentes nomes abalam os alicerces do edifício social (...) Nós sentimos em verdade os tristes efeitos desse dia, porque foi nele que os caramurus escudando-se falsamente com a capa da Constituição pretenderam roubar a opinião e conceito daqueles que haviam consagrado muitas vigílias à Causa Pública”.cf. *O Universal*, nº 866, 15/02/1833.

¹³⁹¹ Eide Azevêdo Abreu, que analisou correspondência particular entre o regente Costa Carvalho e o senador Estevão Ribeiro, questiona a suposta inércia ou pusilanimidade da Regência diante dos fatos, como descreve a maior parte da bibliografia. Segunda a autora, Costa Carvalho buscou soluções para resolver a situação, embora sem sucesso. Cf. ABREU, Eide Sandra Azevêdo. Os encantos do arquivo e os trabalhos do historiador: reflexões a partir da coleção Marquês de Valença. *An. mus. paul.*, Jun 2011, vol.19, no.1, p.247-278.

¹³⁹² *O Universal*, nº 796, 03/09/1832.

Um ponto que ajuda a esclarecer a dissensão entre os moderados é o da adesão ao plano golpista. Embora Tarquínio de Sousa afirme que Vasconcelos estivesse na urdidura do golpe e, “juntamente com Feijó e outros ministros”, houvesse “pedido demissão”, esta informação é um tanto imprecisa, mesmo porque o político mineiro estava afastado da pasta da Fazenda desde o início de maio de 1832, quando foi substituído interinamente por Joaquim José Rodrigues Torres.¹³⁹³ As circunstâncias do afastamento de Vasconcelos do Ministério não são claras – quiçá tenham decorrido por razões de saúde –, mas ao que parece não existiu da sua parte um envolvimento maior no golpe, tanto que sua figura não foi associada a ele pela oposição caramuru e exaltada, nem achincalhada como fora a de Feijó após os ocorridos. Outros deputados moderados, como Batista Caetano de Almeida e Paula Sousa, também parecem não ter aderido veementemente ao projeto. Representantes que na maior parte das vezes se associavam aos moderados, mas que não pertenciam ao grupo de Feijó, Vasconcelos e Evaristo – como Bernardo Belizário de Souza, Candido de Araújo Viana e, sobretudo, Honório Hermeto – também não acataram o plano.¹³⁹⁴

A consequência mais imediata do 30 de julho foi a troca do Ministério, que vinha governando desde 16 de junho do ano anterior e que tinha respaldo entre a maioria dos setores moderados com maior enraizamento provincial de Minas Gerais e São Paulo. O novo gabinete foi montado com figuras distantes de Evaristo e Feijó, constituindo um “efêmero triunfo”¹³⁹⁵ caramuru: Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti (Império e, interinamente, Fazenda); Pedro de Araújo Lima (Justiça e, interinamente, Estrangeiros); Bento Barroso Pereira (Guerra e, interinamente da Marinha). Hostil ao novo Ministério, o grupo que endossara a tentativa de golpe adotou a tática de rejeitar as medidas propostas pelos ministros de Estado, como a que previa a proibição da concessão de sesmarias, apresentada por Araújo Lima.¹³⁹⁶ Criticado via imprensa,¹³⁹⁷ o gabinete teve curta duração, e logo foi constituído outro mais ao gosto dos moderados, mas que não tinha a mesma força do anterior, além de sofrer várias alterações. Vergueiro ficou com a pasta do Império e da Fazenda; Honório Hermeto, que saíra fortalecido após sua participação no barramento do golpe,

¹³⁹³ JAVARI, Barão de (org.), *op. cit.*, p.39.

¹³⁹⁴ Para Wlamir Silva, a ausência de uma cobertura sistemática do golpe por parte dos periódicos mineiros pode denotar uma característica circunstancial do golpe, mais circunscrita ao Rio de Janeiro e sem conexões com as províncias: “No âmbito dos periódicos da província, o golpe aparentemente não teve significado, nem em uma suposta preparação, nem como notícia significativa após o fato. Na verdade, alguns deputados mineiros devem ter sido surpreendidos pelas articulações no Rio de Janeiro, não sendo, pois, o intento golpista um plano de longa preparação”, cf. SILVA, *op. cit.*, 2009, p.224.

¹³⁹⁵ *O Universal*, nº 790, 20/08/1832.

¹³⁹⁶ Ver APB-CD, sessões de agosto e setembro de 1832.

¹³⁹⁷ Na imprensa, os novos ministros foram atacados pelos jornais moderados. O *Universal* afirmou que Holanda Cavalcante era contrário às reformas, além de ter restituído um cunhado da marquesa de Santos a um posto da alfândega do Rio de Janeiro. Bento Barroso, por sua vez, foi acusado de oferecer cargos a alguns sócios da Sociedade Militar, cf. *O Universal*, nº 802, 17/09/1832. Ver, também, nº 805, 25/09/1832.

mas que se recusara a compor o gabinete anterior,¹³⁹⁸ com a da Justiça; Bento da Silva Lisboa com a dos Estrangeiros; e Antero José Ferreira com a da Marinha e Guerra.¹³⁹⁹

A queda do gabinete Feijó custou caro ao seu círculo mais restrito, que por sinal ficou afastado do Ministério até a ascensão do clérigo paulista ao posto de regente, em outubro de 1835.¹⁴⁰⁰ Dessa época também data o afastamento entre Feijó e Honório, que em verdade nunca haviam sido muito próximos, mas que por conveniência e necessidade coabitavam o heterogêneo grupo dos moderados. Honório manteria uma relação inconstante com Vasconcelos e os políticos do sul de Minas que ruiria no ano seguinte, no desenrolar da Sedição de Ouro Preto. É possível que os mineiros Araújo Viana e Miranda Ribeiro também tenham aproveitado o 30 de julho para se distanciar de Feijó, Vasconcelos e dos “toucinheiros”. Em parte se sentindo injustiçado com a perda do cargo de ministro, já que não participara diretamente do plano golpista, Vasconcelos passaria a atacar a administração de Araújo Viana, colocado à frente da pasta da Fazenda em dezembro daquele ano.¹⁴⁰¹

Os efeitos causados pela tentativa de golpe também foram sentidos no desenrolar da reforma constitucional, retomada um mês depois pela Câmara dos Deputados, agora centrada nas emendas feitas pelo Senado. Para seus críticos, como Paula Araújo, Carneiro da Cunha e Evaristo, o ponto central era que as emendas não determinavam o sentido das mudanças a serem feitas – conforme estipulado pelo projeto da Câmara – mas tão somente apontavam para os artigos que poderiam ser reformados pela legislatura seguinte. No entanto, foram homens como Montezuma, Calmon du Pin e Rebouças, fortalecidos com o desfecho do 30 de julho, que dominaram os debates, alegando que o procedimento adotado pelo Senado era mais conveniente, pois deixava as mudanças em aberto, não as impedindo, tampouco determinando-as de imediato.¹⁴⁰² Montezuma, que na Constituinte de 1823 se pronunciara a favor da compatibilidade entre monarquia e federação, a essa altura já havia mudado seu discurso por completo e refutou tal associação, por mais que no íntimo a julgasse possível. Retomando, convenientemente, a concepção hamiltoniana de confederação, Montezuma alegou que o governo federativo só teria aplicabilidade em estados distintos, independentes entre si e com objetivo de defesa, aspectos e prioridades distintos da monarquia, que tinha como essência a manutenção da unidade política. O deputado baiano instrumentalizou autores como Montesquieu, Tracy e Locke para argumentar que a monarquia ocupava o patamar último das formas de governo,

¹³⁹⁸ Paulo Pereira de Castro enxerga na negativa de Honório uma manobra para redimir-se perante o grupo de Feijó da “traição” do 30 de julho, cf. CASTRO, Paulo Pereira de., *op. cit.*, p.32.

¹³⁹⁹ O 3º gabinete da Regência durou pouco mais de dois anos e sofreu diversas alterações entre 13 de setembro de 1832 e 15 de janeiro de 1835, cf. JACQUES, *op. cit.*, p.83.

¹⁴⁰⁰ Paulo Pereira de Castro enxerga em Vergueiro a manutenção, ao menos parcial, da influência de Feijó no Ministério, em convivência com o regente Costa Carvalho. Cf. CASTRO, Paulo Pereira de., *op. cit.*, p.32.

¹⁴⁰¹ *O Sete de Abril*, nºs 8 (26/01/1833) e 13 (12/02/1833); CASTRO, *op. cit.*, p.35.

¹⁴⁰² BASILE, *op. cit.*, 2009, p.194-195.

ao passo que a república era uma tipologia meramente transitória.¹⁴⁰³ De qualquer modo, tanto Montezuma como Rebouças e Calmon Du Pin seguiram o Senado com relação à ampliação das atribuições dos Conselhos Gerais, desde que respeitado o regime monárquico de governo.¹⁴⁰⁴

Após rejeição da primeira emenda, que retirava a monarquia federativa, e aprovação da segunda, que acabava por manter o Moderador, as demais passaram a ser discutidas conjuntamente. Os desentendimentos persistiram, ficando claro que a melhor solução seria convocar a fusão das duas casas, o que se sucedeu entre 17 e 28 de setembro, após requerimento de Evaristo da Veiga. A Sociedade Federal Fluminense, temerosa de que os principais pontos do projeto caíssem, oficiou à Câmara dos Deputados para que fosse mantida a reforma tendo como base o “sistema federativo”, julgando “indecorosa qualquer retrogradação da gloriosa revolução do dia 7 de abril”.¹⁴⁰⁵ Da reunião conjunta resultou a aprovação da lei de 12 de outubro de 1832, cujo objetivo era fornecer aos deputados da próxima legislatura (1834-1837) a base legal pela qual seria conduzida a reforma da Carta de 1824. A lei não indicava as alterações propriamente ditas, mas o eixo de discussão a ser seguido pelos futuros parlamentares. Seus principais pontos marcavam as seguintes possibilidades de reforma: o Senado poderia vir a reunir-se independentemente dos deputados; criar-se-ia um Conselho Geral na capital do Império; os Conselhos Gerais poderiam ser transformados em Assembleias Legislativas Provinciais; a Regência poderia tornar-se unitária e eletiva e o Conselho de Estado suprimido.¹⁴⁰⁶

O texto final aprovado contemplou parte das matérias propostas por deputados e senadores. Estes conseguiram manter o Poder Moderador, o caráter vitalício de seus mandatos e suprimiram o artigo que tornava a monarquia brasileira uma associação federativa, ao passo que aqueles tornaram possível a supressão do Conselho de Estado, a eletividade do cargo de regente uno sob o mesmo procedimento eleitoral para a escolha de senadores e deputados, e, principalmente, a transformação dos Conselhos Gerais em Assembleias Legislativas. A lei de 12 de outubro era, portanto, bem menos ousada que o projeto de 1831. As baixas no texto original resultaram do clima de incerteza e apreensão que se instaurou na Câmara após o 30 de julho, que só fez acentuar a hesitação dos moderados para com a reforma, certamente agora ainda mais divididos. Homens que ajudaram a compor a frente moderada no início da Regência – como Honório Hermeto, Araújo Viana e Miranda Ribeiro – foram alguns dos que recuaram e fecharam junto com oposição durante a fusão das duas Casas.

¹⁴⁰³ *Ibid.*, p.195-196.

¹⁴⁰⁴ APB-CD, sessões de 29/08/1832; 01/09/1832 e 03/09/1832.

¹⁴⁰⁵ CEDI-CD, lata 81-A, maço 37, pasta 4, ofício emitido pela Sociedade Federal Fluminense, e assinado por Ezequiel Correia dos Santos, 17/09/1832.

¹⁴⁰⁶ Lei de 12 de outubro de 1832 – ordena que os Eleitores dos Deputados para a seguinte Legislatura, lhes confirmem nas procurações, faculdade para reformarem alguns artigos da Constituição. *Coleção das Leis do Império de 1832, op. cit.*, p.106-107.

Há um documento que ajuda a entender mais a fundo as circunstâncias em que foi votada a lei de 12 de outubro. Trata-se do opúsculo intitulado *Exposição justificativa do procedimento adotado pelo deputado José Cesário Miranda Ribeiro*,¹⁴⁰⁷ de autoria do próprio parlamentar, escrito logo após a votação feita pelas duas Casas legislativas. Embora redator do projeto inicial de reforma, Miranda Ribeiro mudou de opinião e acabou acatando as emendas propostas pelo Senado, o que lhe rendeu a pecha de traidor por alguns periódicos moderados.¹⁴⁰⁸ É justamente essa mudança de conduta o cerne das reflexões presentes na referida *Exposição*.

Miranda Ribeiro observa que diante dos “clamores” por “reformas já e já”, o projeto de 1831 foi, acima de tudo, uma solução política “capaz de suspender os golpes” contra a “constituição do Império” sem uso da “força”, de modo que seu “verdadeiro autor” havia sido o “entusiasmo daqueles tempos”. O próprio §1º do projeto,¹⁴⁰⁹ por vezes creditado pela bibliografia ao texto da comissão, foi um aditamento proposto por outro deputado¹⁴¹⁰ no afã da votação do projeto, tamanha era a pressão exercida pelos que apregoavam a federação. Ainda segundo o deputado mineiro, a comissão não acreditava que a reforma fosse conduzida daquela maneira. Esperava, antes, que “ou todas fossem rejeitadas sem que por isso se irritassem os seus mais ardentes sustentadores, ou somente passassem aquelas que a razão, despida de todo o calor do momento, apontasse como conducentes para a felicidade pública”. Sustentar as matérias era então o “dever de cada membro da comissão”.

Em 1832, entretanto, os “ânimos” se encontravam “mais tranquilos”, portanto seria uma “injúria atrocíssima” votar por tais reformas, que iam desencadear uma “revolução” no Império. Seu voto foi favorável para aqueles artigos aceitos pelas duas casas legislativas, para que a reforma não acabasse sendo obra de apenas uma, já que mesmo com fusão ambas a Câmara dos Deputados gozaria de ampla maioria. Além disso, por estar a Regência privada da “interessantíssima atribuição do poder moderador” de “negar seu consentimento às leis que julga hostis à felicidade nacional”, era prudente que fossem aprovados apenas as reformas “geralmente reclamadas” por todo o Império. Sua mudança, portanto, justificava-se segundo o próprio Miranda Ribeiro por uma tomada de consciência das circunstâncias políticas do Império:

“O primeiro fato [a elaboração do projeto de reforma] nasceu do respeito devido à constituição do Império; teve por fim desviar os golpes, que a ameaçavam, e seu fundamento no reconhecido bom senso dos brasileiros, que chamados à reflexão esperou-se, e de fato aconteceu, que por si mesmos, sem o emprego de outro algum meio, houvessem de

¹⁴⁰⁷ RIBEIRO, José Cesário Miranda. *Exposição justificativa do procedimento adotado pelo deputado José Cesário Miranda Ribeiro*. Rio de Janeiro, 06/10/1832.

¹⁴⁰⁸ Cf. *A Verdade*, nºs 89 (29/09/1832) e 90 (02/10/1832); *Astro de Minas*, nº 783 (04/12/1832); *O Novo Argos*, nº 157, 17/11/1832.

¹⁴⁰⁹ Parágrafo que previa a transformação do Império em uma monarquia federativa.

¹⁴¹⁰ Não citado pelos Anais da Câmara.

renunciar os princípios errôneos, então dominantes; o segundo fato é justa demonstração do reconhecimento desse bom senso, pelo qual me considero com exatidão instruído, de serem geralmente reprovadas as reformas, que a assembleia rejeitou”.

Documento político, farto de volteios retóricos e que em boa medida resumia os pontos centrais daqueles que negaram os pontos mais polêmicos do projeto de 1831 – a extinção do Senado vitalício e a instauração de uma monarquia federativa –, a *Exposição* também constituía um apelo de Miranda Ribeiro aos eleitores mineiros, que acabaram rechaçando-o nas eleições do ano seguinte para a terceira legislatura, conforme visto no capítulo 3. O que nos interessa aqui, no entanto, é outra questão. O texto de Miranda Ribeiro sugere, na direção do que vem sendo discutido até agora, que o projeto de 1831 foi resultado de interesses e objetivos distintos que estavam longe de refletir uma aspiração partilhada por todos que deram seu voto favorável. Para homens como José Bento Ferreira de Melo, Martiniano de Alencar e Paula Sousa, dispositivos como o Senado vitalício, o Poder Moderador e o Conselho de Estado eram de fato um entrave à consolidação da monarquia constitucional representativa, seja por perpetuarem o alojamento de determinados segmentos sociais no Estado, seja por obstarem a efetiva imposição dos princípios liberais de governo e administração pública, logo deveriam ser extirpados pela reforma. Havia, claramente, um problema de ordem institucional e outro de ordem política. Para outros, como Vasconcelos, Evaristo, Vergueiro e até mesmo Barbacena, era importante que fossem ampliados os poderes provinciais, o que não significava tornar o Império uma monarquia federativa. Não à toa que a federação foi sempre um ponto de difícil abordagem para a maioria dos moderados, sendo defendida com pouco entusiasmo na imprensa. Para outros, como Honório Hermeto, Miranda Ribeiro e Costa Carvalho, o projeto de 1831 talvez abarcasse um arsenal de reivindicações amplo demais, que fugia aos interesses de muitos moderados, mas que naquele momento tinha como objetivo acalmar os ânimos e jogar para o Legislativo a tarefa da reforma.

A lei de 12 de outubro teve recepção positiva, mas não eufórica entre os círculos moderados. Afirmava-se que os senadores, ao temerem a perda da sua vitaliciedade, haviam aceitado outros pontos do projeto, como a quebra da “centralização constitucional”, promovida pela ampliação das liberdades provinciais.¹⁴¹¹ Embora seja vista pela bibliografia como um indicativo de força do Senado e dos caramurus após o malogro do “golpe dos padres”, a vitaliciedade foi preservada por apenas um voto na votação final celebrada pelas duas casas. Dos senadores somente Vergueiro, Alencar e Borges votaram pela eletividade da câmara alta.¹⁴¹² De toda sorte, a manutenção da

¹⁴¹¹ *O Universal*, nº 828, 16/11/1832.

¹⁴¹² Votaram a favor da vitaliciedade dos senadores os deputados João Fernandes, Valasques, Lacerda, Getúlio, Rebello, Paula Albuquerque, Pedro Cavalcante, Manoel Cavalcante, Neto, Perdigão, Pain, Calmon, Almeida Torres, Cassiano, Rebouças, Soares da Rocha, Montezuma, Macial, José Cesário Miranda Ribeiro, João José Lopes Mendes Ribeiro, Martim Francisco, Lopes Gama e Dr. Veiga.

estrutura do Senado foi mal recebida pelos moderados.¹⁴¹³ Em tom de resignação, o redator d’o *Universal* acreditou que outro meio de reformular o Senado seria revendo eleições fraudulentas, como a de Jacarepaguá para a bancada de Goiás), e realizar novos pleitos, conforme visto no capítulo 3.¹⁴¹⁴ Entre os paulistas Paula Sousa sugeriu em sessão do Conselho Geral que se indicasse aos supremos poderes nacionais o quão “doloroso” havia sido “não terem passado outras reformas na Constituição como tinha requerido o Conselho na passada sessão, mormente a que dizia respeito à vitaliciedade do Senado”.¹⁴¹⁵ Houve, também, alguns desentendimentos sobre uso político da lei de 12 de outubro. Em sessão do Conselho Geral de Minas, José Monteiro de Barros criticou um aditamento favorável à reforma constitucional, proposto por José Pedro de Carvalho, alegando que não cabia ao órgão tal atribuição, além de parecer-lhe uma “ameaça ao corpo Legislativo” e uma forma de “favorecer partidos”. Único a voltar contra o parecer, Monteiro de Barros foi censurado pelo *Universal* após ter publicado uma justificativa do político sobre o ocorrido.¹⁴¹⁶

Simultaneamente à lei de 12 de outubro, outro dispositivo legal de grande importância para o ordenamento político-jurídico do Império foi votado no Parlamento. Trata-se da lei de 29 de novembro de 1832, que determinou o Código do Processo Criminal, dando continuidade à reestruturação do Judiciário iniciada no Primeiro Reinado com as leis de 15 de novembro de 1827 e 20 de setembro de 1830, que instituíram, respectivamente, os juizados de paz e o Código Criminal.¹⁴¹⁷ Ambas as leis, partidas da Câmara dos Deputados, chocavam-se com a velha magistratura profissional, nomeada pelo governo da Corte e composta por setores associados ao governo de d. Pedro, quando não ao período joanino. Dentre as suas principais implicações estava a descentralização da máquina judiciária e a minimização da interferência do Executivo nos assuntos de justiça local.¹⁴¹⁸

O Código de 1832 aumentou sensivelmente os poderes do juiz de paz, tornando-o a principal figura do Judiciário nas municipalidades. Com a abolição do posto de delegado, nomeado pelo Executivo da Corte, o juiz de paz assumiu novas funções, como julgar pequenos delitos, prender, reunir provas, conduzir a formação de culpa, praticar denúncia nos processos criminais e recrutar a

¹⁴¹³ Ofício da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 28/11/1832, *apud Opinião Campanhense*, nº 39, 29/12/1832; Correspondência da Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto e 31/12/1832, *apud O Universal*, nº 867, 18/02/1833.

¹⁴¹⁴ *O Universal*, nº 819, 26/10/1832.

¹⁴¹⁵ Ofício de 26/01/1833, publicado em *O Novo Farol Paulistano*, nº 147, 08/02/1833. Para o documento completo, ver ALESP, FCGP-RR33.001, cx.30, ofício de 06/02/1833.

¹⁴¹⁶ *O Universal*, nºs 835 (03/12/1832) e 848 (04/01/1833).

¹⁴¹⁷ Para uma interpretação renovada sobre o Código Criminal, ver DANTAS, Mônica Duarte. Introdução. In: DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revolutas, motins, revoluções*. São Paulo: Alameda Editorial, 2010, p.09-67. Segundo a autora, além das já conhecidas referências (Código de Pascoal Mello Freire, de 1786, e o Código Penal Napoleônico, de 1808), o documento de 1830 também teve como fonte de inspiração o Código Penal da Luisiana, de Edward Livingston, apresentado ao legislativo daquele estado norte-americano em 1822. Ver, também, COSTA, Vivian Chierigati. *Codificação e formação do Estado-nacional brasileiro: o Código Criminal de 1830 e a positivação das leis no pós-Independência*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2013.

¹⁴¹⁸ FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

Guarda Nacional para cumprir ordens judiciais, sendo o responsável, portanto, pela preparação inicial do auto do processo criminal. Já o júri popular, introduzido pela lei de 20 de setembro de 1830 apenas para casos de crimes de imprensa, foi estendido para julgar outros delitos e teve seu procedimento de escolha alterado. Se pela lei de 1830 a seleção do corpo de jurados era feita pelos eleitores das municipalidades, a partir do Código do Processo a escolha passou a ser efetuada pelo próprio juiz de paz. Além disso, o Código de 1832 instituiu o recurso de *habeas corpus* e o juiz municipal, nomeado pelo presidente de província a partir de lista tríplice eleita pela Câmara Municipal, e com a função de executar sentenças, ordens, e mandados assinados pelo juiz de direito.¹⁴¹⁹

Pela proximidade com a lei de 12 de outubro, o Código do Processo parece contradizer, à primeira vista, o texto que balizava a reforma constitucional, uma vez que esta última tolheu a autonomia local com a exclusão do artigo que previa o posto do intendente municipal, ao passo que aquela ampliou consideravelmente a esfera de ação dos municípios no Judiciário.¹⁴²⁰ Lembremos que situação semelhante já ocorrera anos antes, no Primeiro Reinado. Enquanto a lei que criou os juizes de paz concedeu-lhe um protagonismo no judiciário municipal, a lei 1º de outubro de 1828, que regulamentou as Câmaras Municipais, esvaziou-as de suas principais atribuições, tornando-as dispositivos meramente administrativos.

No nosso entender essa incongruência é apenas aparente, pois uma das características do projeto de Estado encabeçado pela maioria dos liberais moderados foi a de pensa-lo em termos de um Império calcado na unidade político-administrativa, por mais que se reconhecesse e até mesmo defendesse a participação dos setores provinciais na construção do Império. Nesse sentido, uma solução encontrada por tais políticos a fim de viabilizar um Estado de território vasto e perpassado por diferenças regionais foi a de estender parcela de poder às estruturas político-administrativas básicas do Império – as Câmaras Municipais.¹⁴²¹ Favorecer o poder municipal por meio da magistratura eletiva constituiu, portanto, uma maneira de dar tangibilidade ao Estado nacional diante das dificuldades de ordem política e material em compor uma rede de funcionários que desse suporte ao governo, bem como uma forma de integrar os setores locais na gestão de parcela de seus negócios. Por outro lado, como boa parte dos moderados temia que as Câmaras Municipais virassem um empecilho à consolidação do Império, haja vista a longa tradição autonomista gozada por elas durante o período colonial, fazia-se mister encontrar um contrapeso legal que restringisse o campo de ação dos municípios. Concepção essa que ganhou concretude na legislação aprovada nas décadas de 1820 e 1830, que extirpou as atribuições legislativas e judiciárias das municipalidades,

¹⁴¹⁹ LOPES, José Reinaldo de Lima Lopes. *O Direito na História*. 2ª. ed. São Paulo: Max Limonard, 2002, p.288-289.

¹⁴²⁰ Esse é o entendimento, por exemplo, de autores como Paulo Pereira de Castro, cf. *op. cit.*, p.28.

¹⁴²¹ FLORY, *op. cit.*

tornando-as cada vez mais atreladas à esfera provincial, primeiramente aos Conselhos Gerais e, posteriormente, às Assembleias Legislativas.¹⁴²² Todo esse arcabouço legal criado nesses anos coadunava com ideia partilhada pela maior fração dos moderados de que era a província, e não o município, o espaço privilegiado de poder e representação política em nível local.

O resultado dessa equação foi bem mais intrincado do que se esperava e acabou sendo um dos pontos centrais dos debates que culminaram na Lei de Interpretação do Ato Adicional (1841), tema que foge do propósito deste trabalho. De toda feita, para o momento em que foi traçado, o Código do Processo foi entendido como um grande avanço do sistema Judiciário em termos do ideário e da prática liberais, estabelecendo um novo vínculo entre Estado e cidadão mediante uma justiça levada a termo pelos próprios cidadãos, em que à magistratura togada cabia somente a aplicação de penas ou a decisão de recursos. Além disso, aprovado num contexto em que o tema da federação estava no primeiro plano, o Código Processo foi acatado, sobretudo por setores exaltados, como uma manifestação dos princípios federativos no plano judiciário, já que uma das bandeiras por eles defendida era a da “submissão do funcionário da magistratura ao cidadão, através da eleição e da escolha realizada dentre estes”.¹⁴²³ Até mesmo no discurso moderado emergiu a ideia de que o Código de 1832 permitiria que o cidadão olhasse para a coisa pública – ao menos para o sistema judiciário – como algo que lhe dissesse respeito, aproximando o interesse individual do interesse público.¹⁴²⁴

* * *

Relativamente satisfeitos com o texto da lei de 12 de outubro, mas ainda apreensivos com seus desdobramentos, os caramurus teriam agora que lidar com seu ponto mais vulnerável: a falta de representatividade na Câmara dos Deputados. Por mais que tivessem respaldo no Senado, os caramurus sabiam que desta vez o recurso à câmara vitalícia poderia custar alto preço político, além suspeitarem que a 3ª legislatura, caso mantivesse a base anterior, faria de tudo para excluir os senadores da votação a reforma.¹⁴²⁵ Diante desse quadro duas alternativas se mostravam mais claramente: a primeira delas era, obviamente, conquistar um número maior de cadeiras na câmara temporária nas próximas eleições. Entre o final de 1832 e o início de 1833 vieram à luz periódicos – quase todos de curto fôlego, com linguagem virulenta e satírica – cuja preocupação central, além de fazer guerra à Regência e aos que lhe davam crédito, era fortalecer os caramurus para as eleições de 1833 e denunciar as inconveniências da reforma constitucional, movimento esse que se deu com

¹⁴²² DOLHNIKOFF, *op. cit.*, 2005, p. 86-87; 92-93.

¹⁴²³ COSER, *op. cit.*, p.71.

¹⁴²⁴ *Ibidem.*, p.83.

¹⁴²⁵ O que realmente ocorreu, como veremos mais à frente.

maior força no Rio de Janeiro, mas que teve ressonância em províncias como Minas Gerais. Em Ouro Preto surgiu *O Grito do Povo* (1833); o *Constitucional Mineiro* (1832) e *O Papagaio* (1833) foram editados em São João del-Rei, ao passo que o *Cidadão Livre* (1832), o *Despertador Mineiro* (1833) e *O Relâmpago* (1833) vieram a lume em Caeté.¹⁴²⁶ A segunda alternativa, menos plausível, era de persuadir os eleitores para que não revestissem os deputados da 3ª legislatura de poderes para alterar a Carta de 1824, iniciativa que, como vimos no capítulo 3, foi ventilada em Minas Gerais.

O avanço caramuru foi acompanhado de perto pelos moderados, mesmo em províncias onde em tese tinham menos força, como em Minas Gerais e São Paulo. Com o auxílio, sobretudo, dos juízes de paz, o executivo paulista continuou a obrar para manter a tranquilidade pública, ampliando as rondas noturnas e discutindo a possibilidade de por a Guarda Nacional em estado de atividade. Surgia também um novo complicador: a necessidade de pensar medidas caso triunfasse na Corte o “partido de oposição”.¹⁴²⁷ Em fins de janeiro, em sessão do Conselho Geral, Paula Sousa, clamou que fossem tomadas “medidas necessárias para refrear esse partido ousado e selar-se a liberdade tão ameaçada”. Em caso de “descalabro” na Corte, deveria o presidente da província, em Conselho, tomar providências necessárias dentro das leis para salvá-la dos ataques às liberdades públicas, e além disso convocar extraordinariamente o Conselho Geral para se tomarem as medidas que salvassem a Constituição do Estado.¹⁴²⁸ Exaltados criticaram Paula Sousa por esse ter falado num tom de repreensão, como se toda a província devesse pensar como ele.¹⁴²⁹ Aprovada, a medida conquistou apoio de algumas das principais Câmaras Municipais da província e circulou pelos periódicos do Rio de Janeiro e Minas Gerais.¹⁴³⁰ Em circular às municipalidades de São Paulo, o presidente Rafael Tobias de Aguiar endossou a “eficaz cooperação” do Conselho Geral paulista em manter a ordem, mesmo que fora dos limites da província.¹⁴³¹

O ano de 1833 avançaria sem maiores atribulações para os moderados paulistas. Nenhuma grande surpresa ocorreu nas eleições para a 3ª legislatura, bem como para os conselhos provinciais. A Sociedade Federal de São Paulo, principal *locus* de discussão dos exaltados paulistas que interrompera suas atividades em fins de 1832, não voltou a funcionar. O fortalecimento dos moderados em São Paulo também se fez notar na imprensa, que nesse momento ainda estava

¹⁴²⁶ SILVA, *op. cit.*, 2009, p.261. Ao tratar sobre a efemeridade de um desses periódicos – *O Relâmpago* – o redator d’*O Universal* observou que, “passada a época tormentosa das eleições”, ele desapareceria. Cf. *O Universal*, nº 865, 13/02/1833.

¹⁴²⁷ APESP, Acervo Digital – Ofícios Diversos, ofícios de 06/10/1832, 07/10/1832, 08/10/1832, 17/11/1832.

¹⁴²⁸ Ofício de 26/01/1833, publicado em *O Novo Farol Paulistano*, nº 147, 08/02/1833. Outras notas semelhantes seriam emitidas pelo Conselho Geral de São Paulo, cf. *O Novo Farol Paulistano*, nº 148, 12/02/1833.

¹⁴²⁹ *O Novo Farol Paulistano*, nº 150, 19/02/1833.

¹⁴³⁰ Postaram-se ao lado do Conselho Geral as Câmaras de Sorocaba, Jundiaí, São José, Itu, Vila Bela da Princesa, São Paulo, Ubatuba e Constituição, cf. *O Novo Farol Paulistano*, nºs 160, (29/03/1833), 170 (07/05/1833) e 171 (10/05/1833); *O Universal*, nº 877, 13/03/1833; *O Nacional*, nº 38, 23/02/1833.

¹⁴³¹ Ofício de 09/02/1833, publicado em *O Novo Farol Paulistano*, nº 149, 15/02/1833.

circunscrita apenas à capital paulista.¹⁴³² Não foram encontrados registros de que tenham existido jornais exaltados ou caramurus publicados na cidade de São Paulo de 1833 a 1834, o que possivelmente configurou um monopólio da palavra impressa periódica pelos moderados. Bernardino José Ribeiro (ex-*Voz Paulistana*), um dos principais redatores exaltados de São Paulo em 1831, tornou-se, em 1833, integrante do corpo de redação d’o *Novo Farol Paulistano*, o único jornal paulista de circulação regular entre meados de 1832 e a votação do Ato Adicional.

Em Minas, em fins de 1832, o Conselho Geral reportou à Regência que, “a despeito do furor das facções”, a província se conservava tranquila, e que se colocava veementemente contra a “horda de restauradores da capital”.¹⁴³³ Os cuidados do poder oficial mineiro não contiveram, entretanto, a eclosão daquele que é considerado pela bibliografia como o principal movimento contestatório à ordem estabelecida em Minas Gerais durante o período regencial: a Sedição de Ouro Preto ou “Revolta do Ano da Fumaça”. Na noite de 22 de março de 1833, aproveitando a ausência do presidente Manuel Inácio, que viajara à Mariana sem passar a direção da província ao vice Bernardo Vasconcelos, integrantes da tropa de primeira linha libertaram um grupo de prisioneiros militares considerados adversários políticos do governo provincial, alguns deles partícipes dos motins ocorridos na comarca de Ouro Preto, em 1831. Dizendo-se fiéis à Regência, os sediciosos alegavam sofrer perseguição política de Vasconcelos e seus aliados e exigiam do Conselho da Presidência medidas enérgicas: a deposição de Manuel Inácio e a demissão e prisão de Vasconcelos, acusado de “republicano”, e do conselheiro José Bento Ferreira de Melo. As condições foram rechaçadas, aumentando a tensão entre o governo e os revoltosos, que aclamaram vice-presidente da província o tenente-coronel da Guarda Nacional Manoel Soares do Couto, apenas o décimo oitavo mais votado para o Conselho da Presidência. Soares do Couto assume o posto e age rapidamente. Reintegra antigos oficiais, nomeia como novo comandante das armas Manuel Alves de Toledo Ribas e põe em execução o ultimato dos revoltosos, ou seja, manda prender Vasconcelos e Ferreira de Melo, que são imediatamente encaminhados para a vila de Queluz e ali libertados. Enquanto o governo rebelde buscava apoio das Câmaras Municipais e da Regência, denunciado “arbitrariedades e violências” da administração deposta, em São João del-Rei Vasconcelos, Ferreira de Melo e Manuel Inácio, organizavam um governo legal. Apenas Ouro Preto, Mariana e Caeté não deram apoio imediato ao governo de São João del-Rei, que passou a angariar apoio das vilas e tropas espalhadas pela província. Por ordem da Regência, que em nenhum momento reconheceu o governo rebelde, José Maria Pinto Peixoto rumou até Ouro Preto em companhia de oficiais de primeira linha para

¹⁴³² Após seu surgimento na capital paulista, a imprensa demorou a se espalhar nas demais localidades da Província, tal como em Sorocaba (1842), Santos (1841), Itu (1849), Guaratinguetá (1859), Campinas (1860), Taubaté (1861) e Pindamonhangaba (1863), cf. TOLEDO, Lafayette de. Imprensa Paulista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, v.3, 1898.

¹⁴³³ Ofício de 05/12/1832, publicado em *O Universal*, nº 836, 05/12/1832.

restabelecer a legalidade. Sem oferecer resistência os rebeldes entregaram o governo em 23 de maio, de modo que três dias depois o presidente Manuel Inácio foi reconduzido ao cargo.¹⁴³⁴

O enredo da Sedição, aqui resumido, varia pouco de acordo com a bibliografia, que se divide mais com relação aos objetivos e características do movimento. Autores como José Pedro Xavier da Veiga, João Camilo de Oliveira Torres e Otávio Tarquínio de Sousa, influenciados pela versão do grupo de Vasconcelos, interpretaram-na como um levante caramuru, de inclinação restauradora, cujos maquinadores seriam em grande parte militares, porém trabalhos recentes têm questionado esse entendimento ao trazer à tona novas contribuições.¹⁴³⁵ A primeira delas é a de que o movimento de 1833 não se limitou à tomada de poder pelos revoltosos nem se circunscreveu a Ouro Preto. Suas raízes devem ser entendidas como um processo de enfrentamento e desgaste político ocorrido entre setores moderados mineiros que vinha se acentuando desde o 7 de abril em vários pontos da província, o que não excluía a inclusão de elementos simpáticos ao governo de d. Pedro. Além disso, tem ficado cada vez mais claro que a Revolta da Fumaça contou com a participação de uma gama variada de segmentos proprietários, e não apenas de elementos militares. O avanço nas pesquisas vem demonstrando, também, que as motivações que levaram os rebeldes a tomar o poder da capital mineira eram difusas e de ordens diversas. Afora a insatisfação com a política levada a cabo pelo governo de Manuel Inácio e com o apoio de Vasconcelos, havia questões como disputa por cargos públicos, controle das eleições, tributação de mercadorias, além de outras mais marginais, como a proibição ao sepultamento nas igrejas.¹⁴³⁶

Não está no horizonte deste trabalho esmiuçar as motivações que levaram à eclosão do movimento rebelde, tampouco analisar seu desenvolvimento em pormenores. Interessa-nos aqui pontuar as consequências do levante na composição da política provincial e suas implicações na Corte. Seu efeito mais imediato foi a recomposição do campo político da província. Ainda que reempossado logo após o término da revolta, Manoel Inácio foi sacado da presidência em julho de 1833 e substituído por José de Araújo Ribeiro, que assumiu a província em situação “bastante melindrosa”.¹⁴³⁷ Araújo Ribeiro era um político de carreira diplomática sem ligações com Minas, motivo pelo qual foi provavelmente escolhido pela Regência.¹⁴³⁸ A saída de Manuel Inácio já era

¹⁴³⁴ IGLESIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da civilização brasileira*, tomo II, v.2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1978, p.364-412.

¹⁴³⁵ TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte/Brasília, Lemi/INL, 1980; SOUSA, op. cit., 1988; VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras (1664-1897)*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais/ Fundação João Pinheiro, 1998. Ver, também, VIANA, Godofredo. A sedição militar de Ouro Preto, em 1833. In: *Terra de ouro*. Rio de Janeiro: Calvino Filho, 1935, p.68-88.

¹⁴³⁶ Ver, sobretudo, GONÇALVES, op. cit.; SILVA, Wlamir. Usos da fumaça: a revolta do Ano da Fumaça e a afirmação moderada na Província de Minas. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, vol.4, nº1, p.105-118, 1998; SILVA, op. cit., 2009.

¹⁴³⁷ *O Universal*, nº 899, 08/07/1833.

¹⁴³⁸ José de Araújo Ribeiro (1800-1879), primeiro e único barão e visconde de Rio Grande, José de Araújo Ribeiro era natural da Barra do Ribeiro, Portugal. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, logo ingressou na carreira

esperada, ao passo que chegada de Araújo Ribeiro foi celebrada pelos defensores dos sediciosos.¹⁴³⁹ Manuel Inácio também foi afetado em termos eleitorais. Por conta da Sedição acabou obtendo poucos votos em Ouro Preto, o que lhe custou uma cadeira efetiva na Câmara dos Deputados para a terceira legislatura, restando-lhe a segunda suplência.

A Revolta da Fumaça também consolidou o racha entre os moderados mineiros que vinham se alargando desde o malogrado “golpe dos padres” no ano anterior. O caso mais significativo foi sem dúvida o de Honório Hermeto, que a despeito do papel desempenhado no 30 de julho de 1832 ainda mantinha um acordo de conveniências com Vasconcelos e os políticos de sul de Minas, o que o ajudou na sua reeleição para a terceira legislatura. Na pasta da Justiça desde setembro passado, Honório teve que deixar o posto nos momentos finais da Sedição, por manter um comportamento suspeito com relação aos rebeldes. Afirmava-se que o ministro tinha privilegiado conhecidos envolvidos na Sedição de Ouro Preto, em especial Manoel Soares do Couto, seu primo e cunhado, que obtivera um *habeas corpus* da Relação do Rio de Janeiro. No lugar do futuro Marquês do Paraná foi nomeado seu conterrâneo Aureliano de Sousa Coutinho, que despenderia um tratamento brando para com os sediciosos, buscando promover a anistia e a comutação de penas.¹⁴⁴⁰ Ainda no mês de maio Honório gozou de uma última demonstração de apoio dos moderados associados à Vasconcelos, livrando-se de uma denúncia partida de um magistrado em que se incriminava o ex-ministro de aposentar irregularmente nove desembargadores quando esteve à frente da pasta da Justiça. Periódicos moderados criticaram a “reforma de Relação” por conta da conservação de magistrados associados aos caramurus.¹⁴⁴¹ Na Câmara, todavia, o parecer da comissão criada para analisar o caso¹⁴⁴² absolveu Honório, no que foi secundado, nas sessões seguintes, por Evaristo da Veiga, Vasconcelos, Henriques de Resende e Cunha Matos. Apenas Rebouças fez categórica oposição ao parecer da comissão. A denúncia foi julgada improcedente por 50 contra 24 votos.¹⁴⁴³

As ofensivas a Honório tomaram forma pouco tempo depois, em outubro de 1833, a medida que as suspeitas sobre sua conivência com a Sedição começaram a ser consideradas verdadeiras. Uma enxurrada de artigos foi publicada pelos periódicos moderados a fim de denegrir a imagem de Honório.¹⁴⁴⁴ Para o *Universal*, que até então sempre o defendera, a reeleição do ex-ministro para a Câmara dos Deputados, realizada antes dos ocorridos, era devida “à mínima credulidade e boa fé do

diplomática, servindo em Nápoles, na França e nos Estados Unidos. Após o curto período em que presidiu a província de Minas Gerais, foi enviado à Inglaterra. Cf. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Tipographia Nacional, Rio de Janeiro, 1893.

¹⁴³⁹ *O Universal*, nº 899, 08/07/1833.

¹⁴⁴⁰ CASTRO, *op. cit.*, p.34.

¹⁴⁴¹ *O Nacional*, nº 57, 11/06/1833.

¹⁴⁴² Formada por Aureliano Coutinho, José Correa Pacheco da Silva e João Cândido de Deus e Silva.

¹⁴⁴³ APB-CD, sessões de 10/07/1833, p.57; 11/07/1833, p.61; 12/07/1833, p.67; 13/07/1833, p.67; 15/07/1833, p.69; 16/07/1833, p.76.

¹⁴⁴⁴ *O Sete de Abril*, nº 83, 08/10/1833; *O Universal*, nºs 945 (23/10/1833), 988 (05/02/1834); 1033 (23/05/1834); *Astro de Minas*, nºs 926 (19/10/1833), 1000 (05/04/1834).

partido a que fingia pertencer: a província inteira o aborrece, o detesta, e abomina”.¹⁴⁴⁵ Não à toa que Honório ingressaria a terceira legislatura como membro da oposição e contra a reforma constitucional, que em 1834 teve em Vasconcelos, Evaristo e Limpo de Abreu alguns dos seus principais condutores.

A medida mais extrema partiu de eleitores espalhados pelas vilas mineiras, como os que compunham a mesa eleitoral de Pitangui, na qual José Bento Ferreira de Melo era escrutador. Pedia-se à Câmara dos Deputados a anulação dos votos atribuídos a Honório Hermeto para a terceira legislatura, visto que o ex-ministro “já não era aquele deputado patriota que corajosamente defendia as liberdades publicas”, mas sim um aliado dos sediciosos de Outro Preto e até mesmo dos caramurus. O argumento era frágil, embora calcado no ideário dos regimes representativos. Alegava-se que, quando da época das eleições para a terceira legislatura, os eleitores não conheciam o “verdadeiro Honório”, e que este deixara de ser reconhecido como legítimo representante de Minas Gerais. Além disso, os assinantes do pedido lembraram que, segundo as instruções eleitorais de 1824, um deputado deveria possuir “patriotismo” para gozar do Carmo, coisa que Honório já não tinha.¹⁴⁴⁶ Houve iniciativas semelhantes nos colégios de Barbacena, Sabará, Pouso Alegre e Mariana.¹⁴⁴⁷ Na Câmara dos Deputados, a comissão encarregada de analisar os diplomas dos deputados emitiu um parecer desfavorável às representações dos colégios mineiros, declarando que Honório seria representante de “toda a nação”, e não somente de Minas Gerais.¹⁴⁴⁸ A comissão declarou, ainda, que a Constituição não dava aos eleitores o direito de revogarem seus votos, independente da quantidade de descontentes. Vasconcelos, que aquela altura liderava as vozes contrárias a Honório, afirmou que o pedido de cassação era legítimo por serem os eleitores aqueles que investiam os deputados de poder, podendo assim retirá-lo. O deputado Saturnino foi radicalmente contra a posição de Vasconcelos, acusando-a de ser uma afronta ao Legislativo. Posta em votação, o parecer da comissão foi aprovado e Honório empossado.¹⁴⁴⁹ O redator d’o *Novo Farol Paulistano* lamentou o fracasso da medida, afirmando que os “escritores” não haviam se dedicado à causa o quanto deveriam. Mas, segundo o jornal, o “Direito público” brasileiro continha uma falha, a de não ter o estatuto da “removibilidade”, um dos “dogmas mais sábios que as constituições modernas” vinham sancionando. No fim das contas, assumia que a reeleição era a única forma legal de punir um legislador por não ter atingido as expectativas dos eleitores.¹⁴⁵⁰

¹⁴⁴⁵ *O Universal*, nº 961, 29/11/1833.

¹⁴⁴⁶ Ofício de 04/04/1834, publicado pelo *Astro de Minas*, nº 993, 05/04/1834.

¹⁴⁴⁷ Cf. Ofícios diversos publicados pelo *O Universal*, nºs 982 (22/01/1834), 984 (27/01/1834), 989 (07/02/1834), 991 (12/02/1834), 1008 (24/03/1834).

¹⁴⁴⁸ APB-CD, sessão de 16/04/1834, p.42. A comissão era formada por Antonio Joaquim de Mello, Manoel Paranhos da Silva Veloso, Antonio Peregrino Maciel Monteiro, Batista de Oliveira, Venâncio Henriques de Resende.

¹⁴⁴⁹ APB-CD, sessão de 28/04/1834, p.44-46.

¹⁴⁵⁰ *O Novo Farol Paulistano*, nº 256, 01/04/1834.

Com o fim da revolta, o tema da anistia dos sediciosos acabou por mobilizar o debate político em Minas Gerais nos meses seguintes, com grande repercussão na Corte. O pedido da anistia, aliás, surgiu no Senado em fins de maio de 1833, mediante projeto apresentado pelo senador mineiro Antonio Gonçalves Gomide.¹⁴⁵¹ O tema percorreria as sessões da câmara alta por cerca de três meses, e um dos motivos para a demora na aprovação do projeto estava na divergência entre os senadores em elaborar uma anistia específica para Minas ou outra de caráter geral, aplicável aos crimes políticos cometidos nas outras províncias. Fora do plenário o projeto gerou muita controvérsia. Das Câmaras Municipais e sociedades políticas proliferariam manifestações contrárias ao pedido de anistia.¹⁴⁵² Na imprensa, o *Universal* faria, a mando de Vasconcelos, longa campanha contra a absolvição dos sediciosos, no que foi seguido por outros periódicos, inclusive de São Paulo, cujo governo de Tobias de Aguiar já manifestara seu apoio.¹⁴⁵³ O Senado, ao “abrir a estrada para que fossem anistiados os revoltosos de Ouro Preto”,¹⁴⁵⁴ mais uma vez virava foco de críticas de setores moderados de Minas Gerais e São Paulo, contribuindo para que no ano seguinte, quando retomada a discussão da reforma constitucional, deputados mineiros e paulistas se esforçassem para excluir os senadores do processo. Seja como for, a essa altura o movimento de 1833 passara a servir como uma arma política que seria revisitada de tempos em tempos até a conclusão do processo de anistia, em 1835, prestando-se a usos deliberados. Como observou Wlamir Silva, a Sedição serviria de pretexto ao grupo de Vasconcelos para reprimir as oposições na província, rotuladas de “desordeiras” e “restauradoras”, em oposição às virtudes do liberalismo moderado. Isso também se aplica, a nosso ver, aos adversários de projeção na Corte, como Honório Hermeto, acusado de conluio com os “desordeiros” de Ouro Preto, inclusive forjando assinaturas apresentadas no Senado de supostos elementos favoráveis à anistia.¹⁴⁵⁵

Os meses subsequentes à Revolta foram de apreensão na capital mineira, a começar pela perseguição infligida aos envolvidos, que não evitou o surgimento d’o *Mineiro*, jornal que segundo o *Universal* era “caramuru” e protetor dos sediciosos.¹⁴⁵⁶ Reunido pela primeira vez após a Sedição, o Conselho Geral aprovou uma série de posturas – iniciada pela Câmara de Mariana e seguida por outras municipalidades após recomendação do Conselho da Presidência – que discriminavam

¹⁴⁵¹ ASI, sessão de 29/05/1833, p.151-52.

¹⁴⁵² CEDI-CD, lata 90, maço 31, pasta 02, ofícios de 02/07/1833 (Sociedade Sustentadora do Governo Legal de d. Pedro II de S. Gonçalo da Campanha), 03/07/1833 (Guarda Nacional de Diamantina); 07/07/1833 (Sociedade dos Amigos da Beneficência de Diamantina); lata 94, maço 07, pasta 04, (Câmara Municipal de Ouro Preto), 20/08/1834 (Câmara Municipal de Barbacena), 15/08/1834 (Sociedade Provincial de Barbacena), 20/08/1834 (Sociedade Defensora de São João-del-rei), 06/07/1834 (moradores da freguesia de Piranga); APB-CD, sessão de 20/07/1833 (Sociedade da Liberdade de Sabará, Sociedade Cultora da Religião e Sustentadora da Liberdade de Congonhas, Sociedade Campanhense).

¹⁴⁵³ *O Universal*, n°s 888 (12/06/1833), 893 (24/06/1833); 897 (03/07/1833); 929 (16/09/1833); 943 (18/10/1833); *O Novo Farol Paulistano*, n° 195 (09/08/1833).

¹⁴⁵⁴ *O Novo Farol Paulistano*, n° 195 (09/08/1833).

¹⁴⁵⁵ *O Vigilante*, n° 239, 27/08/1834.

¹⁴⁵⁶ *O Universal*, n° 903, 17/07/1833.

aqueles indivíduos considerados “perturbadores do sossego público”. Entre as ações passíveis de pena estavam “pregar ou insinuar a conveniência da volta do imperador”, “espalhar boatos falsos para atirar o povo ou desvia-lo da obediência do Governo Legal”, e “seduzir os Militares, e Guardas Nacionais, ou Permanentes a deserdar de seus corpos, ou a não tomar armas contra o ex-imperador (...) ou contra qualquer governo intruso”.¹⁴⁵⁷ A instabilidade política de Ouro Preto fez a Regência mudar de tática e nomear, no mês de novembro, Antonio Limpo de Abreu como presidente.¹⁴⁵⁸ Nome mais votado entre os deputados mineiros para a terceira legislatura e que vinha crescendo de atuação no Parlamento, Limpo de Abreu era próximo de Vasconcelos, Ferreira de Melo e Manoel Inácio, de quem era primo por afinidade.¹⁴⁵⁹ Seria rigoroso na perseguição aos sediciosos, opondo-se à política de anistia do governo da Corte e negando-se a executar a comutação de penas.¹⁴⁶⁰ A atitude de Limpo de Abreu gerou atrito com Aureliano, que vinha mantendo o discurso na linha da anistia, o que foi explorado politicamente por Vasconcelos, ainda ressentido com sua saída da pasta da Fazenda em 1832¹⁴⁶¹ e contrariado com o encaminhamento dado pelo governo à Sedição. Enquanto o *Universal* preocupava-se mais com aspectos internos às Gerais, o *Sete de Abril*, também patrocinado por Vasconcelos, combateu Aureliano com vistas a desestabilizar seu Ministério.¹⁴⁶² Na Câmara dos Deputados o tema da Sedição voltaria a ganhar destaque em julho de 1834, quando se iniciou o debate sobre a anistia dos sediciosos.¹⁴⁶³ Vasconcelos, Limpo de Abreu e Ferreira de Melo repudiariam com veemência a absolvição dos sediciosos, porém, em virtude da votação da reforma, o tema seria empurrado para o ano seguinte.

4.5. O Ato Adicional

“(...) os paulistas esperam o remédio às necessidades das províncias”.¹⁴⁶⁴

Trecho de ofício enviado à Câmara dos Deputados pela Câmara Municipal de São Carlos, São Paulo, 25/01/1834.

¹⁴⁵⁷ ACG-MG, sessão de 28/09/1833. In: Revista do Arquivo Público Mineiro, 1913, p.248-249; APM, CGP3/2, cx.04, docs. 38 (Mariana), 41 (São Carlos do Jacuhy), 42 (Ouro Preto), 45 (Lavras) 47 (Minas Novas), 48 (Campanha) e 50 (Formigas).

¹⁴⁵⁸ *O Universal*, nº 940, 11/10/1833.

¹⁴⁵⁹ *Aurora Fluminense*, nº 738, 25/02/1833.

¹⁴⁶⁰ Cf. VEIGA, *op. cit.*, p.316-317; CASTRO, Paulo Pereira de, *op. cit.*, p.35.

¹⁴⁶¹ Segundo Paulo Pereira de Castro, Vasconcelos esperava ser reconduzido à pasta da Fazenda depois de arrefecidos os ânimos do 30 de julho, o que não ocorreu. Cf. CASTRO, Paulo Pereira de, *op. cit.*, p.35.

¹⁴⁶² *O Sete de Abril*, nºs 81 (01/10/1833), 101 (10/12/1833), 109 (11/01/1834), 116 (01/02/1834).

¹⁴⁶³ APB-CD, sessões de 22 e 24/07/1834.

¹⁴⁶⁴ ALESP, FCGP-CO34.001, cx.24, ofício de 25/01/1834.

“Por isso que destinados a encetar as primeiras reformas do contrato social, procurareis sem dúvida merecer as bênçãos da Pátria, abrindo uma época brilhante nos anais da regeneração deste nascente Império”.

Trecho de ofício enviado à Câmara dos Deputados pela Câmara Municipal de Sabará, Minas Gerais, 12/06/1834.

No início de 1834, a internalização da reforma pelo Parlamento era encarada nos círculos políticos oficiais e extraoficiais como um dado concreto. A lei de 12 de outubro de 1832 conferira um amparo legal à matéria, da mesma forma que, prejudicados nas eleições de 1833, setores avessos a mudanças na Carta de 1824 adentrariam na 3ª legislatura enfraquecidos, ao menos no tocante ao discurso antirreformista.¹⁴⁶⁵ Mas apesar de haver um clima favorável à consecução da reforma pelas vias legais, havia muita incerteza sobre como os deputados a abordariam. Representações partidas de todo o Império contestavam alguns pontos da lei de 12 de outubro, como a manutenção da vitaliciedade do Senado, deixando no ar a sensação de que ainda havia espaço para mudanças outras que aquelas contidas na estrutura básica da reforma.¹⁴⁶⁶ Esse aspecto está subentendido em uma fala d’o *Universal*, que considerou “mesquinho” o conteúdo da lei 1832 se comparado à “Constituição de 30 de julho”, além de questionar a insistência por parte de alguns setores em desejar apenas mudanças paulatinas na estrutura política do Império:

“Não nos atrevemos a dizer que se deve esperar dela [Câmara dos Deputados] o complemento das reformas, por que muitos já que dizem que só foram autorizados os deputados para tratar das que foram indicadas no decreto de 12 de outubro de 1832; e outros que o Estado correrá muito risco a não marchar gradualmente. Quanto a primeira objeção veremos qual há de ser a opinião da maioria da Câmara dos Deputados; mas quanto a segunda é mister notar que a marcha gradual, a que grandes espíritos recorrem, é muitas vezes antes um sofisma, do que uma prova fundamental”.¹⁴⁶⁷

Para o redator do *Astro de Minas*, em artigo que sustentava a necessidade de serem criadas as Assembleias Legislativas, era melhor que os deputados “concedessem em boa paz aquilo que elas [as províncias] pudessem arrogar-se de modo próprio, em desarmonia, com o confronto, o que seria uma calamidade”.¹⁴⁶⁸ A fala continha um argumento muito utilizado pelos políticos da época:

¹⁴⁶⁵ JANOTTI, Aldo. Ato Adicional e Unidade Nacional. *Revista de História*, nº 114, jan/jun, 1983, p.47-60.

¹⁴⁶⁶ CEDI-CD, lata 97-C, maço 26, pasta 5, ofício emitido pela Câmara Municipal de Queluz em 17/05/1834. Em julho de 1834, com a reforma já em andamento, a Sociedade Federal Fluminense encaminhou uma correspondência à Câmara dos Deputados para que esses revessem a manutenção do Senado vitalício. O documento foi assinado por Epifânio José Pedroso, João Guilherme Ferreira Pinto e Cristiano Benedito Ottoni, cf. *Astro de Minas*, nº 1037, 10/07/1834.

¹⁴⁶⁷ *O Universal*, nº 1017, 16/04/1834.

¹⁴⁶⁸ *Astro de Minas*, nº 1021, 03/06/1834.

em caso de recuo na proposta de reforma, o Império poderia cair em desgraça, vítima da “anarquia” e da insatisfação dos grupos provinciais.

Elementos favoráveis à alteração da Carta de 1824 temiam por alguma manobra antirreformista, suspeita que assumiu contornos de realidade quando a fala do trono daquele ano deixara de mencionar a reforma.¹⁴⁶⁹ O Ministério, aquela época formado por Chichorro da Gama (Império), Sousa Coutinho (Justiça e, interinamente, Estrangeiros), Araújo Viana (Fazenda), Joaquim Rodrigues Torres (Marinha) e Ferreira de Brito (Guerra) – apenas os dois últimos remanesciam da composição original do gabinete de 13 de setembro de 1832 – não representava exatamente aqueles grupos entusiastas da reforma, mas setores moderados com menos dependência das bases eleitorais provinciais e mais bem relacionados com setores do governo de d. Pedro.¹⁴⁷⁰ Para o redator do *Astro de Minas*, o Ministério vinha conseguindo o “fenômeno espantoso” de formar seu “partido na Câmara” por “gente de duas comunhões”, referindo-se ao embate moderados vs. caramurus.¹⁴⁷¹

A omissão da reforma na fala do trono repercutiu na capital e nas províncias, tanto que em Minas Gerais algumas municipalidades e sociedades políticas, em estreita sintonia entre os setores locais e o debate político ocorrido na Corte, representaram aos deputados manifestando seu descontentamento sobre o ocorrido, o que demonstrava uma.¹⁴⁷² Para a Sociedade Promotora do Bem Público de Ouro Preto, “havia ocorrido uma indesculpável omissão, para não dizer indiferença, e por isso ela não pode deixar de se ressentir que o Ministério brasileiro fosse surdo ao coro nacional”.¹⁴⁷³ Na mesma linha protestaram alguns dos periódicos moderados mineiros.¹⁴⁷⁴ Certo é que da abertura dos trabalhos legislativos até a votação do Ato Adicional, a Assembleia

¹⁴⁶⁹ *Falas do trono desde o ano de 1823 até o ano de 1889*: acompanhadas dos respectivos votos de graças da câmara temporária e de diferentes informações e esclarecimentos sobre todas as sessões extraordinárias, adiamentos, dissoluções, sessões secretas e fusões com um quadro das épocas e motivos que deram lugar a reunião das duas câmaras e competente histórico. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

¹⁴⁷⁰ Araújo Viana e Rodrigues Torres, por exemplo, votariam contra a reforma.

¹⁴⁷¹ Dizia o redator: “(...) ainda que não possamos formar um juízo bem seguro do Ministério, todavia é inegável que o da Fazenda tem dado escandalosa proteção aos caramurus encantando-os nos empregos da sua repartição sem o menor escrúpulo; o da marinha mete-se muito pelo nosso partido, mas não deixa de imitar em pequena escala o Sr. Araújo Viana. Chichorro vai sofrível, e parece querer o progresso; o da justiça é que tem desenvolvido mais energia, mas não sabemos porque fatalidade encalham na execução as ordens mais fortes, que são expedidas pela sua repartição: todavia é o mais acreditado dos três; quanto ao ministro da guerra é caracterizado, pela expressão vulgar, como um Maria vai com as outras”. Cf. *Astro de Minas*, nº 1017, 24/06/1834.

¹⁴⁷² CEDI-CD, lata 97-C, maço 26, pasta 5, ofícios diversos. Para os protestos feitos pelas Câmaras Municipais, ver *O Universal*, nº 1041, 12/06/1834 (ofícios de Mariana, Ouro Preto, Pouso Alegre, Sabará, Piranga); Para os protestos feitos pelas sociedades políticas, ver nºs 1034, 27/05/1834 (Sociedade Pacificadora de Sabará, Sociedade Promotora do Bem Público de Ouro Preto).

¹⁴⁷³ *Felicitação aos augustos e digníssimos representantes da nação*, feita pela Sociedade Promotora do Bem Público de Ouro Preto, 23/05/1834. Documento publicado pelo *Universal*, nº 1034, 27/05/1834.

¹⁴⁷⁴ *O Universal*, nº 1031, 20/05/1834; *O Vigilante*, nº 218, 11/06/1834; *Astro de Minas*, nº 1021, 03/06/1834.

Geral receberia uma grande quantidade de representações cobrando a concretização da reforma constitucional.¹⁴⁷⁵

Antes de adentrarmos nas discussões que culminaram no Ato Adicional, é importante frisar que a Câmara dos Deputados de 1834 apresentava um perfil distinto daquele da legislatura anterior. Como visto no capítulo precedente, as bancadas provinciais – e, no caso aqui tratado, de Minas Gerais e São Paulo – sofreram mudanças significativas na passagem da 2ª para a 3ª legislatura. Os moderados paulistas viram Paula Sousa e Feijó, seus deputados de maior projeção nacional, sagrarem-se senadores, sem contar que Pacheco e Silva, Tobias de Aguiar e Sá Ribas, os mais experientes dentre os que remanesceram da legislatura anterior, mantiveram atuações discretas na Câmara. Considerando que os deputados estreantes também não se sobressaíram no plenário,¹⁴⁷⁶ não é exagero afirmar que os legisladores paulistas tiveram uma participação relativamente menor na condução dos debates da reforma constitucional quando comparamos aos anos 1831-1832. Isso não significa que tenha havido uma debandada dos paulistas com relação à reforma – a adesão ao projeto elaborado pela comissão seria maciça –, apenas que em termos dos trabalhos legislativos, cuja face mais evidente são os anais da Câmara, a atuação dos deputados de São Paulo foi menos efetiva quando confrontada aos da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais. No caso dos mineiros, a despeito da ausência de Melo e Sousa e do afastamento de Honório Hermeto, os moderados ligados à Vasconcelos e aos políticos do sul de Minas mantiveram-se atuantes no início da 3ª legislatura. Custódio Dias, Evaristo da Veiga, Limpo de Abreu e o próprio Vasconcelos tiveram participação decisiva no encaminhamento da reforma, seja como redatores do projeto-base, no caso dos dois últimos, seja como defensores do texto elaborado pela comissão, como veremos nas linhas a seguir.

As mudanças não se circunscreveram aos setores moderados. Notórios críticos da reforma como Montezuma, Rebouças e Calmon du Pin não participaram das discussões que culminaram no Ato Adicional, alguns por não terem tomado assento a tempo, outros por não terem sido reeleitos.¹⁴⁷⁷ Com representação menor que na legislatura anterior, os setores que se opunham à reforma tiveram menos voz ativa no ano de 1834, posto que, graças à aprovação da lei 12 de outubro de 1832, tentativas de obstruir a reforma tornaram-se cada vez menos viáveis e politicamente desgastantes, obrigando os “antirreformistas” a mudarem de discurso. Holanda Cavalcanti, um dos detratores mais acintosos da reforma, utilizaria como nova tática desqualificar o projeto redigido pela comissão especial, esperando com isso reduzir seus efeitos.

¹⁴⁷⁵ CEDI-CD, lata 97-C, maço 26, pasta 5, ofícios das Câmaras de Itu (14/04/1834), Baependy (19/04/1834), Sorocaba (09/05/1834), Mariana (04/06/1834), Minas Novas (08/07/1834), Curvelo (08/07/1834), Itabira (14/07/1834) e São Bento do Tamanduá (14/07/1834).

¹⁴⁷⁶ Exceção feita a Francisco Álvares Machado de Vasconcelos, como será observado.

¹⁴⁷⁷ Rebouças só tomaria assento em 1837; Calmon Du Pin, em 1836-1837, ambos como suplentes. Montezuma, por sua vez, não conseguiu se reeleger. Cf. TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *A Câmara dos deputados sob o Império*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1950, p.125.

A maior novidade dos debates ocorridos em 1834 reside, todavia, em outro ponto. Aproveitando o fato de que as bases da reforma estavam aprovadas e que dificilmente seria dado um passo atrás em sua concretização, setores que almejavam uma maior autonomia das províncias passaram a se manifestar com maior contundência, firmando-se como os principais críticos do projeto de reforma elaborado pela comissão especial no início dos trabalhos legislativos de 1834. Como será possível observar, eram em sua grande maioria representantes das províncias do norte, questionadores do novo ordenamento institucional proposto e críticos da premência do Rio de Janeiro como centro do Império.

Aberta a sessão de 1834, duas matérias polêmicas subiram à tona antes que o debate sobre a reforma fosse iniciado: o que previa o banimento do ex-imperador, proibindo-o de entrar no Império do Brasil, e outro que destituía José Bonifácio da tutoria de d. Pedro II. O primeiro havia sido apresentado pelo deputado Henriques de Rezende em junho do ano passado, em meio aos crescentes rumores sobre o regresso de d. Pedro,¹⁴⁷⁸ e vinha recebendo manifestações de solidariedade de setores moderados do centro-sul, como do Conselho Geral de São Paulo, que cobrou sua aprovação no Parlamento.¹⁴⁷⁹ Aprovado na Câmara, o projeto cairia em primeira discussão no Senado.¹⁴⁸⁰ A segunda questão foi para a câmara vitalícia após decreto da Regência indicando a remoção do tutor. Segmentos moderados vinham fazendo intensa campanha para o afastamento de Bonifácio mesmo após o 30 de julho, inclusive mediante pronunciamentos oficiais por parte das Câmaras Municipais e dos Conselhos Gerais,¹⁴⁸¹ de forma que a matéria chegou ao Senado carregada de pressão política, e, embora sem muita convicção por parte dos senadores, acabou sendo aprovada.¹⁴⁸² As duas matérias, de cunho eminentemente político, consistiam em tentativas extremadas por parte dos moderados em conter o avanço dos caramurus, especialmente no paço imperial.

O tema da reforma entrou e pauta no início de junho, quando se decidiu nomear uma comissão especial para elaborar um projeto final que tomaria como base os artigos aprovados pela lei de 12 de outubro 1832. Seus integrantes – Paula Araújo, Bernardo Vasconcelos e Limpo de

¹⁴⁷⁸ O ápice do “temor” pela restauração ocorreu em setembro de 1833, quando se tornou pública a notícia da viagem de Antonio Carlos, irmão de Bonifácio, à Europa. O intento da visita, segundo os moderados, era convencer d. Pedro a retornar ao Brasil como imperador, cf. JANOTTI, Aldo. Monarquia, restauração monárquica e o problema da unidade nacional na época da Regência. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 21, p. 19-32, dez. 1979. Com grande repercussão, o caso foi mencionado pelos periódicos moderados de Minas e São Paulo como uma articulação restauradora, cf. *O Novo Farol Paulistano*, nº 231, 10/01/1834.

¹⁴⁷⁹ APB-CD, sessão de 09/05/1834, p.55; ASI, sessão de 06/05/1834, p.15. Para a votação do projeto, ver APB-CD, sessões de 16/05/1834, p.65; 17/05/1834, p.67; 03/06/1834.

¹⁴⁸⁰ ASI, sessão de 18/06/1834; *O Universal*, nº 1052, 07/07/1834.

¹⁴⁸¹ Diversos ofícios e comunicados foram enviados ao Parlamento solicitando a remoção de José Bonifácio, cf. APB-CD, sessão de 10/07/1833 (Câmara Municipal de Guaratinguetá); ASI, sessão de 02/07/1833, p.84 (Câmara Municipal de Campanha); *O Universal*, nº 975, 07/01/1834; APM, SPCGP2, cx01, doc13 (Conselho Geral de Minas Gerais); *O Novo Farol Paulistano*, nº 241, 03/02/1834.

¹⁴⁸² ASI, sessões de 10,11,12 e 21 de julho de 1834.

Abreu, o primeiro reeleito pela Bahia, os outros por Minas Gerais – apresentaram um texto composto por trinta artigos que tinha como norte a criação das Assembleias Legislativas Provinciais e a definição de seu funcionamento. Ele marcava, também, as novas atribuições dos presidentes de província e a instauração de uma Regência una, além de garantir a supressão definitiva do Conselho de Estado.¹⁴⁸³

Quando se passou a debater sobre a forma como seria discutido o projeto, o deputado mineiro José Custódia Dias, um dos articuladores do 30 de julho, propôs uma medida que causou grande polêmica entre os deputados. Para ele a reforma deveria ser discutida e votada apenas pela câmara eletiva, uma vez que se os senadores interferissem no encaminhamento da matéria seu resultado seria pouco profícuo, à semelhança do que ocorrera na votação da lei de 12 de outubro, quando a proposta original da Câmara sofreu diversas emendas do Senado.¹⁴⁸⁴ Tida pela bibliografia como uma solução parlamentar, pensada do calor do momento, a ideia de afastar o Senado da reforma já vinha sendo aventada, aos menos publicamente, desde abril. Em Minas Gerais, o *Universal* publicou alguns artigos nesse sentido, afirmando que o Senado, “construído debaixo do despotismo imperial”, não tinha compromisso com o “progresso” e com o “povo”. Evocando a Carta de 1824, o redator sublinhou que nenhum dos artigos sobre a reforma fazia alusão à participação de Senado, apenas à Câmara dos Deputados, a única a ser investida de poderes especiais.¹⁴⁸⁵ A lei de 12 de outubro, por sinal, também não mencionava os senadores.¹⁴⁸⁶ O fato de ambas omitirem o Senado não significa que este estivesse impedido de participar da reforma. Ao contrário, houve um claro abuso de poder da parte dos deputados.

Na Câmara dos Deputados a discussão sobre o tema tomou três sessões. Dentre os que apoiaram o padre mineiro estavam o próprio Paula Araújo e Evaristo da Veiga, reeleito por Minas Gerais, que alertou para um possível “guerra civil” no caso das reformas serem novamente vetadas pelo Senado.¹⁴⁸⁷ Já os que criticaram a matéria, como Francisco de Sousa Martins (Piauí), Antonio Pedro de Costa Ferreira (Maranhão), Manuel Maria do Amaral (Bahia), Romualdo Antonio Seixas (Bahia), e Antonio Holanda Cavalcanti (Pernambuco) e Antonio Peregrino Maciel Monteiro (Pernambuco) acreditavam que a exclusão do Senado consistiria em um desrespeito à Constituição, já que segundo o texto de 1824 todas as leis deveriam passar pelas duas Casas. A divergência de posicionamentos não impediu que a indicação do padre mineiro ganhasse com ampla vantagem, o

¹⁴⁸³ APB-CD, sessão de 07/06/1834, p.104-106.

¹⁴⁸⁴ APB-CD, sessão de 14/06/1834, p.131.

¹⁴⁸⁵ *O Universal*, nºs 1025 (05/05/1834), 1032 (22/05/1834). Ver, também, *O Astro de Minas*, nº 1006, 29/04/1834. O redator d’*o Astro* se dizia “convencido” de que as reformas seriam “sancionadas pelo poder Executivo independente da intervenção dos Anciãos, que não haviam sido pelos eleitores revestidos de poderes para tal fim”.

¹⁴⁸⁶ Dizia o artigo único da Lei de 1832: “Os Eleitores dos Deputados para a seguinte Legislatura lhes conferirão nas procurações especial faculdade para reformarem os artigos da Constituição, que se seguem”.

¹⁴⁸⁷ APB-CD, sessão de 14/06/1834, p.136.

que indicava uma descrença explícita dos deputados com relação à efetiva adesão dos senadores à reforma.¹⁴⁸⁸ O *Novo Farol Paulistano* encarou a medida como indicação “congruente com o espírito da lei” e de “conveniência extrema pelo lado político”.¹⁴⁸⁹

No dia seguinte à concordância com a indicação, Holanda Cavalcanti procurou deslegitimar o projeto da comissão, declarando que ele distorcia a lei de 12 de outubro por ir além dos artigos reformáveis, produzindo assim um texto que equivalia à Constituição de Pouso Alegre. Evaristo redarguiu que o projeto “não era um 30 de julho”, pois a Câmara tinha autorização dos representantes para tocá-lo adiante. As tentativas por parte de alguns deputados – e do próprio Senado – não foram suficientes para barrar o projeto, que venceu com folga e foi encaminhado para segunda discussão.¹⁴⁹⁰

O primeiro artigo analisado pelos deputados foi o que garantia a criação de Assembleias Legislativas em cada uma das províncias. Como era de se esperar, inúmeros embates surgiram em meio à discussão da matéria, a começar pela natureza dos novos órgãos. Ernesto Ferreira França, deputado por Pernambuco, sugeriu uma emenda a qual evidenciasse que as Assembleias substituiriam os Conselhos Gerais, que na sua opinião teriam atribuições mais amplas do que os que os órgãos a serem criados, posto que a Carta de 1824 não impusera limites precisos sobre o que os conselheiros gerais poderiam ou não determinar. O deputado baiano Francisco Gonçalves Martins apoiou a emenda de seu conterrâneo, em virtude das Assembleias representarem, segundo ele, uma restrição ao poder provincial. É curioso ressaltar que o poder de legislar, teoricamente o grande avanço das Assembleias com relação aos Conselhos Gerais, não era necessariamente concebido como uma melhoria entre parte dos deputados. É evidente que havia muito de argumento retórico nesse raciocínio, bem como no de Holanda de Cavalcanti, para quem as Assembleias Legislativas seriam “sinônimos” dos Conselhos Gerais.¹⁴⁹¹ Mas de toda forma um dos motivos que fez com que a ingerência legislativa das Assembleias não fosse compreendida como um benefício em si residia na incerteza de que as leis aprovadas em nível provincial fossem de fato implementadas. Em outros termos, questões importantes ainda precisavam ser votadas para dar tangibilidade ao poder legislativo provincial, como a de quem teria o poder de sancionar ou vetar as medidas aprovadas pelas Assembleias. A criação de uma esfera de poder provincial dotada de competência legislativa permanecia, ainda assim, como o cerne do projeto das novas Assembleias, e experiência de cerca de seis anos de Conselhos Gerais mostrara aos políticos do Império que tal inovação ia além do fato de as localidades legislarem sobre seus negócios. Sem dúvida sua grande limitação, a ausência de poder legislativo por parte dos Conselhos Gerais havia gerado uma perigosa zona de intersecção

¹⁴⁸⁸ APB-CD, sessão de 17/06/1834, p.159-60.

¹⁴⁸⁹ *O Novo Farol Paulistano*, nº 278, 04/07/1834.

¹⁴⁹⁰ APB-CD, sessão de 18/06/1834.

¹⁴⁹¹ APB-CD, sessão de 23/06/1834, p.166-167.

político-administrativa entre tais órgãos, os executivos provinciais – dos quais os Conselhos da Presidência tinham um papel importante – e o Legislativo, o que dificultou a definição do real campo de atuação de cada um desses espaços de poder.

Mais polêmica ainda gerou o parágrafo que mantinha o município do Rio de Janeiro independente da Assembleia Legislativa que seria criada na província fluminense. Novamente Ferreira França foi um dos que se manifestou contra o projeto, ponderando que além de injusta para com os cidadãos residentes na Corte, não caberia ao Parlamento tratar de assuntos municipais e provinciais. Defensor do parágrafo, Evaristo afirmou que a capital do Império tinha que estar “desligada de todos os feixos provinciais”, o que significava estar fora da área de influência dos potentados locais. Vasconcelos, um dos redatores do projeto, argumentou que no parágrafo proposto estava embutida a ideia de se diferenciar o que seria “nacional”, “municipal” e “provincial”, sendo tal divisão saudável para a delimitação dos espaços de poder do Império.¹⁴⁹²

Não menos acerbada foi a discussão acerca da marcação do número de representantes que teria cada Assembleia. Segundo o projeto original, cada província só poderia alterar o número de seus representantes – a ser fixado pela reforma – por meio de legislação votada pelo Parlamento. O deputado pelo Rio Grande do Norte Francisco de Brito Guerra argumentou que o número de elementos que comporia as Assembleias deveria ser modificado por lei provincial, no que foi seguido pelo maranhense Antonio Pedro Costa Ferreira, crítico do suposto teor centralizador da proposta da comissão. Venâncio Henriques de Rezende – rebelde em 1817, simpatizante da Confederação do Equador e identificado aos exaltados de Pernambuco¹⁴⁹³ – foi ainda mais longe, propondo que cada província decidisse por si se lhe interessava permanecer no pacto social firmado pela Carta de 1824 ou ingressar naquele proposto pelas reformas, pois se mantendo o governo monárquico já era o bastante assegurar a unidade no Império, cabendo ao governo do Rio de Janeiro apenas revogar aquelas medidas vindas das localidades que fossem julgadas anticonstitucionais.¹⁴⁹⁴ Brito Guerra pediu a palavra novamente para defender sua emenda, no que foi apoiado por Francisco Gonçalves Martins (Bahia), Jerônimo Martiniano Figueira de Melo (Ceará), José Maria Veiga Pessoa (Paraíba do Norte) e Holanda Cavalcanti. Foi necessária, então, a intervenção dos membros da comissão para conter as duas emendas que, segundo Limpo de Abreu, provocariam a agitação das “facções” e a perturbação da “paz e tranquilidade públicas”, no que foi apoiado por Vasconcelos e Evaristo.¹⁴⁹⁵ Em consonância com seus companheiros de bancada, o padre Custódio Dias afirmou estar “persuadido que na Câmara existiam todas as notabilidades e conhecimentos”,

¹⁴⁹² APB-CD, sessão de 23/06/1834, p.167-70.

¹⁴⁹³ CADENA, Paulo Henrique Fontes. *Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque* (Pernambuco, 1801-1844). Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2011.

¹⁴⁹⁴ APB-CD, sessão de 25/06/1834, p.170-76.

¹⁴⁹⁵ APB-CD, sessão de 25/06/1834, p.176.

além do que, “por amor próprio”, alguma Assembleia poderia querer dispor de uma “grande representação”, o que seria danoso para Império, pois a “ciência” não residia no “grande número”.¹⁴⁹⁶

Outra emenda oferecida por Figueira de Melo tornou os debates ainda mais acalorados, ao sugerir que as Assembleias Provinciais fossem dotadas de duas casas legislativas, retomando assim um ponto estipulado pelo projeto Miranda Ribeiro, mas que havia sido substituído pelo unicameralismo na Constituição de Pouso Alegre e omitido pela lei de 12 de outubro em 1832. Transportando para as províncias um debate a essa altura já bastante difundido dentro dos regimes representativos, o bicameralismo traria, segundo Figueira de Melo, Gonçalves Martins e Francisco de Sousa Martins, uma maior estabilidade política às províncias, pois evitaria os excessos cometidos por uma única casa legislativa e a proliferação do “espírito de facção”, constituindo, portanto, mais uma garantia à ordem. Da bancada mineira saíram novamente em ataque à emenda os deputados Vasconcelos, Custódio Dias, Limpo de Abreu e Evaristo. Este ponderou que “bem longe de ser contrário à subdivisão dos corpos legislativos em duas câmaras”, acreditava não convir às províncias tal instituição, pois além de “aumentar excessivamente os encargos” provinciais, traria “morosidade” aos trabalhos das Assembleias, órgãos que em sua opinião deveriam trazer “benefícios” de forma rápida, superando assim a pouca agilidade dos Conselhos Gerais.¹⁴⁹⁷ Custódio Dias, por sua vez, acreditava que “sem atribuições distintas uma da outra, pouca vantagem trariam”.¹⁴⁹⁸

A questão da existência de duas casas não era tão simples, pois se por um lado o debate liberal clássico costumava identificar o unicameralismo às vertentes liberais mais radicais – já que haveria uma correspondência entre unicidade da nação e unicidade da representação, consubstanciadas em uma única casa legislativa –¹⁴⁹⁹ por outro a realidade provincial brasileira permitia uma leitura diferente. Para os deputados que defendiam o bicameralismo, a existência de uma bancada senatorial local conferiria maior autonomia e legitimidade à província, tornando-a menos dependente do Executivo local. Isso porque ao desempenhar a função de contrapeso ao poder dos deputados, o Senado provincial tornaria menos necessária a intervenção dos presidentes de província nas decisões das Assembleias. O que importa é que esses objetivos não apareciam no discurso dos deputados, que se valeram do argumento da “sabedoria” e da “prudência” das câmaras altas – recurso muito utilizado, aliás, pelos que haviam votado a favor da manutenção do Senado vitalício dois anos antes – para encobrir seus verdadeiros propósitos.

¹⁴⁹⁶ APB-CD, sessão de 28/06/1834.

¹⁴⁹⁷ APB-CD, sessão de 26/06/1834, p.176.

¹⁴⁹⁸ APB-CD, sessão de 27/06/1834.

¹⁴⁹⁹ Ver, por exemplo, SHELL, Donald. The History of Bicameralism. *Journal of Legislative Studies*, v.7, n.1, 2001, p. 5-18.

As eleições para as Assembleias Legislativas também geraram controvérsia. De acordo com o projeto da comissão, as legislaturas provinciais acompanhariam o procedimento adotado para a eleição dos representantes da nação e teriam a duração de dois anos. Costa Ferreira contestou o teor da matéria e sugeriu que cada província decidisse sobre a duração de suas respectivas legislaturas, sendo apoiado por Francisco de Souza Martins, Figueira de Mello e Henriques de Rezende, todos críticos do curto período estipulado pelo texto da comissão e da imposição de um dispositivo geral, o que tolheria a “soberania provincial”. Coube novamente a Paula Araújo e a Vasconcelos fazerem prevalecer o texto da comissão. Segundo o deputado mineiro, a atribuição proposta por Costa Ferreira era “perigosa à liberdade”, pois em Assembleias com “sede de mando” as legislaturas poderiam durar “muitos anos”.¹⁵⁰⁰

Está claro até agora que o advento de emendas ao projeto da comissão, quase todas denunciadoras de um suposto cerceamento da autonomia local, exigiu que seus membros e adeptos explicitassem com maior clareza os objetivos da proposta. Esta tinha por intuito estabelecer a união das províncias em torno de um centro político a ser representado pela Corte, que não subverteria de todo a ordem das coisas, especialmente o papel do Rio de Janeiro como ponto de aderência entre as províncias. Sob a bandeira da “moderação” e do repúdio às “opiniões exageradas”,¹⁵⁰¹ políticos como Vasconcelos, Limpo de Abreu, Evaristo e Custódio Dias difundiram a ideia de que a reforma traria em seu bojo um afrouxamento dos laços que atavam as províncias ao centro do Império, concedendo-lhes maiores poderes, e não uma supressão do sistema monárquico-constitucional estipulado pela Carta de 1824. Tom semelhante foi adotado pela maioria dos periódicos moderados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Para o *Astro de Minas*, o projeto da comissão havia “prevenido que elas [Assembleias Legislativas Provinciais] se arrogassem de pretensões em desarmonia com a integridade do Império”.¹⁵⁰²

Muito embora as emendas supracitadas tenham fracassado, algumas é verdade em votação apertada, é de se registrar a mudança sofrida no teor dos debates ocorridos na Câmara dos Deputados. Se em 1831-1832 o grande confronto envolveu reformistas de diversos matizes e antirreformistas, que se digladiaram sobre a plausibilidade ou não da reforma, em 1834 foi posto em segundo plano o mérito da opção reformista, abrindo-se espaço para outro tipo de embate. Este passou a opor defensores do projeto apresentado pela comissão especial, em sua maioria políticos moderados de centro-sul do Império, contra políticos que clamavam por uma maior autonomia das províncias, homens oriundos majoritariamente das províncias do Norte, especialmente da Bahia, Pernambuco e Maranhão. Dentre eles estavam antigos exaltados, como Henriques de Rezende,

¹⁵⁰⁰ APB-CD, sessão de 28/06/1834, p.196-199.

¹⁵⁰¹ *Ibidem*.

¹⁵⁰² *Astro de Minas*, nº 1032, 28/06/1834.

Cornélio Ferreira França e Ernesto Ferreira França, que relançaram temas engavetados pelo fechamento da Constituinte de 1823 e que foram alvos de repressão durante o Primeiro Reinado. Disso não é possível traçar uma polarização rígida entre políticos sulistas e nortistas,¹⁵⁰³ mesmo porque o próprio Paula Araújo era representante pela Bahia, mas é no mínimo crível que bancadas das províncias mais distantes do Rio de Janeiro, mesmo com toda sua heterogeneidade, receassem por uma reforma que ao invés de franquear poder às províncias recriasse sob um novo pacto político a subordinação da esfera provincial à nacional. Os críticos do texto da comissão viam com reserva a própria dependência das Assembleias Legislativas frente ao presidente de província nos casos de prorrogação das sessões, que durariam três meses e poderiam contar com mais um. No projeto da comissão cabia aos presidentes tal ingerência, o que segundo seus opositores seria uma interferência indevida do governo na soberania das províncias, que deveriam resguardar em suas Assembleias esse direito. Vasconcelos, Paula Araújo e Evaristo foram mais uma vez determinantes na aprovação da matéria sem qualquer emenda.

A maior polêmica com relação ao projeto girou em torno das atribuições das Assembleias Legislativas. Iniciado o debate, o deputado baiano Cornélio de Ferreira França, irmão de Ernesto Ferreira França, apressou-se em retomar alguns pontos já ventilados no início da discussão do projeto, afirmando que tais atribuições não deveriam ser especificadas no texto final da reforma, pois seria praticamente impossível marcar todas as “minuciosidades” das províncias, cabendo assim apenas uma descrição geral. Cornélio contestou ainda o artigo 12 do projeto, o qual proibia que as províncias legislassem sobre impostos de exportação. Isso porque para o deputado baiano os tributos de exportação não poderiam ser considerados “gerais” – tal como impusera a lei de 24 de outubro de 1832 – pois nem todas as províncias o possuíam. A solução seria, portanto, extinguir a divisão prevista pela lei de 24 de outubro, deixando às províncias decidir sobre como contribuir com Tesouro Nacional. Em tom semelhante falou seu conterrâneo Gonçalves Martins, para quem os impostos de exportação deveriam ser considerados recursos internos às províncias. Ambos acabaram reacendendo, de forma inusitada, uma matéria que em meio à reviravolta proporcionada pelo 30 de julho acabou sendo aprovada sem uma discussão mais pormenorizada, prejudicando províncias como Bahia, Pernambuco e Maranhão, cujo grosso da receita era de origem alfandegária.¹⁵⁰⁴ Sabedor disso, o mineiro Batista Caetano de Almeida propôs dias depois que o

¹⁵⁰³ O uso político das divergências entre deputados “sulistas” e “nortistas” foi observado pelos contemporâneos: “(...) a intriga para a divisão entre deputados, com a denominação sulistas e nortistas, é manjada com destreza, e alguns se tem deixado persuadir, que com efeito existe a pretensão das influencias do sul dominarem as do norte. Como o exaltamento irrefletido influi sobre parte dos escolhidos pelo norte, camaleões políticos aproveitam-se dessa disposição para a converterem sem seu proveito, irritando as paixões e semeando a cizânia, para alienarem os espíritos, a fim de melhor os predispor para serem colhidos nos laços, que arteiramente estão preparados”. Cf. *Astro de Minas*, nº 1032, 28/06/1834.

¹⁵⁰⁴ APB-CD, sessões de 02 e 03/07/1834.

artigo 12 fosse substituído por outro que vetava as mesmas Assembleias de legislarem sobre importação nas alfândegas marítimas. A proposta, que claramente beneficiava as províncias interioranas em detrimento das litorâneas, não obteve sucesso. De acordo com o deputado baiano Paula Araújo, essa emenda reproduzia uma proposta do Conselho Geral de Minas Gerais e que, segundo sua opinião, não deveria receber aprovação.¹⁵⁰⁵

Ainda sobre as atribuições das Assembleias, Henriques de Rezende propôs, como já fizera Ernesto Ferreira França, que fossem mantidas as atribuições genéricas prescritas na Carta de 1824 para os Conselhos Gerais, com o evidente acréscimo da ingerência legislativa. Claro estava que, ao evitar a delimitação precisa das atribuições, buscava-se aumentar substancialmente a margem de ação dos legislativos locais. Para defender o artigo da comissão Evaristo da Veiga recorreu à experiência política acumulada nos anos anteriores, mais especificamente a um problema recursivo na aprovação das propostas dos Conselhos Gerais pela Câmara, qual seja, a falta de consenso entre os deputados sobre uma resolução de um determinado Conselho ser de caráter “geral” ou “provincial”:

“Lembre-se do que tem acontecido na Câmara: toda a vez que se discute qualquer proposta dos Conselhos Gerais, a questão que sempre se enceta é sobre se a proposta está dentro de suas atribuições, se versa ou não sobre interesse geral da nação; e sobre esta matéria a Câmara tem sido arbitrária, porque tem às vezes decidido muito favoravelmente a respeito de algumas propostas de grande peso e sobre outras de menor monta tem decidido o contrário (...) Se não se definir o que são interesses gerais da nação e interesses provinciais as atribuições das assembleias ficarão todos os inconvenientes que até agora tem existido, e que só tem um remédio, sem dúvida mau, que é o arbítrio das assembleias e a sansão do Poder Moderador”.¹⁵⁰⁶

Em torno dos debates gravitava direta ou indiretamente o tema da federação, não obstante a lei de 12 de outubro ter suprimido o artigo sobre a monarquia federativa, expondo mais uma vez a ampla gama de possibilidades em que se dava a discussão sobre a reforma. A todo instante deputados desfavoráveis ao projeto da comissão insistiam que a federação não acarretaria a pulverização do Império, mas sim a preservação do regime vigente, já que uma boa dose de autonomia traria tranquilidade às províncias, convertendo assim qualquer tentativa separatista ou subversiva à ordem monárquica em um esforço desvantajoso e porque não indesejável no curto prazo. O problema é que, mais do que autonomia, deputados como Ernesto Ferreira França evocavam *soberania* às províncias, palavra que possuía um sentido muito mais forte que o de

¹⁵⁰⁵ APB-CD, sessão de 08/7/1834.

¹⁵⁰⁶ APB-CD, sessões de 02/07/1834, p.16.

autonomia e que dava margem a interpretações receosas,¹⁵⁰⁷ esquivas, retornando-se ao antigo conceito de confederação, isto é, de uma liga de estados independentes. Se para a maioria dos que oravam em termos de soberania esta significava uma intervenção mínima do Executivo da Corte nos poderes provinciais, para os apoiadores do projeto ela expressava, ao menos potencialmente, um princípio desagregador que poderia arruinar o Império com sede no Rio de Janeiro. A desconfiança destes últimos aumentava na medida em que críticos do projeto lutavam pela não delimitação das atribuições das Assembleias, o que soava como uma estratégia política para alcançar objetivos à revelia do governo. Custódio Dias, que em 1831 tinha defendido o projeto Miranda Ribeiro tal como originalmente concebido, agora criticava os que a todo custo perseveravam na ideia de federação:

“O povo brasileiro não quis jamais em sua maioria a federação: razão e direito tinha ele de a sustentar já no tempo da dissolução da Constituinte, já com maior força no glorioso dia 7 de abril (...) Eu sustento com afincos esse nexos salutar que une ao centro todas as províncias do Império: reconheço que nenhum poder me foi conferido pela nação para desapropriá-la para apropriar as províncias de sua propriedade”.¹⁵⁰⁸

Não causa surpresa que setores moderados do centro-sul tenham se mostrado prudentes no tocante à federação, já que se tratava de um momento em que defendê-la não era mais uma questão de sobrevivência política como em 1831-1832, como lembrou Miranda Ribeiro em sua *Justificativa*. O interessante é que em 1834 os moderados passaram a contar, ao menos no que tange à negação das emendas propostas pelos críticos do projeto, com parte dos adversários dos anos anteriores, em especial daqueles setores taxados de caramurus e antirreformistas, que viam as retificações propostas ao texto da comissão como ainda mais conflitantes com o seu modelo de monarquia constitucional adequada aos padrões brasileiros. Se na votação decisiva do Ato Adicional eles acabariam se colocando contra o texto final, já que se tratava apenas de dizer “sim” ou “não” à reforma, homens como Araújo Lima e Visconde de Goiana foram importantes para engrossar a maioria e evitar que fossem adiante emendas extremadas, que pusessem em cheque a própria Carta de 1824. Mesmo que de forma apertada, o artigo que definia as atribuições foi aprovado sem a inclusão de emendas.¹⁵⁰⁹

Além disso, no que tange especificamente à federação, alguns deputados favoráveis ao projeto fizeram questão de observar que até mesmo os Estados Unidos – nação que segundo Sousa Martins, um crítico do projeto, possuía o “sistema mais perfeito de governo” –¹⁵¹⁰ vinham revendo

¹⁵⁰⁷ Bernardo Pereira de Vasconcelos demonstrou por inúmeras vezes seu receio com relação à federação, que ensejava mais a ideia de *soberania* do que de *autonomia* local.

¹⁵⁰⁸ APB-CD, sessão de 04/07/1834, p.29.

¹⁵⁰⁹ APB-CD, sessão de 05/07/1834.

¹⁵¹⁰ APB-CD, sessão de 04/07/1834, p.26.

seu arranjo federativo no sentido de “por uniformidade de certas coisas nos diversos estados”, aproximando-se da “centralização o quanto é possível”, no dizer de Paula Araújo.¹⁵¹¹ Para Evaristo, os “estados [norte-americanos] separados trataram de reunir-se, cederam uma porção igual de seus direitos para constituírem a federação; hoje tendem a uniformizar-se em suas instituições pela instituição da federação”.¹⁵¹² A explanação mais pormenorizada partiu de Vasconcelos:

“Na constituição de 1778 os estados soberanos não permitiam ao governo geral arrecadar de indivíduos a soma necessária para as despesas da União; o governo orçava as suas despesas econômicas e as províncias deviam dar a quantia necessária para fazer face a estas despesas, elas passavam a impor, a arrecadar e a remeter para o governo geral, mas o resultado foi que a maior parte das províncias se arrogaram o direito de investigar se o governo geral tinha feito seu orçamento com excesso; e disto resultou que não mandavam os meios necessário para a União, e esta foi a principal razão porque se convocou a convenção geral de 1787, que reforçou este artigo da constituição e determinou que o governo geral em todas as ocasiões não contratasse com os estados como entidades coletivas, mas sim como indivíduos, que pudesse mandar recrutar, impor etc., enfim de todos os atos porque se achava autorizado pela constituição”.¹⁵¹³

O que interessava a esses políticos era o uso de uma concepção renovada de federação, oriunda dos próprios norte-americanos e que revia aspectos do antigo conceito de confederação. Valendo-se da história dos Estados Unidos como *magistra vitae*, exemplo que deveria ser assimilado para não incorrer nos mesmos erros, homens como Evaristo e Vasconcelos procuravam mostrar que, em virtude das dificuldades apresentadas pelo modelo confederativo, sobretudo no campo tributário, os federalistas estadunidenses passaram a reivindicar uma maior concentração de poderes pelo governo central, ao passo que os estados foram deixando de compor entidades integralmente soberanas. Com isso os companheiros de bancada buscavam, à sua maneira, desconstruir o sistema federativo norte-americano, colocando os críticos do projeto na condição de ultrapassados e demagogos, reféns de um modelo já revisto por seus próprios criadores.

O projeto sofreu novos ataques quando da discussão de mais dois artigos sobre as funções das Assembleias, os quais definiam a atuação dos presidentes de província. Em um deles dava-se ao chefe do Executivo local, em conjunto com os deputados provinciais, o poder de suspender alguma lei policial quando julgasse necessário. Em outro, ficavam as Assembleias no direito de decretar a suspensão e a demissão de magistrados que tivessem cometido crime de responsabilidade. Figueira de Melo, Sousa Martins, Rego Barros, Ernesto e Cornélio França rebateram os artigos, por entenderem que eram inconstitucionais e que afrontavam as liberdades individuais e o Judiciário. Em contrapartida, Custódio Dias “reconhecia que devia haver uma providência que remediasse os

¹⁵¹¹ APB-CD, sessão de 25/06/1834, p.173.

¹⁵¹² APB-CD, sessão de 26/06/1834, p.182.

¹⁵¹³ APB-CD, sessão de 01/07/1834, p.10, *Apud COSER, op. cit.*, p.114.

abusos que pudessem provir a este respeito (...), já que “a nação inteira se tem declarado conto os abusos praticados pelos magistrados”, posição também partilhada por Limpo de Abreu.¹⁵¹⁴

Sobre a figura do presidente de província partiu do deputado paulista Francisco Álvares Machado de Vasconcelos, estreante na Câmara, uma proposta inusitada: a de confiar às Assembleias Legislativas a ingerência de suspender os presidentes de província denunciados por crime de responsabilidade. O pretexto era o de que se mantendo o presidente de província subordinado apenas ao Executivo do Rio de Janeiro, punha-se em risco o futuro do Império, cuja situação política não se poderia prever para os anos seguintes.¹⁵¹⁵ A proposta não animou a maioria dos deputados,¹⁵¹⁶ mas colocou combustível no debate sobre qual interferência teriam os representantes locais nos Executivos provinciais.

A suspensão dos magistrados, consentida pela maioria dos deputados, deslocava para os nascentes órgãos legislativos uma atribuição que até então cabia exclusivamente aos presidentes de província, em reunião com seu conselho privativo. Apesar das ofensivas recebidas, o artigo era um avanço em termos de participação política dentro de um regime representativo se comparado à lei de 20 de outubro de 1823, já que retirava da alçada do Executivo uma atribuição controversa, ainda mais se considerarmos que a legislação que reconfigurou o Judiciário nos anos anteriores tinha como uma das suas marcas a desanexação da esfera judiciária local do Executivo, quer da província quer da Corte.

As controvérsias acerca da figura do presidente de província permaneceram quando foram tratadas suas atribuições específicas, mais amplas se comparadas à lei de 20 de outubro de 1823. Segundo o texto da comissão o presidente teria as funções de convocar a Assembleia, ordinária e extraordinariamente; suspender a publicação de leis enquanto não fornecesse a sanção; dirigir os trabalhos de empregados municipais e provinciais; formar um conselho de seis membros; e nomear e demitir delegados e empregados públicos para os municípios. De pronto o ituano Álvares Machado chamou de “anticonstitucionais” algumas das atribuições, como a de nomear e demitir funcionários municipais, argumentando que elas deveriam ser marcadas por lei ordinária, não pela reforma, conforme indicava a Carta de 1824. Para quem já havia sugerido um cerceamento drástico do chefe executivo local, tratava-se de mais uma estratégia para barrar o fortalecimento dos presidentes de província.¹⁵¹⁷

¹⁵¹⁴ APB-CD, sessão de 07/07/1834, p.38.

¹⁵¹⁵ *Ibidem*.

¹⁵¹⁶ Alguns, aliás, como o pernambucano Antônio Joaquim de Mello, criticaram veementemente a proposta. Para este deputado, a proposta pretendia usurpar uma prerrogativa exclusiva do imperador, essencial para a preservação do regime monárquico, que se veria frágil em meio a tantos “empregados e agentes públicos” eleitos pelo “povo”. Cf. APB-CD, sessão de 07/07/1834, p.38.

¹⁵¹⁷ APB-CD, sessão de 09/07/1834, p.58.

Um dos pontos que gerou mais animosidade entre os deputados foi a emenda proposta pelo deputado Sergipano Antonio Fernandes Silveira, para quem os presidentes de província deveriam ser escolhidos pelo imperador a partir de lista tríplice organizada pelas Assembleias Legislativas, tema que reascendia uma das principais demandas identificadas aos liberais exaltados.¹⁵¹⁸ A questão versava sobre o artigo 165 da Carta de 1824, não incluído na lei de 12 de outubro, mas mesmo assim foi considerada pelos deputados como passível de discussão, demonstrando mais uma vez que para alguns parlamentares a reforma não deveria se restringir ao texto de 1832. Além disso, a forma de escolha do chefe do Executivo trazia à tona a centralidade do cargo na organização das províncias e na sua interface com o governo, como enfatizou Andrea Slemian:

“Aparentemente banal, esse ponto foi mais do que um estopim para polêmicas por estar vinculado a uma questão fundamental: o fato de os presidentes serem peças importantes na política local, em função do arranjo institucional que funcionava no governo das províncias. Dessa forma, o poder de indicá-los era uma das variáveis fundamentais que interferiam diretamente no quadro das disputas políticas regionais”.¹⁵¹⁹

A emenda de Fernandes Silveira abriu precedente para outras propostas, algumas delas favoráveis ao aumento do poder dos presidentes de província. Alegando a necessidade de inibir possíveis excessos dos deputados provinciais, Joaquim de Melo propôs que os presidentes pudessem dissolver as Assembleias Legislativas quando necessário, no que foi seguido de perto por Vasconcelos e Gabriel Mendes dos Santos, companheiros da bancada mineira. Vasconcelos defendeu que seria preciso sanar a fraqueza do Executivo, enquanto Mendes dos Santos arrazoou que “longe de considerar a faculdade de dissolver a Assembleia legislativa provincial como contrária à liberdade, julgava que nada contribuía tanto para firmá-la”, pois seria um recurso eficaz para “livrar a nação” de uma “Câmara facciosa” sem a “necessidade de uma revolução”.¹⁵²⁰ Com isso buscava-se reproduzir, em nível provincial, uma das principais atribuições do Poder Moderador, a de desmanchar a Assembleia Geral.

As atribuições previstas para os presidentes carregavam alguns resquícios da lei de 20 de outubro. Segundo o projeto da comissão, seria instituído um conselho exclusivo do presidente – formado por seis membros e escolhido pelo próprio chefe executivo dentre os deputados provinciais – que deveria auxiliá-lo na aprovação de leis e no encaminhamento de “negócios graves da administração”. A maior parte dos deputados entendeu o novo conselho como uma espécie de reedição do velho e conhecido Conselho da Presidência. Costa Ferreira, por exemplo, argumentando que o Conselho de Presidência tinha sido benéfico ao Maranhão por coibir abusos de

¹⁵¹⁸ APB-CD, sessão de 09/07/1834, p.58.

¹⁵¹⁹ SLEMIAN, *op. cit.*, p.286.

¹⁵²⁰ APB-CD, sessões de 10, 11 e 12/07/1834, p.64, 73, 76-77.

autoridade, propôs que o novo órgão fosse eletivo e que possuísse voto deliberativo na sanção das leis. Para ele, o presidente só poderia sancionar uma lei após a aprovação da maioria do conselho. A medida foi rechaçada por muitos deputados, que como Evaristo da Veiga entendeu-a como um tipo de segunda casa legislativa, além de promover uma excessiva centralização dos negócios provinciais na mão dos executivos locais. Já outros, como Figueira de Melo, viram como desnecessário o próprio conselho, pois ele traria, além de uma confusão de atribuições, uma perigosa zona de contato entre Executivo e Legislativo, transformando o segundo em alvo de manipulações do primeiro. Mendes dos Santos também se opôs à criação de um novo conselho, pois sua natureza consultiva o tornaria uma “entidade ociosa”, e caso fosse aprovada a emenda que o daria atribuição deliberativa, criar-se-ia uma “anomalia constitucional, porque desse modo as pessoas que fizessem as leis interviriam na sua sanção”.¹⁵²¹ O fato é que o novo conselho, da forma como fora estipulado, assemelhava-se mais ao Conselho de Estado do que com aquele criado em 1823, já que não era eletivo nem possuía qualquer ingerência deliberativa.

Encerrados os debates, passou-se à votação do artigo 22. Além das emendas propostas ao artigo, caíram os parágrafos que estipulavam a criação de um novo conselho, o poder de nomear e demitir empregados públicos, bem como o direito de coordenar a ação de agentes provinciais e municipais, apesar dos esforços de Limpo de Abreu e Vasconcelos em sustentar o artigo integralmente.¹⁵²² Estes pontos, todavia, poderiam ser reivindicados novamente quando da discussão do regimento dos presidentes de província, ainda em processo de elaboração no Senado.

Restavam ainda dois pontos para serem discutidos e aprovados: a supressão do Conselho de Estado e as eleições da Regência. Desde o início de 1834 propostas para Regência vinham sendo aventadas, inclusive fora da tribuna. O *Astro de Minas* publicou um artigo do *Diário Comercial*, do Rio de Janeiro, o qual apontava para necessidade da “Lei da Regência ser ampliada”, designando um dos regentes para “primeiro ministro”. O intuito era fortalecer o Executivo e fazer com que as pastas trabalhassem em harmonia.¹⁵²³

Na Câmara dos Deputados a maior polêmica ficou por conta da escolha do regente, que segundo o artigo 24 do projeto deveria ser uno, permanente e escolhido pelos eleitores de todo o Império. Logo de imediato o mineiro Batista Caetano de Almeida sugeriu uma emenda que suprimia o artigo, indicando sua preferência pela manutenção da Regência, algo que já vinha sendo insinuado pelo *Astro de Minas*, jornal sob sua direção.¹⁵²⁴ Sousa Martins, em tom similar, acreditava que a eleição para regente daria uma falsa ideia de que caberia aos eleitores a escolha do

¹⁵²¹ APB-CD, 12/07/1834, p.76.

¹⁵²² APB-CD, sessão de 12/07/1834, p.80.

¹⁵²³ *Astro de Minas*, nº 1019, 29/05/1834.

¹⁵²⁴ *Astro de Minas*, nº 1032, 28/06/1834. Para o jornal a Regência uma, embora parecesse “teoricamente melhor”, deveria ser admitida somente se resultasse “reconhecida utilidade.”

chefe do Executivo, o que poderia trazer problemas quando do coroamento de d. Pedro II. Cornélio Ferreira França, por sua vez, apresentou uma emenda que previa uma Regência temporária, com duração de quatro anos, para que os “povos” pudessem reavaliar seu voto caso o regente não correspondesse às expectativas que lhe foram depositadas. Evaristo criticou duramente a proposta, já que ela feria o texto de lei 12 de outubro de 1832, no que foi apoiado, entre outros, pelo seu companheiro de bancada Antônio José Ribeiro Bhering.¹⁵²⁵ Este também refutou a emenda do seu conterrâneo Caetano de Almeida, sublinhando que a eleição para regente era de interesse das províncias:

“Não podia concordar que se suprimisse o artigo, não só pelas razões produzidas na Legislatura atual passada, como porque todas as províncias do Império estavam atentar à reforma da Regência. Reconhecia-se que do modo que estava organizada a Regência atual, não podia preencher os grandes fins políticos; e sendo princípio incontestável que a unidade da administração era talvez a essência da felicidade pública, não convinha conservar-se a atual Regência”.¹⁵²⁶

O artigo foi aprovado sem emendas e com larga vantagem. Passou-se então à discussão do artigo 25, o qual definia que o regente seria escolhido por eleições secretas e pelos eleitores de todo o Império. Afastando-se da proposta original, Antonio e Cornélio Ferreira França sugeriram por emenda que as eleições fossem organizadas pelas províncias, tendo cada uma direito a um voto. Considerando-as como “indivíduos” e “entidades iguais” entre si, recobrando aí certa noção de soberania provincial, os Ferreira França estavam antes de tudo lançando mão de uma estratégia para fazer frente a eventuais candidatos moderados do centro-sul, já que no novo sistema proposto as províncias do norte levariam vantagem por serem mais numerosas, compensando o fato de algumas delas – como Piauí, Sergipe e Rio Grande do Norte – possuírem uma quantidade menor de eleitores.¹⁵²⁷ A emenda recebeu apoio de diversos deputados nortistas, dentre eles o cearense Joaquim Inácio da Costa Miranda, o qual propôs que as Assembleias Legislativas fossem incumbidas do processo eleitoral, no que obteve apoio do baiano Francisco Gonçalves Martins e do piauiense Francisco de Sousa Martins.¹⁵²⁸ Sob a alegação de que apenas “indivíduos ilustrados” deveriam participar do pleito, esses deputados, ao alçarem a província à condição de espaço privilegiado na escolha do regente, acabavam por lançar mão de uma noção mais restritiva da participação política, ao eliminar um grande número de eleitores das eleições.¹⁵²⁹ Cumpre sublinhar, todavia, que não apenas setores do norte do Império foram contrários ao formato de eleição

¹⁵²⁵ APB-CD, sessão de 12/07/1834.

¹⁵²⁶ APB-CD, sessão de 14/07/1834.

¹⁵²⁷ APB-CD, sessão de 15/07/1834, p.92.

¹⁵²⁸ APB-CD, sessões de 15 e 16/07/1834, p.92; 107-108.

¹⁵²⁹ SLEMIAN, *op. cit.*, p.291.

proposto pela comissão. Se na Câmara dos Deputados não houve falas contundentes de setores moderados do centro-sul contra o artigo da comissão, nas províncias houve manifestações que apontavam para outro sentido. De acordo com o redator d'*O Novo Farol Paulistano*, que comparou a escolha do regente a de um presidente da república, a eleição, indireta, deveria recair sobre os Conselhos Gerais:

“Com efeito em nossa opinião julgamos perigoso que aos eleitores compita a escolha do Regente; supomos uma eleição tal tão perigosa como a de qualquer presidente nas repúblicas, e acreditamos menos sensato que, ao mesmo tempo que nosso sistema monárquico sopea por esta parte as ambições, e cortar-lhes as asas. Vamos cair no mais grave dos inconvenientes que notamos na organização democrática. Se a eleição de um deputado excita o mais vivo interesse (...) quanto não devemos temer pela eleição de um homem que deve nos 8 anos reger os destinos do Império? (...) Se se quer evitar o inconveniente da nomeação feita pela Assembleia Geral, o que supõe o grande obstáculo sair o governo da maioria da representação nacional, e de finalizar por consequência toda oposição feliz em seus meios, adote-se um meio termo, e seja a eleição feita pelos Conselhos Gerais, pês cessão os inconvenientes apontados e obtém-se agora este caso a grande vantagem da eleição indireta”.¹⁵³⁰

Dentre os que aderiram ao texto da comissão estavam os deputados Vasconcelos, Evaristo, Custódio Dias e o estreante José Alcebíades Carneiro, todos representantes por Minas Gerais, província dotada do maior número de eleitores do Império, embora o artigo tenha recebido alguma acolhida fora do eixo centro-sul, como do maranhense Costa Ferreira. O cerne da argumentação desses políticos estava no fato de que nem as províncias eram soberanas, como notou Custódio Dias, tampouco a representação nacional poderia subjugar-se a uma questão meramente territorial, segundo observação de Alcebíades Carneiro. Criticaram, também, a sugestão para que as eleições ficassem a cargo das Assembleias Legislativas, com o argumento de que a ideia de delegar aos eleitores tal atribuição prezava pelo princípio da independência entre os poderes, retirando qualquer influência do Legislativo na escolha do Executivo. Honório Hermeto foi na contramão dos companheiros de bancada e votou, assim como Sousa Martins, pela supressão do artigo.¹⁵³¹

O artigo passou sem a emenda dos Ferreira França, mas por pressão da maioria dos deputados modificou-se a questão do regente permanente. Em seu lugar foi posta uma Regência temporária com duração de quatro anos. Foi também aprovada uma emenda de Paula Araújo, que propôs a votação em dois candidatos, dos quais um não seria natural da província a que pertenciam os colégios eleitorais votação.¹⁵³² Questões ventiladas fora do Parlamento e que não estavam

¹⁵³⁰ *O Novo Farol Paulistano*, nº 278, 04/07/1834.

¹⁵³¹ APB-CD, sessões de 15 e 16/07/1834.

¹⁵³² APB-CD, sessões de 15 e 16/07/1834.

presentes na Lei de 12 de outubro de 1832, como a da dissolução da Assembleia Geral pela Regência,¹⁵³³ não obtiveram coro entre os deputados.

A supressão do Conselho de Estado foi acatada sem maiores discussões, demonstrando que neste quesito havia uma concordância maior entre os deputados.¹⁵³⁴ Em forma de um Ato Adicional à Carta de 1824, o texto final foi posto em votação dias depois, obtendo aprovação por 64 votos contra 20.¹⁵³⁵ Dentre os favoráveis ao documento estavam em peso setores proprietários do centro-sul, como os deputados por Minas Gerais Limpo de Abreu, Vasconcelos, Custódio Dias, Ferreira de Melo, Evaristo, Caetano de Almeida, além dos paulistas Tobias de Aguiar, Joaquim Floriano de Toledo, Valério de Alvarenga Ferreira, Manoel Dias de Toledo e Álvares Machado. Votaram contra detratores do próprio mérito da reforma, a exemplo de Holanda Cavalcanti, Araújo e Lima e do Visconde de Goiana, além dos exaltados Antônio, Ernesto e Cornélio Ferreira França. Estes últimos provavelmente para protestar contra aos rumos tomados pela reforma, mesmo porque sabiam que a aprovação do Ato Adicional não dependia do seu voto.¹⁵³⁶ Nenhum deputado paulista votou contra o texto final, ao passo que no caso mineiro apenas Honório Hermeto e Araújo Viana o fizeram, ambos já afastados de Vasconcelos e do eixo político do sul de Minas. É presumível que outros nomes tivessem a intenção de votar contra o Ato Adicional, mas por temerem uma represália eleitoral – tal como ocorrera com Miranda Ribeiro – acabaram seguindo o coro da maioria. De qualquer forma a somatória dos votos das bancadas de Minas e São Paulo resultaram em mais de um terço do total contabilizado, ratificando a importância das duas províncias na consolidação da reforma constitucional.

A lei da reforma foi sancionada em 12 de agosto de 1834, com ampla vitória do projeto elaborado pela comissão.¹⁵³⁷ De São Paulo e Minas Gerais chegaram diversos ofícios enaltecendo a promulgação do documento, sobretudo oriundos das Câmaras Municipais e das sociedades políticas.¹⁵³⁸ Reverberando um princípio entoado pela comissão desde o início do ano legislativo de 1834, a Câmara de São Paulo ponderou que havia se dado às províncias “uma maior soma de atribuições, em vez de afrouxar-se, se estreitou cada vez mais o nó que enfeixa em uma só toda a grande família brasileira”.¹⁵³⁹

¹⁵³³ *Astro de Minas*, nº 1049, 07/08/1834.

¹⁵³⁴ APB-CD, sessão de 24/07/1834.

¹⁵³⁵ APB-CD, sessão de 29/07/1834.

¹⁵³⁶ O *Astro de Minas* fez uso político da situação e acusou os Ferreira França de “hipócritas” e “falsos amigos” do norte, por terem saído da sua posição “inteiramente democrática” para se aliar aos caramurus. Cf. *Astro de Minas*, nº 1051, 12/08/1834.

¹⁵³⁷ Lei de 12 de agosto de 1834 – faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1834*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1866, Parte Primeira, p.16-42.

¹⁵³⁸ CEDI-CD, lata 97-C, maço 26, pasta 5, ofícios de 29/08/1834 (Câmara Municipal de Bananal) e 08/09/1834. Ver, também, ofícios publicados em *O Universal*, nº 1087, 03/10/1834.

¹⁵³⁹ CEDI-CD, lata 93, maço 06, pasta 07, ofício de 21/08/1834.

O cerne do Ato Adicional estava nas Assembleias Legislativas Provinciais, criadas em substituição aos Conselhos Gerais. Aos novos órgãos competia legislar sobre as divisões civil, judiciária e eclesiástica, que se desdobrariam em pautas como a instrução pública, a fixação de despesas municipais e provinciais, a criação e supressão de empregos e ordenados, a realização de obras públicas, a organização de regimentos internos, a feitura de empréstimos e a administração dos bens provinciais. Em conjunto com o Executivo provincial, ficaram encarregadas de produzir estatísticas, fomentar a catequese e civilização dos índios e tomar medidas com relação à sublevações, invasões e subversões. Caberia às Assembleias, também, solicitar a suspensão temporária de magistrados e de decidir sobre eventuais processos nos quais estivessem pronunciadas a figura do presidente de província. As Câmaras Municipais ficaram subordinadas às Assembleias, que passariam a ter o direito fixar, repartir e fiscalizar suas finanças, bem como intervir na nomeação de cargos e na construção de obras públicas, reforçando a subordinação da esfera municipal à provincial presente na legislação votada desde o Primeiro Reinado. Os integrantes da Assembleia seriam deputados eleitos da mesma forma que os membros para o Parlamento, com a diferença que seu mandato seria de apenas dois anos.¹⁵⁴⁰ Com a duração de dois meses, suas sessões poderiam ser prorrogadas pelos presidentes de província quando esses julgassem pertinente. As leis aprovadas teriam como destino o presidente da província, a quem ficou reservado o direito de sancioná-las, e de remetê-las ao imperador para sua aprovação definitiva.

Se comparadas aos Conselhos Gerais, as Assembleias Legislativas apresentavam duas grandes inovações: em primeiro lugar, detinham poder legislativo e independente da ingerência da Assembleia Geral. Em segundo, contariam na maior parte das províncias com mais membros que os Conselhos Gerais, ampliando assim o leque de representatividade política dos grupos locais. No mais, as duas instituições se pareciam em muitos pontos, especialmente com relação às suas atribuições administrativas. Certo grau de similaridade entre os Conselhos Gerais e as Assembleias Provinciais foi notado pelos próprios coevos. Por volta de três meses após a promulgação do Ato Adicional, o *Justiceiro*, periódico impresso em São Paulo sob a direção de Feijó, publicou um artigo em que traçava uma linha evolutiva entre os Conselhos Gerais e os órgãos que os sucederam. Tidos como “germes” das Assembleias Provinciais, os Conselhos Gerais teriam apresentado como grandes entraves a sua dependência em relação à Assembleia Geral – esfera perpassada por “rivalidades” entre seus membros – e a carestia de recursos para manter seus membros e estrutura, o que limitou o bom funcionamento desses órgãos:

¹⁵⁴⁰ Criaram-se três categorias para estipular o número de deputados de cada província, de acordo com critérios populacionais. Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo elegeriam 36 deputados; Grão-Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas e Rio Grande de São Pedro teriam direito a 28 cadeiras, e as demais províncias apenas 20.

“(…) Os Conselhos Gerais foram os germes das Assembleias Provinciais; a sua concepção porém foi mesquinha, atendendo-se à vastidão do Brasil e à grande extensão de suas províncias. Encarregados somente de propor suas necessidades à Assembleia Geral, que jamais as podia bem avaliar, encontrando-se em seus membros rivalidades, indiferença e falta de conhecimentos locais, crescendo a influência de negócios gerais que anualmente lhe absorve quatro a cinco meses de sessão, vinham a ser uma quase nulidade. Nem era possível que os conselheiros conservassem por muito tempo o fogo do patriotismo entre tantos sacrifícios que lhes custara uma proposta ou desprezada, ou honrosamente abandonada. Acanhados em suas discussões por faltar-lhes a irresponsabilidade, impossibilitados muitos por falta de subsídio que os ajudasse a viver na capital, longe dos recursos que facilmente obteriam de suas fazendas, aconteceu, não raras vezes, que os Conselhos Gerais deixaram de reunir-se, ou com muitos poucos membros, ou foi necessário recorrer a suplentes que bem limitado número de votos obtiveram (...)”.¹⁵⁴¹

Para o jornal *O Universal*, a ingerência tributária das Assembleias Legislativas foi uma das maiores conquistas obtidas com a reforma:

“Entre as úteis atribuições, que ficam competindo pelas reformas as Assembleias Provinciais, releva mencionar como uma das principais a de fixarem anualmente as despesas provinciais, e os meios de suprimi-las. Este direito sendo incumbido aos eleitos da província, não pode deixar de prometer, além da economia a mais severa, a aplicação mais adequada, e judiciosa, assegurando a riqueza, e a industria em sua época esperançosa de progressos e desenvolvimento”.¹⁵⁴²

A interpretação mais difundida sobre o Ato Adicional é a de que ele representou a vitória da oposição liberal contra a estrutura política centralizadora prevista pela Carta de 1824 e infligida pelo governo de d. Pedro, ampliando a autonomia das províncias com relação ao centro do Império.¹⁵⁴³ Muito contribuiu para essa concepção as interpretações elaboradas por Francisco Sales de Torres Homem¹⁵⁴⁴ e Tavares Bastos¹⁵⁴⁵ – para quem o Ato Adicional coroou a luta dos liberais

¹⁵⁴¹ *O Justiceiro*, nº 4, 27/11/1834. O artigo encontra-se transcrito integralmente em FEIJÓ, *op. cit.*, p.124-127.

¹⁵⁴² *O Universal*, nº 1086, 01/10/1834.

¹⁵⁴³ Ver, por exemplo, BARMAN, *op. cit.*, MATTOS, *op. cit.*

¹⁵⁴⁴ Em 1849, o médico, advogado e então deputado liberal Francisco Sales de Torres Homem (1812-1876) publicou sob o pseudônimo “Timandro” seu *Libelo do Povo*, texto em que acusava o retorno do “despotismo imperial” e dos “inimigos da nacionalidade”, e no qual inseriu a “Revolução” Praieira ocorrida em Pernambuco num genérico processo de luta dos “liberais” contra a “tirania” iniciado mais de duas décadas antes, em 1822, e que tivera na Abdicação e no Ato Adicional alguns de seus momentos mais altos. Para Torres Homem, cuja ordem de preocupações naquele momento estava balizada no embate contra os conservadores e, mais especificamente, contra a dissolução da Câmara ocorrida em 19 de fevereiro daquele ano e o violento desfecho da Praieira, o Ato Adicional de 1834 havia representado o “único liame que pôde manter então ligadas entre si as dezoito estrelas do pavilhão imperial”, conferindo-lhe, portanto, o estatuto de obra política liberal que proporcionara a unidade nacional. Cf. HOMEM, Francisco de Sales Torres. “*Libelo do Povo*”. In: MAGALHÃES JR. *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p.45-126. Sobre este ponto da obra de Timandro, ver MARSON, Izabel Andrade. “O Império da Revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo, USF/Contexto, 1998, p.73-102.

¹⁵⁴⁵ Em 1870 veio a público o livro *A província*, do deputado alagoano Aureliano Cândido Tavares Bastos. Oponente declarado de Paulino José Soares de Sousa, Tavares Bastos foi um grande entusiasta do modelo federativo norte-

que vinha desde a Independência – bem como o pensamento de Justiniano José da Rocha,¹⁵⁴⁶ que enxergou nos “excessos” da lei de 12 de agosto uma das raízes do “Regresso”.¹⁵⁴⁷ Não é ocioso ressaltar que durante o Segundo Reinado o Ato Adicional figurou como um *topos* recorrente do discurso político, já que a importância do seu conteúdo, aliada à imprecisão de alguns pontos, tornou-o alvo de diferentes usos e apropriações, servindo como arma retórica tanto para os liberais como para os conservadores, especialmente em meio aos debates que tratavam das relações entre o poder central e as províncias.¹⁵⁴⁸ Interpretações essas que acabariam informando e influenciando a compreensão do Ato Adicional pela bibliografia.¹⁵⁴⁹

americano e crítico da estrutura política “centralizadora” do Segundo Reinado, a qual, na sua opinião, deitava raízes no “colonialismo” e “absolutismo” lusitanos. Na época em que escreveu o texto, Tavares Bastos estava empenhado na luta contra o “velho Estado-maior”, maneira com que se referia ao Partido Conservador, ao mesmo tempo em que buscava uma forma de reestruturar a máquina pública de modo a torná-la adequada aos princípios federativos, conferindo autonomia às províncias. Nesse sentido, em *A província* o Ato Adicional adquiriu o estatuto de obra “democrática” e “descentralizadora”, responsável pela consumação da “independência do Brasil”. Longe de ser um pensamento “desconexo” e “isolado” na história, tal como anunciaram seus críticos, o Ato Adicional, segundo Tavares Bastos, estaria prefigurado na legislação que o precedera e no ímpeto democrático da “geração” que subira ao poder com o 7 de abril. Segundo Tavares Bastos, a lei de interpretação não havia remodelado, mas sim aniquilado a descentralização promovida pelo Ato Adicional. Cf. BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *A província: estudo sobre a descentralização no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1975 [1870].

¹⁵⁴⁶ ROCHA, Justiniano José da. “Ação, Reação, Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil”. In: MAGALHÃES JÚNIOR, *op. cit.*, p.163-218. Neste conhecido ensaio escrito pelo deputado conservador Justiniano José da Rocha (1812-1863) e publicado em forma de panfleto em 1855, o Ato Adicional foi entendido como um empecilho para a consolidação da unidade do Estado brasileiro, uma vez que sua falta de clareza propiciara duas “tendências fatais” na política provincial: a eclosão de “antagonismos de interesses territoriais entre as províncias” e as sucessivas alterações da legislação no sentido de romperem com a integridade do Império. O panfleto, que tinha em vista legitimar a política da conciliação materializada pelo gabinete que ascendera ao poder em setembro de 1853, deslindava o processo de construção do Estado imperial em três momentos distintos. O primeiro deles, intitulado “Ação” (1822-1836), desdobrou-se entre 1822 e 1836, e notabilizou-se pela vitória dos elementos “democráticos” frente aos “monárquicos”, atingindo seu ápice nas reformas que se sucederam após o 7 de abril. O segundo, a “Reação” (1836-1852), caracterizou-se pelo contra-ataque conservador à “anarquia” e aos exageros políticos cometidos pelos liberais, o que ocasionou a retomada das premissas monárquicas e, conseqüentemente, das inclinações centralizadoras do aparelho estatal. O terceiro deles, batizado de “Transação”, seria justamente a síntese desses dois momentos, consubstanciada pelo gabinete da conciliação. Assim, no esquema de Justiniano, o Ato Adicional faria parte da “Ação”, ou seja, daquele momento em que o “elemento democrático” – que para o autor aproximava-se da república, da violência e do excesso nas atitudes políticas, isto é, de elementos negativos – impusera-se com maior força, até ser solapado pela “Reação” conservadora. Sobre Justiniano José da Rocha, ver CARDIM, Elmano. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s/d. (Coleção Brasileira, v.318). Sobre o folheto “Ação, Reação, Transação”, ver JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. A falsa dialética. Justiniano José da Rocha. *Revista Brasileira de História*, 1982, v.2, n.3, p.03-17.

¹⁵⁴⁷ Sobre a relação entre o Ato Adicional e o Regresso conservador, ver, entre outros, LIMA, Manuel de Oliveira. *O Império Brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986 [1927]; FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. São Paulo: Globo, 2001 [1958].

¹⁵⁴⁸ Outros políticos se manifestaram publicamente, ao longo do 2º Reinado, sobre o Ato Adicional. Dentre eles, ver BUENO, José Antônio Pimenta. “Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império”, de 1857. In: SÃO VICENTE, Marquês de. *Marquês de São Vicente*. Organização e prefácio de Eduardo Kugelmas. São Paulo: Editora 34, 2002; OTTONI, Teófilo Benedito. Circular dedicada aos senhores eleitores de senadores pela província de Minas Gerais no quadriênio actual e especialmente dirigida aos senhores eleitores pelo 2º districto eleitoral da mesma província para a próxima legislatura, pelo ex-deputado Teophilo Benedicto Ottoni, de 1860. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXVIII, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1916; e URUGUAI, Visconde de. *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1862, 2 tomos; *Estudos práticos sobre a administração das províncias no Brasil*. Primeira Parte. Acto Adicional. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1865, 2 tomos.

¹⁵⁴⁹ Em um dos primeiros trabalhos historiográficos específicos sobre a lei de 12 de agosto de 1834, publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1916, Aureliano Leal assinalou, à semelhança de como fizera

Autores recentes têm apresentado interpretações mais nuançadas sobre o Ato Adicional e que buscam superar a dicotomia centralização/descentralização como mote central das relações entre centro e província. Miriam Dolhnikoff acredita que ele foi a forma encontrada pelos políticos da época para de um lado permitir a inserção dos grupos locais na direção da máquina pública e, de outro, garantir a manutenção da integridade do Estado imperial.¹⁵⁵⁰ Ao analisar o funcionamento da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro durante século XIX, Maria de Fátima Gouvêa notou como a compreensão do Ato Adicional variou no espaço e no tempo, gerando práticas e situações muitas vezes conflitantes com a autoridade da Corte. Este ponto nos parece fundamental porque reveste a lei de 12 de agosto de uma plasticidade que só ficaria mais visível mediante sua aplicação, possibilitando aos grupos provinciais agirem de acordo com seus interesses, questão que inclusive serviu de argumento para os proponentes da Lei de Interpretação.¹⁵⁵¹ Tais reflexões nos forçam a analisar o Ato Adicional considerando-o como parte de um arcabouço legal maior que já vinha sendo montado anteriormente. Ou seja, é importante conjugá-lo com outras leis, como as de 24 de outubro de 1832 e 3 de outubro de 1834.

Já abordada no segundo capítulo, a lei de 24 de outubro merece nova menção por se tratar, a nosso ver, de um desdobramento da discussão em torno da reforma constitucional e do espaço que as províncias ocupariam dentro do edifício político que se pretendia erigir. E, principalmente, porque ela expôs alguns limites da concepção de autonomia provincial levada adiante por parte dos legisladores, sobretudo aqueles que se intitulavam moderados, justamente num momento em que fervilhava o debate sobre a federação e sua aplicabilidade ao regime monárquico. A lei de 24 de outubro ampliou a participação dos Conselhos Gerais na esfera financeira das províncias, responsáveis a partir dali pela fixação da receita e despesa provinciais, o que sugeria um ensaio legislativo da autonomia financeira a ser gozada pelas futuras Assembleias Legislativas.¹⁵⁵² Em contrapartida, as províncias sofreram um duro golpe no tocante à extração e repasse de proveitos, pois em tese a nova divisão lesava não apenas a autonomia tributária, mas também política,

o Visconde do Uruguai, que o ato Adicional havia sido “imprestável para realizar seus intuitos”, posto que não permitira que governos geral e provincial atuassem harmonicamente. Cf. LEAL, Aureliano. O Ato Adicional. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1916. A inadequação da lei de 1834 à realidade brasileira recebeu ainda outras interpretações. No início da década de 1920, Oliveira Vianna afirmou que o malogro de experiências como a do Ato Adicional e do Código do Processo Criminal ocorreu em virtude do Brasil da época não estar preparado para tal, já que os “interesses centrífugos do provincialismo” e o “caudilhismo local” inviabilizavam uma efetiva implementação das ideias liberais. Cf. OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. *Evolução do povo brasileiro*. 4ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956 [1923], p.212.

¹⁵⁵⁰ DOLHNIKOFF, *op. cit.*, 2005, especialmente capítulo 2.

¹⁵⁵¹ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias*. Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Faperj, 2008; “Política Provincial na Formação da Monarquia Constitucional Brasileira. Rio de Janeiro, 1820-1850, in *Almanack Brasiliense* (online), no 07, maio/2008, p.119-137;

¹⁵⁵² Sobre esse aspecto, ver capítulo 2.

antevista pela reforma constitucional.¹⁵⁵³ Afinal, como levar a cabo projetos calcados nas prerrogativas que a reforma pretendia conceder se a maior fatia das rendas geradas nas províncias iria para o Rio de Janeiro? Segunda Maria de Lourdes Viana Lyra, a nova classificação das rendas era uma forma do governo da Corte aumentar sua receita a partir do redirecionamento de parte importante das rendas provinciais para os cofres do Tesouro Nacional, impondo uma competência limitada de arrecadação fora das alfândegas:

“Com a classificação das fontes de receita geradoras das rendas públicas, o governo fazia com que todas as províncias contribuíssem com os gastos do Império, velha aspiração só agora realizada, livrando-se do desgaste dos apelos quase nunca atendidos para o envio dos saldos provinciais e ainda invertia o sentido da dependência financeira entre centro e províncias do Estado imperial. Ou seja, ao classificar como pertencentes à “receita geral” os impostos geradores de maior fonte de renda, o governo retirava das províncias mais ricas – sobretudo Bahia, Pernambuco e Maranhão – o montante dos rendimentos nelas gerados pela exportação de açúcar, algodão, fumo e cacau, produtos de maior peso na balança comercial (...). Assim, a nova política de arrecadação das rendas aumentava substancialmente a receita geral, alcançando um montante quase três vezes maior do que o teto máximo do rendimento referente à receita provincial. Além disso, representava um corte aproximado de mais da metade do que era arrecadado, e até então retido, nas províncias”.¹⁵⁵⁴

Levando em conta o ambiente político dos anos 1831-1832, não é exagero afirmar que a lei de 24 de outubro possa ter constituído uma estratégia urdida por setores, inclusive moderados, mais relutantes com a federação e que tiveram como objetivo preservar a Corte como centro privilegiado do Império, mesmo que a reforma constitucional, ainda por ser votada, acabasse surtindo efeitos indesejados com relação ao aumento da autonomia provincial. Isso porque mediante a concentração de recursos financeiros garantia-se, de antemão, a premência do Rio de Janeiro no concerto político imperial, protegendo o Tesouro Nacional de medidas legislativas provinciais que por ventura colidissem com os interesses do governo.¹⁵⁵⁵

Esse raciocínio faz ainda mais sentido se lembrarmos de Vasconcelos, um dos apoiadores do projeto quando ministro da fazenda. Vasconcelos era de Minas Gerais, província que juntamente com São Paulo recebia críticas de políticos nortistas, sobretudo da Bahia, Pernambuco e Maranhão, por pouco contribuírem aos cofres da nação, o que as colocava na conveniente posição de aderir ao sistema de divisão proposto.¹⁵⁵⁶ Por esse aspecto talvez não seja fortuito que os principais jornais moderados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo praticamente silenciaram

¹⁵⁵³ SILVA, Luiz Geraldo Santos da; FELDMAN, Ariel. Revisitando o passado em tempos de crise: federalismo e memória no período regencial (1831-1840). *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 143-163.

¹⁵⁵⁴ LYRA, *op. cit.*, p.83-84.

¹⁵⁵⁵ Sobre as consequências da lei de 24 de outubro no âmbito das finanças provinciais, ver VILLELA, André. Distribuição Regional das Receitas e Despesas do Governo Central no II Reinado, 1844-1889. *Est. econ.*, São Paulo, 37(2): 247-274, abr-jun 2007.

¹⁵⁵⁶ Ver, por exemplo sessões de julho e agosto de 1831.

sobre a matéria desde seu surgimento até sua votação, possivelmente para não darem margem a contestações e polêmicas.¹⁵⁵⁷ Mas a posição não era consensual mesmo entre mineiros e paulistas. O padre Custódio Dias, por exemplo, postou-se inicialmente contra o projeto, pois acreditava que seria difícil chegar num patamar de igualdade de contribuição levando em conta as diferenças insolúveis entre províncias litorâneas e interioranas.¹⁵⁵⁸ De toda sorte, nos anos subsequentes seria votada legislação que consolidaria a separação das competências fiscais do centro e das províncias.¹⁵⁵⁹ Nesse sentido o Ato Adicional seria bem menos inovador, pois embora tenha viabilizado uma descentralização administrativa, não promoveu o mesmo no que tange à estrutura fiscal do Império, já que manteve a reordenação criada pela lei de 24 de outubro de 1832, impondo-se como um dos principais pontos evocados pelos levantes contra o governo regencial até a Maioridade.¹⁵⁶⁰

A lei de 3 outubro de 1834, por sua vez, complementou o Ato Adicional e definiu o novo perfil institucional dos Executivos provinciais.¹⁵⁶¹ Elaborado pelo Senado e acatado pelos deputados sem maiores polêmicas, o regimento alterou alguns pontos-chave da lei de 23 de outubro de 1823, que até então constituía a base legal dos executivos provinciais. Aos presidentes, que seriam escolhidos pelo imperador, caberia executar as leis, fiscalizar a atuação dos empregados públicos e de suas respectivas repartições, prover cargos, conceder licenças, denunciar ao governo central quaisquer problemas que embaraçassem suas atividades, decidir temporariamente conflitos de jurisdição e suspender qualquer funcionário acusado de abuso.¹⁵⁶² Ao se confrontar as duas leis é possível notar que se por um lado o Ato Adicional deu maior autonomia às províncias – alargando o poder dos Conselhos Gerais e transformando-os em Assembleias Provinciais –, por outro o regimento para os presidentes extirpou qualquer possibilidade de se consolidar um canal de representação no âmbito dos executivos provinciais, o que na prática acabou fornecendo aos “delegados do imperador” um campo de atuação muito mais amplo e centralizador do que existira

¹⁵⁵⁷ *A Aurora Fluminense* e *O Universal* contentaram-se em veicular um artigo originalmente publicado pelo *O Independente*. O artigo elogiava a ideia principal do projeto, pois “estabelecia o sistema federativo na administração dos dinheiros públicos”. Todavia, questionava a aplicabilidade da divisão entre rendas gerais e provinciais, em decorrência das grandes diferenças entre as províncias. Cf. *Aurora Fluminense*, nº 514, 05/08/1831; *O Universal*, nº 634, 17/08/1831.

¹⁵⁵⁸ APB-CD, sessão de 03/08/1831, p.17.

¹⁵⁵⁹ COSTA, Wilma Peres. O Império do Brasil: dimensões de um enigma. *almanack braziliense*, nº1, maio 2005, p.27-43.

¹⁵⁶⁰ LYRA, Maria de Lourdes Viana. *Centralism, système fiscal et autonomie provinciale dans l'Empire brésilien: la province de Pernambuco, 1808-1835*. Tese de Doutorado apresentada à Universidade de Paris X. Paris, 1985. Com relação ao questionamento de uma suposta “vitória” liberal do Ato Adicional, faz-se mister observar como Caio Prado Jr., em *Evolução Política do Brasil*, pouco destaque conferiu à Lei de 12 de agosto de 1834. Esta, juntamente com as demais leis aprovadas no início da década de 1830, foram vistas como “pequenas concessões feitas à democracia”. Cf. PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2001 [1934], p.77.

¹⁵⁶¹ Lei de 3 de outubro de 1834 – Dá regimento aos Presidentes de Província, e extingue o Conselho da Presidência. In: *Coleção das Leis do Império de 1834*, op. cit., p.53-56.

¹⁵⁶² *Ibidem*.

ao longo do Primeiro Reinado e nos primeiros anos do período regencial. Isso porque os Conselhos da Presidência, que como vimos desempenhavam atribuições que iam além de um órgão meramente consultivo, foram definitivamente suprimidos, ao passo que os vice-presidentes passaram a ser escolhidos pela Assembleia dentre seus membros.¹⁵⁶³ Para o redator d’o *Novo Farol Paulistano*, a lei conferia aos presidentes “tantas atribuições, tanto poder que lhes facultava os meios do abuso aqueles que menos atentos à felicidade pública se sentissem inclinados a apartar-se do verdadeiro trilho dos governos constitucionais”.¹⁵⁶⁴ Em outro sentido, a *Aurora Fluminense* viu a supressão do Conselho da Presidência como uma ruptura em relação às antigas Juntas de Governo.¹⁵⁶⁵

Andrea Slemian considera que o Ato Adicional, a despeito das sucessivas tentativas de implementação de medidas mais extremadas por alguns setores, manteve como pano de fundo o texto de 1824, o que demonstra que a opção vitoriosa respeitou os parâmetros estipulados pela Carta outorgada e excluiu do processo reformista alternativas que modificassem suas principais bases político-administrativas.¹⁵⁶⁶ Evidenciava-se assim a força da Carta de 1824, que forneceu os instrumentos para sua própria reforma, cumprindo aí o Senado um papel fundamental de preservação da constituição.¹⁵⁶⁷ O texto da comissão, ainda que alvo de críticas, gerou alguns acordos os quais Marcello Basile acredita terem sido “resultado de tensas e penosas negociações” entre os grupos em disputa e que acabaram “descontentando a todos, ainda mais depois que vieram à tona os problemas que gerou”.¹⁵⁶⁸ Afinal, os participantes do jogo foram obrigados a ceder, não resultando efetivamente em uma obra consensual. Os avessos à reforma tiveram de amargar alterações na Carta de 1824, mesmo que tenham conseguido manter inalterados pontos cruciais como a vitaliciedade do Senado e o Poder Moderador. Os exaltados foram contemplados apenas parcialmente, já que o arranjo institucional proposto pelo Ato Adicional estava aquém de um sistema federativo estribado na soberania das províncias ou em uma maior autonomia com relação

¹⁵⁶³ Sobre este ponto afirmava o art 6º da Lei de 3 de outubro: “A Assembleia Legislativa Provincial nomeará seis cidadãos para servirem de Vice-Presidente, e um no impedimento do outro. A lista deles será levada ao Imperador por intermédio do Presidente da Província, e com informação deste, a fim de ser determinar a ordem numérica da substituição: entretanto servirá de Vice-Presidente o que estiver em primeiro lugar na lista, ou na falta deste os imediatos. Tanto a lista dos eleitos pela Assembleia Legislativa Provincial, como a enviada pelo Governo será remetida por copia á Câmara Municipal do Presidente. E quando o primeiro nomeado se achar muito distante da Capital, será clamado para substituir aquele, que se seguir na ordem da nomeação e que mais pronto estiver, o qual somente ceda na ordem numérica da lista, e assim sucessivamente até o primeiro dela”.

¹⁵⁶⁴ *O Novo Farol Paulistano*, nº 316, 25/11/1834.

¹⁵⁶⁵ Segundo a *Aurora*, “a abolição dos Conselhos presidenciais é um benefício que desde muito tempo se aguardava: instituídos como relíquias das antigas Juntas provisórias com que as Cortes Portuguesas quiseram desconjurar o Brasil, eles de ordinário não servirão mais que empacar toda a ação do poder executivo nas províncias, ou de capear os abusos perpetrados pelos presidentes. Ou fracos, se tornavam simples instrumentos da vontade do chefe da província, e lhe cohonestavam os erros; ou dominadores pretendiam impor a lei, e tornavam o presidente um mero fantasma, trazendo a corpos coletivos o encargo da ação executora, sempre mal desempenhado por estes”. Trecho da *Aurora Fluminense* publicado em *O Universal*, nº 1086, 01/10/1834.

¹⁵⁶⁶ Esse ponto que foi exaustivamente explorado por aqueles periódicos que apoiaram o projeto da comissão. Cf. *O Universal*, nºs 1074 (01/09/1834), 1083 (24/09/1834), 1085 (29/09/1834), 1088 (16/10/1834).

¹⁵⁶⁷ SLEMIAN, *op.cit.*, p.303.

¹⁵⁶⁸ BASILE, *op. cit.*, 2009, p.213.

ao centro do Império.¹⁵⁶⁹ Já os moderados, que teoricamente saíram menos afetados, na realidade assistiram à escalada das suas divergências pessoais e programáticas, em grande medida porque setores mais conservadores ou menos dependentes das bases eleitorais provinciais foram impelidos, desde o 7 de abril, a acatar bandeiras que não eram as suas ou se submeter a nomes (como Feijó) que não julgavam os mais apropriados, tudo isso em virtude das circunstâncias e em prol de se manterem no poder.

Levando em consideração esse emaranhado de questões, acreditamos que o Ato Adicional não plasmou o desfecho natural ou linear dos debates iniciados em 1831. Entre a exposição do projeto Miranda Ribeiro e a aprovação das alterações na Carta de 1824 houve uma sucessão de negociações, conflitos e mudanças de rumo – revoltas na capital e nas províncias, troca de cargos nos governos central e locais, o golpe frustrado de 1832, o progressivo racha entre os moderados, a aprovação do Código do Processo Criminal, a mudança de legislatura, apenas para citar alguns pontos – que tornou a reforma, para além de uma demanda institucional concreta, uma arma política capaz de mobilizar setores antagônicos num período em que o Executivo se encontrava fragilizado, esvaziado de poder pela Lei da Regência. Assim, o chamado “retrocesso” entre o projeto original e Ato Adicional não deve ser medido somente pela letra da lei, mas também como consequência dos embates e contradições que pontuaram a política imperial nesses anos, obrigando os políticos a reequacionarem o sentido da reforma, avigorando os laços entre as províncias e a Corte.¹⁵⁷⁰

Esse aspecto ganha importância quando observamos a participação incontestada – dentro e fora do Parlamento – de setores proprietários do centro-sul, a princípio reticentes à reforma, na sua proposição e condução. Ascendendo ao governo após o 7 de abril, os moderados experimentaram grandes dificuldades para por em prática um projeto de poder que, por mais que tivesse como bandeira a “regeneração política” do Império, manteve como ponto de partida a conservação do Executivo da Corte como o coração da política imperial. Aos olhos de parte desses políticos a reforma adveio como solução para um problema de governabilidade; para outros, como um corretivo para problemas estruturais da Carta de 1824. No entanto, a maneira como a reforma foi encaminhada desagradou à maioria dos políticos nortistas, mas não só eles, que aí perceberam uma manobra para reafirmar o Rio de Janeiro como ponto nevrálgico do Império, em detrimento de uma agenda política que prezava por uma maior autonomia provincial com relação ao centro e que deitava suas raízes no processo de Independência.

¹⁵⁶⁹ Cipriano Barata foi dos que continuaria brandindo pela eleição dos presidentes de província e comandantes das armas, seja pelas assembleias seja pelos eleitores, pois de acordo com o publicista somente assim eles poderiam ter uma responsabilidade efetiva, uma relação direta entre eleitor e autoridade. Cf. FONSECA, *op. cit.*, 2013, p.114.

¹⁵⁷⁰ Tomas Flory acredita que o Ato Adicional já revelava uma tentativa dos liberais moderados em centralizar aspectos da administração do Estado, cf. FLORY, *op. cit.*

Se o saldo da reforma foi bem menos ousado do que se aventara nos idos de 1831-32, o Ato Adicional trouxe inovações expressivas que perdurariam durante todo o período imperial. A maior delas, a criação das Assembleias Legislativas, constitui um ponto de virada nas relações entre as províncias e a Corte, por mais que a ingerência desta naquelas permanecesse em vários níveis. Mas longe de constituir uma obra exclusivamente parlamentar, encerrada no debate político da Corte, a criação de um espaço efetivo de poder provincial dotado de competência legislativa e tributária esteve intimamente ligada ao debate travado nos círculos políticos do Império – a exemplo da imprensa periódica e das iniciativas associativas – e à experiência política oriunda das províncias, sobretudo dos Conselhos Gerais. Estes tiveram parte de suas atribuições modificadas durante o período em que funcionaram, não formando, portanto, instituições monolíticas, permitindo assim um constante acúmulo de experiências político-administrativas em nível local, o que inegavelmente conferiu maior densidade à discussão em torno da criação das Assembleias. Some-se a isso o fato de que parcela importante dos elaboradores e defensores do Ato Adicional foi constituída justamente por representantes de São Paulo e Minas Gerais, que não por acaso vivenciaram o pleno funcionamento de seus respectivos conselhos provinciais.

Considerações Finais

“Este partido, o dos *moderados*, é poderoso, por seu número, porque conta com a nação, cujos votos e opiniões representa; pela santidade da causa que defende, que é a propriedade nacional e ainda mesmo por seus princípios, porque detesta excessos; porém, em honra da verdade, não tem sabido aproveitar-se das circunstâncias. Semelhante aos médicos da medicina expectante, esse partido não obra, pisa sempre o mesmo terreno, teme de todas as medidas, ele não enxerga em tudo quanto se lhe propõe senão fraqueza ou energia em excesso; sempre esperando, sempre irresoluto, contenta-se no momento da crise com um ato de meia medida que só se encaminha a acobertar o mal e deixá-lo criar profundas raízes. Como existe hoje, julga ter direito a existir amanhã, e a sua prova favorita é lançar em rosto aos que pressagiam mal de sua apatia”.

O Justiceiro, nº 01, 07/11/1834.

O trecho acima foi redigido por Diogo Feijó poucos meses após a promulgação do Ato Adicional e já com vistas à corrida eleitoral para o cargo de regente uno, no ano seguinte. Numa época em que a divisão entre exaltados, moderados e caramurus começava a deixar de ter propósito, convertendo-se em matéria-prima para a memória a ser confeccionada sobre esses grupos, a crítica à falta de um posicionamento mais enérgico e à tendência de se portar de forma hesitante sobre os assuntos da política revelava a própria essência – embora sempre escamoteada por seus adeptos – da moderação: a heterogeneidade de princípios, perfis de seus integrantes e objetivos a conquistar. Com isso o padre paulista semeava um argumento que anos depois seria reatualizado pelos conservadores em ataque aos liberais, mas antes disso expunha, embora não explicitamente, outra característica primordial dos moderados. Estes, ao formarem um amplo leque de alianças para fazer frente ao governo de d. Pedro e, posteriormente, dar sustentação à Regência, tiveram que administrar uma grande quantidade de conflitos internos ao “partido da moderação” que acabaram condicionando a maneira fragmentada com que eles se firmaram na política imperial.

A presente tese procurou elucidar o gradual e conturbado processo de ascensão política de segmentos proprietários de São Paulo e Minas Gerais no bojo da criação de esferas de representação em nível provincial e, em termos mais amplos, da instauração do Estado nacional brasileiro na forma de uma monarquia constitucional com sede no Rio de Janeiro, entre 1823 e 1834. Conforme sublinhado, a projeção de mineiros e paulistas na máquina política imperial não se deu de forma equânime. Setores que vinham se estabelecendo no Rio de Janeiro e arredores desde meados do século XVIII e haviam se beneficiado com a transplantação da família real para a América portuguesa conseguiram, por conta do seu poderio socioeconômico e influência política, se impor como protagonistas no processo de Independência, o que lhes proporcionou uma ampla fatia de poder no recém-fundado Império Brasil, constituindo assim a base de sustentação do governo de d. Pedro. Um contingente muito mais amplo e diversificado de proprietários espalhados pelos rincões das províncias também foi determinante para a legitimação do novo Estado, porém acabou não sendo recrutado para ocupar os cargos decisórios do governo pedrino. Esses homens, aqui no caso mineiros e paulistas, optaram por se mobilizar nas esferas de poder eletivas, a exemplo das Câmaras Municipais, dos Conselhos Provinciais e da Câmara dos Deputados, vislumbrando uma forma progressiva de ocupar a máquina pública e ampliar sua rede de negócios e projeção política nas províncias e na capital do Império.

Longe de constituir uma imposição partida da Corte fluminense em meio à consolidação de um novo Estado em volta de d. Pedro, a formação de estruturas de poder em nível provincial resultou de uma complexa equação em que o engajamento dos segmentos locais foi fundamental. Não apenas, obviamente, no que tange à ocupação desses espaços, mas na própria discussão sobre quais alçadas deveriam ter e de que forma se relacionariam com os demais poderes em construção, notadamente o Legislativo e Executivo.

A lei de 20 de outubro de 1823, que criou o cargo de presidente de província e o Conselho da Presidência, é elucidativa nesse sentido. Embora a bibliografia geralmente tome os chefes dos executivos provinciais como elementos ilustrativos do caráter “centralizador” do Primeiro Reinado, a documentação sobre Minas Gerais e São Paulo descortinou um quadro mais nuançado. Por interesse dos próprios setores provinciais, a lei de 20 de outubro, endossada pela Carta de 1824, reeditou parte do formato político das Juntas de Governo, garantindo a existência de cargos eletivos no Executivo local. Uma vez que o Conselho da Presidência não se restringia à função de órgão consultivo, dado as diversas atribuições que o presidente era obrigado a exercer em conjunto com ele, não é exagero afirmar que, ao menos para Minas Gerais e São Paulo, o Conselho da Presidência pode servir, sobretudo no Primeiro Reinado, como um contrapeso ao poder do chefe do Executivo provincial por meio da representação política. Não à toa que o argumento central para sua extinção,

cerca de dez anos depois, foi o de que se composto por adversários do presidente o Conselho inviabilizaria a ação do mandatário do Executivo local e, conseqüentemente, as pretensões do governo da Corte nas províncias.

Lembremos, também, que o cargo de vice-presidente recaía sobre o conselheiro mais votado, ampliando significativamente o leque de possibilidades de participação dos grupos proprietários na concretização de suas demandas nos anos 1820 e 1830. A supressão da lei de 20 de outubro, em 1834, encerrou uma intensa e controversa experiência política, iniciada com as Juntas de Governo, na gestão das províncias a partir de Executivos parcial e localmente eleitos. Ao fim e ao cabo, ao desvanecer o Conselho da Presidência e facultar a escolha do vice-presidente às Assembleias Provinciais, a lei de 3 de outubro de 1834 acabou por concentrar as atribuições executivas na figura do presidente e reduzir drasticamente a participação de segmentos locais no Executivo provincial pela representação, o que nesse ponto significou um recuo ante às liberdades políticas conquistadas nos anos iniciais do Império.

Se os Conselhos da Presidência deram contornos a um primeiro arranjo dos Executivos locais, os Conselhos Gerais, criados pela Carta outorgada, foram concebidos como uma ideia inicial de legislativo provincial, isso porque havia uma dupla dependência – ao Executivo da Corte à Assembleia Geral – na aprovação de suas resoluções que não lhes assegurava uma efetiva atuação legislativa. A despeito disso, da sua implementação até 1834 os Conselhos Gerais se estabeleceram como o principal espaço da política provincial em termos da representação de diferentes setores locais e da proposição de projetos peculiares aos negócios da província. Em Minas Gerais e São Paulo, resoluções voltadas para a padronização de atividades concernentes ao poder público, tais como a elaboração de representações e a prestação de contas foram acompanhadas de esforços que aspiravam a normatizar esferas da sociedade como a militar e os sistemas de medidas, monetário e educacional. Ambos trabalharam, cada um a sua maneira, no sentido de encetar um movimento contínuo aperfeiçoamento da infraestrutura provincial. Ademais, os Conselhos Gerais ficaram responsáveis por controlar boa parte das atividades das Câmaras Municipais, como a aprovação de posturas e a fiscalização das finanças dos municípios, consolidando a província como a principal estrutura de poder político em nível local. Estrutura essa, por sinal, que seria herdada e remodelada pelas Assembleias Legislativas Provinciais.

Tomados em conjunto, os conselhos provinciais de Minas e São Paulo contribuíram para a paulatina e contraditória uniformização do Estado imperial, dando coro ao projeto de um regime monárquico-constitucional sediado no Rio de Janeiro. Paulatina porque o que podemos vulgarmente chamar de unidade nacional não se verificou antes de meados no século XIX, e pesquisas recentes sobre a configuração política das províncias do Império nas primeiras décadas do Oitocentos têm

convergiu cada vez mais para esse ponto. Contraditória em virtude do intenso debate que mobilizou a esfera pública da época sobre os rumos do novo Estado, e dos sucessivos movimentos sociais, sendo boa parte deles armado, que permearam os primeiros anos do Império.

Ao longo do trabalho, a análise da esfera política provincial ganhou densidade quando se observou que a ação dos segmentos proprietários de Minas e São Paulo não ficou limitada aos seus locais de origem, mas também mirou conquistar um lugar no cenário político da Corte, inicialmente no Legislativo, a partir de 1826. Muitos desses homens ocuparam, no mesmo período em que foram deputados, os postos de conselheiros em suas províncias, o que em tese os colocaria na condição de porta-vozes, em âmbito nacional, das resoluções dos Conselhos Gerais, que dependiam do Legislativo para serem validadas.

A pesquisa mostrou, entretanto, que o direcionamento das matérias provinciais na Câmara dos Deputados foi um procedimento que não se atinha ao acatamento automático de demandas provinciais pelos legisladores. O estudo das bancadas de São Paulo e Minas Gerais para as três primeiras legislaturas trouxe à tona questões importantes, a começar pelo dado de que sua composição foi fruto de condicionantes diversos, que iam desde a existência de diferentes concepções de representação e de projetos de Estado até a necessidade de alianças políticas provinciais e interprovinciais, o que comprovou um perfil heterogêneo e bem distante da noção um tanto vaga de “elites provinciais”. É certo que alguns grupos e regiões, por sua força em nível provincial, obtiveram maior representação na Câmara dos Deputados. No caso de São Paulo houve presença constante de representantes da Comarca de Itu, preferencialmente de homens atrelados às lavouras de cana-de-açúcar e à comercialização de animais, ao passo que em Minas Gerais, embora com perfil mais plural, ocorreu a incidência de setores ligados à produção de gêneros alimentícios do sul de Minas, em especial das Comarcas do Sapucaí e Rio das Mortes, que inclusive se aproximariam dos liberais paulistas para compor a oposição ao governo de d. Pedro. Para ambos os casos a ampliação da sua influência na política na Corte era imprescindível para consolidar seus negócios na praça comercial fluminense.

Na Câmara dos Deputados, o insucesso da maior parte das propostas encaminhadas pelos Conselhos Gerais externava que, para além de um problema de hierarquia de prioridades dentro do Legislativo, que privilegiava matérias de maior envergadura política, impunha-se uma politização das questões locais pelos deputados. Ao se analisar os debates em torno de tais propostas, percebeu-se a existência de propósitos que ultrapassavam uma atitude localista dedicada a cumprir as resoluções provinciais. Isso porque dentro dos recintos parlamentares as aspirações provinciais se viram subordinadas a negociações e acordos entre deputados de diferentes províncias, sinalizando a

existência de um enfrentamento de interesses que revelava limites e incongruências na relação entre centro e província nos primeiros anos do Império.

Por outro lado, cientes de que no Parlamento a política provincial estava inexoravelmente conectada à nacional, mineiros e paulistas fizeram do Legislativo um instrumento de poder para afiançar seus interesses, assim como transformaram as reivindicações daqueles que os elegeram em artefatos de luta e barganha política, facilitando o ingresso de grupos regionais no interior da máquina pública. Por essas e por outras que acreditamos que inserção de mineiros e paulistas na Corte ocorreu de forma tão matizada e dispersa que categorizações como “interesse local”, “interesse nacional”, “centro”, província” precisam ser repensadas partir do prisma da interligação, sem deixar pra trás o contraditório, mas evitando a armadilha da oposição entre polos antagônicos. Por trás disso tudo jazia o não menos importante problema da representação política, que da forma como fora concebida pela Carta outorgada admitiu uma multiplicidade de usos e apropriações de acordo com a ocasião o lugar em que se fazia política. Representar era um ato em contínua urdidura que, ao nosso ver, dentro do período estudado, teve como um ponto de tensão a necessidade de se consolidar a imagem do “representante da nação”, que se sobrepusesse às “notoriedades de aldeia”, mais precisamente em um momento de redefinição do papel das províncias na arquitetura política do Império.

O 7 de abril alargou sobremaneira o campo de atuação dos políticos de Minas e São Paulo que vinham fazendo oposição ao governo de d. Pedro. A ascensão dos moderados ao governo da Corte foi pontuada, todavia, por divisões e desavenças, mesmo porque a tão propalada unidade da moderação nunca passou de argumento político dos seus partidários, configurando antes um acordo necessário para combater seus oponentes. Desse modo, a chegada dos moderados ao poder deve ser melhor qualificada, pois com exceção do gabinete Feijó, que governou entre junho de 1831 e agosto de 1832, aqueles setores com maior enraizamento provincial – representados por figuras como Custódio Dias, Ferreira de Melo e o próprio padre ituano – não chegaram a controlar o Executivo em sua totalidade, algo flagrante na própria composição da Regência Trina Permanente, que resultou num acordo momentâneo de forças que, ao novo ver, já indicava uma resistência de incorporar no comando do Império segmentos que haviam afrontado diretamente o governo pedrino e que eram vistos como demasiadamente provincianos e desestabilizadores da ordem monárquica. E, mais importante, tiveram que compartilhar as rédeas do poder com um Honório Hermeto, um Araújo Viana ou um Chichorro da Gama, homens que embora resguardados sob o manto da moderação e eleitos, curiosamente, por Minas Gerais, dependiam menos das suas bases eleitorais e gozavam de uma maior inserção no jogo político da Corte, o que lhes garantia um maior trânsito entre segmentos que haviam composto o esteio político do ex-monarca.

Conforme ressaltado ao longo do trabalho, as diferenças entre esses políticos não nasceram em 1831 ou até mesmo antes, no racha entre moderados e exaltados na reta final do Primeiro Reinado, como geralmente aponta a bibliografia. Dissensões já vinham se processando desde o início da década de 1820, em meio à separação Portugal e à delimitação da arcabouço jurídico-administrativo do novo Estado, a partir de quando a associação entre esses setores se fez imperiosa em momentos decisivos, como na Constituinte, na abertura do Parlamento e às vésperas da Abdicação. Aproximações que foram invariavelmente retrabalhadas, o que ficou claro nas alianças eleitorais e no desempenho no Parlamento a fim de compor uma oposição viável ao governo pedrino. O que o 7 de abril fez foi escancarar tais diferenças e torna-las mais evidentes, porém novo reagrupamento de forças ocorreu logo após a Abdicação, quando o “partido da moderação” teve que se empenhar para fazer frente aos exaltados, que cresciam em força principalmente na capital do Império e nas províncias do Norte, e aos caramurus/restauradores, que aos poucos se recompunham.

Com a saída de cena de d. Pedro houve um aguçamento da interdependência das esferas provincial e nacional, mesmo porque elementos locais passaram a pressionar o governo do Rio de Janeiro por mudanças de agenda política e, sobretudo por iniciativa dos exaltados, a clamar por alterações na Carta magna. Se nas províncias os conselhos provinciais, ao menos em Minas e São Paulo, funcionaram como pontos de apoio da Regência, prestando-se a legitimar ações do Executivo e da base governista no Legislativo, no Parlamento ficava cada dia mais nítida a necessidade de uma modificação no alicerce político do Império que desse conta de garantir os interesse locais sem que eles colidissem uns com os outros, obstando os trabalhos do Legislativo e a governabilidade do Executivo, que saíra enfraquecido com a Lei da Regência.

O debate sobre a reforma constitucional se deflagrou no crescente espaço público da capital e províncias, em meio à proliferação de associações políticas e periódicos de orientações políticas variadas, e que logo foi encampado pelo Legislativo. O que à primeira vista pode parecer uma relação de causa e efeito entre a necessidade de modificações na Carta de 1824 e os desdobramentos para sua implantação, a rigor foi um meticoloso processo de significação e ressignificação da pauta reformista. Do que se conclui que a reforma não constituiu mera questão institucional, mas antes o enfrentamento entre diferentes concepções de Estado e entre o que se entendia, a partir de experiências acumuladas nos últimos anos e dos exemplos vindos da Europa e Estados Unidos, a respeito do governo representativo. Em outro sentido, a querela reformista virou palco para que muitos dos promotores do 7 de abril justificassem seus atos como uma retomada da revolução iniciada à época da Independência, cuja extensão em termos de configuração da cidadania e do Estado fora diminuída pelo fechamento da Constituinte, em 1823.

O Ato Adicional é recorrentemente interpretado como a principal realização dos moderados em conjunto com o Código do Processo de 1832. Consideramos, todavia, que ele resultou de um longo processo de negociação, com idas e vindas, que contou com o envolvimento das principais forças políticas em disputa. Levando em conta propostas vencedoras e vencidas, bandeiras como a da federação que foram manipuladas para propósitos distintos e tentativas de rompimento com a legalidade como o ensaio de golpe de 1832, deduz-se que o resultado da reforma acabou espelhando as próprias apostas e incertezas daquele momento político, e que por isso mesmo poderia ter conhecido outro desfecho.

Partindo desse viés analítico, acreditamos que não cabe ao Ato Adicional a ideia de *reforma possível*, como parte das leituras sobre a lei de 12 de agosto de 1834 deixa entrever, ainda que subliminarmente. Imputar culpa ao Senado e às manobras caramurus e restauradoras pela dilapidação do projeto original de 1831 significa reiterar argumentos dos homens daquela época, ou seja, creditar às forças “retrógradas” a responsabilidade por uma reforma incompleta. Mais do que isso, significa reificar uma longa e vigorosa tradição historiográfica, a qual procuramos combater, que enxerga na gênese da formação do Estado nacional uma contradição incontornável e expressa no descolamento entre princípios liberais e a realidade brasileira. O fato é que os moderados, eles próprios inicialmente reticentes às alterações na Carta de 1824, recuaram em algumas das suas proposições, demonstrativo de que inexistia um consenso sobre a reforma e que, passados os atribulados primeiros anos da Regência, nos quais inclusive compuseram o governo, talvez não fossem mais desejáveis medidas tão drásticas. Mas nada estava encerrado, mesmo porque reivindicações como a elegibilidade dos presidentes de província e dos comandantes das armas perdurariam por muitos anos.

O Ato Adicional foi alvo de críticas constantes dentro dos círculos políticos do Império pouco depois da sua aprovação. Menos de um ano após a sanção da lei apresentou-se um requerimento para que as comissões das Assembleias Provinciais e de Constituição redigissem um projeto interpretando os pontos mais “obscuros” ou “duvidosos” do Ato Adicional. Em 1836, Paulino José Soares de Sousa, futuro Visconde do Uruguai e então deputado pelo Rio de Janeiro, forjou um projeto mais extenso e detalhado que se tornou a base jurídica para a discussão que resultou na lei de interpretação de 12 de maio 1840. As discussões subsequentes à aprovação do Ato Adicional não se restringiam apenas à crítica da lei de 12 de agosto em si. Por essa época aqueles que ascenderam ao poder após a Abdicação assistiram ao esgarçamento das suas divergências político-ideológicas, regionais e pessoais, entrando num processo acelerado de fragmentação que se materializou na formação dos partidos Liberal e Conservador, em fins do decênio de 1830. A polarização de forças entre Feijó e Holanda Cavalcanti na eleição para o cargo de regente uno, em

1835, e a apresentação de um projeto de revisão do Ato Adicional no ano seguinte anunciavam uma remodelação dos grupos políticos Império, o que ficaria mais claro em 1837, com a renúncia do padre paulista ao cargo de regente uno, que passou a ser ocupado por Pedro de Araújo Lima, um dos líderes oposicionistas a seu governo.

Chegava ao fim o tempo dos moderados, exaltados e caramurus. Ou melhor, o ocaso dos termos, pois os homens abrigados debaixo de tais nomenclaturas continuariam, agora sob novas vestimentas, atuando na arena política do Império.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes Manuscritas

1.1. Arquivo da Câmara dos Deputados (CEDI-CD)

1829

lata 54, maço 31, pasta, ofícios diversos.

1831

lata 59, maço 12, pasta 01, ofício de 14/05/1831.

1830

maço 23, pasta 3, vários ofícios.

maço 49, pasta 21, ofício de 15 de 15/05/1830.

lata 47-A, maço 15, pasta 02, ofício de 25/05/1830.

lata 45, maço 8, pasta 01, ofícios diversos.

lata 48, maço 8, pasta 01, ofício de 08/06/1830

1832

lata 73, maço 01, pasta 02, ofícios diversos.

lata 73, maço 11, pasta 1, ofício de 09/05/1832.

lata 81-A, maço 37, pasta 4, ofício de 17/09/1832.

lata 81C, maço 42, pasta 06, ofício de 18/01/1832.

lata 81D, maço 46, pasta 02, ofícios diversos.

1833

lata 83, maço 13, pasta 1, ofício de 03/09/1833.

lata 86, maço 13, pasta 01, ofícios diversos.

lata 90, maço 31, pasta 02, ofícios diversos.

1834

lata 93, maço 06, pasta 07, ofício de 21/08/1834.

lata 97-C, maço 26, pasta 5, ofícios diversos.

1. 2. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ)

Negócios de Províncias (AA) Série Interior.

IJ1 227

IJ1 763

IJ1 764

IJ1 765

IJ1 765

IJ1 766
IJJ9 44
IJJ9 477
IJJ9 478

1.3. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

Atas e Pareceres do Conselho Geral de São Paulo (1824-1834). Latas CO 55649; CO 5650; CO 5682; CO 5651. Arquivo do Estado de São Paulo.

Atas do Conselho da Presidência da Província de São Paulo (1824-1834). Latas CO6148; CO 6150; CO 6149.

Correspondência do Ministério do Império com os presidentes da província de São Paulo, dos anos de 1831 (caixa 413), 1832 (caixa 414), 1833 (caixa 415) e 1834.

Registro de propostas, ofícios e representações, que subiram à Presença de S.M.I. e da Assembleia Geral Legislativa.

1.4. Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP)

Fundo Conselho Geral da Província de São Paulo – Atas, pareceres, resoluções e ofícios.

PO28.010, cx.22
PO28.004, cx.22
PO28.003, cx.22.
PO28.007, cx.22.
PO28.011, cx.22.
PO28.012, cx.22.
PO29.001, cx.22
PO29.002, cx.22.
PO32.002, cx.23.
PO30.001, cx.23.
PO31.007, cx.33
PO32.001, cx.23.
CF29.004, cx. 01.
CP30.043, caixa 11.
CF32.074, cx. 15.
RR32.005, caixa 30.

Acervo Digital – Ofícios Diversos

Ofícios diversos de 1824 a 1834.

1.5. Arquivo Público Mineiro (APM)

Fundo Presidência da Província

PP1/7 Cx.01, ofícios diversos.
PP1/52, cx.01, ofícios diversos.
PP1/30, cx.04, ofícios diversos.
PP3/3, cx.01, ofícios diversos.

Fundo Seção Provincial

SPP1/52, cx.02, ofícios diversos.
SPP1/52, cx.03, ofícios diversos.
SPP1/52, cx.04, ofícios diversos.
SPCGP1/3 Cx01, ofícios diversos.
SPCGP2, cx01, ofícios diversos.
SP CGP3/2, cx.03, ofícios diversos.

Fundo Conselho Geral

CGP1/3, cx.01, ofícios diversos.
CGP03, ofícios diversos.

1.5. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN) – Sessão de manuscritos

C-0366,002 n°001
I-1, 16, 59
I-1, 16, 068
63, 05, 006 n°012
MS-571
I-02, 11, 125
I-02,29,094
I-03, 12, 012
I-31, 27, 014
I-31, 29, 052
I-32, 11, 001
I-32, 11, 003
II-1, 16, 060
II-31, 16, 017 n°004
II-32, 10, 14, n.2.
II-36,05,046
II-36,07,007
II-36, 07, 011
II-36,07,049
II-36, 07, 053
II, 36, 05, 020
12, 2, 012
49, 03, 007 n°025

1.6. Museu Paulista (MP) – Serviço de Documentação Textual e Iconografia

Coleção Marquês de Valença

D_620
D_622
D_623

2. Fontes Impressas

2.1. Atas, anais, constituições, diários, leis, pareceres, posturas, resoluções e outros documentos oficiais

- 1827 – 1829: Diversos registros da correspondência oficial da Presidência de Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Edição Imprensa Oficial de Minas Gerais, v.9, 1904, jul./ dez., p.689-699.
- Actas das sessões do Conselho do Governo da Província de Minas Gerais de 1828*. Ouro Preto, Typographia do Silva, 1828.
- Actas das sessões do Conselho do Governo da Província de Minas Gerais de 1829*. Ouro Preto, Typographia do Silva, 1829.
- Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Deputados (1826-1834)*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinho e Cia., 1874-1879. Disponível no site www.camara.gov.br
- Anais do Senado do Império do Brasil*. Rio de Janeiro/Brasília, 1826-1889. Disponível no site www.senado.gov.br
- Ata da ultima apuração das Eleições Políticas da Província de Minas Gerais para os Membros do Conselho Geral da mesma Província feita no ano de 1824*. Ouro Preto: Oficina Patrícia de Barboza, 1828.
- Atas, pareceres, resoluções e orçamentos do Conselho Geral da Província de Minas Gerais (1828-1834)*. Fundo Conselho Geral da Província. Arquivo Público Mineiro.
- Atas do Conselho da Presidência da Província de São Paulo (1824-1834)*. *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado, 1961, v.86. (Atas referentes ao período 1824-1829); *Boletim*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1961, v.15; *Boletim*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1962, v.16 (Atas referentes ao período 1832-1834). Arquivo do Estado de São Paulo.
- Atas do Conselho de Estado (1823-1834)*. In: RODRIGUES, José Honório (dir.). *Atas do Conselho de Estado: obra comemorativa do sesquicentenário da instituição parlamentar*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973-1978, 13 vols.
- BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto (orgs.). *Textos políticos da História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002, v.1 (Formação/Império).
- Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1831*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875-1876.
- Coleção das leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 12 v.
- Colleção dos Diarios do Concelho Geral da Província de Minas Gerais*. Ouro Preto: Typographia do Universal, 1830. (1ª sessão, 2ª legislatura).
- Colleção dos Diarios do Concelho Geral da Província de Minas Gerais*. Ouro Preto: Typographia do Universal, 1831. (2ª sessão, 2ª legislatura).
- Colleção dos Diarios do Concelho Geral da Província de Minas Gerais*. Ouro Preto: Typographia do Universal, 1833. (4ª sessão, 2ª legislatura).
- Constituição do Império do Brasil (1824), acompanhada pelo Ato Adicional de 1834 e pela Lei de Interpretação de 1840*. Brasília: Ministério do Interior/ Fundação Projeto RONDÓS, 1986.
- Constituição política da Brasil reformada segundo os votos e necessidades da nação*. Pouso Alegre: Tipografia do Pregoeiro Constitucional, 1832. In: HOMEM DE MELLO, Francisco Inácio Marcondes (org.). *Escritos Históricos e literários*. Rio de Janeiro: Tipografia de Quirino & Irmão, 1868, p.15-47.
- Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil: 1823*. Brasília: Centro do Senado Federal, 1973, 3 v.
- Falas do trono desde o ano de 1823 até o ano de 1889*: acompanhadas dos respectivos votos de graças da câmara temporária e de diferentes informações e esclarecimentos sobre todas as sessões extraordinárias, adiamentos, dissoluções, sessões secretas e fusões com um quadro das épocas e motivos que deram lugar a reunião das duas câmaras e competente histórico. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

Lembranças e Apontamentos do governo provisório da província de São Paulo para os seus deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821.

Posturas da Câmara Municipal da imperial cidade de Ouro Preto confirmada pelo Conselho Geral da província de Minas Gerais. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1830.

Posturas da Câmara Municipal da leal cidade de Mariana confirmada pelo Conselho Geral da província de Minas Gerais. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1829.

Posturas policiais do termo da vila de Queluz. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1829.

Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, 1826-1828. São Paulo: Publicação Oficial do Arquivo Municipal de São Paulo, 1922.

Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1832.

Regimento Interno do Senado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1831.

Regulamento para a Escrituração das Contas das Câmaras Municipais. Ouro Preto: Tipografia do Universal, 1832.

Relatório apresentado à Câmara dos Senhores Deputados pelo Ministro do Império Nicolau Pereira de Campos Vergueiro na Sessão de 1833. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1833.

Relatório apresentado à Câmara dos Senhores Deputados pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda Candido José de Araújo Viana na Sessão de 1833. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1833.

Relatório da Repartição dos Negócios da Fazenda apresentado à Assembleia Ordinária de 1834 pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Candido José de Araújo Viana. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1834.

Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado a Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1833. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1833.

Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado a Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1834. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1834.

Relatórios ao Conselho Geral de Província, 1828-1833. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1912.

2.2. Ensaaios, memórias, opúsculos e outras obras.

ARAÚJO, Jose de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI.* Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *A província: estudo sobre a descentralização no Brasil.* São Paulo: Editora Nacional, 1975 [1870].

CANECA, Frei. *Ensaaios Políticos.* Rio de Janeiro: PUC, 1976.

FEIJÓ, Diogo Antônio. *Diogo Antônio Feijó.* Organização e prefácio de Jorge Caldeira. São Paulo: Editora 34, 1999. (Coleção Formadores do Brasil).

_____. *Guia das câmaras municipais do Brasil no desempenho de seus deveres por um deputado amigo da instituição.* Rio de Janeiro: Typografia D'Astréa, 1830.

GUIZOT, François. *A história das origens do governo representativo na Europa.* Trad. Port. De Vera Lucia Joscelyne. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

JAVARI, Barão do (org.). *Organizações e programas ministeriais desde 1822 a 1889.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo.* São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954.

MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio D'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo.* São Paulo: Imprensa Oficial, 1978 [1837].

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império.* Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

OTTONI, Teófilo Benedito. Circular dedicada aos senhores eleitores de senadores pela província de Minas Gerais no quadriênio actual e especialmente dirigida aos senhores eleitores pelo 2º districto eleitoral da mesma província para a próxima legislatura, pelo ex-deputado Teophilo Benedicto Ottoni, de 1860. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXVIII, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1916.

OTTONI, Cristiano Benedito. *Autobiografia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Memórias do visconde de São Leopoldo*. RIHRGS, Porto Alegre, I trim., Ano II, 1922.

RIBEIRO, José Cesário Miranda. *Exposição justificativa do procedimento adotado pelo deputado José Cesário Miranda Ribeiro*. Rio de Janeiro, 06/10/1832.

SÃO VICENTE, Marquês de. *Marquês de São Vicente*. [Coleção Formadores do Brasil]. Organização e introdução de Eduardo Kugelmas. São Paulo: Editora 34, 2002.

URUGUAI, Visconde do. *Visconde do Uruguai*. Organização e prefácio de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Editora 34, 2002. (Coleção Formadores do Brasil).

_____. *Estudos práticos sobre a administração das províncias no Brasil*. Primeira Parte. Acto Adicional. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1865, 2 tomos.

2.3. Periódicos:¹⁵⁷¹

Astréa (A). Rio de Janeiro. Typographia do Diário/ de Torres/ da Astréa, 1826-1832.

Astro de Minas (O). São João del-Rei. Typographia do Astro de Minas, 1827-1839.

Aurora Fluminense (A). Rio de Janeiro. Typographia do Diário, 1827-1836.

Caramuru (O). Rio de Janeiro. Typographia do Diário, 1832-1833.

Carijó (O). Rio de Janeiro. Typographia de Lessa e Pereira, 1832-1833.

Compilador Mineiro. Ouro Preto. Officina Patricia de Barboza e C^a., 1823-1923.

Constituição em Triunfo (A). São João del-Rei. Typographia da Astro de Minas, 1833.

Constitucional Mineiro (O). São João del-Rei. Typographia do Constitucional Mineiro, 1832-1833.

Diário do Conselho de Governo da Província de Minas Geraes. Ouro Preto. Officina Patricia de Barbosa e C^a., 1825.

Estrella Mariannense. Ouro Preto/Mariana. Typographia Patricia do Universal/Typografia Marianense, 1830-1832.

Farol Paulistano (O). São Paulo. Typographia do Farol Paulistano, 1827-1831.

Federalista (O). São Paulo. Typographia do Farol Paulistano, 1832.

Homem e a América (O). Rio de Janeiro. Typographia de Thomaz B. Hunt, 1831-1833.

Independente (O). Rio de Janeiro. Typographia de Thomaz B. Hunt, 1831-1833.

Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública no Ouro Preto. Ouro Preto. Typografia do Universal, 1832-1834.

Matraca dos Farroupilhas (A). Rio de Janeiro. Typ. de B. Hunt, 1832.

Mentor das Brasileiras (O). São João del-Rei. Typographia do Astro de Minas, 1829-1832.

Mineiro (O). Ouro Preto. Typografia de Leyraud, 1833.

Nova Luz Brasileira (A). Rio de Janeiro, 1829-1831.

Novo Argos (O). Ouro Preto. Officina Patricia do Universal, 1829-1834.

Novo Farol Paulistano (O). São Paulo. Typographia do Farol Paulistano, 1831-1835.

Observador Constitucional (O). São Paulo. Typographia do Farol Paulistano/ Tipografia Patriótica, 1829-1832.

Opinião Campanhense. Campanha. Typographia da Opinião Campanhense, 1832-1836.

Paulista (O). São Paulo. Typographia do Farol Paulistano, 1831.

Pregoeiro Constitucional (O). Pouso Alegre. Typographia do Pregoeiro Constitucional, 1830-1831.

Recopilador Mineiro (O). Pouso Alegre. Typographia do Pregoeiro Constitucional, 1833-1836.

Repúblico (O). Rio de Janeiro, 1830-1850.

¹⁵⁷¹ Todos os periódicos citados encontram-se microfilmados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Tareco Militar (O). Ouro Preto. Typographia de Leyraud, 1833.
Telegrapho (O). Ouro Preto. Typographia de Cortes e Companhia, 1828-1831.
Trombeta (A). Rio de Janeiro. Typographia de Thomaz B. Hunt, 1832-1833.
Tribuna do Povo (O). Rio de Janeiro, 1830-1832.
Universal (O). Ouro Preto. Typografia do Universal, 1825-1842.
Vigilante (O). Sabará. Typografia da Sociedade Pacificadora, 1833-1835.

3. Bibliografia

- ABRÊU, Eide Sandra Azevêdo. Os encantos do arquivo e os trabalhos do historiador: reflexões a partir da coleção Marquês de Valença. *An. mus. paul.*, Jun 2011, vol.19, no.1, p.247-278.
- ABREU, Sergio França Adorno de. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ABUD, Kátia Maria. *Autoridade e riqueza*. Contribuição para o estudo da sociedade paulistana na segunda metade do século XVIII. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1978.
- _____. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições*. A construção de um símbolo paulista: o Bandeirante. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1985.
- AIRES, Maria Cristina Andrade. A dimensão representativa da participação na teoria democrática contemporânea. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.3, n.2, p. 12-38, jul.-dez. 2009.
- ALEIXO IRMÃO, José. *Rafael Tobias de Aguiar: o Homem, o Político*. Sorocaba: Fundação Ubaldino do Amaral, 1992.
- ALENCAR, Tristão de; LEAL, Aureliano. *O golpe parlamentar da maioria*. Apresentação do senador Petrônio Portella. Brasília: Senado Federal, 1978.
- ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.
- _____. A desagregação do Império: Portugal e o reconhecimento do Estado brasileiro (1824-1826). *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993 (2º), p. 309-341.
- ALMEIDA, Aluisio de. *Vida e morte do tropeiro*. São Paulo: Martins/EDUSP, 1981.
- _____. Rafael Tobias de Aguiar, 1794-1857. *Revista do Arquivo Público de São Paulo*, vol.86, ano 8, out./nov. 1942.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1994.
- _____. Minas Gerais no pós-auge minerador: uma trajetória historiográfica. *Registro: Informativo do Centro Nacional de Referência Historiográfica*. Mariana, ano 2, nº 4, set.1995-fev.1996
- ALVES, João Victor Caetano. *A Câmara na Coroa: ascensão e queda do gabinete de novembro de 1827 (1827-1829)*. Tese de Doutorado. Franca: UNESP, 2013.
- AMARAL, Alex Lombello. *O Astro de Minas contra a correnteza*. Monografia de especialização. São João del-Rei, 2003.
- AMARAL, Antonio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1980, p.321-322.
- ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A enxada complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1995.
- ANDRADE, Leandro Braga de. *Senhor ou Camponês? Economia e Estratificação social em Minas Gerais no século XIX*. Mariana: 1821-1850. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 2007.
- _____. Negociantes regionais e mercado interno: uma análise da praça comercial de Ouro Preto nas primeiras décadas da Independência. In: *Anais do III Simpósio IBL. Itinerários da pesquisa histórica: métodos, fontes e campos temáticos*. Ouro Preto, 2010, p.11. [online]. Acesso: junho de 2013.

- ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Rebeldia e resistência: as revoltas escravas na província de Minas Gerais (1831-1840)*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1996.
- _____. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- _____. Família e política nas Regências: possibilidades interpretativas das cartas pessoais de Evaristo da Veiga (1836-1837). In: RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (orgs.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda Editorial, 2010, p.247-272.
- ANDRADE, Pablo de Oliveira. *A “legítima representante”: Câmaras Municipais, oligarquias e a institucionalização do Império Liberal Brasileiro (Mariana, 1822-1836)*. Dissertação de mestrado. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.
- ANDRADE, Paulo René de. *Origens históricas da polícia militar de Minas Gerais 1709/1831*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1985.
- ANINO, Antonio (et. alli.). *De los imperios a las naciones: Iberoamérica*. Zaragoza, IberCaja, 1994.
- ANTONIO, Edna Maria Matos. *A “independência do solo que habitamos”: poder, autonomia e cultura política na construção do Império brasileiro. Sergipe (1750-1831)*. Doutorado em História. Franca: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/ Universidade Estadual Paulista, 2011.
- AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). *Revista Brasileira de História* [online], v.32, n.63, 2012.
- ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006.
- ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. *Campanha da Princesa: urbanidade em Minas Gerais, 1789-1840*. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH-Unicamp, 2008.
- ARENDT, Hannah. *Da revolução*. Trad. port. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ÁVILA, Affonso. *O lúdico e as projeções do barroco II: áurea idade da áurea terra*. 3ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno (Sorocaba, séculos XVIII e XIX)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1994.
- _____. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.
- _____. BRIOSCHI, Lucília Reis. *Na estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas, 1999.
- BADDINI, Cássia Maria. *Sorocaba no império: comércio de animais e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.
- BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BALANDIER, Georges. *O contorno. Poder e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BANDECHHI, Pedro Brasil. O município no Brasil e sua função política. *Revista de História*. São Paulo, n.90, arb./jun.,1972, p. 495-530.
- BARBOSA, Silvana Mota. *A sphinge monárquica: o poder moderador e a política imperial*. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2001.
- _____. Autoridade e Poder Real: Benjamin Constant e a Carta Constitucional Portuguesa de 1826. *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 10, p. 7-22, 2004.
- _____. L’Influence de l’œuvre de Constant sur la pratique politique brésilienne: Présentation d’un inédit. *Annales Benjamin Constant*, Genève, Suisse, v. 23-24, p. 217-234, 2000.

- BARMAN, Roderick. *Brazil. The forging of a nation (1798-1852)*. Stanford: Stanford University Press, 1988.
- BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Itinerário da Independência*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.
- BASILE, MARcello. *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na corte imperial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- _____. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- _____. Revoltas regenciais na Corte: o movimento de 17 de abril de 1832. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.259-298, jan./dez. 2004.
- _____. Sociabilidade e ação políticas na Corte regencial: a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. *Revista de História* (UFES), v. 18, p. 349-383, 2006.
- _____. 'O negócio mais melindroso': reforma constitucional e composições políticas no Parlamento regencial (1831-1834). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). *Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EDUAERJ, 2009, p.185-209.
- _____. Deputados da Regência: perfil socioprofissional, trajetórias e tendências políticas. In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana P. (orgs.) *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.87-121, 2011.
- BEIGUELMAN, Paula. *Pequenos estudos de ciência política*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato. Deputados do Brasil nas Cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo Hucitec/Fapesp, 1999.
- _____; MARQUESE, Rafael B.; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- _____; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (orgs.). *A experiência constitucional de Cádiz: Espanha, Portugal e Brasil*. São Paulo: Alameda, 2012.
- BERLIN, Isaiah. *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Trad. Port. Brasília: Editora da UnB, 1981.
- BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: 1820-1822*. São Paulo/Recife: Hucitec/UFPE, 2006.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política, In: RIOUX, Jean - Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*, Lisboa, Estampa, 1998, p. 13-36.
- BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/ Humanitas, v.18, nº36, 1998.
- _____. *A Cidade e o Império: Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.1.
- BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. *De Alteza Real a Imperador: o governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2007.
- BLAJ, Ilana. *A trama das tensões. O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681/1721)*. São Paulo: Humanitas, 2002.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. Trad.: Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. *Particularidades familiares. A trajetória de Manuel Mendes Leitão no Paraná, século XIX*. Dissertação de mestrado. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes-UFPR, 2009.
- _____. Aspectos econômicos da participação paulista no processo de independência. *Almanack*. (online). Guarulhos, n.06, p.61-80, 2013.
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo: Alameda/ Fapesp, 2010.
- BOXER, Charles R. *O império marítimo português, 1415-1825*. Trad. Port. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 [1969].

- BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (Res) Sentimento: Indagações sobre uma Questão Sensível*, 2ª ed.. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004
- BROTERO, Frederico de Barros. *A família Monteiro de Barros*. s/e, 1951.
- BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarchal – família e sociedade – São João Del Rei, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Anablume, 2007.
- BRUNO, Ernani da Silva. *História e Tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953, 3 v.
- BULPITT, Jim. Federalism. In: McLEAN, Ian (ed.). *Dictionary of politics*. Londres: Oxford University Press, 1996.
- BRANT, Antonio. *Ponte Nova: 150 anos de história (1770-1920)*. Viçosa, 1993.
- BULPITT, Jim. Federalism. In: McLEAN, Ian (ed.). *Dictionary of politics*. Londres: Oxford University Press, 1996.
- CADENA, Paulo Henrique Fontes. *Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844)*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2011.
- CALERO, Manuel Chust. *Los colores de las independencias americanas: liberalismo, etnia e raza*. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científica, 2009.
- CALÓGERAS, Pandiá. *A política monetária do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- _____. *A Política Externa do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928. Vol. II. O Primeiro Reinado. Separata do Tomo Especial parte 2º da Revista do IHGB
- CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A Marcha da Civilização: as vilas oitocentistas de São João del-Rei e São José do Rio das Mortes. 1810/1844*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1998.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Nos caminhos da acumulação: negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro, 1808-25*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF/ICHF/PPGHIS, 2007.
- CANABRAVA, Alice. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765/1767. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: 26(4): 95-123, out./dez., 1972
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CARRARA, Ângelo A. *A Zona da Mata mineira: diversidade econômica e continuidade (1839-1909)*. Dissertação de mestrado Niterói: UFF, 1993, p. 35-36.
- CARREIRA, Liberato de Castro. *História Financeira e orçamentária do Império do Brasil desde sua fundação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.
- CARVALHO, André; BARBOSA, Waldemar. *Dicionário Biográfico* – Imprensa Mineira. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *Pontos e Bordados: Escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- _____. Federalismo y centralización en el Imperio brasileño: historia y argumento. In: CARMAGNANI, Marcelo (org.). *Federalismos latinoamericanos: México/ Brasil/ Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- _____. (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007
- CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CARVALHO, Marcio Eurélio Rios de. *Afirmção de uma esfera pública de poder em Minas Gerais (1821-1851)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2003.

- CARVALHO, Pedro Eduardo A.; ARAÚJO, Bruno Assaf B. de. O observador: cotidiano de Mariana na visão de Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca. In: *Anais do III Simpósio Internacional Cultura e Identidade*. ANPUH-GO. 2007.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.
- CASTRO, Paulo Pereira de. “A ‘experiência republicana’, 1831-1840”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da civilização brasileira*, tomo II, “O Brasil Monárquico”, vol.2, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1978, p.315-352.
- CASTRO, M. Vianna de. *A aristocracia rural fluminense*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1961.
- CASTRO, Renato Berbert de. *História do Conselho Geral da Província da Bahia, 1824-1834*. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1984.
- CASTRO, Zília Osório de (dir.). *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*. Lisboa-Porto: Assembleia da Republica de Portugal/ Afrontamento, 2002.
- CATELLI JR., Roberto. *Poder local: consolidação e revolta. Sorocaba 1823-1842*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1993.
- CAVALCANTI, Amaro. *Elementos de Finanças*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.
- CAVALCANTE, Berenice. *José Bonifácio: razão e sensibilidade, uma história em três tempos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- CHIACHIRI FILHO, José. *Do sertão do rio Pardo a Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto: Ribeira, 1986.
- CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Galeria das Personalidades Notáveis de São João Del-rey*. São João del-Rei: FAPEC, 1994.
- COESER, Ivo. *Visconde do Uruguai. Centralização e federalismo no Brasil*. Editora UFMG, 2008.
- CONSTANT, Benjamin. *Princípios políticos constitucionais*. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1989.
- CONTIER, Arnaldo. *Imprensa e ideologia em São Paulo, 1822-1842: matizes do vocabulário político e social*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CORRÊA, Carolina Perpétuo. Por que sou um chefe de famílias e o Senhor da Minha Casa: proprietários de escravos e famílias cativas em Santa Luzia, Minas Gerais, século XIX. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, 2005.
- COSTA, Iraci Del Nero da. *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo: IPE-USP, 1981.
- COSTA, Vivian Chierigati. *Codificação e formação do Estado-nacional brasileiro: o Código Criminal de 1830 e a positivação das leis no pós-Independência*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2013.
- COSTA, Wilma Peres. Do domínio à nação: os impasses da fiscalidade no processo de Independência. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2003.
- _____. A economia mercantil escravista nacional e o processo de construção do Estado no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 1996, p. 147-159.
- CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2007.
- CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. A fundação de um império liberal. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). *História Geral da civilização brasileira*, tomo II, “O Brasil Monárquico”. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965, vol.1, p.379-404.
- CUNHA, Maísa Faleiros da. Criando Gado, Plantando Roças: trajetórias familiares e escravidão além das fronteiras de Minas Gerais. In: *Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira: Economia, História, Demografia e Políticas Públicas*. Diamantina, 2008 (online).

- DAMACENO, Daniel Tarifa. *Os 'facciosos' de São Paulo: considerações acerca da Bernarda de Francisco Inácio (23.5.1822/25.8.1822)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1993.
- DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revoltas, motins, revoluções*. São Paulo: Alameda Editorial, 2010.
- DANIELI, Maria Isabel Basilisco Célia. *Economia mercantil de abastecimento e rede tributária: São Paulo, séculos XVIII e XIX*. Tese de Doutorado. Campinas: 2006.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)*. Trad. port. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DEBES, Célio. "Estrutura política e legal dos governos paulistas de 1821 a 1834". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v.65, 1968.
- DELATORRE, Aparecida Vanessa. São Paulo à época da Independência: contribuição para o estudo do chamado movimento 'bernardista', 1821/1823. Dissertação de mestrado. FFLCH-USP, 2003.
- DELFIM, Maria Elisa Ribeiro. *Viva a Independência do Brasil!: a atuação política da elite são-joanense no processo de independência*. Dissertação de Mestrado. São João Del-Rei: UFSJ, 2011.
- DINIZ, Adalton Francisco. *Centralização política e apropriação de riqueza: análise das finanças do Império brasileiro (1821-1889)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2002.
- DINIZ-SILVA, André Mansuy (org.). *D. Rodrigo de Sousa Coutinho, textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811)*. Lisboa: Editora Banco de Portugal, 1993.
- DOIN, José Evaldo de Mello. *Dívida externa do Império. Organização e consolidação do Estado e início do processo de modernização dos instrumentos de exploração, 1824-1864*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1986, 2v.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *Caminhos da conciliação: o poder provincial em São Paulo, 1835-1840*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1993.
- _____. *Construindo o Brasil: unidade nacional e pacto federativo nos projetos das elites (1820-1842)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2000.
- _____. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.
- _____. Representação política no Império. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, Julho 2011, p.05-06. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300648001_ARQUIVO_OgovernorepresentativonoBrasildoseculoXIX.pdf. Acesso em julho de 2013.
- DOMINGOS, Marcus Caetano. *D. Hermógenes e a eleição para as Cortes de Lisboa na comarca de Paracatu e na província de Minas Gerais: 1821-1822*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2005.
- EGAS, Eugênio. *Galeria dos presidentes de São Paulo*. São Paulo: Seção de obras do "O estado de S. Paulo", 1926, v.1 (Período Monárquico).
- _____. *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Tipografia Levi, 1912.
- ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *A economia paulista no século XVIII: ciclo do muar, ciclo do açúcar*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1979.
- ESTEFANIS, Bruno Fabris. *Conciliar o império. Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de conciliação no Brasil monárquico (1842-1856)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2010.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre: Globo, 1958.
- FACCHI, Alessandra. *Breve história dos direitos humanos*. São Paulo: Loyola, 2007.
- FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- FERREIRA, Tania Maria Bessonde da C.; MOREL, Marco; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira. (orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A/ Faperj, 2006.

- FLORENZANO, Modesto. República (na segunda metade do século XVIII – História) e Republicanismo (na segunda metade do século XX – historiografia). *Clio*, v. 14-15, 2006, p. 33-52.
- FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado em el Brasil imperial*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1986.
- FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *A ideia de República no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- _____. Federalismo: a experiência americana de um conceito (1820-1835). *Locus*, v.36, n.1, p.85-116, 2013.
- _____. Federação e república na Sociedade Federal de Pernambuco (1831-1834). *Saeculum – Revista de História* (online). João Pessoa, n.14, jan./jun. de 2006, p.57-73.
- _____. A linguagem republicana em Pernambuco (1824-1835). *Varia hist.* [online]. 2011, v.27, n.45, p. 47-73.
- FONSECA, Antônio Augusto da. Tipos ituanos: padre Jesuíno do Monte Carmelo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 1896-1897.
- FORTES, Solange Sabino Palazzi. Atividades produtivas em Vila Rica – 1808-1825. *LPH – Revista de História*, Mariana, v.1, nº 1, 1990.
- FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1968.
- _____. As ideias estão no lugar. *Cadernos de Debate*, (1), São Paulo: Brasiliense, 1976, p.61-64.
- _____. All the world was America. *Revista USP*, n.17, março/maio, 1993, p.30-53.
- FREITAS, Affonso A. de. *Tradições e reminiscências paulistanas*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1985 [1921]
- FURTADO, Junia Ferreira. Historiografia mineira: tendências e contrastes. *Vária História*. Belo Horizonte, nº 20, mar. 1999.
- GAETA, Caetano. *Líbero Badaró – O sacrifício de um paladino da liberdade*. São Paulo: Estabelecimento Gráfico E. Cupolo, 1944.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História do Brasil para o "belo sexo": apropriações do olhar estrangeiro para leitoras do século XIX. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2010, vol.30, n.59, p. 121-138.
- GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. *O banco da Ordem: política e finanças no império brasileiro (1853-66)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2010.
- GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil: 1500-1810*. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/MEC, 1975.
- GODECHOT, Jacques. *Les constitutions de la France depuis 1789*. Paris, Garnier-Flammarion, 1970.
- GODOY, Marcelo Magalhães. Civilizações da cana-de-açúcar: dois paradigmas de atividades agroaçucareiras no Novo Mundo, séculos XVI a XIX. *Revista História Econômica & História de Empresas/ABPHE*, vol. X, nº 2. S. Paulo, jul./dez. 2007.
- _____. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócios – Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2004.
- GODOY, Mayr. *A câmara municipal, uma estrutura política do poder legislativo na ordem local brasileira*. São Paulo, 1978.
- GOMES, Alfredo. Primeiros governos provinciais. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v.65, 1968.

- GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: práticas de alforria em Minas colonial e imperial*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH: USP, 2000.
- _____. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do estado nacional brasileiro: Minas Gerais, 1831-1835*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- _____. A "Oligarquia tenebrosa": Um perfil socioeconômico dos caramurus mineiros (1831-1838)". In: *Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira Economia, História, Demografia e Políticas Públicas*. Diamantina, 2006. Disponível em www.cedeplar.ufmg.br/seminarios. Acesso em agosto de 2011.
- _____.: VENANCIO, Renato Pinto; CHAVES, Cláudia Maria das Graças. (Orgs.). *Administrando Impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço/FAPEMIG, 2012
- GONÇALVES, Cleber Baptista. *Casa da moeda do Brasil: 290 anos de história, 1694-1984*. Rio de Janeiro: Impr. Gráfica Ed., 1984.
- GORENSTEIN, Riva; MARTINHO, Lenira Menezes. (orgs.). *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, 1993.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias. Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Faperj, 2008.
- _____. "Política Provincial na Formação da Monarquia Constitucional Brasileira. Rio de Janeiro, 1820-1850, in *Almanack Brasiliense* (online), nº 07, maio/2008, p.119-137.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.
- _____. Estudos agrários sobre as Minas Gerais oitocentistas. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe; FRAGOSO, João (orgs.). *História e educação; Homenagem a Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001, p.461-478.
- GRAHAM, Richard, *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*, Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- GRANT, Wyn. "Confederation". In: McLEAN, Ian (ed.). *Dictionary of politics*. Londres: Oxford University Press, 1996.
- GRAY, John. *Liberalismo*. Lisboa: Estampa, 1988.
- GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____.; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 3 volumes.
- GUIMARÃES, A. C. De'Araújo. *A corte no Brasil: figuras e aspectos*. Porto Alegre: Globo, 1936.
- GUIMARÃES, Elione Silxa. *Família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora-MG, 1828-1928)*. São Paulo/ Juiz de Fora: Annablume/Funalfa Edições, 2006, p.126.
- GUIMARÃES, Lucia Maria P. *Em nome da ordem e da moderação: a trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional (1831-1835)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.
- GUIZOT, François. *A história das origens do governo representativo na Europa*. Trad. port. de Vera Lucia Joscelyne. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.
- HOBBSBAWN, Eric J. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. Trad. Port. de Maria Tereza Lopes e Marcos Penchel De Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. "A herança colonial – sua desagregação", in HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). *História Geral da civilização brasileira*, tomo II, "O Brasil Monárquico". São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965, vol.1, p.09-39.
- _____. "São Paulo", in HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). *História Geral da civilização brasileira*, tomo II, "O Brasil Monárquico". São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964, vol.2, p.415-472.
- _____. "Prefácio", in CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, p.XIII-XXVI.

- _____. “Prefácio”, in PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O Barão de Iguape. Um empresário da época da Independência*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976, p.XI-XX.
- _____.; MAIA, Tom. *Vale do Paraíba – Velhas Fazendas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, p.11-44.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Política no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- HÖRNER, Erik. *Guerra entre pares: a “revolução liberal” em São Paulo, 1838-1844*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2005.
- _____. *Em defesa da constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2010.
- HORTA, Cid Rebelo. *Famílias governamentais de Minas Gerais*. In: 2º Seminário de Estudos Mineiros. Belo Horizonte, 1957.
- HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. Trad. de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- INÁCIO, Marcilaine Soares. A trajetória da Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto (1831/1838). In: *Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: percursos e desafios da pesquisa e do ensino da História da Educação*. Uberlândia: 2006 [online]. Acesso em janeiro de 2014.
- IRMÃO, José Aleixo. *Rafael Tobias de Aguiar: o homem, o político*. Sorocaba: FUA, 1992.
- IPANEMA, Marcello; IPANEMA, Cybelle. “Imprensa na Regência: observações estatísticas e de opinião pública”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v.307, 1976.
- JACQUES, Paulino. *O governo parlamentar e a crise brasileira*. [Coleção Temas Brasileiros]. Brasília: Editora Universidade de Brasileira, 1982.
- JANCSÓ, István (org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/ Unijui/ FAPESP, 2003.
- _____. (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005.
- JANOTTI, Aldo. Monarquia, restauração monárquica e o problema da unidade nacional na época da Regência. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 21, p. 19-32, dez. 1979.
- _____. Ato Adicional e Unidade Nacional. *Revista de História*, nº 114, jan/jun, 1983, p.47-60.
- _____. *Marquês de Paraná*. São Paulo: Itatiaia, 1990.
- JANOTTI, Maria de Lourdes. A falsa dialética. Justiniano José da Rocha. *Revista Brasileira de História*, 1982, v.2, n.3, p.03-17.
- _____. *A balaiada*. [Coleção tudo é história]. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher*. Lições de política e moral no periódico mineiro O Mentor das Brasileiras (1829-1832). Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFGM, 2008.
- JUNQUEIRA, Lucas de Faria. *A Bahia e o Prata no Primeiro Reinado: Comércio, recrutamento e guerra cisplatina (1822-1831)*. Dissertação de mestrado. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, 2005.
- KAHAN, Alan. *Liberalism in Nineteenth Century Europe: The political culture of limited suffrage*. New York: Palgrave Macmillan, 2003.
- KATO, Ruth Maria. *Revoltas de rua: o Rio de Janeiro em 3 momentos (1821, 1828 e 1831)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.
- KLAFKE, Álvaro Antonio. *O Império na província: construção do Estado nacional nas páginas de O Propagador da Indústria Rio-grandense – 1833-1834*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRS, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Puc-Rio, 2006.

- _____. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Trad. port. Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: Uerj/ Contraponto, 2009.
- KRAMNICK, Isaac. "Apresentação". In: MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. *Os artigos federalistas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- KRAAY, Hendrik. *Race, State and Armed Forces in Independence-Era Brazil. Bahia 1790s-1840s*. Stanford (CA): Stanford University Press, 2001.
- LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – a família Ferreira Armonde (1751-1850)*. Tese de Doutorado. Niterói: PPGH-UFF, 2010.
- LAVALLE, Adrian Gurza; ARAUJO, Cícero. O debate sobre a representação política no Brasil: nota introdutória. *Cad. CRH* [online]. 2008, vol.21, n.52, p. 9-12.
- _____; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Democracia, Pluralização da Representação e Sociedade Civil. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, 2006
- LEAL, Aureliano. O Ato Adicional. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1916, *Primeiro Congresso de História Nacional*, III.
- LEITE, Aureliano. *Vida e obra de Rafael Tobias de Aguiar*. São Paulo: Força Pública do Estado de São Paulo, 1965.
- LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1992. Colocar quando for falar dos estudos recentes que enfatizam a escravidão em MG.
- LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e Libertários: Pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEFORT, Claude. Guizot: o liberalismo polêmico. In: *Desafios da escrita política*. São Paulo: Discurso editorial, 1999, p.113-140.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 1ª edição 1977. Trad. port. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.
- LEME, Marisa Saenz. "São Paulo no I Império: poderes locais e governo central", in OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles; PRADO, Maria Ligia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (org.). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 59-80.
- _____. Dinâmicas centrípetas e centrífugas na formação do Estado monárquico no Brasil: o papel do Conselho Geral da Província de São Paulo. *Rev. Bras. Hist.*, Jan./Jun., 2008, vol.28, n.55, p.197-215.
- _____. A construção do poder de governo na Província de São Paulo e o Estado em formação no Brasil independente: entre a Revolução do Porto e a outorga constitucional. In: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro. (Org.). *História do Estado de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp/ Imprensa Oficial/Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010, v.1., p.374-406.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993. 1ª edição: 1979.
- LEONZO, Nanci. Um empresário nas milícias paulistas: o Brigadeiro Luís Antônio de Sousa. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.30, p.241-254, 1981.
- LESSA, Monica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito (orgs.). *Entre a monarquia e a república. Imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008.
- LEVI, Lucio. "Federalismo". In: BOBBIO, Norberto (org.). *Dicionário de política*. Brasília: Editora UnB, 1996.
- LEVY, Maria Bárbara. Alguns aspectos da política financeira no período regencial. *Rgevista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n.307, p.49-57, abr.-jun., 1975.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

- _____.; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A economia do Império brasileiro*. São Paulo: Atual, 2004.
- LIEBERMAN, David. The mixed constitution and the common Law. In: GOLDE, M.; WOKLER, R. (orgs.) *The Cambridge History of Eighteenth-Century Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p.317-346.
- LIMA, Manuel de Oliveira. *O Império Brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986 [1927].
- _____. *Dom João VI no Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Antonio Carlos Teixeira da. Região e história agrária. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, nº 15, 1995.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
- LOPES, José Reinaldo de Lima Lopes. *O Direito na História*. 2ª. ed. São Paulo: Max Limonard, 2002.
- LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. *O Império dos Souza Breves nos Oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim de Souza Breves*. Dissertação de Mestrado. Niterói: ICHF-UFF, 2010.
- LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S.. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: EDUSP, 2006.
- LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da; KLEIN, Hebert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Imprensa Oficial/ Edusp, 2009.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos*. A guerra dos jornalistas na independência (1821-1823) São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *Dízimos Reais na Capitania de São Paulo*. Contribuição à História Tributária do Brasil Colonial (1640-1750). Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1970.
- _____. *Centralism, système fiscal et autonomie provinciale dans l'Empire brésilien: la province de Pernambuco, 1808-1835*. Tese de Doutorado apresentada à Universidade de Paris X. Paris, 1985.
- _____. *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- _____. *O Império em construção: Primeiro Reinado e Regências*. São Paulo: Atual, 2000.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. Para além da historiografia Luzia: o debate político-constitucional do Primeiro Reinado e o conceito de governo representativo (1826-1831). In: MOURA, Fátima; NEVES, Edson Alvisi; RIBEIRO, Gladys Sabina (orgs.). *Diálogos entre direito e história: cidadania e justiça*. Niterói: EDUFF, 2009, p.81-108.
- MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo/ Belo Horizonte: Edusp/ Itatiaia, 1980 [1929].
- MACHADO, André Roberto de A. *A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-25)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010.
- _____. As “reformas em sentido federal”. A atuação dos representantes do Grão-Pará no Parlamento e as expectativas na província em torno do Ato Adicional. *Revista Estudos Amazônicos*, vol.IV, nº 1, 2009, p.53-98.
- MACHADO, Janaína Marcon. *Família e herança na Zona da Mata mineira: a formação do povoado de Santa Rita do Turvo (1813-1850)*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- MACIEL, Guilherme de Souza. *O Recreador Mineiro (Ouro Preto: 1845-48): formas de representação do conhecimento histórico na construção de uma identidade nacional*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 2005.

- MAGALHÃES JR. *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- MAGALHÃES, Adriano Aparecido. *Juiz de Paz: suas práticas na sociabilidade do liberalismo moderado no Termo de São João del-Rei (1827-1842) - Comarca do Rio das Mortes*. *Anais do Seminário Internacional Justiça, Administração e Luta Social*. Ouro Preto, 2010, p.13 [online].
- MAIA, Fernanda Paula Sousa. *O discurso parlamentar português e as relações Portugal-Brasil*. A Câmara dos Deputados (1826-1852). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. (org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- MARANHO, Milena Fernandes. *A opulência relativizada: significados econômicos e sociais dos níveis de vida dos habitantes da região do Planalto de Piratininga (1648-1682)*. Bauru: Edusc, 2000.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista. 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.
- MATTEUCCI, Nicola. República. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1986, p.1108-1110.
- MANENT, Pierre. *História Intelectual do Liberalismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- MANIN, Bernard. *Los principios Del Gobierno Representativo*. Trad. esp. Fernando Vallespín. Madrid: Alianza Editorial, 2008.
- MARANHO, Milena Fernandes. *A opulência relativizada: significados econômicos e sociais dos níveis de vida dos habitantes da região do Planalto de Piratininga (1648-1682)*. Bauru: Edusc, 2000.
- MARCOVITCH, Jacques. *Pioneiros e empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil*, v.3. São Paulo: Edusp/Saraiva, 2007.
- MARQUES JÚNIOR, Nelson Ferreira. *'Os verdadeiros constitucionais, amigos do rei e da nação': áulicos, ideias e soberania na Corte fluminense (1824-1826)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.
- MARSON, Izabel Andrade. *Movimento Praieiro, 1842-1849: imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo: Editora Moderna, 1980.
- _____. *O Império do progresso: A revolução Praieira em Pernambuco*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- _____. O Império da Revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo, USF/Contexto, 1998, p.73-102.
- _____. Hannah Arendt e a revolução: ressonâncias da revolução americana no Império brasileiro. In: MAGALHÃES, Marion Brepohl; LOPREATO, Christina & DUARTE, André (orgs.). *A banalização da violência: a atualidade do pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2004.
- _____. *Política, História e Método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão*. Minas Gerais: EDUFU, 2008.
- _____; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (orgs.). *Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil: 1780-1860*. São Paulo: Edusp, 2013, p.09-33.
- MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. (orgs.). *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação, Divisão de Editoração, 1993, 2 v.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- MARTINS, Antonio Marco Ventura. *Um Império a construir, uma ordem a consolidar: elite política e Estado no sertão*. Dissertação de mestrado. Franca-SP, 1824-1852. Franca: Fac. De História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, 2001.

- MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a província: comarca, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-35. *Revista V Seminário sobre Economia Mineira*. Belo Horizonte: UFMG, 1990, p.13-29.
- MARTINS, Mônica de Souza. “*Vadios*” e mendigos no tempo da regência (1831-1834): construção e controle do estado público da Corte. Dissertação de Mestrado. Niterói: Departamento de História/UFF, 2002.
- MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. B. Horizonte, Cedeplar/UFMG, 1980.
- _____. Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited. *HAHR*, v.63, n.3, 1983
- _____. A transferência da corte portuguesa para o Brasil: impactos sobre Minas Gerais. In: *III Seminário sobre a Economia Mineira: Economia, História, Demografia e Políticas Públicas*. Diamantina, 2008, p.15 [online]. Acesso: janeiro de 2014.
- MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos (os pequenos agricultores em Campinas: 1800-1850)*. Campinas, CMU/UNICAMP, Área de Publicações, 1996.
- MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. A formação do Estado imperial. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MATTOS, Renato de. *Política, administração e negócios: a capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2009.
- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. A geração de 1790 e a ideia de império luso-brasileiro. In: *Chocolate, piratas e outros malandros – ensaios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999, p. 157-207
- MEDICCI, Ana Paula. *Entre a ‘decadência’ e o ‘florescimento’: capitania de São Paulo na interpretação de memorialistas e autoridades públicas (1782/1822)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2005.
- _____. *Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2010.
- MELO, Ediberto de Oliveira. As milícias de São Paulo às vésperas de nossa emancipação política. In: *Raízes do militarismo paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1982.
- MELLO, Oliveira. *As Minas Reveladas (Paracatu no Tempo)*. Paracatu: Prefeitura Municipal, 2002.
- MERCADANTE, Paulo. *Os sertões do Leste. Estudo de uma região: a Mata mineira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MESQUITA, Antonio Pedro. *O Pensamento Político Português no Século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2006.
- MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o Império: a crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província do Rio Grande do Sul (1808-1831)*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MONTEIRO, Tobias. *História do Império: o Primeiro Reinado*. São Paulo: Itatiana/UDUSP, 1982, 2 v.
- MONT SERRATH, Pablo Oller Mont. *Dilemas e Conflitos na São Paulo restaurada: formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2007.
- MORAES, A. J. De MELLO. *História do Brasil-Reino e Brasil-Império*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1982.

- MORAIS, Christianni Cardoso. “Para aumento da instrução da mocidade da nossa Pátria”: estratégias de difusão do letramento na vila de São João del-Rei. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais, 1828-1842*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.
- _____. Mineiros além da província: relações interprovinciais por meio da imprensa periódica (São Paulo e Minas Gerais, 1827-1842). In: *Anais do I Seminário Internacional Justiça, Administração e Luta Social*, 2010.
- _____. *Imprensa e opinião pública no Brasil Império: Minas Gerais e São Paulo (1826-1842)*. Tese de doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.
- _____. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- MOSHER, Jeffrey C. Power, Patronage, and Political Violence: State Building on a Brazilian Frontier, 1822-1889. *Hispanic American Historical Review*, May/2001; 81: 420-421.
- MOURA, Denise A. Soares de. *Sociedade movediça, Economia, cultura e relações sociais em São Paulo – 1808-1850*, São Paulo: Ed. Unesp, 2006.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- MOTTA, Rosemary Tofani. *Baptista Caetano de Almeida: um mecenas do projeto civilizatório em São João de’El-Rei no início do século XIX – a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: EB-UFMG, 2000.
- NASCIMENTO, Helvécio Pinto do. Em defesa do “adequado” constitucionalismo: as articulações políticas dos camaristas e padres nas vilas mineiras no contexto separatista (1821-1824). Doutorado. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2010.
- NICOLAU, Jairo Marconi. As distorções nas representações dos estados na Câmara dos Deputados brasileira. *Dados: revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro, IUPERJ, v.40, n.3, 1997.
- OBERACKER Jr., Carlos. *O movimento autonomista no Brasil: a província de S. Paulo de 1819 até 1823. O grito do Ipiranga*. Lisboa: Cosmos, 1977.
- OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande se São Pedro: formação e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n.39, v.20, p.115-134, 2000.
- NASCIMENTO, Joelma Aparecida do. *Os “homens” da administração e da justiça no Império: eleição e perfil social dos juízes de paz em Mariana, 1827-1841*. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora: ICH-UFJF, 2010.
- NEEDELL, Jeffrey. *The Party of Order*. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- _____. “Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação”. *Almanack Brasiliense*, n.10, nov.2009, p.5-22.
- NEGRÃO, Francisco. *Genealogia Paranaense*. Curitiba: Imprensa Oficial Estado do Paraná, 1927, vol.2.
- NETO, Maria Cristina Nunes Ferreira. *Memória, política e negócios: a trajetória de Theophilo Benedicto Otonni*. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2002.
- NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo: a cultura política da independência, 1820-1822*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Revan, 2003.
- _____; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- NOGUEIRA, J.L. de A. A *Academia de São Paulo. Tradições e reminiscências*. São Paulo: Saraiva, 1977, 3v.

- NOGUEIRA, Octaviano. *Obra política de José Bonifácio*. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1973, 2 v.
- NUNES, Tassia Toffoli. *Liberdade de imprensa no Império brasileiro: os debates parlamentares (1820-1840)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2010.
- ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro. (Orgs.). *História do Estado de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp/ Imprensa Oficial/Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.
- OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Poder local e palavra impressa: São Paulo, 1824-1834*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2011.
- _____. Estevão Ribeiro de Rezende, o Marquês de Valença: política, magistratura e construção do Estado Nacional. *Embornal. Revista eletrônica da ANPUH-CE*, v. 1, 2010, p. 1-18,
- OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. *A astúcia liberal. Relações de Mercado e Projetos Políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. São Paulo, Editora Ícone e Edusf, 1999.
- _____. O poder moderador e o perfil do Estado Imperial. In: MALATIAN, Teresa; LEME, Marisa Saenz, MANUEL, Ivan (orgs.). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. 1a. ed. Franca/ São Paulo: UNESP & Olho d'Água, 2003, p. 31-50.
- _____. O Conselho de Estado e o complexo funcionamento do governo imperial. *Almanack Braziliense* (Online), v. 5, p. 46, 2007.
- _____; BITTENCOURT, Vera Lúcia N.; COSTA, Wilma Peres (orgs.). *Soberania e conflito: configurações do estado nacional no Brasil do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870*. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. *Evolução do povo brasileiro*. 4ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956 [1923].
- OMEGA, Nelson. As Juntas Governativas e a Independência. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n 319, abr./jun., 1978.
- OSÓRIO, Helen. *Estancieiros e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, Departamento de História, 1999.
- PAIVA, Clotilde Andrade de. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1996.
- PANDOLFI, Fernanda Cláudia. *A abdicação de D. Pedro I: espaço público na política e a opinião pública no final do Primeiro Reinado*. Tese de doutorado. Assis: Faculdade de Ciências e Letras/ UNESP, 2007.
- PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Brasil, 1826-1865*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2009.
- PASCOAL, Isaías. *Economia agrária e poder político no sul de Minas: formação de uma identidade política conservadora na primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2000.
- PASIN, José Luiz. A participação do Vale do Paraíba no processo de Independência. *Revista de História*, n.92, 1972, p.501-506.
- PEIXOTO, Antonio Carlos; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia (orgs.). *O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001.
- PERALTA, Ines Garbuio. *O Caminho do Mar: subsídios para a História de Cubatão*. Cubatão: Prefeitura Municipal de Cubatão, 1973.
- PEREIRA, Aline Pinto. *A monarquia constitucional representativa e o lócus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo versus Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e da formação do Estado no Brasil*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2012.

- PEREIRA, Milena da Silveira. O papel das sociedades literárias paulistas na construção do escritor nacional. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho de 2011.
- PEREIRA, Vantuil. *Ao soberano congresso: direitos do cidadão na formação do estado imperial (1822-1831)*. São Paulo: Alameda Editorial, 2010.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A Lavoura Canavieira em São Paulo. Expansão e Declínio 91765-1851*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.
- _____. *O Barão de Iguape*. Um empresário da época da Independência. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.
- PETRONE, Pasquale. *Baixada do Ribeira: estudo de geografia humana*. São Paulo: FFLCH/USP, 1966.
- _____. Povoamento e caminhos nos séculos XVI e XVII. In: *A Baixada Santista: aspectos geográficos*. São Paulo: Edusp, 1965, p.11-73.
- _____. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995; SANTOS, Francisco Martins dos. *História de Santos*. São Vicente: Caudex, 1986.
- PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata, 1808-1828*. São Paulo: Editora Hucitec/ Fapesp, 2002
- PINHEIRO, Fábio W. A. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata (c.1809-c.1830)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2007.
- PIROLA, Ricardo Figueiredo. *A conspiração escrava de Campinas, 1832: rebelião, etnicidade e família*. Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH-Unicamp, 2005.
- PITKIN, Hanna. *The concept of representation*. Los Angeles: University of California Press, 1967.
- PIZA, Antonio de Toledo. A bernarda de Francisco Inácio. *RIHGSP*, nº 7, 1902.
- POCOCK, J.G.A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- POPKIN, Jeremy D. *Press, Revolution, and Social Identities in France, 1830-1835*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2002.
- PORTO, Aurélio. Prefácio. In: *Anais da Província de São Pedro*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.
- PORTO, Costa. *O Marquês de Olinda e o seu tempo*. São Paulo/ Belo Horizonte: Edusp/ Itatiaia, 1985.
- PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: ideias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999.
- PRADO JR., Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999. 1ª edição: 1942.
- _____. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1972
- PRADO, Paulo. *Paulística etc*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- PUNTSCHART, William. *Negócios e negociantes paulistas (1808-1822)*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1998.
- NETO, Maria Cristina Nunes Ferreira. *Memória, política e negócios: a trajetória de Teófilo Benedito Ottoni*. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2002.
- QUEIRÓS, Amadeu de. *O senador José Bento*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Vale do Ribeira: pesquisas sociológicas*. São Paulo: FFCL/USP, 1969.
- QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. *São Paulo*. Madrid: MAPFRE, 1992.
- RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos (ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, 1º v., p.104-106.
- RESENDE, Edna Maria. *Ecos do Liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial, Barbacena (1831-1840)*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG. 2008.
- RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884*. Dissertação de mestrado. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras-UNESP, 2006.

- REZENDE, Irene Nogueira de. *Negócios e participação política: fazendeiros da Zona da Mata de Minas Gerais (1821-1841)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2008.
- RIBEIRO, Gladys; *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- _____. As Noites das Garrafadas: uma história entre outras de conflitos antilusitanos e raciais na Corte do Rio de Janeiro (1831). *Luso-Brazilian Review*, v.37, n.2, 2000
- _____. (org.). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política, 1822-1930*. São Paulo: Alameda, 2009.
- _____.; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (orgs.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda Editorial, 2010.
- RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*. Campinas: Unicamp, 2001.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil 1500-1822*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Imesp, 1988.
- RODARTE, Claus Rommel. *Partidos políticos, poderes constitucionais e representação regional na 1ª legislatura da assembleia geral do império do Brasil: Minas Gerais (1826-1829)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2011.
- RODRIGUES, Rejane Maria Freitas. *Representações políticas no Primeiro Império: a relação das Câmaras Municipais de Itu e Franca com o Governo Provincial*. Dissertação de mestrado Franca: Fac. de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, 2005.
- ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: APUHH/ Ed. Contexto, nº30, 1995. Trad. port. de Paulo Henrique Martinez.
- _____. *The Demands of Liberty: Civil Society in France since the Revolution*. Harvard: Harvard University Press, 2007.
- _____. *La Démocratie Inachevée. Histoire de la Souveraineté Universale en France*. Paris: Gallimard, 1992.
- ROSEN, Frederick. *Bentham and representative democracy*. London: Oxford University Press, 1983.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. O poder local na América Portuguesa. *Revista de História*, v.55, nº 109, São Paulo, 1977, p.25-79.
- SABATO, Hilda (coord.). *Cidadania política y formación de las naciones. Perspectivas históricas de América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-18889)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SAHAGUM, Alberto. *The birth of liberalism: the making of liberal political thought in Spain, France, and England, 1808-1823*. Tese de Doutorado. Washington: School of Arts and Sciences of Washington University, 2009.
- SALDANHA, Flávio Henrique Dias. *Os oficiais do povo. A Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2006.
- SALES, Zeli Efigênci S. de. *O Conselho Geral da Província e a política de Instrução Pública em Minas Gerais (1825-1835)*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2005.
- SAMPAIO, Teodoro. São Paulo no século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, 1902, v.06, p.163.
- SANT'ANNA, Nuto. *São Paulo histórico: aspectos, lendas e costumes*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1944, 6 v.
- SANTOS, Estilague Ferreira dos. *A monarquia no Brasil – o pensamento político da Independência*. Vitória: Edufes/CEG, 1999.
- SANTOS, Guilherme de Paula Costa. *Política e Diplomacia. A Fundação do Império, Convenção de 1826 e Tráfico de escravos. Relatório de Qualificação de Doutorado*. São Paulo: FFLCH-USP, 2012.

- SANTOS, Marileide Lopes dos. *Educação, assistência e sociabilidade: o governo dos pobres em Sabará/MG (1832-1860)*. Belo Horizonte: FE-UFGM; 2007.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Paradoxos do Liberalismo*. Teoria e História. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999. Ver o que é.
- SARTORI, Giovanni. A teoria da representação no Estado representativo moderno. Belo Horizonte: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 1962.
- SCHNOOR, Eduardo Cavalcanti. *Na penumbra: o entrelace de negócios e famílias (Vale do Paraíba 1770-1840)*.
- SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical*. Império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro. Trad. brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SHELL, Donald. The History of Bicameralism. *Journal of Legislative Studies*, v.7, n.1, p. 5-18, 2001.
- SILVA, Ana Rosa Cloclet da. *Inventando a nação*. Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822). São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2006.
- _____. De Comunidade a Nação. Regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais (1821-1831). *Almanack brasiliense*. [online]. nº 02, Nov/2005, p.43-63.
- SILVA, Carolina Paes Barreto da. *A trajetória D' O Repúblico no fim do Primeiro Reinado e início da Regência: os discursos impressos de Antônio Borges da Fonseca sobre a política imperial (1830-1832)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2002.
- SILVA, Fábio Carlos da. *Barões do ouro e aventureiros britânicos no Brasil: a Companhia inglesa de Macaúbas e Cocais (1828-1912)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1997.
- SILVA, Luana Melo e. *Os deputados mineiros eleitos às cortes constituintes de Lisboa*. Dissertação de Mestrado. Ouro Preto: Instituto de Ciências Humanas e Sociais-UFOP, 2010.
- SILVA, Luiz Geraldo Santos da; FELDMAN, Ariel. Revisitando o passado em tempos de crise: federalismo e memória no período regencial (1831-1840). *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 143-163.
- SILVA, Mozart Linhares da. *O Império dos bacharéis: o pensamento jurídico e a organização do Estado-nação do Brasil*. Curitiba: Juruá Editora, 2003.
- SILVA, Nicolau Duarte. Libero Badaró (contribuição para a sua biografia). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v.28, 1932, p.462-577.
- SILVA, Rodrigo da. *Sobre taipas e textos: um estudo sobre as narrativas a respeito da cidade de São Paulo (1772 e 1953)*. São Paulo: Alameda, 2013.
- SILVA, Rodrigo Fialho. *Por ser voz pública: intrigas, debates e pensamento político na imprensa mineira (Vila de São João d'El-Rei, 1827-1829)*. Dissertação de Mestrado. USS, 2006. Vassouras: USS, 2006.
- SILVA, Sandra Oenning da. *Estado monárquico (des)centralizado: a dinâmica política em torno da formação dos conselhos provinciais de Santa Catarina (1824/1834)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: UFSCR, 2013.
- SILVA, Wlamir. "Liberais e povo": a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: Hucitec, 2009.
- _____. Usos da fumaça: a revolta do Ano da Fumaça e a afirmação moderada na Província de Minas. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, vol.4, nº1, p.105-118, 1998.
- SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. In: TULLY, James. (org.). *Meaning and Context. Quentin Skinner and his critics*. Cambridge: Polity Press/Basil Blackwell, 1988.
- _____. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. Tese de Doutorado São Paulo: FFLCH-USP, 2006.
- “Delegados do chefe da nação”: a função dos presidentes de província na formação do Império do Brasil (1823-1834). *Almanack brasiliense*. [online]. n.º 06, Nov/2007, p.20-38.
- SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.18, n.º 3, 1988, p.449-495.
- _____. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo, Hucitec, 2006.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Brasileira, 1966.
- SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957, 10 volumes.
- _____. *A vida de d. Pedro I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972, 2t.
- _____. *Três golpes de Estado*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1988.
- SOUZA, Adriana Barreto de. Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do Duque de Caxias e do General Osório. *Topoi*, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 90-111.
- SOUZA, Iara Liz Carvalho. *A pátria coroada: o Brasil como um corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo:Unesp, 1999.
- _____. A adesão das Câmaras e a figura do imperador. *Revista Brasileira de História*, v.18, n.36, São Paulo, 1998.
- SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. Discursos impressos de um padre político: análise da breve trajetória d’ *O Pregoeiro Constitucional*. *Almanack brasiliense*. [online]. 2001, n.5, p.86-100.
- _____. *Do altar à tribuna: os padres políticos na formação do Estado Nacional Brasileiro (1823-1841)*. Tese de Doutorado Rio de Janeiro: UERJ, 2010.
- SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de. *A guerra de Independência na Bahia: manifestações políticas e violência na formação do estado nacional (Rio de Contas e Caetité)*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2003.
- SZMERECZSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (org). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo, Hucitec/FAPESP, 1996.
- TAPAJÓS, Vicente. *Organização política e administrativa do império*. [Coleção História administrativa do Brasil, v.9]. Brasília: FUNCEF, 1984.
- TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *História da cidade de São Paulo sob o Império: 1822-1831*. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, vol.4, 1956.
- _____. *História da cidade de São Paulo sob o Império: 1831-1842*. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, vol.5, 1961.
- TOLEDO, Benedito Lima de. *Caminho do Mar*. São Paulo: IEB, 1966.
- TOLEDO, Lafayette de. Imprensa Paulista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Typografia do Diário Oficial, v.3, 1898.
- TOMICH, Dale. *Pelo prisma da escravidão*. Trabalho, capital e economia mundial. 1ª ed. 2004. Trad. port. de Antonio de Padua Danesi. São Paulo: Edusp, 2011.
- _____. *O Senado do Império*. Brasília: Senado Federal, 1978. 1ª edição 1941.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte/Brasília, Lemi/INL, 1980.
- URBINATI, Nadia. *Representative Democracy: Principles and Genealogy*. Chicago and London: University of Chicago Press, 2006.
- _____. O que torna a representação democrática? *Lua Nova*. Tradução Mauro Soares. São Paulo: n.67, 2006a.
- VALADÃO, Alfredo. *Campanha da Princesa*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1937. v.1.
- _____. *Da aclamação à maioria: 1822-1840*. São Paulo: Editora Nacional, 1939.
- VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princesa*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1937. v.1.

- VALENTIN, Agnaldo. *Uma civilização do arroz: agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2006.
- VALLESPÍN, Fernando (org.). *Historia de la Teoría Política 3: Ilustración, liberalismo y nacionalismo*. Madri: Alianza Editorial, 2002.
- VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. São Paulo: Saraiva, 1925, 2 v.
- VASCONCELOS, Salomão. *O Fico: Minas e os mineiros na Independência*. São Paulo: Nacional, [s.d.].
- VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach sul-mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul-Mineiro, 1874.
- VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras (1664-1897)*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais/ Fundação João Pinheiro, 1998.
- _____. A imprensa em Minas Gerais: 1807-1897. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, v.3, 1898, p.169-239.
- VELASCO, Ivan. *As sedições da ordem: violência, criminalidade e administração da Justiça de Minas Gerais – século XIX*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.
- VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *O liberalismo Francês: a tradição doutrinária e a sua influência no Brasil*. Londrina: Humanidades, 2010.
- VENANCIO, Alberto Filho. O período de transição e criação dos cursos jurídicos. Os primeiros anos (1827-1865). In: _____. *Das arcadas ao bacharelismo*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. Paracatu: movimentos migratórios no século XVIII. *Lócus: Revista de História*. Juiz de Fora, v.4., n.1.
- VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no Iluminismo*. Bauru: Edusc, 2003.
- VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. 1ª edição 1971. Trad. port. Brasília: UNB, 1982.
- VIANA, Fabiana da Silva. *Relação entre Governo, escola e família no processo de institucionalização da instrução pública elementar em Minas Gerais (1830-1840)*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: FE-UFGM, 2006.
- VIANA, Godofredo. A sedição militar de Ouro Preto, em 1833. In: *Terra de ouro*. Rio de Janeiro: Calvino Filho, 1935, p.68-88.
- VIANNA, Helio. Contribuição à história da Imprensa no Brasil (1812-1869). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/ Imprensa Nacional, 1945.
- _____. *Estudos de história imperial*. Companhia Editora Nacional, 1950.
- WERNET, Augustin. *Sociedades políticas (1831-32)*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- VILLELA, André. Distribuição Regional das Receitas e Despesas do Governo Central no II Reinado, 1844-1889. *Est. econ.*, São Paulo, 37(2): 247-274, abr-jun 2007.
- _____. *A igreja paulista no século XIX: a reforma de d. Antonio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Pauo: Ática, 1987.
- WISSER, William. *Rhetoric and riot in Rio de Janeiro, 1827-1831*. Dissertação de mestrado. Chappel Hill: University of North Carolina, 2006, p.40-79.
- XAVIER-GUERRA, François. *El soberano y su reino*. Reflexiones sobre la génesis del ciudadano em América Latina/. Sábato, Hilda (edit). *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Calçada do Lorena: o caminho para o mar*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1998.
- ZANQUETTA JUNIOR, Pedro. *As zonas de sombra da memória: estudo sobre as sedições militares “exaltadas” no Rio de Janeiro de 1831*. Dissertação de Mestrado. Assis: Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, 2011.